POLÍCIA MILITAR
SANTA CATARINA

DIRETORIA DE INSTRUÇÃO E ENSINO
ENSINO COMPLEMENTAR

CURSO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS

Curso de Operações Policiais Especiais (COESP)

Nome do evento de ensino:

Curso de Operações Policiais Especiais (COESP).

Objetivo/finalidade:

O Curso tem por objetivo habilitar policiais militares para o emprego em missões específicas e de altíssimo risco, quer atuando diretamente junto ao Batalhão de Operações Policiais Especiais, quer desenvolvendo atividades de apoio às unidades de área ou junto a outras organizações policiais e militares que requeiram o emprego de tropa especializada.

Público alvo:

Oficiais Subalternos ou Intermediários do QOPM e Praças da ativa da PMSC.

Horário de funcionamento:

Regime de internato..

Nível do órgão promotor do evento:

Batalhão de Operações Policiais Especiais/ CAEPM.

Carga horária total:

770h/a.

Carga horária indenizável:

770h/a.

Disciplinas, carga horária de cada disciplina e número de instrutores por disiciplina:

	Sigla	Disciplina	Carga horária	Nº instrutores
1	DOE	Doutrina de Emprego de Tropas Especiais	05h/a	1
2	SCR	Socorrismo	10h/a	1
3	SB1	Sobrevivência I (marcha)	10h/a	1
4	SB2	Sobrevivência II	30h/a	1
5	OBT	Orientação e Busca Terrestre	20h/a	1
6	PTR	Patrulha Rural	40h/a	1
7	TFM	Treinamento Físico Militar	60h/a	1
8	DPE	Defesa Pessoal	40h/a	1
9	FDT	Fundamentos Táticos	10h/a	1
10	UDF	Uso Diferenciado da Força	15h/a	1
11	TTA	Tiro Tático	60h/a	1
12	APV	Abordagens a Pessoas e Veículos	30h/a	1
13	ABL	Abordagens em Baixa Luminosidade	20h/a	1

14	PTU	Patrulha Urbana	50h/a	1
15	CAC	Combate em Ambiente Confinado	75h/a	1
16	TAL	Técnicas de Altura	30h/a	1
17	GCN	Gerenciamento de Crise e Negociação	20h/a	1
18	EXP	Explosivos	60h/a	1
19	SGA	Segurança de Autoridades	20h/a	1
20	TPP	Tiro Policial de Precisão	45h/a	1
21	OPA	Operações Anfíbias	20h/a	1
22	MEA	Mergulho Autônomo	30h/a	1
23	OAE	Operações Aerotransportadas	30h/a	1
24	IOE	Inteligência em Operações Especiais	10h/a	1
25	DHP	Direitos Humanos na Atividade Policial	05h/a	1
26	POC	Polícia Comunitária	05h/a	1
27	PEO	Planejamento e Execução de Operações Policiais Especiais	20h/a	1

Capacitação do Instrutor:

Os instrutores deverão possuir formação específica para a disciplina a ser ministrada.

Disciplinas, carga horária de cada disciplina e número de instrutores por disiciplina:

DOE	DOUTRINA DE EMPREGO DE TROPAS ESPECIAIS	05H/A
Ementa	Orientar o aluno acerca do emprego de tropas especiais em segurança pública, relativo aos princípios basilares, doutrinamento, hierarquia e disciplina em ações e operações.	
Atividades	Disciplina teórica e prática.	

SCR	SOCORRISMO	10H/A
Ementa	Fornecer aos instruendos conhecimentos básicos que os habilitem a atuar em ocorrências de atendimento pré-hospitalar, considerando as situações críticas mais comuns de emergências envolvendo policiais militares em atuação repressiva.	
Atividades	Após explanação teórica e prática de procedimentos padronizados, os alunos serão submetidos a simulações que podem acarretar em lesões, uma vez que deverão efetuar operações de resgate sob fogo, quando serão carregados de forma enérgica e emergencial os alunos que forem colocados na condição de feridos em combate, bem como serão desferidos disparos de bolas de tinta (paintball) contra a fração que estará efetuando o resgate, a fim de simular os disparos efetuados por marginais (figuração).	

SB1	SOBREVIVÊNCIA I (MARCHA)	10H/A
Ementa	Fornecer aos instruendos conhecimentos básicos que os habilitem a atuar em ocorrências de longa duração, considerando as situações críticas mais comuns de deslocamentos em locais de difícil acesso, com restrição de água, alimentos, sobrecarga de equipamentos, sujeição as intempéries, quando são imprescindíveis o controle emocional e a moderação nas necessidades básicas.	
Atividades	Nesta disciplina os alunos serão submetidos a uma marcha de 25 km com pequenas pausas programadas, simulando operações de busca e captura em locais de difícil acesso, sendo que os alunos que porventura não administrarem corretamente seus suprimentos, ou que não estiverem em condições físicas adequadas poderão necessitar de intervenção médica face ao intenso esforço físico a que serão submetidos, fato que acarretará no desligamento imediato daqueles que incorrerem em tal situação.	

SB2	SOBREVIVÊNCIA II	30H/A
Ementa	Fornecer aos instruendos conhecimentos básicos que os habilitem a atuar em ocorrências de longa duração, considerando as situações críticas mais comuns de permanência em locais de difícil acesso, com restrição de água, alimentos, sobrecarga de equipamentos, sujeição as intempéries, quando é imprescindível o controle emocional e a moderação nas necessidades básicas, com foco específico na confecção de abrigos, obtenção de água, fogo, alimentos de origem animal e vegetal, confecção de armadilhas e transposição de curso d'água.	
Atividades	Nesta disciplina os alunos serão submetidos a privação controlada de água e alimentos, uma vez que deverão utilizar-se dos conhecimentos adquiridos para obtê-los, ficarão sujeitos as intempéries até a confecção correta dos abrigos ensinados, serão privados de descanso até que as condições de sobrevivência sejam estabelecidas, sendo ainda submetidos a intenso esforço físico.	

OBT	ORIENTAÇÃO E BUSCA TERRESTRE	20H/A
Ementa	Fornecer aos instruendos conhecimentos básicos que os habilitem a atuar em ocorrências de busca e captura, considerando situações críticas em locais de difícil acesso, habilitando-os nas técnicas de orientação diurna e noturna, bem como nas técnicas de busca terrestre, aprimorando o rastreamento de marginais em diversas situações.	
Atividades	Nesta disciplina, após explanação teórica e prática dos conhecimentos necessários, os alunos serão submetidos a privação controlada de água e alimentos, uma vez que deverão utilizar-se dos conhecimentos adquiridos para obtê-los, ficarão sujeitos as intempéries, face a natureza da instrução, serão privados de descanso até que os objetivos sejam atingidos, sendo ainda submetidos a intenso esforço físico em decorrência das características do local.	

PTR	PATRULHA RURAL	40H/A
Ementa	Fornecer aos instruendos conhecimentos básicos que os habilitem a executar as técnicas necessárias para a realização das atividades de patrulha rural.	
Atividades	Após explanação teórica e prática das técnicas de patrulha rural, os alunos serão submetidos a simulações de patrulha em ambiente rural de difícil acesso, onde será necessária a correta aplicação dos conhecimentos de sobrevivência, orientação e busca terrestre, pois além do objetivo específico da patrulha (missão) os alunos serão submetidos a privação controlada de água e alimentos, ficarão sujeitos as intempéries, serão privados de descanso, sendo ainda submetidos a intenso esforço físico, face as características do local.	

TFM	TREINAMENTO FÍSICO MILITAR	60H/A
Ementa	Fornecer aos instruendos conhecimentos básicos que os habilitem a executar o treinamento físico necessário para a boa execução das atividades fim, em paralelo a melhora da condição dos instruendos durante as aulas a que serão submetidos.	
Atividades	Os alunos serão submetidos a testes de aptidão física intercalados com intenso treinamento físico, com objetivo de se melhorar as valências físicas preponderantes para a boa execução das atividades fim.	

DPE	DEFESA PESSOAL	40H/A
Ementa	Fornecer aos instruendos conhecimentos básicos que os habilitem a executar as técnicas de defesa pessoal, compreendendo o básico de quedas, rolamentos, projeções, torções, chaves, imobilizações, socos, chutes, cotoveladas, joelhadas, tonfa, além da atuação em equipe e das técnicas de sobrevivência policial.	
Atividades	Após o treinamento das técnicas fundamentais e suas combinações, os alunos serão submetidos a simulações de combates envolvendo diversas situações, a fim de aprimorar-se a agressividade controlada, o controle emocional, a iniciativa, dentre outras características, quando haverá contato físico moderado, combates direcionados para as projeções, para a luta de solo, para a luta em pé, para a algemação de marginais reativos, bem como para o combate de sobrevivência contra mais de um oponente.	

FDT	FUNDAMENTO TÁTICO	10H/A
Ementa	Fornecer aos instruendos os conhecimentos relativos aos fundamentos táticos, buscando-se maior segurança e eficácia nas técnicas e táticas individuais.	
Atividades	A presente disciplina comporta uma explanação teórica de conceitos táticos, a prática individual das técnicas fundamentais do policiamento tático, bem como as técnicas de transposição de obstáculos, treinamento que pode acarretar em lesões face a dificuldade de se transpor alguns locais.	

UDF	USO DIFERENCIADO DA FORÇA	15H/A
Ementa	Orientar o aluno sobre os princípios do uso da força, pautando-se no emprego correto e proporcional da técnica empregada, objetivando a preservação da integridade física.	
Atividades	A presente disciplina comporta uma explanação teórica dos meios diferenciados de força a serem utilizados face a necessidade da situação, bem como a prática dessas técnicas, sendo que os alunos serão submetidos ao contato com agentes químicos e dispositivos elétricos incapacitantes de forma controlada.	

TTA	TIRO TÁTICO	60H/A
Ementa	Fornecer aos instruendos os conhecimentos relativos ao tiro tático, englobando os fundamentos do tiro, o tiro em movimento multidirecional, a atuação em equipe (pane, duplas, patrulha, descompactação e busca pessoal), força contra força (tiro de cobertura/tiro visado), tiro de caçador com mira aberta até 100m, progressão sob fogo, resgate de policial ferido sob fogo, tiro noturno, tiro embarcado e contra emboscada.	
Atividades	Todas as instruções desta disciplina são cercadas por regras especiais de segurança, toda e qualquer quebra dessas regras que serão repassadas no início das instruções acarretará no desligamento imediato do aluno infrator, sendo que se trata de uma instrução de alto risco.	

APV	ABORDAGENS A PESSOAS E VEÍCULOS	30H/A
Ementa	Fornecer aos instruendos os conhecimentos relativos aos princípios da abordagem policial, verbalização, busca pessoal, colocação de algemas, abordagens a pessoas a pé, motocicletas, carros, caminhões e ônibus, buscando-se maior segurança e eficácia nas técnicas e táticas empregadas, bem como padronizando procedimentos referentes ao Patrulhamento Tático Móvel.	
Atividades	A presente disciplina comporta uma explanação teórica dos princípios da abordagem policial, seguida pela prática de simulações de abordagens com diversos cenários, desde o suspeito cooperativo até o marginal que almeja emboscar policiais, desta forma poderão ocorrer acidentes envolvendo instruendos face a necessidade de uma ação vigorosa em algumas situações, bem como em decorrência da utilização de marcadores de tinta (paint ball) nas simulações.	

ABL	ABORDAGENS EM BAIXA LUMINOSIDADE	20H/A
Ementa	Fornecer aos instruendos conhecimentos relativos as ações em baixa luminosidade.	
Atividades	A presente disciplina comporta uma explanação teórica dos princípios da abordagem em baixa luminosidade, seguida pela prática de simulações de abordagens com diversos cenários, desde o suspeito cooperativo até o marginal que almeja emboscar policiais, desta forma poderão ocorrer acidentes envolvendo instruendos face a necessidade de uma ação vigorosa em algumas situações, bem como em decorrência da utilização de marcadores de tinta (paint ball) nas simulações.	

PTU	PATRULHA URBANA	50H/A
Ementa	Fornecer aos instruendos conhecimentos básicos que os habilitem a executar as técnicas necessárias para a realização das atividades de patrulha urbana.	
Atividades	Após explanação teórica e prática das técnicas de patrulha urbana, os alunos serão submetidos a atividades práticas de patrulha urbana em locais de alto risco, onde será necessária a adoção das mesmas medidas de segurança do serviço operacional, devido aos riscos reais que tais atividades acarretam.	

CAC	COMBATE EM AMBIENTE CONFINADO	75H/A
Ementa	Fornecer aos instruendos os conhecimentos relativos aos princípios do combate em ambiente confinado, formação do grupo tático, tipos de entrada, técnicas de entrada e resgate de reféns, buscando-se maior segurança e eficácia nas técnicas e táticas empregadas, bem como padronizando procedimentos referentes aos variados tipos de entrada.	
Atividades	A presente disciplina comporta uma explanação teórica dos princípios do combate em ambiente confinado, treinamento prático das técnicas de entrada adequadas aos seus variados tipos, seguida pela prática de simulações de entradas com diversos cenários, desde o suspeito cooperativo até o tomador de refém, desta forma poderão ocorrer acidentes envolvendo instruendos face a necessidade de uma ação de choque, surpreendente e veloz em algumas situações, bem como em decorrência da utilização de marcadores de tinta (paintball) e rojões/granadas nas simulações. Nesta disciplina também serão realizadas instruções com disparos de arma de fogo, fato que acarreta nas mesmas regras e critérios de qualquer instrução de tiro na PMSC.	

TAL	TÉCNICAS DE ALTURA	30H/A
Ementa	Fornecer aos instruendos os conhecimentos relativos as técnicas de altura, englobando os nós essenciais para o policiamento tático, as técnicas básicas de ancoragem e rapel tático, buscando-se maior segurança e eficácia nas técnicas e táticas empregadas.	
Atividades	Nesta disciplina os alunos receberão instrução sobre as regras de segurança nas atividades em altura, prática dos nós essenciais, sendo o domínio dos mesmos pré-requisito para a permanência do aluno no curso, bem como a prática de diversas técnicas de rapel, envolvendo ancoragem rápida, descidas emergenciais, suporte ao grupo tático principal e invasões por rapel, sendo atividades de alto risco, não havendo tolerância para nenhuma quebra de regras de segurança.	

GCN	GERENCIAMENTO DE CRISE E NEGOCIAÇÃO	20H/A
Ementa	Fornecer aos instruendos conhecimentos básicos que os habilitem a atuar em ocorrências com tomada de reféns, a partir da adoção de providências preventivas e operativas elementares em eventos críticos.	
Atividades	Após explanação teórica os alunos serão submetidos a simulações de crises, onde serão avaliados todos os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, estando presente o risco de acidentes face a necessidade do máximo de realismo na instrução, quando serão utilizados marcadores de tinta (paint ball), rojões, granadas, agentes químicos, munições reais, podendo ocorrer o contato físico entre os participantes.	

EXP	EXPLOSIVOS	60H/A
Ementa	Ao final da disciplina os alunos deverão ser capazes de executar a técnicas necessárias para a realização das atividades envolvendo explosivos, englobando ações anti e contra bomba e atividades de arrombamento.	
Atividades	Após explanação teórica, serão realizadas diversas práticas com material explosivo, bem como serão realizadas simulações, quando os alunos irão se deparar com artefatos industrializados e/ou improvisados, tendo que manusear material explosivo, confeccionar cargas, adotando todas as medidas técnicas e de segurança repassadas, tratando-se de instrução de altíssimo risco.	

SGA	SEGURANÇA DE AUTORIDADES	20H/A
Ementa	Fornecer aos instruendos conhecimentos básicos que os habilitem a atuar em ações e operações de segurança de autoridades.	
Atividades	Após explanação teórica e prática de procedimentos padronizados, os alunos serão submetidos a simulações que podem acarretar em lesões, uma vez que deverão efetuar ações e operações de resgate sob fogo, sob apedrejamento, sob lançamento de objetos diversos, frutas, dentre outros, quando serão carregados de forma enérgica e emergencial os alunos que forem colocados na condição autoridades em risco, bem como serão desferidos disparos de bolas de tinta (paintball) contra a fração que estará efetuando o resgate, a fim de simular os disparos efetuados por marginais.	

TPP	TIRO POLICIAL DE PRECISÃO	45H/A
Ementa	Fornecer aos instruendos os conhecimentos relativos ao tiro policial de precisão, englobando as mais variadas nuances de atuação do atirador policial de precisão, noções de tiro militar de precisão (caçador), assalto iniciado por sniper, ações contra sniper, tiro noturno, atirador de precisão inserido na patrulha urbana, dentre outros.	
Atividades	Todas as instruções desta disciplina são cercadas por regras especiais de segurança, toda e qualquer quebra dessas regras que serão repassadas no início das instruções acarretará no desligamento imediato do aluno infrator, sendo que se trata de uma instrução de alto risco.	

OPA	OPERAÇÕES ANFÍBIAS	20H/A
Ementa	Fornecer aos instruendos conhecimentos básicos que os habilitem a atuar em ambientes como mar, rios, lagoas, lagos, das mais variadas formas.	
Atividades	Após explanação teórica e prática de procedimentos padronizados, os alunos serão submetidos a simulações que podem acarretar em lesões, uma vez que deverão efetuar operações de embarque e desembarque em embarcações diversas, terão que nadar variadas distâncias carregando equipamentos, bem como serão submetidos a simulações em que serão desferidos disparos de bolas de tinta (paint-ball) contra a fração que estará efetuando a ação, a fim de simular os disparos efetuados por marginais.	

MEA	MERGULHO AUTÔNOMO	30H/A
Ementa	Fornecer aos instruendos conhecimentos básicos que os habilitem a efetuar ações como mergulhador livre e mergulhador autônomo.	

Atividades	Após explanação teórica e prática de procedimentos padronizados, os alunos serão submetidos a uma série de exercícios que podem acarretar em lesões e/ou desligamento, uma vez que deverão cumprir índices técnicos de difícil execução, com exigência de períodos de apnéia, mergulhos em relativa profundidade, sendo avaliados em todos os procedimentos.	

OAE	**OPERAÇÕES AEROTRANSPORTADAS**	**30H/A**
Ementa	Fornecer aos instruendos conhecimentos básicos que os habilitem a atuar em ocorrências com suporte aéreo, seja para transporte de efetivo de um local para outro, seja para atuação embarcado na aeronave.	
Atividades	Após explanação teórica e prática de procedimentos padronizados, os alunos serão submetidos a uma série de exercícios de risco, como rapel da aeronave, salto da aeronave em diversos ambientes, exercícios de sobrevôo, dentre outros.	

IOE	**INTELIGÊNCIA EM OPERAÇÕES ESPECIAIS**	**10H/A**
Ementa	Fornecer aos instruendos conhecimentos básicos que os habilitem a obter informações em ocorrências de alto e altíssimo risco, a fim de subsidiar a ações da fração de operações especiais.	
Atividades	Disciplina teórica.	

DHP	**DIREITO HUMANOS NA ATIVIDADE POLICIAL**	**05H/A**
Ementa	Fornecer aos instruendos conhecimentos básicos que os habilitem a atuar em ocorrências de alto e altíssimo risco em consonância com o que preceitua os tratados internacionais de Direitos Humanos em que o Brasil é signatário.	
Atividades	Disciplina teórica.	

POC	**POLÍCIA COMUNITÁRIA**	**05H/A**
Ementa	Fornecer aos instruendos conhecimentos básicos sobre Polícia Comunitária.	
Atividades	Disciplina teórica.	

PEO	**PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS**	**20H/A**
Ementa	Fornecer aos instruendos conhecimentos que os habilitem a planejar e executar as mais diversas operações em que o Batalhão de Operações Policiais Especiais é empregado.	
Atividades	Após explanação teórica e prática de procedimentos padronizados, os alunos serão submetidos a atividades práticas em locais ou situações de alto risco, onde será necessária a adoção das mesmas medidas de segurança do serviço operacional, devido aos riscos reais que tais atividades acarretam.	

Estágio supervisionado:

Não há previsão de estágio supervisionado.

Apresentamento individual:

- 01 kit de anotação
- 01 kit de camuflagem
- 01 kit de higiene
- 01 kit de manutenção de armamento
- 01 kit de manutenção de coturno
- 01 kit de manutenção de fardamento e equipamento
- 01 kit de primeiros socorros
- 01 kit de sobrevivência
- 01 algemas com chave
- 01 apito na cor preta
- 02 balaclava com abertura frontal única, na cor preta, em malha/kevlar/nomex
- 01 bandoleira na cor preta
- 01 blusa de lã ou pullover liso na cor preta (sem detalhes)
- 01 bobina de saco plástico transparente descartável 03 litros (100 unidades)
- 01 cabo solteiro - 6mx12mm na cor preta
- 02 calça camuflada modelo urbano PMSC (PPT)
- 01 calção Educação Física na cor preta (sem detalhes)
- 02 camiseta de malha na cor preta (sem detalhes)
- 01 canivete multifunção
- 01 cantil plástico na cor preta com caneco em alumínio
- 01 chinelos de dedo na cor preta (par)
- 01 cinto de nylon na cor preta com fivela na cor preta
- 01 cinto operacional na cor preta
- 02 cobertura tipo bico de pato (boné) na cor preta
- 01 coldre de perna em cordura (ou similar) na cor preta
- 01 colete balístico com capa na cor preta (sem detalhes)
- 01 colete tático na cor preta
- 01 conjunto de talheres (garfo, faca, colher)
- 01 conjunto paisano completo
- 01 cordelete - 7mmx2m
- 01 coturno na cor preta
- 01 facão 14 polegadas - com bainha na cor preta
- 02 fita isolante na cor preta 5m
- 02 fita Silver Tape 5m
- 02 gandola camuflada modelo urbano PMSC (PPT)
- 01 isolante térmico
- 01 joelheira tática na cor preta
- 01 lanterna tática com pilhas
- 01 lona plástica na cor preta - 2mx2m
- 01 lona plástica na cor preta - 4mx4m
- 01 luvas de vaqueta com reforço, cano curto (par)
- 01 luvas táticas na cor preta (par)
- 05 manta aluminizada de emergência (aproximadamente 2,10mx1,40m)
- 01 manta ou cobertor escuro
- 01 marmita modelo militar em alumínio
- 02 meias na cor branca - par (sem detalhes)

- 02 meias na cor preta - par (sem detalhes)
- 01 mochila de campanha na cor preta
- 01 pistola calibre .40 com três carregadores
- 01 porta cantil na cor preta
- 01 porta carregadores para pistola (duplo compartimento)
- 01 protetor bucal
- 10 reidratante oral
- 01 retinida na cor preta - 4mmx10m
- 01 saco de viagem (VO ou similar)
- 10 sinalizador químico - "Cialume" - tamanhos diversos
- 02 sunga na cor preta (sem detalhes)
- 01 tênis de corrida
- 01 tinta spray na cor preto fosco (uso geral)
- Opcional: 01 bússola, saco de dormir
- 01 coldre de perna em polímero na cor preta
- 01 máscara de mergulho com snorkel - cor preta
- 01 nadadeiras de borracha na cor preta (par)
- 01 óculos de natação
- 01 quimono na cor branca ou azul - com faixa
- 01 roupa de neoprene longa
- 01 roupas civis adicionais
- 01 tesoura ponta romba APH Tático
- 01 touca de natação em lycra na cor preta.

Método de avaliação para aprovação do discente no curso:

Avaliação Intelectual: A avaliação do rendimento da aprendizagem será feita através de Verificação de Aprendizagem (VA), que visa avaliar o progresso do aluno em todo o conteúdo da disciplina, se esta tiver até 20 horas/aula, ou em certa faixa do Programa de Matéria, se a disciplina possuir mais de 20 horas/aula.

Avaliação Prática: Em todas as disciplinas de natureza prática haverá uma avaliação dos procedimentos repassados nas instruções, sendo necessário que o aluno as execute dentro dos padrões apresentados. Esta avaliação visa observar a destreza e a capacidade de domínio da técnica por parte do aluno, sendo emitido o conceito apto ou inapto.

Avaliação Comportamental: O comportamento do aluno frente as situações que lhes forem submetidas serão fatores preponderantes para sua formação, desta forma sua conduta pessoal, profissional e de segurança durante as instruções definirão sua aprovação no curso, sendo emitido conceito apto ou inapto.

Classificação:

Será definida ao final do Curso a classificação através da média aritmética simples a partir das notas obtidas em suas avaliações, dentre os policiais militares aptos.

Etapas da seleção:

1º - TAF-E2 - caráter eliminatório e classificatório

2º - Sorteio.

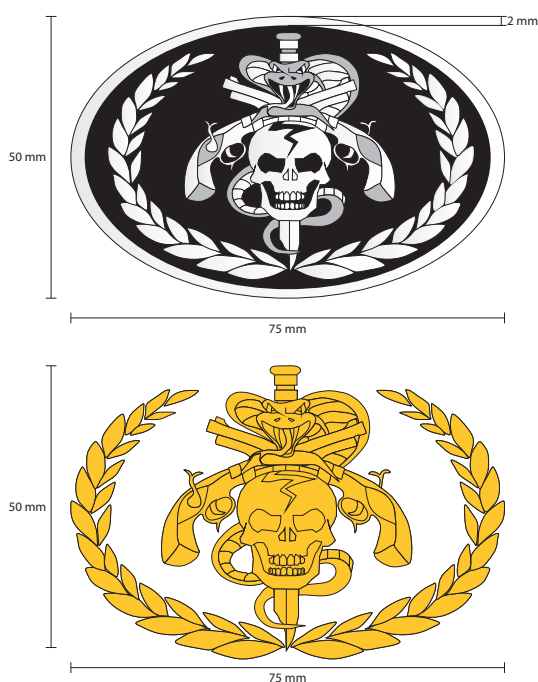
Critério de seleção:

Não há critério de preferência.

Requisitos para participação:

- Ser Oficial Subalterno ou Intermediário do QOPM ou Praça da ativa da PMSC.
- Se Oficial, ter conceito favorável emitido por seu comandante, e, se Praça, estar classificado, no mínimo, no comportamento BOM.
- Não estar respondendo a Conselho de Justificação/Disciplina.
- Não se encontrar em cumprimento de sentença condenatória transitada em julgado com pena privativa de liberdade ou em gozo de sursis penal.
- Estar no desempenho de funções previstas no Estatuto dos Policiais Militares do Estado, sem restrições.
- Não estar em cumprimento de pena de suspensão do cargo ou função, prevista no Código Penal Militar.
- Não possuir afastamento previsto para o período do evento, como o de licença para tratamento de saúde, licença maternidade, paternidade, para tratar de interesse particular ou qualquer um dos afastamentos previstos no Estatuto da PMSC ou legislação específica.
- Ser habilitado para uso de Pistola .40 e não estar com seu porte suspenso ou cassado.
- Se do sexo feminino, não se encontrar em período de gestação (comprovado por meio de Declaração/Atestado médico de negativa de gravidez emitida por médico).
- Estar apto para o serviço operacional, sem restrições médicas decorrentes de acidente ou doença de caráter temporário.
- Estar dentro do prazo de validade com as seguintes vacinas: Influenza A, Hepatite B, DT (difteria e tétano), Tríplice Viral (sarampo, caxumba, rubéola) e Febre Amarela.
- Não ter concluído com aproveitamento o Curso de Operações Especiais homologado pela DIE.

Distintivo:

Ato da Polícia Militar nº 1178/2018.

O distintivo destinado ao uniforme operacional será confeccionado em material emborrachado (cloreto de polivinil, pelo processo de montagem a quente), composto por um escudo oval com dimensões de 7,5cm de comprimento por 5,0cm de altura, com borda de 2mm na cor cinza e fundo preto; no interior do escudo, uma "caveira" (figura de crânio humano) na cor branca (símbolo da inteligência, do conhecimento e da coragem de um guerreiro; assim como a associação com a figura da morte); cravejada no crânio, de cima para baixo, uma "faca" nas cores branca e tons de cinza(a faca representa a luta, a força e disposição de se empenhar no combate e de nunca recuar perante o perigo; além de trazer o significado do sigilo das missões de operações especiais); a faca na caveira é o símbolo das tropas de comandos do Brasil e simboliza a superação humana e a vitória sobre a morte; por trás do crânio e da faca, a figura de duas "garruchas" cruzadas em tons de cinza (símbolo internacional das organizações militares, representa a Polícia Militar de Santa Catarina); . por trás das garruchas, a figura de uma "cobra" nas cores branca e tons de cinza (representa o acrônimo relacionado com o Comando de Operações de Busca, Resgate e Assalto – COBRA, grupo que desenvolve as operações especiais no âmbito da PMSC); por fim, abaixo do crânio, a figura de dois ramos de "louros"na cor cinza (simbolizando a vitória que sempre será alcançada, sobrepujando o crime, o criminoso e a violência).

O distintivo metálico será confeccionado com as mesmas especificações da versão emborrachada, apenas sem o escudo oval e o fundo preto que circundam a heráldica central, sendo todo cunhado na cor dourada, que significa riqueza, constância, fé e pureza.

Outubro/2020.

Teste de Aptidão Física E2 - TAF-E2

A normas para realização do TAF-E2 seguem o disposto no Manual de Educação Física da Polícia Militar de Santa Catarina (provas a serem realizadas, tabela de pontos, execução dos exercícios, classificação, desempate) e no Manual de Inspeção de Saúde da Polícia Militar de Santa Catarina (MIS/PMSC) no que diz respeito a inspeção de saúde.

Para realização do TAF-E2, o policial militar deverá:

- Estar com a Inspeção de Saúde válida (validade de 3 meses para Cursos Especiais) e inserida no SIGRH, devendo constar na ficha de visita médica e na descrição do histórico, no extrato do SIGRH, que o policial militar está APTO PARA O TAF-E2.

  No ato da Inspeção de Saúde o candidato deverá apresentar os seguintes exames:

1. Teste Ergométrico realizado no último ano;
2. Audiometria, realizada no último ano;
3. Raio-x Tórax PA+Perfil realizado nos últimos 90 dias;
4. Hemograma realizado nos últimos 90 dias;
5. Gama-Gt realizado nos últimos 90 dias;
6. TGO e TGP realizado nos últimos 90 dias;
7. Creatinina realizado nos últimos 90 dias;
8. Parcial de Urina realizado nos últimos 90 dias;
9. Glicemia de Jejum realizado nos últimos 90 dias.

- Estar com o TAF-PM, conceito no mínimo MUITO BOM, válido e inserido no SIGRH, devendo o conceito constar na descrição do histórico no extrato do SIGRH.

O TAF-E2 possui caráter eliminatório e classificatório, portanto, o candidato que não obtiver o índice mínimo em qualquer dos exercícios físicos, não comparecer ou chegar atrasado a qualquer prova do teste, ou necessitar de auxílio após iniciada qualquer prova do teste, será automaticamente desclassificado e eliminado do certame.

São terminantemente vedados o uso de substâncias anabolizantes, estimulantes ou termogênicas, que visem maximizar o desempenho físico do candidato durante o teste ou durante o curso, a menos que esta substância tenha sido prescrita por médico. No caso da comprovação da utilização de tais substâncias, o candidato será eliminado.

A aprovação/reprovação no TAF-E2 seguirá conforme descrito no Manual de Educação Física da Polícia Militar de Santa Catarina. A classificação final se dará, conforme disposto no Manual de Educação Física, através do somatório dos pontos obtidos nas provas que valem pontuação (ordem decrescente do somatório total de pontos) e, em caso de empate, será considerado, como critério de desempate, a maior pontuação na prova de Corrida de Resistência de 10 km.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

SUMÁRIO

ÍNDICE DE ASSUNTOS

ANEXO B

RELAÇÃO DOS ASSUNTOS DE INSTRUÇÃO PARA O CAÇADOR

B-1. MISSÃO

B-2. ORGANIZAÇÃO

a. Turma de Caçadores e Equipe de Caçadores

b. Distribuição na Unidade Operacional

c. Controle dos caçadores-responsabilidades
(1) Comandante da Unidade
(2) Oficial encarregado do emprego dos caçadores
(3) Chefe de Equipe de Caçadores
(4) Oficial chefe da 2ª Seção
(5) Oficial chefe da 3ª Seção

B-3. INSTRUÇÃO

a. Tiro
(1) Uso dos fundamentos do tiro
(a) Posição para o tiro deitado
1) Posição da mão
2) Posição da chapa da soleira
3) Posição da mão acionadora da tecla do gatilho
4) Posição dos cotovelos
5) "Stock weld" e "Spot weld"
(b) Apontando o fuzil
1) Olho de pontaria
2) Distância do olho de pontaria ao visor do fuzil

3) Alinhamento da visada
a) Com a alça e massa de mira
b) Com a luneta telescópica
4) Fotografias de pontaria
5) Correção de erro na pontaria
6) Correção de erro na visada da fotografia
(c) Exercícios de controle da respiração
(d) Exercícios de acionamento da tecla do gatilho
1) Controle adequado da tecla do gatilho
2) Estabilidade na Pos tiro
a) Antecipação devida ao recuo
b) Gatilhadas
c) Reação do corpo antes do disparo
d) Reação com o fuzil antes do disparo
3) Acionamento da tecla do gatilho
a) Regra para aplicação dos fundamentos do tiro; antes e depois do tiro
b) Indicação do impacto do tiro
(2) Zerando o fuzil
(3) Considerações sobre o efeito das condições climáticas sobre o tiro
(a) Vento-direção e velocidade
1) Processo para calcular a velocidade do vento
2) Processo expedito para calcular a velocidade do vento
3) Classificação do vento
4) Correção devidas ao vento
(b) Reflexão do calor no ar-miragens
- Relação da miragem com a velocidade do vento
(c) Temperatura
(d) Umidade
(4) Integração da Eq Caçador no exercício "tiro único"
(5) Técnica de mudança da ajustagem da pontaria para alvos simultâneos
(6) Engajando alvos em movimento
(a) Precessão
1) Velocidade do alvo
2) Ângulo de movimento
3) Distância do alvo
4) Efeitos do vento
(b) Processo de rastreamento
(c) Processo de encontro
(d) Prevenção de erros
(e) Determinação da precessão

B-4. TÉCNICAS E TÁTICAS EM CAMPANHA

a. Camuflagem
(1) Detector de alvos

(a) Som
(b) Movimento
(c) Camuflagem imprópria
(d) Distúrbios na fauna ambiental
(e) Odores

(2) Métodos para camuflagem
(a) Ocultamento
(b) Confundir-se com o ambiente
(c) Dissimulação

(3) Tipos de camuflagem
(a) Natural
(b) Artificial
1) Camuflagem individual:
- listas
- borrões
- combinação
2) Camuflagem do Eqp:
- armamento
- Eqp óticos
- Eqp individuais

b. Cobertas e abrigos

(1) Cobertas - Principais:
(a) Evitar Mvt desnecessários
(b) Usar toda as cobertas disponíveis
1) Fundo
2) Sombras
(c) Permanecer abaixado para Obs
(d) Não expor nada que brilhe
(e) Não alterar as linhas de contorno do terreno
(f) Manter-se quieto

(2) Abrigos

c. Progressões e navegação

(1) Técnicas de progressão
(a) Cuidados
(b) Processo de rastejo baixo
(c) Processo de rastejo médio
(d) Processo de rastejo alto
(e) Processo de rastejo com mão e calcanhares
(f) Deslocamento a pé firme

(2) Procedimento da Eq Caçadores face ao Ap de Elm Seg
(a) Deslocamento para a área de Op Eqp Caçd
(b) Chegada na Área de Op - Ponto de Separação
1) Elm Seg permanece
2) Elm Seg retrai

(3) Seleção de rotas

(4) Formação da Eq Caçd durante seus deslocamentos

(5) Procedimentos face ao Ini
(a) Contato visual
(b) Emboscadas
(c) Fogo indireto
(d) Atq Ae
(6) Navegação

d. Seleção e ocupação de Pos Tir
(1) Seleção
(a) Considerações
(b) Cuidados
(c) Locais
(2) Ocupação da Pos Tir
(a) Ponto de Reu no objetivo
(b) Chegada na Posição
(3) Construção da Pos Tir
(a) Considerações sobre a Pos
1) Localização
2) Tempo
3) Pessoal e Eqp
(b) Pos Tir expedita
1) Vantagens
2) Desvantagens
3) Tempo de ocupação
(c) Pos Tir temporária - Abrigo raso
1) Vantagens
2) Desvantagens
3) Tempo de construção
4) Tempo de ocupação
5) Para esta posição poderá ser adotado o mesmo processo utilizado pelos antigos "cangaceiros" do NE que, utilizavam um abrigo raso, cobrindo-se com uma ramada feita de acordo com a Fig B-1. Para isso, considerar que:

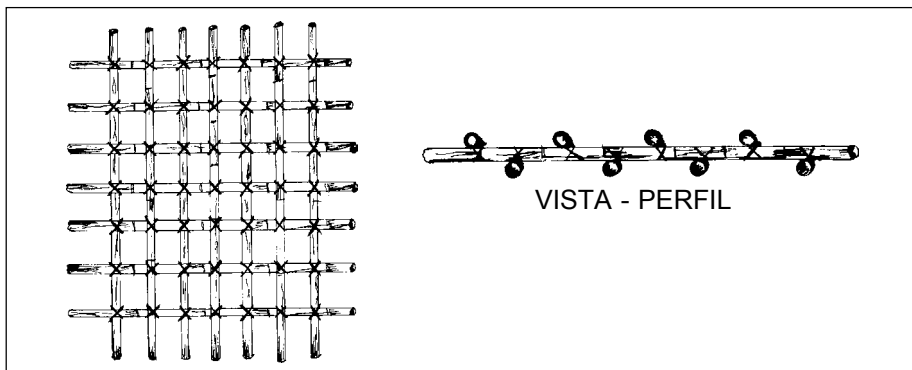



Fig B-1. Preparação da ramada

a) a "ramada" seja feita de varetas, galhos, achas de bambu, etc, sendo atadas entre elas através de cordel, barbante, etc, conforme a disposição mostrada na figura. A ramada poderá ser única ou, uma para o Caçador e outra para o Obs;

b) após ser colocada por sobre o abrigo raso, inicia-se a camuflagem utilizando-se primeiro pequenos gravetos atravessados para evitar que as folhas, arbustos, etc, venham a cair dentro do abrigo. Pode-se usar também o poncho, pedaço de plástico, etc;

c) a ramada fica com sua parte voltada para o setor observado, sustentada por forquilhas.

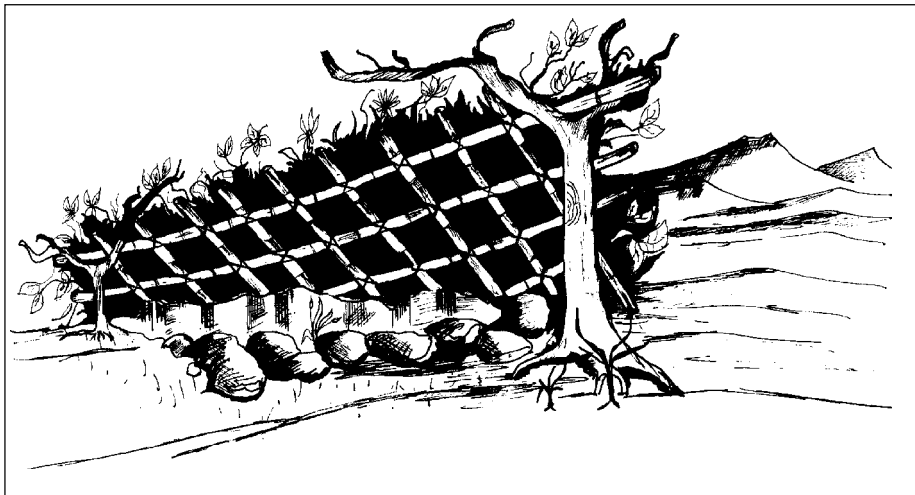



Fig B-2. Ramada para o abrigo raso

(d) Pos Tir eventual - abrigo raso coberto
1) Vantagens
2) Desvantagens
3) Tempo de construção
4) Tempo de ocupação
(e) Pos Tir semi-permanente - toca coberta
1) Vantagens
2) Desvantagens
3) Tempo de construção
4) Tempo de ocupação
(f) Rotina nas Pos Tir
(g) Pos Tir em áreas urbanas

e. Observação e seleção de alvos
(1) Observação
(a) sucinta

(b) detalhada
(c) registros
(2) Seleção de alvos
(a) Fatores
1) Ameaças ao Caçador
2) Probabilidade de acerto no primeiro tiro
3) Certeza do alvo identificado
4) Impacto da derrubada do alvo em relação ao Ini
5) Reação do Ini aos fogos do caçador
6) Efeito de um engajamento com relação a missão
(b) Identificação de alvos chaves
Exemplos:
- Caçadores Ini
- Eqp de busca e Vig Ini com cães militares
- Elm Rec
- Oficiais e civis proeminentes
- Sgt
- Ch e Mot Vtr
- Pessoal Com
- Gu petrechos
- Eqp ótico Vtr Bld
- Eqp de Com e Radar
- Sist Armas
- Etc.

(3) Alvos para o caçador armado de Fz anti-material - Apresentação teórica e prática dos pontos vitais dos alvos a serem atingidos, como por exemplo:
(a) Anv de asa-fixa
1) Pneus
2) Antenas
3) Dispo Ct vôo:
- aulerons
- flaps
- leme
- etc
4) Turbinas, motores, etc
5) Etc.
(b) Anv de asa-rotativa
1) Eixo rotor principal e do rotor de cauda
2) Tail-boom
3) Antenas
4) Etc

(c) Outros: Pontos vitais de Vtr, antenas, peças de Art, instalações, combustíveis, posto radar, etc.

B-5. DOCUMENTAÇÃO DO CAÇADOR

a. Generalidades

b. Cartão de distâncias

c. Croquis militar
(1) Geral
(2) Fotográfico

d. Croquis panorâmico

e. Livro registro diário

B-6. AVALIAÇÃO DE DISTÂNCIAS

a. Método da tira de papel

b. Método da unidade de medida

c. Método da aparência do objeto

d. Método da tentativa

e. Utilização da mira (luneta telescópica)

f. Utilizando o cartão de distâncias

g. Fórmula do milésimo
(1) Binóculo
(2) Mira/luneta telescópica

h. Fatores que interferem na avaliação
(1) Natureza do alvo
(2) Natureza do terreno
(3) Condições de luminosidade

B-7. EMPREGO DO CAÇADOR

a. Generalidades

b. Equipe de caçadores
(1) Oficial encarregado do emprego
(2) Lançamento antecipado da Eq Caçd
(3) Fatores que afetam o emprego
(a) Missões
(b) Ini
(c) Terreno
(d) Meios em Pessoal
(e) Tempo

c. Emprego nas Op Of

d. Emprego nas Op Def

e. Emprego nos Mvt retrógrados

f. Emprego em Op Cmb em localidade

g. Emprego contra Caçadores Ini
(1) Determinação da ameaça dos caçadores Ini
(2) Planejamento para Op contra caçadores Ini
(3) Ações passivas contra caçadores Ini

B-8. OUTRAS ATIVIDADES

a. Exercícios de campanha
(1) Motivação: competição entre as Eq Caçd - atingir cada alvo com um só tiro
(2) Crítica no final do exercício
(3) Atividades do exercício
(a) Zerar o armamento durante a prática de tiro
(b) Tiro em situação
(c) Observação
(d) Avaliação de distâncias
(e) Ocultamento e progressões cobertas
(f) Navegação
(g) Exercícios de registros
(h) "Jogo de memória"
(4) Equipamento da equipe de caçadores no exercício
(a) Fz e luneta telescópica
(b) Telescópico de Obs
(c) Binóculos
(d) Mira de visão noturna
(e) Óculos de visão noturna
(f) Conjunto Rad com Dispo Seg Com
(g) Medidor de distância a laser
(5) Stand de tiro 1000 m com divisões de 100 em 100 m
(6) Alvos
(a) Silhueta E (homem de joelhos) - cai se atingida - 200 m
(b) Silhueta de metal e silhueta E - cai se atingida; Dsl horizontal - 300 m
(c) Silhueta E - cai se atingida - 325 m
(d) Silhueta E em uma janela - cai se atingida - 375 m
(e) Silhueta E em uma toca - cai se atingida - 400 m
(f) Silhueta de metal em uma simulação de Vtr o conjunto desloca-se horizontalmente e a silhueta cai se atingida.
(7) Seqüência dos exercícios
(a) Zerar o armamento praticando o tiro

(b) Execução de fogos em situação
(c) Ocultamento
(d) Progressão coberta
(e) Detecção de alvos
(f) Avaliação de distâncias
(g) Navegação
(h) "Jogo da memória"
(8) Objetivo do exercício
"ATINGIR COM UM SÓ TIRO CADA ALVO QUE FOR SURGINDO!"

b. Programa de manutenção da instrução do caçador
(1) Generalidades
(2) Duração
(3) Apronto operacional inopinado
(a) Duração 24 horas
(b) Atividades
1) Engajar alvos no stand de tiro
2) Exercício de progressão (evitando ser detectado)
3) Pista diuturna de navegação
(4) Exemplo de um exercício de campanha
(a) Duração: cinco dias
(b) Tarefas
1) 1º dia: seleção de rotas e Pos Tir pela Eq Caçd
- Deslocar-se usando as Tec de progressão
- Reação a interferência do Ini durante um deslocamento
- Descrever as técnicas para detecção e seleção de alvos bem como as Tec Obs
- Descrever as Tec de avaliação de distâncias
- Preencher um cartão de distâncias
- Preparar um croquis Mil
- Fazer lançamentos no livro diário de registros.
2) 2º dia:
- Descrever os fundamentos do tiro
- Descrever o método de engajamento de alvos
- Descrever o efeito das condições climáticas na balística do tiro
- Descrever os métodos para engajar alvos móveis
- Descrever o método para engajar vários alvos em alcances diferentes sem regular a mira/luneta telescópica
- Zerar o fuzil com visor e massa de mira metálicas
3) 3º dia:
- Zerar o fuzil com mira/luneta telescópica
- Engajar, com fogos, alvos móveis
- Avaliar distâncias (na prática)
- Detectar alvos (na prática)
- Participar de um Exc de progressão (evitar ser detectado)
4) 3ª noite: - engajar alvos na escuridão

5) 4º dia:
- Participar de um exercício de tiro
- Participar de um exercício de progressão (evitar ser detectado)

6) 5º dia:
- Correção de tiro
- Localizar alvos através de coordenadas geométricas
- Localizar alvos através de coordenadas polares
- Localizar alvos através de lina-códico
- Participar de um exercício de navegação no crepúsculo

(5) Exemplo de um exercício de apronto operacional
(a) Alerta do Btl para a Cia que enquadra a Eq Caçd
(b) Eq Caçd partem da SU (Ar, Vtr ou Mch a pé)
(c) Eq Caçd chega na área exercícios
(d) Eq Caçd parte para o local de progressão (Vtr, Mch a pé, Mch Tat)
(e) Eq Caçd chega no local para a progressão
(f) Eq Caçd para o exercício de navegação diuturna
(g) Realização do exercício de navegação diuturna

c. Cartão de dados do Caçador
(1) Antes do tiro
(2) Durante o tiro
(3) Após o tiro

d. Medidas
(1) Milésimos
(2) Minuto de um ângulo

e. Tabelas
(1) Tabela referente a correção do tiro devido ao vento
(2) Tabela de trajetória balísticas
(3) Tabela de estimativa da distância

f. Ordem a patrulha da Equipe de Caçadores
Memento

g. Formulários
(1) Cartão de dados do Caçador
(2) Registro de Obs do Caçador
(3) Cartão de distâncias do Caçador
(4) Croquis militares

B-9 . INSTRUÇÕES SOBRE O ARMAMENTO E EQUIPAMENTO DO CAÇADOR

a. Fuzil (Modelo e tipo)

b. Mira/luneta telescópica (modelo e tipo)

c. Telescópio de Observação (modelo e tipo)

d. Binóculo (modelo e tipo)

e. Mira/visão noturna (modelo e tipo)

f. Óculos para visão noturna (modelo e tipo)

g. Medidor de distâncias a laser (modelo e tipo)

h. Conjunto Rádio (modelo e tipo)

i. Dispositivo de Seg das Com (modelo e tipo)

j. Máquina de calcular (modelo e tipo)

SPECIAL OPERATIONS SNIPER TRAINING AND EMPLOYMENT

Table of Contents

Field Manual
No. 3-22.10

Headquarters
Department of the Army
Washington, DC, 19 October 2009

Sniper Training and Operations

Contents

DISTRIBUTION RESTRICTION: Further distribution only as authorized by the United States Army Sniper School or higher DOD authority. This determination was made on 16 June 2009.

DESTRUCTION NOTICE: Destroy by any method that will prevent disclosure of contents or reconstruction of the document.

***This publication supersedes FM 23-10, 17 August 1994.**

ÁRBOL DE MATERIAS PARA EL CURSO DE TIRADORES DE ALTA PRECISIÓN

BALÍSTICA

OBJETIVO GENERAL: Capacitar al alumno para conocer y aplicar el uso de municiones según sus efectos por tipos, clases y fábrica.

20 HORAS

T.1. Identificar las generalidades de la balística.	04
T.2. Identificar las clases de balística.	05
T.3. Identificar los factores ambientales que inciden en la trayectoria del proyectil.	05
T.4. Realizar cálculos de distancia con los diferentes métodos de observación.	05
EXAMEN.	01

ARMAMENTO

OBJETIVO GENERAL: Capacitar al personal de alumnos para el uso correcto del armamento que requiere los tiradores de alta precisión.

16 HORAS.

T.1. Identificar las generalidades, operar los fusiles para TAP al igual que sus miras (rémington y sig-sauer.)	**08**
T.2. Identificar las características más comunes de los fusiles para TAP e identificar su arme y desarme respectivamente (rémington y sig-sauer.)	**04**
T.3. Realizar el Mantenimiento del armamento utilizado por los TAP (fusiles SIG-SAUER-REMINGTON) examen.	**04**

ARMAS CORTAS

OBJETIVO GENERAL: Capacitar al personal de alumnos para el uso correcto del armamento que requiere los tiradores de alta precisión (Armas Cortas).

08 HORAS.

T.1. Identificar las generalidades y operar las armas cortas.	**02**
T.2. Identificar las características más comunes de las armas cortas e identificar su arme y desarme respectivamente	**03**

T.3. Realizar el mantenimiento de las armas corta.	**03**

TIRO

OBJETIVO GENERAL: Disparar con precisión el fusil especial rémington calibre 7,62 dotaciones para Tiradores de Alta Precisión.

136 HORAS

T.1. Identificar, recordar y repasar las medidas de seguridad con las armas de fuego.	**02**
T.2. Identificar y Aplicar la instrucción preparatoria de tiro para tiradores de alta precisión.	**04**
T.3. Realizar el Ejercicio No. 03 Tiro de Céreo con fusil Galil.	**04**
T.4. Realizar el Ejercicio No. 07 Tiro de Precisión a 100 metros (fusil Galil).	**04**
T.5. Realizar el Ejercicio No. 16 Tiro de Precisión a 200 metros (fusil Galil).	**04**
T.6. Realizar el Ejercicio No. 17 Tiro de Precisión a 300 metros (fusil Galil).	**04**
T.7. Identificar, recordar y repasar las medidas de seguridad con las armas de fuego.	**02**
T. 8. Identificar las generalidades y el manejo de las armas cortas.	**02**
T.9. Realizar el ejercicio No. 18 Tiro de Precisión a 10 metros (armas cortas).	**04**
T.10. Realizar el ejercicio No. 34 paso de pista N0 4 Tiro de defensa (protección y reacción) (armas cortas).	**02**
T.11. Realizar el Ejercicio No. 47 Armonizar la mira de un fusil para tirador de Alta presicion.	**08**
T.12. Realizar el Ejercicio No. 48 Tiro de Precisión a distancias desde 100 hasta 500 metros.	**40**
T.13. Realizar el Ejercicio No. 49 Tiro de Precisión a distancias mayores de 500 metros.	**56**

COMUNICACIONES
OBJETIVO GENERAL: Operar los medios de comunicación disponibles en la fuerza.
08 HORAS

T.1. Identificar y operar los diferentes medios de comunicación con que cuenta la fuerza.	**02**
T.2. Establecer comunicaciones con medios improvisados	**02**
T.3. Identificar y transmitir información con los medios improvisados y técnicos en el área de de operaciones.	**02**
T.4. Identificar las generalidades y operar los geoposicionadores con que cuenta la fuerza. examen	**02**

LECTURA DE CARTAS
OBJETIVO GENERAL: Empleo correcto de la carta y la brújula en operaciones ofensivas
24 HORAS DIURNAS 08 HORAS NOCTURNAS

T.1. Identificar las generalidades de la lectura de cartas.	**08**
T.2. Identificar mapas, cartas y tipos de coordenadas empleadas en la navegación terrestre.	**08**
T.3. Realizar ejercicios prácticos empleando los métodos de navegación terrestre, brújula y GPS teniendo en cuenta el empleo de las cartas.	**08**
T.4. Realizar ejercicios prácticos empleando los métodos de navegación terrestre, brújula y GPS teniendo en cuenta el empleo de las cartas durante la noche.	**08HN**

PRIMEROS AUXILIOS
OBJETIVO GENERAL: Aplicar oportunamente los primeros auxilios al personal en crisis eventuales, afectados por la guerra
16 HORAS

T.1. Reconocer los signos vitales de un ser humano y realizar un tratamiento de trauma.	**04**
T.2. Tratar heridas en el tórax y el abdomen e identificar los métodos de transporte de heridos.	**04**
T.3. Identificar y aplicar una punción intravenosa	**04**
T.4. Identificar las enfermedades tropicales y los principios de la medicación.	**04**

INTELIGENCIA

OBJETIVO GENERAL: Capacitar el alumno en la búsqueda de información y análisis de las fuentes.

08 HORAS

T.1. Conocer el plan estratégico del enemigo actual y potencial.	**02**
T.2.. Identificar la forma de delinquir de los francotiradores enemigos e identificar las fortalezas.	**02**
T.3. Identificar y aplicar los principios de la caracterización.	**02**
T.4. Identificar los últimos métodos de delinquir del enemigo.	**02**

EXPLOSIVOS

OBJETIVO GENERAL: Aplicación de las medidas de seguridad en los procedimientos para evitar ser víctimas de los artefactos improvisados colocados por el enemigo.

08 HORAS

T.1. Realizar la Proyección de películas de los últimos artefactos improvisados no convencionales colocados por el enemigo.	**02**
T.2. Identificar el Procedimiento al detectar campo minado (conferencia).	**02**
T.3. Identificar y aplicar el conocimiento, funcionamiento de los Artefactos Explosivos Improvisados.	**04**

OPTRÓNICOS

OBJETIVO GENERAL: Operar y aplicar el mantenimiento preventivo, almacenamiento correctamente, garantizando el funcionamiento de los optrónicos disponibles en la fuerza.

06 HORAS

T.1. Identificar las generalidades y el empleo de los optrónicos en operaciones.	**02 HN**
T.2. Identificar las fallas y realizar el mantenimiento y operar los optrónicos durante la noche.	**04 HN**

EMPLEO TACTICO

OBJETIVO GENERAL: Empleo correcto de un destacamento y/o equipo de Tiradores de Alta Precisión en operaciones ofensivas.

08 HORAS

T.1. .Identificar el Empleo táctico de los Tiradores de Alta precisión en operaciones ofensivas.	**02**
T.2.. Identificar el Empleo táctico de los Tiradores de Alta precisión en operaciones defensivas.	**02**
T.3.. Identificar el Empleo táctico de los Tiradores de Alta precisión en operaciones urbanas.	**02**
T.4.. Identificar el Empleo táctico de los Tiradores de Alta precisión contra enemigo francotirador.	**02**

EQUIPO ESPECIAL

OBJETIVO GENERAL: Usar correctamente el material y equipo para Tiradores de Alta Precisión, garantizado su funcionamiento en operaciones ofensivas.

08 HORAS

T.1. .Identificar el empleo de los telémetros, traje ghilliet	**02**
T.2.. Aplicar las consideraciones especiales para el desarrollo de operaciones en diferentes climas y terrenos .	**02**
T. 3.. Realizar la Prueba y adaptación del equipo de Tiradores de Alta Precisión.	**02**
T. 4.. Presentar el traje de Guille. examen	**02**

SUPERVIVENCIA

OBJETIVO GENERAL**:** Realizar y aplicar correctamente las técnicas empleadas para la supervivencia en operaciones especiales para Tiradores de Alta Precisión**.**

16 HORAS

T.1. Realizar y efectuar las reglas de supervivencia	**02**
T.2. Realizar y efectuar los tipos de refugios.	**02**
T. 3. Realizar y efectuar los tipos de trampas	**02**
T. 4. Realizar y efectuar los tipos de fuegos	**02**
T.5.Realizar y efectuar las técnicas de purificación de agua	**02**

T. 6. Realizar y efectuar los tipos de elaboración de fuegos	**02**
T. 7. Realizar y conocer los tipos de ofidios (serpientes)	**02**
T. 8. Realizar un ejercicio practico	**02**

APOYO AEROTÁCTICO
OBJETIVO GENERAL**:** Realizar y aplicar los diferentes tipos de apoyos aerotacticos en operaciones especiales para Tiradores de Alta Precisión.
08 HORAS

T.1. Realizar y efectuar el conocimiento de las diferentes aeronaves utilizadas por la fuerza	**02**
T.2.Realizar y efectuar el embarco y desembarco en operaciones especiales para los tiradores de alta precisión.	**02**
T.3. Identificar y aplicar la orientación de aeronaves	**02**
T. 4. Realizar y ejecutar pedido de fuegos	**02**

CRUCE DE OBSTÁCULOS
OBJETIVO GENERAL: Crear destreza en el alumno en lo referente a la aplicación de las técnicas empleadas en el cruce de obstáculos para el personal de alumnos del curso de tiradores de alta precisión.
06 HORAS

T.1. Realizar y efectuar las técnicas para impermeabilizar el equipo de campaña.	**01**
T.2. Realizar y efectuar las técnicas para la elaboración de balsas improvisadas.	**01**
T.3. Realizar y efectuar las técnicas empleadas en el cruce a flor de agua.	**02**
T.4. Realizar y efectuar las técnicas de infiltración anfibia.	**02**

PLANEAMIENTO

OBJETIVO GENERAL: Cumplir misiones asignadas, con un excelente planeamiento, en la aproximación hacia el objetivo, minimizando los errores tácticos, entregando resultados tangibles.

16 HORAS

T.1. Identificar los pasos del procedimiento de Comando.	**08**
T.2.. Realizar ejercicio practico del procedimiento de comando.	**04**
T.3.. Realizar exposición del procedimiento comando sobre la carta y cajón de arena. Examen	**04**

INFILTRACIÓN OCULTACIÓN

OBJETIVO GENERAL: Realizar infiltración sobre objetivos rentables sin ser detectado por el enemigo en la aproximación y la retirada.

08 HORAS

T.1. Identificar y aplicar los principios, generalidades de la infiltración	**02**
T.2.. Aplicar los principios generales de camuflaje, seleccionar una posición de tirador de alta presicion para el tiro y supervivencia.	**02**
T.3.. Identificar y Aplicar las técnicas de rastreo, seleccionando rutas sobre el terreno para la infiltración.	**02**
T.4.. Identificar y Seleccionar rutas de infiltración sobre el terreno teniendo en cuenta las técnicas de sigilo en la maniobra (cubierta y protección).	**02**

OBSERVACIÓN

OBJETIVO GENERAL: Conducir misiones como observador adelantado para Tiradores de Alta Precisión y orientar apoyos de fuego aéreo o de artillería.

10 HORAS DIURNAS 06 HORAS NOCTURNAS

T.1. Realizar Apreciación de distancias empleando los lentes, GPS y la carta de situación.	**02**
T.2.. Realizar el Análisis del terreno y vías de aproximación Con referencia al objetivo, seleccionar y ubicar un puesto de observación sobre el terreno para efectuar pedido de fuego	**02**
T.3.. Realizar y aplicar el juego de memoria examen	**06**
T.4.. Realizar ejercicio de observación a objetivos durante la noche	**06 HN**

OPERACIONES AEROTRASPORTADAS

OBJETIVO GENERAL: Obtener la destreza mental y psicológica para ejecución y maniobras en el desarrollo de operaciones aerotrasportadas**.**

16 HORAS

T.1. Identificar las clases de aeronaves.	**02**
T.2. Construir un helipuerto diurno e identificar elementos para un helipuerto nocturno.	**02**
T.3.. Realizar el Ejercicio de Rape de espalda.	**04**
T.4.Realizar el ejercicio de Descenso de torre de frente.	**04**
T 5.. Realizar el ejercicio de Descenso de torre de espalda con equipo	**04**

MANEJO PSICOLÓGICO

OBJETIVO GENERAL:

Preparar Psicológica y mentalmente a los Tiradores de Alta Precisión para el desarrollo de operaciones ofensivas.

16 HORAS

T.1. Realizar Conferencias por profesionales en manejo Psicológico.	**02**
T.2 Identificar los principios de acondicionamiento mental en los Tiradores de Alta Precisión.	**02**
T.3 Identificar y aplicar los ejercicios para el manejo de la concentración mental.	**02**
T.4 Realizar ejercicios prácticos para el manejo del estrés.	**02**
T 5.Realizar exámenes psicológicos.	**08**

PSICOLOGÍA MILITAR

OBJETIVO GENERAL:

Preparar Psicológica y mentalmente a los Tiradores de Alta Precisión para el desarrollo de operaciones ofensivas.

08 HORAS

T.1. Realizar Conferencias por profesionales en manejo Psicológico.	**02**
T.2 Identificar los principios de acondicionamiento mental en los Tiradores de Alta Precisión.	**02**

T.3 Identificar y aplicar los ejercicio para el manejo de la concentración mental.	**02**
T.4 Realizar ejercicios prácticos para el manejo del estrés.	**02**

HISTORIA
OBJETIVO GENERAL:
Conocer la historia del Ejército de Colombia y Tiradores de Alta Precisión.
04 HORAS

T.1 Identificar la Historia y evolución de nuestro ejercito y de los TAP.	**02**
T.2 Identificar y conocer la organización, funciones y misiones de los TAP.	**02**

DERECHOS HUMANOS
OBJETIVO GENERAL:
Fortalecer la cultura y convivencia en el medio operacional para seres humanos dentro un área del conflicto armado.
08 HORAS.

T.1 Explicar la historia de los DD.HH. DIH. Y DICA	**02**
T.2 Identificar y aplicar las reglas de comportamiento en el combate	**02**
T.3 Identificar y aplicar las normas de la legislación indígena.	**02**
T.4 Identificar y aplicar las normas de los menores en el conflicto armado.	**02**

MARCHAS
OBJETIVO GENERAL: Fortalecimiento de piernas, brazos muscular y control de resistencia en la respiración.
16 HORAS

T.1 Realizar la Marcha administrativa diurna con Armamento de 7 kilómetros	**04**
T.2 Realizar la Marcha administrativa Nocturna con Armamento de 12 kilómetros	**04**
T.3 Realizar la Marcha administrativa Nocturna con Armamento de 17.5 kilómetros	**04**
T.4 Realizar la Marcha administrativa Nocturna con Armamento de 21 kilómetros	**04**

NATACIÓN
OBJETIVO GENERAL: Fortalecimiento de piernas, brazos muscular y control de resistencia en la respiración.
09 HORAS

T.1 Identificar los principios y técnicas de la natación	**03**
T.2 Realizar ejercicios de natación en diferentes estilos	**06**

ENTRENAMIENTO FÍSICO
OBJETIVO GENERAL: Fortalecer la capacidad física del alumno.
28 HORAS

T.1 Realizar ejercicios musculares de piernas y brazos.	**14**
T.2 Realizar prueba de resistencia progresiva desde 5 hasta los 10 kilómetros.	**14**

DEPORTES
OBJETIVO GENERAL: Fortalecimiento de la cultura física del personal de alumnos
07 HORAS

T.1 Realizar los diferentes ejercicios de estiramiento muscular	**03**
T.2 Realizar la práctica de los diferentes deportes.	**04**

LIDERAZGO
OBJETIVO GENERAL: Fortalecimiento de la cultura del personal de alumnos.
08 HORAS.

T.1 Realizar la conferencia sobre asesoría, orientación empresarial	**04**
T.2 Realizar exposición tema libre expositor .	**04**

ÉTICA Y HONOR MILITAR
OBJETIVO GENERAL: Fortalecimiento de la cultura Ética y honor del personal de alumnos.
10 HORAS.

T.1 Realizar mesa redonda sobre la ética en la institución militar	**04**
T.2 Identificar y estudiar la Ética de la vida	**02**
T.3 Identificar y explicar los Principios y valores .	**04**

BALANCE EMOCIONAL (EXAMENES MÉDICOS)
OBJETIVO GENERAL: Realizar los diferentes exámenes médicos para el inicio del curso.
16 HORAS

T.1 Realizar los diferentes exámenes médicos (optometría, laboratorio y medico general)	**16**

MOVIMIENTO TÁCTICO NOCTURNO
OBJETIVO GENERAL: Realizar desplazamiento táctico nocturno hacia Melgar.
06 HORAS

T.1 Realizar movimiento motorizado Bogotá-Melgar	**03**
T.2 Realizar movimiento motorizado Melgar-Bogota	**03**

TIPOS DE ARRASTRE
OBJETIVO GENERAL: Realizar los diferentes tipos de arrastre.
04 HORAS

T.1 Realizar arrastre bajo con el traje de ghillie	**02**
T.2 Realizar arrastre alto con el traje de ghillie	**02**

Manual de campo
No. 23-10

SEDE
DEPARTAMENTO DEL EJERCITO
Washington, DC, 17 de agosto 1994

FM 23-10

SNIPER FORMACIÓN

Tabla de contenidos

CAPÍTULO 1

INTRODUCCIÓN

Tabla de contenido

CAPITULO X

EXPLOSIVOS, DEMOLICIONES, TRAMPAS Y MINAS

10.1. GENERALIDADES

El desarrollo de las operaciones ofensivas o defensivas, exigen en la mayoría de los casos la utilización de explosivos, lo que hace imprescindible que el soldado que debe manejarlos, tenga un conocimiento cabal sobre sus características, manipulación y empleo, tanto para la confección como para la demolición de obstáculos, trampas, supervivencia, etc., pero el soldado debe tener presente el siguiente lema:

"EL PRIMER ERROR ES EL ULTIMO"

10.2. DEFINICIONES

Explosivo, es un compuesto químico inestable, susceptible de reaccionar bruscamente, explosionando con desprendimiento de gran cantidad de gases y alta temperatura.

Los explosivos son substancias o mezclas de substancias, sólidas o liquidas químicas que debidamente iniciadas o excitadas , se convierten en otras substancias, generalmente gaseosas; liberando altas presiones y temperaturas en un periodo de tiempo extremadamente corto

10.3. CARACTERÍSTICAS DE LOS EXPLOSIVOS MILITARES MÁS COMUNES

Los explosivos que se emplean en las operaciones militares poseen ciertas características esenciales a su acción; tales características son:

- Relativa insensibilidad a los golpes o impactos de proyectiles aislados de pequeño calibre.
- Alta potencia.
- Alta densidad (peso por cada unidad de volumen).
- Estabilidad para conservarse en buen estado durante un tiempo razonable en cualquier clima.
- Detonación segura con cebos fácilmente preparados.
- Adaptabilidad para el empleo bajo el agua.
- Tamaño y forma adecuados para el uso por parte de las tropas.
- Mínima toxicidad (efectos venenosos) cuando son manipulados.
- Posibilidad de utilización en una gran variedad de temperaturas

10.4. CLASIFICACIÓN DE LOS EXPLOSIVOS

A partir de la velocidad, surgen diferentes clasificaciones para los explosivos, siendo esta una característica básica para diferenciar el uso mas apropiado de cada uno de ellos.

10.4.1. Explosivos Iniciadores o Fulminantes.-

Son explosivos sensibles a la llama.- Su manoseo es peligroso en alto grado y como su nombre lo indica, son utilizados para iniciar (detonar) los altos explosivos. Normalmente incluyen las cápsulas (fulminantes), los más usuales son:

- Ácido de plomo
- Estifinato de plomo
- Fulminato de mercurio
- Tetranitrato de Pentaeritrita
- RDX. (Ciclonita)

10.4.2. Bajos Explosivos (lentos)

Son explosivos sensibles a la llama y se diferencian de los iniciadores por no detonar y si deflagrar, es decir cambian de estado, de sólido a gaseoso, y en forma relativamente lenta (400 metros por segundo).

Esta característica hace que los explosivos lentos o bajos sean ideales donde se requiera un efecto propulsor o progresivo, ejemplo de estos explosivos tenemos:

- Pólvora negra
- Nitrato de amonio
- La dinamita sobre la base de nitrato

10.4.3. Altos Explosivos (rápidos)

Son explosivos que solo detonan a través de una onda explosiva originada por la detonación de otro explosivo, el cambio de este estado en este tipo de explosivo ocurre casi instantáneamente (entre 1000 y 8500 metros por segundo). Estos explosivos se usan donde se requiere un efecto destructor; como en carga de demoliciones, y como carga principal para minas, granadas y bombas, Ejemplos de estos:

- Trinitrotolueno (T.N.T.)
- Pentolita
- Tetril
- Hexígeno
- Pentrita
- Combinación de altos explosivos (C-3, C-4, Lineal)

TREN EXPLOSIVO

- Se conoce como tren explosivo, a la secuencia lógica para que se logre una detonación, esta compuesta de:

- **Un aparato o mecanismo que produce una llama.-** normalmente estos aparatos son: la mecha lenta y las cápsulas de percusión.

- **Una cápsula:** Generalmente es de aluminio y posee dos tipos de explosivos uno de ellos es el iniciador, puede ser de ácido de plomo con Estifinato de plomo, el otro es un alto explosivo

- **Un reforzador:** La detonación de la cápsula (fulminante) no es suficiente para detonar un alto explosivo; normalmente necesita de una onda explosiva, mayor (energía) a la producida por el alto explosivo de la cápsula

- **Carga Principal:** Constituye básicamente el alto explosivo que se desea o necesita explotar

TIPOS DE CARGAS

- **Cargas internas._**

Las cargas internas son las que se colocan en barrenos hechos en los blancos. Se fijan empacando apretadamente arena, arcilla mojada o algún otro material (atacadura) en la abertura. Este material se apisona o empaca contra el explosivo para llenar el orificio hasta la superficie. En los barrenos, el explosivo (generalmente dinamita) se apisona a medida que se coloca en el orificio.

- **Cargas externas._**

Estas cargas se colocan en la superficie del blanco. Se atracan cubriéndolas con arena, arcilla o algún otro material denso firmemente empacado. El atrancamiento puede hacerse por medio de bolsas de arena o con otro material flojo. Para el máximo de efectividad, el espesor del apisonamiento debe ser por lo menos igual al radio de la destrucción. Las pequeñas cargas rompedoras en superficies horizontales a veces se atracan empacando varios centímetros de arcilla mojada o lodo alrededor de las mismas. Esto se conoce como voladura sin barreno.

10.5. PRINCIPALES EXPLOSIVOS MILITARES.

10.5.1. Nitrato de amonio

Es el menos sensitivo de los explosivos militares y debe ser iniciado con una carga multiplicadora, debido a su baja sensibilidad, no es apropiado para cargas constantes o de ruptura, se usa para formar zanjas o cráteres.

10.5.2. Tetranitrato de Pentaeritrita (PENT)

Es altamente sensitivo y es uno de los explosivos militares más poderosos, es soluble en agua por consiguiente puede utilizarse en demoliciones subacuáticas.

10.5.3. RDX

Es altamente sensitivo y tiene un efecto destructor y es uno de los explosivos más poderosos.

10.5.4. Trinitotrolueno (T.N.T.)

Es el explosivo militar más común, es usado como carga multiplicadora, rompedora o de demolición.

10.5.5. Pólvora negra

Es el más antiguo de los explosivos y propulsores conocidos. Es un compuesto hecho de Nitrato de Potasio o de sodio con carbón vegetal y azufre.

10.5.6. El compuesto C-4

Es un explosivo mixto que contiene 91 % de RDX y 9 % de plastificante no explosivo, tiene potencia rompedora y es moldeable, es más estable y se le puede utilizar en operaciones bajo el agua.

10.5.7. Pentolita

Es una mezcla de PENT. Y T.N.T. se lo usa como carga multiplicadora debido a su alto poder y velocidad de detonación.

10.5.8. Dinamitas

La mayoría de las dinamitas, a excepción de la dinamita militar, contienen nitroglicerina y varias combinaciones de absorbentes oxidantes, antiácidos y reactivos depresivos del punto de congelación. Se usan para demoliciones de tipo general incluyendo la formación de cráteres, zanjas y canteras.

10.5.9. Dinamita militar.

Es un explosivo mixto que contiene 75 % de RDX, 15 % de T.N.T. y 10 % de sensibilizadores plastificantes. Tiene una fuerza equivalente a la dinamita comercial

al 60 %. No contiene nitroglicerina y, por lo tanto es más estable su manipulación y almacenamiento.

10.5.10. EL TORPEDO BANGALORE

El torpedo Bangalore sirve para despejar un sendero de 3 a 5 m de ancho a través de las alambradas. En las apertura de brechas en campos de minas, este hará estallar todas las minas antipersonales y la mayoría de minas antitanques en un sendero angosto

10.5.10.1. Características

- El torpedo bangalore m1a2 consta de conjuntos de carga, manguitos de conexión y un manguito de ojiva .
- Cada conjunto de carga, el cual se puede usar individualmente, es de una extensión de 1,50 m de tubería de acero de 6.35 cm de diámetro rellenado con 8 1/2 libras de explosivo de composición b y pesa 13 libras
- Una extensión de 4 pulgadas en ambos extremos esta rellenada de un detonador auxiliar de composición a-3.

10.5.10.2. Detonación

Las cápsulas detonantes militares eléctricas harán detonar al torpedo bangalore

10.5.10.3. Desventajas

- Cuando usamos el torpedo bangalore para abrir una brechas, se corre el peligro de ser descubierta la acción de nuestras tropas a causa del ruido producido por efectos de la detonación.

- el torpedo bangalore debe ser usado solamente en caso de emergencia, ya que este puede causar que muchas de las minas que se encuentran a los costados pueden tornarse sensibles debido al sacudimiento

10.5.10.4. MATERIALES : BANGALORE CASERO:

- Tubo p.v.c. 2 1/2 de diámetro y 1.50m de largo
- T.N.T. granulado
- Cordón detonante
- Papel periódico
- Cinta de embalaje

10.6. EQUIPO DE DEMOLICIÓN

10.6.1. Sistema de Disparo Ordinario

El sistema Ordinario es la preparación de una carga explosiva para detonación mediante materiales de cebado que constan principalmente de mecha lenta y cápsulas detonantes.

10.6.1.1. Cápsula Ordinaria.

Se encuentran constituidas por un casco metálico delgado anticorrosivo de 2 1/2 de largo y 1/4 de pulgadas de ancho aproximadamente, contiene un explosivo iniciador y una carga.

Debido a que las cápsulas ordinarias son difíciles de impermeabilizar, no debe usarse en cargas submarinas; de ser necesario, se las debe cubrir con un compuesto a prueba de agua y deben disparase inmediatamente después de colocarlos.

10.6.1.2. Mecha Lenta

Para disparar la cápsula ordinaria es necesario la mecha lenta, la cual se encuentra constituida por pólvora negra que arde en forma uniforme, aproximadamente 40 segundos por pie. Sin embargo es necesario probar la velocidad de combustión.

La pólvora se encuentra en el interior del cordón constituido por: la cubierta exterior, material impermeable y una envoltura de fibra, los cuales protegen a la pólvora de los agentes externos.

10.6.2. Sistema de Disparo Eléctrico

El sistema de disparo eléctrico, proporciona la chispa eléctrica o impulso para iniciar la detonación. Los componentes del sistema son: la cápsula eléctrica, el alambre, el carrete conductor y el explosor. Además podríamos nombrar algunos elementos que son necesarios para comprobar la buena instalación del sistema, se denominan a estos comprobadores.

10.6.2.1. Cápsula Eléctrica

Las cápsulas eléctricas vienen de una manera similar a las cápsulas ordinarias, con la diferencia de que traen un alambre conductor que puede tener diferentes dimensiones. Dichos alambres entran a través de un sello de caucho, plástico, etc.; una plaqueta de corto circuito o derivación que sujeta los extremos sueltos de los alambres, evitando un disparo accidental.

Para cumplir con este sistema de encendido se requiere:

- Alambre conductor.
- Explosor.
- Galvanómetro.
- Pinza del minador

10.7. MEDIDAS DE SEGURIDAD

- A los explosivos se les debe respetar pero en ningún caso se les debe temer. Si se les falta al respeto puede causar un accidente, si se les teme también pueden causar accidentes.
- Trate siempre a los explosivos con cuidado. "EMPLEE EL SENTIDO COMÚN".
- Una sola persona será la encargada de la preparación, colocación y activación de las cargas.
- No fume ni encienda fuego mientras manipula explosivos.
- No almacene en el mismo lugar explosivos y cebos.
- No emplee dinamita vieja u oxidada, destrúyala.
- Los cebos deben llevarlos una persona distinta a la que lleva los explosivos e ir lo más alejado posible.
- No transporte cebos y explosivos en el mismo vehículo.
- No deje las cápsulas expuestas al sol o en lugares que se puedan recalentar.
- No lleve cápsulas en los bolsillos. Llévelas en sus embalajes.
- No golpee las cápsulas.
- Fije las cápsulas en la mecha lenta con pinza de minador, nunca con los dientes.
- Las cargas sumergidas en lo posible emplee con cordón detonante y las cápsulas, fuera del agua.
- Haga la prueba con la mecha lenta para probar la velocidad a la que se quema.
- No doble la mecha lenta cuando la temperatura es muy baja.
- No haga explosión hasta que todo el personal a protegido.
- No abandone nunca explosivos. Limpie bien la zona donde ha trabajado.
- Cuidado con los gases tóxicos de la explosión.
- Mantenga unidos los alambres de las cápsulas eléctricas, manteniendo de esta forma cerrado el circuito.
- No deje conectados los cables al explosor después de haber dado fuego.
- No use cápsulas eléctricas durante una tormenta, porque la presencia de descargas eléctricas puede activar las mismas.
- No trabaje con explosivos cuando haya ingerido droga o bebidas alcohólicas.
- No abrir cajas de explosivos cerca o en los depósitos
- No emplear dinamita vieja, exudada, ni descompuesta
- No emplear dinamita congelada
- No descongelar la dinamita en otra forma que la reglamentaria

10.8. TRAMPAS EXPLOSIVAS

10.8.1 Definición

Trampa explosiva es un dispositivo destinado a detonar, y que por consiguiente un combatiente puede hacer funcionar sin darse cuenta causando grandes daños en el personal enemigo.

10.8.2. Composición de una trampa

Básicamente, una trampa consta de:

- Un dispositivo de disparo.
- Un detonador.
- Una carga principal.

El dispositivo de disparo se puede fijar directamente al detonador, o puede conectarse por medio de un cordón detonante, mecha lenta con tiempo o alambres eléctricos.

La carga principal puede ser una mina, una carga de explosivo, torpedos, bangaloren, granadas de mano, granadas de artillería o de morteros, agentes químicos incendiarios etc.

La eficiencia de cualquier trampa explosiva depende grandemente del ingenio del instalador, estas trampas pueden construirse:

- **De alivio de presión**
- **De tracción**
- **De presión**
- **Alivio de tensión**

10.8.3. Propósito

Las trampas explosivas son instaladas para retardar al enemigo causando bajas y destruyendo su equipo; crean una incertidumbre y afectan el estado de animo del enemigo. Están destinadas a atrapar al enemigo mediante la sorpresa.

10.9. ASPECTOS A CONSIDERAR PARA LA COLOCACIÓN DE LAS TRAMPAS.-

10.9.1. Comportamiento humano.

Las ubicaciones para trampas explosivas deben seleccionarse valiéndose de las siguientes características del comportamiento humano, particularmente cuando éstas se aplican al enemigo así:

10.9.1.1. Hábito

Casi todos ejecutan muchos actos por la costumbre de hacerlo, sin pensarlo. Tales actos incluyen, abrir puertas, encender luces, contestar teléfonos, etc. Las

trampas explosivas equipadas para ser activadas por la ejecución de tales actos atraparán a todos los desprevenidos excepto a los que son sumamente cautelosos.

10.9.1.2. Curiosidad

Por naturaleza los seres humanos son curiosos, un fusil, un archivador, los cajones de un escritorio, etc., son artículos que despiertan la curiosidad del enemigo haciendo que éste caiga en la trampa, esto principalmente cuando se trata de instalaciones como puestos de mando o destacamentos permanentes, también se puede emplear este tipo de trampas aprovechando el personal que ha sido dado de baja, generalmente el combatiente no toma las precauciones al encontrar material de un herido o fallecido.

10.9.1.3. Adquisición.

Todos los individuos tienen propensión a adquirir "cosas"

Algunos soldados saquean normalmente para obtener recuerdos; otros para obtener las cosas que no podrán conseguir de otra manera, tales como comida, joyas, etc.

10.9.1.4. Deseo de la comodidad

Todos los seres humanos necesitan albergue, una cama para acostarse e instalaciones para alojarse, etc.

10.9.1.5. Otros factores.

Las avenidas de aproximación son los sitios más adecuados en donde serán colocados diferentes tipos de obstáculos que permitirán limitar el avance del enemigo. Siendo importante considerar que la variedad es esencial en la instalación en trampas explosivas, ya que en una área dada de ser posible se utilizaran varios tipo de trampas considerando el terreno, el tiempo, el espacio, etc.

También debemos tomar en cuenta que para aumentar la eficiencia de las trampas activas es necesario crear un sin número de trampas simuladas, las que lógicamente van a retrasar el avance del enemigo y a la vez, nos permitirán encausarles a una zona de aniquilamiento.

10.9.1.6. Ubicaciones típicas.

Como se anoto anteriormente las trampas surten efecto de acuerdo a la ingeniosidad del combatiente. En este tipo de terreno las picas son los principales sitios para la colocación de trampas considerando los puntos que más llaman la atención. Además se debe aprovechar el equipo abandonado, comida, cadáveres, encomiendas, cartas, bases que han sido ocupadas, cubriendo las posibles vías de aproximación, etc.

10.9.1.7. Procedimientos para instalar una trampa explosiva

- Seleccione un sitio para colocar la carga que causará el daño más grande posible.
- Instale la carga, protéjala contra la humedad y ocúltela. Recuerde que el peligro de una explosión prematura disminuye, cuando se mantiene separado el dispositivo que hará accionar la carga principal.
- Verifique el dispositivo de disparo, si es necesario y conéctelo a la carga cuando el sistema es eléctrico, cerciórese de que la cápsula eléctrica esté insertada en las cargas explosivas, de lo contrario, se empleará cápsula ordinaria.
- Oculte cuidadosamente con las debidas medidas de seguridad.
- En lo posible emplee granadas con nylon.

10.9.1.8. Descubrimiento de trampas explosivas

Las trampas explosivas son generalmente la causa de muchas bajas del personal que combate, todas ellas podrán haberse evitado siempre que las víctimas hubiesen sido cautelosos de las artimañas del enemigo.

Como su nombre lo indica, están destinadas a cazar bobos. El estado de alerta, la cautela, la sospecha y el adiestramiento completo son cualidades inculcadas en un soldado para que evite caer en ellas.

Cuando se encuentre en movimiento considere que los punteros al movilizarse lo aran apoyándose en una vara, la misma que le permitirá descubrir la instalación de trampas y por ende podrán desactivarlas.

10.10. GUERRA DE MINAS

10.10.1. Mina

Es un explosivo envasado, destinado a destruir o dañar vehículos embarcaciones, aeronaves, construcciones, herir, dar de baja o incapacitar de algún modo al personal.

10.10.2. Campos Minados

Área sembrada de minas para cerrar el paso al enemigo, cambiando un terreno favorable a desfavorable para el enemigo.

10.10.3. Propósitos de los campos minados

- Se emplean para reforzar los obstáculos naturales y artificiales.
- Se siembra para lograr por los menos uno de los siguientes propósitos:

* Retardar al enemigo
* Encausarle o guiarle
* Hostigarle y desmoralizarle

- Reforzar otros obstáculos o armas

10.10.4. Limpieza de un campo minado

Consiste en el levantamiento de las minas de un campo minado o la destrucción de las mismas; esta limpieza se la realiza cuando se conoce todos los datos de registro y se dispone del croquis respectivo, caso contrario se realiza la apertura de brechas apoyándonos en los bengaloren que es una carga explosiva encerrada en un tubo que al explotar abre una brecha direcciones.

También podemos utilizar animales de sacrificio para poder abrir brechas en los campos minados.

10.10.5. Espoletear la mina.-

Es la acción de colocar la espoleta con su cápsula en la mina "con su seguro colocado".

10.10.6. Armar una mina.-

Es la acción de quitar el seguro a la espoleta principal colocada en la mina, a fin de dejarla en condiciones de actuar.

10.10.7. Desarmar una mina

Proceso inverso al anterior pero sin mover la mina de un lugar.

10.10.8. Minas individuales

- Mina antipersonal accionada por presión.
- Mina antipersonal accionada por alambre de disparo.
- Mina antipersonal con trampas explosivas.
- Trampas explosivas.

10.10.9. Clasificación de las Minas.

- Mina Antipersonal
- Minas anticarro - antipersonal
- Minas simuladas

10.10.10. Mantenimiento y almacenamiento de minas

10.10.10.1. Normas generales

- Las minas deben ser almacenadas separadamente de los accionadores con buena protección de la humedad.
- Para almacenar al aire libre se debe agrupar en número de 10 y protegidas del clima, colocando un toldo o carga.

- Antes de almacenar el material deberá realizarse una limpieza del sector y se colocará lubricantes para evitar que no se resequen los empaques.
- Ningún material inflamable deberá estar en los depósitos.

10.11. Técnicas Básicas de lanzamientos de campos minados

10.11.1. Tendido de Campos Minados Improvisados

Se realiza este lanzamiento donde se necesita obstáculos en plazo sumamente corto esto se hace para dar seguridad a nuestras tropas o para bloquear, interrumpir o canalizar ataques enemigos.

10.11.2. Tendido de Campos Minados Organizados

La diferencia de este tendido con el anterior se basa en el tiempo. Este tendido se usa cuando se dispone de tiempo para planificar, organizar y preparar el apoyo logístico para el esfuerzo.

Los campos de minas organizados generalmente siguen un patrón todas las minas se sepultan y camuflan.

10.11.3. Tendido de minas esparcibles.-

Se pueden expandir minas en una área objetivo valiéndose de numerosos medios tales como áreas o simplemente arrojándolas con la mano. Se tienden indistintamente sin seguir ningún patrón puede utilizarse tanto en operaciones defensivas como ofensivas.

En este tipo de tendidos podemos incluirle a la mina KLEYMORE la misma que por su configuración tiene una acción direccional, permitiendo cubrir avenidas de aproximación, puntos críticos, y bases permanentes o circunstanciales; la misma que por ser accionada mediante un cable de alimentación permite la seguridad en la persona que lo acciona.

Dentro de este tipo de sembrados podemos considerarles los sembrados de minas que se emplean para seguridad inmediata en las bases de patrullas o en los estacionamientos temporales que realice una unidad, debiendo tener presente de informar a los miembros de la patrulla para que no se movilicen, además se debe considerar que la persona encargada debe colocarlas con una piola guía para poder recuperarlas al siguiente día o al reiniciar el movimiento.

10.11.4. Clasificación de los campos minados.

- De protección
- Defensivo
- De barrera
- De hostigamiento
- Simulado.

10.12. EXPLOSIVOS ESPECIALES

10.12.1. CARGAS DE CORTE.

Para las cargas de corte utilizaremos los siguientes explosivos:

- Explosivo plástico
- T.N.T

Con las siguientes formas para su colocación:

- Triangular
- Rómbicas
- Forma de anillo
- Forma de par con 1 cm. de separación en la línea de ruptura.

10.12.2. FORMULAS:

10.12.2.1. Para madera.-

- **T.N.T**

C= 0,9 x A x B

- **Plástico**

C = 0,7 x A x B

10.12.2.2. Para piezas metálicas

- **T.N.T.**

C = 2,5 x A x B

- **Plástico**

C = 1,5 x A x B
C = Carga en gr.
A = Espesor en cm.
B = Ancho en cm.

10.12.2.3. Para cables, cadenas y varillas de acero.

- **T.N.T.**

C = 6 x A2

- **Plástico**

C = 4,6 x A2
C = Carga en gr.
A = Diámetro en cm.

10.12.2.4. Para tubos y columnas huecas de hierro

- **T.N.T.**

C = 75 x A x E

- **Plástico.**

C = 60 x A x E
C = Carga en gr.
A = Diámetro exterior del tubo en cm.
E = Espesor de la pieza en cm.

10.12.3. CARGAS BRECHADORAS.

10.12.3.1. Sánduche explosivo N.1

- Características:
  - ⇒ Fabricado con explosivo plástico en planchas de cartón
  - ⇒ Carga en forma rectangular
  - ⇒ Se la utiliza en paredes de ladrillo tendido sin enlucir o enlucidas un solo lado.

- Datos Técnicos:
- Medidas:
  - ⇒ Largo : 84 cm.
  - ⇒ Ancho : 54 cm.

- Cargas explosivas:
  - ⇒ Principales:
    12 x 3 x 0,7 cm
  - ⇒ Pequeñas:

6 x 3 x 0,7 cm.
⇒ Uniones:
12 x 1 x 0,7 cm.

- Cantidad de Explosivo:
  - 4,6 Petardos de 166 gr. c/u.
  - 533,6 gr.

- Elaboración:
  - ⇒ Se toma una plancha de cartón de 94 cm. de largo x 64 cm. de ancho, en la misma que se dibuja la carga y se coloca pegamento en el mismo.
  - ⇒ De cada petardo de C-4 se sacan tres pedazos iguales y se procede a moldear con la forma y medidas descritas anteriormente tanto para las cargas principales como para las pequeñas y uniones.
  - ⇒ Con metro de cordón detonante se elabora un espiral el mismo que se coloca en la parte inferior de la carga, como iniciador.
  - ⇒ Rellene la parte interior de la carga y proceda a colocar otra plancha de cartón, como tapa, uniendo las dos con cinta adhesiva.
  - ⇒ Cebe la carga con dos cápsulas eléctricas conectadas en paralelo al cordón detonante.
  - ⇒ Fije totalmente el sánduche explosivo a la pared, utilizando grasa o adhesivo doble como pega y un palo para mantener firme la carga en su puesto.

10.12.3.2. Sánduche explosivo

- Características
  - ⇒ Elaborado con explosivo plástico
  - ⇒ Carga en forma rectangular
  - ⇒ Se puede utilizar en paredes de ladrillo tendido sin enlucir o enlucidas un solo lado
- Datos técnicos.
  - ⇒ Medidas:
    Largo : 84 cm.
    Ancho : 48 cm.
- Cargas Explosivas:
  - ⇒ Horizontales
    48 x 1,5 x 0,7 cm
  - ⇒ Verticales
    84 x 1,5 x 0,7 cm.
  - ⇒ Para Iniciador:

4 x 4 x 0,7 cm.

⇒ Cantidad de explosivos.
3,66 petardos
425,33 gr.

- Elaboración:
  - ⇒ Se toma una plancha de cartón de 94 cm. de largo y 64 cm. de ancho, se dibuja la carga y se procede a colocar pegamento en el mismo.
  - ⇒ Un petardo cubre 72 cm. de largo por 1,5 cm. de ancho. Y 0,7 cm. de espesor.
  - ⇒ Rellene el espacio que queda en el interior
  - ⇒ Cebe la carga con doble cápsula eléctrica conectada en paralelo a un metro de cordón detonante, el mismo que en uno de sus extremos deberá tener un nudo en espiral y colocado en el cuadrado preparado para el efecto.
  - ⇒ Coloque otra plancha de cartón cubriendo la carga y asegúrele con cinta adhesiva.

- Observaciones:
  - ⇒ Los desperdicios llegan hasta una distancia de tres metros.
  - ⇒ La onda explosiva en el otro lado de la detonación es muy fuerte.

10.13. EXPLOSIVOS CASEROS.

Son explosivos hechos sobre la base de sustancias químicas apropiadas para la fabricación de mezclas explosivas e incendiarias.

Existe la tendencia a asociar la idea “Explosivos Caseros a “explosivos inferiores” un explosivo casero fabricado en buena forma y con materias primas de buena calidad se puede obtener el mismo resultado que un explosivo industrial.

10.13.1. MATERIAS PRIMAS UTILIZADAS EN MEZCLAS EXPLOSIVAS E INCENDIARIAS

- **Nitrato de Amonio**
  - ⇒ Es una sustancia inorgánica sólida de color blanco cristalino.
  - ⇒ Para ser empleado en la fabricación de explosivos debe ser preferentemente en forma de gránulos.
  - ⇒ Todas las mezclas que contengan este elemento deben tener iniciador aislado de la mezcla.
  - ⇒ Se obtiene en fabricas de abonos y fertilizantes y laboratorios, su venta es restringida.

- **NITRATO DE POTASIO**
  - ⇒ Es una sustancia inorgánica, sólida de color rosado y blanco. Se utiliza en la fabricación de pólvoras.
  - ⇒ Se obtiene en el comercio como abono de tubérculos, en fabricas de abono y fertilizantes, supermercados y laboratorios.

- **CLORATO DE POTASIO .**
  - ⇒ Es una sustancia inorgánica sólida de color blanco cristalino.
  - ⇒ Se presenta en polvo o granulado, se utiliza en la fabricación de pólvoras Mezclado con algunos elementos de combustión se obtiene un explosivo de baja potencia, húmedo pierde sus condiciones.
  - ⇒ Se obtiene en sus yacimientos naturales. Además se obtiene a partir del ácido nítrico sintético del nitrato de cal.

- **ALUMINIO**
  - ⇒ Es un elemento químico, que se ocupa para aprovechar el alto calor de canoas, lo que eleva la velocidad y poder rompedor de una mezcla explosiva e incendiaria.
  - ⇒ Debe estar finalmente dividido para obtener mezclas más íntimas, lo que mejora el rendimiento del explosivo. Especialmente en compuestos basándose en Nitrato de amonio.
  - ⇒ Es de color plomo metálico, cuando trabajamos con aluminio debe tener en cuenta que es volátil.
  - ⇒ El aluminio puede obtenerse en fabricas de pinturas anticorrosivas, pinturas metálicas de automóviles y en ferreterías.

- **PERMANGANATO DE POTASIO.**
  - ⇒ Es una sal de color violeta obscura. Los explosivos preparados sobre la base de permanganato de potasio pueden ser iniciados pirotécnicamente, sin necesidad de cápsulas iniciadoras.
  - ⇒ Este se obtiene en farmacias, hospitales y laboratorios.

- **OXIDO DE PLOMO.**
  - ⇒ Es un polvo anaranjado, muy pesado, es muy soluble en el agua, no explosiona a causa de los golpes, se utiliza en la fabricación de agresivos incendiarios y explosivos caseros.
  - ⇒ Se obtienen en fábricas que se dedican a la confección de pinturas anticorrosivas.

- **OXIDO FERRICO.**

⇒ Es una sustancia en polvo de color rojo o marrón, no explosiona con golpes ni fricción, con el aluminio se obtiene una mezcla que al combustionarse produce gran cantidad de calor.

⇒ Se obtiene en fabricas de pinturas anti - óxido.

- **MARGENSIO.**

- Es una sustancia en polvo color amarillo, se utiliza en la preparación de agresivos incendiarios y mezclado con permanganato de potasio constituye un buen explosivo.
- Puede obtenerse en fabricas de fuegos artificiales o flahs fotográficos.

- **CARBON VEGETAL.**

- Este elemento proviene de la combustión de madera debe estar molido en polvo finísimo, es de color negro y sirve de combustible en la fabricación de pólvoras.

- **AZUFRE.**

⇒ Es una sustancia inorgánica de color amarillo limón.

⇒ Se obtiene en fabricas de abonos y fertilizantes, ferreterías y supermercados

- **AZÚCAR.**
- De color blanco, soluble en agua, se descompone parcialmente, forma caramelo cuyo color es pardo, esta propiedad es utilizada en la fabricación de artefactos explosivos e incendiarios, de preferencia (azúcar flor)

10.13.2. FABRICACION DE EXPLOSIVOS CASEROS.

La fabricación de explosivos caseros tiene diferentes fases en las cuales se debe despertar la secuencia que se indica:

- SECADO.

  Todos los elementos deben encontrarse perfectamente secos, sin sobrepasar el 4% de humedad.

  La humedad se comprueba en forma práctica al tomar el elemento en la mano y aplicando una ligera presión, si al abrir la mano no vuelve a la posición primitiva, es decir a la que tenia antes de ser ejercida la presión, o dicho de otra forma, si se mantiene la deformación producida por la presión, podemos considerar que la humedad es del 4% o más.

En este caso se puede secar el elemento de las siguientes formas:}
- Al sol
- Horno eléctrico
- Al fuego, evitando sea en forma directa (baño María arena)

Hay que tener en cuenta que la temperatura del elemento no sobrepase los 60 grados centígrados, si el elemento esta molido, es suficiente 40 grados centígrados para secarlo.

- MOLIENDA.

Debe hacerse sobre una cubierta de aluminio vidrio o mármol, sirviendo de uslero una botella de arena.

Algunos productos pueden ser molinillos de café o rallado. Para la molienda se debe usar guantes de goma, así se evita que humedezca la mezcla que se muele, cuando se muele clorato de potasio deben hacerse en cantidades no superiores a 25 grados.

- TAMIZADO O ARNEADO

Los elementos deber ser tamizados por separados. Asegurándose que no tengan impurezas y que todos los granos sean del mismo tamaño.

Para facilitar el tamizado podemos ejercer presión manual sobre el producto de forma que este pase más rápidamente la trama con el cuidado de usar guantes.

- PESAJE.-

Todas las mezclas explosivas tienen sus porcentajes con relación al peso por lo tanto debemos contar con una balanza de mucha precisión, para poder hacer un compuesto con la cantidad de ingredientes exacto sin excedernos a restar porcentaje a la composición explosivo o incendiario.

Cálculo de porcentaje: ver la cantidad que se va a fabricar y realizamos la regla de tres.

Grs. Fabricar 100%
Grs. Por pesar .... % que nos da la fórmula.

Ejercicio para fabricar un ANFO AL.

Cantidad de explosivo por fabricar: 1.600 grs.

FORMULA:
ALUMNIO 13% =
208 GRS.

PETROLEO	5%	=	80 GRS.
NITRATO DE AMONIO	82%	=	1.312 GRS.

- MEZCLADO .

  Una vez hechas las operaciones anteriores procedemos a mezclar los elementos integrantes del explosivo en cuestión.

  En primer lugar se deben mezclar dos elementos y se agregan los otros uno a uno. Si la mezcla contiene aluminio, este será el último componente que se integrará.

  El resultado de esta fase de fabricación debe dar una mezcla de color uniforme y sin grumos. Para esto se resuelve los componentes con una espátula de madera o cuchara de vidrio.

- ENVASADO.-

  Por último debemos envasar en forma inmediata el explosivo en bolsas plásticas y bien cerradas y en cantidades que no excedan los 500 grs. Preservándolo así de la humedad posteriormente se procedería a rellenar de artefactos, en último momento.

10.13.3. MEZCLAS INCENDIARIAS

- GELATINAS.-

  60% gasolina o petróleo
  40% jabón no detergente o parafina sólida (esperma de vela).

  Aplicamos la regla de tres.

Aluminio	1.600 Grs.	100%		
	X Grs.	13%	=	208 Grs.
Petróleo	1.600 Grs.	100%		
	X Grs.	5%	=	80 Grs.
Nitrato de	1.600 Grs.	100%		
	X Grs.	82%	=	1.312 Grs.

- CALCULO POR PARTE DE PESO: Primero se suman todas las partes y esta cantidad divide los gramos que vamos a fabricar.

  Queremos fabricar 240 grs. de jarabe explosivo, ya sabemos que 240 lo dividimos por el total de las partes en este caso 6.

  1 parte peso azúcar
  1 parte peso agua
  4 parte peso clorato de potasio

6 partes total.
Dividimos $\frac{140}{6}$ = 40 valor de cada parte

Es decir

Azúcar : 40 Grs.
Agua : 40 Grs.
Clorato de potasio: <u>160 Grs.</u>
240 Grs. jarabe explosivo

Indicaciones.

Calentar hasta ebullición prudente. El combustible, luego agregar el jabón o vela hasta que se disuelva por completo, envasar antes que se endure en una botella o ampolleta.

Se enciende por medio de una mecha de circunstancia.

- **JARABE**.-
  1 parte peso azucar
  1 parte peso agua
  4 partes peso clorato de potasio

  Indicaciones.-
  Disolver el azúcar en el agua hasta que hierva, agregar clorato de potasio, dejar reposar por 24 horas.
  Se enciende con explosivo iniciador

- **CERA INCENDIARIA**.-
  5 partes peso cera
  6 parte peso aserrín

  Indicaciones.-
  Fundir la cera y agregar el aserrín
  Se enciende con mecha de circunstancia o explosivo iniciador

- **AZUFRE**.-

7 partes en peso de nitrato de potasio
1 parte en peso de azufre
2 partes en peso de harina o aserrín

Indicaciones.-

Haga la mezcla uno por uno en el orden que esta indicado. Se inicia con iniciador explosivo.

LADRILLO INCENDIARIO.-
1 parte de polvo de aluminio
1 parte de yeso
1 parte de peso de agua y aceite de lino.

Indicaciones.-

Mezclar Íntimamente el aluminio con el yeso, añadir el agua y dejar secar durante 15 días a temperatura normal, o 24 horas a 20 grados c. Luego introduzca la mezcla, una vez seca en aceite de lino durante 20 minutos.
Medios de encendido, explosivos iniciador.

Formula No.1
3 partes de nitrato de potasio
1 parte de caucho en polvo
1 parte de azufre
mezcla muy giroscópica envasar en la lata y prensar
Medio de encendido: explosivo iniciador.

- POLVORA NEGRA.-

La pólvora negra puede usarse salitre sódico o salitre potásico y existen variables en las proporciones de sus componentes.

Pólvora negra No.1
Salitre sódico : 75% en peso
Carbón vegetal: 15% en peso
Azufre : 10% en peso

Pólvora negra No2
Salitre potasico : 62% en peso
Carbón vegetal : 18% en peso
Azufre : 20 % en peso

Pólvora negra No3.
Clorato de potasio : 70% en peso
Azufre : 10% en peso
Carbón : 20% en peso

Esta pólvora puede ser reforzada con 10% de aluminio en polvo, lo que aumenta notablemente su velocidad de detonación.

10.13.4. EXPLOSIVOS ROMPEDORES.-

Los explosivos rompedores que se indican a continuación son el resultado de simples mezclas mecánicas de sus elementos, conforme a los porcentajes que se detallan a continuación.

R.-1

Aluminio	:	5%
Aserrín	:	10%
Nitrato de amonio	:	85%

Velocidad de detonación : 369 m/seg.

R.-2

Aluminio	:	9%
Perclorato de potasio	:	20%
Asfalto o caucho	:	11%
Nitrato de amonio	:	60%

Velocidad de detonación : 3.260 M/seg.

R.-3

Aluminio	:	10%
Asfalto o caucho	:	10%
Nitrato de amonio	:	80%

Velocidad de detonación: 3.660 M/seg.

10.14. EXPLOSIVOS CASEROS

10.14.1. PROPOSITO

- Para usar al máximo los recursos locales
- Para encontrar y reconocer cualquier uso de los explosivos caseros por el enemigo.
- Para adiestrar paramilitares y fuerzas indígenas, en el reconocimiento, manufactura y el uso de los explosivos caseros.
- Para emplear químicos en sabotajes, demoliciones para asegurar un área.

10.14.2. EXPLOSIVOS.

Hechos de dos componentes	Combustibles Oxidantes.

Son sensitivos al choque y la fricción

Combustibles.-
Un combustible, líquido o sólido, una vez iniciado por un buen estímulo puede combustionar hasta detonar, Ejemplo:
Migajas, carbón, limalla, parafina (cera o aceite), diesel, naftalina (bolitas), glicerina (anticongelante), azufre, azúcar, polvo de magnesio, polvo de aluminio.

- MEZCLA DE NITRATO Y AMONIO.-

Se presenta en forma de cristales hidroscópicos, es un buen oxidante por so solo es difícil de detonar, requiere un 5 a un 10% de C-4 (adicionar una pequeña cantidad de combustible, se convierten en un poderoso explosivo cortante.

Manténgalo lejos de cobre y no lo atraque. Manténgalo libre, ideal para hacer cráteres y para claymores improvisada.
Mézclese rápidamente en ambientes húmedos.

• MEZCLA 1	MEDIDA	
Nitrato de Amonio	85.5	fertilizante 30%
Polvo de aluminio	8	pinturas químicos
Dicromato de potasio	4	fotografía
Polvo de carbón	2.5	BBQ

Tiene un color gris obscuro sin olor
Sensible al detonador.

NOTA: No permita que todo el polvo se riegue sobre la mecha lenta.

PREPARACIÓN.-
01.- Preparare una base de papel periódico
02.- Muela el nitrato de amonio para disolver las bolas
03.- Mezcle totalmente
04.- Póngalo en un recipiente.

INICIADOR.-
10% de C-4 o 3 vueltas de cordón detonante.

• MEZCLA 2	MEDIDA
Nitrato de amonio (274 gm.)	70
Naftalina bolitas (21 gm)	7
Dicromato de potasio	

PREPARACIÓN.-

01.- Prepara sobre una base de papel periódico
02.- Muela el nitrato de amonio para disolver las bolas
03.- Añada los químicos y mezcle
04.- Guárdelo en un recipiente sin aire preferiblemente
05.- Iniciador 10% de C-4 con 3 vueltas de cordón detonante.

NOTA: Le afecta la humedad, la naftalina tiene un olor fuerte úselo dentro de las 24 horas próximas.

• MEZCLA 3	MEDIDA
Nitrato de amonio 235 gm.	19
Polvo de aluminio 15 gm.	1

PREPARACIÓN

01,- Prepare sobre una base de papel periódico
02.- Muela el nitrato de amonio
03,. Añada el polvo y mezcle
04.- Empáquelo en un recipiente.

INICIADOR.-
10% de C-4

NOTA: No use un iniciador eléctrico, no deje que el polvo llegue a la mecha lenta, tenga cuidado del polvo en la atmósfera, se presenta en color plateado., sin olor.

• MEZCLA 4 (ANFO)	MEDIDA
Nitrato de amonio	15%
Combustible (diesel)	1%

PREPARACIÓN.

01.- Prepare sobre una base de papel periódico
02.- Muela el nitrato de amonio
03.- Coloque el nitrato de amonio en un recipiente
04.- Ponga el diesel y mezcle

INCIADOR.-
10% de C-4
No lo atraque fuertemente (duro de iniciar)

NOTA: Si no hay diesel use la mitad de petróleo, la mezcla puede variar, tiene color gris, carga propulsora de fuerza regular.

- MEZCLA DE CLORATO DE POTASIO.-

01.- Fácil de hacer polvo
02.- No puede usar detonante por si solo
03.- Si se combina puede incendiarse y detonar inmediatamente
04.- Para emplear químicos en sabotajes, demoliciones para asegurar un área.

EXPLOSIVOS.-

Hechos de dos componentes Combustibles
Oxidantes.

Son sensitivos al choque y a la fricción.

Combustibles.-

Un combustible, líquido o sólido, una vez por un buen estímulo puede combustionar hasta detonar, Ejemplo:
Migajas, carbón, limalla, parafina (cera o aceite), diesel, naftalina (bolitas), glicerina (anticongelante), azufre, azúcar, polvo de magnesio, polvo de aluminio.

MEZCLA DE NITRATO Y AMONIO.-

Se presenta en forma de cristales hidroscópicos, es un buen oxidante por sí solo es difícil de detonar, requiere en 5 a 10% de C – 4 (adicionar una pequeña cantidad de combustible, se convierten en un poderoso explosivo cortante).

Manténgalo lejos de cobre y no lo atraque, manténgalo libre, ideal para hacer cráteres y para claymores improvisada.
Mézclese rápidamente en ambientes húmedos.

MEZCLA 1	**MEDIDA**
Nitrato de amonio	85.5 fertilizante
30%	

Polvo de aluminio 8 pinturas, químicos.
Dicromato de potasio 4 Fotografía.
Polvo de carbón 2.5 BBQ.
Tiene un olor gris obscuro sin olor sensible al detonador.

NOTA: No permita que todo el polvo se riegue sobre la mecha lenta.

PREPARACION.-
01.- Prepare en una base de papel periódico.
02.- Muela el nitrato de amonio para disolver las bolas.
03.- Mezcle totalmente.
04.- Póngalo en un recipiente.

INICIADOR.-
10% de C – 4 o 3 vueltas de cordón detonante.

MEZCLA 2	**MEDIDA.**	
Nitrato de amonio	70	(274gm.)
Naftalina	7	bolitas (21gm.)
Dicromato de potasio.		

PREPARACION.-
01.- Prepare sobre una base de papel periódico.
02.- Muela el nitrato de amonio para disolver pera disolver las bolitas.
03.- Añada químicos y mezcle.
04.- Guárdelo en un recipiente sin aire preferiblemente.
05.- iniciador 10% de C- 4 con 3 vueltas de cordón detonante.

NOTA: Le afecta la humedad, la naftalina tiene un olor fuerte, úselo dentro de las 24 horas próximas.

MEZCLA 3	**MEDIDA**	
Nitrato de amonio	19	235 gm.
Polvo de aluminio	1	15 gm.

PREPARACION.-
01.- Prepare sobre una base de papel periódico.
02.- Muela el nitrato de amonio.

03.- Añada el polvo y mezcle.
04. Empáquelo en un recipiente.

INDICADOR.-
10% de C- 4.

NOTA: No use un iniciador electrónico, no deje que el polvo llegue a la mecha lenta, tenga cuidado del polvo en la atmósfera, se presenta en color plateado, sin olor.

MEZCLA 4 (ANFO) **MEDIDA**
Nitrato de amonio 15 %
Combustible (diesel) 1 %

PREPARACION.-
01.- Prepare sobre una base de papel periódico.
02.- Muela el nitrato de amonio.
03.- Coloque el nitrato de amonio en un recipiente.
04.- Ponga el diesel y mezcle.

INDICADOR.-
10% de C- 4.
No lo atraque fuertemente (duro de iniciar).

NOTA: Si no hay diesel use la mitad de petróleo, la mezcla puede variar, tiene color gris, carga propulsora de fuerza regular.

- **MEZCLA DE CLORATO DE POTACIO.-**

01.- Fácil de hacer polvo.
02.- No puede ser detonada por sí solo.
03.- Si se combina puede incendiarse y detonar inmediatamente.
04.- Extremadamente sensitivo ala fricción y a los golpes.
05.- Peligroso mezclar y combinar.
06.- No mezcle con fósforo rojo, aluminio o magnesio, casi tan poderoso como la pólvora mezclada con parafina líquida o en cera.
07.- Puede cortar acero.
08.- Si se mezcla con limalla es mucho más sensitivo.

MEZCLA 5 **MEDIDA.**
Clorato de potasio 9 %
Parafina en cera 1 %

Limalla o carbón 2,5 %

PREPARACION.-
01.- Caliente la parafina casi hasta diluirla.
02.- Póngalo en un recipiente que no sea metálico.
03.- Añada el clorato de potasio y remueva.
04.- Esparza las limallas y mézclela.
05.- Amóldelo al recipiente usando un palo.

INDICADOR.-
10% de explosivo, color café o gris obscuro, úselo hasta después de 3 días, manéjelo con cuidado.

- **MEZCLA 6** **MEDIDA.**

Clorato de potasio 9 % (270 gm).
Grasa, vaselina o gel mineral 1 % (30 gm).
Mantequilla o margarina

PREPARACION.-
01.- Caliente la vaselina hasta que hierva
02.- Viértalo en un recipiente plástico
03.- Añada el clorato de potasio y mézclelo
04.- Póngalo en un recipiente sin aire.

INICIADOR.-
10% de C – 4

NOTA: No le afecta la humedad, puede guardarse por largo tiempo, mejora la calidad añadiendo polvo de aluminio.

- **MEZCLA 7** **MEDIDA**

Clorato de potasio
Vela o cera de parafina.

PREPARACION.-
01.- Caliente la cera casi hasta hervirla
02.- Pásela a un recipiente de plástico
03.- Añada el clorato de potasio y mézclelo
04.- Empáñelo en un recipiente
05.- Deje que se seque en 24 horas.

INICIADOR.-
10 % de C – 4

NOTA: No le afecta la humedad, color blanco hueso, para guardarlo se lo hace en un recipiente sellado.

- **MEZCLA 8** **MEDIDA**

Clorato de sodio	7 % (210 gm).
Azúcar	3% (90 gm).

PREPARACION.-
01.- Prepare la mezcla en una base de papel periódico.
02.- Pese los componentes y mézclelos
03.- Empáquelo en un recipiente.

INICIADOR.-
Sensible a los golpes y fricción.
Cordón detonante anudado.

NOTA:
Puede ser tóxico use una máscara y guantes, puede sustituir el clorato de potasio, forma un poderoso explosivo de empuje, en agua es inerte.

- **MEZCLA 9** **MEDIDA**

Bicarbonato de sodio	9 %
Polvo de aluminio	1 %

PREPARACION.-
01.- Prepare sobre una base de papel periódico.
02.- Mezcle completamente
03.- Empáquelo en un recipiente apropiado.

INICIADOR.-
10% de C – 4

NOTA:
Asegúrese que la mezcla no cubra toda la mecha lenta.

10.15. EXPLOSIVOS CASEROS INCENDIARIOS

- **GELATINA DE PETROLEO.-**

Migajas de jabón 4 %
Petróleo, parafina, diesel 6 %

PREPARACION.-
01.- Calentar el diesel antes de que hierva
02.- Ponga el jabón y revuélvalo hasta que la mezcla esté compacta.

INICIADOR.-
Clorato de azúcar a un fósforo.

- **BOMBA INCENDIARIA**

Líquido lava vajillas 1 %
Petróleo 1 %

PREPARACION.-
01.- Hierva el lava vajillas
02.- Llene la mitad de la botella con petróleo
03.- Llene el recipiente con líquido caliente
04.- Tape el recipiente y mezcle completamente.

INICIADOR.-
Cualquier llama, se enciende máximo dentro de una hora de preparado.

- **TRIPLE ENCENDIDO.-**

Permanganato de potasio 9 %
Azúcar 1 %

PREPARACION.-
01.- Mezcle completamente y póngale en un recipiente.

INICIADOR.-
Seco.- Uno o dos medidas de mecha lenta.
Húmedo.- Anticongelante (20, 30 seg. De retardo)
Glicerina.

NOTA:
Cuando se humedece un poco se inicia mejor, no muela o golpee el permanganato de potasio porque explota.

- **MEZCLA 5** **MEDIDAS.**

Permanganato de potasio 2 %
Polvo de aluminio 1 %

PREPARACION.-
01.- Prepárelo sobre una base de papel periódico.
02.- Mézclelo u póngalo en un recipiente.
03.- Sin aire.

INICIADOR.-
Clorato de azúcar, mecha lenta.

NOTA:
Se incendia mejor con un flahs estático, excelentes para maletas, cargueros y aviones, deja una ceniza verde cuando se ha quemado.

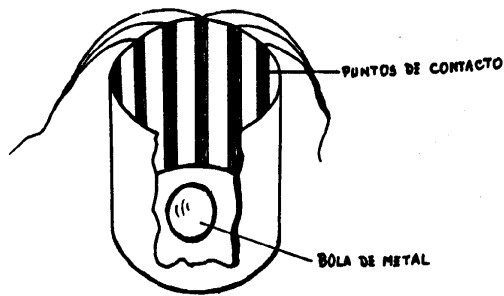
- **MEZCLA 6 (BOMBA TERMITA DE FLORERO)** **MEDIDAS.**

Polvo de magnesio 4 % total de la mezcla.
Oxido férrico (óxido) 3 % por lo menos 2 Libras.
Polvo de aluminio 2 %

PREPARACION.-
01.- Prepare sobre una base de papel periódico.
02.- Mezcle completamente
03.- Ponga un pedazo de cartón en el fondo de un florero
04.- Llene el florero hasta la mitad con la mezcla
05.- Coloque una cápsula con clorato de azúcar en el florero
06.- Llene lo que resta del florero y séllelo
07.- Llene el florero con la mano y no lo sacuda para que el óxido férrico no caiga al fondo.

INICIADOR.-
Clorato de azúcar y mecha lenta.

NOTA:
El magnesio causará burbujas en la base, podrá quemar hasta 3 mm. De acero, buena para atacar a los tanques de combustible de aviones, debe guardarse selladamente, puede durar 2 meses.

M.- TRAMPAS TODO SENTIDO.-

N.- TRAMPAS CON GRANADAS DE MANO.-

GRANADA DE MANO CON MECHA LENTA	GRANADA DE MANO CON CAPSULA ELECTRICA
PASADOR DE SEGURIDAD REMOVIDO PIOLA DE NYLON MECHA LENTA	PASADOR DE SEGURIDAD REMOVIDO CAPSULA ELECTRICA CINTA ADESHIBA
GRANADA DE MANO CON EL PASADOR DE SEGURIDAD REMOVIDO PASADOR DE SEGURIDAD	GRANADA ALAMBRE DE TROPIESO EMBACE DE GRANADA ASEGURADO
CERO ORDINARIO CON INICIADOR QUIMICO USE MEZCLA CLORATO DE POTASIO CON AZUCAR. CAPSULA MEDICINAL CON ACIDO SULFURICO	INICIADOR "EXPLOSION MAGICA" PARA CAPSULAS ORDINARIAS: NONEL -USE POLVORA NEGRA -FILAMENTO DE FLASH O CUALQUIER OTRO APROPIADO -USE BATERIA DE 9 V., ALAMBRE CON VARIOS FILAFILAMENTOS DELGADOS -SORBETE, CINTA AISLANTE

Azúcar	1 %
10.17.3. Nitrato de potasio	7,5 %
Carbón	1,5 %
Azufre	1

PREPARACION
01.- Prepare la mezcla y añada agua.
02.- Sumerja un pedazo de hilo blanco en la mezcla
03.- Remueva y deje que se seque
04.- Remueva el exceso de mezcla de el hilo.
05.- Pruebe el seguro.

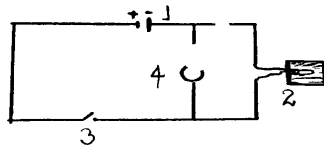
10.18. INICIADORES CASEROS.

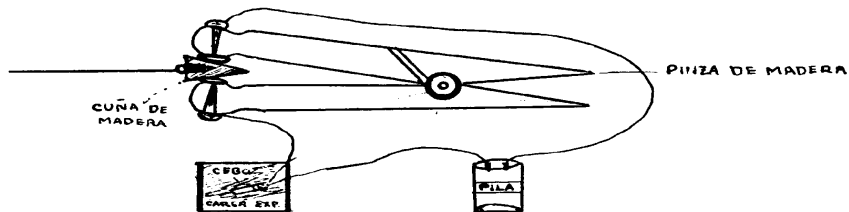
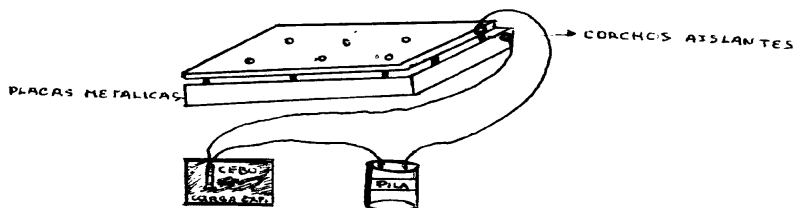
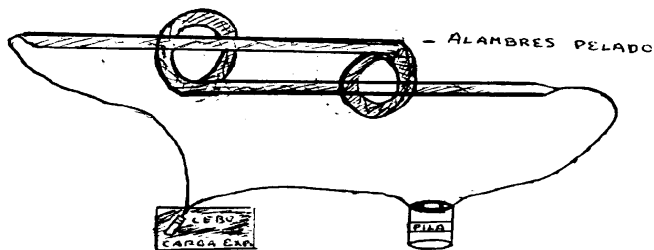
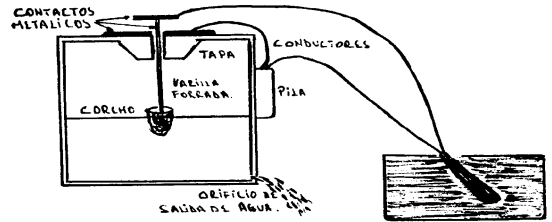
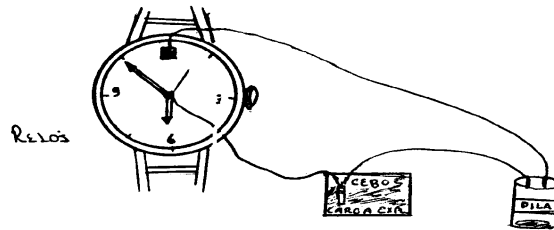
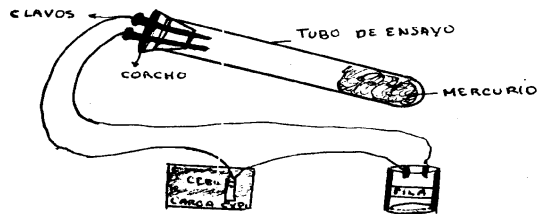
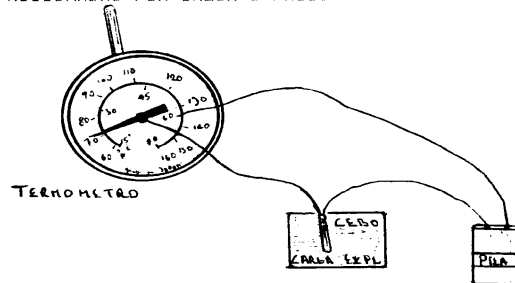
- Traspase un gancho con dos contactos.
- Coloque lana de acero una alrededor de los contactos
- La lana de acero se enciende cuando se conectan a la corriente.

10.19. INICIADOR DE FOCO.

- Rompa la botella del foco pero no los hilamentos
- Cuando pasa la corriente los hilamentos se encienden e inicia al clorato de azúcar.

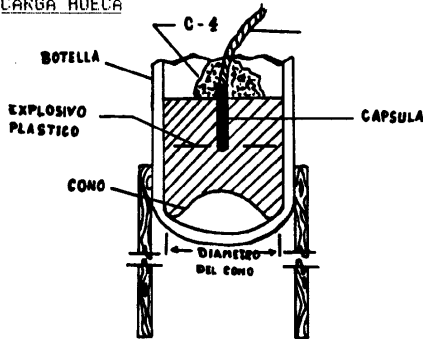
TRAMPAS EXPLOSIVAS

A.- ESQUEMA GENERAL DE UNA TRAMPA EXPLOSIVA.-

1.- PILA (NORMALMENTE DE 9 VOLTIOS)
2.- CEBO ELECTRICO INTRODUCIDO EN LA CARGA
3.- SEGURO DE DISTANCIA (DE TIEMPO, MECANICO, QUIMICO)
4.- BOMBILLA DE SEGURO

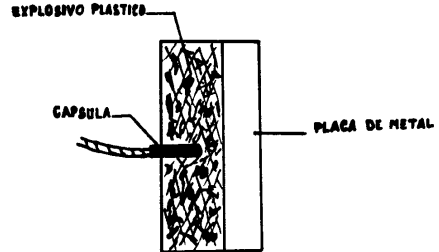
B.- TRAMPA ACCIONADA POR EXTRACCION DE CUÑA.-

C.- TRAMPA ACCIONADA POR PRESION.-

D.- TRAMPAS ACCIONADAS POR TRACCION.-

E.- TRAMPAS ACCIONADAS POR MECANISMO AGUA-CORCHO: AGUA LLUVIA.-

F.- TRAMPAS ACCIONADAS POR RELOJ.-

G.- TRAMPAS ACCIONADAS POR GIRO O INVERSION.-

H.- TRAMPAS ACCIONADAS POR CALOR O FRIO.-

CARGAS ESPECIALES

USE EXPLOSIVO PLASTICO

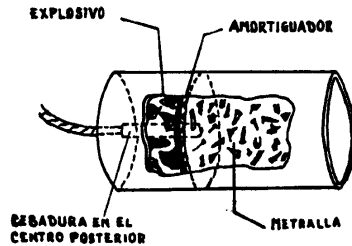
CARGAS IMPROVISADAS

CARGA HUECA

A1 = ALTURA DE LA CARGA = 2 x A2
A2 = ALTURA DEL CONO
d = ANGULO DEL CONO = 45 A 60 GRADOS
D = DISTANCIA DEL SOPORTE DEL PIE = 1/2 EL DIAMETRO DEL CONO.
DETONE EN EL CENTRO DE LA PARTE SUPERIO

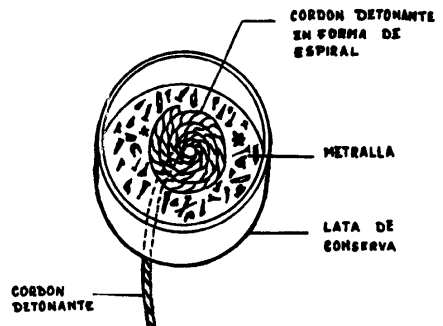
CARGA DE PLATO

USE EXPLOSIVO PLASTICO IGUAL AL PESO DEL PLATO (2 A 6 LIBRAS)

PIEZA DE METAL PUEDE SER: REDONDOS O CUADRADO PLANO O CONCAVO
DETONE EN EL CENTRO
ALCANCE EFECTIVO 35 mts.

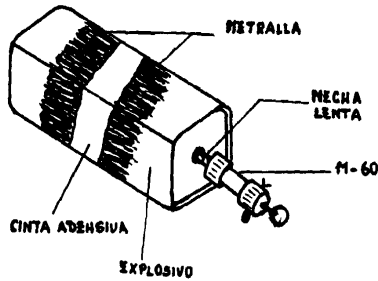
CARGA LANZA METRALLA

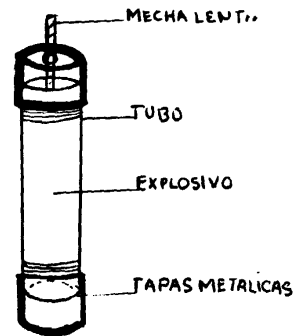
PESO DE EXPLOSIVO APROXIMADO 1/4 lbs.
PESO DE LOS PROYECTILES

USE CUALQUIER TIPO DE RECIPIENTE, LATON DE 1 GALON, CAJAS DE MUNICION, ETC.
USE CUALQUIER TIPO DE AMORTIGUADOR, TIERRA, HIERVAS, HOJAS, CARTON, TELA.
USE EXPLOSIVO PLASTICO
DETONE EN EL CENTRO DE LA CARGA

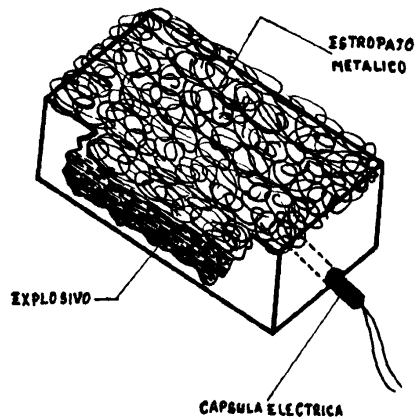
MINA ANTIPERSONAL IMPROVISADA PEQUEÑA

USE UNA LATA DE ATUN O CONSERVA
USE CORDON DETONANTE HECHO NUDO ESPIRAL

USE CERCA DEL ENEMIGO (NO MAS DE 5 METROS)

CARGAS IMPROVISADAS

GRANADAS DE MANO IMPROVIZADAS
USE CUALQUIER TI'O DE EXPLOSIVO
USE CEBAMIENTO ··INARIO

MECHA LENTA DE 6 A 8 SEGUNDOS
USE M-60, SI NO TIENE USE FOSFOROS
(TECNICA DE PRENDIDO RAPIDO)
USE TELA, CINTA ADHESIVA, CORDON, ETC.
PARA ASEGURAR LA METRALLA
USE UN MADERO A MODO DE AGARRADERA

GRANADA DE MANO CON TUBO METALICO
USE CUALQUIER EXPLOSIVO

PUEDE HACER CORTES EN EL TUBO
USE OTROS METALES PARA REFORZAR EL TUBO

CARGA INCEDIARIA (JABONERA)
USE EXPLOSIVO PLASTICO
USE GASOLINA CON ACEITE QUEMADO, CERA, ETC.

RECIPIENTE DE LATA O PLASTICO
JABONERA DE PLASTICO
USE ESTROPAJO DE METAL, CLAVOS PEQUEÑOS

B.- SILUETA EXPLOSIVA.-

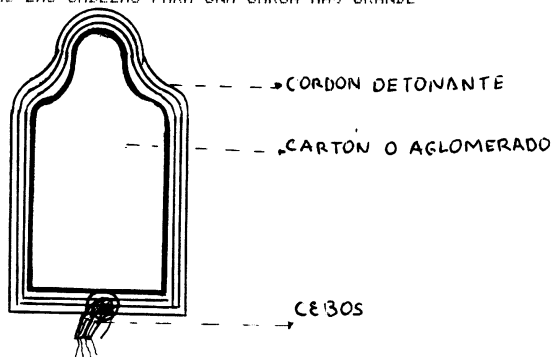
CARGA EN FORMA DE SILUETA
USE CORDON DETONANTE ALREDEDOR DE LA SILUETA
LARGO 100 cm. ANCHO 60 cm. APROXIMADAMENTE

ELABORACION Y CEBAMIENTO.-

- SILUETA DE CARTON O AGLOMERADO
- DESDE EL CENTRO DE LA BASE DE LA SILUETA. DE LAS VUELTAS NECESARIAS
- FIJE EL CORDON DETONANTE CON CINTA ADHESIVA
- DEJE 40 cm. DE CORDON PARA EL CEBAMIENTO
- USE 2 CAPSULAS PARA EL CEBAMIENTO
- USE GRASA PARA AYUDAR A ADHERIR LA SILUETA EN LA PARED, TAMBIEN UTILICE UN MADERO
- SELLE LOS EXTREMOS DEL CORDON DETONANTE

RICO

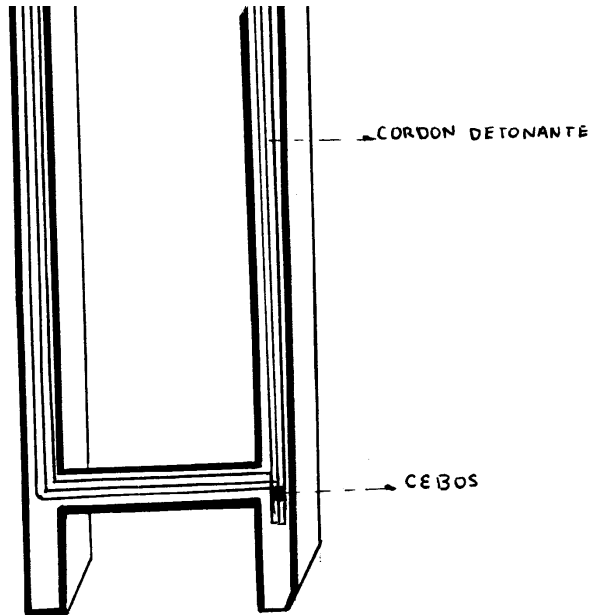
SE RECOMIENDA EL USO DE ESTA SILUETA EN LOS SIGUIENTES OBJETIVOS:

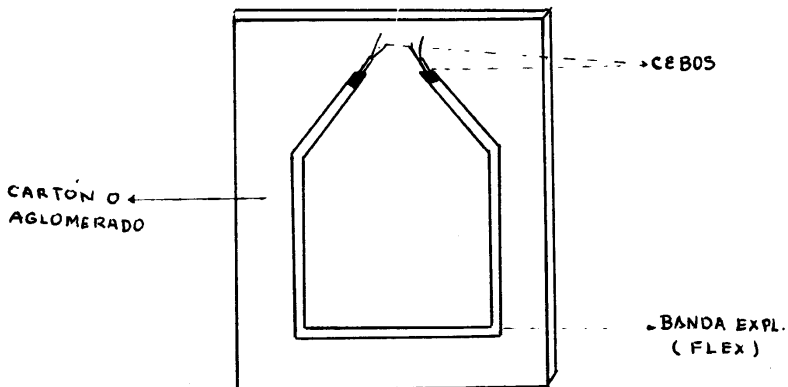
- PUERTAS SENCILLAS DE MADERA 3 VUELTAS
- PUERTAS REFORZADAS DE MADERA 4 VUELTAS
- PAREDES DE BLOQUES NO ENLUCIDOS 6 VUELTAS
- USE DOS SILUETAS CORTADAS LAS CABEZAS PARA UNA CARGA MAS GRANDE

C.- MARCO EXPLOSIVO.-

- ES UN MARCO DE MADERA CON CANALES QUE PERMITEN LA COLOCACION DEL CORDON DETONANTE
- EL TAMAÑO VARIA DE ACUERDO AL OBJETIVO A SER DESTRUIDO
- LAS PIEZAS DEL MARCO SON SEPARADAS PARA SU FACIL TRANSPORTE Y ARMADO

ELABORACION Y CEBAMIENTO.-

- COLOQUE EL CORDON DETONANTE EN LOS CANALES DEL MARCO DE ADENTRO HACIA AFUERA. DEJE 40 cm. DE CORDON DETONANTE LIBRE PARA SU CEBAMIENTO.
- USE 2 CAPSULAS ELECTRICAS PARA SU DETONACION

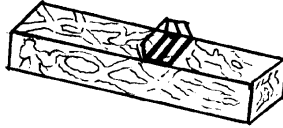
USE PARA PUERTAS DE MADERA REFORZADA
SI USA COMO CARGA DE EMPUJE DEJE 150 cm. DE LONGITUD EN UN EXTREMO PARA INICIAR EL EXPLOSIVO PLASTICO QUE ESTAN COLOCADA EN LA CERRADURA DE LA PUERTA, DEBERA SER CON UN NUDO DE 5 VUELTAS.
USE GRASA Y MADERAS PARA AYUDAR A ADOSAR EL MARCO AL OBJETIVO.

D.- HERRADURA EXPLOSIVA.-

- UES BANDA EXPLOSIVA (FLEX)
- CANTIDAD DE EXPLOSIVO: 1,5 LIBRAS
- LADOS VERTICALES : 79 cm.
- LADOS HORIZONTALES: 64 cm.
- CODOS : 30 cm.
- USE 2 CAPSULAS PARA CEBAR
- APROPIADO PARA PAREDES DE LADRILLO C BLOQUES ENLUCIDOS (PUEDEN SER TENDIDOS)

CRAGAS DE CORTE DEL GRUPO DE OPERACIONES ESPECIALES "CONTR -TERRORISMO"

1.- CORTE DE MADERAS RECTANGULARES.-

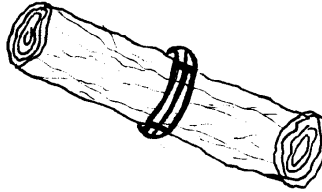
I.N.T.
C = 15 x A x B

PLASTICO (C-4)
C = 1,2 x A x B

C = PESO DE LA CARGA EN GRAMOS
A = ESPESOR EN CENTIMETROS
B = ANCHURA EN CENTIMETROS

2.- CORTE DE MADERAS REDONDAS.-

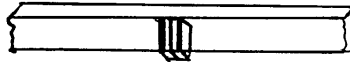
I.N.T.
C = 1,5 x D2

PLASTICO (C-4)
C = 12 x D2

C = PESO DE LA CARGA EN GRAMOS
D = DIAMETRO EN CENTIMETROS

3.- CORTE DE PIEZAS METALICAS.-

I.N.T.
C = 2,5 x A x B

PLASTICO (C-4)
C = 1,5 x A x B

C = PESO DE LA CARGA EN GRAMOS
A = ESPESOR EN CENTIMETROS
B = ANCHURA EN CENTIMETROS

4.- CABLES, CADENAS Y VARILLAS DE ACERO.-

I.N.T.
C = 6 x D2

PLASTICO (C-4)

C = 4,6 x D2

C = PESO DE LA CARGA EN GRAMOS
D = DIAMETRO EN CENTIMETROS
AGREGUELE EL 20 % SI EL CABLE
O CADENA NO ESTAN EN TENSION

5.- TUBOS Y COLUMNAS HUECAS DE HIERRO.-

T.N.T.

$C = 75 \times D \times E$

PLASTICO (C-4)

$C = 60 \times D \times E$

C = PESO DE LA CARGA EN GRAMOS

D = DIAMETRO EXTERIOR EN cm.

E = EXPESOR DE LA PIEZA EN cm.

CONTENIDO

INDICE

CAPÍTULO I

AMBIENTE SELVÁTICO Y SOBREVIVENCIA

CAPITULO II

PRIMEROS AUXILIOS

CAPITULO III

NAVEGACIÓN TERRESTRE

CAPITULO IV

COMUNICACIONES

CAPÍTULO V

TIRO DE COMBATE EN SELVA

CAPITULO VI

TÉCNICAS DE INSERCIÓN Y RESCATE EN SELVA

CAPITULO VII

NAVEGACIÓN FLUVIAL

CAPITULO VIII

EXPLOSIVOS EN SELVA

CAPITULO IX

TÉCNICAS DE PATRULLAJES

INDICE DE FIGURAS

INDICE DE TABLAS

SEAL TACTICS

CONTENTS

CHAPTER 1 INTRODUCTION

CHAPTER 2 SEAL TACTICS

SECTION I BASICS

SECTION II TACTICS, TECHNIQUES, AND PROCEDURES

CHAPTER 3 JUNGLE OPERATIONS

LIST OF ILLUSTRATIONS

CHAPTER 2 SEAL TACTICS

CHAPTER 4 DESERT OPERATIONS

CHAPTER 5 MOUNTAIN AND ARCTIC OPERATIONS

APPENDIX A BASIC FIELD CRAFT

Table of CONTENTS

Training Circular
No. 3-21.76

Headquarters
Department of the Army
Washington, DC, 26 April 2017
April 2017

Ranger Handbook

Contents

Figures

Tables

TABLA DE CONTENIDO

CAPÍTULO 1
CONSIDERACIONES INICIALES

CAPÍTULO 2
ARTEFACTOS EXPLOSIVOS, CLASIFICACIÓN Y DEFINICIONES

CAPÍTULO 3
COMPONENTES DEL ARTEFACTO EXPLOSIVO

CAPÍTULO 4
MÉTODOS DE ACTIVACIÓN

CAPÍTULO 5
PROPÓSITOS DE LOS GAOML AL EMPLEAR ARTEFACTOS

CAPÍTULO 6
ANÁLISIS ORIENTADO A CONTRARRESTAR LAS ACCIONES DE LOS GAOML

CAPÍTULO 7
PROCEDIMIENTOS POST EXPLOSIÓN

CAPÍTULO 8

FACTORES ESTRATÉGICO-OPERACIONALES Y TÁCTICOS PARA CONTRARRESTAR EL FLAGELO DE LOS ARTEFACTOS EXPLOSIVOS

CAPÍTULO 9.

LEGISLACIÓN SOBRE EL EMPLEO DE ARTEFACTOS EXPLOSIVOS

LISTA DE TABLAS

LISTA DE FIGURAS

CONTENIDO

CAPITULO I

GENERALIDADES

CAPITULO II

CLASIFICACIÓN Y TIPOS DE EXPLOSIVOS

CAPITULO III

MEDIDAS DE SEGURIDAD

CAPITULO IV

CARGAS DE DEMOLICIÓN

CAPITULO V

CEBADOS

CAPITULO VI

PROPIEDADES GENERALES DE LOS EXPLOSIVOS

CAPITULO VII

DEMOLICIONES

CAPITULO VIII

IMPRENTA EJÉRCITO

ÍNDICE GENERAL

Pág.

CAPITULO I

GENERALIDADES

CAPITULO II

EMPLEO DE LOS ARTEFACTOS EXPLOSIVOS IMPROVISADOS POR PARTE DE LOS GRUPOS NARCOTERRORISTAS

CAPITULO III

ARTEFACTOS EXPLOSIVOS IMPROVISADOS

CAPITULO IV

CAMPOS MINADOS IRREGULARES EMPLEADOS POR LOS GRUPOS NARCOTERRORISTAS

CAPITULO V

EQUIPO TÉCNICO

CAPITULO VI

PROCEDIMIENTOS EN EL CAMPO DE COMBATE CON ARTEFACTOS EXPLOSIVOS IMPROVISADOS Y CAMPOS MINADOS

CAPITULO VII

PROCEDIMIENTOS URBANOS

CAPITULO I

GENERALIDADES

1. INTRODUCCIÓN

Durante los últimos años la guerra que vive el país contra los grupos narcoterroristas, ha presentado cambios significativos, los cuales han generado el uso de nuevas tácticas y técnicas por parte de los grupos armados al margen de la ley. Uno de los más utilizados y eficaces ha sido el empleo de artefactos explosivos improvisados, campos minados irregulares y trampas cazabobos, los cuales ocasionan un gran número de bajas y heridos en las propias tropas debido al desconocimiento de los procedimientos operacionales a seguir para enfrentar ese tipo de amenaza enemiga.

ÍNDICE

CONTENIDO

CAPÍTULO 3

MIRAS Y BINOCULARES

CAPÍTULO 4

DESIGNADORES E ILUMINADORES

CAPÍTULO 5

EQUIPOS TÉRMICOS Y TELÉMETROS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABLAS

CONTENIDO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABLAS

Edital nº 001/2018- ACIDES/SDS

Disciplina o processo de seleção do cadastro de reserva do corpo docente temporário para o ***Curso de Operações Policiais Especiais - COPE/2018, TURMA B,*** sob a responsabilidade do **Campus de Ensino Mata**, da Academia Integrada de Defesa Social.

Faço saber aos interessados e inscritos no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, que nos termos da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e nos dispositivos constantes no presente Edital, encontram-se abertas inscrições para o Processo de Seleção do Cadastro de Reserva do Corpo Docente Temporário para o ***Curso de Operações Policiais Especiais - COPE/2018, TURMA B,*** sob a responsabilidade do Campus de Ensino Mata da Academia Integrada de Defesa Social.

1. DAS VAGAS PARA CADASTRO DE RESERVA DO CORPO DOCENTE TEMPORÁRIO

1.1 Das vagas de Coordenador de turma:

Atividade	C/H	Requisitos Básicos	Vagas
Coordenação	824	Servidor, possuir o curso de coordenação pedagógica realizado pela ACIDES, Prioritariamente estar servindo no BOPE.	01

1.2 Das vagas de instrutor Titular:

Disciplinas	C/H	Requisitos Básicos	Vagas
Direitos humanos	08	Servidor com curso na área.	01
Treinamento físico militar I	08	Ser Militar, com capacidade técnica em educação física militar curso de licenciatura e/ou bacharelado em educação física.	01
Técnicas de patrulha	12	Ser Militar, possuir o Curso de Operações Policiais Especiais, servir ou ter servido no BOPE, comprovando tal condição.	01
Instrução tática individual	16		01
Técnicas de camuflagem	04		01
Topografia	08		01
Marchas e estacionamentos	08		01
Técnicas de transposição de obstáculos	08		01
Primeiros socorros	16	Ser, preferencialmente, Bombeiro Militar, possuir cursos de habilitação na área específica da disciplina.	01
Natação utilitária	20	Ser Militar, possuir o Curso de Operações Policiais Especiais, servir ou ter servido no BOPE, comprovando tal condição.	01
Orientação e navegação	12		01
Técnicas de nós e amarrações	08		01
Técnicas de sobrevivência na mata	16		01
Montanhismo	28		01

Edital nº 001/2018 - ACIDES/SDS

Treinamento físico militar II	42	Ser Militar, com capacidade técnica em educação física militar curso de licenciatura e/ou bacharelado em educação física.	01
Defesa pessoal e técnicas não letais	40	Ser Militar, com certificado reconhecido por entidade oficial (Federação ou Confederação) na área de defesa pessoal ou diploma de cursos na área de Defesa Pessoal.	01
Armamento e munição	34	Ser Militar, possuir o Curso de Operações Policiais Especiais e CIAMTP, servir ou ter servido no BOPE, comprovando tal condição.	01
Tiro policial	34		01
Policiamento com cães	08	Ser Militar, possuir o curso de Cinotecnia, prioritariamente estar servindo na CIPCães.	01
Policiamento montado	12	Ser Militar, possuir o curso de Equitação, prioritariamente estar servindo no RPMon.	01
Comunicações	08	Militar com curso na área.	01
Técnicas de abordagem a pessoas	12	Ser Militar, possuir o Curso de Operações Policiais Especiais servir ou ter servido no BOPE, comprovando tal condição.	01
Técnicas de abordagem a veículos	16		01
Técnicas de abordagem a edificações	16		01
Técnicas de motopatrulhamento	12	Ser Militar, possuir o curso ou estágio de Motopatrulhamento ou Curso de Operações Policiais Especiais ou equivalente, prioritariamente estar servindo na CIPMoto.	01
Técnicas de radiopatrulhamento	12	Ser Militar, possuir o curso ou estágio de Radiopatrulhamento ou Curso de Operações Policiais Especiais ou equivalente, prioritariamente estar servindo no BPRp.	01
Ações de alto risco	44	Militar, possuir o Curso de Operações Policiais Especiais ou equivalente, servir ou ter servido no BOPE, comprovando tal condição.	01
Noções de negociação	16		01
Gerenciamento de crises	16		01
Sniper (tiro de precisão)	12		01
Comando e controle	12		01
Ações antibombas	32		01
Segurança de autoridades	20	Possuir curso específico de Segurança de Autoridades realizado por FFAA ou PPMM, com experiências comprovadas relacionada a disciplina.	01
Inteligência de segurança pública	16	Possuir curso específico na área de Inteligência de Segurança Pública realizado por FFAA ou PPMM, com experiências comprovadas.	01
Controle de distúrbios civis (cdc) e agentes químicos	16	Possuir curso específico na área de Controle de Distúrbios Civis (CDC) e Agentes Químicos realizado por FFAA ou PPMM ou Curso de Operações Policiais Especiais ou equivalente, com experiências comprovadas, prioritariamente estar servindo no BPChoque.	01
Embarque e desembarque de pneumáticos (e.d.p.n)	08	Ser Militar, possuir o Curso de Operações Policiais Especiais servir ou ter servido no BOPE, comprovando tal condição.	01
Mergulho	20	Ser preferencialmente Bombeiro Militar, que possuam cursos de habilitação na área específica de cada disciplina e prioritariamente, estar servindo na respectiva Unidade	01
Técnicas de salvamento em altura	16		01

Salvamento no mar	16	operacional.	01
Técnicas de combate a incêndio	08		01
Direção operacional	08	Possuir curso específico de Direção Operacional ou correlato e com experiência prática.	01
Operações helitransportadas	08	Possuir curso específico em Operações Helitransportadas, prioritariamente estar servindo no GTA.	01
Tiro tático	20	Militar, possuir o Curso de Operações Policiais Especiais e CIAMTP servir ou ter servido no BOPE, comprovando tal condição.	01
Técnicas de patrulha rural	20	Militar, possuir o Curso de Operações Policiais Especiais e/ou o CIOSAC, estar servindo no BEPI.	01
Técnicas de sobrevivência na caatinga	16		01
Prática de operações rurais	30		01
Técnicas de patrulha urbana	20	Militar, possuir o Curso de Operações Policiais Especiais servir ou ter servido no BOPE, comprovando tal condição.	01
Operações urbanas	32		01

1.3 Das vagas de instrutor Secundário:

Disciplinas	C/H	Requisitos Básicos	Vagas
Treinamento físico militar I	08	Ser Militar, com capacidade técnica em educação física militar curso de licenciatura e/ou bacharelado em educação física.	01
Técnicas de patrulha	12	Ser Militar, possuir o Curso de Operações Policiais Especiais, servir ou ter servido no BOPE, comprovando tal condição.	03
Instrução tática individual	16		02
Técnicas de camuflagem	04		02
Topografia	08		02
Marchas e estacionamentos	08		03
Técnicas de transposição de obstáculos	08		02
Primeiros socorros	16	Ser, preferencialmente, Bombeiro Militar, possuir cursos de habilitação na área específica da disciplina.	02
Natação utilitária	20	Ser Militar, possuir o Curso de Operações Policiais Especiais, servir ou ter servido no BOPE, comprovando tal condição.	03
Orientação e navegação	12		02
Técnicas de nós e amarrações	08		03
Técnicas de sobrevivência na mata	16		03
Montanhismo	28		03

Treinamento físico militar II	42	Ser Militar, com capacidade técnica em educação física militar curso de licenciatura e/ou bacharelado em educação física.	01
Defesa pessoal e técnicas não letais	40	Ser Militar, com certificado reconhecido por entidade oficial (Federação ou Confederação), diploma de cursos na área de Defesa Pessoal.	01
Armamento e munição	34	Ser Militar, possuir o Curso de Operações Policiais Especiais e CIAMTP, servir ou ter servido no BOPE, comprovando tal condição.	03
Tiro policial	34		03
Policiamento com cães	08	Ser Militar, possuir o curso de Cinotecnia, prioritariamente estar servindo na CIPCães.	03
Policiamento montado	12	Ser Militar, possuir o curso de Equitação, prioritariamente estar servindo no RPMon.	03
Comunicações	08	Militar com curso na área.	02
Técnicas de abordagem a pessoas	12	Ser Militar, possuir o Curso de Operações Policiais Especiais servir ou ter servido no BOPE, comprovando tal condição.	02
Técnicas de abordagem a veículos	16		02
Técnicas de abordagem a edificações	16		02
Técnicas de motopatrulhamento	12	Ser Militar, possuir o curso ou estágio de Motopatrulhamento ou equivalente, prioritariamente estar servindo na CIPMoto.	02
Técnicas de radiopatrulhamento	12	Ser Militar, possuir o curso ou estágio de Radiopatrulhamento ou equivalente, prioritariamente estar servindo no BPRp.	02
Ações de alto risco	44	Militar, possuir o Curso de Operações Policiais Especiais ou equivalente, servir ou ter servido no BOPE, comprovando tal condição.	03
Noções de negociação	16		02
Gerenciamento de crises	16		03
Sniper (tiro de precisão)	12		03
Comando e controle	12		02
Ações antibombas	32		03
Segurança de autoridades	20	Possuir curso específico de Segurança de Autoridades realizado por FFAA ou PPMM, com experiências comprovadas.	03
Inteligência de segurança pública	16	Possuir curso específico na área de Inteligência de Segurança Pública realizado por FFAA ou PPMM, com experiências comprovadas.	03
Controle de distúrbios civis (cdc) e agentes químicos	16	Possuir curso específico na área de Controle de Distúrbios Civis (CDC) e Agentes Químicos realizado por FFAA ou PPMM, com experiências comprovadas prioritariamente estar servindo no BPChoque.	03
Embarque e desembarque de pneumáticos (e.d.p.n)	08	Ser Militar, possuir o Curso de Operações Policiais Especiais servir ou ter servido no BOPE, comprovando tal condição.	03
Mergulho	20	Ser preferencialmente Bombeiro Militar, que possuam cursos de habilitação na área específica de cada disciplina e prioritariamente, estar servindo na respectiva	03
Técnicas de salvamento em altura	16		02

Edital nº 001/2018 - ACIDES/SDS

Salvamento no mar	16	Unidade operacional.	02
Técnicas de combate a incêndio	08		03
Direção operacional	08	Possuir curso específico Direção Operacional ou correlato com experiência prática.	03
Operações helitransportadas	08	Possuir curso específico em Operações Helitransportadas, prioritariamente estar servindo no GTA.	03
Tiro tático	20	Militar, possuir o Curso de Operações Policiais Especiais e CIAMTP servir ou ter servido no BOPE, comprovando tal condição.	03
Técnicas de patrulha rural	20	Militar, possuir o Curso de Operações Policiais Especiais e/ou o CIOSAC estar servindo no BEPI.	03
Técnicas de sobrevivência na caatinga	16		03
Prática de operações rurais	30		03
Técnicas de patrulha urbana	20	Militar, possuir o Curso de Operações Policiais Especiais servir ou ter servido no BOPE, comprovando tal condição.	03
Operações urbanas	32		03

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DO PROCESSO DE SELEÇÃO

2.1. **Condições Gerais**

2.1.1. Estar inscrito no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, nos termos do Capítulo I (Do Cadastro) da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e em conformidade com a **Portaria SDS Nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento)** até a publicação deste Edital no portal da ACIDES, www.acides.pe.gov.br, e/ou Diário Oficial do Estado;

2.1.2. Após a publicação do presente edital, conforme item anterior, a pontuação dos profissionais já cadastrados na ACIDES/SDS, que se inscreverem para este processo seletivo, permanecerá inalterada para fins deste certame, não cabendo, portanto, atualizações neste momento;

2.1.3. Comprovar experiência profissional específica relativa à atividade pedagógica objeto de seleção (coordenação ou instrutoria), através da análise da documentação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social até a data de inscrição;

2.1.4 Para exercer as atividades de instrutor, os especialistas deverão comprovar:

I - a capacidade técnica; ou
II - o conhecimento específico na área da capacitação; ou
III - o conhecimento prático na matéria a ser ministrada; ou
IV - a experiência em instrutoria de, no mínimo, 120 (cento e vinte) horas-aula ministradas na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins.

A comprovação de capacidade técnica deve dar-se mediante diploma, certificado ou declaração, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins.

A comprovação de conhecimento específico dar-se-á mediante:

I - diploma, certificado ou declaração, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, em qualquer área de conhecimento; e

II - certificado ou declaração, emitidos pelas Escolas de Formação e Aperfeiçoamento do Poder Executivo Estadual ou por instituições de formação, públicas ou privadas, na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins, com mínimo de 60 (sessenta) horas-aula.

A comprovação de conhecimento prático dar-se-á mediante declaração (anexo II), emitida pelo gestor da área em que o servidor público, empregado público ou militar tenha desempenhado as atividades inerentes à matéria a ser ministrada, por um período mínimo de 12 (doze) meses.

2.1.5. Ter concluído pelo menos um dos cursos, a saber: licenciatura em qualquer área do conhecimento; formação de multiplicadores ministrada pelo Instituto de Recursos Humanos (IRH); Pós-graduação na área de ensino; formação de formadores pela Rede EAD/SENASP.

2.1.6. Não se encontrar na inatividade, nem em processo de reforma, durante a realização de todo curso, até o lançamento das horas aula aos vencimentos.

3. DAS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO

3.1. As inscrições serão realizadas exclusivamente pelo site da ACIDES, através do **Formulário 001/2018 - ACIDES**, disponível no site da ACIDES, www.acides.pe.gov.br **e vão até o dia 04/02/2018**.

3.2. **Será excluído do processo seletivo o candidato que:**

3.2.1. Não estiver de acordo com o previsto na **Portaria SDS nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento),** até a data de publicação deste edital.

3.2.2 Não estiver com o seu currículo na Plataforma Lattes devidamente atualizado, nos últimos 12 meses, contendo o(s) curso(s) que o habilite(m) a ministrar a disciplina pretendida;

3.2.3. Não inserir do endereço do currículo lattes, no ato da inscrição através do formulário online disponibilizado pelo do portal da Acides;

3.2.4. Inscrever-se para o processo seletivo após o prazo constante no formulário de inscrição do referido edital;

3.2.5. Não comparecer ao Encontro Pedagógico;

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. Os trabalhos e instrumentos relativos ao processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso serão realizados pela **Comissão de Seleção**, composta pelos membros do quadro abaixo, tendo o primeiro como presidente.

POSTO	MAT.	NOME	LOTAÇÃO
CEL PM	1861-9	EDUARDO **HENRIQUE SENNA** COSTA	CEMATA
MAJ PM	910530-1	**IVALDO** BEZERRA DA SILVA	CEMATA
CAP PM	950684-5	**CARLOS ALBERTO** PEREIRA DO NASCIMENTO	GICAP/SDS
CAP PM	102517-1	RAFAEL **IGNÁCIO** DE SOUZA	BOPE

4.2. Serão utilizados os seguintes instrumentos no processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso, com atribuição exclusiva da GICAP/SDS:

4.2.1. Comprovação de conclusão dos cursos do item 2.1.5.

4.2.2. Análise dos requisitos básicos constante neste Edital, da titularidade e da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.3. Os candidatos formarão uma lista de classificação, de acordo com a pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.4. Os dados do candidato inscrito, referentes aos instrumentos do processo de seleção, serão contabilizados numa **Planilha de Monitoramento do Processo de Seleção do Corpo Docente Temporário do Curso.** Será através da análise da referida planilha que os critérios serão verificados em cada caso, registrando-se o(s) motivo(s) que, eventualmente, inabilite(m) o(s) candidato(s).

4.5. Todos os instrutores concorrerão, inicialmente, com a sua primeira opção, feita no ato da inscrição. No caso das vagas não serem preenchidas desta forma, passarão a concorrer com a segunda opção, em assim por diante.

4.6. Caso, após o encerramento de todo o processo, ainda permaneçam vagas ociosas, estas poderão ser preenchidas através de rechamada no portal eletrônico da ACIDES/SDS ou de indicação por parte da Comissão de Seleção nomeada no item 4.1.

4.7. Os candidatos aptos e disponíveis ao preenchimento das vagas, mas não selecionados, poderão ser, posteriormente, convocados, obedecendo-se à ordem de classificação obtida através da pontuação do Cadastro Estadual de Especialistas, para serem submetidos aos referidos instrumentos do processo de seleção, caso um ou mais candidatos com maior pontuação não tenham preenchido as vagas disponíveis.

4.8. Relativamente à análise do cadastro de especialistas do candidato a instrutor serão considerados os seguintes **critérios de desempate**, nesta ordem: 1) maior tempo de docência na disciplina objeto da seleção; 2) maior número de cursos de formação e/ou especialização relacionados à área pretendida, 3) maior tempo de conhecimento prático na disciplina objeto da seleção 4) maior grau acadêmico na área.

4.9 Registrar, se houver, na ATA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO as contra-indicações, observando e justificando os motivos que contraindique o candidato à prática docente ao presente processo seletivo, com critérios objetivos, devidamente justificados em processo escrito, remetido para a Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária.

4.10. Para a função de coordenador será preenchida preferencialmente pelos servidores lotados nos Campi de Ensino da ACIDES/SDS que possuírem o curso de coordenação pedagógica pela ACIDES/SDS. A função de coordenador de turma exige dedicação integral, atuando em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério da direção do campus responsável, ficando o coordenador de turma impossibilitado de exercer qualquer outro tipo de atividade pedagógica (instrutoria) durante o período de execução do curso neste Campus ou em outra Unidade da ACIDES/SDS.

4.11. O preenchimento das vagas para a disciplina obedecerá a ordem de classificação obtida através do Processo de Seleção.
4.12. A função de instrutor (titular ou secundário) exige participação em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério do Supervisor de Ensino do Campus, **com caráter eliminatório.**

4.13. Não serão realizadas provas ou outras atividades de seleção diversas das que estão previstas neste Edital.

4.14**.** Os candidatos selecionados deverão apresentar os respectivos **planos de disciplina (PLADIS)**, devidamente identificados, a Supervisão de Ensino do Campus, no dia agendado para a reunião pedagógica, dentro do modelo estabelecido pela ACIDES, sob pena de eliminação e convocação do suplente.

4.15. Apresentar disponibilidade expressa para cumprir o cronograma de atividade escolar estabelecido pelo Supervisor da Unidade de Ensino do Campus de Ensino.

5. DO RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO

5.1. Concluídos os trabalhos, a Comissão de Seleção enviará à GICAP/SDS, através do e-mail **uafgicap@gmail.com** e também impresso, a minuta de portaria de designação dos docentes e a planilha de monitoramento do processo de seleção do corpo docente temporário do curso, que passarão por avaliação técnica, e conferência para que não ultrapassem a carga horária anual estabelecida pelo o Inc. II do Art. 32 do Decreto Estadual nº 43.993 de 29 de dezembro de 2016. Satisfeitos os

requisitos exigidos, o gerente geral da GGAIIC encaminhará a documentação relativa aos processos adotados, a fim de ser homologada através de portaria do secretário de defesa social.

5.2. As horas-aula ministradas em outras secretarias no âmbito estadual serão computadas e subtraídas do limite anual de 240h/a, sendo de responsabilidade exclusiva do instrutor designado acompanhar sua quantidade de horas-aula, visto que as aulas excedentes não serão computadas para efeito de pagamento.
5.3. Os candidatos-servidores estaduais que já tenham formalizado seu pedido de ida para a inatividade, ou que estejam a ponto de fazê-lo, quer seja através de processo de aposentadoria (reserva remunerada ou reforma), quer seja por quaisquer outros motivos, estarão **impedidos** de participar deste certame.

5.4. Os candidatos não selecionados, porém aprovados em todos os instrumentos do Processo de Seleção, e disponíveis ao eventual preenchimento das vagas, formarão uma reserva técnica, em que serão denominados **Suplentes**, sendo convocados para preencher as vagas sem submeterem-se a novo Processo de Seleção, obedecendo-se ordem de classificação para cada disciplina, e durante a validade do presente Edital.

5.5. Serão selecionados, se possível, 03(três) vezes o número de vagas oferecidas no certame para compor o quadro de reservas.

6. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

6.1. O candidato que desejar interpor recurso contra o Processo de Seleção, que não terá efeito suspensivo, só devolutivo, o fará na forma de requerimento enviado para a Comissão de Seleção do presente edital, no prazo máximo de 48 horas após a divulgação dos resultados no site da ACIDES, a qual responderá aos recursos no prazo de 72 horas da interposição do recurso.

6.2. O provimento do recurso, por parte da Comissão de Seleção, gerará para o candidato direito ao preenchimento da(s) vaga(s), desde que atendidos todos os Instrumentos do Processo de Seleção.

6.3. Os recursos interpostos deverão apresentar, no mínimo, as seguintes informações: NOME COMPLETO DO CANDIDATO, DISCIPLINA, CURSO, Nº DO EDITAL E ARGUMENTAÇÃO LÓGICA E CONSISTENTE, amparada na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009 e nos dispositivos do presente Edital.

6.4. Os recursos que não atenderem as especificações contidas no presente Edital e na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, não serão reconhecidos.

6.5**.** Não serão apreciados recursos interpostos em favor de outros candidatos.

7. DOS PROCEDIMENTOS PARA O PAGAMENTO DAS HORAS- AULA

7.1. Ficará a cargo da Gerência de Integração e Capacitação (GICAP/SDS) os encaminhamentos a Secretaria de Administração (SAD) necessários para o pagamento devido ao Corpo Docente Temporário do Curso (Coordenadores de turmas, instrutores titulares e secundários).

7.2. A Planilha de Saque de Horas-aula deverá ser elaborada sob a coordenação do Supervisor da Unidade de Ensino do Campus, com base nos registros das cadernetas escolares, portanto, esta não deve conter rasuras, devendo ser encaminhada à GICAP/SDS até o 1º dia de cada mês. A Planilha para Saque de horas-aula será acompanhada de: Boletim de Serviço e Cronograma de Atividade Escolar (QTS) correspondente ao período de lançamento do saque.

7.3. Caso não seja cumprido, por parte do Campus, o prazo de 30 (trinta) dias, conforme o artigo 38 do Decreto 43.993 de 29 de dezembro de 2016, o encaminhamento da planilha de saque de horas-aula, o pagamento deverá ser encaminhado para o mês subseqüente, desde que seja devidamente justificado.

8. DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS

8.1. O presente edital, cujo teor estará disponível no portal da ACIDES, **www.acides.pe.gov.br**, a partir da publicação ate o encerramento do curso (publicação de portaria de conclusão). O calendário das atividades inerentes ao presente processo de seleção está descrito no Anexo I deste Edital (Cronograma de Atividades do Processo de Seleção).

8.2. A direção do campus de ensino solicitará ao gerente geral da GGAIIC o desligamento de qualquer coordenador ou instrutor selecionado, quando deixarem de comparecer injustificadamente a uma aula, ou não cumprirem os prazos previamente acordados inerentes à sua atividade, bem como por apresentarem, aos alunos, postura profissional inadequada

ou motivos que os inabilitem para fazerem parte do Corpo Docente temporário, sendo substituídos imediatamente pelo candidato subsequente na condição de suplente.

8.3. Ocorrendo o procedimento previsto no item 8.2, o docente substituído será considerado em exigência, sob controle da GICAP/SDS, ficando suspensa sua participação nos próximos processos de seleção da ACIDES por até 1 (um) ano.

8.4. Na situação de que trata o item 8.2, O docente substituído será indicado para realizar uma capacitação, curso na área de didática de ensino, o qual será realizado na ACIDES ou no CEFOSPE e após a conclusão do curso, o docente deverá entregar a mídia da cópia do certificado a GICAP/SDS.

8.5**.** Os casos omissos serão solucionados pelo gerente geral da GGAIIC, gestor de integração e capacitação e pela comissão de seleção.

Recife, PE, em 29 de janeiro de 2018.

ANTONIO DE PÁDUA VIEIRA CAVALCANTI
Secretário de Defesa Social

Edital nº 001/2018 - ACIDES/SDS

Anexo I
Cronograma do Processo de Seleção

Etapas	Atividades	Período	Responsabilidade
1	Validação das atualizações dos currículos junto à GICAP	Até a data inicial deste Edital	Docente candidato
2	Construção e Elaboração da **Planilha de Monitoramento do Processo de Seleção**, com todos os inscritos e onde farão constar à pontuação dos candidatos e os Instrumentos do Processo de Seleção.	Até 06/02/2018	Comissão de Seleção com apoio da GICAP
3	Análise da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, **confirmação recadastramento** e da existência de currículo do candidato na **Plataforma Lattes** e verificação de habilitação do candidato para a disciplina pretendida.	Até 06/02/2018	Comissão de Seleção com apoio da GICAP
4	Convocação dos instrutores selecionados para o cadastro de reservas que deverão entregar a Declaração de Conhecimento Prático e a Declaração de Autorização da Chefia Imediata no encontro Pedagógico.	Até 08/02/2018	Comissão de Seleção
5	Encontro pedagógico	A SER DEFINIDO	CEMATA apoio do BOPE
6	Elaboração e publicação no site da ACIDES da portaria de designação dos docentes selecionados.	19/02/2018	Comissão de Seleção com apoio da GICAP

Anexo II

SECRETARIA
DEFESA SOCIAL

Academia Integrada de Defesa Social
Instituição de Ensino Superior credenciada pelo Parecer CEE/PE nº 33/2008-CES, do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco,
homologado pela Portaria SE nº 3571, de 12/05/2008, publicada no DOE de 13/5/2008
CNPJ : 02.960.040/0002-91

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, (Chefe imediato da atual lotação ou de Unidade anterior)_________, matrícula nº______________, Órgão de Origem ____________________, atualmente exercendo a função de ________________________________, declaro para os devidos fins de **comprovação de conhecimento prático**, consoante o Parágrafo 3º do Artigo 18º do Decreto nº 43.993, de 29/12/2016 que o(a) servidor(a), _________________________________, matrícula nº, _____________,Órgão de Origem,_______________, lotado no(a), ____, **possui conhecimento prático sobre:** (nome da disciplina)_____, por ter desempenhado, por mais de 12 meses, atividades relativas ao tema no período de ____/____/______ a ______/________/_____________, no(a) (lotação atual ou Unidade anterior)________________________________. Atesto, por tanto, sua capacidade prática na abordagem do referido tema.

Recife, PE, em ___ de ____________ de ________

____
Assinatura e carimbo da chefia imediata

Edital nº 001/2018 - ACIDES/SDS

Anexo III

Secretaria de Defesa Social

Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária
Gerência de Integração e Capacitação

ACIDES-PE
Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social

AUTORIZAÇÃO DA CHEFIA IMEDIATA

Eu, _______________________, Matrícula nº ______________________, CPF.________________________________ solicito autorização para ministrar aulas na disciplina, _________________________________ do **11º *Curso de Operações Policiais Especiais – 11º COPE,*** no período de ____/___/ a ____/___/2018 e DECLARO que não estou no período da disciplina a ser ministrada, em qualquer tipo de afastamento do serviço por licença ou gozo de férias e tenho pleno conhecimento da impossibilidade de exercer a referida instrutoria, sob o risco de **NÃO RECEBIMENTO** das horas aula ministradas, caso esteja ou dê entrada no processo para inatividade durante o transcorrer do curso. (Art. 28 e Inc. I e II do Art. 32 do Decreto nº 43.993, de 29DEZ16).

Recife, ____/____/_______.

[Assinatura]

De acordo,

Em, _____/______/_______.

[Carimbo e assinatura da chefia imediata].

Edital nº 001/2018 - ACIDES/SDS

Anexo IV

EMENTAS DAS DISCIPLINAS

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Direitos Humanos	**08**

Ementa: Reflexão sobre a doutrina de direitos humanos e a legislação aplicável ao emprego correto da atividade policial militar, do uso diferenciado da força, incluindo-se a utilização de arma de fogo.

Conteúdo Programático:

1. Histórico dos direitos humanos no mundo e no Brasil;
2. Legislação internacional e nacional sobre direitos humanos
    - 2.1. Declaração Universal dos Direitos Humanos;
    - 2.2. Convenção Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial;
    - 2.3. Direito a condições mínimas de vida digna, educação, saúde e habitação;
    - 2.4. Direito à vida;
    - 2.5. Direito à igualdade;
    - 2.6. Direito das crianças, adolescentes, idosos e indígenas;
    - 2.7. Direito à integridade física, psíquica e moral;
    - 2.8. Direito à propriedade e sua função social;
    - 2.9. Direito à liberdade e à segurança;
    - 2.10. Os direitos e as funções da Polícia; e
3. Emprego e uso da arma de fogo e instrumentos de menor potencial ofensivo.

Referência Bibliográfica: Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, Convenções de Genebra, 1946, e Pactos Adicionais, 1977; Convenção Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, 1965; Constituição Federal de 1988; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90;Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/03; Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/15; Estatuto do Índio, Lei nº 6.001/73; Estatuto da Igualdade Racial, 12.288/10; Lei nº 13.060/14, disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
CEL QOPM	910581-6	FERNANDO **ANÍBAL** RODRIGUES LIMA

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Treinamento Físico Militar I	**08**

Ementa: Prática de exercícios para o condicionamento físico inicial do aluno, preparando o corpo discente para as atividades desempenhadas na fase de rusticidade.

Conteúdo Programático:

1. Alongamento e aquecimento;
2. Caminhadas, corridas, nados, atividades lúdicas que visem a melhoria cardiopulmonar;
3. Treinamento físico intervalado: cross-promenade, cross-fit, atividades com repouso ativo e passivo;
4. Treinamento em circuito com obstáculos.

Referência Bibliográfica: Manual de Campanha do Exército Brasileiro – TREINAMENTO FÍSICO MILITAR – EB20-MC-10.350 – Aprovado pela Portaria nº 354-EME, de 28 de dezembro de 2015.

Edital nº 001/2018 - ACIDES/SDS

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
CAP QOPM	940290-0	**WAMBERGSON** CORREIA MELO

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Treinamento Físico Militar II	**42**

Ementa: Prática de exercícios ligados à melhoria do desempenho do policial de operações especiais, com aplicações de conhecimentos ligados à anatomia e fisiologia, à prevenção de lesões musculares e ósseas do corpo humano que podem vir a comprometer o desempenho da atividade policial.

Conteúdo Programático:

1. Anatomia humana e fisiologia do corpo humano:
    1.1. Conceitos;
    1.2. Ossos, músculos e órgãos;
    1.3. Fisiologia básica e do esforço;
    1.4. Lesões: conceitos, causas e tipos (câimbras, fadiga, dor tardia, dor aguda, estiramento, entorse, luxação);
    1.5. Rabdomiólise;
2. Condicionamento: cardiopulmonar, aeróbico, anaeróbico e neuromuscular;
3. Resistência Muscular Localizada (RML):
    3.1. Conceito e finalidade;
    3.2. Práticas;
4. Alongamento e aquecimento;
5. Prática:
    5.1. Caminhadas, corridas, nados, atividades lúdicas que visem a melhoria cardiopulmonar;
    5.2. Treinamento físico intervalado: cross-promenade, cross-fit, atividades com repouso ativo e passivo;
    5.3. Treinamento em circuito com obstáculos; e
    5.4. Musculação.

Referência Bibliográfica: Manual de Campanha do Exército Brasileiro – TREINAMENTO FÍSICO MILITAR – EB20-MC-10.350 – Aprovado pela Portaria nº 354-EME, de 28 de dezembro de 2015.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
CAP QOPM	940290-0	**WAMBERGSON** CORREIA MELO

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Técnicas de Patrulha	**12**

Ementa: Organização, planejamento e condução de patrulhas de operações especiais no cumprimento de missões, tanto no âmbito de combate quanto no de reconhecimento.

Conteúdo Programático:

1. Conceito;
2. Classificação;
3. Finalidade;
4. Organização do efetivo no terreno;
5. Normas e práticas de Comando;
6. Ordem a patrulha; e

Edital nº 001/2018 - ACIDES/SDS

7. Ordem preparatória

Referência Bibliográfica: Manual de Campanha do Exército Brasileiro – PATRULHA – C 21-75 – Aprovado pela Portaria nº 033-EME, de 09 de julho de 1986.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
MAJ QOPM	960035-3	**FLÁVIO** DA SILVA **FRANÇA**
CAP QOPM	101076-0	JOSUÉ INÁCIO **CORREIA** NETO

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Instrução Tática Individual	**16**

Ementa: Utilização do terreno e suas características a favor do combatente, se necessário, com emprego de meios de fortuna para o cumprimento dos objetivos da missão. Busca de compreensão de como se porta um policial de operações especiais, individualmente e em equipe, conforme as características do terreno, diuturnamente.

Conteúdo Programático:

1. Terreno:
   1.1. Conhecimento e nomenclatura do terreno;
   1.2. Valor militar dos acidentes do terreno;
   1.3. Avaliação prática de distâncias entre dois pontos em diversos tipos de terrenos;
   1.4. Cobertas e abrigos: reconhecimento e utilização;
   1.5. Observação do terreno;
2. Tática individual:
   2.1. Aplicação das táticas individuais;
   2.2. Aplicação das táticas em dupla;
3. Atirar e progredir;
4. Rastejo:
   4.1. Importância;
   4.2. Processos;
5. Missões individuais;
6. Acuidade visual, auditiva, olfativa e tátil; e
7. Ofidismo.

Referência Bibliográfica: Manual de Campanha do Exército Brasileiro – INSTRUÇÃO INDIVIDUAL PARA O COMBATE – C 21-74 – Aprovado pela Portaria nº 012-EME, de 07 de março de 1986.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
CAP QOPM	970036-6	**BOSCO** LOURIMAR BEZERRA DE LIMA

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Técnicas de Camuflagem	**04**

Ementa: Importância da camuflagem na atuação do homem de operações especiais quando no terreno. Identificação dos tipos de camuflagem para cada tipo de terreno e vegetação. Uso correto da camuflagem individual com elementos dispostos no terreno.

Conteúdo Programático:

1. Definição e conceito de camuflagem;

Edital nº 001/2018 - ACIDES/SDS

2. Observações:
    2.1. Diretas e indiretas;
    2.2. Processo de observação;
    2.3. Elementos para identificação do objeto;
3. Aplicação dos métodos de camuflagem;
4. Utilização dos materiais próprios para camuflagem individual; e
5. Aplicação de camuflagem coletiva e de materiais.

Referência Bibliográfica: Manual de Campanha do Exército Brasileiro – CAMUFLAGEM – C 5-40 – Aprovado pela Portaria nº 135-EME, de 23 de dezembro de 2004; e Manual de Campanha do Exército Brasileiro – INSTRUÇÃO INDIVIDUAL PARA O COMBATE – C 21-74 – Aprovado pela Portaria nº 012-EME, de 07 de março de 1986.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
CAP QOPM	102501-5	RAPHAEL **PIRES** DE ALBUQUERQUE

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Topografia	**08**

Ementa: Identificação das formas de relevo, hidrografia e vegetação. Aplicação de escalas topográficas através de mapas e cartas.

Conteúdo Programático:

1. Conceito;
2. Fundamentos;
3. Representação do relevo;
    3.1 Hidrografia do terreno;
    3.2 Vegetação;
    3.3 Escalas; e
4 Utilização de cartas topográficas;
5 Identificação dos tipos de terrenos no Estado de Pernambuco.

Referência Bibliográfica: Manual de Campanha do Exército Brasileiro – LEITURA DE CARTAS E FOTOGRAFIAS AÉREAS – C 21-26 – Aprovado pela Portaria nº 025-EME, de 17 de março de 1980; e Manual de Campanha do Exército Brasileiro – INSTRUÇÃO INDIVIDUAL PARA O COMBATE – C 21-74 – Aprovado pela Portaria nº 012-EME, de 07 de março de 1986.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
CAP QOPM	101076-0	JOSUÉ INÁCIO **CORREIA** NETO

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Marchas e Estacionamentos	**08**

Ementa: Realização de marchas e estacionamentos para a aproximação e deslocamento do efetivo nas missões de operações especiais, evitando o desgaste físico para a consecução do objetivo em condições combatíveis.

Conteúdo Programático:

1. Marchas e Estacionamentos:
    1.1. Conceitos e finalidade;

2. Deslocamentos em tropa;
3. Altos guardados em tropa deslocada;
4. Equipe precursora e de segurança;
5. Colunas de marcha; e
6. Influência do terreno.

Referência Bibliográfica: Manual de Campanha do Exército Brasileiro – MARCHAS A PÉ – C 21-18 – Aprovado pela Portaria nº 053-EME, de 28 de julho de 1980.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
MAJ QOPM	960035-3	**FLÁVIO** DA SILVA **FRANÇA**

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Técnicas de Transposição de Obstáculos	**08**

Ementa: Transposição de obstáculos na atividade de operações especiais em associação com as situações reais. Execução das diversas formas de transposição de obstáculos nas pistas militares.

Conteúdo Programático:

1. Técnicas de transposição de diversas pistas de obstáculos militares:
2. Pista de Aplicação Militar;
3. Pista de Corda; e
4. Pista de Pentatlo Militar.

Referência Bibliográfica: Manual de Campanha do Exército Brasileiro – TRANSPOSIÇÃO DE OBSTÁCULOS – C 21-78 – Aprovado pela Portaria nº 044-EME, de 17 de junho de 1980; e Manual de Campanha do Exército Brasileiro – OPERAÇÕES E TRANSPOSIÇÃO DE CURSOS DE ÁGUA – C 31-60 – Aprovado pela Portaria nº 110-EME, de 06 de novembro de 1996.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
CAP QOPM	101087-5	FRANCISCO **ALEXANDRE** BEZERRA DA SILVA

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Primeiros Socorros	**16**

Ementa: Identificação de diversos tipos de lesões e traumas, utilização de técnicas de atendimento de primeiros socorros para situações de emergência, tanto com outros policiais como com civis, inclusive com meios de fortuna, bem como aplicação do transporte de feridos evitando agravamentos.

Conteúdo Programático:

1. Conceitos;
2. Atendimento politraumatizado;
3. Avaliação primária e secundária;
4. Estricação;
5. Chave da rauteck;
6. Técnicas de transporte;
7. Equipamentos de transporte;
8. Rolamentos;
9. Mecanismo de lesões ou cinemática do trauma;
10. Identificação de lesões ou traumas;

11. Reanimação cardiopulmonar (RCP);
12. Afogamento;
13. Queimaduras;
14. Envenenamento; e,
15. Outros acidentes.

Referência Bibliográfica: Manual de Campanha do Exército Brasileiro – PRIMEIROS SOCORROS – C 21-11 – Aprovado pela Portaria nº 1.693-GB, de 22 de agosto de 1962; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – BANDAGEM E IMOBILIZAÇÃO – C 8-50 – Aprovado pela Portaria nº 485-GB, de 20 de novembro de 1966; e Manual de Campanha do Exército Brasileiro – TRANSPORTE DE DOENTES E FERIDOS – C 8-35 – Aprovado pela Portaria nº 011-EME, de 04 de junho de 1968.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
CAP QOCBM	707460-3	EDUARDO **LOPES** CORGOSINHO

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Natação Utilitária	**20**

Ementa: Execução de diversos tipos de nados importantes nas ações de operações especiais de acordo com o tipo de missão a ser executada.

Conteúdo Programático:

1. Técnicas de nado:
    1.1. Infiltração, de aproximação, livre, submerso;
    1.2. Apneia: estática e dinâmica;
2. Correção do nado;
3. Técnica de flutuação; e

Referência Bibliográfica: Manual de Campanha do Exército Brasileiro – TREINAMENTO FÍSICO MILITAR – Natação – C 20-53 – Aprovado pela Portaria nº 170-EME, de 25 de outubro de 1973; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – OPERAÇÕES E TRANSPOSIÇÃO DE CURSOS DE ÁGUA – C 31-60 – Aprovado pela Portaria nº 110-EME, de 06 de novembro de 1996; e Manual de Natação da EsEFEx.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
TC QOPM	930044-9	ANTÔNIO EDSON DE LIMA **MENEZES**

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Orientação e Navegação	**12**

Ementa: Compreensão da importância da orientação nas operações especiais, leitura e interpretação de cartas e mapas topográficos, bem como emprego de métodos e aparelhos de orientação, tais como bússola e GPS.

Conteúdo Programático:

1. Conceito e finalidade;
2. Orientação pela bússola e GPS;
3. Orientação por carta; e
4. Processos expeditos de orientação.

Edital nº 001/2018 - ACIDES/SDS

Referência Bibliográfica:Manual de Campanha do Exército Brasileiro – LEITURA DE CARTAS E FOTOGRAFIAS AÉREAS – C 21-26 – Aprovado pela Portaria nº 025-EME, de 17 de março de 1980; e Manual de Campanha do Exército Brasileiro – INSTRUÇÃO INDIVIDUAL PARA O COMBATE – C 21-74 – Aprovado pela Portaria nº 012-EME, de 07 de março de 1986.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
CAP QOPM	101087-5	FRANCISCO **ALEXANDRE** BEZERRA DA SILVA

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Técnicas de Nós e Amarrações	**08**

Ementa: Confecção de tipos de nós e amarrações corretos para que estes sejam empregados em ancoragens de rapel ou em situações diversas da atividade de operações especiais, executando o nó mais apropriado para que se evite riscos nas ações.

Conteúdo Programático:

1. Cabos e amarrações;
   1.1 Tipos;
   1.2 Manutenção;
   1.3 Classificação dos cabos e das amarrações;
2 Confecção dos variados tipos de enrolamentos e acondicionamentos;
3 Confecção dos variados tipos de nós;
4 Emprego dos nós e amarrações em situações de missões especiais; e
5 Confecção de ancoragens.

Referência Bibliográfica: Manual de Campanha do Exército Brasileiro – TRANSPOSIÇÃO DE OBSTÁCULOS – C 21-78 – Aprovado pela Portaria nº 044-EME, de 17 de junho de 1980.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
CAP QOPM	102530-9	**HUGO** LEONARDO AMORIM SPAGNOL COELHO

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Técnicas de Sobrevivência na Mata	**16**

Ementa: Prática de técnicas de sobrevivência nas matas existentes no nosso Estado em virtude de situações atípicas que possam vir a ocorrer em operações especiais, essenciais para a manutenção da vida do policial militar.

Conteúdo Programático:

1. Construção dos abrigos;
2. Aplicação de técnicas de obtenção de água e fogo;
3. Obtenção de alimentos de origem vegetal e animal;
4. Confecção de armadilhas; e
5. Exercício de sobrevivência.

Referência Bibliográfica: Manual de Campanha do Exército Brasileiro – SOBREVIVÊNCIA NA SELVA – IP 21-80 – Aprovado pela Portaria nº 078-EME, de 09 de setembro de 1999; e Manual de Campanha do Exército Brasileiro – MINAS E ARMADILHAS– C 5-37 – Aprovado pela Portaria nº 004-EME, de 07 de janeiro de 2000.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
CAP QOPM	101076-0	JOSUÉ INÁCIO **CORREIA** NETO

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Defesa Pessoal e Técnicas Não Letais	**40**

Ementa: Defesa em ações de combate corpo a corpo, imobilizações em adversários nas ações policiais, aplicação de técnicas de defesa, com e sem equipamentos e armamentos de menor potencial ofensivo, da melhor forma possível de acordo com cada situação apresentada.

Conteúdo Programático:

1. Pontos vitais do corpo humano;
2. Técnicas de chão;
3. Técnicas de ataque e defesa chutes;
4. Técnicas de ataque e defesa de socos;
5. Técnicas de imobilização com as mãos;
6. Defesa de facas;
7. Defesa de arma de fogo;
8. Defesa de bastão;
9. Técnicas de tonfa;
10. Combate corpo a corpo com mais de um adversário;
11. Técnicas de artes marciais mistas; e
12. Utilização de equipamentos e armamentos de menor potencial ofensivo.

Referência Bibliográfica: Manual de Campanha do Exército Brasileiro – TREINAMENTO FÍSICO MILITAR - LUTAS – C 20-50 – Aprovado pela Portaria nº 060-EME, de 23 de agosto de 2002;Manual do Curso de Operações Não Letais, CONDOR, Rio de Janeiro, 2010.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
1º TEN QOAPM	920962-0	NELSINO **RIBEIRO** DA SILVA

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Armamento e Munição	**34**

Ementa: Conceituação de armas e munições utilizadas pela PMPE. Desmontagem, montagem e manuseio de armamentos para utilização nas instruções de tiro durante o curso e na atividade policial militar. Noções de balística.

Conteúdo Programático:

1. Conceito e classificação das armas;
2. Conceito e classificação das munições;
3. Noções de balística;
4. Poder de parada ou stopping Power;
5. Realização de recarga de munição;
6. Aplicação de regras de segurança em sala de aula e no estande de tiro; e
7. Manejo dos armamentos utilizados pela 1ª CIOE e PMPE.

Referência Bibliográfica: CÂMARA JÚNIOR, Wellington Bezerra. Manual de Tiro Policial, PMPE, Recife, 2002; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – TIRO DAS ARMAS PORTÁTEIS 1ª PARTE–FUZIL– C 23-1 – Aprovado pela Portaria nº

136-EME, de 23 de dezembro de 2004; e Manual de Campanha do Exército Brasileiro – TIRO DAS ARMAS PORTÁTEIS 2ª PARTE–PISTOLAS – C 23-1 – Aprovado pela Portaria nº 133-EME, de 13 de outubro de 2010.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
TC QOPM	920493-8	WELLINGTON BEZERRA **CÂMARA JÚNIOR**
CAP QOPM	102501-5	RAPHAEL **PIRES** DE ALBUQUERQUE
CAP QOPM	102517-1	RAFAEL **IGNÁCIO** DE SOUZA

Disciplina	**Carga Horária (h/a)**
Tiro Policial	**34**

Ementa: Execução do tiro real aplicando os fundamentos corretamente para o melhor aproveitamento de acordo com situações reais, tanto em baixa luminosidade como em luminosidade normal. Solução de diversos tipos de pane, bem como execução de disparo simples e o *double tap*.

Conteúdo Programático:

1. Fundamentos do tiro;
2. Incidente e acidente de tiro;
3. Técnicas do tiro policial:
   3.1 Tiro policial nas diversas posições de tiro;
   3.2 Retenção de arma;
   3.3 Tipos de recarga;
   3.4 Pane no tiro;
   3.5 *Double tap*;
   3.6 Aplicação dos saques de tiro; e
   3.7 Tiro na condição de estresse e cansaço do policial.

Referência Bibliográfica: CÂMARA JÚNIOR, Wellington Bezerra. Manual de Tiro Policial, PMPE, Recife, 2002; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – TIRO DAS ARMAS PORTÁTEIS 1ª PARTE–FUZIL – C 23-1 – Aprovado pela Portaria nº 136-EME, de 23 de dezembro de 2004; e Manual de Campanha do Exército Brasileiro – TIRO DAS ARMAS PORTÁTEIS 2ª PARTE–PISTOLAS– C 23-1 – Aprovado pela Portaria nº 133-EME, de 13 de outubro de 2010.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
TC QOPM	920493-8	WELLINGTON BEZERRA **CÂMARA JÚNIOR**
CAP QOPM	102501-5	RAPHAEL **PIRES** DE ALBUQUERQUE
CAP QOPM	102517-1	RAFAEL **IGNÁCIO** DE SOUZA

Disciplina	**Carga Horária (h/a)**
Tiro Tático	**20**

Ementa: Aplicação do tiro com finalidade específica em situações típicas de operações especiais, como nos casos de ações táticas e em operações de alto risco que exigem técnicas e conhecimentos de tiro avançados.

Conteúdo Programático:

1. Método de tiros com lanterna;
2. Tiro em ações táticas;
3. Tiro em baixa luminosidade ou noturno;
4. Tiro com transição de armas;

Edital nº 001/2018 - ACIDES/SDS

5. Noções de tiro de confiança;
6. Tiro em área gasada; e
7. Seleção de tiro.

Referência Bibliográfica: CÂMARA JÚNIOR, Wellington Bezerra. Manual de Tiro Policial, PMPE, Recife, 2002; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – TIRO DAS ARMAS PORTÁTEIS 1ª PARTE–FUZIL – C 23-1 – Aprovado pela Portaria nº 136-EME, de 23 de dezembro de 2004; e Manual de Campanha do Exército Brasileiro – TIRO DAS ARMAS PORTÁTEIS 2ª PARTE–PISTOLAS – C 23-1 – Aprovado pela Portaria nº 133-EME, de 13 de outubro de 2010.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
CAP QOPM	950232-7	JOSÉ ROGÉRIO DINIZ **TOMAZ**
CAP QOPM	102501-5	RAPHAEL **PIRES** DE ALBUQUERQUE
CAP QOPM	102517-1	RAFAEL **IGNÁCIO** DE SOUZA

Disciplina	**Carga Horária (h/a)**
Policiamento com Cães	**08**

Ementa: Execução da atividade policial com emprego do cão e sua importância, planejamento e coordenação do emprego de policiamento com cães.

Conteúdo Programático:

1. Emprego policial militar com o cão;
2. Característica e conceito do policiamento com cão;
3. Noções de adestramento;
4. Noções de cinotecnia.

Referência Bibliográfica: DOS SANTOS, Antônio Miranda Pinheiro, Manual do Curso de Cinotecnia para busca e salvamento, 2004.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
CAP QOPM	102499-0	JONATHAN **GOMES** FERREIRA

Disciplina	**Carga Horária (h/a)**
Policiamento Montado	**12**

Ementa: Execução da atividade de policiamento montado e sua importância, planejamento e coordenação do emprego de policiamento montado.

Conteúdo Programático:

1. Conhecimento do equino;
2. Característica e conceitos do policiamento montado;
3. Emprego do policial militar com o equino;
4. Arreamento e montarias; e
5. Cavalgada de longa distância.

Referência Bibliográfica: Manual de Campanha do Exército Brasileiro – EMPREGO DA CAVALARIA – C 2-1 – Aprovado pela Portaria nº 112-EME, de 06 de dezembro de 1999; Manual da Escola de Equitação do Exército Brasileiro; BONDARUK, Roberson Luiz. Manual de Policiamento Montado Comunitário; e Manual de Equitação Policial Militar, PMPE, 2002.

CONTEUDISTA(S)

Edital nº 001/2018 - ACIDES/SDS

POSTO	MAT	NOME
CAP QOPM	960002-7	**DJAIR** VAZ DE MEDEIROS FILHO

Disciplina	Carga Horária(h/a)
Comunicações	**08**

Ementa: Utilização dos aparelhos de comunicações da PMPE, importância nas atividades de operações especiais.

Conteúdo Programático:

1. Conceito de comunicações;
2. Importância das comunicações;
3. Como funciona comunicação (transmissão-recepção);
4. Equipamentos utilizados na PMPE; e
5. Exercícios práticos de aplicação de rádios e comunicadores em missões de operações especiais.

Referência Bibliográfica: Manual de Campanha do Exército Brasileiro – SEGURANÇA DAS COMUNICAÇÕES – C 24-50 – Aprovado pela Portaria nº 088-EME, de 14 de dezembro de 1978;Manual de Campanha do Exército Brasileiro – EMPREGO DAS COMUNICAÇÕES – C 11-1 – Aprovado pela Portaria nº 019-EME, de 14 de março de 1997; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – EMPREGO DOS MEIOS AUDIOVISUAIS EM CAMPANHA– C 24-40 – Aprovado pela Portaria nº 027-EME, de 22 de abril de 2009; e Manual de Campanha do Exército Brasileiro – SINAIS DE SERVIÇO E INDICATIVOS OPERACIONAIS– C 24-12 – Aprovado pela Portaria nº 110-EME, de 19 de junho de 1972.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
CAP QOPM	101087-5	FRANCISCO **ALEXANDRE** BEZERRA DA SILVA

Disciplina	Carga Horária
Técnicas de Abordagem a Pessoas	**12**

Ementa: Nivelamento dos conhecimentos sobre a abordagem policial a pessoas, sua legalidade, os princípios básicos e sua execução em situações reais.

Conteúdo Programático:

1. Noções de direito ligadas a abordagem policial;
2. Aspectos da abordagem:
   - 2.1. Ético e moral; e
   - 2.2. Legal;
3. Princípios da abordagem;
   - 3.1. Rapidez;
   - 3.2. Ação Vigorosa;
   - 3.3. Segurança;
   - 3.4. Unidade de Comando; e
   - 3.5. Surpresa;
4. Processos da abordagem;
   - 4.1. Planejamento mental;
   - 4.2. Plano de ação; e
   - 4.3. Execução;
5. Busca pessoal:
   - 5.1. Realização de busca pessoal individual;

5.2. Realização de busca pessoal em grupos de pessoas;
5.3. Aplicação dos tipos de busca pessoal:
5.3.1. Busca preliminar;
5.3.2. Busca minuciosa;
5.3.3. Busca completa; e
6. Utilização de algema.

Referência Bibliográfica: Manual de Abordagem da Polícia Militar de Pernambuco, 2002, PMPE, Recife; Súmula Vinculante STF nº 011, de 13 de agosto de 2008.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
CAP QOPM	940290-0	**WAMBERGSON** CORREIA MELO
CAP QOPM	101087-5	FRANCISCO **ALEXANDRE** BEZERRA DA SILVA

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Técnicas de Abordagem a Veículos	**16**

Ementa: Nivelamento dos conhecimentos sobre a abordagem policial a veículos, sua legalidade, os princípios básicos e sua execução em situações reais.

Conteúdo Programático:

1. Abordagem a motocicletas e bicicletas;
2. Abordagem a automóveis;
3. Abordagem a caminhões;
4. Abordagem a coletivos;
5. Técnicas de escolta; e
6. Bloqueio/Blitz.

Referência Bibliográfica: Manual de Abordagem da Polícia Militar de Pernambuco, 2002, PMPE, Recife.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
CAP QOPM	940290-0	**WAMBERGSON** CORREIA MELO
CAP QOPM	101087-5	FRANCISCO **ALEXANDRE** BEZERRA DA SILVA

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Técnicas de Abordagem a Edificações	**16**

Ementa: Nivelamento dos conhecimentos sobre a abordagem policial a edificações, sua legalidade, os princípios básicos e sua execução em situações reais.

Conteúdo Programático:

1. Aproximação da edificação;
2. Tipos de Varredura;
3. Formas de entrada;
4. Cone da morte;
5. Progressão policial;
6. Táticas em dupla;

7. Transposição de muros; e
8. Corredores e escadarias.

Referência Bibliográfica: Manual de Abordagem da Polícia Militar de Pernambuco, 2002, PMPE, Recife.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
CAP QOPM	940290-0	**WAMBERGSON** CORREIA MELO
CAP QOPM	101087-5	FRANCISCO **ALEXANDRE** BEZERRA DA SILVA

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Ações de Alto Risco	**44**

Ementa: Aplicação das técnicas utilizadas pelas principais tropas de operações especiais do mundo na área de ações táticas principalmente no que tange ao resgate de reféns em ambientes confinados e em veículos.

Conteúdo Programático:

1. Conceito e finalidade;
2. Assalto tático deliberado;
3. Assalto tático de emergência;
4. Assalto tático a veículos;
5. Entradas;
6. Métodos de entradas;
7. Métodos de arrombamento;
8. Combate em ambiente confinado;
9. Entradas com explosivos;
10. Combate em baixa luminosidade;
11. Técnicas de uso do escudo balístico;
12. Técnicas de entrada com escudo balístico;
13. Emprego de técnicas de emergências em grupo de resposta especiais; e
14. Emprego da defesa pessoal na ação tática.

Referência Bibliográfica: Filho, Walter Benjamin de Medeiros, Manual de Ações Táticas;Apostila do Curso de Operações Táticas Especiais –COTE, Polícia Federal; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – COMANDO E CONTROLE – EB20-MC-10.205 – Aprovado pela Portaria nº 002-EME, de 05 de janeiro de 2015; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – MOVIMENTO E MANOBRA – EB20-MC-10.203 – Aprovado pela Portaria nº 001-EME, de 05 de janeiro de 2015; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – INTELIGÊNCIA – EB20-MC-10.207 – Aprovado pela Portaria nº 032-EME, de 23 de fevereiro de 2015; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – FOGOS – EB20-MC-10.206 – Aprovado pela Portaria nº 003-EME, de 05 de janeiro de 2015; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – LOGÍSTICA – EB20-MC-10.204 – Aprovado pela Portaria nº 002-EME, de 02 de janeiro de 2014; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – PROTEÇÃO – EB20-MC-10.208 – Aprovado pela Portaria nº 004-EME, de 05 de janeiro de 2015; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – LISTA DE TAREFAS FUNCIONAIS – EB70-MC-10.341 – Aprovado pela Portaria nº 039-COTER, de 14 de junho de 2016.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
CAP QOPM	970036-6	**BOSCO** LOURIMAR BEZERRA DE LIMA
CAP QOPM	102501-5	RAPHAEL **PIRES** DE ALBUQUERQUE
CAP QOPM	102517-1	RAFAEL **IGNÁCIO** DE SOUZA

Disciplina	Carga Horária (h/a)

Edital nº 001/2018 - ACIDES/SDS

Gerenciamento de Crises	16

Ementa: Estudo do gerenciamento de crises, através de suas características e conceitos, sendo exemplificado com situações reais. Comandamento, coordenação, condução e execução de ações organizadas com o fim de alcançar a resolução de uma crise.

Conteúdo Programático:

1. Conceitos;
2. Princípios básicos (características):
    - 2.1. Imprevisibilidade;
    - 2.2. Ameaça de vida;
    - 2.3. Compressão de tempo; e
    - 2.4. Necessidade de postura organizacional não rotineira, de planejamento analítico especial, e considerações legais especiais;
3. Objetivos:
    - 3.1. Salvaguarda de vidas; e
    - 3.2. Aplicação da legislação;
4. Critérios de ação:
    - 4.1. Necessidade;
    - 4.2. Validade do risco; e
    - 4.3. Aceitabilidade;
5. Classificação dos graus de risco ou ameaça:
    - 5.1. 1º grau – Alto Risco;
    - 5.2. 2º grau – Altíssimo Risco;
    - 5.3. 3º grau – Ameaça Extraordinária; e
    - 5.4. 4º grau – Ameaça Exótica;
6. Níveis de resposta:
    - 6.1. Nível 1;
    - 6.2. Nível 2;
    - 6.3. Nível 3; e
    - 6.4. Nível 4;
7. Fases da crise;
    - 7.1. Pré-confrontação;
    - 7.2. Confrontação; e
    - 7.3. Pós-confrontação;
8. Tipologia dos Causadores de Eventos Críticos (CEC):
    - 8.1. Criminosos;
    - 8.2. Pessoas emocionalmente perturbadas;
    - 8.3. Deficientes intelectuais; e
    - 8.4. Terroristas;
9. Organização do posto de comando;
10. Teatro de operações;
11. Elementos operacionais essenciais:
    - 11.1. Gerente da crise;
    - 11.2. Equipe de negociação; e
    - 11.3. Time Tático;
12. Alternativas táticas:
    - 12.1. Negociação;
    - 12.2. Técnicas não-letais;

12.3. Tiro de comprometimento; e
12.4. Invasão ou assalto tática(o);

13. Perímetros:
    13.1. Internos; e
    13.2. Externos;
14. Plano específico; e
15. Medidas iniciais:
    15.1. Contenção;
    15.2. Isolamento; e
    15.3. Negociação.
16. Simulados práticos envolvendo gerenciamento de crises.

Referência Bibliográfica: Decreto Estadual nº 33.782 de 14 de agosto de 2009 que cria o Gabinete de Gerenciamento de Crises em Pernambuco;DE SOUZA, Wanderley Mascarenhas. Gerenciamento de crises em segurança. São Paulo, Sicurezza, 2000; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – COMANDO E CONTROLE – EB20-MC-10.205 – Aprovado pela Portaria nº 002-EME, de 05 de janeiro de 2015; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – MOVIMENTO E MANOBRA – EB20-MC-10.203 – Aprovado pela Portaria nº 001-EME, de 05 de janeiro de 2015; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – INTELIGÊNCIA – EB20-MC-10.207 – Aprovado pela Portaria nº 032-EME, de 23 de fevereiro de 2015; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – FOGOS – EB20-MC-10.206 – Aprovado pela Portaria nº 003-EME, de 05 de janeiro de 2015; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – LOGÍSTICA – EB20-MC-10.204 – Aprovado pela Portaria nº 002-EME, de 02 de janeiro de 2014; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – PROTEÇÃO – EB20-MC-10.208 – Aprovado pela Portaria nº 004-EME, de 05 de janeiro de 2015; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – LISTA DE TAREFAS FUNCIONAIS – EB70-MC-10.341 – Aprovado pela Portaria nº 039-COTER, de 14 de junho de 2016.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
TC QOPM	950712-4	IVANILDO CÉSAR **TORRES** DE MEDEIROS
CAP QOPM	101087-5	FRANCISCO **ALEXANDRE** BEZERRA DA SILVA

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Noções de Negociação	**16**

Ementa: Noções de técnicas de negociação policial para o atendimento de ocorrências de crise, ressaltando sua importância como alternativa tática mais pacífica de solução da contenda.

Conteúdo Programático:

1. Conceito;
2. Características de um bom negociador;
3. Regras básicas da negociação;
4. Primeiro interventor na ocorrência de crise;
5. Principais síndromes:
    5.1. Estocolmo; e
    5.2. Londres; e
6. -Tipo de negociação.
7. Aplicação das técnicas de negociações em simulações de crises.

Referência Bibliográfica: LUCCA, Diógenes Viegas Dalle. Alternativas táticas na resolução de ocorrências com reféns localizados. Cap PMESP, São Paulo, 2002.BAKER, Allan. Técnicas de comunicação. 2 ed. Tradução Henrique Amat Rego Monteiro. São Paulo, 2007.

CONTEUDISTA(S)

Edital nº 001/2018 - ACIDES/SDS

POSTO	MAT	NOME
CAP QOPM	950232-7	JOSÉ ROGÉRIO DINIZ **TOMAZ**
CAP QOPM	102517-1	RAFAEL **IGNÁCIO** DE SOUZA

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Sniper (tiro de precisão)	**12**

Ementa: Noções da atividade de *sniper* policial, execução de tiro de precisão e seu emprego no evento crítico. Conhecimento dos armamentos utilizados pela 1ª CIOE.

Conteúdo Programático:

1. Conceito e finalidade;
2. Fundamento do tiro de precisão;
3. Técnicas de observação; e
4. Execução do tiro de neutralização.

Referência Bibliográfica: Santos, Gilmar Luciano. Sniper Policial. 2011.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
CAP QOPM	102501-5	RAPHAEL **PIRES** DE ALBUQUERQUE

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Comando e Controle	**12**

Ementa: Comandamento, coordenação e condução do gerenciamento de uma crise, ciente das responsabilidades, dos níveis de comandamento, das tomadas de decisão e do estabelecimento da organização do teatro de operações.

Conteúdo Programático:

1. Conceito;
2. Normas de comando;
3. Missões do comandante em uma operação de alta complexidade ou em uma ocorrência de crise;
4. Organização do gerenciamento de uma crise; e
5. Coordenação das equipes em operações especiais e durante uma crise.

Referência Bibliográfica: Manual de Campanha do Exército Brasileiro – COMANDO E CONTROLE– EB20-MC-10.205 – Aprovado pela Portaria nº 002-EME, de 05 de janeiro de 2015; Filho, Walter Benjamin de Medeiros, Manual de Ações Táticas;Apostila do Curso de Operações Táticas – COT, Polícia Federal.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
TC QOPM	950712-4	IVANILDO CÉSAR **TORRES** DE MEDEIROS
CAP QOPM	101087-5	FRANCISCO **ALEXANDRE** BEZERRA DA SILVA

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Ações Antibomba	**32**

Ementa: Realização de ações a nível anti e contrabomba, e utilização de explosivos para arrombamento em entradas táticas.

Conteúdo Programático:

1. Conceito e classificação dos explosivos quanto à (ao):

- 1.1. Velocidade da detonação; e
- 1.2. Emprego;

2. Propriedades dos explosivos:
   - 2.1. Velocidade;
   - 2.2. Potência;
   - 2.3. Brisância;
   - 2.4. Sensibilidade;
   - 2.5. Densidade;
   - 2.6. Estabilidade;
   - 2.7. Higroscopicidade; e
   - 2.8. Toxidez;
3. Explosão:
   - 3.1. Definição;
   - 3.2. Tipos:
     - 3.2.1. Mecânica;
     - 3.2.2. Química; e
     - 3.2.3. Nuclear;
4. Efeitos de uma explosão:
   - 4.1. Onda positiva;
   - 4.2. Onda negativa;
   - 4.3. Convergência;
   - 4.4. Reflexão;
   - 4.5. Fragmentação; e
   - 4.6. Térmico;
5. Classificação das bombas:
   - 5.1. Industriais (EOD); e
   - 5.2. Improvisadas (IED);
6. Componentes de uma bomba;
7. Motivação de uma ameaça;
8. Classificação de uma ameaça:
   - 8.1. Real; e
   - 8.2. Falsa;
9. Atendimento a ameaças de bomba;
10. Busca:
    - 10.1. Objetivos;
    - 10.2. Emprego;
    - 10.3. Equipamentos;
    - 10.4. Equipes de busca;
    - 10.5. Planejamento;
    - 10.6. Buscas em áreas abertas;
    - 10.7. Busca em áreas edificadas;
    - 10.8. Buscas em veículos;
11. Cartas-bomba;
12. Isolamento;
13. Procedimentos de evacuação;
14. Objetos suspeitos;
15. Manuseio com explosivo;
16. Equipamentos e tecnologias em ocorrências com bombas e explosivos; e

17. Aplicação de explosivos em entradas táticas.

Referência Bibliográfica: Manual do Curso de Técnico Explosivista Policial da PMDF, 2009.DÉCIO, José Aguiar Leão, Doutrina para Operações Antibombas, São Paulo, 2008; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – DEFESA QUÍMICA, BIOLÓGICA, RADIOLÓGICA E NUCLEAR– EB 70-MC-10.233 – Aprovado pela Portaria nº 038-COTER, de 14 de junho de 2016; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – OPERAÇÕES QUÍMICA, BIOLÓGICA E NUCLEARES– C 3-5 – Aprovado pela Portaria nº 050-EME, de 09 de outubro de 1987; e Manual de Campanha do Exército Brasileiro – MINAS E ARMADILHAS– C 5-37 – Aprovado pela Portaria nº 004-EME, de 07 de janeiro de 2000.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
CAP QOPM	101087-5	FRANCISCO **ALEXANDRE** BEZERRA DA SILVA
CAP QOPM	102530-9	**HUGO** LEONARDO AMORIM SPAGNOL COELHO

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Segurança de Autoridades	**20**

Ementa: Realização de segurança de dignitários no dia-a-dia e em eventos de grande, médio e pequeno porte, principalmente no que tange a ameaças terroristas. Postura e atuação de grupo de segurança da autoridade, formações motorizadas e a pé.

Conteúdo Programático:

1. Conceitos e finalidades;
2. Aspectos legais;
3. Serviço de segurança;
4. Atentados;
5. Equipe de segurança;
6. Formação da segurança;
7. Segurança a pé e motorizada;
8. Planejamento da segurança;
9. Aparições em público; e
10. Simulação prática de segurança de dignitário.

Referência Bibliográfica: Manual do Curso de Segurança de Autoridades da Casa Militar, PMPE - CAMIL, Recife, 2012.Manual do Curso de Segurança e Proteção de Autoridades do Exército Brasileiro.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
TC QOPM	960020-5	JAIME BARBOSA **DE LIMA**

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Inteligência de Segurança Pública	**16**

Ementa: Funcionamento do serviço de inteligência na PMPE e sua importância nas missões de operações especiais. Diferenciação entre dados, informe e informação. Desenvolvimento de contrainteligência e segurança orgânica. Coleta de dados da forma mais adequada.

Conteúdo Programático:

1. Conceitos
2. Produção de conhecimento;
3. Análise de dados;
4. Contrainteligência;

5. Segurança orgânica;
6. Operação de inteligência;
7. Busca de dados; e
8. Exercícios práticos (simulados).

Referência Bibliográfica: Manual do Curso de Inteligência de Segurança Pública, PMPE - SDS, Recife, 2011; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA – IP 30-2 – Aprovado pela Portaria nº 127 EME - Res, de 27 de outubro de 1997;Manual de Fundamentos do Exército Brasileiro – INTELIGÊNCIA MILITAR TERRESTRE – EB20-MF-10.107 – Aprovado pela Portaria nº 031-EME, de 23 de fevereiro de 2015; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – INTELIGÊNCIA – EB20-MC-10.207 – Aprovado pela Portaria nº 032-EME, de 23 de fevereiro de 2015;Manual de Campanha do Exército Brasileiro – PLANEJAMENTO E EMPREGO DA INTELIGÊNCIA MILITAR – EB70-MC-10.307 – Aprovado pela Portaria nº 022-COTER, de 9 de maio de 2016; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA – EB20-MC-10.213 – Aprovado pela Portaria nº 008-EME, de 29 de janeiro de 2014.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
CAP QOPM	101084-0	MARCOS ANTÔNIO **VASCONCELOS** DE MELO JÚNIOR

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Controle de Distúrbios Civis e Agentes Químicos	**16**

Ementa: Execução da atividade policial de choque e sua importância, bem como a utilização correta de agentes químicos existentes na PMPE, e planejamento e coordenaçãodo emprego desta modalidade de policiamento

Conteúdo Programático:

1. Princípios de um pelotão de choque;
2. Composição básica de um pelotão de choque;
3. Formação de CDC;
4. Técnicas de tiro em CDC;
5. Método de dispersão;
6. Agentes químicos usados atualmente em CDC; e
7. Desmilitarização de granadas químicas explosivas e munições de impacto controlado.

Referência Bibliográfica: Manual do Curso de Ações de Choque, PMPE, Recife, 2002.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
CAP QOAPM	930931-4	SÉRGIO RICARDO **SIMÕES** DE ARAÚJO

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Embarque e Desembarque de Pneumático	**08**

Ementa: Utilização de embarcação em operações especiais e postura e atitude enquanto embarcado e nos procedimentos de embarque e desembarque.

Conteúdo Programático:

1. Conhecimentos gerais de marés;
2. Tipos de Embarcações;
3. Embarque e desembarque motorizado e a remo; e
4. Técnicas de camuflagem de embarcação.

Edital nº 001/2018 - ACIDES/SDS

Referência Bibliográfica: Manual de Campanha do Exército Brasileiro – OPERAÇÕES CONTRA DESEMBARQUE ANFÍBIO – IP 31-10 – Aprovado pela Portaria nº 122-EME, de 20 de novembro de 1998.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
TC QOPM	930044-9	ANTÔNIO EDSON DE LIMA **MENEZES**

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Mergulho	**20**

Ementa: Emprego de técnicas de mergulho nas ações de operações especiais, como por exemplo a infiltração e orientação submersa.

Conteúdo Programático:

1. Histórico do mergulho;
2. Equipamento básico;
3. Mergulho livre:
    3.1. Adaptação em piscina;
    3.2. Aprofundamento em mergulho livre (mar e lago);
4. Mergulho autônomo:
    4.1. Adaptação do equipamento autônomo em piscina; e
    4.2. Execução de mergulho em profundidade.

Referência Bibliográfica: Dr. David Szpilman, Emergências Aquáticas; Manual de Mergulho em Águas Abertas, Stars; Manual de Mergulho, CBPDS/CMAS. CBMERJ, Manual de Salvamento no Mar, 2006. PMESP, Manual Técnico de Bombeiros, BUSCA E SALVAMENTO AQUÁTICO, 2004. Manual Internacional de Aeronáutico e Marítimo de Busca e Salvamento (IAMSAR), 2011

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
TC QOCBM	940240-3	**ELTON**FERREIRA DE **MOURA**

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Técnicas de Salvamento em Altura	**16**

Ementa: Aplicação de técnicas de salvamento em altura nas operações especiais, principalmente as voltadas para ações táticas. Confecção de diversos tipos de ancoragens em altura e prática de descida em rapel.

Conteúdo Programático:

1. Técnicas de nós e amarrações;
2. Confecção de acentos;
3. Equipamentos básicos de altura;
4. Descidas emergenciais;
5. Normas e procedimentos de segurança;
6. Técnicas de ancoragem;
7. Rapel de precisão; e
8. Resgate de feridos.

Referência Bibliográfica: CBMSC, Manual Técnico de Salvamento em Altura, 2012. Manual de Campanha do Exército Brasileiro – TRANSPOSIÇÃO DE OBSTÁCULOS – C 21-78 – Aprovado pela Portaria nº 044-EME, de 17 de junho de 1980.

CONTEUDISTA(S)

Edital nº 001/2018 - ACIDES/SDS

POSTO	MAT	NOME
CAP QOCBM	707460-3	EDUARDO **LOPES** CORGOSINHO

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Salvamento no Mar	**16**

Ementa: Aplicação de técnicas de salvamento no mar, bem como em outros tipos de meio aquáticos.

Conteúdo Programático:

1. Tipos de maré;
2. Conceitos gerais: vala, baixio, valão, etc.;
3. Técnicas de salvamentos no mar;
4. Noções de sobrevivência no mar; e
5. Exercício simulado de sobrevivência no mar.

Referência Bibliográfica: Dr. David Szpilman, Emergências Aquáticas. CBMERJ, Manual de Salvamento no Mar, 2006. PMESP, Manual Técnico de Bombeiros, BUSCA E SALVAMENTO AQUÁTICO, 2004. Manual Internacional de Aeronáutico e Marítimo de Busca e Salvamento (IAMSAR), 2011.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
TC QOCBM	940240-3	**ELTON**FERREIRA DE **MOURA**

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Técnicas de Combate a Incêndio	**08**

Ementa: Aplicação de técnicas de combate a incêndio e de resgate de pessoas com utilização de equipamentos. Postura e atitude dentro de local em chamas e com fumaça.

Conteúdo Programático:

1. Equipamentos de combate a incêndio;
2. Armação de linha no plano horizontal;
3. Extintores;
4. Circuito de combate a incêndio;
5. Árvore de decisão;
6. Posto de comando;
7. NGA operacional;
8. Áreas de ocorrências; e
9. POP de incêndio.

Referência Bibliográfica: Manual Básico de Combate a Incêndio do CBMDF, Brasília, 2009.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
TC QOCBM	940240-3	**ELTON**FERREIRA DE **MOURA**

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Direção Operacional	**08**

Edital nº 001/2018 - ACIDES/SDS

Ementa: Condução ofensiva de veículos nas atuações policiais hodiernas e especiais, manobras seguras em situações de emergência.

Conteúdo Programático:

1. Aplicação de técnicas de escolta;
2. Aplicação de técnicas de frenagem;
3. Aplicação de técnicas de slalon; e
4. Exercício em pista de obstáculos.

Referência Bibliográfica: Manual do Curso de Segurança de Autoridades da Casa Militar, PMPE - CAMIL, Recife, 2012; e Manual do Curso de Segurança e Proteção de Autoridades do Exército Brasileiro.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
TC QOPM	960020-5	JAIME BARBOSA **DE LIMA**

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Operações Helitransportadas	**08**

Ementa: Entendimento básico do funcionamento da aeronave, postura e atitude no interiorda aeronave,em operações, e realização de descida em rapel, embarque e desembarque de aproximação da aeronave em locais de difícil acesso.

Conteúdo Programático:

1. Apresentação da aeronave;
2. Noções de segurança de voo;
3. Operações helitransportadas; e
4. Rapel em aeronave.

Referência Bibliográfica: Instrução Provisória do Exército Brasileiro – OPERAÇÕES AEROMÓVEIS – IP 90-1 – Aprovado pela Portaria nº 005-EME, de 07 de janeiro de 2000; e Dr. David Szpilman, Emergências Aquáticas; e Manual do Curso de Operador Aéreo Grupamento Tático Áereo, GTA, 2011.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
TC QOPM	920493-8	WELLINGTON BEZERRA **CÂMARA JÚNIOR**

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Técnicas de Patrulha Urbana	**20**

Ementa: Aplicação dos conceitos de patrulha urbana, para utilização na prática das condutas de patrulha voltadas para operações especiais principalmente em áreas de alto risco.

Conteúdo Programático:

1. Formação tática da patrulha;
2. Planejamento operacional;
3. Procedimentos de uma patrulha urbana;
4. Conduta de patrulha urbana;
5. Progressão e retração de uma patrulha (com tiro real);
6. Procedimento de resgate de uma patrulha; e

7. Emboscada e contra-emboscada na patrulha.

Referência Bibliográfica: Manual de Campanha do Exército Brasileiro – PATRULHA – C 21-75 – Aprovado pela Portaria nº 033-EME, de 09 de julho de 1986; e Manual do Curso de Operações Especiais, PMERJ, Rio de Janeiro, 2010.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
MAJ QOPM	960035-3	**FLÁVIO** DA SILVA **FRANÇA**
CAP QOPM	101076-0	JOSUÉ INÁCIO **CORREIA** NETO

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Montanhismo	**28**

Ementa: Emprego das técnicas de montanhismo, tais como escalada e escalaminhada, voltada para operações especiais.

Conteúdo Programático:

1. Atividade em montanha;
2. Classificação das montanhas;
3. Adaptação e aclimatação;
4. Vestuários e equipamentos;
5. Segurança na escalada;
6. Técnica de escalada;
7. Evacuação de feridos;
8. Marchas em montanha;
9. Escalada em montanha; e
10. Sobrevivência em montanha.

Referência Bibliográfica: Manual de Campanha do Exército Brasileiro – TRANSPOSIÇÃO DE OBSTÁCULOS – C 21-78 – Aprovado pela Portaria nº 044-EME, de 17 de junho de 1980.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
CAP QOPM	970036-6	**BOSCO** LOURIMAR BEZERRA DE LIMA
CAP QOPM	101076-0	JOSUÉ INÁCIO **CORREIA** NETO

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Técnicas de Patrulha Rural	**20**

Ementa: Aplicação dos conceitos de patrulha rural, para utilização na prática das condutas de patrulha voltadas para operações especiais em locais afastados do ambiente urbano.

Conteúdo Programático:

1. Técnicas de patrulha em área rural;
2. Progressão em terreno rural;
3. Planejamento operacional; e
4. Execução de patrulha rural.

Edital nº 001/2018 - ACIDES/SDS

Referência Bibliográfica: Manual de Campanha do Exército Brasileiro – PATRULHA – C 21-75 – Aprovado pela Portaria nº 033-EME, de 09 de julho de 1986; Instrução Provisória do Exército Brasileiro – OPERAÇÕES NA SELVA – IP 10-42 – Aprovado pela Portaria nº 008-EME, de 05 de fevereiro de 1997; e Manual do Curso de Operações Especiais, PMERJ, Rio de Janeiro, 2010.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
MAJ QOPM	930057-0	**NORBERTO**LIMA GARCÊS JÚNIOR
CAP QOPM	970038-2	CARLOS ALBERTO **ALBUQUERQUE** DA SILVA
CAP QOPM	101076-0	JOSUÉ INÁCIO **CORREIA** NETO

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Técnicas de Sobrevivência em Caatinga	**16**

Ementa: Prática de técnicas de sobrevivência na área de caatinga existente no nosso Estado em virtude de situações atípicas que possam vir a ocorrer em operações especiais, essenciais para a manutenção da vida do policial militar.

Conteúdo Programático:

1. Classificação e construção dos abrigos na caatinga;
2. Conhecimento da fauna e flora da caatinga;
3. Técnicas de obtenção de água e fogo na caatinga;
4. Técnicas de como obter alimentos de origem vegetal e animal da caatinga;
5. Confecção de armadilhas; e
6. Exercício de sobrevivência na Caatinga.

Referência Bibliográfica: Manual do Curso de Operações e Sobrevivência na Área de Caatinga, CIOSAC, PMPE, Custódia, 2010;Manual de Campanha do Exército Brasileiro – SOBREVIVÊNCIA NA SELVA – IP 21-80 – Aprovado pela Portaria nº 078-EME, de 09 de setembro de 1999; e Manual de Campanha do Exército Brasileiro – MINAS E ARMADILHAS– C 5-37 – Aprovado pela Portaria nº 004-EME, de 07 de janeiro de 2000.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
MAJ QOPM	930057-0	**NORBERTO** LIMA GARCÊS JÚNIOR
CAP QOPM	970038-2	CARLOS ALBERTO **ALBUQUERQUE** DA SILVA
CAP QOPM	101076-0	JOSUÉ INÁCIO **CORREIA** NETO

Disciplina	Carga Horária
Operações Urbanas	**32**

Ementa: Planejamento, coordenação, condução e execução de operações urbanas com aplicação de todos os conhecimentos técnicos adquiridos durante o curso.

Conteúdo Programático:

1. Prática de operações reais na Região Metropolitana do Recife;
2. Aplicação técnica do conhecimento adquirido; e
3. Operações prioritariamente em locais de alto risco.

Referência Bibliográfica: Manual de Fundamentos do Exército Brasileiro – OPERAÇÕES– EB20-MF-10.103 – Aprovado pela Portaria nº 004-EME, de 9 de janeiro de 2014; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – PROCESSO DE PLANEJAMENTO E CONDUÇÃO DE OPERAÇÕES TERRESTRES– EB20-MC-10.211 – Aprovado pela Portaria nº 010-EME, de 29 de janeiro de 2014; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – OPERAÇÕES EM AMBIENTES INTERAGÊNCIAS –

EB20-MC-10.201 – Aprovado pela Portaria nº 002-EME, de 31 de janeiro de 2013; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – PATRULHA – C 21-75 – Aprovado pela Portaria nº 033-EME, de 09 de julho de 1986; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – COMANDO E CONTROLE– EB20-MC-10.205 – Aprovado pela Portaria nº 002-EME, de 05 de janeiro de 2015; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – MOVIMENTO E MANOBRA – EB20-MC-10.203 – Aprovado pela Portaria nº 001-EME, de 05 de janeiro de 2015; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – INTELIGÊNCIA– EB20-MC-10.207 – Aprovado pela Portaria nº 032-EME, de 23 de fevereiro de 2015; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – FOGOS– EB20-MC-10.206 – Aprovado pela Portaria nº 003-EME, de 05 de janeiro de 2015; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – LOGÍSTICA– EB20-MC-10.204 – Aprovado pela Portaria nº 002-EME, de 02 de janeiro de 2014; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – PROTEÇÃO– EB20-MC-10.208 – Aprovado pela Portaria nº 004-EME, de 05 de janeiro de 2015; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – LISTA DE TAREFAS FUNCIONAIS– EB70-MC-10.341 – Aprovado pela Portaria nº 039-COTER, de 14 de junho de 2016;Manual do Curso de Operações Especiais, PMERJ, Rio de Janeiro, 2010.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
MAJ QOPM	960035-3	**FLÁVIO** DA SILVA **FRANÇA**
CAP QOPM	101076-0	JOSUÉ INÁCIO **CORREIA** NETO

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Prática de Operações Rurais	**30**

Ementa: Planejamento, coordenação, condução e execução de operações ruraiscom aplicação detodos os conhecimentos técnicos adquiridos durante o curso.

Conteúdo Programático:

1. Prática de operações reais na no Interior do Estado;
2. Aplicação técnica do conhecimento adquirido;
3. Operações prioritariamente em locais na região do Sertão do Estado; e
4. Operações ribeirinhas.

Referência Bibliográfica: Manual do Curso de Operações e Sobrevivência na Área de Caatinga, CIOSAC, PMPE, Custódia, 2010; e Instrução Provisória do Exército Brasileiro – OPERAÇÕES NA SELVA – IP 10-42 – Aprovado pela Portaria nº 008-EME, de 05 de fevereiro de 1997; Manual de Fundamentos do Exército Brasileiro – OPERAÇÕES– EB20-MF-10.103 – Aprovado pela Portaria nº 004-EME, de 9 de janeiro de 2014; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – PROCESSO DE PLANEJAMENTO E CONDUÇÃO DE OPERAÇÕES TERRESTRES – EB20-MC-10.211 – Aprovado pela Portaria nº 010-EME, de 29 de janeiro de 2014; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – OPERAÇÕES EM AMBIENTES INTERAGÊNCIAS – EB20-MC-10.201 – Aprovado pela Portaria nº 002-EME, de 31 de janeiro de 2013; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – PATRULHA – C 21-75 – Aprovado pela Portaria nº 033-EME, de 09 de julho de 1986; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – COMANDO E CONTROLE – EB20-MC-10.205 – Aprovado pela Portaria nº 002-EME, de 05 de janeiro de 2015; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – MOVIMENTO E MANOBRA – EB20-MC-10.203 – Aprovado pela Portaria nº 001-EME, de 05 de janeiro de 2015; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – INTELIGÊNCIA – EB20-MC-10.207 – Aprovado pela Portaria nº 032-EME, de 23 de fevereiro de 2015; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – FOGOS – EB20-MC-10.206 – Aprovado pela Portaria nº 003-EME, de 05 de janeiro de 2015; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – LOGÍSTICA – EB20-MC-10.204 – Aprovado pela Portaria nº 002-EME, de 02 de janeiro de 2014; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – PROTEÇÃO – EB20-MC-10.208 – Aprovado pela Portaria nº 004-EME, de 05 de janeiro de 2015; Manual de Campanha do Exército Brasileiro – LISTA DE TAREFAS FUNCIONAIS – EB70-MC-10.341 – Aprovado pela Portaria nº 039-COTER, de 14 de junho de 2016;Manual do Curso de Operações Especiais, PMERJ, Rio de Janeiro, 2010.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
MAJ QOPM	930057-0	**NORBERTO** LIMA GARCÊS JÚNIOR

Edital nº 001/2018 - ACIDES/SDS

CAP QOPM	970038-2	CARLOS ALBERTO **ALBUQUERQUE** DA SILVA
CAP QOPM	101076-0	JOSUÉ INÁCIO **CORREIA** NETO

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Técnicas de Motopatrulhamento	**12**

Ementa: Execução de técnicas da modalidade de policiamento do tipo motopatrulhamento, conforme o que preconiza a doutrina da PMPE.

Conteúdo Programático:

1. A história do motopatrulhamento na PMPE;
2. Noções de pilotagem militar e policial;
3. Abordagem com o uso de motocicletas:
   3.1. Funções do trio de motopatrulhemento;
   3.2. Comportamento do efetivo embarcado em situações adversas e o ritual de desembarque;
   3.3. Posicionamento de efetivo e viaturas nas diferentes situações; e
4. Exercícios de abordagem utilizando motocicletas.

Referência Bibliográfica: Manual de Motopatrulhamento da ROCAM/CIPMoto/PMPE de 2005.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
CAP QOPM	940290-0	**WAMBERGSON** CORREIA MELO
CAP QOPM	101087-5	FRANCISCO **ALEXANDRE** BEZERRA DA SILVA

Disciplina	Carga Horária (h/a)
Técnicas de Radiopatrulhamento	**12**

Ementa: Execução de técnicas da modalidade de policiamento do tipo radiopatrulhamento, conforme o que preconiza a doutrina da PMPE.

Conteúdo Programático:

1. A história do radiopatrulhamento na PMPE;
2. Funções de cada um dos quatro integrantes da viatura de radiopatrulhemento;
3. Comportamento do efetivo embarcado em situações adversas e o desembarque de cada policial;
4. Posicionamento do efetivo e da viatura ao desembarcar nas diferentes situações;
5. Documentos necessários para o serviço diário (auto de resistência, boletim de ocorrência, ficha de esclarecimento, autorização para entrada em domicílio);
6. Exercícios de emboscada e contraemboscada em desfavor de viaturas policiais;
7. Técnicas de "sobrevivência policial".

Referência Bibliográfica: Manual de Radiopatrulhamento do BPRp/PMPE de 2008.

CONTEUDISTA(S)		
POSTO	**MAT**	**NOME**
CAP QOPM	102501-5	RAPHAEL **PIRES** DE ALBUQUERQUE
CAP QOPM	102517-1	RAFAEL **IGNÁCIO** DE SOUZA

Secretaria De Defesa Social
Gerência de Articulação Inatitucional e Comunitária
Academia Integrada de Defesa Social

Edital nº 019/2016/ACIDES

Disciplina o processo de seleção do cadastro de reserva do corpo docente temporário para o **Curso de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC 2016),** conforme Parecer Técnico nº 058/2016 - CEDUC/CEFOSPE/SAD, de 11/02/2016 para 03 (três)turmas, sob a responsabilidade do Campus de Ensino Mata da Academia Integrada de Defesa Social.

Faço saber aos interessados e inscritos no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, que nos termos do Decreto nº 30.517, de 06/06/2007 e da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e nos dispositivos constantes no presente Edital, encontram-se abertas as inscrições para o Processo de Seleção do Cadastro de Reserva do Corpo Docente Temporário para o **Curso de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga**, sob a responsabilidade do Campus de Ensino Mata da Academia Integrada de Defesa Social.

DAS VAGAS PARA CADASTRO DE RESERVA DO CORPO DOCENTE TEMPORÁRIO

Das vagas para coordenadores de turmas

ATIVIDADE	C/H	REQUISITOS	VAGAS
COORDENAÇÃO	360	- Ser policial militar e estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir curso de coordenação pedagógica realizado pela ACIDES; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC).	**03**

1.1 Das vagas de instrutor titular:

DISCIPLINAS	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Treinamento Físico Militar	**16**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir curso específico de Educação Física com registro no CREF/PE; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	03

Instrução Tática Individual	**24**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	03
Ofidismo	**08**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	03
Primeiros Socorros	**08**	- Ter experiência profissional em Atividade Bombeiro Militar; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Possuir curso específico de Atendimento Pré-Hospitalar com ênfase em socorro de feridos por arma de fogo; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	03
Orientação e Navegação	**32**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	03
Uso Diferenciado da Força	**24**	- Ter experiência profissional em Atividade Policial Militar; - Possuir curso específico de uso Diferenciado da Força; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor.	03
Montanhismo	**20**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Possuir curso ou estágio específico na área de montanhismo; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	03

Direitos Humanos	**04**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir curso ou estágio específico na área; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor.	03
Armamento e Munição	**08**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	03
Técnicas Especiais de Abordagem	**24**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	03
Gerenciamento de Crises	**08**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	03
Operações Helitransportadas	**08**	- Ter experiência profissional em Atividade Policial Militar; - Possuir curso específico na área; - Estar servindo preferencialmente no GTA; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	03
Tiro Tático	**40**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	03
Técnicas de Patrulha Urbana	**08**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	03

Operações Ribeirinhas	**16**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	03
Técnicas de Patrulha Rural 1 (Mata Atlântica)	**16**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	03
Técnicas de Patrulha Rural 2 (Caatinga)	**16**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	03
Técnicas de Sobrevivência 1 (Mata Atlântica)	**16**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	03
Técnicas de Sobrevivência 2 (Caatinga)	**16**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	03
Técnicas de Rastreamento e Contra rastreamento	**16**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	03
Exercício Simulado de Operações Rurais	**16**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	03

Exercício Prático de Sobrevivência na Caatinga	**16**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	03

1.3. Das vagas de Instrutores Secundários

DISCIPLINAS	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Treinamento Físico Militar	**16**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir curso específico de Educação Física com registro no CREF/PE; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	03
Instrução Tática Individual	**24**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	06
Ofidismo	**08**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	06
Primeiros Socorros	**08**	- Ter experiência profissional em Atividades Bombeiro Militar; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Possuir curso específico de Atendimento Pré-Hospitalar; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	06
Orientação e Navegação	**32**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	06

Uso Diferenciado da Força	**24**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor.	06
Montanhismo	**20**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	09
Armamento e Munição	**08**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	09
Técnicas Especiais de Abordagem	**24**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	06
Gerenciamento de Crises	**08**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	06
Operações Helitransportadas	**08**	- Ser policial militar; - Possuir curso específico na área; - Estar servindo preferencialmente no GTA; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	09
Tiro Tático	**40**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	09

Técnicas de Patrulha Urbana	**08**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	09
Operações Ribeirinhas	**16**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	09
Técnicas de Patrulha Rural 1 (Mata Atlântica)	**16**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	09
Técnicas de Patrulha Rural 2 (Caatinga)	**16**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	09
Técnicas de Sobrevivência 1 (Mata Atlântica)	**16**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	09
Técnicas de Sobrevivência 2 (Caatinga)	**16**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	09
Técnicas de Rastreamento e Contra rastreamento	**16**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	09

Exercício Simulado de Operações Rurais	**16**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	09
Exercício Prático de Sobrevivência na Caatinga	**16**	- Estar servindo preferencialmente no BEPI; - Possuir o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC) e/ou Operações Especiais; - Preferencialmente, ter experiência na área como instrutor em cursos anteriores.	09

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DO PROCESSO DE SELEÇÃO

2.1. Condições Gerais

2.1.1. Está inscrito no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, nos termos do Capítulo I (Do Cadastro) da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e em conformidade com a **Portaria SDS Nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento),** até a publicação deste Edital no portal da ACIDES, www.acides.pe.gov.br, e/ou Diário Oficial do Estado;

2.1.2. Após a publicação do presente edital, conforme item anterior, a pontuação dos profissionais já cadastrados na ACIDES, que se inscreverem para este processo seletivo, permanecerá inalterada para fins deste certame, não cabendo, portanto, atualizações neste momento;

2.1.3. Comprovar experiência profissional específica relativa à atividade pedagógica objeto de seleção (Coordenação ou Instrutoria), através da análise da documentação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social até a data de inscrição;

2.1.4. **Após divulgação da seleção, os instrutores selecionados que não tiverem no seu cadastro da ACIDES, certificação reconhecida pelo MEC, que comprove os requisitos exigidos na disciplina desejada, deverão entregar ao coordenador do curso, na Sede do BEPI, a Declaração de Conhecimento Prático, emitida pelo seu chefe imediato, consoante com Parágrafo 2º do Artigo 7º do Decreto nº 30.517 de 06/06/2007, (anexo II), bem como a Declaração de Reposição de Horas, consoante com a Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009 (anexo III);**

2.1.5. Ter concluído pelo menos um dos cursos, a saber: licenciatura em qualquer área do conhecimento; formação de multiplicadores ministrada pelo Instituto de Recursos Humanos (IRH); Pós-graduação na área de ensino; formação de formadores pela Rede EAD/SENASP.
2.1.6. Não se encontrar na inatividade, nem em processo de reforma, durante a realização de todo curso, até o lançamento das horas aula aos vencimentos.

3. DAS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO

3.1. As inscrições serão realizadas exclusivamente pelo site da ACIDES, através do **Formulário 019/2016 - ACIDES**, disponível no site da ACIDES, www.acides.pe.gov.br.

3.2. **Será excluído do processo seletivo o candidato que:**

3.2.1. Não está de acordo com o previsto na **Portaria SDS nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (recadastramento),** até a data de publicação deste edital.

3.2.2 Não estiver com o seu currículo na Plataforma Lattes devidamente atualizado, nos últimos 12 meses, contendo o(s) curso(s) que o habilite(m) a ministrar a disciplina pretendida;

3.2.3. Não inserir do endereço do currículo lattes, no ato da inscrição através do formulário online disponibilizado pelo do portal da Acides;

3.2.4. Inscrever-se para o processo seletivo após o prazo constante no formulário de inscrição do referido edital;

3.2.5. Não comparecer ao Encontro Pedagógico;

3.2.6. Não entregar no Encontro Pedagógico a Declaração de Conhecimento Prático (Anexo II) e a Declaração de Reposição de Horas (Anexo III).

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. Os trabalhos e instrumentos relativos ao processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso serão realizados pela **Comissão de Seleção**, composta pelos membros do quadro abaixo, tendo o primeiro como presidente.

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]AÇÃO
Ten Cel PM	940.198-9	JAMERSON PEREIRA DE LIRA	BEPI
Maj PM	910.530-1	IVALDO BEZERRA DA SILVA	CEMATA
SUB TEN PM	950466-4	JOAO BATISTA DA SILVA	GICAP/SDS
CB BM	798.053-1	ALEXANDRE PEREIRA DOS ANJOS	GICAP/SDS

4.2. Serão utilizados os seguintes instrumentos no processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso, com atribuição exclusiva da GICAP/SDS:

4.2.1. Comprovação de conclusão dos cursos do item 2.1.5.

4.2.2. Análise dos requisitos básicos constante neste Edital, da titularidade e da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.3. Os candidatos formarão uma lista de classificação, de acordo com a pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.4. Os dados do candidato inscrito, referentes aos instrumentos do processo de seleção, serão contabilizados numa **Planilha de Monitoramento do Processo de Seleção do Corpo Docente Temporário do Curso.** Será através da análise da referida planilha que os critérios serão verificados em cada caso, registrando-se o(s) motivo(s) que, eventualmente, inabilite(m) o(s) candidato(s).

4.5. **Todos os instrutores concorrerão, inicialmente, com a sua primeira opção, feita no ato da inscrição. No caso das vagas não serem preenchidas desta forma, passarão a concorrer com a segunda opção, em assim por diante.**

4.6. Caso, após o encerramento de todo o processo, ainda permaneçam vagas ociosas, estas poderão ser preenchidas através de rechamada no portal eletrônico da ACIDES/SDS ou de indicação por parte da Comissão de Seleção nomeada no item 4.1.

4.7. Os candidatos aptos e disponíveis ao preenchimento das vagas, mas não selecionados, poderão ser, posteriormente, convocados, obedecendo-se à ordem de classificação obtida através da pontuação do Cadastro Estadual de Especialistas, para serem submetidos aos referidos instrumentos do processo de seleção, caso um ou mais candidatos com maior pontuação não tenham preenchido as vagas disponíveis.

4.8. Relativamente à análise do cadastro de especialistas do candidato a instrutor serão considerados os seguintes **critérios de desempate**, nesta ordem: 1) maior tempo de docência na disciplina objeto da seleção; 2) maior número de cursos de formação e/ou especialização relacionados à área pretendida, 3) maior tempo de conhecimento prático na disciplina objeto da seleção 4) maior grau acadêmico na área.

4.9 Registrar, se houver, na ATA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO as contra-indicações, observando e justificando os motivos que contraindique o candidato à prática docente ao presente processo seletivo, com critérios objetivos, devidamente justificados em processo escrito, remetido para a Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária.

4.10. Para a função de coordenador será preenchida preferencialmente pelos servidores lotados nos Campi de Ensino da ACIDES/SDS que possuírem o curso de coordenação pedagógica pela ACIDES/SDS. A função de coordenador de turma exige dedicação integral, atuando em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério da direção do campus responsável, ficando o coordenador de turma impossibilitado de exercer qualquer outro tipo de atividade pedagógica (instrutoria) durante o período de execução do curso neste Campus ou em outra Unidade da ACIDES/SDS.

4.11. O preenchimento das vagas para a disciplina obedecerá a ordem de classificação obtida através do Processo de Seleção.

4.12. A função de instrutor (titular ou secundário) exige participação em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério do Supervisor de Ensino do Campus, **com caráter eliminatório.**

4.13. Não serão realizadas provas ou outras atividades de seleção diversas das que estão previstas neste Edital.

4.14. Os candidatos selecionados deverão apresentar os respectivos **plano de disciplina(PLADIS)**, devidamente identificado, à Supervisão de Unidade de Ensino do Campus, no dia agendado para a reunião pedagógica, dentro do modelo estabelecido pela ACIDES, sob pena de eliminação e convocação do suplente.

4.15. Apresentar disponibilidade expressa para cumprir o cronograma de Atividade Escolar estabelecido pelo Supervisor da Unidade de Ensino do Campus de Ensino.

5. DO RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO

5.1. Concluídos os trabalhos, a comissão de seleção enviará à GICAP, através do e-mail **uafgicap@gmail.com** e também impresso, a minuta de portaria de designação dos docentes e a planilha de monitoramento do processo de seleção do corpo docente temporário do curso, que passarão por avaliação técnica, e conferência para que não ultrapassem a carga horária anual estabelecida pelo Decreto nº 32.540, de 24 de outubro de 2008 e pelas modificações realizadas pelo Decreto nº 33.254, de 3 de abril de 2009/2010. Satisfeitos os requisitos exigidos, o Gerente Geral da GGAIIC encaminhará a documentação relativa aos processos adotados, a fim de ser homologada através de Portaria do Secretário de Defesa Social.

5.2. As horas-aula ministradas em outras secretarias no âmbito estadual serão computadas e subtraídas do limite anual de 240h/a, sendo de responsabilidade exclusiva do instrutor designado acompanhar sua quantidade de horas-aula, visto que as aulas excedentes não serão computadas para efeito de pagamento.

5.3. Os candidatos-servidores estaduais que já tenham formalizado seu pedido de ida para a inatividade ou que estejam a ponto de fazê-lo, quer seja através de processo de aposentadoria (reserva remunerada ou reforma), quer seja por quaisquer outros motivos, estarão **impedidos** de participar deste certame.

5.4. Os candidatos não selecionados, porém aprovados em todos os instrumentos do Processo de Seleção, e disponíveis ao eventual preenchimento das vagas, formarão uma reserva técnica, em que serão denominados **Suplentes**, sendo convocados para preencher as vagas sem submeterem-se a novo Processo de Seleção, obedecendo-se ordem de classificação para cada disciplina, e durante a validade do presente Edital.

5.5. Serão selecionados, se possível, 03(três) vezes o número de vagas oferecidas no certamente para compor o quadro de reservas.

6. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

6.1. O candidato que desejar interpor recurso contra o Processo de Seleção, que não terá efeito suspensivo, só devolutivo, o fará na forma de requerimento enviado para a Comissão de Seleção do presente edital, no prazo máximo de 48 horas após a divulgação dos resultados no site da ACIDES, a qual responderá aos recursos no prazo de 72 horas da interposição do recurso.

6.2. O provimento do recurso, por parte da Comissão de Seleção, gerará para o candidato direito ao preenchimento da(s) vaga(s), desde que atendidos todos os Instrumentos do Processo de Seleção.

6.3. Os recursos interpostos deverão apresentar, no mínimo, as seguintes informações: NOME COMPLETO DO CANDIDATO, DISCIPLINA, CURSO, Nº DO EDITAL E ARGUMENTAÇÃO LÓGICA E CONSISTENTE, amparada na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009 e nos dispositivos do presente Edital.

6.4. Os recursos que não atenderem as especificações contidas no presente Edital e na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, não serão reconhecidos.

6.5. Não serão apreciados recursos interpostos em favor de outros candidatos.

7. DOS PROCEDIMENTOS PARA O PAGAMENTO DAS HORAS AULA

7.1. Ficará a cargo da Gerência de Integração e Capacitação (GICAP/SDS) os encaminhamentos a Secretaria de Administração (SAD) necessários para o pagamento devido ao Corpo Docente Temporário do Curso (Coordenadores de turmas, instrutores titulares e secundários).

7.2. A Planilha de Saque de Horas-aula deverá ser elaborada sob a coordenação do Supervisor da Unidade de Ensino do Campus, com base nos registros das cadernetas escolares, portanto, esta não deve conter rasuras, devendo ser encaminhada à GICAP/SDS até o 1º dia de cada mês. A Planilha para Saque de horas-aula será acompanhada de: Boletim de Serviço e Cronograma de Atividade Escolar (QTS) correspondente ao período de lançamento do saque.

7.3. Caso não seja cumprido, por parte do Campus, o prazo de 10(dez) dias, conforme o parágrafo único do artigo 6º do Decreto 30..517 de 06 de junho de 2007, o encaminhamento da planilha de saque de horas-aula, o pagamento deverá ser encaminhado para o mês subsequente.

8. DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS

8.1. O presente edital, cujo teor estará disponível no portal da ACIDES, **www.acides.pe.gov.br**, a partir da publicação até o encerramento do curso(publicação de portaria de conclusão). O Calendário das atividades inerentes ao presente Processo de Seleção está descrito no Anexo I deste Edital (Cronograma de Atividades do Processo de Seleção).

8.2. A Direção do Campus de Ensino solicitará ao Gerente Geral da GGAIIC o desligamento de qualquer coordenador ou instrutor selecionado, quando deixarem de comparecer injustificadamente a uma aula, ou não cumprirem os prazos previamente acordados inerentes à sua atividade, bem como por apresentarem aos

alunos, postura profissional inadequada ou motivos que os inabilitem para fazerem parte do Corpo Docente Temporário, sendo substituídos imediatamente pelo candidato subsequente na condição de **suplente**.

8.3. Ocorrendo o procedimento previsto no item 8.2, o docente substituído será considerado **em exigência**, sob controle da GICAP, ficando suspensa sua participação nos próximos processos de seleção da ACIDES por até 1 (um) ano.

8.4. Na situação de que trata o item 8.2, O docente substituído será indicado para realizar uma capacitação, curso na área de didática de ensino, o qual será realizado na ACIDES ou no CEFOSPE e após a conclusão do curso, o docente deverá entregar a mídia da cópia do certificado a GICAP/SDS.

8.5. Os casos omissos serão solucionados pelo Gestor de Integração e Capacitação e pela Comissão de Seleção.

Recife, PE, em 12 de agosto de 2016.

ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO DE MATTOS
Secretário de Defesa Social

Anexo I
Cronograma do Processo de Seleção

Etapas	Atividades	Período	Responsabilidade
1	Validação das atualizações dos currículos junto à GICPA/SDS	Até a data inicial deste Edital	Docente candidato
2	Construção e Elaboração da **Planilha de Monitoramento do Processo de Seleção**, com todos os inscritos e onde farão constar à pontuação dos candidatos e os Instrumentos do Processo de Seleção.	Até 19 /08/2016	Comissão de Seleção com apoio da GICAP
3	Análise da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, **confirmação recadastramento** e da existência de currículo do candidato na **Plataforma Lattes** e verificação de habilitação do candidato para a disciplina pretendida.	Até 24/08/2016	Comissão de Seleção com apoio da GICAP
4	Divulgação dos instrutores/coordenadores selecionados para o cadastro de reservas no site da ACIDES que deverão entregar a Declaração de Conhecimento Prático	Até 26/08/2016	Comissão de Seleção com apoio da GICAP
5	**Realização do Encontro Pedagógico no BEPI** - entrega das declarações de conhecimento prático e de reposição de horas dos servidores selecionados para o cadastro de reserva.	Até 29/08/2016	Coordenação de Curso
6	Elaboração e publicação no site da ACIDES da portaria de designação dos docentes selecionados.	Até 02/09/2016	Comissão de Seleção com apoio da GICAP

Anexo II

SECRETARIA
DEFESA SOCIAL

Academia Integrada de Defesa Social
Instituição de Ensino Superior credenciada pelo Parecer CEE/PE nº 33/2008-CES, do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco,
homologado pela Portaria SE nº 3571, de 12/05/2008, publicada no DOE de 13/5/2008
CNPJ : 02.960.040/0002-91

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, ____, matricula nº, ____________, Órgão de Origem, ____________, atualmente exercendo a função de, ____, declaro para os devidos fins de **comprovação de conhecimento prático,** consoante o Parágrafo 2º do Artigo 7º do Decreto nº 30.517, de 06/06/2007 que o(a) servidor(a), ______________________, matricula nº, ___________,órgão de origem,___________, lotado no(a) ______________________, **possui conhecimento prático sobre:** ______________________, por ter desempenhado, por mais de 12 me[illegible]as ao tema no p[illegible] ____/____/____ a ____/____/____, no(a) ______________________ (Unidade/Se[illegible]). Atesto, por tanto, sua capacidade prática na abordagem do refe[illegible] ______________________.

[illegible], ___ de ___________ de 2016

____
Assin[illegible] chefia imediata

Anexo III

Secretaria de Defesa Social

Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária
Gerência de Integração e Capacitação

ACIDES-PE
Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social

DECLARAÇÃO

Eu, ______________________________________, mat.________________, CPF. __________________________, Residente a rua____, e lotado na ____, declaro para os devidos fins, que me comprometo a fazer reposição da carga horária correspondente aos dias em que estarei ausente para prestação de serviços como contratado pela Secretaria de Defesa Social, ministrando aulas no Curso ____, no período de ____/_____/_____ a ______/____/_______ (período do curso) e que não estou no período da disciplina ministrada, em qualquer tipo de afastamento do serviço por licença ou gozo de férias e também pleno conhecimento da impossibilidade de exercer a referida instrutoria, sob o risco de **NÃO RECEBIMENTO** das horas aula ministradas, caso esteja ou dê entrada no processo para inatividade durante o transcorrer do curso.

Recife, ____/____/_______.

[Assinatura]

De acordo,

Em, _____/______/_______.

[Carimbo e assinatura da chefia imediata].

Anexo IV

EMENTAS

TREINAMENTO FÍSICO MILITAR
Carga Horária: 16 horas

EMENTA: Aprender conceitos ligados à anatomia e fisiologia humana específicos, os quais estão relacionados com o condicionamento físico necessário às operações policiais. Conhecer as principais lesões musculares e ósseas do corpo humano que podem vir a comprometer o desempenho da atividade policial. Praticar exercícios físicos ligados à melhoria do desempenho cardiorrespiratório e muscular do policial.

OBJETIVO: Condicionar os instruendos para o desenvolvimento de um melhor desempenho nas atividades cardiopulmonares e neuromusculares.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Conceitos importantes
1.1. Anatomia do corpo humano
1.2. Fisiologia do corpo humano;
1.3. Condicionamento cardiopulmonar, aeróbico, anaeróbico e neuromuscular;
2. Identificação de sintomas de desgaste muscular
2.1. Câimbras
2.2. Fadiga muscular
2.3. Dor aguda e dor tardia
2.4. Estiramento muscular
2.5. Entorse e luxação
3. Prática de exercícios físicos
3.1. Realização de caminhadas
3.2. Execução de corridas para melhoria do condicionamento cardiorrespiratório
3.3. Treinar natação em distâncias diversas
3.4. Treinamento intervalado do tipo cross-promenade e cross-fit
3.5. Treinamento físico em circuito com obstáculos

AVALIAÇÃO:
Técnica para Avaliação: Realização de Teste de Aptidão Física (TAF) com notas individuais, tendo o aluno que atingir o índice de aproveitamento de no mínimo 7,0.

REFERÊNCIAS:
Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Treinamento Físico Militar – C 20-20 – Aprovado pela Portaria nº 089-EME, de 07 de novembro de 2002.

INSTRUÇÃO TÁTICA INDIVIDUAL
Carga Horária: 24 horas

EMENTA: Desenvolver habilidade para atuação individual no terreno do policial de operações rurais. Aprender a utilizar o terreno, e suas características, a seu favor, usando os meios de fortuna (improvisação), para cumprir com os objetivos da missão a ser realizada. Apresentar a importância da camuflagem na atuação do homem de operações rurais quando no terreno. Identificar os tipos de camuflagem para cada tipo de terreno e vegetação. Demonstrar como deve ser feita a camuflagem aproveitando-se do que o terreno oferece. Praticar a camuflagem individual. Explicar os conceitos de marchas e estacionamentos para a aproximação e deslocamento do efetivo nas

missões de operações rurais. Explicar de que forma devem ser realizadas as marchas evitando o desgaste do efetivo ao chegar ao seu objetivo. Praticar a execução de marchas em área de caatinga.

OBJETIVO: Capacitar os instruendos com conhecimentos técnicos necessários para trabalhar em ambiente rural.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Tática
1.1. Conceito e finalidade
1.2. Individual e coletiva: diferença
1.3. Posição torre
1.4. Deslocamento por lanço
2. Terreno
2.1. Conhecimento e nomenclatura do terreno
2.2. Avaliar distância
2.3. Cobertas e abrigos: conceito e utilização
2.4. Observação do terreno
3. Valor militar dos acidentes
4. Rastejo
4.1. Conceito
4.1. Importância
4.2. Processos de rastejo
5. Definição e conceito de camuflagem
6. Variações de observação no terreno:
6.1. Diretas e indiretas
6.2. Processo de observação;
6.3. Elementos para identificação do objeto;
7. Métodos de camuflagem
7.1. Materiais utilizados
7.2. Camuflagem individual
8. Marchas 12
8.1. Conceitos e finalidade
8.2. Tipos
8.3. Velocidade e tempo
8.4. Formação do efetivo
8.5. Equipe precursora e de segurança
8.6. Colunas de marcha
8.7. Influência do terreno
9. Estacionamentos
9.1 Conceitos e finalidade
9.2 Tipos
9.3. Altos horários

AVALIAÇÃO:
Técnica para Avaliação: Os alunos irão realizar uma avaliação prática em uma Pista Policial de Rastejo (PPR), empregando qualquer processo de acordo com a necessidade da pista, sabendo identificar as diferenças topográficas e distâncias no terreno, concluindo a atividade com no mínimo 70% de aproveitamento. Em seguida, realizarão um exercício prático de rastejo em terreno de caatinga, com percurso de 100m, tendo o aluno que progredir o mínimo de 70m sem ser detectado pelos instrutores para que seja considerado apto. A avaliação será concluída com uma marcha na caatinga, avaliando a velocidade da marcha, procedimento nos auto horários e disciplina de ruídos, sendo considerado apto o aluno que atingir no mínimo nota 7,0.

REFERÊNCIAS:

Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Instrução Individual para o Combate – C 21-74 – Aprovado pela Portaria nº 012-EME, de 07 de março de 1986.
Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Camuflagem – C 5-40 – Aprovado pela Portaria nº 135-EME, de 23 de dezembro de 2004.
Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Marchas a Pé – C 21-18 – Aprovado pela Portaria nº 053-EME, de 28 de julho de 1980.

OFIDISMO
Carga Horária: 08 horas

EMENTA: Identificar os animais peçonhentos mais encontrados no sertão pernambucano. Observar a diferente forma de tratamento diante de ferimentos provocados por animais peçonhentos.

OBJETIVO: Capacitar os instruendos na identificação dos diversos animais peçonhentos do Interior do Estado de Pernambuco, bem como o tratamento necessário diante dos ferimentos provocados por eles.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Animais peçonhentos
1.1 Conceito;
1.2. Classificação em função da toxina;
1.3. Diferentes estruturas inoculadoras de veneno
2. Ofidismo no Brasil
2.1. Definição de serpentes
2.2. As espécies mais encontradas no Brasil
2.3. Espécies características do sertão pernambucano
2.4. Tratamento antiofídico (envenenamentos)

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:
Técnica para Avaliação: Através de prova escrita, identificar as serpentes peçonhentas da região e suas características, informando os procedimentos a serem adotados após um incidente ofídico, sendo considerado apto o aluno que atingir no mínimo nota 7,0.

REFERÊNCIAS :
Araújo M. Ofidismo. In: Pitta GBB, Castro AA, Burihan E, editores. Angiologia e cirurgia vascular: guia ilustrado.
Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Sobrevivência na Selva – IP 21-80 – Aprovado pela Portaria nº 078-EME, de 09 de setembro de 1999.
Manual de diagnóstico e tratamento de acidentes por animais peçonhentos. Fundação Nacional de Saúde. Ed.: COMED / ASPLAN / FNS. 1988. 131p.

PRIMEIROS SOCORROS
Carga Horária: 08 horas

EMENTA: Estudar a importância do policial de operações rurais no conhecimento de primeiros socorros. Conhecer técnicas de atendimento de primeiros socorros para situações de emergência, tanto com outros policiais como com populares que necessitem de um pronto atendimento. Aprender a utilizar as técnicas de primeiros socorros com meios de fortuna. Ensinar o transporte de feridos evitando maiores traumas. Identificar os diversos tipos de lesões e traumas.

OBJETIVO: Capacitar os instruendos nas técnicas de primeiros socorros para situações de emergência, tanto no apoio aos policiais nas missões quanto no apoio de populares que necessitem de um atendimento pré-hospitalar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Conceitos
2. Atendimento poli traumatizado
3. Avaliação primária e secundária
4. Estricção
5. Chave da rauteck
6. Técnicas de transporte
7. Equipamentos de transporte
8. Rolamentos
9. Mecanismo de lesões ou cinemática do trauma
10. Identificar lesões ou traumas
11. RCP
12. Afogamento
13. Queimaduras
14. Envenenamento
15. Outros acidentes

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:
Técnica para Avaliação: Exercício prático simulado com avaliações primárias e secundárias, removendo a suposta vítima, utilizando técnicas de transporte com meios de fortuna, sendo considerado apto o aluno que atingir no mínimo nota 7,0.

REFERÊNCIAS:
Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Primeiros Socorros – C 21-11 – Aprovado pela Portaria nº 1.693-BG, de 22 de agosto de 1962.

ORIENTAÇÃO E NAVEGAÇÃO

Carga Horária: 32 horas

EMENTA: Explicar a importância da orientação nas operações rurais, utilizando cartas e mapas topográficos, bem como a utilização de métodos e aparelhos de orientação, quais sejam a bússola e o GPS.

OBJETIVO: Capacitar os instruendos quanto a utilização dos métodos e dos aparelhos de orientação, como cartas, bússolas e GPS em ambiente rural.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Orientação
1.1. Conceito
1.2. Finalidade
1.3. Utilização da bússola
1.4. Utilização do GPS
2. Navegação
2.1. Formação da equipe de navegação
2.2. Funções dos componentes
2.3. Peculiaridades da navegação em área de caatinga
3. Processos expeditos de orientação

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:

Técnica para Avaliação: Exercício prático de orientação e navegação com o uso de bússola e GPS, sendo considerado apto o aluno que atingir no mínimo nota 7,0.

REFERÊNCIAS:

Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Leitura de Cartas e Fotografias Aéreas – C 21-26 – Aprovado pela Portaria nº 025-EME, de 17 de março de 1980.

USO DIFERENCIADO DA FORÇA

Carga Horária: 24 horas

EMENTA: Aprender a defender-se em ações de combate corpo a corpo. Saber imobilizar agressores nas ações policiais, aplicando as técnicas de defesa da melhor forma possível de acordo com cada situação apresentada. Proporcionar um conhecimento de forma ampla sobre o emprego de tecnologia de menor potencial ofensivo, adequando ao uso diferenciado da força, vindo a habilitá-lo como usuário de arma elétrica e espargidores, a fim que atuem como agentes na busca da consolidação dos direitos e garantias individuais e coletivos.

OBJETIVO: Capacitar os instruendos quanto aos meios de imobilização e defesa pessoal na execução do serviço policial, com o uso de técnicas e emprego de tecnologia de menor potencial ofensivo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Pontos vitais do corpo humano
2. Técnicas de desenvolvimento de defesas e imobilizações no solo
3. Técnica de empunhadura e imobilizações com o bastão perseguidor tonfa
4. Técnicas de projeção, imobilização e condução do agressor
5. Preparação mental do policial para uso progressivo das técnicas
6. Combate corpo a corpo com mais de um adversário.
7. Agentes químicos.

7.1.Os equipamentos menos letais em utilização na PMPE
7.2. Conceitos básicos de agentes químicos
7.3. Efeitos do OC (óleo resina de capsaicina) e CS (ortoclorobenzilmalononitrilo)
7.4. Granadas explosivas e fumígenas
7.5. Munições de impacto controlado

8. Habilitações em Usuário de Arma Elétrica (Taser e Spark)

8.1. Arma elétrica
8.2. Cartuchos e acessórios
8.3. Formas de utilização
8.4. Regras de segurança no manuseio da Arma elétrica
8.5. Formas de emprego e utilização
8.6. Precauções na utilização da Arma elétrica
8.7. Estudos médicos
8.8. Prática de manejo

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:
Técnica para Avaliação: Avaliação prática das habilidades adquiridas pelos discentes nas técnicas ensinadas, utilizando imobilizações e conduções, sendo considerado apto o aluno que atingir no mínimo nota 7,0.

REFERÊNCIAS:
-Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Treinamento Físico Militar - Lutas – C 20-50 – Aprovado pela Portaria nº 060-EME, de 23 de agosto de 2002;
-Manual do Curso de Operações Não Letais, CONDOR, Rio de Janeiro, 2010.
SCHODER, André Luiz Gomes. Artigo – Princípios Delimitadores do Uso da Força para os Encarregados da Aplicação da Lei. Ed. Independente. Goiânia. 2000.
-Apostilas do Curso de Uso Diferenciado da Força – SENASP
-Manual de Operadores de Armas Elétricas – TASER e SPARK
-Apostila de Materiais de Menor Potencial Ofensivo – Condor S/A
-Princípios Básicos do Uso da Força e Arma de Fogo
-Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
-Matriz Curricular Nacional para Atividades Formativas dos Profissionais de Segurança Pública
-Portaria Interministerial nº 4.226/2010
-Lei nº 13.060/2014

MONTANHISMO
Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Aprender os tipos de nós e amarrações corretos para que estes sejam empregados em ancoragens de rapel ou em situações diversas da atividade de operações rurais, executando o nó mais apropriado para que se evite riscos nas ações. Aprender as técnicas de escalada e deslocamento em terreno montanhoso relacionado às atividades de operações policiais rurais. Executar o deslocamento através da realização de uma escalada prática.

OBJETIVO: Capacitar os instruendos nas diversas técnicas de escalada e deslocamento em terrenos montanhosos, aprendendo a correta confecção de nós e amarrações para o emprego de ancoragens neste tipo de ambiente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Nomenclaturas utilizadas em trabalhos com cordas
1.1. Cabo solteiro e bitolas dos cabos solteiros
1.2. Coçar um cabo e fazer a falcaça de um cabo
1.3. Morder e permear um cabo solteiro
1.4. Safar uma corda
1.5. Alça e anel de um cabo solteiro
1.1. Chicote e seio de um cabo
1.2. Firme e seio de um cabo solteiro
1.8 Retinida
2. Características dos nós
2.1. Fácil confecção
2.2. Fácil soltura
2.3. Máxima segurança
3. Tipos de nós
3.1. Nós de extremidade
3.2. Nós de emenda
3.3. Nós alceados
3.4. Nós de ancoragem
3.5. Nó de segurança
3.6 Nó auto-blocante
4. Amarrações

4.1. Assento americano
4.2. Assento francês
4.3. Mosquetão
4.4 Freio em oito
5.Montanha
5.1. Atividades em terreno de montanha
5.2. Classificação da montanhas
5.3. Adaptação e aclimatação
5.4. Vestuários e equipamentos
5.5. Marchas em terreno de montanha
5.6. Orientação em terreno de montanha
6. Escalada
6.1. Segurança na escalada
6.2. Técnica de escalada
6.3. Evacuação de feridos
6.4. Escalda em montanha

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:
Técnica para Avaliação: Executar prova prática de nós e amarrações (confecção e emprego), obtendo no mínimo 70% de aproveitamento para que o aluno seja considerado apto. Prova prática de escaladas em rotas de campo escola de terreno montanhoso, sendo considerado apto o aluno que atingir no mínimo nota 7,0.

REFERÊNCIAS:
Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Transposição de Obstáculos – C 21-78 – Aprovado pela Portaria nº 044-EME, de 17 de junho de 1980.

DIREITOS HUMANOS
Carga Horária: 04 horas

EMENTA: Conhecer os direitos humanos e suas legislações para o emprego correto da atividade policial militar.

OBJETIVO: Capacitar os instruendos no conhecimento da legislação de Diretos Humanos e sua aplicação na atividade policial militar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Histórico dos direitos humanos no mundo e no Brasil
2. Princípios Básicos do Uso da Força e Arma de Fogo (PBUFAF)
3. Código de Conduta para os Encarregados de Aplicação da Lei (CCEAL)
4. Emprego e uso da arma de fogo.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:
Técnica para Avaliação: Realização de prova escrita, sendo considerado apto o aluno que atingir no mínimo nota 7,0.

REFERÊNCIAS:
Constituição Federal de 1988
SCHODER, André Luiz Gomes. Artigo – Princípios Delimitadores do Uso da Força para os Encarregados da Aplicação da Lei. ed. Independente. Goiânia. 2000.
Portaria Interministerial/MJ nº 02 de 15DEZ10. 20

ARMAMENTO E MUNIÇÃO

Carga Horária: 08 horas

EMENTA: Aprender a conceituar armas e munições utilizadas pela PMPE. Manusear os armamentos para que possa utilizá-los nas instruções de tiro durante o curso. Aprender a montar e desmontar os armamentos. Conhecer as importantes noções de balística.

OBJETIVO: Capacitar os instruendos no conhecimento e na utilização dos armamentos atualmente disponíveis no âmbito da PMPE.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Conceitos básicos sobre armas de fogo
1.1. Regras de segurança com armas de fogo
1.2. Classificação das armas de fogo
1.3. Como definir o calibre de uma arma de fogo
1.4. Poder de parada ou stopping power
1.5. Utilização da bandoleira
2. Estudos da balística
2.1. Tipos de munições
2.2. Composição das munições
2.3. Principais tipos de projeteis das munições
2.4. Balística interna, externa e terminal
3. Manejo, desmontagem e montagem dos seguintes armamentos
3.1. Pistola Taurus calibre .40
3.2. Espingarda CBC calibre 12
3.3. Submetralhadora Taurus calibre .40
3.4. Fuzil IMBEL calibre 7,62 mm

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:
Técnica para Avaliação: Avaliação individual prática de manejo, montagem e desmontagem de todos os armamentos estudados na disciplina, sendo considerado apto o aluno que conseguir realizar todos os procedimentos dentro do tempo estipulado pelo instrutor.

REFERÊNCIAS:
-CÂMARA JÚNIOR, Wellington Bezerra. Manual de Tiro Policial, PMPE, Recife, 2002.
-ONU. Princípios básicos sobre a utilização da força e de armas de fogo (PBUFAF)
-ONU. Código de conduta para os encarregados de aplicação da lei (CCEAL)
-GIRALDI, Nilson. Manual da pistola semiautomática .40 S&W, São Paulo – "O tiro defensivo na preservação da vida"

TÉCNICAS ESPECIAIS DE ABORDAGEM

Carga Horária: 24 horas

EMENTA: Atualizar os conhecimentos sobre a abordagem policial a pessoas, veículos e edificações, observando a sua legalidade, os princípios básicos e sua execução em situações reais.
OBJETIVO: Capacitar os instruendos nas diversas técnicas de abordagem, em situações reais, padronizadas pelo BEPI, observando seus aspectos legais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1.Técnicas e Táticas Individuais e em Duplas
1.1. Tipos de Porte e tempos do saque
1.2. Técnicas de retenção de armas de fogo

1.3. Táticas em duplas
1.4. Transição de armas longas para curtas
1.5. Controle de cano
2. Abordagem a Pessoas
2.1. Princípios da Abordagem
2.2. Processos da Abordagem
2.3. Busca Pessoal (busca ligeira ou preliminar, minuciosa e completa)
2.4. Regras a serem seguidas durante uma abordagem a pessoa em atitude suspeita
2.5. Técnicas de abordagem a pessoas isoladas
2.6. Técnicas de abordagem a pessoas em grupo
2.7. Técnicas de uso de algemas
3. Abordagem a Veículos
3.1. Funções individuais e coletivas da equipe policial
3.2. Posicionamento da equipe na viatura
3.3. Abordagem a veículos de duas rodas com quatro, seis e oito policiais
3.4. Abordagem a veículos de quatro rodas com quatro, seis e oito policiais
3.5. Abordagem a ônibus com seis e oito policiais
3.6. Abordagem a veículos à noite com quatro, seis e oito policiais
3.7. Ponto de Bloqueio
4. Técnicas de Varreduras
5. Progressão policial por portas e janelas
6. Progressão policial em corredores
7. Formas de entradas
8. Transposição de Obstáculos

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:
Técnica para Avaliação: Avaliação prática das habilidades adquiridas pelos discentes nas técnicas ensinadas, sendo considerado apto o aluno que atingir no mínimo nota 7,0.

REFERÊNCIAS:
Manual de Abordagem da Polícia Militar de Pernambuco, 2002, PMPE, Recife.
Manual do COTAT – Curso Operacional de Técnica de Abordagem e Tiro (2002), Recife, SDS;
Procedimentos Operacionais Padrão, SDS, Recife, 2010.
Constituição Federal do Brasil (1988), Brasília, Editora do Congresso.

GERENCIAMENTO DE CRISES

Carga Horária: 08 horas

EMENTA: Conhecer o gerenciamento de crises, através de suas características e conceitos, sendo exemplificado com situações reais. Observar a importância de durante a crise se ter uma organização básica para a sua resolução. Aplicação de estudos de caso e simulados para facilitar o entendimento, aproximando-se de situações reais.

OBJETIVO: Capacitar os instruendos no conhecimento da doutrina de gerenciamento de crises, para a melhor busca na resolução do evento crítico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Crise
1.1. Conceito
1.2. Características de uma crise
1.3. Classificação da crise

6. Tipos de embarque e desembarque na aeronave
6.1. Pairado baixo
6.2. Pairado alto
6.3. Preguiça
6.4. Mata leão
7. Montagem de ZPH

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:
Técnica para Avaliação: Avaliação prática das habilidades adquiridas pelos discentes nas técnicas ensinadas, sendo considerado apto o aluno que atingir no mínimo nota 7,0.

REFERÊNCIAS:
Manual do Curso de Operador Aéreo Grupamento Tático Aéreo, GTA, 2011.

TIRO TÁTICO

Carga Horária: 40 horas

EMENTA: Aplicação do tiro com finalidade específica em situações típicas de operações rurais, como nos casos de ações táticas e em operações de alto risco que exigem maiores técnicas e conhecimentos de tiro.

OBJETIVO: Capacitar os instruendos em técnicas específicas de tiro em situações rurais de operações rurais, em missões de alto risco.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Prática de tiro de pistola .40
4.4. Métodos de tiro com lanternas
4.5. Tiro com voltas estacionárias
4.6. Tiro em pontos pré-determinados do alvo
4.7. Tiro em progressão e regressão
4.8. Tiro em baixa luminosidade
2. Prática de tiro de submetralhadora SMT .40
2.1. Tiro com voltas estacionárias
2.2. Tiro em pontos pré-determinados do alvo
2.3. Tiro em progressão e regressão
2.4. Tiro em baixa luminosidade
3. Prática de tiro de fuzil calibre 7,62mm
3.1. Tiro em pontos pré-determinados do alvo
3.2. Tiro em progressão e regressão
3.3. Tiro em baixa luminosidade
4. Tiro de arma longa com transição para arma curta

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:
Técnica para Avaliação: Prova de Tiro Tático com disparos a serem realizados em "double tap", no total de 10(dez) de pistola .40, 10(dez) de submetralhadora .40 e 10(dez) de Fuzil .762. Contra uma folha de A4, em alvos colocados a distâncias variadas, sendo considerado apto o aluno que atingir no mínimo nota 7,0.

REFERÊNCIAS:
CÂMARA JÚNIOR, Wellington Bezerra. Manual de Tiro Policial, PMPE, Recife, 2002.
ONU. Princípios básicos sobre a utilização da força e de armas de fogo (PBUFAF)
ONU. Código de conduta para os encarregados de aplicação da lei (CCEAL)
GIRALDI, Nilson. Manual da pistola semiautomática .40 S&W, São Paulo – "O tiro defensivo na preservação da vida"

TÉCNICA DE PATRULHA URBANA

Carga Horária: 08 horas

EMENTA: Aprender os conceitos de patrulha urbana, para que possam utilizar na prática as condutas de patrulha voltadas para operações policiais em áreas que apresentem elevados índices de criminalidade.

OBJETIVO: Capacitar os instruendos nas técnicas e procedimentos de deslocamento em ambiente urbano, observando a conduta de patrulha nas áreas de alto risco.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Patrulha Urbana
1.1. Conduta da patrulha urbana
1.2. Missões da patrulha urbana
1.3. Funções da patrulha composta por 08(oito) integrantes
1.4. Deslocamento diurno, noturno e ponto a ponto da patrulha
2. Treinamento prático de patrulha
2.1. Deslocamentos diurnos em formações diversas
2.2. Deslocamentos noturnos da patrulha
2.3. Passagens por becos e esquinas
2.4. Patrulhamento em comunidades horizontais
2.5. Patrulhamento em comunidades verticais

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:
Técnica para Avaliação: Avaliação prática das habilidades adquiridas pelos discentes nas técnicas ensinadas, sendo considerado apto o aluno que atingir no mínimo nota 7,0.

REFERÊNCIAS:
Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Patrulha – C 21-75 – Aprovado pela Portaria nº 033-EME, de 09 de julho de 1986.
Manual do Curso de Operações Especiais - BOPE, PMERJ. Rio de Janeiro, 2010.

OPERAÇÕES RIBEIRINHAS

Carga Horária: 16 horas

EMENTA: Executar os diversos tipos de nados importantes nas ações de operações ribeirinhas de acordo com o tipo de missão a ser executada. Capacitar os discentes a utilizarem de forma correta as embarcações existentes na PMPE quando necessário for o emprego delas nas missões policiais rurais, dentre as quais merece destaque as de localização e erradicação de roças de maconha encontradas nas margens do Rio São Francisco. Saber como utilizar uma embarcação em operações ribeirinhas, bem como portar-se nela.

OBJETIVO: Capacitar os instruendos na forma correta de utilização das embarcações, quando do seu emprego nas diversas missões no Rio São Francisco, inclusive tendo conhecimento e preparo na execução dos diversos tipos de nado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1.Técnicas de natação em operações policiais
1.1 Nado de infiltração
1.2 Nado de aproximação

2.4. Procedimentos para chegada a edificações isoladas

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:
Técnica para Avaliação: Prova de Patrulha Rural realizada em exercício prático a ser feito por equipes de até 08 (oito) alunos, sendo considerado apto o aluno que atingir no mínimo nota 7,0.

REFERÊNCIAS:
Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Patrulha – C 21-75 – Aprovado pela Portaria nº 033-EME, de 09 de julho de 1986.
Manual de Patrulha Urbana do Curso de Ações Táticas Especiais, PMMA, São Luís, 2009.
Manual do Curso de Operações Especiais, PMERJ, Rio de Janeiro, 2010.
Manual de Patrulhamento Rural da CIOSAC, PMPE, Custódia, 2010.

TÉCNICAS DE PATRULHA RURAL 2 (CAATINGA)

Carga Horária: 16 horas

EMENTA: Aprender os conceitos de patrulha rural, para que possam utilizar na prática as condutas de patrulha voltadas para as operações rurais na área de Caatinga.

OBJETIVO: Capacitar os instruendos nas técnicas e procedimentos de deslocamento em ambiente rural, observando a conduta de patrulha nas áreas de caatinga.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Patrulha rural
1.1. Conceito e classificações
1.2. Diferenças entre Patrulha Urbana e Rural
1.3. Nomenclatura e funções dos integrantes da patrulha rural
1.4. Os equipamentos dos componentes da patrulha e o terreno em que atuam
2. Técnicas de Ação Imediata das Patrulhas Rurais
2.1. Importância da formação em linha na patrulha
2.2. Passagens por pontos críticos
2.3. Contra emboscada de patrulha a pé
2.4. Procedimentos para chegada a edificações isoladas
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:
Técnica para Avaliação: Prova de Patrulha Rural realizada em exercício prático a ser feito por equipes de até 08 (oito) alunos, sendo considerado apto o aluno que atingir no mínimo nota 7,0.

REFERÊNCIAS:
Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Patrulha – C 21-75 – Aprovado pela Portaria nº 033-EME, de 09 de julho de 1986.
Manual de Patrulha Urbana do Curso de Ações Táticas Especiais, PMMA, São Luís, 2009.
Manual do Curso de Operações Especiais, PMERJ, Rio de Janeiro, 2010.
Manual de Patrulhamento Rural da CIOSAC, PMPE, Custódia, 2010.

TÉCNICAS DE SOBREVIVÊNCIA 1 (MATA ATLÂNTICA)

Carga Horária: 16 horas

EMENTA: Aprender as técnicas de sobrevivência na área de mata atlântica existente no Estado de Pernambuco em virtude de situações atípicas que possam vir a ocorrer em operações rurais, as quais passam à condição de essenciais para a manutenção da vida do policial militar.

EMENTA: Apresentar aos discentes as técnicas utilizadas pela população oriunda do ambiente de caatinga, através das quais é possível identificar sinais de que em determinado local houve a presença de pessoas ou objetos. Saber deslocar na zona rural depois de ter observado um rastro de determinado indivíduo.

OBJETIVO: Capacitar os instruendos nas diversas técnicas de rastreamento e contra rastreamento, a fim de identificar sinais ou indícios de pessoas que se deslocaram no ambiente rural.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Técnicas de rastreamento
2. Contagem de passos
3. Análise do terreno
4. Progressão sobre rastros
5. Técnicas de contra rastreamento

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:
Técnica para Avaliação: Avaliação prática das habilidades adquiridas pelos discentes nas técnicas ensinadas, através pistas montadas, tendo o aluno que identificar os diversos tipos de rastros, sendo considerado apto o aluno que atingir no mínimo nota 7,0.

REFERÊNCIAS:
Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Sobrevivência na Selva – IP 21-80 – Aprovado pela Portaria nº 078-EME, de 09 de setembro de 1999.
Manual do Curso de Operações e Sobrevivência na Área de Caatinga, CIOSAC, PMPE, Custódia, 2010.

EXERCÍCIO SIMULADO DE OPERAÇÕES RURAIS

Carga Horária: 16 horas

EMENTA: Executar operações rurais aplicando os conhecimentos adquiridos durante o curso para observar se o aluno atingiu os objetivos do programa, devidamente acompanhado pela coordenação.

OBJETIVO: Capacitar os instruendos na execução das técnicas e nos conhecimentos adquiridos durante todo o período do curso, a fim de observar em um exercício simulado, o desempenho dos alunos, para que seja observado se eles atingiram o objetivo previsto pelo processo de ensino aprendizagem.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Prática de operações reais no Interior do Estado de Pernambuco
2. Cumprimentos de mandados de prisão no sertão pernambucano
3. Erradicação de roças de maconha em ilhas ou no continente do sertão pernambucano

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:
Técnica para Avaliação: Avaliação prática de desempenho dos discentes no emprego dos ensinamentos adquiridos durante o curso, no tocante aos procedimentos adotados por uma tropa que combate em área de caatinga, sendo considerado apto o aluno que atingir no mínimo nota 7,0.

REFERÊNCIAS:
Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Sobrevivência na Selva – IP 21-80 – Aprovado pela Portaria nº 078-EME, de 09 de setembro de 1999.
Manual do Curso de Operações e Sobrevivência na Área de Caatinga, CIOSAC, PMPE, Custódia, 2010.

EXERCÍCIO PRÁTICO DE SOBREVIVÊNCIA NA CAATINGA

Carga Horária: 16 horas

EMENTA: Aplicar os meios de sobrevivência na caatinga, através da obtenção de água, fogo e confecção de abrigos e armadilhas, conhecendo os tipos de vegetações que podem ser consumidos, aplicando os conhecimentos adquiridos durante a disciplina para observar se o aluno atingiu os objetivos do programa, devidamente acompanhado pela coordenação.

OBJETIVO: Capacitar os instruendos nas técnicas de sobrevivência na caatinga, para que o aluno possa colocar em prática todos os procedimentos e condutas a serem aplicadas neste tipo de ambiente rural.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Prática dos meios de obtenção de água e fogo
2. Prática da construção de abrigos e confecção de armadilhas
3. Prática da obtenção dos meios de origem animal e vegetal na caatinga

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:
Técnica para Avaliação: Avaliação prática de desempenho dos discentes no emprego dos meios de obtenção de fogo, água, confecção de abrigos e armadilhas, além da identificação dos cactáceos mais importantes para a sobrevivência no terreno de caatinga, pondo em prática os ensinamentos adquiridos durante o curso, no tocante aos procedimentos de sobrevivência adotados por uma tropa que combate em área de caatinga, sendo considerado apto o aluno que atingir no mínimo nota 7,0.

REFERÊNCIAS:
Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Sobrevivência na Selva – IP 21-80 – Aprovado pela Portaria nº 078-EME, de 09 de setembro de 1999.
Manual do Curso de Operações e Sobrevivência na Área de Caatinga, CIOSAC, PMPE, Custódia, 2010.

XIV Curso de Operações Táticas

Informações sobre o evento

- Período de realização: **de 30/07/2018 a 31/12/2018**
- Carga horária: **1070 horas**
- Formato: **presencial**
- Público alvo: **Todos os interessados (aberto ao público em geral)**
- Contato: **braga.pbs@dpf.gov.br**

Apresentação

DISCIPLINA	EMENTA	CARGA HORÁRIA
ARMAMENTO E TIRO	Recursos bélicos especiais disponíveis no COT. Utilização de armamento em confrontos de alto risco a adoção de técnicas, táticas e procedimentos diferenciados e particulares.	136 horas
ABORDAGEM E CONDUÇÃO DE SUSPEITOS	Abordagem pessoal; revista, algemamento; condução de presos; abordagem veicular	16 horas
ABERTURAS	Entradas (retomadas) táticas. Técnicas de abertura utilizada em tais atividades.	12 horas
COMUNICAÇÃO	Equipamentos de comunicação existentes no COT; Utilização de equipamentos de comunicação em modo tático e com uso de repetidora, montagem de uma estação repetidora.	06 horas
COMBOIO E ESCOLTA	Comboio e escolta policial e suas variantes.	08 horas
COMBATE CORPO A CORPO	Combate corporal. Técnicas de proteção do armamento em ambientes confinados e Procedimento completo de domínio padrão COT. Técnicas de socos e chutes. Técnicas de domínio em ambiente prisional	38 horas
ESTAGIO DE	Execução de patrulhas rurais e procedimentos de	110

ADAPTAÇÃO À SELVA	combate em área rural; realização de pista de adaptação e sobrevivência na selva; execução de operações de patrulha rural em ambientes de selva.	horas
ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO A CAATINGA	Execução de patrulhas rurais e procedimentos de combate e erradicação de roças de maconha; realização de pista de adaptação e sobrevivência na caatinga; execução de operações de erradicação de plantios de canabis, simuladas e reais.	40 horas
DIREÇÃO OFENSIVA	Noções de direção operacional defensiva e ofensiva durante deslocamento em perímetro urbano ou não urbano. A disciplina versará ainda sobre noções de direção operacional defensiva e ofensiva durante deslocamento em perímetro não urbano "off Road".	16 horas
APLICAÇÕES TÁTICAS DE EXPLOSIVOS	Conhecimentos teóricos sobre os explosivos e os efeitos das explosões, bem como conhecimentos práticos na construção das cargas explosivas, com segurança, para aplicação tática da equipe policial.	16 horas
ESTÁGIO BÁSICO DE COMBATENTE DE MONTANHA	Técnicas de escalada, desescalada, técnicas de desescalada com cordas, nós e amarrações e operações em terreno montanhoso.	40 horas
ESTÁGIO DE APLICAÇÕES TÁTICAS	Técnicas e procedimentos operacional policiais em localidades urbanas de alto risco. Tipos de patrulhamento urbano e suas peculiaridades.	40 horas
MERGULHO	História do Mergulho, tipos de mergulho, meio ambiente, equipamentos, física e fisiologia, tabelas de mergulho, conduta.	32 horas
INSTRUÇÃO TÁTICA INDIVIDUAL	Ordem Unida. Conduta com o Fuzil. Progressão. Natação Utilitária. Pista de Fobias. Pista de Obstáculos. Sobrevivência em situações de captura.	34 horas
GERENCIAMENTO DE CRISES	Conceito de crise; Características essenciais de uma crise;Conceito e objetivos do gerenciamento de crises; Elementos essenciais de inteligência;Fontes de informação nos eventos críticos;Tipologia e gradação de periculosidade dos principais causadores de eventos críticos; Composição;Atribuições;Elemento de Comando: gerente da crise - seu papel e responsabilidades;Elementos operacionais essenciais: Grupo de Negociadores: Grupo Tático e Grupo de Vigilância Técnica - seus papéis e responsabilidades e Comando horizontal.	16 horas
RETOMADA DE EDIFICAÇÕES	Técnicas de transposição de obstáculos. Técnicas de Entrada em Edificações, visando a retomada de edificações ilicitamente apoderadas e o cumprimento	54 horas

	de mandados de busca e apreensão de bens e pessoas, bem como a doutrina do gerenciamento de crises inserida neste contexto. Adequada equipagem do EPI para uso em ações onde existam ameaças QBRN.	
RETOMADA DE AERONAVES	Crises em sequestros de aeronaves. Tipos de aeronave. Técnicas de entrada em Aeronaves. Tipos de entrada em aeronaves: entrada deliberada, assalto de emergência	30 horas
PATRULHA URBANA	Tipos e formações de patrulha urbana. Funções dos componentes de uma patrulha urbana. Transposições de pontos críticos.	26 horas
RETOMADA DE ÔNIBUS	Técnicas de retomada de ônibus. Equipe de Segurança, Equipe Frontal, Equipe Lateral, Equipe de Assalto, bem como o posicionamento e função de cada elemento das citadas equipes	10 horas
RETOMADA DE NAVIO	Serão enfocadas nesta disciplina as técnicas de retomada de navios, envolvendo a aproximação, abordagem, acessos, progressão no ambiente da embarcação, distribuição das equipes e função de cada operador em cada equipe.	20 horas
RETOMADA DE METRÔ	Técnicas de retomada de metrô, com distribuição conhecida e desconhecida. Funções de cada membro das equipes.	14 horas
SOCORRISMO TÁTICO	Tactical Combat Casulty Care (TC3); Avaliação de feridos; Hemorragia; Torniquete; Obstrução de via aérea superior, Pneumotórax hipertensivo; Curativos diversos; Emergência cardiorrespiratória; Desfibriladores; Fratura, Luxação e Entorse; Imobilizações provisórias; Remoção, manipulação, transporte, triagem e evacuação de feridos; Animais peçonhentos; Queimadura e Desidratação.	30 horas
SALVAMENTO AQUÁTICO E SOBREVIVÊNCIA NA ÁGUA	Noções de salvamento aquático em meios fluviais e marítimos. Equipamentos essenciais necessários ao salvamento no meio líquido. Aprimorar noções de sobrevivência em meio líquido, técnicas utilizadas e os meios de fortuna encontrados para sobreviver em diferentes ambientes líquidos, de água doce e/ou de água salgada. E o emprego dessas técnicas nas operações táticas e especiais, fluviais e marítimas.	58 horas
RETOMADA DE PRESÍDIO	Utilização de equipamentos de choque empregados em operações policiais de retomada de estabelecimentos prisionais. Principais técnicas	24 horas

	utilizadas neste tipo de crise.	
TÉCNICAS VERTICAIS	Nós e Amarrações, Escalada, Desescalada e Rapel tático policial.	30horas
TEORIA DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS	Histórico dos grupos de Operações Especiais no mundo militar e policial. Fundamentos éticos e doutrinários dos Grupos de Operações Especiais policiais. Histórico e surgimento do COT e outras características próprias dos citados grupos.	04 horas
TREINAMENTO FÍSICO POLICIAL	Condicionamento físico com prática de corrida; natação e atividades neuromusculares.	54 horas
OPERAÇÕES AÉREAS	Técnicas dos operadores do COT no uso de helicópteros. Embarque, transporte e desembarque.	20 horas
ORIENTAÇÃO E NAVEGAÇÃO TERRESTRE	Orientação e navegação terrestre. Conhecimento das ferramentas utilizadas em orientação e navegação terrestre. Operação com bússola, meios de fortuna e GPS. Formação de equipes de navegação e especificação das funções de cada integrante. Como se comportar em caso de desorientação, utilização de azimute de fuga.	14 horas
OPERAÇÕES MENOS LETAIS	Tática de CDC; Munições de Impacto Controlado; Armamento Químico; Manuseio do Bastão PR24; Desintrusão.	24 horas
PATRULHA RURAL	Conceito e organização de patrulha em ambiente rural, conduta de patrulha, patrulha de reconhecimento, patrulha de combate, técnicas de ação imediata, camuflagem, base de patrulha, planejamento de patrulha em ambiente rural.	20 horas
PARAQUEDISMO	Equipamentos operacionais empregados na atividade de paraquedismo do Comando de Operações Táticas. HISTÓRIA, doutrina e técnica do paraquedismo, equipagem, embarque e saída da aeronave. Procedimento em voo, navegação e pouso, procedimentos de emergência e recolhimento do paraquedas	40 horas
PLANEJAMENTO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	Planejamento operacional das Operações Especiais. Planejamento de operações especiais no COT. Principais grupos terroristas e seu modus operandi, no Brasil e no mundo. Levantamento de informações de inteligência tática, reconhecimento tático e vigilância.	16 horas
ABERTURA E ENCERRAMENTO		02 horas

VERIFICAÇÕES DE APRENDIZAGEM		20 horas
	Carga horária total	**1070 horas**

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
CENTRO DE INSTRUÇÃO DE GUERRA NA SELVA
(Centro Coronel Jorge Teixeira/1999)

PLANO DE ESTUDOS DIRIGIDO AO PREPARO INTELECTUAL DO CANDIDATO AO CURSO DE OPERAÇÕES NA SELVA (COS)

ÍNDICE

1ª PARTE - PREÂMBULO

1. FINALIDADE

a. Este plano de estudos tem a finalidade de orientar a preparação intelectual dos candidatos aos Cursos de Operações na Selva (COS).

b. Adicionalmente, este plano de estudos também serve como preparação aos candidatos do COS para a realização do Teste de Conhecimentos Militares (TCM), constituíndo-se como um complemento às orientações específicas para o TCM constantes das Orientações aos Candidatos, ambos disponibilizados no site do CIGS.

2. REFERÊNCIAS

a. Lei nº 6.634 de 02 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira.

b. Lei Complementar nº 97 de 09 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.

c. Lei Complementar nº 117 de 02 de setembro de 2004, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.

d. Lei Complementar nº 136 de 25 de agosto de 2010, que altera a Lei Complementar nº 97.

e. Decreto nº 4.411 de 07 de outubro de 2002, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação e dá outra providências.

f. Decreto nº 4.412 de 07 de outubro de 2002, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas Terras Indígenas e dá outras providências.

g. Portaria nº 303 de 16 de junho de 2012, que dispõe sobre as salvaguardas institucionais às Terras Indígenas.

h. Caderno de Instrução C 21-75 – Patrulhas.

i. Caderno de Instrução C 21-74 – Instrução Individual para o Combate.

j. Caderno de Instrução C 21-26 – Leitura de Cartas e Fotografias Aéreas.

k. Caderno de Instrução C 21-78 – Transposição de Obstáculos.

l. Caderno de Instrução C 24-17 – Centro de Comunicações.

m. Caderno de Instrução C 11-1 – Emprego das Comunicações.

n. Caderno de Instrução C 24-9 – Exploração em Radiotelefonia.

o. Caderno de Instrução C 24-18 – Emprego do Rádio em Campanha.

p. Caderno de Instrução C 24-50 – Segurança das Comunicações.

q. Caderno de Instrução C 34-1 – Emprego da Guerra Eletrônica.

r. Caderno de Instrução CI 90-1/1 – Assalto Aeromóvel e Infiltração Aeromóvel.

s. Caderno de Instrução EB20-MF-10.103 – Operações.

t. Caderno de Instrução EB20-MC-10.210 – Combate de Resistência.

u. Caderno de Instrução EB20-MC-10.201-Operações Em Ambiente Interagências.

v. Caderno de Instrução C 5-34 – Vade Mecum de Engenharia.

w. Caderno de Instrução C 23-1 – Tiro das Armas Portáteis – 2ª parte – Pistola.

x. Caderno de Instrução C 23-1 – Tiro das Armas Portáteis – 1ª parte – Fuzil.

y. Instruções Provisórias IP 21-80 – Sobrevivência na Selva.

z. Instruções Provisórias IP 72-20 Batalhão de Infantaria de Selva.

aa. Instruções Provisórias IP 90-1 Operações Aeromóveis

bb. Instruções Provisórias IP 72-1 Operações na Selva.

cc. Instruções Provisórias IP 100-3 – Bases para a Modernização do Doutrina de Emprego da Força Terrestre.

dd. Normas de Conduta para Emprego de Tropa do Comando Militar da Amazônia (NCET/2016).

ee. Manual Escolar de Explosivos e Destruições da AMAN – 1ª ed – 2009.

ff. Manual de Instruções – ICOM IC-A24.

gg. Manual de Operação RF 7800V-HH – Falcon III.

hh. Manual de Operação MPR 9600 – Falcon II.

ii. Manual do Guerreiro de Selva.

jj. Apostila do Curso de Navegação Fluvial CECMA, volume 01.

kk. Apostila do Curso de Navegação Fluvial CECMA, volume 02.

ll. Caderneta Operacional do CIGS.

2ª PARTE

PLANO DE ESTUDOS DIRIGIDO AO PREPARO INTELECTUAL DO CANDIDATO AO CURSO DE OPERAÇÕES NA SELVA (COS)

1. VIDA NA SELVA

a) Marchas e estacionamentos em selva: Conservação da saúde e primeiros socorros: outras medidas de proteção. (Capítulo 2, ítem 2-3, Instruções Provisórias IP 21-80 – Sobrevivência na Selva)

b) Obtenção de água e fogo. (Capítulo 6, Artigo II e III das Instruções Provisórias IP 21-80 – Sobrevivência na Selva)

c) Alimentos de origem vegetal. (Capítulo 6, Artigo IV das Instruções Provisórias IP 21-80 – Sobrevivência na Selva)

d) Construção de abrigos e peconha. (Capítulo 5, Artigo I das Instruções Provisórias IP 21-80 – Sobrevivência na Selva)

e) Animais selvagens. (Capítulo 6, Artigo IV das Instruções Provisórias IP 21-80 – Sobrevivência na Selva)

f) Tiro de caça. (Capítulo 6, Artigo VI das Instruções Provisórias IP 21-80 – Sobrevivência na Selva)

g) Armadilhas para caça e pesca. (Capítulo 6, Artigo VI das Instruções Provisórias IP 21-80 – Sobrevivência na Selva)

h) Obtenção do pescado e preparo da caça. (Capítulo 6, Artigo V das Instruções Provisórias IP 21-80 – Sobrevivência na Selva)

i) Efeitos fisiopatológicos do ambiente de selva. (Capítulo 2, Artigo II das Instruções Provisórias IP 21-80 – Sobrevivência na Selva)

j) Acidentes com animais peçonhentos. (Capítulo 3 das Instruções Provisórias IP 21-80 – Sobrevivência na Selva)

2. ORIENTAÇÃO

a) Processo de Orientação Expedita

1) Orientação em Campanha: Generalidades, Orientação pela bússola, Cartas topográficas e Orientação com Carta e Bússola. (Manual C 21-74 – Instrução Individual para o Combate)

2) Deslocamentos na Selva: Orientação, Processos de Orientação. (Instruções Provisórias IP 21-80 – Sobrevivência na Selva)

b) Técnicas de Utilização de GPS

1) Colocação das pilhas, ligar o dispositivo, marcar o ponto de passagem, navegar uma rota, gravar um trajeto, calibrar a bússola. (Manual do utilisador do GPSMAP 62, acessado pelo link: http://docplayer.com.br/3077783-Serie-gpsmap-62-manual-do-utilizador-para utilizar-com-o-gpsmap-62-62s-62st-62sc-e-62stc.html)

c) Planejamento da Navegação

1) Escalas – medida de distância: escala, instrumentos para medidas, determinação da escala da carta, construção de uma escala gráfica. Direção e Azimute: Generalidades, Declinação Magnética e convergência de meridianos, diagrama de orientação, bússola. Designação e locação de pontos na carta: Generalidades, coordenadas geográficas, coordenadas retangulares, coordenadas polares, linha código e tela código, outros processos de designação de pontos. Relevo: Representação do relevo, formas do terreno, leis do modelado, declive. Identificação da carta com o terreno: orientação da carta, giro do horizonte. (Manual C 21-26 – Leitura de Cartas e Fotografias Aéreas)

2) Navegação: Generalidades, Navegação Terrestre Diurna. (Instruções Provisórias IP 21-80 – Sobrevivência na Selva)

3) Preparação da Carta Topográfica para orientação em área de selva, confecção do Quadro Auxiliar de Navegação (QAN). (Caderneta Operacional CIGS – 2009)

d) Orientação Fluvial

1) Orientação Fluvial, Traçar uma Derrota, Planejamento da Derrota, Preparação da Carta para a navegação fluvial. (Apostila do Curso de Navegação Fluvial CECMA, volume 01)

e) Técnica Fluvial

1) Técnica de remada: generalidades, remo, guarnição, comandos e condutas, conduta em caso de acidente, informações gerais e medidas preventivas. (Manual do Guerreiro de Selva)

f) Embarcações Fluviais Militares

1) Principais tipos de embarcações (civil e militar), classificação das embarcações, manutenção de motores, procedimentos de instalação e partida do motor de popa, preparação de uma EPE para o deslocamento, manutenção de 1º e 2º escalão de motor de popa. (Apostila do Curso de Navegação Fluvial CECMA, volumes 01 e 02)

2)Apresentação das embarcações: generalidades, embarcações táticas, embarcações logísticas, embarcações logísticas propulsadas, embarcações logísticas não propulsadas. (Manual do Guerreiro de Selva)

3) Motor de Popa: generalidades, especificações, procedimentos de instalação e partida do motor de popa, partida de emergência. (Manual do Guerreiro de Selva)

4) Embarcações regionais, operação de motores de popa, manutenção de motores de popa, comandos verbais, formações, sinais e gestos diurnos e noturnos. (Caderneta Operacional CIGS – 2009)

g) Infiltração Aquática Noturna

1) Procedimentos de amarração de materiais e ancoragem de pessoal, Infiltração de Superfície tipo “espinha de peixe”, técnicas de abordagem tática de margens em ambiente fluvial, em duplas. (Caderneta Operacional CIGS – 2009)

h) Transposição de Curso d'água

1) Transposição de cursos d'água com meios auxiliares de flutuação: balsas improvisadas e jangadas. (Manual C 21-78 – Transposição de Obstáculos)

2) Transposição de obstáculos: meios improvisados de flutuação. (Instruções Provisórias IP 21-80 – Sobrevivência na Selva)

3. COMUNICAÇÕES

a) Centro de Comunicações (Manual C 24-17 – Centro de Comunicações)

1) Mensagens: generalidades

b) Emprego das Comunicações (Manual C 11-1 – Emprego das Comunicações)

1) Ligações

2) Comunicações: Meios de Comunicações

3) Planejamento e controle das Comunicações: Segurança das Comunicações

4) As Comunicações nas Operações: Comunicações na Ofensiva, Comunicações na Defensiva, Comunicações nas ações táticas comuns às Operações Básicas, Comunicações nas Operações Complementares.

5) As Comunicações nas Operações com características especiais: Comunicações nas Operações Aeromóveis, Comunicações nas Operações em áreas edificada, Comunicações nas Operações sob condições especiais de ambiente.

c) Exploração em Radiotelefonia (Manual C 24-9 – Exploração em Radiotelefonia)

1) Introdução

2) Procedimentos de exploração rádio: Finalidade, Alfabeto Fonético, Algarismos Fonéticos

3) Redes: indicativos de chamada, controle, autenticação, procedimentos de exploração, experiência fonia.

d) Emprego do Rádio em Campanha (Manual C 24-18 – Emprego do Rádio em Campanha)

1) Introdução: Emprego das radiocomunicações

2) Fundamentos de radiocomunicações: Elementos da transmissão e recepção, radiopropagação.

3) Antenas: Introdução, tipos de antenas, expediente de campanha para antenas

4) Técnicas de radioperação: Introdução, Instruções Gerais de operação, segurança das comunicações.

e) Segurança das Comunicações (Manual C 24-50 – Segurança das Comunicações)

1) Introdução: Noções fundamentais

2) Segurança das Comunicações: Segurança do material, Segurança da exploração, Segurança criptográfica.

3) Sistemas de autenticação: Noções fundamentais, Sistemas de autenticação de emergência para pequenos escalões.

f) Emprego da Guerra Eletrônica (Manual C 34-1 – Emprego da Guerra Eletrônica)

1) Divisões da Guerra Eletrônica: Medidas de Proteção Eletrônica

g) Assalto Aeromóvel e Infiltração Aeromóvel (Manual CI 90-1/1 – Assalto Aeromóvel e Infiltração Aeromóvel)

1) Zona de Pouso de Helicóptero: Comunicações

h) Rádio Falcon II MPR 9600 (Manual de Operação MPR 9600 – Falcon II)

1) Introdução: Descrição do equipamento, Configuração Básica: itens inclusos, conjunto MPR-9600, ligar o equipamento, Operações básicas, controles, Ajuste da frequência, Descrição dos recursos do equipamento, Programação.

i) Rádio Falcon III RF 7800V-HH (Manual de Operação RF 7800V-HH – Falcon III)

1) Introdução: Descrição do equipamento, Configuração Básica: itens inclusos, conjunto RF-7800V-HH, ligar o equipamento, Operações básicas, controles, Ajuste da frequência, Descrição dos recursos do equipamento, Programação.

j) Rádio ICOM IC – A24 (Terra-Ar) (Manual de Instruções – ICOM IC-A24)

1) Descrição do painel, Instalação de Acessórios, Operação Básica, Ajuste da frequência, Especificações.

4. EXPLOSIVOS E DESTRUIÇÕES

a) Noções teóricas sobre explosivos: Finalidade, Conceito de explosivo, definições, propriedades dos explosivos, características dos explosivos, classificação. (Manual Escolar de Explosivos e Destruições da AMAN – 1ª ed - 2009)

b) Acessórios de destruição: Espoletas, Cordel detonante, Estopim, Nonel, Espoletim, Retardo para cordel detonante, Reforçador (Booster), Clipe para cordel detonante, Acendedor, Detonadores e acionadores, Adaptador de escorva, Composição adesiva, Composição para vedação

de espoletas, Barbante alcatroado e fita isolante. Equipamentos de destruição: Fios condutores e bobinas, Galvanômetro e Ohmímetro, Explosores. Equipamentos para colocação das cargas: Escavadeiras, Perfuratriz, Alicate de estriar. (Manual Escolar de Explosivos e Destruições da AMAN – 1ª ed - 2009)

c) Sistema de Lançamento de fogo e preparação de cargas: Processo pirotécnico de lançamento de fogo, Processo Elétrico de lançamento de fogo, Processo “Nonel”, Processo de lançamento de fogo empregando o Cordel Detonante. (Manual Escolar de Explosivos e Destruições da AMAN – 1ª ed – 2009) (Manual C 5-34 – Vade Mecum de Engenharia – página 2-29 a 2-32)

d) Escorvamento de cargas explosivas. (Manual Escolar de Explosivos e Destruições da AMAN – 1ª ed - 2009)

e) Cálculo e colocação de cargas. (Manual Escolar de Explosivos e Destruições da AMAN – 1ª ed – 2009) (Manual C 5-34 – Vade Mecum de Engenharia – página 2-6 a 2-11)

5. ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO

a) Metralhadora 7,62 M971 “MAG”

1) Medidas preliminares, Desmontagem e Montagem em 1º Escalão.

b) Fuzil 5,56 mm IA2

1) Medidas preliminares, Desmontagem e Montagem em 1º Escalão.

c) Para FAL 7,62 mm

1) Medidas preliminares, Desmontagem e Montagem em 1º Escalão.

2) Tiro de Combate. (Manual C 23-1 – Tiro das Armas Portáteis – 1ª parte – Fuzil – Cap 6)

6. FUNDAMENTOS DE PATRULHA

a) Metodologia de Planejamento de Patrulhas

1) Conceituação. (páginas 1-3 a 1-11 do Manual C 21-75 – Patrulhas)

2) Conduta das Patrulhas: Aspectos gerais na conduta das patrulhas. (páginas 2-1 a 2-11 do Manual C 21-75 – Patrulhas)

3) Planejamento e preparação das patrulhas. (páginas 3-1 a 3-28 do Manual C 21-75 – Patrulhas)

4) Atividades de comando do Comandante da Patrulha. (páginas 140 a 152 da Caderneta Operacional do CIGS)

5) Controle das patrulhas. (páginas 157 a 177 da Caderneta Operacional do CIGS)

b) Patrulhas de Reconhecimento

1) Peculiaridades de uma patrulha de reconhecimento. (páginas 2-12 a 2-15 do Manual C 21-75 – Patrulhas)

2) Patrulhas de reconhecimento. (páginas 153 e 154 da Caderneta Operacional do CIGS)

c) Patrulhas de Combate

1) Peculiaridades de uma patrulha de combate. (páginas 2-15 a 2-61 do Manual C 21-75 – Patrulhas)

2) Patrulhas de combate. (páginas 155 e 156 da Caderneta Operacional do CIGS)

d) Patrulhas em Ambiente Ribeirinho

1) Patrulhas com características especiais: Patrulha Fluvial. (páginas 5-8 a 5-16 do Manual C 21-75 – Patrulhas)

2) Técnica Fluvial. (páginas 89 a 95 da Caderneta Operacional do CIGS)

e) Patrulhas Aeromóveis

1) Patrulhas com características especiais: Patrulhas Aeromóveis. (páginas 5-1 a 5-7 do Manual C 21-75 – Patrulhas)

2) Características das aeronaves utilizadas pelo Exército. (páginas 96 a 126 da Caderneta Operacional do CIGS)

7. PLANEJAMENTO DE PATRULHAS

a) Planejamento e utilização do tempo

1) Planejamento e Preparação das Patrulhas: Providências Iniciais. (Capítulo 3 – Art II e Anexo “A” do Manual C 21-75 – Patrulhas)

2) Patrulhas em ambientes especiais: Patrulha em área de Selva. (Capítulo 4 – Art V do Manual C 21-75 – Patrulhas)

3) Armadilhas antipessoal. (páginas 128 da Caderneta Operacional do CIGS)

b) Planejamento da Organização de Pessoal e Material (QOPM)

1) Planejamento e Preparação das Patrulhas: Observação e Planejamento do Reconhecimento. (Capítulo 3 – Art III e Anexo “A” do Manual C 21-75 – Patrulhas)

c) Planejamento dos deslocamentos (Carta e caixão de areia)

1) Direção e Azimute: Generalidades, Declinação Magnética e convergência de meridianos, diagrama de orientação, bússola. Designação e locação de pontos na carta: Generalidades, coordenadas geográficas, coordenadas retangulares, coordenadas polares, linha código e tela código, outros processos de designação de pontos. (Manual C 21-26 – Leitura de Cartas e Fotografias Aéreas)

2) Meios Visuais. (Anexo “B” do Manual C 21-75 – Patrulhas)

d) Planejamento do Reconhecimento/Elaboração e emissão da Ordem Preparatória

1) Atividades de comando do Comandante da Patrulha. (página 144 da Caderneta Operacional do CIGS)

2) Planejamento e Preparação das Patrulhas: Observação e Planejamento do Reconhecimento. (Capítulo 3 – Art III do Manual C 21-75 – Patrulhas)

e) Ensaio, Relatórios e Inspeções

1) Planejamento e Preparação das Patrulhas: Fiscalização. (Capítulo 3 – Art VII e anexo “A” do Manual C 21-75 – Patrulhas)

2) Técnica de Material: Preparação do uniforme, aplicação da camuflagem, alteração da camuflagem. (páginas 134 a 136 da Caderneta Operacional do CIGS)

f) Área de Reunião

1) Conduta das Patrulhas: Base de Combate, Base de Patrulha, Área de Reunião, Área de Reunião Clandestina. (Capítulo 2 – Art VI do Manual C 21-75 – Patrulhas)

2) Patrulhas: Tipos e organograma. (páginas 153 a 156 da Caderneta Operacional do CIGS)

g) Técnica de Abordagem de Objetivo (TAO)

1) Conduta das Patrulhas: Técnicas de Assalto. (Capítulo 2 – Art IV do Manual C 21-75 – Patrulhas)

h) Técnica de Ação Imediata (TAI)

1) Conduta das Patrulhas: Técnicas de Ação Imediata. (Capítulo 2 – Art VII do Manual C 21-75 – Patrulhas)

i) Elaboração e Emissão da Ordem à Patrulha

1) Planejamento detalhado e Ordem à Patrulha. (páginas 145 a 147 da Caderneta Operacional do CIGS)

2) Planejamento e Preparação das Patrulhas: Estudo de Situação, Ordens. (Capítulo 3 – Art V e VI do Manual C 21-75 – Patrulhas)

8. TÉCNICAS AEROMÓVEIS

a) Operação de uma Zona de Pouso de Helicóptero (ZPH). (IP 90-1-1 Assalto Aeromóvel e Infiltração Aeromóvel, item 4-1 até 4-4) (IP 90-1 Operações Aeromóveis, letra “d” do item 2-33)

b) Tipos de balizamento: Loc Ater, focando no balizamento em “Y”. (IP 90-1-1 Assalto Aeromóvel e Infiltração Aeromóvel, item 4-5)

c) Comunicações: Conversação Equipe terra-Piloto. (IP 90-1-1 Assalto Aeromóvel e Infiltração Aeromóvel, item 4-9)

9. OPERAÇÕES BÁSICAS E COMPLEMENTARES

a) Conceitos Doutrinários

1) Classificação das Operações Militares. (Manual EB20-MF-10.103 – Operações, itens 2.4, 2.4.2 e 2.4.3)

2) Operações Básicas. (Manual EB20-MF-10.103 – Operações, itens 4.1, 4.1.2 e 4.1.3)

3) Operações Complementares: Operações Aeromóveis, Operações contra Forças Irregulares, Operações Ribeirinhas, Junção, Substituição das Unidades em combate. (Manual EB20-MF-10.103 – Operações, itens 6.1, 6.2, 6.4, 6.8.8, 6.8.3 e 7.7)

4) Doutrina que estabelece os fundamentos do emprego da Força Terrestre na área estratégica Amazônia (IP 100-3 – Bases para a Modernização do Doutrina de Emprego da Força Terrestre, itens 4.2, 4.5 e 4.6)

b) O Batalhão de Infantaria de Selva nas Operações Ofensivas

1) Tipos de Operações Ofensivas. (IP 72-20 Batalhão de Infantaria de Selva, item 3-3)

2) Características das Operações Ofensivas na Selva. (IP 72-20 Batalhão de Infantaria de Selva, item 4-3)

3) Marcha para o Combate Fluvial. (IP 72-20 Batalhão de Infantaria de Selva, Cap 3, Art II, item 3-6)

4) Ataque Coordenado. (IP 72-20 Batalhão de Infantaria de Selva, Cap 3, Art IV, item 3-8 até 3-13 ou IP 72-1 Operações na Selva, item 5-2, letra “c”)

c) O Batalhão de Infantaria de Selva nas Operações Defensivas

1) Missão e finalidade. (IP 72-20 Batalhão de Infantaria de Selva, item 4-1)

2) Fundamentos. (IP 72-20 Batalhão de Infantaria de Selva, item 4-3)

3) Defesa Circular (princípio de organização de um ponto forte). (IP 72-20 Batalhão de Infantaria de Selva, Cap 5, Art IX, item 5-39 e 5-40)

4) Execução da defesa de área como um ponto forte. (IP 72-20 Batalhão de Infantaria de Selva, item 4-7 ou IP 72-1 Operações na Selva, item 6-2, figura 6-1)

5) Defesa de localidade. (IP 72-20 Batalhão de Infantaria de Selva, Cap 4, Art III, item 4-8 até 4-10)

d) O Batalhão de Infantaria de Selva nas Operações Ribeirinhas

1) Conceitos básicos das Operações Ribeirinhas. (IP 72-20 Batalhão de Infantaria de Selva, item 5-1 até 5-6)

2) Fases das Operações Ribeirinhas. (IP 72-20 Batalhão de Infantaria de Selva, item 5-7 até 5-12)

3) O Bloqueio Fluvial. (IP 72-20 Batalhão de Infantaria de Selva, item 5-14)

4) O Batalhão de Infantaria de Selva no Assalto Ribeirinho. (IP 72-20 Batalhão de Infantaria de Selva, item 5-16 e 5-17 ou IP 72-1 Operações na Selva, item 7-6)

e) O Batalhão de Infantaria de Selva nas Operações Aeromóveis

1) Conceitos básicos das Operações Aeromóveis. (*IP 90-1 Operações Aeromóveis, item 1-3)*

2) Os principais tipos de missões aeromóveis realizadas em ambiente amazônico. (*IP 90-1 Operações Aeromóveis, item 6-4)*

3) Fases do Assalto Aeromóvel. (*IP 90-1 Operações Aeromóveis, item 2-32)*

4) Planejamento do assalto aeromóvel. *(IP 90-1 Operações Aeromóveis, item 2-33)*

5) Planos que são confeccionados durante o planejamento. *(IP 90-1 Operações Aeromóveis, letra "d" do item 2-33, nas pág 2-33 e 2-34)*

6) Plano de carregamento e embarque. (*IP 90-1-1 Assalto Aeromóvel e Infiltração Aeromóvel, item 1-3-3* ou *IP90-1 Operações Aeromóveis, pág 2-35)*

7) O BIS no Assalto Aeromóvel. *(IP 72-20 Batalhão de Infantaria de Selva, principalmente os itens 6-4 até o 6-8)*

f) O Batalhão de Infantaria de Selva nas Operações de Características Especiais

1) Substituição em posição. (*IP 72-20 Batalhão de Infantaria de Selva, item 7-3)*

2) Substituição na defesa. (*IP 72-20 Batalhão de Infantaria de Selva, item 7-4)*

3) Junção. (*IP 72-20 Batalhão de Infantaria de Selva, item 7-7 e 7-8*, focando nas *letras "e", "f" e "g"*, que tratam sobre a comunicação das tropas durante uma junção)

g) Combate em localidade típica da Amazônia Legal

1) Ataque à localidade típica de selva. (*IP 72-20 Batalhão de Infantaria de Selva, Art V, item 3-15 até 3-17)*

h) O Emprego do BIS na hipótese de emprego “A” variante 1

1) Particularidades das atividades logísticas no ambiente Operacional Amazônico. (*IP72-1 Operações na Selva, item 9-3, focando nos números (9) e (10),* devido a prático do ressuprimento aéreo durante o COS)

i) Operações de apoio a Órgãos Governamentais. (Manual EB20-MF-10.103 – Operações, páginas 4-21 a 4-24)

1) Operações Interagências

a. O Ambiente Operacional e o Ambiente Interagências: Características dos conflitos modernos, Operações no Amplo Espectro, Níveis de planejamento. (Manual *EB20-MC-10.201-Operações Em Ambiente Interagências, Cap II).*

b. Fundamentos das Operações no Ambiente Interagências: Princípios de Emprego no Ambiente Interagências, Características das Operações no Ambiente Interagências, Integração e Coordenação, Fatores de Êxito nas Operações em Ambiente Interagências. (Manual *EB20-MC-10.201-Operações Em Ambiente Interagências, Cap III).*

c. Operações da Força Terrestre no Ambiente Interagências: Proteção Integrada, Ações na Faixa de Fronteira, Proteção de Estruturas Estratégicas, Ações Subsidiárias. (Manual *EB20-MC-10.201-Operações Em Ambiente Interagências, Cap IV)*

2) Lei nº 6.634 de 02 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira.

3) Lei Complementar nº 97 de 09 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. (Capítulo VI – das disposições complementares)

4) Lei Complementar nº 117 de 02 de setembro de 2004, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.

5) Lei Complementar nº 136 de 25 de agosto de 2010, que altera a Lei Complementar nº 97. (Art 16-A, § VII do Art 18)

6) Decreto nº 4.411 de 07 de outubro de 2002, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação e dá outra providências.

7) Decreto nº 4.412 de 07 de outubro de 2002, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas Terras Indígenas e dá outras providências.

8) Portaria nº 303 de 16 de junho de 2012, que dispõe sobre as salvaguardas institucionais às Terras Indígenas.

10. COMBATE DE RESISTÊNCIA

a) Introdução. (Manual EB20-MC-10.210 – Combate de Resistência, Capítulo I)

1) Considerações Iniciais
2) Definições Básicas

b) Fundamentos do Combate de Resistência. (Manual EB20-MC-10.210 – Combate de Resistência, Capítulo II)

1) Considerações Gerais
2) Fundamentos da Estratégia de Reistência
3) Concepção de Emprego da Expressão Militar

c) Organização da Área de Resistência. (Manual EB20-MC-10.210 – Combate de Resistência, Capítulo III)

1) Considerações Gerais
2) Premissas Básicas
3) Teatro de Operações/Área de Operações
4) A Seleção e o Preparo das A Cmb Op Rst e AO FEsp

d) Estruturação das Forças de Resistência. (Manual EB20-MC-10.210 – Combate de Resistência, Capítulo IV)

1) Considerações Gerais
2) Organização
3) Emprego de Forças nas A Cmb Op Rst e nas AO FEsp

e) O Combate de Resistência. (Manual EB20-MC-10.210 – Combate de Resistência, Capítulo V)

1) Considerações Gerais
2) A Atuação dos Elementos de Emprego no Combate de Resistência

f) As Funções de Combate e o Apoio às Operações. (Manual EB20-MC-10.210 – Combate de Resistência, Capítulo VI)

1) A Função De Combate Logística

11. NORMAS DE CONDUTA PARA EMPREGO DE TROPA DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA (NCET/2016) (As NCET podem ser encontradas em todas as OM da Amazônia, trata-se de um documento de caráter reservado e que deve ser lido, obrigatoriamente, por todos os candidatos aos Cursos de Operações na Selva)

a) Normas de conduta para o emprego de tropa do CMA.

b) Apêndice V ao Anexo A – Emprego da tropa em atribuições subsidiária.

c) Anexo B – Procedimento em situações diversas.

d) Apêndice I ano Anexo B – Averiguação de substâncias ilegais.

e) Anexo C – Posto de Bloqueio e Controle de Estradas (Apêndice I ao VII).

f) Anexo F – Patrulhamento de segurança urbana (Apêndice I ao VIII).

g) Posto de Controle e Inspeção Fluvial.

h) Emprego de tropa em Terra Indígena.

PORTFÓLIO DE CURSOS

ACADEPOL/RS

ATUALIZADO EM 11/11/2019

HABILITAÇÃO

CURSO DE HABILITAÇÃO	
INSTITUIÇÃO	**GUARDA MUNICIPAL, SEGURANÇA TJ. Etc**
ARMAMENTO	**PISTOLA AUTOMÁTICA**
TIRO	100H/A
TÉCNICAS OPERACIONAIS	30H/A
HORAS AULA TOTAL	130
TIROS POR ALUNO	400
AVALIAÇÃO	MODELO PF

CURSO DE HABILITAÇÃO	
INSTITUIÇÃO	**GUARDA MUNICIPAL, SEGURANÇA TJ. Etc**
ARMAMENTO	**REVOLVER CALIBRE 38**
HORAS AULA	100
TÉCNICAS OPERACIONAIS	30H/A
HORAS AULA TOTAL	130
TIROS POR ALUNO	400
AVALIAÇÃO	MODELO PF

CURSO DE HABILITAÇÃO	
INSTITUIÇÃO	**GUARDA MUNICIPAL, SEGURANÇA TJ. Etc**
ARMAMENTO	**CALIBRE 12**
HORAS AULA	40
TIROS POR ALUNO	100
AVALIAÇÃO	MODELO PF

CURSO DE HABILITAÇÃO	
INSTITUIÇÃO	POLICIA CIVIL
ARMAMENTO	**SMT .40 e 9mm**
HORAS AULA	30
TIROS POR ALUNO	200
AVALIAÇÃO	MODELO PF

CURSO DE HABILITAÇÃO	
INSTITUIÇÃO	POLICIA CIVIL
ARMAMENTO	**CALIBRE 12**
HORAS AULA	25
TIROS POR ALUNO	100
AVALIAÇÃO	MODELO PF

CURSO DE HABILITAÇÃO	
INSTITUIÇÃO	POLICIA CIVIL
ARMAMENTO	**FUZIL e CARABINA 5.56**
HORAS AULA	30
TIROS POR ALUNO	200
AVALIAÇÃO	MODELO PF

CURSO DE HABILITAÇÃO	
INSTITUIÇÃO	POLICIA CIVIL
ARMAMENTO	**FUZIL 7.62**
HORAS AULA	30
TIROS POR ALUNO	200
AVALIAÇÃO	MODELO PF

CONTEÚDOS ABORDADOS

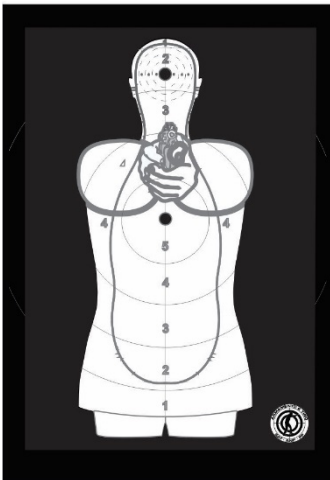
- ✓ **REGRAS DE SEGURANÇA.**
- ✓ Regras de Segurança;
- ✓ Condutas no estande/linha de tiro;
- ✓ Fundamentos do Tiro;
- ✓ Posições de Tiro;
- ✓ Manejo do armamento;
- ✓ **PISTOLA TAURUS** – Modelos utilizados como arma de porte pela Instituição.
- ✓ Desmontagem e montagem;
- ✓ Nomenclatura das peças;
- ✓ Incidentes de tiro (panes) identificação e resolução;
- ✓ Limpeza, manutenção e conservação.
- ✓ **MANEJO DA PISTOLA**
- ✓ Fundamentos do tiro;
- ✓ Posições de tiro;
- ✓ Inspeção de arma;
- ✓ Municiar carregador;
- ✓ Carregar e alimentar;
- ✓ Visada e acionamento da tecla do gatilho;
- ✓ Saque da pistola do coldre.
- ✓ **EXERCÍCIOS PRÁTICOS**
- ✓ Treinar posições de tiro: de pé, ajoelhado, deitado, barricado, em movimento;
- ✓ Treinar disparos de 3 a 5m em visão primária;
- ✓ Treinar disparos rápidos de 7 a 10m;
- ✓ Treinar disparos rápidos posição inicial;
- ✓ Treinar disparos rápidos, 7m, sacando a pistola do coldre, dois acionamentos por comando em 2 segundos.

- ✓ **TÉCNICAS OPERACIONAIS**

- ✓ Vigilância e Monitoramento: métodos e modalidades.
- ✓ Medidas iniciais de Gerenciamento de Crise.
- ✓ Técnicas de Abordagem de pessoas e de veículo.
- ✓ Técnicas de algemação, de contenção e de condução de pessoas nos diversos ambientes da atividade policial.
- ✓ Técnicas de ingresso em ambiente hostil.
- ✓ Os equipamentos de segurança individual e coletiva.
- ✓ O trabalho em equipe.
- ✓ Previsão de cenários positivos e negativos.
- ✓ Verbalização da ação/conduta.
- ✓ A tomada de decisão.
- ✓ Análise de casos concretos: avaliação/correção de procedimentos.
- ✓ Equipamentos não-letais na atividade policial.

Avaliações

Modelo Polícia Federal

ARMA CURTA, ALMA RAIADA, PARA HABILITAÇÃO DE PORTE DE ARMA DE FOGO CATEGORIA INSTITUCIONAL JUNTO AO DPF - 02 (duas) avaliações

PROVA 1.

1. Do Alvo: Silhueta humanoide, padrão DPF/ANP, com zonas de pontuação decrescente de 5 (cinco) à 0 (zero) pontos;

2. Distância do atirador ao alvo: 10 (dez) tiros a 5 metros e 10 (dez) tiros a 7 metros;

3. Quantidade total de tiros: 20 (vinte) tiros;

4. Tempo de duração: 20 (vinte) segundos para cada sequência de 05 (cinco) tiros ou 40 (quarenta) segundos para cada sequência de 10 (dez) tiros.

5. Quanto ao sistema de acionamento:

- **Para armas de ação simples**: mecanismo de disparo armado e travado.
- **Para armas de ação dupla:** disparos em ação dupla.
- **Para armas de dupla ação**: nas pistolas o primeiro disparo em ação dupla e os demais em ação simples. Nos revólveres todos os disparos em ação dupla.

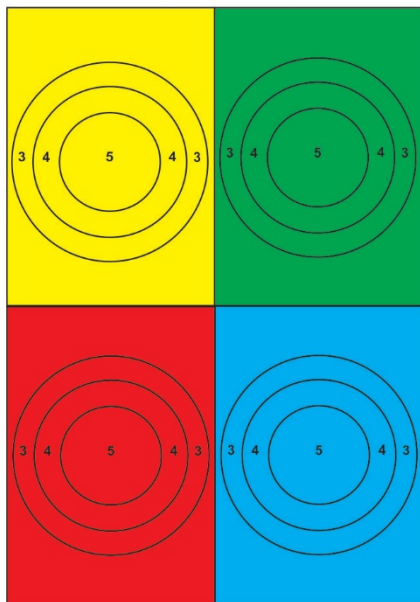
6. Da munição: Original de fábrica, PROIBIDO o uso de munição recarregada;

7. Da aprovação: Será aprovado o candidato que obtiver, no mínimo, 60 % da pontuação máxima do alvo, ou seja, 30 (trinta) pontos em cada distância, do total dos 50 (cinquenta) pontos possíveis; para a prova teórica se adotará o mesmo percentual de acertos (60%).

8. Da reprovação: o Candidato dará ciência de sua reprovação em campo próprio do formulário de aferição de habilidade de tiro real, podendo requerer nova avaliação em até 30 dias.

Observações:

- O avaliando iniciará a prova na posição de retenção. As armas que contenham travas de segurança deverão ficar travadas até que seja dado o comando de início da prova pelo Instrutor do DPF ou credenciado;

2) Caso o avaliando venha a infringir as normas de segurança e/ou conduta no estande de tiro, a critério do Instrutor avaliador, dada a gravidade do fato, o candidato poderá ser reprovado no exame, devendo ser observado o item 8 acima.

PROVA 2.

1.Do Tipo de Alvo: Alvo de quatro cores: 24 (vinte e quatro) disparos, divididos em 6 (seis) séries de 4 (quatro) disparos cada, **no tempo máximo de 08'' (oito segundos por série) a 7 metros**, contra alvo do tipo fogo central, padrão SAT/ANP, medindo 46cm x 64cm, subdividido em quatro cores distintas, sendo 2 (dois) disparos em cada cor, conforme comando do aplicador da verificação. Será considerado aprovado aquele que obtiver, no mínimo, 60% (sessenta por_cento) dos pontos possíveis, ou seja, 72 (setenta e dois) pontos dos 120 (cento e vinte) pontos possíveis.

2. Para os 24 (vinte e quatro) disparos, a contagem de pontos será feita com base nos valores de 0 (zero), 3 (três), 4 (quatro) e 5 (cinco), impressos no alvo tipo fogo central e de acordo com os locais atingidos pelos projéteis. Caso o projétil corte a linha que separa os valores, contar-se-á o maior valor, para os demais, conforme os impactos das cores comandadas.

3. Durante a verificação, será eliminado o candidato que não observar as regras de segurança e/ou efetuar disparo acidental.

5. Haverá desconto de 05 (cinco) pontos para cada tiro:

- efetuado após o apito do término do tempo de 08 segundos estipulado;
- Caso acerte a cor diferente da comandada.
- caso não acerte o alvo (conjunto das 4 cores), perderá aquele tiro sem sofrer penalidade.

Obs. Caso acerte a cor não comandada,

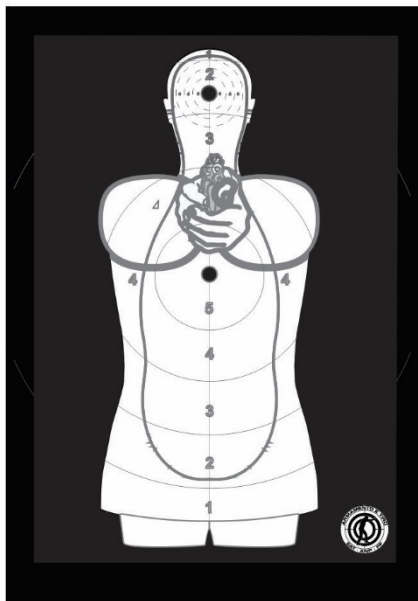
6. Em caso de incidente de tiro (falha da arma e da munição) na verificação, o candidato executará novamente, após o final da série, os disparos relativos aos cartuchos não deflagrados, no mesmo tempo e posições correspondentes. Persistindo a falha, serão substituídos os cartuchos de forma que o candidato possa completar o número de disparos previstos.

7. O Instrutor de Armamento e Tiro aplicador do teste para Porte de Arma de Fogo Categoria Institucional, deverá a cada série verificar e demarcar os locais de perfuração nos alvos.

8. Da reprovação: o Candidato dará ciência de sua reprovação em campo próprio do formulário de aferição de habilidade de tiro real, podendo requerer nova avaliação em até 30 dias.

Observações:

1) O avaliando iniciará a prova na posição de retenção. As armas que contenham travas de segurança deverão ficar travadas até que seja dado o comando de início da prova pelo Instrutor do DPF ou credenciado;

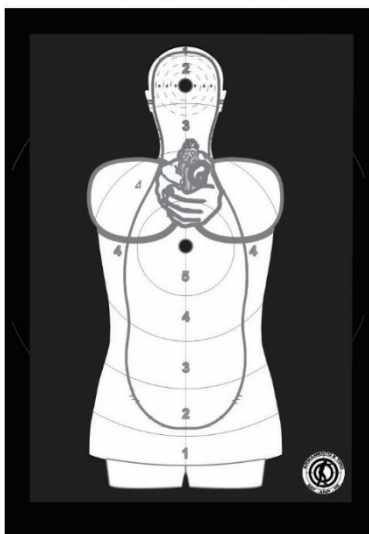
2) Caso o avaliando venha a infringir as normas de segurança e/ou conduta no estande de tiro, a critério do Instrutor avaliador, dada a gravidade do fato, o candidato poderá ser reprovado no exame, devendo ser observado o item 8 acima.

PROVA 3 – Armas de fogo longas – Alma raiada.

1. **Do Alvo:**__silhueta Humanoide, padrão ANP/DGP/PF, com zonas de pontuação decrescente de 5 (cinco) a 0 (zero) pontos;
2. **Distância do atirador ao alvo**: 20 (vinte) metros;
3. **Quantidade de tiros**: 02 (duas) séries, de 05 (cinco) tiros, em 20 (vinte) segundos para cada série.
4. **Da munição**: Original, PROIBIDO o uso de munição recarregada. As armas de alma lisa deverão utilizar cartuchos com chumbo.
5. **Sistema de acionamento**: de acordo com a especificidade da arma;
6. **Da aprovação**: Será aprovado o candidato que com arma longa de alma raiada obtiver, no mínimo, 60% (sessenta por cento) da pontuação máxima do alvo, ou seja, 30 (trinta) pontos do total de 50 (cinquenta) pontos possíveis;

7. **Da reprovação**: o candidato data ciência de sua reprovação em campo próprio do formulário de aferição de habilidade de tiro real, podendo requerer nova avaliação após 30 (trinta) dias.

Observações:

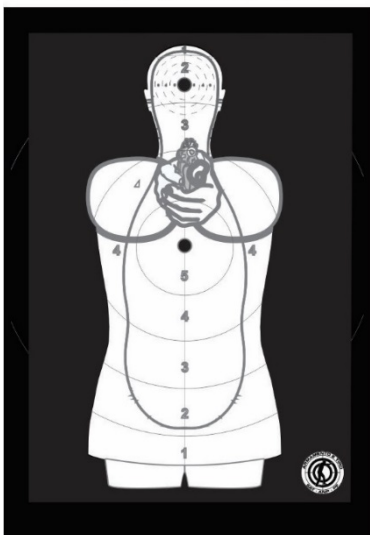
1) O avaliando iniciará a prova na posição de retenção. As armas que contenham travas de segurança deverão ficar travadas até que seja dado o comando de início da prova pelo policial instrutor ou credenciado;

2) Caso o avaliando venha a infringir as normas de segurança e/ou conduta no estande de tiro, a critério do Instrutor avaliador, dada a gravidade do fato, o candidato poderá ser reprovado no exame.

Prova 4 – armas de fogo longas – alma Lisa (calibre 12)

1. **ALVO**: silhueta humanoide.
2. **DISTÂNCIA:** 15 metros.
3. **NÚMERO DE TIROS:** 4 tiros.
4. **TEMPO:** 02 (duas) séries, de 02 (dois) tiros, em 10 (dez) segundos para cada série
5. **PONTUAÇÃO:** percentual de acertos (mínimo 50%).
6. **APROVAÇÃO:** será aprovado e considerado APTO o aluno que obtiver no mínimo 50 (cinquenta) por cento dos disparos (dois dos quatro possíveis).
7. **REPROVAÇÃO:** o Candidato dará ciência de sua reprovação em campo próprio do formulário de aferição de habilidade de tiro real, podendo requerer nova avaliação após 30 (trinta) dias.
8. **PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO:** o aluno será comandado a travar a arma, carrega-la com 4 (quatro) cartuchos e aguardar o comando do Instrutor na posição de 45 graus. Comandado,

destrava a arma, efetua 2 (dois) disparos no tempo de 10 (dez) segundos e novamente trava a arma. Novo comando destrava, efetua 2 (dois) disparos no tempo de 10 (dez) segundos, confere a câmara da arma, deixa a aberta e trava aguardando na posição de descanso da bandoleira.

9. **DESCONTOS:** disparos fora do tempo não serão contados.

10. **OBSERVAÇÕES:** em caso de pane que não puder ser solucionada pelo aluno, a prova será interrompida pelo instrutor o qual verificará a situação da arma. Se o problema for decorrente de defeito da mesma o aluno poderá repetir a prova desde o início. No caso de nega da munição, o aluno deverá puxar a “telha”, ejetar a munição e continuar a avaliação, e neste caso a pontuação será em prol do aluno.

PROVA DE HABILITAÇÃO EM CALIBRE 5.56

1. **ALVO**: silhueta humanoide.
2. **DISTÂNCIA:** de 10 metros a 25 metros.
3. **NÚMERO DE TIROS:** 20 tiros.
4. **TEMPO:** 2 séries de 30 segundos e uma série de 1 minuto.
5. **PONTUAÇÃO:** de 1 a 20 pontos sendo a seguinte tabela: 20 tiros = 10 pontos, 18 tiros = 9 pontos, 16 tiros = 8 pontos,

14 tiros = 7 pontos, 12 tiros = 6 pontos, 10 tiros = 5 pontos, 8 tiros = 4 pontos, 6 tiros = 3 pontos, 4 tiros = 2 pontos e 2 tiros =1 ponto.

6. **APROVAÇÃO:** será aprovado e considerado APTO o aluno que obtiver no mínimo 7 (sete) pontos sendo válido os disparos que constarem na área delimitada no alvo conhecida com “garrrafão”.
7. **REPROVAÇÃO:** o aluno que obtiver pontuação menor do que 7 (sete) pontos será reprovado e considerado INAPTO. Poderá, em outro curso, pleitear vaga para nova habilitação. Ainda data ciência na ata de prova.
8. **PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO:** o aluno será comandado a municiar o carregador, carregar a arma, trava-la e em posição de segurança deslocar-se a distância de 25 metros, deitar-se mantendo o controle do cano, estabilizar-se e ao comando do instrutor efetuar 5 (cinco) disparos no tempo de 1 minuto. Após, trava a arma, levanta-se e progride a distância de 15 metros. Ajoelha-se e ao comando efetua 5(cinco) disparos no tempo de 30 segundos. Na sequência, trava a arma, desloca-se para a distância de 10 metros e em pé efetua 10 (dez) disparos ao comando do instrutor no tempo de 30 segundos. Terminado o exercício, retira o carregador, verifica a câmara, trava e aguarda na posição de descanso da bandoleira.
9. **DESCONTOS:** será descontado 1 (um) ponto toda vez que o aluno quebrar as regras de segurança e tiver procedimento incorreto no manejo do armamento. Disparos fora do tempo não contam na pontuação. Caso o aluno infrinja normas de segurança e/ou conduta de fato considerado grave pelos instrutores, o mesmo poderá ser reprovado.

10. **OBSERVAÇÕES:** em caso de pane que não puder ser solucionada pelo aluno, a prova será interrompida pelo instrutor o qual verificará a situação da arma. Se o problema for decorrente de defeito da mesma o aluno poderá repetir a prova desde o início. No caso de nega da munição, o aluno deverá “ciclar” o ferrolho dando continuidade a avaliação. Ao final os instrutores verificarão se a munição foi percutida e não deflagrada, e neste caso a pontuação será em prol do aluno.

PROVA DE HABILITAÇÃO EM CALIBRE 7.62

1. **ALVO**: silhueta humanoide.
2. **DISTÂNCIA:** de 10 metros a 50 metros.
3. **NÚMERO DE TIROS:** 20 tiros.
4. **TEMPO:** de 1 a 2 minutos.
5. **PONTUAÇÃO:** de 1 a 20 pontos sendo a seguinte tabela: 20 tiros = 10 pontos, 18 tiros = 9 pontos, 16 tiros = 8 pontos, 14 tiros = 7 pontos, 12 tiros = 6 pontos, 10 tiros = 5 pontos, 8 tiros = 4 pontos, 6 tiros = 3 pontos, 4 tiros = 2 pontos e 2 tiros =1 ponto.
6. **APROVAÇÃO:** será aprovado e considerado APTO o aluno que obtiver no mínimo 7 (sete) pontos sendo válido os disparos que constarem na área delimitada no alvo conhecida com “garrrafão”.

7. **REPROVAÇÃO:** o aluno que obtiver pontuação menor do que 7 (sete) pontos será reprovado e considerado INAPTO. Poderá, em outro curso, pleitear vaga para nova habilitação. Ainda data ciência na ata de prova.
8. **PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO:** o aluno será comandado a municiar o carregador, carregar a arma, trava-la e em posição de segurança deslocar-se a distância de 50 metros, deitar-se mantendo o controle do cano, estabilizar-se e ao comando do instrutor efetuar 5 (cinco) disparos no tempo de 2 minuto. Após trava a arma, levanta-se e progride a distância de 25 metros, ajoelha-se e ao comando efetua 5 (cinco) disparos no tempo de 1 minuto e 30 segundos. Na sequência, trava a arma, levanta-se e progride para a distância de 10 metros e ao comando do instrutor efetua 10 (dez) disparos no tempo de 1 minuto. Finalizado o exercício, retira o carregador, verifica a câmara e aguarda na posição de descanso da bandoleira.
9. **DESCONTOS:** será descontado 1 (um) ponto toda vez que o aluno quebrar as regras de segurança e tiver procedimento incorreto no manejo do armamento. Disparos fora do tempo não contam na pontuação. Caso o aluno infrinja normas de segurança e/ou conduta de fato considerado grave pelos instrutores, o mesmo poderá ser reprovado.
10. **OBSERVAÇÕES:** em caso de pane que não puder ser solucionada pelo aluno, a prova será interrompida pelo instrutor o qual verificará a situação da arma. Se o problema for decorrente de defeito da mesma o aluno poderá repetir a prova desde o início. No caso de nega da munição, o aluno deverá “ciclar” o ferrolho dando

continuidade a avaliação. Ao final os instrutores verificarão se a munição foi percutida e não deflagrada, e neste caso a pontuação será em prol do aluno.

APERFEIÇOAMENTO

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO	
INSTITUIÇÃO	**GUARDA MUNICIPAL, SEGURANÇA TJ. Etc**
ARMAMENTO	**PISTOLA AUTOMÁTICA**
HORAS AULA	50
TIROS POR ALUNO	200

CURSO DE HABILITAÇÃO	
INSTITUIÇÃO	**GUARDA MUNICIPAL, SEGURANÇA TJ. Etc**
ARMAMENTO	**REVOLVER CALIBRE 38**
HORAS AULA	30
TIROS POR ALUNO	150

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO	
INSTITUIÇÃO	**GUARDA MUNICIPAL, SEGURANÇA TJ. Etc**
ARMAMENTO	**CALIBRE 12**
HORAS AULA	20
TIROS POR ALUNO	50

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO	
INSTITUIÇÃO	JUDICIÁRIO, MP, DEFENSORIA ETC

ARMAMENTO	**PISTOLA AUTOMÁTICA**
HORAS AULA	50
TIROS POR ALUNO	200

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO	
INSTITUIÇÃO	POLÍCIA CIVIL
ARMAMENTO	**PISTOLA AUTOMÁTICA**
HORAS AULA	20
TIROS POR ALUNO	100

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO	
INSTITUIÇÃO	POLÍCIA CIVIL
ARMAMENTO	**SMT .40**
HORAS AULA	20
TIROS POR ALUNO	100

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO	
INSTITUIÇÃO	POLÍCIA CIVIL
ARMAMENTO	**FUZIL 5.56**
HORAS AULA	20
TIROS POR ALUNO	100

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO	
INSTITUIÇÃO	POLÍCIA CIVIL
ARMAMENTO	**FUZIL 7.62**
HORAS AULA	20
TIROS POR ALUNO	100

CURSO DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO NO USO E EMPREGO DE TECNOLOGIAS NÃO LETAIS – OPERADOR DE TNL	
INSTITUIÇÃO	TODAS
ARMAMENTO	**NÃO LETAIS**
HORAS AULA	50
AVALIAÇÃO	MODELO INSTITUCIONAL

OBJETIVO DO CURSO

Capacitar e habilitar como operadores das técnicas para o uso e emprego de tecnologias não letais, utilizando o conhecimento adquirido na defesa da cidadania, das garantias individuais, de sua integridade física e/ou de terceiros, no estrito cumprimento do dever legal, com base no ordenamento jurídico vigente e dos tratados internacionais, buscando a inclusão e o aperfeiçoamento na doutrina do uso diferenciado da força.

CONTEÚDOS ABORDADOS

- **LEGISLAÇÃO**
  - ✓ Princípios Básicos sobre o Uso da Força pelos responsáveis pela aplicação da Lei;
  - ✓ Regras de engajamento da ONU;
  - ✓ Histórico sobre o uso e emprego de TNL;
  - ✓ Discussão sobre o uso e emprego de TNL por agentes de segurança pública e privada;
  - ✓ Considerações sobre legítima defesa e TNL;

- ✓ Portaria Interministerial nº. 4.226, de 31 de dezembro de 2010;
- ✓ Aspectos legais do uso e emprego de tecnologias incapacitantes;
- ✓ Discussão para estabelecimento de protocolos para uso e emprego de TNL;

➢ **NORMAS E CONCEITOS BÁSICOS – AULAS EXPOSITIVAS E PRÁTICAS**

- ✓ Regras de segurança;
- ✓ Doutrina do Uso e Emprego de TNL;
- ✓ Conceitos, definições e apresentação dos materiais de TNL:
  - Sprays OC e CS não infláveis;
  - Munições de impacto controlado;
  - Munições fumígenas calibre 37/38mm;
  - Cartuchos de lançamento;
  - Cartuchos detonantes;
  - Cartuchos jato direto;
  - Cartuchos 40x46mm;
  - Granadas;
  - Armamentos não letais;
  - Dispositivo Elétrico Incapacitante – Spark.

➢ **ATIVIDADES PRÁTICAS**

- ✓ Uso dos EPIs – máscaras contra gases;
- ✓ Exercícios de lançamento de equipamentos de TNL;
- ✓ Demonstrações de emprego de TNL.

PROVAS

Avaliação escrita – questões teóricas versando sobre a matéria ministrada no curso.

Avaliação prática – analisar através de exercícios práticos os conhecimentos adquiridos pelos alunos durante o curso.

TÉCNICAS OPERACIONAIS

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM TÉCNICAS OPERACIONAIS POLICIAIS	
INSTITUIÇÃO	POLÍCIA CIVIL
HORAS AULA	20
AVALIAÇÃO	SERÃO REALIZADAS AVALIAÇÕES DAS TÉCNICAS DESENVOLVIDAS

OBJETIVOS DO CURSO

- Capacitar policiais dotando-os de conhecimentos técnicos e habilidades para atuarem como uma polícia cidadã.
- Oportunizar aos alunos o exercício de técnicas de uso legal e progressivo da força.
- Promover a atualização dos profissionais da segurança pública quanto aos conceitos fundamentais sobre segurança e uso legal e progressivo da força durante
- abordagem, imobilização, algemação e condução, no sentido de preservar a integridade física dos cidadãos.
- Promover junto aos servidores a auto- percepção enquanto sujeitos e promotores de direitos, dentro de uma visão sistêmica e histórica.

- Qualificar os agentes policiais com técnicas modernas de uso da força e aperfeiçoamento de técnicas, visando à melhoria da qualidade dos serviços de investigação, à diminuição do risco de acidentes no trabalho policial e ao aumento da eficácia nas abordagens a pessoas, veículos e/ou residências.

CONTEÚDOS ABORDADOS

- Regras de Convivência;
- Regras de Segurança;
- Exercício Empírico;
- Planejamento de Operações Policiais;
- Doutrina de Entrada em X, Y e Equipe;
- Equipamentos;
- Oficina de Desembarque e Aproximação;
- Oficina de Entrada em Ambiente Hostil;
- Oficina Completa;
- Demonstração de Entrada com Escudo;
- Oficina de Entrada com Escudo;
- Oficina de Entrada com Estresse;
- Avaliação;
- Vídeo-aula;
- Debriefing;

CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS - COT	
INSTITUIÇÃO	POLÍCIA CIVIL
HORAS AULA	215
AVALIAÇÃO	SERÃO REALIZADAS AVALIAÇÕES DAS TÉCNICAS DESENVOLVIDAS

OBJETIVO DO CURSO

- Capacitar e formar policiais em técnicas e táticas operacionais, possibilitando-lhes operar nos eventos em que seja necessária uma atuação especializada de alta complexidade, exigindo-se maior nível de capacitação.

CONTEÚDOS ABORDADOS

- **PATRULHA URBANA – P.U.:**

1. Conceito de P.U;
2. Diferença entre P.U e patrulha rural;
3. Definição e diferenciação entre cobertura e abrigo;
4. Composição de uma P.U;
5. Funções dos operadores dentro de uma P.U;
6. Comando e comunicações;
7. P.U ponto a ponto: Conceito e finalidade;
8. P.U dinâmica: Conceito e finalidade;
9. Pontos críticos;
10. Camuflagem;
11. Disciplina luz e som;
13. Exercícios de P.U dinâmica (pontas de vanguarda e retaguardas):
    - 13.1 Saída de beco;
    - 13.2 Passagem de beco;
    - 13.3 Cruzamento.
14. Alto guardado - 360º;
15. Revista na P.U;
16. Exercícios com tiro:
    - 16.1 Cobertura sob fogo dos pontas;
    - 16.2 Cobertura sob fogo dos retas;
    - 16.3 Progressão sob fogo;
    - 16.4 Carrossel da morte.

12. Exercícios de P.U ponto a ponto (pontas de vanguarda e retaguarda): **Exercício Prático. (Prova prática)**

12.1 Saída de beco;

12.2 Passagem de beco;

12.3 Cruzamento

- **IMOBILIZAÇÃO TÁTICA – I.T.:**

1. Conceito sobre imobilização tática e estudo de caso;
2. Educativo de queda;
3. Educativo de rolamento frontal;
4. Levantada técnica;
5. Esgrima;
6. Esgrima com cinturada e queda;
7. Single leg e variações (duas formas);
8. Joelho na barriga e domínio de braço com virada;
9. Aplicação da Kimura;
10. Domínio das pernas e chaves;
11. Exercício de domínio sem resistência;
12. Exercício de domínio com resistência;
13. Exercício final.

- **PRINCÍPIOS DOUTRINÁRIOS- P.D.:**

1. Conceito de Operações Especiais;
2. Diferença entre Grupos de Operações Especiais e de Ações Táticas;
3. Histórico e origem dos grupos de Operações Especiais modernos no mundo;
4. Significado da palavra COMANDOS;
5. Surgimento dos grupos de Operações Especiais no Brasil;
6. Historicidade do Grupamento de Operações Especiais do Rio Grande do Sul;
7. Funcionamento dos Grupos Táticos no mundo; (Tripé Tático);
8. Princípios Éticos dos Grupos Táticos;
9. Mandamentos das Operações Especiais;
10. Conceito de Superioridade Relativa.

- **PLANEJAMENTO OPERACIONAL – P.O.:**
  1. Conceito de planejamento;
  2. Parágrafos de um planejamento operacional;
  3. Conceito de Reconhecimento Tático;
  4. Mementos e Baremas e sua utilização;
  5. Planejamento comentado de uma Operação Real GPI-RS;
  6. Exercício simulado em sala de aula.

- **AMBIENTAÇÃO OPERACIONAL - A.O.:**

  1. Reunião inicial e montagem de kits e padronização;
  2. Marchas e estacionamento;
  3. Aula inaugural;
  4. Padronização e inspeção de material e mochilas;
  5. Montagem de bivaques.

- **NÓS E AMARRAÇÕES – N.A.:**

  1. Nomenclatura de cabos e cordas;
  2. Características das cordas;
  3. Cuidados com as cordas;
  4. Detecção de falhas nas cordas;
  5. Métodos de aduxamento;
  6. Tipos de nós;
  7. Características dos nós;
  8. Montagem e confecção dos principais nós utilizados no campo operacional;
  9. Exercício prático de nós e amarrações.

- **SOBREVIVÊNCIA POLICIAL – S.P.:**
  1. Conceito;
  2. Características dos confrontos armados e dados estatísticos;
  3. Fatores fundamentais para a sobrevivência policial;
  4. Padrões gerais de confrontos armados;

5. Policial de folga, escolha do material e vestimentas;(Lâmina, lanterna, carregadores, algema e funcional);
6. Características do porte velado;
7. Tipos de coldre e sua utilização;
8. Tipos de saque velado e recargas;
9. Distância segura;
10. Ação e reação, conduta nas intervenções veladas;
11. Deslocamento;
12. Fator surpresa;
13. Ambiente confinado x ambiente aberto;
14. Análise de locais públicos;
15. Ciclo do uso progressivo da força;
16. Técnicas de confronto a curta distância;
17. Exercícios "*Force on Force*".

- **SIMULADO GERAL – S.G.:**

1. Acionamento;
2. Planejamento operacional;
3. Montagem das equipes;
4. Exercício prático;
5. Reunião final sobre erros e acertos.

- **TÉCNICAS E TECNOLOGIAS NÃO LETAIS – T.T.L.:**

1. Demonstrações;
2. Saque;
3. Recargas;
4. Exercícios de carregamento;
5. Exposição de voluntários;
6. Execução de disparo com cartucho de treinamento;
7. Remoção de sondas;
8. Características e modelos;
9. Histórico;
10. Medidas elétricas;
11. Funcionamento;
12. Formas de emprego: Drive Stun x NMI;
13. Tipos de cartuchos;
14. Protocolo de remoção de sondas

- **COMBOIO E ESCOLTA – C.E.:**

1. Conceito de carro tático;
2. Emprego do carro tático em segurança de autoridades;
3. Formação do comboio e ordem de marcha;
4. Planejamento;
5. Técnica de Ação Imediata;
6. Técnicas de abordagem a carro;
7. Técnicas de abordagem a moto;
8. Contra emboscada veicular (Frontal, lateral e retaguarda);
9. Exercícios práticos.

- **ENTRADA EM EDIFICAÇÕES – E.E.:**

1. Conceito sobre Entrada em Edificações;
2. Transposição de Obstáculos;
3. Técnicas de abertura;
4. Caminhada tática (pronto alto);
5. Aproximação do PFA;
6. Sinais e gestos;
7. Entrada em 1 cômodo;
8. Passagem de 1 porta no corredor (2 possibilidades);
9. Passagem de 2 porta (4 possibilidades);
10. Portas confrontadas;
11. Portas semiconfrontadas;
12. Entrada com 2 cômodos;
13. Entrada em diversas situações;
14. Entrada com fingim inimigo;
15. Exercício final.

- **ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR – APH:**

1. Noções de anatomia;
2. Noções de suporte básico de vida;
3. Noções de terminologia em socorrismo;
4. Noções de Planejamento em socorrismo;
5. Noções de socorrismo tático;
6. Utilização do torniquete;
8. Chest seal e Celox;
9. Estabilização;
10. Imobilizações;
11. Atendimento sob fogo e uso do Blindado;
12. Atendimento em campo tático;
13. Retirada;
14. Transporte.

7. Bandagem Israelense
   (curativo e torniquete);

- **ARMAMENTO E TIRO – A.T.: <u>PISTOLA</u>**:
  1. Teste diagnóstico;
  2. Apresentação dos fundamentos do tiro;
     - ✓ Base
     - ✓ Empunhadura
     - ✓ Visada
     - ✓ Acionamento da tecla do gatilho
     - ✓ Follow throw
  3. Realização de disparos aplicando os fundamentos;
  4. Exercício de tiro com uma munição (sem carregador na arma);
  5. Exercício Ball and dummy;
  6. Teste diagnóstico;
  7. Tiro rápido com troca de carregador;
  8. Mudança de cadência de tiro;
  9. Transição de alvo;
  10. Tiro em movimento.

  <u>SUBMETRALHADORA</u>:
  1. Teste diagnóstico;
  2. Apresentação dos fundamentos do tiro com arma longa;
  - ✓ Posições:
    - Deitado
    - Ajoelhado
    - Sentado
    - Em pé
  3. Tiro rápido;
  4. Mudança de cadência de tiro;
  5. Transição de alvo;
  6. Tiro em movimento;
  7. Transição de armamento;
  8. Deslocamento lateral e deslocamento à frente (simulado de entrada).

- **AMBIENTAÇÃO AÉREA – A.A.:**

1. Composição de tripulação embarcada;
2. Aproximação para embarque em aeronave;
3. Desembarque helicóptero;
4. Condução de armamento dentro de aeronave;
5. Funções do tripulante operacional;
6. Funções do operador tático multimissão;
7. Exercícios simulados.

- **AMBIENTAÇÃO FLUVIAL – A.F.:**

1. Regras de segurança;
2. Embarque e desembarque;
3. Planejamento;
4. Execução;
5. Patrulha Fluvial;
6. Operações Ribeirinhas;
7. Tiro embarcado;
8. Simulados.

- **TREINAMENTO FÍSICO – T.F.:**

1. Avaliação de mobilidade e estabilidade;
2. Emprego de exercícios com o objetivo de diminuir disfunções;
3. Prática de exercícios de força, velocidade, resistência e potência;
4. Aptidão Física;
5. Alongamento e Flexibilidade;
6. Condicionamento Cardiorrespiratório;
7. Atividade Aeróbica.

- **TRANSPOSIÇÃO DE OBSTÁCULOS – T.O.:**

1. Muros;
2. Cercas, arame farpado;
3. Cursos d’água;
4. Mata fechada;
5. Vãos livres;
6. Portões, portas e janelas.

- **ACUIDADE VISUAL – A.V. :**

1. Introdução;
2. Desenvolvimento;
3. Generalidades;
4. Equipamentos de Visão Noturna;
5. Acuidade Auditiva;
6. Acuidade Visual;
7. Progressão à noite

- **GERENCIAMENTO DE CRISE E CONTRATERRORISMO – G.C.:**

1. Conceito de crise;
2. Características de uma crise;
3. Providências imediatas;
4. Perpetrador da crise;
5. Reféns;
6. O negociador;
7. Gerente da crise;
8. Grupo Tático;
9. Atirador de precisão policial;
10. A rendição;
11. Suicídio por policial;
12. Síndrome de Estocolmo;
13. Síndrome de Londres;
14. Exercícios simulados.

CURSO DE OPERAÇÕES POLICIAIS - COP	
INSTITUIÇÃO	POLÍCIA CIVIL

HORAS AULA	130
AVALIAÇÃO	SERÃO REALIZADAS AVALIAÇÕES DAS TÉCNICAS DESENVOLVIDAS

OBJETIVO DO CURSO

- Capacitar e fornecer ferramentas para que policiais possam, além de desempenharem a contento suas tarefas, preservar suas vidas, as das vítimas, testemunhas, indivíduos alvo de ações investigativas e sociedade modo geral. Primando-se sempre pela técnica, legalidade e respeito aos direitos individuais e coletivos

CONTEÚDOS ABORDADOS

1) Sobrevivência (módulo rústico);
2) Armamento e tiro;
3) CQB/Entradas táticas;
4) Abordagem pessoal/de veículos/algemação/combate corpo-a-corpo;
5) Técnicas verticais;
6) Patrulha rural e urbana;
7) Técnicas e táticas não letais (TTL);
8) Gerenciamento de crise;
9) TFIS.

Estado do Rio Grande do Sul

Atualizado em 11/11/2019

Av. Antônio de Carvalho, 555 - Porto Alegre / RS
Fones: (51) 3288-9300 / 3288-9301
E-mail: acadepol@policiacivil.rs.gov.br

Bibliografia do Combate

AMT

-C 23-1 - Tiro Das Armas Portáteis- 1ª Parte - Fuzil-EB

-C 23-1 - Tiro Das Armas Portáteis- 2ª Parte - Pistola-EB

-Caderno de Instrução do Fuzil de Assalto 5,56 IA2 (EB70-CI-11.405)-EB

-Catálogo de Armas-Rodrigo Pereira Larizzatti

-C 5-37 Minas e Armadilhas-EB

-IP-23-90 Morteiro 81 mm ROYAL ORDNANCE-EB

-IP 23-34 Lança-Rojão 84mm(AT-4)

-MCRP 3-01B Pistol Marksmanship - USMC

-MCRP 3-01A Rifle Marksmanship U.S. Marine Corps

Assault

-CI 7-5-2 Combate em área edificada-EB

-CI 21-75 Patrulhas-EB

-Manual de Conduta de Patrulha-PMESP

-Apostila Instrução Tática Individual -FNSP

-The Hunter's page-Rodrigo Pereira Larizzatti

-In0531 Combat in built up areas-Us Army

Sniping

-IP 21-2 Caçador-EB

-CI 21-2-1 contra caçadores-EB

-The Ultimate Sniper -Maj.John Plaster

-B-GL-392-005/FP-001 Sniping -Canada

-FM 3-22.10 FM 23 10 SNIPER TRAINING AND OPERATIONS

-MCWP 3-15-3 Sniping-USMC

-MI6-028 Tiradores de élite-Ejército de Tierra(Espanha)

-Atirador de elite-Carlos David

-Sniper 101 - Gabriel Alejandro Tejera González & TiborasaurusRex

Artes Marciais

-C 20-50 luta-EB

-Ringue Master

-Boxing-Edwin Haislet

-Gracie Jiu-Jitsu - Thomas de Soto

-A Biblia do MMA- Anderson Silva

-Krav Maga-Kobi Lichtenstein

-FM 3-25.150 Combatives-US Army

-MCRP 3-02 Close Combat-US Marine Corps

-Wrestling for Fighting The Natural Way-Randy Couture, Erich Krauss, Glen Cordoza e Eric Hendrikx

-GET TOUGH! -W.E.FAIRBAIRN

-Ninjutsu - Arte da resistencia

-Mystic Art of the Ninja - Stephen Hayes

-Ninja Combat Method - Stephen Hayes

-Secrets from the Ninja Grandmaster-Stephen K. Hayes & Masaaki Hatsumi

-The Way of the Ninja: Secret Techniques - Masaaki Hatsumi

TFM & Alimentação

-EB20-MC-10.350 Treinamento Físico Militar-EB

-Guia dos movimentos de musculação-Frédéric Delavier

-Musculação além do anabolismo-Waldemar Marques Guimarães Neto

-MD42-M-03 Manual de Alimentação das Forças Armadas-EB

Esgrima

-Manual de Ensino de Esgrima -Volume 1- FLORETE (EB60-ME-25.401)-EB

-Manual de Ensino de Esgrima - Volume 2 – Espada (EB60-25.502)-EB

-C 20-51-Esgrima-EB

Sobrevivência

-IP 21-80-sobrevência na selva-EB

-Fm 21 76 Survival manual- us army

-SERE-FASOTRAGRUPAC /LANT 1520-8 (REV 1-99)

APH & Medicina

-MANUAL DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR-CBMDF

-PROTOCOLO DE SUPORTE BÁSICO DA VIDA-CBMGO

-ATLS Advanced Trauma Life Support-Colégio Americano de Cirurgiões Comitê de Trauma

-Manual de Diagnóstico e Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos-FUNASA

Rastreamento

-SIGN AND THE ART OF TRACKING-Christian Nellemann with Jack Kearney and Stig Nårstad

-SAS Tracking Handbook-Barry Davies

-The art of tracking the origin of science-Liebenberg

Manuais

-cgcfn 1003 manual basico do fuzileiro naval

-cgcfn 1004 combatente anfibio

-Manual Operacional Do Policial Civil SP

Técnicas Militares

-C 22-5 ordem unida-EB

-C-21-74 Instrução Individual-Exército Brasileiro(EB)

-EB70-MC-10.233 Defesa QBN-EB

-EB70-CI-11.002 CÃO DE GUERRA-EB

-C-6-199 Topografia-EB

-C-5-40 Camuflagem-EB

-Manual de Operações de Choque

-The Ultimate Parkour & Freerunning Book-Jan Witfeld, Ilona E. Gerling & Alexander Pach

Apronto Operacional

-EB70-CI-11.404 Caderno de Instrução de Aprestamento e Apronto Operacional-EB

-Guia do Aluno Comanf-Marinha do Brasil

-Orientação Cioesp - EB

-Orientação Cigs - EB

-Orientação Cam(Curso Avançado de Montanhismo) - EB

-Orientação PQD - EB

Explosivos

-C 5-37 Minas e Armadilhas-EB

-FM 5-25 Explosives & Demolitions-U.S.Army

-TM 31-210 Improvised Munitions Handbook-U.S.Army

-TM 9-1910 Military Explosives-US Army

-TM 9-1300-214 Military Explosives-US Army

-The Anarchist Cookbook-William Powell

-Guerilla Arsenal- David Harber

-The Anarchist Arsenal-David Harber

-The Advanced Anarchist Arsenal-David Harber

-The Preparatory Manual of Explosives-Jared B.Ledgard

-Kitchen Improvised Fertilizer Explosives-Tim Lewis

-Homemade Semtex-Seymour Lecker

-Science of Revolutionary Warfare-Johann Most

-The Explosives Course-Abu Khabab al-Masri(Midhat Mursi)

-Ragnar's Homemade Detonators-Ragnar Benson

Mergulho

-B-GL-361-007/FP-001 Combat Diving-National Defense Canada

-MANUAL DE NATAÇÃO EsEFEx-EB

-U.S. Navy Diving Manual SS521-AG-PRO-010

-MANUAL DE OPERAÇÕES DE MERGULHO-CBMESP

-A Guide to Public Safety Diving-North Carolina PSD Standards

-Manual Operacional de Bombeiros-CBMGO

-FM 3-05.212 Special Forces Waterborne Operations-US Army

-MULTI-SERVICE TACTICS, TECHNIQUES,AND PROCEDURES FOR

MILITARY DIVING OPERATIONS-Headquarters of the Army, Marine Corps, Navy, Air Force, and

Coast Guard US

Paraquedismo

-CADERNO DE INSTRUÇÃO DE TREINAMENTO E TÉCNICA BÁSICA DO PARAQUEDISTA MILITAR EB70-CI-11.001 -EB

-MANUAL TÉCNICO DO MESTRE DE SALTO PARAQUEDISTA-EB

-Manual Técnico de Salto Livre (EB60-MT-34.405)-EB

Equitação

-Manual Técnico Equitação (EB60- MT-26.401)-EB

-Manual Equitação da Federação Paulista de Hipismo

Operações

-M016 Manual Tecnica Esqui-Ejército de Tierra(Espanha)

-Ci9011 Assalto Aeromóvel e Infiltração aeromóvel-EB

-Cold Region Operations ATTP 3-97.11/MCRP 3-35.1D (FM 31-70 and FM 31-71)-US Army

-MOUNTAIN OPERATIONS FM 3-97.6 (90-6)-US Army

-DESERT OPERATIONS-FM 90-3/FMFM 7-27-US Army

-Jungle Operations-FM 90-5-US Army

-MILITARY MOUNTAINEERING FM 3-97.61(TC 90-6-1)-US Army

Espionagem

-CIA-Manual Oficial truques e espionagem-H.Keith Melton

-Techiques of the professional pickpocket-Wayne B.Yeager

-Curso de Introdução à Atividade de Inteligência – CIAI-CGI

-The Peaceful Pill Handbook- Philip Nitschke and Fiona Stewart

-How to Make Cyanide and Chloroform

-Spycraft-Robert Wallace and H. Keith Melton with Henry R. Schlesinger

-Handbook of Intelligence Studies-Loch K. Johnson

-Ultimate Spy-H. Keith Melton

Sistemas de armas

A.Aeronaves

-Art of the kill-Pete Bonanni

-Natops Flight Manual F16

-Natops Flight Manual F18

-Natops Flight Manual F14

-FLIGHT MANUAL EuroFighter v1

-TM 1-1520-251-10 HELICOPTER, ATTACK,AH-64D LONGBOW APACHE-

DEPARTMENT OF THE ARMY US

B.Submarinos

-Conocimientos submarinos S-70-Armada Española

C.Barcos

-Manual de Marinero y del Soldado de infantería de Marina-Armada Española

-Manual de policiamento fluvial-PPMPA (Pará)

D.Cavalaria

-IP 17-82 - A VIATURA BLINDADA DE COMBATE - CARRO DE COMBATE LEOPARD 1 A1-EB

-Manual M113-Exército Português

E.Artilharia

-SERVIÇO DA PEÇA DO OBUSEIRO 155 mm M109 A3-EB

Rocketry

-Fundamentals of Guided Missiles-S. R. Mohan

-AFM 52-31 Guided Missile Fundamentals-Department of the Air Force

-Advances in Missile Guidance, Control, and Estimation

Gunsmithing

-Gunsmithing at Home Lock Stock & Barrel- John E.Traister

-Building Firearms-Harold Hoffman

Armas Nucleares

-U.S. Nuclear Weapons - The Secret History Hardcover-Chuck Hansen

-Swords of Armageddon - Chuck Hansen

-Dark Sun: The Making of the Hydrogen Bomb-Richard Rhodes

-The Making of the Atomic Bomb-Richard Rhodes

-Atomic Accidents: A History of Nuclear Meltdowns and Disasters- James Mahaffey

Engenharia Naval

-SNAME Ship Design & Construction

-Engineering Economics and Ship Design - Buxton

Estratégia militar

-Field Manual of Military Operations (FM 3–0)-United States Army

-Manual de Campanha C 124-1 - Estratégia-EB

-As grandes estratégias - John Lewis Gaddis

Criminalística

-Techniques of Crime Scene investigation-Barry A.J Fisher

-Procedimento operacional padrão:Perícia Criminal-Ministério da Justiça BR

-Manual de orientação de quesitos da perícia criminal-DPF

-Introduction to Criminalistics-Barry A.J Fisher,

William J.Tilstone e Catherine Woytowicz

-Fundamentals of forensic science- Max M. Houck & Jay A. Siegel

-Ciências Forenses-Alberi Espindula,Gustavo Caminoto Geiser e Jesus Antonio Velho

A.Localística

-Practical Crime Scene Processing and Investigation

B.Balística

-Hanbook of Firearms and Ballistics-Brian J.Heard

C.Hematologia Forense

-Interpretation of Bloodstain Evidence at Crime Scenes-

Stuart H.James & William G.Eckert

-Bloodstain Pattern Analysis -Tom Bevel & Ross M. Gardner

Medicina Legal

-Medicina Legal-Genival Veloso

-Manual técnico-operacional para os médicos-legistas do Estado de São Paulo

-Manual de Medicina Legal - Delton Croce Junior

-Manual de Técnicas em Necropsia médico-legal-Luiz Carlos L.Prestes Jr. &

Roger Ancillotti

Psicologia Forense

A.Perfil

-Serial Killer louco ou cruel-Ilana Casoy

-Mentes Perigosas - O Psicopata - Ana Beatriz Barbosa Silva

B.Microexpressões

-Linguagem das Emoções-Paul Ekman

-O código de Ekman -A.Freitas Magalhães

-Inteligência visual-Amy E.Herman

C.Persuasão

-As Armas da Persuasao - Robert B. Cialdini

-Manual de Persuasão do FBI - Jack Shafer

-Oratória-Reinaldo Polito

D.Adestramento

-Adestramento Inteligente

-Como Criar o Cao Perfeito Desde - Cesar Millan

E.Motivação

-Magica de Pensar Grande-David J SchwartzA

Lógica

-Raciocínio Lógico Passo A Passo -Cabral,Luiz Claudio; Nunes, Mauro César

História

-The illustrated guide to the world's top counter-terrorist forces-Samuel M.Katz

-Bushido (o Código do Samurai)-Daidoji Yuzan

-DA GUERRA-CARL VON CLAUSEWITZ

-A Arte da guerra-Sun Tzu

-O Livro dos Cinco Anéis-Miyamoto Musashi

-Charlie Oscar Tango-Eduardo Betini e Fabiano Tomazi

-Oscar Alfa-Fabiano Tomazi

-Elite da tropa- André Batista, Rodrigo Pimentel e Luiz Eduardo Soares

-Falcão Negro em Perigo-Mark Bowden

-Não há dia fácil-Mark Owen

-Seal team six -Howard E.Wasdin & Stephen Templin

-Diário de um policial-Diógenes Lucca

-COE Comandos e Operações Especiais-por Luis Augusto Pacheco Ambar (Autor), Guto Ambar (Fotógrafo)

-Matar ou Morrer-Conte Lopes

-Rota 66-Caco Barcellos

-Thoughts of a Sniper-Vasily Zaitsev

-O diário de Guantánamo- Mohamedou Ould Slahi

Crime Organizado

-A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil-Bruno Paes Manso e Camila Nunes Dias

-Laços de Sangue. A História Secreta do PCC-Marcio Sergio Christino & Claudio Tognolli

-Quatrocentos Contra um (uma Historia do Comando Vermelho)- William da Silva Lima

Ficção

-Shibumi-Trevanian

-Tom Clancy - A Caçada ao Outubro Vermelho

-Tom Clancy - A Soma de Todos os Medos

-Tom Clancy Morto ou Vivo

-Scarpetta - Patricia Cornwell

-Dexter - Design de um Assassino - Jeff Lindsay

-Querido e Devotado Dexter - Jeff Lindsay

-Duplo Dexter - Jeff Lindsay

Documentários

-Guerreiro Mais Mortal

-Sniper: Deadliest Missions(Sniper:Atiradores de Elite (BR))

-Generais em guerra-National Geographic

-SAS Survival Secrets

-Arma Humana (Human Weapon)-The History Channel

-Por Dentro do Mossad-Duki Dror

-Terrorismo atentados frustrados - Netflix

-Medalha de honra-Netflix

-The secrets of seal team six(Secretos de los SEALS VI(espanhol))

-COMBATES AÉREOS(Dogfights)-History Channel

-Preparados para o fim do mundo -National Geographic

-À Prova de Tudo(Man vs. Wild)-Bear Grylls

-No Pior Dos Casos-Bear Grylls

-A vida em um milhão de anos-NatGeo

Filmes

-Falcão Negro em Perigo-Ridley Scott

-Até o Limite da Honra-Ridley Scott

-13 Horas: Os Soldados Secretos de Benghazi-Michael Bay

-Sniper Americano- Clint Eastwood

-Rede de Mentiras-Ridley Scott

-Rota Comando-Elias Junior

-S.W.A.T. - Comando Especial-Clark Johnson

-Tropa de Elite-José Padilha

-A Hora Mais Escura-Kathryn Bigelow

-44 Minutos-Yves Simoneau

-Beasts of No Nation-Cary Fukunaga

-Ameaça Terrorista-Gregor Jordan

-Círculo de Fogo (Enemy at the Gates)

-Missão Impossível(Saga)

-A Identidade Bourne-Doug Liman

-Colombiana-Olivier Megaton

Séries

-Band of Brothers-Phil Alden Robinson et al

-White Collar-Jeff Eastin

-Generation Kill- Iraque 40 dias de horror-Patrick Norris et al

-Polícia 24h-Diego Guebel

-Operação de Risco- Carla Albuquerque & Eduardo Oliveira

Games

-Arma 3

-Insurgency

-Tom Clancy's Splinter Cell: Blacklist

-Tom Clancy's Rainbow Six: Vegas

-Tom Clancy's Ghost Recon: Future Soldier

-Call of Duty 4: Modern Warfare

-Call of Duty: Advanced Warfare

-Tom Clancy's H.A.W.X

-ACE COMBAT 7: SKIES UNKNOWN

-Microsoft Flight Simulator

-X-Plane 11

-Ship Simulator Extremes

-UBoat

-World of Warships

Sumário

-Armas Nucleares

-Engenharia Naval

-Estratégia militar

-Criminalística

A.Localística

B.Balística

C.Hematologia Forense

-Medicina Legal

-Psicologia Forense

A.Perfil

B.Microexpressões

C.Persuasão

D.Adestramento

E.Motivação

-Lógica

-História

-Crime Organizado

-Ficção

-Documentários

-Filmes

-Séries

-Games

Técnicas Militares

Operacional I

1-ordem unida

2-hierarquia militar

3-treinamento físico militar

4-combatives(defesa pessoal)

5-transposição de obstáculos

6-defesa qbn

7-eletrônica

8-comunicações

9-história militar

10-sistemas de armas

11-armamento,munição e tiro

Sobrevivência

12-apronto operacional

13-camuflagem

14-topografia e orientação

15-meteorologia

16-marchas e estacionamentos

17-Sobrevivência na Selva

18-sobrevivencialismo

19-nós e amarrações

20-natação

21-animais selvagens

22-ofidismo

23-APH e medicina

24-rastreamento

25-resistência e fuga

Operacional II

26-negociação

27-patrulha

28-Esqui

29-Montanhismo

30-rapel

31-mergulho

32-paraquedismo

33-hipismo

34-Sniping

35-close quarter battle (cqb)

36-arrombamento

37-segurança de dignatários

38-Adestramento de cães

Operacional III

39-extinção de incêndio e salvamento

40-Controle de Distúrbio Civil

41-Ações Antibombas

42-explosivos

43-minas e armadilhas

44-Operações Aquáticas

45-Operações em altura

46-Operações Helitransportadas

47-Bus Assault

48-Invasão de aeronaves

49-VBSS (Vessel Boarding Search and Seizure)

50-Mecânica de Armas

51-Mecânica de viaturas

52-Ações anti-emboscadas

53-Combate em área edificada

54-Operações especiais com submarinos

55-Instrução de acuidade visual e auditiva

Técnicas Policiais

1-Algemação

2-Investigação

3-Medicina Legal

4-Criminalística

5-Direção defensiva,

ofensiva e evasiva

6-Direito

7-Legislação

8-T. de interrogatório

Técnicas de espionagem

1-Disfarce

2-Escutas

3-Lock picking

(abrir fechaduras)

4-pickpocket

(bater carteiras)

5-prestidigitação

6-hipnose erickoniana

7-magica

8-engenharia

9-mentalismo

10-escapologia

11-Idiomas

12-Etiqueta

13-Turismo

14-interpretação

15-observação,memorização

e descrição

Criminalística

Ciências forenses

1.Localística

2.Papiloscopia

3.Retrato falado

4.Documentoscopia

5.Química

6.Física

- Balística

7.Biologia

- Entomologia

- Bioquímica

- Genética

-Comparação biométrica

8.Paleontologia

9.Arqueologia

10.Farmacologia

11.Geologia

12.Engenharia

13.Computação

14.Fotografia

15.Desenho

16.Contabilidade

Medicina legal

1.Perinecroscopia

2.Antropologia

3.Asfixiologia

4.Traumatologia

5.Tanatologia

6.Toxicologia

7.Hematologia

8.Sexologia

9.Psiquiatria

10.Hipnose

11.Fonoaudiologia

12.Criminologia

13.Vitimologia

14.Infortunística

ANEXO "C"
FOLHA DE ORIENTAÇÃO DE ESTUDO

A Folha de Orientação de Estudo (FOE) tem por finalidade conduzir e facilitar o estudo do aluno para a Prova de Nivelamento a ser realizada ao final da fase de preparação.

ASSUNTOS	REFERÊNCIAS
1.0 PRIMEIROS SOCORROS	CGCFN - 1003 CAP.15
1.1 Generalidades	Art 15.1
1.2 Princípios gerais	Art 15.2
1.3 Regras básicas	Art 15.3
1.4 Procedimentos para casos especiais	Art 15.4
1.5 Animais e plantas venosas	Art 15.5
1.6 Acidentes por agentes físicos	Art 15.6
1.7 Pequenas emergências	Art. 15.7
1.8 Transportes de feridos	Art 15.4
2.0 TOPOGRAFIA	CGCFN - 1003 CAP.16
2.1 Generalidades	Art 16.1
2.2 Cartas	Art 16.2
2.3 Cuidados com as cartas de campanhas	Art 16.3
2.4 Convenções cartográficas	Art 16.4
2.5 Representações do relevo	Art 16.5
2.6 Escala da carta	Art 16.6
2.7 Designação de pontos na carta	Art 16.7
2.8 Determinações das direções	Art 16.8
2.9 Bússola	Art 16.9
2.10 Orientação da carta	Art 16.10
2.11 Como trabalhar com a carta e bússola	Art 16.11
2.12 Orientação quando em movimento numa viatura	Art 16.12
2.13 Giro do horizonte	Art 16.13
3.0 ARMAMENTO	CGCFN - 1003 CAP.17
3.1 Definições básicas	Art 17.1
3.2 Generalidades sobre as armas leves	Art 17.2
3.3 Fuzil de assalto 5,56 mm M-16/desmontagem e montagem	Art 17.3
3.4 Fuzil automático 7,62 mm FAL/desmontagem e montagem	Art 17.4
3.5 Metralhadora 5,56mm MINIMI/desmontagem e montagem	Art.17.6
3.6 Metralhadora 7,62mm MAG/desmontagem e montagem	Art.17.7
3.7 Pistola 9 mm PT92 taurus/desmontagem e montagem	Art.17.8
3.8 Espingarda 18,6 mm Mosberg	Art.17.11
3.9 Lança Granada 40 mm M 203	Art.17.12
3.10 AT-4	Art.17.13

4.0 PATRULHAS	CGCFN - 1004 CAP.08
4.1 Generalidades	Art.8.1
4.2 Organização	Art.8.2
4.3 Funções individuais	Art.8.3

4.4 Preparativos 4.5 Execução da patrulha 4.6 Patrulhas de Reconhecimento 4.7 Patrulhas de Combate 4.8 Informações e Relatórios 4.9 Crítica	Art.8.4 Art.8.5 Art.8.6 Art.8.7 Art.8.8 Art.8.9
5.0 COMUNICAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE VISÃO NOTURNA	CGCFN-1004 CAP.7 e 15
5.1 Sistema de comunicações rádio 5.2 Procedimento Fonia 5.3 Equipamentos-rádio empregados no CFN (PRC 710, 730 e 930) – manuseio, impermeabilização e operação 5.4 Equipamentos de visão noturna – emprego 5.5 Equipamentos óptico/eletrônicos utilizados no CFN (OVN mono e binocular) – manuseio, operação e manutenção	Art.15.5 Art.15.7 --- Art.7-10 ---
6.0 NÓS E VOLTAS	---
6.1 Direito 6.2 Escota 6.3 Lais de Guia 6.4 De Porco 6.5 Pescador Simples e Duplo 6.6 Prússico 6.7 Azelha Simples e em Oito	--- --- --- --- --- --- ---

1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1) CGCFN 1003 MANUAL BÁSICO DO FUZILEIRO NAVAL; e

2) CGCFN 1004 MANUAL DO COMBATENTE ANFÍBIO.

2. DIVERSOS

a) As dúvidas deverão ser sanadas através da Equipe de Instrução;

b) O Coordenador da prova de nivelamento será o CC (FN) ARISTONE;

c) Os instrutores das UE são os seguintes:

PRIMEIROS-SOCORROS	
TOPOGRAFIA	
ARMAMENTO	
PATRULHAS	
COMUNICAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE VISÃO NOTURNA	
NÓS E VOLTAS	
TREINAMENTO FÍSICO-MILITAR	

FERNANDO ANTUNES NETTO

CAPACITAÇÃO EM OPERAÇÕES ESPECIAIS POLICIAIS:

SALVAR VIDAS E APLICAR A LEI

Belo Horizonte
Academia de Polícia Militar
Centro de Ensino de Graduação
2011

FERNANDO ANTUNES NETTO

CAPACITAÇÃO EM OPERAÇÕES ESPECIAIS POLICIAIS:

SALVAR VIDAS E APLICAR A LEI

Monografia apresentada ao Centro de Ensino de Graduação da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Militares com ênfase em Defesa Social.

Orientador: Prof. Dr. Francis Albert Cotta, 1º Ten PM, Esquadrão Antibombas e Negociador de crises.

Belo Horizonte

Academia de Polícia Militar

Centro de Ensino de Graduação

2011

Dedico este trabalho a todos os anônimos que lutam incessantemente para manter viva a essência das Operações Especiais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, Senhor dos Exércitos, Autor da liberdade, Campeão dos oprimidos, por adestrar minhas mãos para batalha e meus dedos para guerra.

A minha família: meus pais Edmaro e Anadina; meus irmãos Stanley, Wesley, Gisele e Fernanda e minha filha Alice, que sempre estão presentes nos momentos de glória e de dificuldade.

A Átila, pessoa muito especial que conheci e que faz meus dias serem mais felizes.

Ao meu orientador e amigo senhor Tenente Francis, pelo companheirismo, apoio, incentivo e por levar luz em momentos que só havia trevas.

Aos grandes amigos que fiz no CFO: Costa, Josemir, Jefferson, Noronha, Yamate, Diogo, Pardini, Rodrigues, Gabriel, Raicoski, Bruno, Ramon, Thiago Ferreira, Lutiany, Hugo, Júlio, Morais, Fernando e outros, os quais me incentivaram a seguir com meus ideais. E aos amigos da PMES e dos Bombeiros, representados pelo Eduardo, Rebeca, Helbson, Scardini, Tiago Costa, Firme, Augusto e Mello. Foi uma satisfação ter *combatido o bom combate* ao lado de vocês.

Aos companheiros de farda do GATE, sobretudo, os cursados no COEsp 08/04, pelo auxílio e apoio durante a pesquisa, e demais Unidades de Operações Especiais do Brasil, que contribuíram significativamente com os trabalhos realizados.

Aos homens de Operações Especiais.

ADSUMUS...

“Eis sua boina. Mas lembre-se: é mais difícil mantê-la do que obtê-la!”

Frase que acompanha a boina do SAS Britânico

“Um guerreiro é comparado ao aço. Sua disciplina assemelha-se à disciplina do metal que, para ser forjado, requer fogo, água e muitos golpes de marreta. Tudo isso para que se molde e se transforme, passando de um punhado de matéria amorfa para tornar-se um objeto com um propósito, uma utilidade. No treinamento policial, o fogo representa o preparo psicológico resultante do estresse imposto durante o treinamento. A água é a frieza e solidão à qual será submetido o aluno. Os golpes de marreta representam a superação física e proporcionam a quebra de barreiras psicológicas que, juntamente, com o elemento fogo, expandem a compreensão do possível a um ponto antes jamais imaginado.”

Eduardo Betini

“Muitos serão chamados, mas poucos os escolhidos.”

Mateus, 22:14

RESUMO

As especificidades das Operações Especiais Policiais exigem dos órgãos de Segurança Pública a manutenção de um grupo preparado para atuar em incidentes que extrapolem a capacidade do policiamento ordinário e que possua um padrão de capacitação arrojado, traçado para *forjar* profissionais aptos a intervirem nas mais diversas condições e na gestão de *eventos de defesa social de alto risco.* Surgem, portanto, as Forças Especiais de Polícia, representadas na Polícia Militar de Minas Gerais, pelo Grupamento de Ações Táticas Especiais - GATE. Assim sendo, esta pesquisa analisa o recrutamento, a seleção e o treinamento utilizados nessas forças, compreendidos como processos de capacitação e feitos, sobretudo, durante os Cursos de Operações Especiais, realizando um estudo sobre os novos paradigmas que permeiam as Operações Especiais Policiais, o *portfólio* de serviços da força mineira, bem como idealizando um modelo prospectivo dos métodos utilizados pelo GATE. Este estudo permite ainda conhecer sobre o progresso técnico das Forças Especiais; comparar malhas curriculares de Cursos de Operações Especiais e avaliar a percepção dos militares integrantes do GATE ante aos processos atuais de capacitação em Operações Especiais Policiais. Em razão dos objetivos traçados, utilizou-se o método hipotético-dedutivo, adotando os procedimentos histórico, monográfico, estatístico e comparativo. A pesquisa foi elaborada por meio de reflexões teóricas bibliográficas e documentais, realizando levantamento qualitativo, ao se comparar dados obtidos de outras polícias, bem como quantitativo, alcançado por intermédio da realização de pesquisa de campo. Por fim, concluiu-se que os mecanismos de recrutamento e seleção se encontram em construção e em acentuado progresso técnico, contudo, o modelo atualmente utilizado nos treinamentos necessita de adaptações, a fim de se potencializar a capacitação dos operadores das Forças Especiais de Polícia na prestação dos serviços relacionados às Operações Especiais Policiais.

Palavras chave: Operações Especiais Policiais; Forças Especiais de Polícia; GATE; recrutamento; seleção; treinamento; capacitação; Curso de Operações Especiais.

ABSTRACT

The specificities of Police Special Operations require from public security organs to maintain a prepared group to act in incidents that exceed the capacity of ordinary policing and that has a bold pattern, arranged to mold professionals able to intervene in the most diverse conditions and management of events of high-risk social defense. In this context, the Special Forces Police arise, represented in the Polícia Militar de Minas Gerais, by Grupamento de Ações Táticas Especiais - GATE. Therefore, this search analyzes the recruitment, selection and training used within these forces, understood as capacitating processes and performed, especially during the Special Operations courses, conducting a study on the new paradigms that permeate the Special Operations Police, the set of services of the Minas Gerais Police, as well as idealizing a prospective model of the methods used by the GATE. This study allows even know about the technical progress of the Special Forces; compare curricular content of Special Operations Courses and evaluate the perception of the GATE military members in the face of current processes of training in Police Special Operations. Within the goals outlined, it was used the hypothetical-deductive method, adopting the historical, statistical, monographic, and comparative procedures. The survey was developed through theoretical, bibliographical and documental reflections, performing qualitative survey, when you compare data obtained from other polices, as well as quantitative, achieved through conducting field research. Finally, it was concluded that the recruitment and selection mechanisms are under construction and in remarkable technical progress, however, the model currently used in training needs adaptations in order to enhance the training of Special Forces Police operators in the provision of services related to Police Special Operations.

Keywords: Police Special Operations; Special Forces Police; GATE; recruitment; selection; training; capacity building; Special Operations courses.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BME	-	Batalhão de Missões Especiais
BOPE	-	Batalhão de Operações Especiais
CAT	-	Curso de Ações Táticas
CATE	-	Curso de Ações Táticas Especiais
Cia MEsp	-	Companhia de Missões Especiais
CICOp	-	Centro Integrado de Comunicações Operacionais
COE	-	Comando de Operações Especiais
COEsp	-	Curso de Operações Especiais
COMAF	-	Comando de Operações em Mananciais e Áreas de Florestas
COT	-	Comando de Operações Táticas
CPE	-	Comando de Policiamento Especializado
CR/88	-	Constituição da República do Brasil de 1988
DEPM	-	Diretrizes de Educação da Polícia Militar
DGEOp	-	Diretriz Geral para Emprego Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais
EAB	-	Esquadrão Antibombas
FBI	-	*Federal Bureau of Investigation* (Departamento Federal de Investigação)
FE	-	Forças Especiais
FEP	-	Forças Especiais de Polícia
GATE	-	Grupamento de Ações Táticas Especiais
GGC	-	Grupo de Gerenciamento de Crises
GME	-	Grupo de Missões Especiais
IC	-	Incidentes Críticos
OE	-	Operações Especiais
OEP	-	Operações Especiais Policiais

PF	-	Polícia Federal
PM	-	Polícia Militar
PMAC	-	Polícia Militar do Acre
PMAL	-	Polícia Militar de Alagoas
PMERJ	-	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PMESP	-	Polícia Militar do Estado de São Paulo
PMMG	-	Polícia Militar de Minas Gerais
PMMS	-	Polícia Militar do Estado do Mato Grosso do Sul
PMMT	-	Polícia Militar do Estado do Mato Grosso
PMPE	-	Polícia Militar do Pernambuco
RH	-	Recursos Humanos
ROTAM	-	Rondas Táticas Metropolitanas
RPM	-	Região de Polícia Militar
SAS	-	*Special Air Service* (Serviços Aéreos Especiais)
SWAT	-	*Special Weapons and Tatics* Teams (Armas e Táticas Especiais)
TC	-	Treinamento Complementar
TGC	-	Time de Gerenciamento de Crises
TIT	-	Time de Invasões Táticas
UEOp	-	Unidade de Execução Operacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E PERCURSO METODOLÓGICO

A atuação das forças policiais na atualidade tem exigido treinamento intenso e qualificado por parte dos órgãos de Segurança Pública, haja vista a necessidade contemporânea de adequação das técnicas e táticas aos preceitos teóricos e principiológicos dos Direitos Humanos. A crescente especialização do crime também tem exigido uma polícia bem preparada, não sendo aceitável, portanto, qualquer tipo de amadorismos técnicos por parte de seus integrantes. A escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014, tendo a capital mineira como uma das cidades escolhidas para receber jogos, além da escolha do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas em 2016, reforça a necessidade de aperfeiçoamento dos órgãos de Segurança Pública. Esse contexto exige a manutenção de um grupo capaz de atuar em eventos que extrapolem a capacidade de atendimento rotineiro do policiamento ordinário, após terem sido esgotados todos os meios disponíveis para a solução dos ***incidentes críticos***[1] (IC).

Nesse viés, surgem as denominadas **Forças Especiais de Polícia**[2] (FEP), representadas na Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), pelo Grupamento de Ações Táticas Especiais (GATE), as quais são conhecidas pelas suas habilidades diferenciadas e capacidades de atuar em situações extremas que envolvam risco de morte, após terem sido esgotados todos os meios disponíveis para a solução do *incidente crítico.* Para tanto, é necessário que seu efetivo seja recrutado e submetido a rigorosos processos de seleção e treinamento, a fim de captar os talentos humanos com as competências desejadas, além de capacitá-los a operarem na gestão de ***Eventos de Defesa Social de Alto Risco***[3].

As ações desenvolvidas pelas Forças Especiais de Polícia são denominadas de **Operações Especiais Policiais** (OEP), as quais necessitam de um padrão de capacitação arrojado, com características elementares próprias e desenhado para *forjar* um profissional apto a atuar nas mais diversas condições, a fim de estarem

[1] Eventos que colocam em risco, de maneira mais contundente, as vidas dos cidadãos e dos servidores públicos (COTTA, 2009, p. 55).

[2] Refere-se às Unidades policiais responsáveis por produzir serviços na temática de Operações Especiais Policiais (COTTA, 2010).

[3] Intervenções qualificadas em *incidentes críticos* que extrapolam o poder de resposta individual dos órgãos que compõem o Sistema de Defesa Social (COTTA, 2009, p. 55).

prontos a operarem a qualquer hora, em qualquer lugar e para qualquer missão, preservando os direitos e garantias fundamentais e permeados pelos objetivos: **salvar vidas e aplicar a lei**.

Como principal ferramenta nesse processo de capacitação em Operações Especiais Policiais na Polícia Militar de Minas Gerais, há o **Curso de Operações Especiais** (COEsp), o qual se propõe a capacitar os policiais a operarem sob condições adversas e, ainda, a suportarem situações de alto estresse físico e psicológico, mesmo diante da fadiga e do desconforto. O COEsp possui papel importante nesse contexto, sendo o mecanismo mais apropriado para habilitar de forma geral o policial a intervir em incidentes que necessitem de um grande aparato policial, que envolvam iminente risco de morte, de caráter imprevisível, com grande repercussão na mídia e interesse das autoridades e sociedade.

A capacitação das Forças Especiais de Polícia apresenta traços diferentes dos demais treinamentos executados pela Polícia Militar (PM), haja vista a peculiaridade das atividades que serão executadas. Os procedimentos de seleção e treinamento são criteriosos, para certificar de que apenas os profissionais com grande resistência física e mental obtenham êxito. Devido à peculiar e importante tarefa desses profissionais que atuam em Operações Especiais Policiais, faz-se necessário o estudo deste processo de capacitação, sobretudo, nas fases de recrutamento, seleção e treinamento.

Assim sendo, **delimitou-se o tema** abordando o recrutamento, a seleção e os treinamentos utilizados em Forças Especiais de Polícia, compreendidos como processos de capacitação, sobretudo, durante os Cursos de Operações Especiais coordenados pelo GATE, sediado na cidade de Belo Horizonte no Estado de Minas Gerais, no período compreendido entre 2008 e 2011.

A fim de se definir com precisão o que se visa com o trabalho, definiu-se os **objetivos**, os quais foram divididos em objetivo geral e específicos. Como objetivo geral, busca-se analisar a capacitação dos operadores[4] das Forças Especiais de

[4] Policiais que atuam na gestão de incidentes críticos das Operações Especiais Policiais.

Polícia, por meio de treinamentos diferenciados, habilitando-os a atuar em Operações Especiais Policiais. Já como objetivos específicos, buscam-se conhecer sobre o progresso técnico das Forças Especiais que executam Operações Especiais, além de suas peculiaridades, no Brasil e no mundo, refletindo sobre os novos paradigmas que permeiam as Operações Especiais Policiais; conhecer o modelo das OEP na PMMG, bem como o *portfólio* de serviços do GATE e suas atribuições contemporâneas na gestão de *eventos de defesa social de alto risco,* descritos na Diretriz Geral para Emprego Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais (DGEOp) e nas bibliografias afetas*;* analisar os processos de recrutamento e seleção utilizados nas Forças Especiais de Polícia, sobretudo durante os Cursos de Operações Especiais da PMMG, coordenados tecnicamente pelo GATE; comparar as malhas curriculares dos COEsp da polícia mineira, com algumas polícias da federação; avaliar a percepção dos militares integrantes do GATE, ante aos processos de capacitação em OEP e, por fim, idealizar um modelo prospectivo dos métodos de capacitação dos *Forças Especiais de Polícia*[5], utilizados pelo Grupamento de Ações Táticas Especiais.

Esse estudo reveste-se de originalidade por focar na aferição científica dos métodos utilizados no recrutamento, seleção e treinamento dos militares que desejam ingressar na Força Especial de Polícia mineira, representada pelo Grupamento de Ações Táticas Especiais, haja vista que culturalmente existam percepções de que a atividade especializada utiliza-se muito de técnicas baseadas no subjetivismo e no achismo[6]. Assim sendo, tal pesquisa torna-se necessária em virtude do novo *portfólio* de serviços do GATE, publicado em outubro de 2010 na DGEOp, e das mudanças no cenário das Operações Especiais Policiais, que demonstram a necessidade de capacitar o policial a se tornar um *Força Especial de Polícia*[5] e estar apto a atuar nas situações mais adversas e complexas. Além disso, esse estudo encontra-se em consonância com o Plano Estratégico da PMMG (2009-2011), dentro da ação 8.7.1.13 que trata sobre a implementação de treinamento complementar para as atividades especiais e especializadas, com gestão da

[5] A expressão também designa os policiais capacitados a atuar na gestão dos *incidentes críticos* das Operações Especiais Policiais, antes chamados de *Homens de Operações Especiais* (COTTA, 2010).

[6] Teorização fundada no subjetivismo do 'eu acho que' (aplicável a qualquer campo teórico); achadismo. Ter impressão ou opinião subjetiva, crer, pensar (HAUAISS, 2007).

Academia de Polícia Militar e participação das Unidades especializadas, ação esta, que se encontra inserida na estratégia de assegurar que a formação, a capacitação e o treinamento possam garantir os resultados finalísticos traçados pela Instituição (MINAS GERAIS, 2009a).

Por ter servido no GATE no ano de 2008 e concluído o Curso de Operações Especiais naquele ano, o responsável por essa pesquisa se vê apto a elaborar um estudo sobre a os processos de capacitação do Policial Militar que deseja atuar em Operações Especiais Policiais. Desses processos, se destaca o COEsp, o qual, durante o período de janeiro de 2008 a agosto de 2011, foi realizado por três vezes, representando, atualmente, a principal porta de acesso ao GATE. Além disso, conforme a delimitação espacial, para apoiar a busca pelo modelo ideal, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, bem como um estudo teórico de comparação de dados de outras Forças Especiais de Policia no Brasil. Ainda assim, foi realizada, junto aos Comandos de Operações Especiais[7] do GATE, uma pesquisa, a fim de se obter uma percepção do grupo sobre o contexto atual de capacitação em Operações Especiais Policiais.

O **Percurso Metodológico** visa demonstrar o trajeto desenvolvido pelo pesquisador para realizar a abordagem na temática proposta, bem como os métodos que serão utilizados direta e indiretamente no processo de realização da pesquisa, os quais, segundo Marconi e Lakatos (2010), são os conjuntos das atividades sistemáticas e racionais que permitem alcançar os objetivos, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Faz-se necessário apresentar aspectos da posição do autor frente ao objeto de estudo, um dilema recorrente do ponto de vista epistemológico. Ou seja, por já ter servido no GATE e vivenciado a realidade das FEP, discutir a temática de Operações Especiais Policiais, exigiu do pesquisador o exercício do distanciamento, de forma que as impressões prévias acerca do objeto de pesquisa não constituíssem impedimentos para uma análise tão isenta quanto possível.

[7] Comando de Operações Especiais (COE) refere-se aos militares escalados no turno operacional do GATE. Ao todo, somam-se quatro COE, os quais são definidos como Comando Alfa, Bravo, Charlie e Delta.

Entretanto, é preciso compreender que toda pesquisa é sempre um fenômeno político, por mais que seja dotada de sofisticação técnica e se mascare de neutra, esclarece Demo (1999).

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizado o **método de abordagem** hipotético-dedutivo, em que a partir da colocação de um problema, busca-se a construção de um modelo teórico, procurando suportes racionais e empíricos, o qual será submetido a tentativas de refutação para sua rejeição ou confirmação. Dessa forma, por meio dos testes às hipóteses, pode-se chegar a uma conclusão do objeto de estudo proposto.

Dentro do método hipotético-dedutivo, foi questionado, como **problema**, se os processos de capacitação, permeados pelo recrutamento, seleção e treinamento, utilizados pelo GATE, na preparação e manutenção dos policiais a atuarem em Operações Especiais Policiais, representam um modelo adequado e atual em relação aos métodos utilizados nas Forças Especiais de Polícia no Brasil e no mundo. Como **hipótese** a esse problema, acreditou-se que os mecanismos de recrutamento e seleção se encontram em construção e em acentuado progresso técnico, contudo, o modelo atualmente utilizado nos treinamentos, necessita de adaptações, a fim de se potencializar a capacitação dos operadores das Forças Especiais de Polícia na prestação dos serviços relacionados às Operações Especiais Policiais.

Dentro desse método, surgem fatos, fenômenos e comportamentos que devem ser observados e classificados em forma de **variáveis**. Como variável independente, que influencia e rege as demais, têm-se os serviços e atribuições afetas às Forças Especiais de Polícia, sobretudo na Unidade mineira denominada GATE, descritas em bibliografias e documentos relacionados à temática. À medida que a variável independente evolui no cenário contemporâneo, as variáveis dependentes são influenciadas. Assim, como variáveis dependentes, têm-se os processos de recrutamento, seleção e treinamento, inseridos no contexto de capacitação das *Forças Especiais de Polícia*.

Já sobre os **métodos de procedimentos**, foram adotados os histórico, monográfico,

comparativo e estatístico. O método histórico permitiu observar fenômenos passados e contextualizá-los com a atual formatação das FEP. O método monográfico, por sua vez, foi utilizado para se estudar determinados indivíduos, condições e grupos, com a finalidade de obter generalizações. O método comparativo foi utilizado por haver a necessidade de se realizar comparações dos modelos de cursos na temática de Operações Especiais Policiais, verificando suas similitudes e divergências. Por fim, foi utilizado o método estatístico com o escopo de fornecer uma descrição quantitativa do grupo que será estudado, permitindo manipular, aferir e se obter uma percepção acerca dos integrantes do GATE em relação aos processos de capacitação em OEP.

Os **tipos de pesquisa** utilizados neste trabalho são esclarecidos mediante a divisão quanto aos objetivos, ao conceito operativo, à natureza e aos dados coletados. Quanto aos **objetivos**, a pesquisa foi do tipo aplicada, pois o pesquisador teve por objetivo investigar e comprovar a hipótese sugerida e a partir dos conhecimentos adquiridos, contribuir para maior qualificação dos operadores das FEP. Para tanto, utilizou-se técnica de questionários. Quanto ao **conceito operativo**, utilizou-se de fontes bibliográficas e documentais, melhor esclarecidas no próximo parágrafo. Quanto à **natureza**, a presente pesquisa teve uma natureza descritiva, por se caracterizar pelo estudo e avaliação dos fatos, programas e métodos descritos no trabalho, bem como dos fenômenos humanos, sem a interferência do pesquisador, com a finalidade de se comprovar a hipótese. Quanto à **forma de abordagem** a pesquisa realizada teve uma abordagem quantitativa, visto que esta fará a mensuração e comparação dos dados obtidos por meio dos policiais militares do GATE quanto à percepção sobre os processos de capacitação em OEP, e qualitativa, uma vez que realizou análise crítica e comparativa dos modelos de treinamentos em OEP desenvolvidos em outras polícias brasileiras.

Para se alcançar os propósitos da presente pesquisa, foram utilizadas algumas **técnicas de pesquisa**, as quais, segundo Marconi e Lakatos (2010), são um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte. Foi utilizada a técnica de **documentação indireta**, que consiste no levantamento de dados de variadas fontes, cujo objetivo foi o de recolher informações prévias sobre o campo de interesse do estudo. O levantamento de dados foi feito por meio de

pesquisa **bibliográfica**, nesse caso, buscaram-se publicações avulsas, boletins, livros, revistas, pesquisas, monografias, artigos científicos, dentre outras, ligadas às forças especiais e à administração de recursos humanos, com o escopo de propiciar ao pesquisador o exame do tema proposto. Além disso, foi utilizada como complemento uma parcela de pesquisa **documental**, utilizando fontes primárias, sobretudo os documentos produzidos pela PMMG e outras polícias.

A temática estudada apresenta escassez de bibliografias nacionais, o que dificultou o pesquisador, num primeiro momento, contudo, buscaram-se literaturas publicadas em outros países e livros traduzidos para o português, além de estudos científicos produzidos em outros Estados, visando dar credibilidade a presente pesquisa. Na parte documental, a seleção dos materiais passou por avaliações de confiabilidade, a fim de não prejudicar a solidez dos estudos. Por meio de levantamentos com estudiosos no campo das Operações Especiais Policiais, foi possível, ainda, confeccionar um banco de dados com *e-mails* de outras instituições policiais, a fim de se obter informações sobre os treinamentos em OEP, buscando-se, pelo menos, um representante de cada região brasileira[8], face aos regionalismos e geografia de cada área. Inicialmente, tais contatos demonstraram ser um dificultador para a pesquisa, haja vista a frieza das comunicações digitais, porém, após algumas mensagens e, também, contatos pessoais, parte das instituições forneceu as malhas curriculares de seus cursos. Das polícias contatadas, apenas não se obteve resposta das localizadas na região Sul do Brasil.

Foi utilizada também a técnica de **documentação direta**, que consiste no levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem (MARCONI; LAKATOS, 2010). Utilizou-se, para tanto, a **pesquisa de campo**, do tipo quantitativo-descritivo, com objetivo de conseguir informações acerca da hipótese que se quer comprovar, por meio da **observação direta extensiva**. Utilizou-se do instrumento questionário, para a coleta de dados que contribuíssem com o estudo do tema proposto, contendo perguntas fechadas, de múltipla escolha, as quais, além de identificar o perfil dos pesquisados, possuíam conteúdos relativos ao *portfólio* de serviços do GATE, descritos na DGEOp, bem como retirados da malha curricular do

---

[8] Os estados brasileiros são agrupados em cinco regiões geográficas: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul.

COEsp.

A **delimitação do universo** da pesquisa foi baseada na população composta por todos militares que operam nos Comandos de Operações Especiais (COE), compreendidos como aqueles que atuam rotineiramente na *atividade de linha*[9] do GATE. Os COE são divididos em quatro equipes, as quais são denominadas de Alfa, Bravo, Charlie e Delta. Atualmente cada comando possui a média de 13 policiais, totalizando a população de 52[10] policiais. Esta população foi objeto de estudo por meio de questionários (APÊNDICE D) e funcionou de forma censitária, ou seja, abrangendo a totalidade dos componentes do universo.

Os dados pesquisados em campo possuem uma série de questionamentos quanto a sua confiabilidade, seja pela forma como são coletados, que não garante a sistematização ou precisão no registro da informação, seja pelas interferências externas no contexto que a população está inserida, prejudicando, assim, a consistência da informação. Dessa forma, foi preciso ter cautela nas interpretações dos seus resultados, buscando articulá-los, o máximo possível, com outras fontes. Nesse viés, a pesquisa de campo visa, tão somente, apresentar percepções da população pesquisada e auxiliar na comprovação da hipótese.

Do que foi dito, ficam claros os limites do estudo, entretanto, buscou-se avolumar as análises, comparações e referências, realizando uma reflexão teórica sobre o tema proposto, aprofundando em suas origens e objetivos, a fim de se compreender melhor o campo das Operações Especiais Policiais e contribuir para seu progresso no atual contexto social.

---

[9] *Atividade de linha* é parte integrante da *atividade-fim,* que representa os esforços de execução, daqueles que são empregados diretamente com público (DGEOp, 2010).

[10] Dados consultados pelo pesquisador no dia dezessete de setembro de 2011, por intermédio das escalas de serviço do GATE.

2 CONHECENDO O MUNDO DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS

Ao longo da história da humanidade, diversos eventos foram considerados como Operações Especiais (OE), as quais eram executadas por grupos militares ditos especiais em ações não muito convencionais. Muitas histórias são relatadas sobre o surgimento dessas operações, como por exemplo, a atuação do guerreiro hebreu Gideão e o episódio do *cavalo de tróia* (DENÉCÉ, 2009, p. 10). Fatos que marcaram a Antiguidade e que se tornaram comuns, a partir da 2ª Guerra Mundial, momento em que surgem as forças especiais britânicas, as quais eram consideradas uma potência na época, sobretudo, com o grupo denominado *Comandos* e a *Special Air Service* (SAS). Em seguida, as forças especiais norte americanas, baseadas em exemplos ingleses, potencializaram seus grupamentos e começaram a se destacar no cenário das Operações Especiais. O APÊNDICE A descreve de maneira mais ampla a evolução histórica das Operações Especiais, sobretudo num período em que apenas os aspectos militares eram valorizados.

A fim de melhor compreender os processos de Administração de Pessoal em relação às Operações Especiais, torna-se necessário conhecer as origens dessa forma de atuação, bem como suas definições, para que se possa compreender o contexto atual de capacitação em OE, além de apresentar novos conceitos, sendo eles: Operações Especiais Policiais e Forças Especiais de Polícia.

2.1 Os paradigmas de atuação: o modelo militar e o modelo policial

As Operações Especiais são de fundamental importância para essa pesquisa, sendo assim, é necessário compreendê-las de forma ampla, tanto seus conceitos militares, quanto policiais. O termo Operações Especiais está ligado ao conceito “*ultima ratio,* do latim, ou, última razão, última opção”. Os grupos que executam essas tarefas são treinados para atuarem como última resposta, quando as situações são extremas e os riscos elevados (BETINI; TOMAZI, 2010, p. 23).

Ao longo desse estudo, nota-se a tendência reforçadamente militar aos conceitos de OE, naturalmente devido as suas origens, entretanto, tais conceitos devem ser estudados e pinçados separadamente, considerando prioritariamente as questões

policiais, devido o objeto de estudo do trabalho. Do ponto de vista histórico, segundo Denécé (2009, p. 234), as OE caracterizam-se por seis critérios significativos, que diferenciam das demais formas de ação:

> A busca de um efetivo decisivo, que se pode qualificar de *efeito de ruptura;* o caráter altamente perigoso das missões; o volume reduzido do efetivo engajado; seu modo de ação não convencional; o domínio da violência; a confidencialidade em relação às unidades e a seu pessoal (DENÉCÉ, 2009, p. 234).

Somente conhecendo amplamente as definições das OE, será possível identificar os profissionais adequados para compor equipes dessa natureza. Sendo assim, estudar-se-á um pouco mais sobre as características militares e policiais no contexto das ações dessas operações.

2.1.1 Operações Especiais Militares

As origens das atividades de OE remontam primordialmente o período da 2ª Guerra Mundial, o que, naturalmente, faz com que suas definições utilizem termos típicos de conflitos de forças armadas. Segundo Betini e Tomazi (2010, p. 25), os grupos são treinados para atuar em situações de paz, conflito e guerra. Os objetivos giram em torno da destruição do inimigo, obtida por meio de infiltração, sabotagens, espionagem, técnicas de guerrilha, destruição de alvos sensíveis, destruição de linhas de comunicação e suprimentos, além do resgate de prisioneiros e na captura de pessoal.

O local inicialmente pesquisado para se conhecer a definição de OE foi no Dicionário de Termos Militares do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, elaborado pela Divisão de Doutrina Conjunta do Estado-Maior Conjunto daquele país. Segundo a publicação supracitada, as Operações Especiais são:

> Operações conduzidas em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis, para alcançar objetivos militares, diplomáticos, informacionais e/ou econômicos, empregando **capacidades militares para as quais não há necessidade de uma ampla força convencional**. Essas operações frequentemente requerem capacidades encobertas, clandestinas ou de baixa-visibilidade. As operações especiais são aplicáveis em toda a extensão de operações militares. Podem ser conduzidas independentemente ou conjuntamente com operações de forças

> convencionais ou de outras agências do governo e podem incluir operações por meio de, com ou por forças nativas ou substitutas. As operações especiais diferem das operações convencionais no **grau de risco físico e político, técnicas operacionais, modo de emprego**, independência de apoio amigo e dependência de inteligência operacional detalhada e ativos nativos. **Também chamadas de OE** (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2011, p. 340-341, *grifo nosso, tradução nossa*)[11].

A tradução acima apresenta alguns termos relacionados às Forças Especiais (FE), os quais necessitam ser compreendidos, tais como as expressões sublinhadas na citação acima: "negados", "força convencional", "encobertas" e "clandestinas". Em conformidade com o Dicionário de Termos Militares do Pentágono (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2011, p. 103, *tradução nossa*), uma "**área negada**" é uma "área sob controle inimigo ou não-amigável, na qual forças amigas não podem esperar operar com sucesso dentro dos constrangimentos operacionais e das capacidades de força existentes." Segundo o mesmo dicionário, "**forças convencionais**" são "forças capazes de conduzir operações usando armas que não as nucleares" ou "forças outras que não as forças de operações especiais". Para se esclarecer as expressões "encobertas" e "clandestinas", Kevin O'Brien (BRAILEY, 2005, *apud* JORGE, 2009, f. 115) define:

> [...] **operações clandestinas** se referem a operações conduzidas por soldados uniformizados… de modo que suas atividades não podem ser nem confirmadas nem negadas, mas de uma maneira que tais operações não sejam realizadas aos olhos do público; em contraste, **operações encobertas** se referem às operações conduzidas por soldados não uniformizados e/ou por civis, de modo que seu envolvimento possa ser negado (BRAILEY, 2005, *apud* JORGE, 2009, f. 115).

Segundo a definição da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN, 2010) Operações Especiais são:

> **Atividades militares** [representam as ações] conduzidas por **forças especialmente designadas** [representam as Forças Especiais]**,** organizadas, treinadas e equipadas que utilizam técnicas operacionais e **modos de ação não habituais** para as forças convencionais. Essas atividades são desenvolvidas em toda a gama de operações das forças convencionais, em coordenação com elas, para atingir objetivos políticos, militares, psicológicos ou econômicos (OTAN, 2010, p. 199, *grifo nosso, tradução nossa)*[10]*.*

Barboza (2010, p. 18) esclarece que em resumo, deve-se entender por OE o

---

[11] Original em inglês.

conjunto de ações que um efetivo reduzido, engajado secretamente por um período que pode chegar a muitas semanas, é levado a realizar para obter resultados estratégicos decisivos em contexto hostil.

Colin S. Gray (1998, *apud* JORGE, 2009, f. 115) explica que as FE não “nadarão como peixes em um mar de pessoas”, mas agirão em **pequenas unidades**, de maneira clandestina, encoberta ou aberta para efetuar **missões heterodoxas de modos não-convencionais**. Tais unidades também vão operar em condições excepcionalmente de alto risco.

Jorge (2009, f. 123) apresenta a figura do historiador britânico, com grande experiência em Operações Especiais, M. R. D. Foot, o qual pode ter sido um dos primeiros a escrever sobre essas operações, descrevendo-as como:

> O que são operações especiais? São **golpes súbitos heterodoxos** [ações], isto é, golpes de violência inesperados, geralmente concebidos e executados fora do estamento militar corrente, **exercendo um efeito surpreendente** sobre o inimigo, de preferência em seu mais alto nível. O tipo ideal de operação especial é aquele que deixa fora de atividade todo o Estado-Maior do inimigo em um único e inesperado sopro (FOOT, 1970, p. 19, *apud* JORGE, 2009, f. 123, *grifo nosso*).

Todos esses esclarecimentos nos fazem perguntar por que as ações de OE são importantes? Segundo Jorge (2009, f. 126), uma “Operação Especial bem-sucedida desafia o conhecimento convencional usando uma pequena força para derrotar um oponente muito maior ou mais bem entrincheirado.” Essa mensagem deve prevalecer também nas atividades policiais.

2.1.2 Operações Especiais Policiais: um conceito novo

Muito pouco se conhece sobre as origens e definições das Operações Especiais Policiais. Percebe-se que a maioria das forças de elite das polícias brasileiras ainda possui características de *ações de comandos.* Segundo Lucca (2002, f. 30), grande parte dos grupos de emprego especial existentes no Brasil foi inspirada nos *Comandos*. Portanto, seus alicerces trazem embutidas condutas apropriadas para a aplicação em situações de guerra, não devendo ser a única influência do contexto policial. Ele esclarece o seguinte:

> [...] isso foi de tal forma assimilado pelas polícias militares em particular que, até hoje, se percebem algumas dificuldades em se adaptar, **primeiro** a uma situação que é de fato a atividade de manutenção da ordem pública interna, e isso é bem diferente das situações que envolvem conflito externo; **segundo**, que o transgressor da lei não pode ser visto como um inimigo, nos moldes que a guerra convencional se faz entender; **terceiro**, só terá futuro o grupo de tropa especial que agir dentro do ordenamento jurídico, tendo como objetivo a preservação da vida, da integridade física e da dignidade de todas as pessoas (LUCCA, 2002, f. 30).

Betini e Tomazi (2010, p. 25) esclarecem que os grupos especiais de natureza policial possuem objetivos bem distintos dos militares: "**salvar vidas e fazer cumprir a lei**". Esses grupos são regidos pelas leis vigentes no país e precisam atuar de acordo com esse ordenamento jurídico, respeitando tudo o que foi estabelecido, o que justifica uma seleção tão rigorosa. Para os autores:

> Sua principal vocação não é matar o inimigo ou causar destruição [visão militarista]. Suas missões e, por conseguinte, seu propósito são desarticular organizações criminosas, pôr fim em conflitos, capturar criminosos, resgatar reféns, retomar pontos e instalações (móveis e imóveis), fazer segurança de pessoas e lugares, sobreviver em ambientes hostis. Matar somente em legítima defesa, própria ou de outrem, ou quando a lei assim permite, através das excludentes de ilicitude (BETINI; TOMAZI, 2010, p. 26).

Rodrigues e Pires (2006) esclarecem a evolução policial inseriu diversos recortes em seu sistema organizacional, como atribuições, situações e ações. Esse pensamento fez com que as polícias de todo o mundo e no Brasil especializassem alguns serviços para o atendimento à população, criando suas unidades especiais, direcionadas ao atendimento de ocorrências, inicialmente entendidas como sendo de alto grau de risco, em contextos, locais, motivações, atuações e doutrinas diferenciadas, designando esta atividade de **Operações Especiais Policiais**.

Para se definir OEP, tem-se uma ideia pela concepção da *Special Weapons and Tatics Teams* (SWAT) americana, a qual segundo Rodrigues e Pires (2006, f. 30) são descritas como:

> [...] aquelas realizadas por uma **unidade ou grupo especificamente selecionado e treinado** para o atendimento de **emergências policiais que estão além da capacidade de resposta de uma patrulha normal**. Possui a missão de proporcionar à agencia policial a habilidade e a capacidade de responder **incidentes não convencionais**, de maneira coordenada, sem comprometer a capacidade da agencia para responder a chamadas de rotina do serviço ordinário [...] (RODRIGUES; PIRES, 2006, f. 30, *grifo nosso*).

Lucca (2002, f. 30) explica que já na década de 60 surgiu nos Estados Unidos um modelo que viria a inspirar fortemente muitos órgãos policiais espalhados pelo mundo; eram as SWAT, cuja tradução literal significa Armas e Táticas Especiais, grupo que tinha como objetivo na época e válido até hoje, “a missão de atuar em situações que exigissem forte trabalho de equipe e perícia no uso de equipamentos e armamentos diferenciados.” Para a PMMG as Operações Especiais Policiais são conceituadas da seguinte forma:

> [...] àquelas intervenções de alto risco que fogem do padrão ordinário operacional realizado cotidianamente pela PMMG, utilizando-se de treinamentos, armamentos e equipamentos diferenciados. Podem ser realizadas em qualquer bioma do Estado, seja na terra, na água ou no ar, a qualquer hora do dia ou da noite, sob quaisquer circunstâncias, seja da geografia do terreno, do clima, ou dos ilícitos apresentados. Tem por objetivo solucionar de forma legal, ética e técnica os incidentes críticos que se apresentam no âmbito da Segurança Pública em todo o território mineiro (MINAS GERAIS, 2011c, f. 1-2).

Segundo Muniz e Proença Junior (2007, *apud* BARBOZA, 2010, f. 25), as características policiais de uma ação de OE quanto mais se chegam perto do uso deliberado de força (potencialmente) letal, mais as capacidades das unidades policiais e das forças armadas se aproximam, sendo que em alguns países, o que seriam operações do tipo SWAT, pertence quase que exclusivamente às Forças Armadas, como no caso do SAS britânico.

Segundo Barboza (2010, p. 25-26), vê-se certa semelhança entre uma equipe SWAT e do SAS, entretanto, enquanto uma equipe policial realiza sua entrada forçada num perímetro bem delimitado, em tempo definido e controlado, sendo uma ação com início, meio e fim, clara e previamente identificados, uma Operação Especial Militar têm lugar em ambiente muito menos controlado, onde têm que lidar com inserções em zonas de operações, a infiltração na área-alvo, a execução da operação, a exfiltração e a extração. Não tendo garantia de que cada um desses passos será desenvolvido como o planejado, tendo que considerar e preparar alternativas para cada uma das contingências que possam surgir.

Na concepção americana, o propósito da atuação em OEP, situada no conceito SWAT, foi definido de forma diferenciada. Havia a consciência de que a SWAT se tornaria em uma organização cujo objetivo seria a preservação da vida. Embora as

táticas e grande parte dos treinamentos tenham características militares, ela agiria como força policial para a manutenção da paz (CARDOSO, 2000, *apud* RODRIGUES; PIRES, 2006, f. 30).

Deve-se considerar também o esclarecimento de Pinc (2006, f. 20), a qual narra que apesar das características militares da polícia, tal condição está mais associada a regular as relações internas, e que sua condição civil é responsável pelo aparato técnico, legal e procedimental orientador das relações da polícia com a sociedade, sendo representada pelo policiamento, que é a prestação dos serviços públicos essenciais oferecidos pelo Estado à sociedade, com o fim de atender as necessidades de segurança de todos.

Sendo assim, para se garantir o eficaz funcionamento de uma força que opera em OEP, devem-se considerar as características civis, entretanto manter as relações militares a fim de garantir o fiel cumprimento das normas, preceitos e determinações emanadas para uma intervenção em incidentes críticos, principalmente aquelas que envolvam graves riscos às vidas, das vítimas, dos policiais e dos próprios infratores da lei (PINC, 2006, f. 20). Entende-se como crucial que os processos de capacitação possuam características militares a fim de disciplinar os profissionais de segurança pública no, mais uma vez, **fiel cumprimento das normas e preceitos,** mesmo diante da fadiga e do desconforto.

Resta dizer, que a nomenclatura adotada de **Operações Especiais Policiais**, não pode ser confundida com as **Operações Policiais Especiais**. Conforme a diretriz que regula os procedimentos e orientações para a execução com qualidade das operações na PMMG (MINAS GERAIS, 2009b), as Operações Policiais Especiais são descritas como Operações Especiais, inseridas dentro do gênero Operação Policial Militar, as quais devem ser consideradas como **Operações Policiais de natureza especial**, temática divergente à proposta deste estudo. O contexto dessas operações remete a outra área de estudo, conforme citação:

> [...] àquelas executadas em circunstância especial e que impliquem a possibilidade de condução de pessoas ou coisas à Delegacia, repartição fazendária, dentre outros, podendo ter a participação de órgãos como Ministério Público, Juizados Especiais, Prefeitura Municipal, entre outros, as quais dependerão de planejamento específico, precedido de contatos com

> as autoridades interessadas, para que possam programar adequadamente as atuações conjuntas (MINAS GERAIS, 2009b, p. 12).

Por fim, convêm mencionar ainda o esclarecimento de Proença Junior (2006, *apud* RODRIGUES; PIRES, 2006, f. 32), o qual defende que as Operações Especiais Policiais são enquadradas como aquelas situações em que os policiais fazem uso de força contra uma recalcitrância armada, cujos fins correspondem ao resgate de reféns, resistência armada e execução de mandados de alto risco.

Além dessas definições, fica a peculiar característica da PMMG, prevista em sua missão organizacional, e que fornece uma indicação sucinta e clara daquilo a que a instituição se propõe e que deve ser compreendido pelas forças que operam em OEP: "assegurar a dignidade da pessoa humana, as liberdades e os direitos fundamentais, contribuindo para a paz social e para tornar Minas o melhor Estado para se viver" (MINAS GERAIS, 2009a, p. 21). Nesse viés, em que pese à necessidade de uma formação diferenciada devida suas missões de alto risco e o estresse gerado durante uma intervenção, o foco e a essência não pode se desviar de sua missão organizacional a qual pode se resumir em: **salvar vidas e aplicar a lei**.

2.2 Um novo paradigma: Forças Especiais de Polícia num Estado Democrático de Direito

Diante do quadro de insegurança pública presente no cenário brasileiro, a sociedade exige do Estado o direito constitucional à Segurança[12], por intermédio de respostas imediatas e eficazes que implementem ações proficientes no controle à criminalidade[13], explica Cotta (2010). Para tanto, o Estado, num momento histórico em que o "social" prevalece sobre o "estatal", deve repensar suas estratégias, bem como o modelo ou sistema de polícia existente, para fazer frente a situações de risco, dando soluções eficientes, legais, legítimas e moralmente aceitáveis à

---

[12] O direito à Segurança aparece no *caput* do art. 5º da Constituição da República de 1988, ligada a ideia de garantia individual, e no art. 6º, aproximando-se ao conceito de Segurança Pública, que como dever do Estado, aparece como direito e responsabilidade de todos, sendo exercida, nos termos do art. 144, *caput,* para preservação da Ordem Pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (BRASIL, 2009).

[13] Não existe sociedade sem crime. É por esse motivo que a sociedade se organiza para preservação contra o delito e para atenuar-lhe os efeitos (REALE, 2002, p. 347).

sociedade. Segundo Cotta (2010), a mudança da sociedade exige das instituições do Estado transformações e readequações ao século XXI.

Na concepção atual do *Estado Democrático de Direito*[14], a dignidade humana destaca-se entre os princípios da Constituição da República do Brasil de 1988 (CR/88). O artigo primeiro da CR/88, sendo o valor jurídico de maior hierarquia axiológica no ordenamento jurídico brasileiro, exige uma atuação dos poderes públicos e de toda sociedade, com finalidade precípua de respeitar e promover a dignidade da pessoa humana (COTTA, 2010). O homem, em virtude tão somente de sua condição humana e independente de qualquer outra circunstância é titular de direitos que devem ser reconhecidos e respeitados por seus semelhantes e pelo Estado. A dignidade da pessoa humana, regra matriz dos direitos fundamentais, pode ser bem definida como o núcleo essencial do constitucionalismo moderno. Assim, diante de colisões, a dignidade servirá para orientar as necessárias soluções de conflitos (LENZA, 2011, p. 1153).

Esses paradigmas que as instituições de Segurança Pública estão inseridas fazem com que se discuta uma nova forma de fazer polícia no campo das Operações Especiais Policiais. As polícias em todo o mundo têm adotado uma gama de aspectos tecnocráticos de policiamento e de especialização, percebendo a necessidade de mudanças e aquisição de novos saberes, a partir do mapeamento das suas atribuições, detectando a necessidade de fortalecimento das atividades de OEP, tendo em vista as demandas sociais (RODRIGUES; PIRES, 2006, f. 69).

No Brasil, segundo Rodrigues e Pires (2006, f. 69), a atividade de Operações Especiais Policiais esteve inicialmente vinculada a uma visão guerreira, a partir da constituição histórica das Polícias Militares, espelhando-se no emprego dos *Comandos* das Forças Armadas. Tal condicionamento não é compatível no contexto da Segurança Pública atual, pelo menos num modelo de polícia democrática, visto a diferenciação de realidades, havendo contrapontos como: guerra e paz; destruição

---

[14] *Estado Democrático de Direito* representa a evolução do Estado de Direito, asseverando que a legitimidade da lei não é assegurada apenas pelo fato de ter sido observado o procedimento para sua elaboração. É necessário que o conteúdo das normas tenha caráter democrático, que seus dispositivos estejam em consonância com os anseios populares e visem justamente a sua satisfação (MOTTA; BARCHET, 2007, p. 135).

de inimigo e segurança dos cidadãos; eliminação de objetivo e gestão de *Eventos de Defesa Social de alto Risco*.

Como uma das ações a serem implementadas nesse contexto macro, Fernandes (2009, p. 285) foca-se na necessidade da criação de grupos de policiais criteriosamente selecionados, capacitados no emprego de técnicas, táticas, equipamentos e armamentos especiais, visando uma atuação imediata e eficaz, em especial nas denominadas “situações policiais críticas”. Tal responsabilidade exige dos operadores habilidades específicas adquiridas por intermédio de treinamento constante, sempre norteando a ação policial pelo escalonamento do uso deliberado legítimo e legal da força legal, priorizando-se as soluções negociadas, que tem como principal objetivo a preservação da vida, seja ela do policial, da vítima, do infrator ou de quaisquer outras pessoas à *cena de ação*[15]. Esses grupos, segundo Betini (2009, p. 284), exigem grande responsabilidade por parte dos criadores, em razão das dificuldades e peculiaridades que envolvem a sua existência, haja vista serem considerados uma força de elite, com atribuições diferenciadas, o que por si só poderá acarretar sentimentos aversivos por parte das demais unidades policiais, fato que deve ser continuamente superado por todos.

Betini e Tomazi (2010, p. 25) descrevem os grupos que atuam nas OEP sob o conceito de um pequeno número de homens, altamente treinados e com armamento diversificado, capaz de enfrentar, com sucesso, grupos bem maiores ou em bases fortificadas. Segundo os autores, o sucesso das operações é garantido por uma *superioridade relativa*, onde a capacidade de uma força atacante menor consegue uma vantagem decisiva sobre uma força maior, por meio da utilização de princípios como a surpresa, simplicidade, sigilo, repetição, segurança, mobilidade, rapidez, independência e comprometimento, porém sempre orientados pela preservação dos direitos e garantias constitucionais.

O cenário propõe uma nova perspectiva aos operadores das Operações Especiais Policiais, denominando-os de ***Forças Especiais de Polícia***, os quais, segundo Cotta (2010), representam um padrão de referência inicial a ser seguido, que

[15] Local onde se desenrola o *incidente crítico*, anteriormente conhecido pelo termo militar de *teatro de operações* (COTTA, 2009, p. 55).

designam os policiais capacitados a atuar na gestão dos *incidentes críticos* das OEP, antes chamados de *homens de Operações Especiais*. Tal nomenclatura também se refere às **Unidades policiais responsáveis por produzir serviços na temática de Operações Especiais Policiais**. As OEP representam as ações ou serviços propriamente ditos, produzidas pelas denominadas Forças Especiais de Polícia, as quais são operadas pelos policiais habilitados para tal. A capacitação desses policiais, temática desse estudo, dará aos operadores um título simbólico, porém técnico e contemporâneo, de Força Especial de Polícia. Cotta (2010) esclarece que o conceito de FEP se aproxima ao de *Comandos,* entretanto, seu foco passa a ser a preservação de vidas num *Estado Democrático de Direito*.

Nesse viés, é fundamental que as instituições policiais procedam a uma delimitação objetiva do que entendam como Operações Especiais Policiais e Forças Especiais de Polícia, sendo imprescindível à antecipação das estruturas estatais ante a mutação das modalidades criminosas. As missões das FEP devem ser bem definidas para que não haja a compreensão de que tudo pode ser enquadrado como especial. Esta atuação não pode ser desviada diante do que é previsto como ideal, ou ainda, não será inserindo o nome de “especial” num efetivo, sem o devido enquadramento para tal, que haverá a excelência na atividade (RODRIGUES; PIRES, 2006, f. 70).

2.3 O surgimento das Forças de Especiais de Polícia

Pouco se tem notícia sobre o surgimento das FEP, conceito novo e ainda não muito difundido. Entretanto, Versignassi, Narloch e Ratier (2007, p. 62), escrevem que teria sido em Xangai, na China, que se tem notícia da primeira *tropa de elite* urbana. Segundo os autores, no período de 1920 a cidade sofria pelas ações da *Gangue Verde*, um bando com milhares de integrantes que dominava o tráfico de ópio, o que preocupava o governo chinês. Em 1925 o oficial inglês William Fairbairn foi para a guerra e trouxe táticas militares para a polícia de Xangai, criando a primeiro grupamento de elite urbana de que se tem notícia. A Unidade era chamada de *Unidade de Reserva,* um comando que ficava de prontidão para ajudar a polícia nos casos mais espinhosos. Segundo os autores, o grupo era composto de policiais treinados para atirar com armas pesadas, dar golpes de artes marciais e fazer

operações táticas, como invadir esconderijos. Segundo relatos, a *tropa* possuía inclusive motos com metralhadoras no *sidecar*[16].

A partir daí, ao longo do século 20, a ideia de ter uma força de elite para ajudar em tarefas difíceis se espalhou pelo mundo. As polícias no mundo começaram a treinar unidades especializadas para fazer frente a assaltos, atentados à bomba, sequestros, fugas de presos, dentre outros.

Segundo Betini e Tomazi (2010, p. 24), foi inspirado nos grupos militares, no final dos anos 60, que surgiram os primeiros grupos especiais de natureza policial, os quais foram formados em virtude da necessidade de combater ameaças causadas por veteranos de guerra, portadores de algum desequilíbrio emocional que, por vezes e sem razões, efetuavam disparos contra civis ou policiais utilizando grande poder ofensivo.

2.3.1 Forças Especiais de Polícia no Brasil

Segundo as informações de Versignassi, Narloch e Ratier (2007, p. 62), foi nos anos 70 que surgiu a primeira FEP, popularmente chamada de *tropa de elite,* quando a Polícia Militar do Estado de São Paulo criou a *Rota.* Semelhante à Xangai, a *Rota* só atuava quando o crime já estivesse acontecendo. Em 1977 que surge também em São Paulo, por meio da Nota de Instrução nº 3EM/PM-003/32/77, orientações que tratavam do atendimento de ocorrências de natureza atípica, com a finalidade de regular o emprego da PM em ocorrências de **proporções anormais** (LUCCA, 2002, f. 8).

Segundo Lucca (2002, f. 8), o Grupo de Ações Táticas Especiais de São Paulo foi oficialmente criado no dia 4 de agosto de 1988, data estabelecida como o início de suas atividades operacionais, feito para resgatar reféns e conter rebeliões em presídios. Em período semelhante, conforme explica Versignassi, Narloch e Ratier (2007, p. 62), que surge também o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), da Polícia Militar do Rio de Janeiro. O grupo foi criado em 1978, como uma

[16] Segundo Houaiss (2007), *sidecar* (original inglês) refere-se a um pequeno carro preso ao lado de uma motocicleta, com roda própria, usado para transportar um passageiro, embrulhos, etc.

divisão especializada em intervir assaltos a bancos. Inicialmente, 30 policiais fizeram cursos com o Exército e, a partir daí, diante do crescimento da venda de drogas nos aglomerados cariocas, o grupo começou a atuar principalmente nessas regiões.

2.3.2 Forças Especiais de Polícia na Polícia Militar de Minas Gerais

A história das atividades de Operações Especiais na PMMG, segundo Cotta (2005), e também descrito no Manual do Discente do COEsp 2011 (MINAS GERAIS, 2011a), iniciou-se em 1942 com a realização do Curso de Comandos, cujo turno foi composto por dez Oficiais e trinta Sargentos. O objetivo do treinamento, que durou seis meses seria preparar um pequeno grupo da então Força Pública de Minas Gerais para missões durante a Segunda Guerra Mundial, mais especificamente para a tomada do Arquipélago dos Açores. O curso era composto por treinamentos tais como: combates de rua; assalto; luta corpo-a-corpo; marchas extenuantes, especialmente noturnas; exercício de tiro: direto, indireto e mascarado, não só com fuzil ordinário, como também com fuzis-metralhadores e metralhadoras leves e pesadas. Somente no mês de novembro de 1942 o turno marchou 220 quilômetros. A duração do curso foi de julho de 1942 a janeiro de 1943.

FIGURA 1 – Discentes do Curso de *Comandos* realizado na Força Pública de Minas Gerais em 1942

Fonte: MINAS GERAIS, 2011a, p. 6.

Segundo Almeida (2003, f. 63) e Araujo (2007, f. 54), foi em 1982 que a atividade

das FEP na Polícia Militar de Minas Gerais criou forma, um ano após a criação das Rondas Táticas Metropolitanas (ROTAM) no Batalhão de Polícia de Choque. Entretanto, a tentativa de criar uma FEP, frustrou-se no decorrer do mesmo ano, principalmente por aspectos disciplinares de seus integrantes.

Almeida relata (2003, f. 64) que em janeiro de 1985, novamente foi buscada a criação de uma FEP. Inicialmente, por determinação do Comando do Batalhão de Choque à época, as quatro companhias que o integravam, deveriam liberar os melhores homens para comporem este grupamento, sob o olhar crítico do oficial designado para a sua seleção/implantação. Tendo em vista a constante carência de recursos humanos, principalmente nas Companhias Rotam, houve a necessidade de complementação do efetivo inicial proposto de cinquenta homens com alunos do Curso de Formação de Soldados que estava sendo finalizado na própria Unidade. Aproximadamente, 30 dias após a seleção do pessoal e início do treinamento pelo *Pelopes* do 12º BI[17], o grupamento foi reduzido, por questões técnicas e de adaptabilidade dos policiais militares a três sargentos, três cabos e dezoito soldados, que com o oficial comandante perfazia um grupo de 25 homens (COTTA, 2005).

Almeida (2003, f. 63) e Araujo (2007, f. 55) relatam que este grupamento especializado recebeu a denominação de Comando de Operações Especiais sendo-lhe dado o apoio necessário pelo Comando da Unidade e da Corporação. O treinamento intensivo era realizado no Centro de Instrução da Polícia Militar na cidade de Ribeirão da Neves, quando eram realizados técnicas de montanhismo, tiros, primeiros socorros, orientação de sobrevivência, explosivos e outros que se faziam necessários para a especialização da equipe. O uniforme era modificado, sendo que a boina, cinto e coturno marrons forma trocados por preto, além de acrescentar ao cinto de guarnição uma faca de combate.

Em 1987, por meio da Resolução nº 1.664 de 27 de janeiro, o Comando de Operações Especiais, deu origem a Companhia de Operações Especiais, também chamada de COE, que se tornou a 6ª Companhia do Batalhão de Polícia de Choque, a qual estipulava um período de dois meses para adestramento do grupo (ALMEIDA,

---

[17] Refere-se ao Pelotão de Operações Especiais (Pelopes) do 12º Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro, sediado na cidade de Belo Horizonte.

2003, f. 64). Em dez de junho de 1991, foi criado o Batalhão de Missões Especiais (BME), por intermédio do Decreto Nº 32.428, com o intuito de buscar inovações estratégicas, táticas e técnicas que, aliadas ao aprimoramento de recursos humanos e materiais, possibilitariam a PMMG a melhoria da qualidade do serviço prestado à comunidade.

Almeida (2003, f. 64) e Araujo (2007, f. 56) explicam que o BME tinha como atribuições a estruturação de ações de resposta em ocorrências de alta complexidade, o gerenciamento de situações emergentes no campo da segurança pública em todo Estado de Minas Gerais, e o planejamento, direção, controle e emprego de aeronaves para o exercício de polícia ostensiva para preservação da ordem pública. Nascido da junção do antigo Comando de Radiopatrulhamento Aéreo, e da antiga Companhia de Operações Especiais, o Batalhão de Missões Especiais, face ao seu aparato técnico e as suas modernas instalações, transformou-se em referência no Brasil e na América Latina.

No final de 2000, buscando um melhor aproveitamento das qualidades específicas de cada grupamento, o BME foi extinto, criando o Batalhão ROTAM e a 4ª Companhia de Missões Especiais, a qual era composta de “integrantes possuidores de diversas habilidades técnicas, tendo como ponto comum a formação no curso de operações especiais e, posteriormente, no curso de ações táticas, realizados na própria Unidade” (ALMEIDA, 2003, f. 64). No primeiro semestre de 2010, a Resolução n° 4.062 de 13 de janeiro de 2010 (MINAS GERAIS, 2010b), eleva a 4ª Companhia de Missões Especiais à categoria de Batalhão, denominando-o de Grupamento de Ações Táticas Especiais.

Diante de todo esse progresso técnico, conhece-se um pouco sobre a gênese das Forças Especiais de Polícia, ficando agora, mais simples a compreensão da necessidade de recrutamento, seleção e treinamento das Forças Especiais de Polícia, bem como saber quais os serviços permeiam esse grupo.

3 O MODELO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS POLICIAIS NA PMMG

A atual estrutura da PMMG é vista como um sistema global composto por níveis e estruturas de comando e de responsabilidade técnica, que se articulam de forma harmônica, respeitando a estrutura de comando e autoridades organizacionais. Cada setor deve ajustar seus planejamentos e metas, com o máximo aproveitamento da estrutura, dos processos e sistemas internos, convergindo para a melhor prestação de serviços. O funcionamento harmônico deste sistema permite a fluidez das informações e ordens, a agilidade dos processos, a precisão dos planejamentos e estratégias e, consequentemente, a eficiência da instituição (DGEOp, 2010).

Dentro desse contexto, a PMMG adota um modelo de Esforços Operacionais, denominado de *Malha Protetora*, que consiste na definição de esforços de policiamento de forma escalonada e sucessiva, a partir da célula básica do policiamento preventivo, como esforço inicial, obedecendo ao princípio da responsabilidade territorial, até a utilização de unidades e esforços em recobrimento, para fazer face a eventuais situações de crise ou elevação demasiada da criminalidade em determinados locais. A organização operacional neste modelo, conforme a DGEOp (2010, p. 66), é dividida em cinco níveis de atuação, que são:

> a) **esforço ordinário:** consiste na ocupação preventiva ou de repressão imediata dos espaços de responsabilidade territorial pelos esforços da célula básica, por meio de seu efetivo a pé, em bicicletas e motorizado, com vistas a criar um clima de segurança objetiva e subjetiva nas comunidades ou restabelecer a ordem pública;
> b) **primeiro esforço de recobrimento:** verificando-se as vulnerabilidades após o esforço ordinário, a Unidade de Execução Operacional (UEOp) emprega a força tática disponível como forma de recobrir e intensificar o policiamento lançado, realizando operações setorizadas;
> c) **segundo esforço de recobrimento:** persistindo as vulnerabilidades, a UEOp passa a contar com o apoio de outras Unidade de recobrimento do nível tático, denominada de Companhia de Missões Especiais (Cia MEsp), que se situa nas Regiões de Polícia Militar (RPM), exceção feita à 1ª RPM[18], que recebe recobrimento pelas próprias UEOp do Comando de Policiamento Especializado (CPE);
> d) **terceiro esforço de recobrimento:** trata-se do penúltimo recobrimento, sendo realizado por meio do emprego de UEOp do CPE, conforme a natureza, a intensidade dos fatos e as necessidades do Comando com responsabilidade territorial, para enfrentamento da criminalidade

[18] Representa a Região de Polícia Militar que abrange a cidade de Belo Horizonte, também denominada de Comando de Policiamento da Capital - CPC.

> organizada;
>
> e) **quarto esforço de recobrimento:** constitui no emprego de uma Força-Tarefa[19], para fazer frente a situações de grave perturbação da ordem, ou eventos de grande repercussão em que há necessidade do envolvimento direto do Comando-Geral.
>
> (DGEOp, 2010, p. 66).

Nesse viés, o Comando de Policiamento Especializado representa a Região responsável pela coordenação, controle e emprego das UEOp de recobrimento especial em todo o Estado de Minas Gerais, bem como pela seleção de militares que servirão no Grupamento de Ações Táticas Especiais, com base no perfil necessário para o profissional da área, e acompanhamento e **treinamentos específicos em operações especiais**, negociação, gerenciamento de crise, dentre outras (DGEOp, 2010). Das UEOp subordinadas ao CPE, na atividade de Operações Especiais Policiais, destaca-se o GATE.

Figura ainda como equipe de relevância no setor de Operações Especiais Policiais os Grupos de Gerenciamento de Crises (GGC), que integram as Cia MEsp destacadas no interior do Estado, as quais são diretamente subordinadas às Regiões de Polícia Militar e tendo sua atuação direcionada para toda a Região correspondente, constituindo-se, então, em força de manobra do Comandante Regional. Os GGC possuem a previsão de composição de um Oficial Negociador, um *Sniper* e oito militares integrantes do Time de Invasões Táticas. Convém frisar que tais grupamentos, para fins de padronização da doutrina de emprego, somente serão ativados após treinamentos técnicos e táticos específicos, devidamente reconhecidos pela Instituição, com vinculação técnica do CPE, a qual é delegada ao GATE (DGEOp, 2010).

Para melhor compreender o contexto das OEP, é preciso saber as atribuições do GATE, bem como conhecer as características dos incidentes que tal grupo irá se deparar. Além disso, é importante compreender o *estresse* que permeia a atividade policial, sobretudo nas atividades de natureza especial.

---

[19] A *força-tarefa* é uma estrutura organizacional elaborada exatamente para atender a situações que indiquem haver pontos fracos em uma estrutura rígida, tornando-a inapta a oferecer respostas adequadas em ocorrências de maior complexidade, ou que haja necessidade de envolvimento simultâneo de diversos esforços de defesa social (DGEOp, 2010, p. 74).

3.1 A Força Especial de Polícia da PMMG

Em uma perspectiva ampla, operacionalmente tem-se um conjunto de *grupos especiais de polícia* que realizam atividades típicas de polícia, mas que não se enquadram no conceito de Forças Especiais de Polícia. Cotta (2010) afirma que as FEP não executam o policiamento preventivo cotidiano. Elas atuam de maneira reativa, a despeito de implementarem algumas ações e operações proativas. Alguns grupos apresentam características especiais que utilizam técnicas diferenciadas, entretanto, na sua essência, não podem ser considerados FEP, pois estes atuam diretamente na gestão de *incidentes críticos*. Unidades que não se enquadram no conceito das FEP, contudo, possuem treinamento especializado, podem ser definidas como *forças de capacidades especiais,* esclarece Denécé (2009, p. 259).

A visão de Denécé (2009, p. 235) descreve que as “FE não são infantaria de elite”, mas sim unidades formadas para agir de modo diferente das forças clássicas, indo além da doutrina militar tradicional, abordando e resolvendo os problemas que lhes são colocados de maneira diversa. Toda dificuldade em se identificar as FEP foram geradas por desvios históricos no emprego das Forças Especiais. A especialização das formas de conflitos urbanos levou ao desenvolvimento, no interior das forças clássicas, de técnicas cuja origem está nas OE, o que reforça a confusão. Denécé (2009, p. 240) relata que muitas vezes as FE foram forçadas a abandonar seus papéis, executando missões que não eram das suas alçadas, em detrimento da manutenção das capacidades específicas. Tais desvios no emprego das FEP podem gerar reações virulentas, por produzir um sentimento de grupo de desperdício e menosprezo das competências das equipes, explica Denécé (2009, p. 242).

Dentro dessa estrutura, o **GATE** representa a Força Especial de Polícia do Estado de Minas Gerais e última linha de defesa da sociedade, funcionando como uma força de reação do Comando-Geral e responsável por atuar em operações específicas que extrapolem a capacidade de atendimento rotineiro do policiamento ordinário. Também poderá atuar nas ações e operações de caráter repressivo, em todo o Estado de Minas Gerais, **após terem sido esgotados todos os meios disponíveis** para a solução do fato delituoso ou na gestão de *Eventos de Defesa Social de Alto Risco* (DGEOp, 2010). No contexto da Segurança Pública, o GATE

representa um modelo para atuação em OEP, tornando-se um dos centros de produção e irradiação de doutrinas referentes à temática, atuando em conformidade com as doutrinas dos Direitos Humanos e outros tratados e convenções internacionais.

3.1.1 O *portfólio* de serviços do Grupamento de Ações Táticas Especiais

A relação de trabalhos de um profissional ou empresa pode ser definida como *portfólio de serviços*, que também representa uma coleção de todo o trabalho em andamento na organização relacionado com o alcance dos objetivos do negócio da instituição. Nesse aspecto, a DGEOp (2010) define as atribuições específicas do GATE da seguinte forma:

> - resgate de pessoas que se encontrem como reféns ou "vítimas" de perpetradores de incidentes críticos;
> - salvamento de cidadãos que estão a portar armas e se encontrem em tentativa de auto-extermínio;
> - prisão de cidadãos-infratores armados que se encontrem barricados;
> - localização e prisão de cidadãos-infratores que se encontrem em locais de difícil acesso tais como matas e florestas;
> - resgate de guarnições policiais que se encontrem em confrontos com infratores fortemente armados no interior de aglomerados urbanos;
> - desativação de artefatos explosivos improvisados e convencionais;
> - gestão de incidentes críticos que envolvam ameaças de bombas;
> - realização de vistorias antibombas em estádios de futebol e locais de grandes eventos;
> - retomada de estabelecimentos prisionais em situações de rebelião;
> - proteção de autoridades e pessoas ameaçadas, conforme normas e legislação vigente;
> - Outras, após análise do CPE (DGEOp, 2010, p. 73-74).

A diretriz (DGEOp, 2010) define que o GATE deve estar em condições de acionamento, diuturnamente, mantendo efetivo em regime de prontidão no quartel. A Unidade deverá estar **treinada** e **preparada** para ser reunida em curto espaço de tempo, utilizando-se os recursos disponíveis. Havendo necessidade de atuação em qualquer localidade do Estado, o acionamento poderá ser feito diretamente pelo Comandante da Fração Policial Militar, via CICOp[20], após o devido crivo do CPE.

---

[20] Centro Integrado de Comunicações Operacionais (CICOp) é órgão de coordenação e controle, em nível de Comando-Geral, dotado de recursos de comunicações e vinculado à Chefia do Estado-Maior, cuja ação coordenadora é exercida em nome do Comandante-Geral (MINAS GERAIS, 2002a).

Dentro da estrutura do GATE, há a divisão de cinco equipes táticas, que funcionam como especialidades, com equipamentos, efetivo e treinamentos específicos. Elas são descritas por Santos, L. (2009, f. 80):

a) **Time de Gerenciamento de Crises (TGC):** responsável por atuar em todos os incidentes críticos em que sua presença se faz necessária, registrando e acompanhando todo o desenvolvimento das ações do GATE, além de apoiar por intermédio da equipe de negociadores, de análise de informações, de suporte técnico e de apoio logístico;
b) **Equipe de *Sniper*:** grupo de militares especializados no tiro de precisão, os quais utilizam armamento específico. Composta por atiradores de elite, altamente qualificados em armamentos, tiro e balística. Posicionam-se em pontos estratégicos para observarem o ponto crítico, colendo informações imprescindíveis para a tomada de decisões do gestor, além de realizarem a segurança dos policiais e, se necessário, efetuarem disparos de precisão para a neutralização de infratores tomadores de reféns;
c) **Esquadrão Antibombas (EAB):** equipe tática responsável pela busca, localização, desativação, remoção e destruição de bombas e artefatos explosivos, além do apoio em entradas forçadas com explosivos;
d) **Time de Invasões Táticas (TIT):** atua em incidentes críticos, onde seja necessária a intervenção tática, com a finalidade de resgate de reféns, pessoas que estejam em iminente risco de vida, pela ação de infratores como garantia de vida ou satisfação de exigências. Opera também como equipe de apoio e segurança ao TGC, assim entendido como, fornecer suporte quando da aproximação ao ponto crítico, transposição de obstáculos, atuação na rendição, prisão e condução dos envolvidos no local de crise;
e) **Comando de Operações em Mananciais e Áreas de Florestas (COMAF):** é responsável por captura, busca ou

> salvamento em operações rurais, áreas de florestas, armadilhas e contraguerrilha. Os membros do COMAF foram treinados em diversos ambientes tais como: Selva, Cerrado, Montanha e Caatinga, e estão aptos para atuar nos mais diversos tipos de vegetação em Minas Gerais.

A divisão operacional do GATE em equipes táticas exige que os operadores tenham treinamento em suas áreas específicas, além de conhecimento aprofundado em outras áreas relacionadas à gestão de *Eventos de Defesa Social de Alto Risco.* Uma vez definidas as atribuições do GATE, deve-se atentar para a seleção de seus componentes, levando-se em conta alguns pontos doutrinários que devem preponderar sobre quaisquer outras circunstâncias, principalmente de ordem política ou administrativa (BETINI, 2009, p. 284).

3.2 Gerenciando Crises

As atividades de Operações Especiais Policiais exigem dos operadores das FEP conhecimento amplo em **Gerenciamento de Crises**, pois a maioria das intervenções típicas das Unidades de FEP apresenta características das denominadas *crises policiais*. Para entender sobre essa temática, é importante conhecer o significado do termo *crise.* O Curso de Gerenciamento de Crises desenvolvido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (DORIA JUNIOR; FAHNING, 2008, p. 5), define a expressão, no contexto policial, como um evento crítico ou decisivo. O documento ainda descreve crise como: “uma manifestação violenta e inesperada de rompimento do equilíbrio, da normalidade, podendo ser observada em qualquer atividade humana.” Pode ser entendido também como uma tensão ou conflito. Em um conceito policial, o mais tradicional deles refere-se ao descrito pela Academia Nacional do FBI[21], que descreve *crise* como: “um evento ou situação crucial que exige uma resposta especial da Polícia, a fim de assegurar uma solução aceitável” (DORIA JUNIOR; FAHNING, 2008, p. 5-6).

A partir desse entendimento, Santos, G. (2009, p. 19-22) considera *crise* uma

---

[21] *Federal Bureau of Investigation* (Departamento Federal de Investigação) dos Estados Unidos da América *(tradução nossa)*.

espécie do gênero **ocorrência de alta complexidade**, que ele explica como ocorrências policiais que superem a capacidade de resposta dos esforços ordinários de defesa social, com traços próprios de imprevisibilidade; ameaça direta à vida; necessidade de uma postura organizacional não rotineira e uma flexibilidade gerencial; clima de alta pressão psicológica; necessidade de articulação rápida; amplamente explorada pela mídia; conflitos de competência; e alto poder de desestabilizar a segurança subjetiva.

Dessa forma, o **Gerenciamento de Crises** pode ser descrito como uma metodologia que se utiliza de uma sequencia lógica para resolver problemas que são fundamentados em possibilidades. Para cada *crise*, características exclusivas são apresentadas, demandando soluções particulares, as quais exigem uma cuidadosa análise e reflexão, explica Sardinha (2008), Doria Junior e Fahning (2008). Todos integrantes do GATE, independente do posto ou graduação devem possuir o conhecimento amplo da gestão de eventos dessa natureza. Mais uma vez tem-se o conceito do FBI, que descreve o Gerenciamento de Crises como “[...] o processo de identificar, obter e aplicar recursos necessários à antecipação, prevenção e resolução de uma crise” (DORIA JUNIOR; FAHNING, 2008, p. 8).

Na perspectiva de Cotta (2009, p. 54), a partir do diálogo entre a prática cotidiana das atividades operacionais na ***cena de ação***[22] e os referenciais teóricos do campo acadêmico, sentiu-se a necessidade de sistematizar procedimentos, dando-lhes coerência e cientificidade. Em decorrência desse contexto, cunhou-se a expressão: *gestão de eventos de defesa social de alto risco.* Ressalta-se que os conhecimentos no campo do *gerenciamento de crises* não foram abandonados, contudo, segundo o autor, com esse novo conceito, buscou-se uma verticalização, um aprofundamento do olhar e da reflexão sobre a *cena de ação*, das intervenções policiais efetivas e do papel de cada profissional envolvido.

3.2.1 Eventos de Defesa Social de Alto Risco

Em uma perspectiva contemporânea, os integrantes das Forças Especiais de Polícia

[22] Conforme já esclarecido, refere-se ao local onde se desenrola o incidente crítico, anteriormente conhecido pelo termo militar de *teatro de operações* (COTTA, 2009, p. 55).

deverão ter conhecimento amplo sobre a gestão em eventos de alto risco. Nesse viés, definiram-se ***Eventos de Defesa Social de Alto Risco*** como:

> [...] as intervenções qualificadas em *incidentes críticos* que extrapolam o poder de resposta individual dos órgãos que compõem o Sistema de Defesa Social e, portanto, necessitam de intervenções integradas especiais com a utilização de equipamentos, armamentos, tecnologias e treinamentos especializados para o restabelecimento da paz social (COTTA, 2009, p. 55).

Essa nova estrutura inseriu a terminologia de ***incidentes críticos**,* os quais, segundo Cotta (2009, p. 55), são definidos como eventos que colocam em risco, de maneira mais contundente, as vidas dos cidadãos e dos servidores públicos, tais como: pessoas feitas reféns; pessoas mantidas por perpetradores por motivos passionais e/ou de vingança; infratores armados barricados; tentativas de autoextermínio; localização de artefatos explosivos e cidadãos infratores armados e organizados, todas essas, descritas no *portfólio* de serviços do GATE.

Pelas demandas apresentadas na gestão de *Eventos de Defesa Social de Alto Risco,* bem com no *portfólio* de serviços do GATE, aflora o pensamento de que a formação básica policial militar não é suficiente, a fim de fornecer os conhecimentos e habilidades necessárias para correta atuação nas circunstâncias de alto risco. As descrições dos *incidentes críticos* reforçam a ideia da atuação do GATE apenas após terem sido esgotados todos os meios disponíveis, o que naturalmente expõe os operadores das FEP a situações geradoras de *estresse policial*. Isso indica que não há que se falar em métodos de capacitação superficiais, que deixem dúvidas se as decisões certas serão ou não tomadas no momento da ação. A seleção e o treinamento das FEP devem ser consistentes, para que as possibilidades de falhas sejam reduzidas ao máximo.

3.3 As alternativas táticas no contexto policial militar

Dentro do contexto sistêmico das FEP no Estado de Minas Gerais, é fundamental que o GATE trabalhe com as estruturas disponíveis em relação a *alternativas táticas.* Esse termo, segundo Santos, G. (2009, p. 43), significa a forma, a maneira, o modo e as opções que o comandante da operação possui para dar uma solução aceitável ao *incidente crítico.* Nesse viés, são propostas algumas alternativas para

contribuir na gestão do evento.

Como alternativa inicial, que permeia todas as outras, tem-se a **Negociação**, que, segundo Santos, G. (2009, p. 43) e Sardinha (2008), refere-se a um processo técnico e científico que se utiliza da verbalização técnica e tática para levar ao perpetrador do *incidente crítico* à proposta do comando, a fim de que se resolva a situação de maneira pacífica sem utilizar as demais alternativas. Possui, ainda, o papel de intermediar o contato dos perpetradores com o comandante da *cena de ação* (DORIA JUNIOR, 2008, p. 94).

As **Técnicas ou Tecnologias não letais** são consideradas uma alternativa tática que consiste no emprego de materiais, equipamentos e agentes que, diretamente, não causam a morte de uma pessoa, mas que possibilitam uma ação por parte da polícia, a fim de viabilizar uma solução da crise com o uso mínimo da força (LUCCA, 2002; ROMANHA, 2009).

Tem-se ainda a figura do ***Sniper***, também definido como atirador de elite e responsável pelo *tiro de precisão,* denominado por alguns autores como *tiro de comprometimento*. Essa alternativa, segundo Romanha (2009), consiste na utilização de um disparo letal de alta precisão em um alvo predeterminado, a fim de libertar um refém. Para Santos, G. (2009), há a possibilidade também de se utilizar um tiro tático de comprometimento, a fim de auxiliar um possível adentramento da equipe de invasão tática.

Por fim, tem-se a **Invasão Tática** que consiste em um conjunto de técnicas, as quais permitem a uma equipe de policiais altamente treinados e sincronizados a adentrarem e ocuparem uma edificação, de modo a neutralizar a ação de um perpetrador que lá se encontre (ROMANHA, 2009). Representa a alternativa mais perigosa, devendo ser utilizada, em regra, somente quando não houver mais possibilidades de encerramento do IC, sem que se comprometa a vida dos reféns. Para a equipe de Invasões Táticas atuarem, o risco deve ser insuportável ou ainda quando, na situação em andamento, houver uma grande possibilidade de sucesso por parte dos operadores (LUCCA, 2002).

As alternativas táticas descritas devem ser conhecidas e estudadas por todos integrantes das FEP, podendo ser utilizadas em conjunto ou de maneira isolada, a critério do comandante da operação, conforme a situação exigir. Fica nítido que todas apresentam um envolvimento direto com a vida, seja do policial, da vítima ou do infrator, fazendo com que tais eventos carreguem grande carga de tensões.

3.4 As situações de alto risco como geradoras de estresse policial

Após a descrição dos serviços a serem desenvolvidos pelo GATE, percebe-se que a realidade operacional das FEP, que atuam em situações de alto risco, nas quais os demais esforços foram ineficazes, possui uma carga de estresse acima do normal. Segundo Lima (2007), há estudos que revelam que a profissão policial é a mais estressante do mundo. Em outra obra, Lima (2002) defende que os policiais, como todos os seres humanos, experimentarão reações emocionais fortes em um *incidente crítico*. A tentativa em negar frequentemente este fato leva os policiais a sofrer em silêncio, não buscar ajuda, e em alguns casos romper com seu estilo de vida e sua estrutura familiar. Segundo ele, acredita-se que:

> [...] os policiais se dedicam toda a sua carreira preparando-se para os piores cenários possíveis. A consequência desses **treinamentos** aliados à rotina e aos eventos diários ou eventuais leva os policiais a um condicionamento que pode se tornar uma obsessão com a adição dos treinamentos e a realidade (LIMA, 2007, p. 68, *grifo nosso*).

A natureza das intervenções que as FEP realizam, levam a pensar que a proximidade com a possibilidade de morte nas ações provoca reações emocionais ainda maiores. Ao fazer um estudo sobre os pilotos de caça, Dejours (1992, p. 82) descreve a impressionante exigência que há sobre esses profissionais, fator semelhante aos operadores das FEP. Ele explica que o funcionamento do homem com a máquina exige a perfeição. Ele esclarece:

> A menor falha neste mecanismo complexo pode, em uma fração de segundo, significar a morte. [...] Essa proximidade permanente com a morte, da interdição das falhas materiais, físicas ou psíquicas emerge uma ansiedade que só tem equivalente na dimensão fora do comum dos RISCOS que comporta uma missão aérea (DEJOURS, 1992, p. 82).

Tem-se ainda o entendimento de Bartholo (2007), a qual relata que não é o contato

com o estímulo agressor em si que caracteriza o estresse, mas sim a reação do indivíduo em resposta a determinado estímulo capaz de colocá-lo sob pressão. Em seus estudos a autora esclarece que um estímulo estressor traumático ou incidental é caracterizado quando existe grave ameaça à integridade física, risco de morte e morte de fato, gerando como resposta nos indivíduos que testemunharam ou enfrentaram o agente, forte impacto emocional negativo, distinguido pelo medo, terror e impossibilidade de defesa.

Depois de selecionado, treinado e apto a atuar nas atividades de OEP, o policial estará diante de situações que naturalmente provocam tensão e estresse. Lima (2002) descreve que o trabalho de manutenção da ordem e execução da lei é de estresse absoluto. Assim, o policial que atua nas atividades de OEP está ainda mais próximo a situações extremas nas quais há risco de morte, real ou imaginário, as quais, segundo Bartholo (2007), tendem a causar transtornos psicológicos e de comportamentos.

Toda essa abordagem no campo da psicologia visa demonstrar que a natureza dos serviços relacionados às OEP exige uma capacitação dos operadores das FEP rigorosa e diferenciada, reforçando as competências comportamentais e a resistência mental, a fim de permitir aos envolvidos no processo suportar a carga exigida na gestão de um *evento de defesa social de alto risco,* bem como evitar reações inesperadas e equivocadas durante intervenções em *incidentes críticos*.

4 O RECRUTAMENTO E A SELEÇÃO

O recrutamento e a seleção são processos que trabalham em sintonia para se alcançar os objetivos da instituição, devendo ser tomados como duas fases de uma mesma atividade: a introdução de talentos humanos na organização. Entretanto, neste estudo, em que pese haver o recrutamento e a seleção da PMMG, para se incorporar a um dos quadros de acesso, considerar-se-á o GATE como uma Unidade que se exigirá também processos de recrutamento e seleção internos. O recrutamento é entendido como um conjunto de técnicas e procedimentos que visa a atrair candidatos potencialmente qualificados e capazes de ocupar cargos dentro da organização (CHIAVENATO, 2010, p. 115). A seleção, por sua vez, é entendida como uma escolha a partir de critérios e objetivos bem definidos. Seja ela temporária ou definitiva, busca-se nas FEP profissionais que, sobretudo, tenham o chamado *perfil* às atribuições que tal grupamento exige.

Segundo Denécé (2009, p. 343), o objetivo da seleção nas Forças Especiais consiste em distinguir *“the right stuff”*, ou seja, os indivíduos realmente aptos a se tornarem forças especiais, defendendo ainda que o treinamento desse profissional é um processo sem fim. Chiavenato (2009, p. 106), por sua vez, define a seleção de talentos humanos como “a escolha do homem certo para o cargo certo [...] visando manter ou aumentar a eficiência e o desempenho do pessoal, bem como a eficácia da organização.” McNab (2002a, p. 18-21) reforça que nas unidades de FE, que também se aplica às FEP, buscam-se indivíduos com capacidade mental de dominar-se num cenário de vida ou morte.

Dentro desses conceitos que será inicialmente estudado os processos de criação de uma FEP, para, posteriormente, conhecer o perfil adequado do operador, a fim de se idealizar o operador dessas forças e selecioná-lo dentre o universo Policial Militar.

4.1 A criação de uma Força Especial de Polícia

A criação de uma FEP exige critérios rigorosos que garantam a manutenção do grupo, deixando-os aptos a atuar em qualquer situação. Segundo Oliveira (2005, *apud* BARBOZA, 2010, f. 23), todas as forças policiais, sejam elas militar, civil ou

federal, têm seus grupos especiais, sendo seus conceitos de atuação semelhantes ao dos grupos estrangeiros, e tendo como proposta a “realização de missões especiais não rotineiras, que necessitem da utilização de armas, técnicas e táticas especiais, não disponibilizadas aos policiais comuns.”

Um grupo de operações especiais policiais deve ser formado sobre bases sólidas, pois atuarão em missões em que falhas não serão toleradas. Betini e Tomazi (2010, p. 28) ressaltam que “um erro poderá significar **a sua extinção e a instituição à qual pertence ficará, para sempre, maculada**.” Para que se reduzam as probabilidades de cometimento de erros em operações é preciso “aliar **o homem certo**, o equipamento adequado e o **treinamento ideal**.” O grupo deve ter uma doutrina e fundamentos bem definidos. Nesse capítulo, buscamos recrutar e selecionar o homem certo, para assim, repassar o treinamento ideal.

Almeida (2003, f. 74), corroborado por Betini e Tomazi (2010, p. 30-31), repassa a informação de que uma FEP caso não esteja atendendo ocorrências típicas, deverá estar treinando ou dando treinamento, visando aprimorar os princípios da velocidade, surpresa e precisão. Almeida defende que:

> [...] é fundamental que o Grupamento treine exaustivamente, considerando que o treinamento de outras Frações é uma forma de auto-treinar, uma vez que os segmentos ordinários são fundamentais no gerenciamento das ocorrências de alta complexidade e atuam na esfera de sua competência, conjuntamente com o GME[23]. Portanto, se o Grupamento não estiver operando, deverá estar treinando ou dando treinamento, caso contrário, possivelmente, não estará em condições de atuar satisfatoriamente nas ocorrências típicas (ALMEIDA, 2003, f. 74).

Segundo Lucca (2002, f. 32), criar uma FEP para atuar na gestão de *incidentes críticos* é muito mais que “selecionar alguns homens, dar-lhes um uniforme e uma viatura diferenciada e designar um brasão ou dístico como nome de um animal de rapina ou da ordem dos felinos.” Ele também esclarece que é necessário que o contexto social e a mentalidade dos profissionais de segurança pública entendam e admitam a existência de uma equipe que possua somente três momentos: **treinar, dar treinamento e operar** (LUCCA, 2002, f. 32).

---

[23] Grupo de Missões Especiais, nomenclatura descrita por Almeida (2003, f. 74).

4.2 O perfil do policial integrante das Forças Especiais de Polícia

A palavra perfil traz a definição de conjunto de traços psicológicos ou habilidades que tornam alguém apto para determinado posto, encargo ou responsabilidade. Segundo Lucena (2007, p. 115) o *perfil profissional,* também chamado de *perfil profissiográfico* ou *perfil do cargo*, compreende o dimensionamento dos objetivos do cargo, do tipo de contribuição esperada, expressa nos resultados desejados. Estes indicadores orientarão a identificação das responsabilidades, conhecimentos, qualificações, experiências, habilidades e aptidões, requeridas pelos objetivos do cargo. São, portanto, condições para o desempenho do ocupante do cargo. O perfil profissional existe para complementar a descrição do cargo e serve para atender às necessidades do recrutamento e seleção.

O documento que delineia o *perfil do cargo*, conforme Xavier e Afonso (2010, p.103), é uma peça fundamental, porque não só influencia a escolha das fontes de recrutamento, mas também serve de ponto de referência para todo o processo seletivo.

Lucena (2007, p. 105), ao tratar dos ***cargos-chave*** e ***cargos críticos***, afirma que existem dois tipos de cargos críticos: de “natureza gerencial” e de “natureza técnica”. Tais conceitos estão relacionados às qualidades e ao impacto da contribuição esperada dos ocupantes desses cargos, vinculada diretamente às expectativas do negócio e aos resultados esperados, para o sucesso da empresa. Segundo a autora, para identificar um *cargo crítico* na instituição, ele deve se enquadrar nas seguintes características:

> a) o cargo não pode ficar vago, sob pena de provocar a descontinuidade do trabalho e prejudicar os resultados esperados;
> b) a capacitação profissional para seu desempenho é fundamental, não podendo ser improvisada, pois erros e/ou omissões não são tolerados, pelas consequências que podem advir, uma vez que o reparo desses erros não elimina suas consequências. Apenas evitará erros futuros;

c) a capacitação profissional exigida pelo cargo é de natureza criativa e inovadora, requerendo competência para enfrentar desafios e riscos de caráter empresarial, científico ou técnico. Geralmente esta competência consolida-se após um período razoável de desenvolvimento e experiência comprovada;
d) não há disponibilidade no mercado dos profissionais que preencham os requisitos de capacitação profissional necessários ao cargo. Há escassez no mercado e alto grau de competitividade entre as empresas que precisam destes profissionais;
e) o cargo é exclusivo da empresa, caracterizado por especialização decorrente da tecnologia utilizada pela empresa. Portanto, a capacitação profissional somente se desenvolverá na própria empresa.

É perceptível que os policiais militares transferidos ao GATE referem-se a *cargos críticos,* o que faz com que os processos de recrutamento, seleção e treinamento sejam criteriosamente acompanhados, a fim de se alcançar os melhores resultados de todo processo.

O Mapeamento de Competências da PMMG (MINAS GERAIS, 2003, f. 13) estabeleceu as Políticas para Modernização da Educação Profissional de Segurança Pública, visando promover mudanças para atender à demanda por segurança, dentro de uma perspectiva nova, que inclui a participação de diversos segmentos da sociedade junto à Polícia Militar. Este modelo envolve uma modificação do paradigma em vigor acerca do papel da polícia, tornando-a mais aberta, transparente e orientada para a comunidade. Surge então a proposta da criação de um perfil para o policial comunitário. Nesse contexto, deve-se buscar o perfil daqueles que atuam no GATE.

Das atividades descritas no Mapeamento de Competências da PMMG (MINAS GERAIS, 2003, f. 57), a que mais se aproxima às atividades realizadas pelo GATE estão descritas no item 6.7.3.4, que trata sobre “efetuar incursões e adentramentos”, em que pese a idealização do mapeamento ter sido voltada para a PMMG como um

todo. O Mapeamento de Competências da PMMG (MINAS GERAIS, 2003, f. 58) aponta aos profissionais que executam tais tarefas com as seguintes habilidades:

> - Administrar situações de conflitos e crises emocionais;
> - Identificar e controlar, intervir e tomar decisões em situações de risco;
> - Elaborar e interpretar mapas, croquis, etc.
> - Realizar rastreamento e progredir em terrenos;
> - Defender-se de agressões e imobilizar agressores;
> - Colher dados e identificar suspeitos e infratores;
> - Trabalhar em equipe, respeitando a disciplina tática.
>
> (MINAS GERAIS, 2003, f. 58)

É nítido que as situações acima descritas exigem profissionais com perfis e treinamentos diferenciados, a fim de suportar as tensões e estresse gerado diante das intervenções de natureza crítica. Dessa forma, para se integrar a uma FEP é necessária uma série de características fundamentais aos exercícios das atribuições de um grupo de OE. Araujo (2007. f. 62) ratifica essa idéia defendendo que:

> [...] a formação de um contingente voltado para atuação em ocorrências onde é necessário o emprego das forças policiais especiais não é tarefa fácil, pelo contrário sua complexidade exige a observância de alguns requisitos essenciais, pois para atuar nesse tipo de missão **é necessária uma formação especifica que, em face da sua abrangência, demanda tempo a seleção e formação de um profissional capacitado** (ARAUJO, 2007. f. 62, *grifo nosso*).

Araujo (2007. f. 64) esclarece ainda que devido às características das OE, o policial militar integrante das FEP deve possuir características essenciais para pertencer a esse contingente altamente qualificado. Ao discorrer sobre a formação dos operadores das FEP, Lucca ([200-], f. 2) trata de algumas características exigentes nos profissionais dessa área. Ele relata:

> [...] exigir altíssima **DISCIPLINA E PRONTIDÃO** é importante, pois disso se necessita nas missões; **TRABALHAR EM EQUIPE** com a máxima atenção e segurança é fundamental e disso se necessita nas missões; ter **VIGOR FÍSICO E RESISTÊNCIA À FADIGA** é imperativo, pois se necessita nas missões; ter **CONTROLE EMOCIONAL** para trabalhar sob pressão é indispensável, pois se necessita nas missões; **SUPORTAR LONGOS PERÍODOS SEM SE ALIMENTAR OU SE HIDRATAR**, sem perder a concentração é uma vivência que vale a pena passar pois acontece em algumas missões e disso tudo se conclui que, forjado dessa maneira, aumentarão as chances de sobrevivência e a possibilidade de cumprir a missão a contento. [...] o **VOLUNTARIADO** é algo recomendado e característico de uma Tropa de Elite, até porque, as exigências e as vicissitudes das missões exigem um "algo a mais" e dessa forma a observância do critério do voluntariado facilita em muito o "funcionamento das coisas" (LUCCA, [200-], f. 2, *grifo nosso*).

Outro importante estudo foi o realizado por Oliveira (2005, *apud* BARBOZA, 2010, p. 40-41), que com o apoio do setor de psicologia da Polícia Federal (PF), propôs estabelecer o *perfil profissiográfico* dos policiais integrantes do Comando de Operações Táticas (COT)[24], desenvolvendo uma pesquisa junto aos mais antigos integrantes deste grupo, para que os mesmos descrevessem quais seriam os atributos físicos e psicológicos desejáveis que um policial do COT deveria possuir. Tal perfil pode também ser aplicado aos grupos de operações especiais das instituições que compõem o sistema de segurança pública nacional, fato que, segundo Cotta (2010), justifica o conceito único de FEP. Oliveira (2005, *apud* BARBOZA, 2010, p. 40-41) chegou à seguinte conclusão:

- **CONTROLE EMOCIONAL:** capacidade em identificar as próprias emoções diante de um estímulo, controlando-as de forma a não interferir em seu comportamento;
- **INICIATIVA DE AÇÃO EM SITUAÇÃO DE STRESS:** capacidade de executar ações em ambientes fortemente estressantes tanto emocional como fisicamente;
- **INICIATIVA:** capacidade em propor e por em prática novas atitudes e/ou ideias;
- **AUTODISCIPLINA:** capacidade em cumprir suas obrigações profissionais e pessoais por vontade própria;
- **ORGANIZAÇÃO PESSOAL:** capacidade de cuidar, com segurança, organização e asseio de seus pertences pessoais e profissionais;
- **MEMÓRIA:** capacidade de guardar na mente imagens, sons e principalmente fisionomias, tornando-as disponíveis para lembrança imediata;
- **CONDICIONAMENTO FÍSICO:** capacidade física superior à média para executar suas funções operacionais por longos períodos sob tensão e fadiga;
- **CAPACIDADE DE TRABALHAR EM EQUIPE**: habilidade de trabalhar em harmonia diariamente com o mesmo grupo;
- **INTELIGÊNCIA:** capacidade para incorporar novos valores e conhecimentos e reestruturar conceitos já estabelecidos;
- **AUTOCONFIANÇA:** presença de espírito e domínio dos próprios recursos, ato de acreditar em si mesmo;
- **CAPACIDADE DE LIDERANÇA:** habilidade em coordenar grupos em todos os seus aspectos;
- **LEALDADE:** identificar-se com o grupo e com seus objetivos, defendendo-os de medidas externas. Ser leal aos comandantes e aos demais integrantes da equipe;
- **RESISTÊNCIA À FRUSTRAÇÃO:** capacidade em manter suas atividades em bom nível, mesmo quando privado da satisfação de uma necessidade pessoal em determinada situação profissional e pessoal;
- **AGRESSIVIDADE CONTROLADA**: adequado discernimento quanto ao uso da força física para que sejam atingidos seus objetivos profissionais dentro dos limites legais;
- **CORAGEM:** capacidade em enfrentar e superar situações perigosas obedecendo às regras de segurança;

[24] Representa o grupo de operações especiais da Polícia Federal (BETINI; TOMAZI, 2010, p. 33).

- **OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA:** capacidade no cumprimento de ordens e regras estabelecidas sem questionamentos;
- **DOMÍNIO PSICOMOTOR:** capacidade de movimentar o corpo com equilíbrio, atendendo às solicitações psíquicas e/ou emocionais;
- **RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL**: capacidade na tomada de decisões e no assumir suas consequências;
- **RESPONSABILIDADE COLETIVA**: capacidade de praticar atos de solidariedade para com o grupo;
- **FIDELIDADE ÀS TÉCNICAS:** rigorosa observância às técnicas policiais utilizadas pelo grupo;
- **DEVER DE SILÊNCIO:** capacidade em guardar segredos das ações realizadas pelo grupo, ou seja, deve ser entendido como sigilo profissional da função, não deve servir para defender erros da corporação, mas sim para resguardar a eficiência da operação;
- **ADAPTABILIDADE:** habilidade em adaptar-se às mais diversas situações;
- **FLEXIBILIDADE:** capacidade de agir com desenvoltura nas mais diversas situações e/ou idéias;
- **MATURIDADE:** desenvolvimento físico e psicológico em conformidade com a idade cronológica;
- **DINAMISMO:** capacidade no desenvolvimento de atividades intensamente;
- **FLUÊNCIA VERBAL:** capacidade de comunicação de forma compreensível e agradável;
- **SOCIABILIDADE:** capacidade de convivência em grupo proporcionando possibilidades de trocas afetivas;
- **IMPARCIALIDADE:** capacidade de, com isenção, agir e tomar decisões de maneira objetiva;
- **CAPACIDADE DE CONCENTRAÇÃO E ATENÇÃO:** capacidade de registrar mentalmente de forma minuciosa, fatos e/ou idéias;
- **TOLERÂNCIA:** capacidade em lidar e/ou aceitar ideias e decisões divergentes da sua;
- **PRUDÊNCIA:** capacidade em agir e tomar decisões, considerando o grau de risco para si próprio e para terceiros;
- **SENSO CRÍTICO:** conhecimento dos limites entre a razão e o ridículo. Infelizmente existem alguns grupos policiais que se alto intitulam de operações especiais, cujos integrantes não possuem a menor qualificação técnica, ou quando muito, buscam esta qualificação em instituições particulares, além disso, em vez de observarem questões relativas à discrição que tais grupos devem ter, utilizam-se de indumentárias diferenciadas ou então adotam um comportamento espalhafatoso e arrogante em relação a outros policiais ou em relação à sociedade. Gostam realizar ações hollywoodianas e sem propósito com o fim de chamarem a atenção para si;
- **HUMILDADE:** capacidade em aceitar suas limitações e valorizar o conhecimento dos outros;
- **OBJETIVIDADE:** capacidade em executar tarefas de maneira simples clara e objetiva;
- **PERSPICÁCIA:** habilidade para entender ideias e ordens rapidamente, utilizando-se de poucas evidências;
- **COMPROMISSO DE MATAR:** capacidade de utilizar a força letal nas condições de legítima defesa própria e de terceiros em tempo adequado. (OLIVEIRA, 2005, *apud* BARBOZA, 2010, p. 40-42, *grifo nosso*).

O mesmo estudo aponta características negativas que, se detectadas em candidatos às FEP, devem ser retirados do processo seletivo, ou, aflorando tais atributos a integrantes já pertencentes às equipes de elite, esses também devem ser substituídos. São elas:

- **INDIVIDUALISMO:** tendência em tomar posicionamentos e atitudes sem considerar a opinião dos outros;
- **INSEGURANÇA:** falta de confiança e firmeza para agir, medo em tomar decisões;
- **PREPOTÊNCIA:** tendência em agir como se fosse o dono da verdade;
- **SEDENTARISMO:** inaptidão para a prática regular de exercícios;
- **ALCOOLISMO:** consumo exagerado de bebida alcoólica;
- **USO DE DROGAS:** indevido e crônico uso de substância causadora de dependência física ou psíquica;
- **ANSIEDADE:** preocupação antecipada, que culmina com a aceleração das funções orgânicas, de modo a afetar sua capacidade de reação diante de situações estressantes;
- **IRRITABILIDADE:** tendência à constante mudança de humor ou perda do controle emocional.
- **INSOCIABILIDADE:** dificuldade de relacionamento com outras pessoas, de modo a comprometer o trabalho em equipe e as relações interpessoais;
- **IMPULSIVIDADE:** incapacidade no controle das emoções e tendências a reagir de forma brusca e intensa, diante de estímulos internos e externos;
- **NEGATIVISMO:** percepção negativa da realidade ou de si mesmo;
- **FANATISMO:** adesão cega e dedicação excessiva a uma doutrina;
- **FOBIAS:** medo irracional ou patológico de situações específicas como animais, altura, água, sangue, fogo e etc., que levam o indivíduo a desenvolver crises de pânico.
  (OLIVEIRA, 2005, *apud* BARBOZA, 2010, p. 40-42, *grifo nosso*).

Denécé (2009, p. 344-345) defende que os integrantes das FE devem possuir certo grau de rusticidade, ou seja, capacidade de se adaptar e trabalhar em qualquer ambiente sem necessitar de um mínimo de conforto, o que também se aplica às FEP. Segundo o autor, os recrutadores interessam-se principalmente pelos candidatos que demonstram cinco qualidades psicológicas: “autonomia, aptidão para o trabalho em equipe, capacidade de exercer seu julgamento em ambiente fortemente estressante, capacidade de adaptar-se às circunstâncias e autodisciplina.” Tais qualidades são também interpretadas por Barboza (2010, f. 45) da seguinte forma:

- **AUTONOMIA:** em determinado momento o operador especial estará sozinho sem algum superior hierárquico a lhe dar ordens, sendo assim, deverá ter iniciativa para encontrar recursos e meios adequados para prosseguir no cumprimento da missão;
- **APTIDÃO PARA O TRABALHO EM EQUIPE:** o operador juntamente com seus colegas deve ter a capacidade para preparar e apresentar uma solução tática para o cumprimento da missão que lhes foi confiada;
- **CAPACIDADE DE EXERCER SEU JULGAMENTO EM AMBIENTE FORTEMENTE ESTRESSANTE EM UM CONTEXTO DE INTENSA FADIGA FÍSICA:** este tipo de situação permite que os instrutores avaliem aqueles que acompanham, os que conduzem e os que vão sair por pouco;
- **CAPACIDADE DE ADAPTAÇÃO ÀS CIRCUNSTANCIAS**: consiste em que os treinadores e instrutores de equipes de operadores especiais não revelem o programa previsto e observem a reação dos candidatos;
- **AUTODISCIPLINA:** deve ser complementada por uma boa dose de humildade, uma vez que em unidades especiais o peso da hierarquia é

> menor que em unidades clássicas, ou seja, devido ao fato de todos os integrantes da equipe estarem no mesmo nível técnico de conhecimento as decisões devem ser discutidas por todos, objetivando a busca da solução mais aceitável (DENÉCÉ, 2009, p. 343, *grifo nosso*).

Segundo Leão (1993, *apud* RODRIGUES; PIRES, 2006, f. 47), o perfil do policial para atuação em OEP, tendo em vista as missões que irá desempenhar, deve compreender:

- **ATRIBUTOS MORAIS:** honestidade, lealdade, humildade, companheirismo, senso autocrítico, comportamento social discreto;
- **ATRIBUTOS PSICOLÓGICOS:** autocontrole, resistência à fadiga psicofísica, coragem, ausência de traços sádicos e anomalias psíquicas, ausência de fobias, impulsividade e agressividade controladas, iniciativa, capacidade de liderança, boa memória, raciocínio rápido, inteligência acima da média, boa cultura;
- **ATRIBUTOS FÍSICOS:** condicionamento físico acima da média, flexibilidade, agilidade, saber nadar e ter boa flutuabilidade na água, desinibição em alturas, boa adaptação a diferentes temperaturas;
- **ATRIBUTOS TÉCNICOS:** o "comando" deverá estar capacitado a adquirir e aperfeiçoar durante seu adestramento habilidades e conhecimentos que lhe capacitem a operar de forma independente. Pilotar defensiva e ofensivamente qualquer tipo de veículo (automóvel, motocicleta, caminhão), conduzir embarcações (a remo, a vela, a motor), pilotar aeronaves e helicópteros, montar a cavalo, manusear facas, noções de prontossocorrismo, medicações normais e alternativas, atirar bem e manusear todos os tipos de armas e munições, explosivos e demolições, sabotagens, topografia e orientação, pára-quedismo, transposição de obstáculos, alpinismo, operar vários tipos de comunicações, construir abrigos improvisados e armadilhas, técnicas de combate, assaltos e incursões, dominar línguas estrangeiras.

> (LEÃO, 1993, p. 12, *apud* RODRIGUES; PIRES, 2006, f. 47, *grifo nosso*).

Ressalta-se que todas as características e atributos descritos, visando apontar o perfil adequado ao operador das FEP, se assemelham com os Mandamentos das Operações Especiais que são:

> 1 - agressividade controlada;
> 2 - controle emocional;
> 3 - disciplina consciente;
> 4 - espírito de corpo;
> 5 - flexibilidade;
> 6 - honestidade;
> 7 - iniciativa;
> 8 - lealdade;
> 9 - liderança;
> 10 - perseverança;
> 11 – versatilidade.
> (BETINI; TOMAZI, 2010, p. 31).

Vale ressaltar que para compor uma FEP é fundamental que o policial tenha um

espírito de equipe. Segundo McNab (2002b, p. 79)[25], "o trabalho de equipa (*sic)* é essencial para o êxito, em particular para pequenas equipas (*sic)* de forças especiais a operar em ambientes hostis ou potencialmente hostis." Ele defende que as FE têm que confiar uns nos outros e no terreno implicitamente. Se o operador não desenvolver o espírito de equipe, vai privar a unidade da confiança mútua, desenvolvendo falhas nas suas defesas, as quais tornarão a equipe vulnerável. (MCNAB, 2002b, p. 81). Deve-se compreender a importância do trabalho em equipe para que as FEP sejam bem sucedidas. McNab (2002b) esclarece que:

> [...] as unidades de elite desenvolvem ou apontam essa atitude centrada na equipa *(sic)*, que **coloca o bem-estar dos outros em primeiro lugar e rejeita mentalidades egocêntricas ou concentradoras de atenção**. Isto não é dizer que uma natureza competitiva não tenha lugar dentro das forças de elite; a maior parte dos soldados de elite esforça-se por ser o melhor das suas unidades. No entanto, a história das operações de elite tenha mostrado que, a menos que uma unidade de forças especiais seja coerente como equipa *(sic),* a sua probabilidade de ser um êxito militar e atingir os seus objectivos *(sic)* é quase nula (MCNAB, 2002b, p. 82, *grifo nosso*).

O edital do COEsp/2011 sugere também algumas habilidades específicas dos policiais militares que desejam realizar o treinamento e, de forma subsidiária, ingressar no GATE. São elas:

> **1.3** Para atuar em Operações Policiais Especiais, o policial necessita possuir habilidades específicas para atuar em situações críticas, que tem por características o alto *stress*, condições climáticas adversas, necessidade de portar grande número de armamento e equipamentos, por vezes em jornadas extensas de trabalho, grandes deslocamentos e com racionamento de víveres, tempo reduzido para recuperação e descanso, transposição de obstáculos, natação utilitária, flutuação, desequipagem em meio aquático, passagem ou transposição de obstáculos a grandes alturas, dentre outros (MINAS GERAIS, 2011, f. 2).

O Plano de Treinamento do COEsp/2011 delimita os perfis do corpo discente e dos profissionais formados no curso:

> **4 PERFIL DO CORPO DISCENTE**
> **4.1** 30 (trinta) policiais integrantes da Polícia Militar de Minas Gerais, sendo: 06 (seis), Tenentes, 12 (doze) Sargentos e 12 (doze) Cabos/Soldados.
> **4.2** São requisitos para se inscrever ao curso:
> Os candidatos deverão cumprir todas as exigências do Edital do Concurso e estarem aptos em todas as atividades de seleção
> [...]

---

[25] As obras de McNab (2002) são traduzidas ao português de Portugal, ocasionando, em alguns casos, pequenas divergências linguísticas.

> **5 PERFIL DO PROFISSIONAL FORMADO OU TREINADO**
> Ao final do curso os militares estarão capacitados para atuarem nas intervenções realizadas pelo GATE, de acordo com a Diretriz Geral de Emprego Operacional da PMMG. Estarão aptos a se especializarem em uma das equipes táticas da Unidade: Esquadrão Antibombas, Time Tático, Time de Gerenciamento de Crises, Atiradores de Precisão ou Comando de Operações em Mananciais e Áreas de Florestas.
> (MINAS GERAIS, 2010d, f. 2).

O perfil do integrante de uma FEP é amplo. Os atributos acima referenciados não constituem na totalidade, entretanto demonstram o caminho a ser seguido nos mecanismos de recrutamento e seleção.

4.3 O Recrutamento e suas peculiaridades

As pessoas e organizações estão engajadas em um contínuo e interativo processo de atrair uns aos outros. O GATE, por meio do COEsp, tem recrutado policiais para que, se completarem o treinamento e possuírem o perfil adequado, incorporem à Unidade. Segundo Chiavenato (2009, p. 68), para que o recrutamento seja eficaz, deve-se atrair um contingente de candidatos suficiente para abastecer adequadamente o processo de seleção de pessoal que vem logo a seguir. O recrutamento visa suprir a seleção de pessoal com essa matéria-prima básica (candidatos) para seu funcionamento adequado. Segundo Gómez-Meijía e Candy (1995, *apud* CHIAVENATO, 2010, p. 115), recrutamento pode ser entendido também como:

> [...] processo de atrair um conjunto de candidatos para um particular cargo. Ele deve anunciar a disponibilidade do cargo no mercado e atrair candidatos qualificados para disputá-lo. O mercado do qual a organização tenta buscar os candidatos pode ser interno, externo ou uma combinação de ambos. Em outras palavras, a organização deve buscar candidatos dentro dela, fora dela ou em ambos contextos (GÓMEZ-MEIJÍA; CANDY, 1995, *apud* CHIAVENATO, 2010, p. 115).

Segundo Gil (2008, p. 93), o recrutamento é feito com base na descrição da função, ou seja, o selecionador define o perfil do indivíduo adequado para preenchê-la. A partir daí, cabe-lhe determinar onde poderão ser encontrados os candidatos mais adequados. Passa-se, então, ao recrutamento, que consiste num processo que visa atrair candidatos potencialmente qualificados e capazes de ocupar cargos dentro da organização.

Chiavenato (2009, p. 69-70) explica que o problema básico do recrutamento é diagnosticar e localizar as fontes supridoras de talentos humanos no mercado, no nosso caso, dentro da PMMG. A partir daí, verificar o que de fato interessa especificadamente, para assim concentrar os esforços do recrutamento. Assim, as fontes de talentos humanos são denominadas fontes de recrutamento, pois passam a representar os alvos específicos sobre os quais incidirão as técnicas de recrutamento. A identificação, escolha e manutenção dessas fontes irão gerar mananciais de candidatos que apresentam probabilidades de atender aos requisitos preestabelecidos pela Unidade. Tais processos poderão provocar os seguintes efeitos no recrutamento:

a) elevar o rendimento do processo de recrutamento, aumentando tanto a proporção de candidatos/candidatos triados para a seleção, bem como a proporção de candidatos/empregados admitidos;
b) diminuir o tempo do processamento do recrutamento;
c) reduzir os custos operacionais de recrutamento, por meio da economia na aplicação de suas técnicas.

Existem dois tipos de recrutamento, explica Xavier e Afonso (2010, p. 82), o **Recrutamento Interno,** realizado entre profissionais que já trabalham para a organização, e o **Recrutamento Externo,** que visa buscar profissionais de fora da organização. Naturalmente, trabalharemos com o Recrutamento Interno, haja vista que para incorporar ao GATE é necessário que o profissional já seja policial militar integrante da PMMG.

4.3.1 O Recrutamento Interno

Segundo Chiavenato (2010, p. 114-115), o Recrutamento Interno atua sobre os candidatos que estão trabalhando dentro da organização para promovê-los ou transferi-los para outras atividades mais complexas ou mais motivadoras. Ele está focado em buscar competências internas para melhor aproveitá-las, funcionando, no nosso caso, por meio de transferências, ou seja, “cargos do mesmo nível, mas que envolvam outras habilidades e conhecimentos da pessoa e situados em outra área

de atividade na organização." Vale ressaltar que no estudo específico, após recrutar e selecionar, o policial receberá um treinamento específico e, se completá-lo, poderá ser transferido para o GATE.

Dentro do viés de atrair candidatos às vagas disponíveis ao GATE, sobretudo por intermédio do COEsp, que atualmente representa a porta de acesso à Unidade, percebe-se com o edital do COEsp/2011 que o GATE busca recrutar policiais do seguinte universo:

> **1.4** O processo seletivo previsto neste edital tem por objetivo selecionar policiais militares da RMBH[26] para o COESP 2011, com uma turma mista (Oficiais e Praças), cuja finalidade é capacitar policiais militares ao desempenho de operações policiais especiais que exijam treinamentos específicos, conhecimentos teóricos e operacionais relativos à atividade especializada.
> **1.5** Serão oferecidas 30 (trinta) vagas, sendo 06 (seis) vagas para Tenentes (QOPM), 12 (doze) vagas para Sargentos (QPPM) e 12 (doze) vagas para Cabos e Soldados (QPPM), **sendo que estas vagas são destinadas exclusivamente a policiais militares da RMBH**.
> (MINAS GERAIS, 2011, f. 2).

A divulgação do edital é feita através da *IntranetPM*[27], bem como utilizando de cartazes afixados em Unidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Xavier e Afonso (2010, p. 85) tratam sobre o anúncio interno de vagas. Eles esclarecem que anunciar as vagas disponíveis na *intranet*, no jornal corporativo ou mesmo no mural da empresa pode ser uma importante ferramenta auxiliar de recrutamento. Conhecendo as oportunidades concretas, os funcionários podem indicar conhecidos ou candidatar-se eles mesmos às posições. Entretanto, eles explicam que alguns cuidados devem ser tomados:

> Anúncios internos exigem que a organização tenha uma política de administração de cargos (incluindo análise, descrição e especificação) muito bem estruturada e divulgada. Isto porque, caso algum candidato interno não seja aceito, o RH deve ser capaz de explicar claramente e com transparência as razões da recusa. Do contrário, corre-se o risco de se instalar um clima interno de desconfiança e descrédito quanto ao programa de recrutamento interno e à própria empresa (XAVIER; AFONSO, 2010, p. 85).

Xavier e Afonso (2010, p. 82-84) incluem ainda como fonte de recrutamento interno

---

[26] Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH.
[27] Representa uma versão privada de *internet,* destinada aos integrantes da PMMG.

o denominado ***Inventário de Talentos***[28]*,* que constitui em um arquivo com todas as pessoas da empresa, cadastradas segundo o cargo que ocupam, suas qualificações, habilidades e competências. O autor conta que muitas organizações utilizam a *intranet* para organizar esse cadastro. O funcionário recém-contratado insere seu currículo, geralmente em formulários de formato predeterminado e, depois, vai atualizando-o conforme: os treinamentos internos ou externos que realiza, as responsabilidades que passa a assumir ou eventuais transformações em sua rotina de trabalho. Dentro dessa fonte, deve se dar uma atenção especial aos chamados "*high potencials* ou *altos potenciais*". Segundo Brunna Veiga (XAVIER; AFONSO, 2010, p. 83), ***high potentials*** são:

> *High potentials* são profissionais que apresentam alto potencial para exibir novas competências essenciais ao plano estratégico e que serão preparados para assumir funções estratégicas (de liderança ou não) a médio e longo prazo (XAVIER; AFONSO, 2010, p. 83).

O grande desafio na identificação dos *high potentials* é que eles não exibem as competências hoje, e sim têm potencial para exibi-las no futuro. É fundamental a criação de mecanismos internos que monitorem os *altos potenciais* que adentram à corporação, para que, se necessário, sejam recomendados a participarem dos processos seletivos das FEP. Storani (2008, f. 44) exemplifica esse processo, o qual é utilizado no Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), esclarecendo que os soldados recém formados, egressos das Forças Armadas e possuidores de cursos considerados como equivalentes ao COEsp, são recrutados para servirem no BOPE.

Há também a fonte de recrutamento interno chamado de ***Quadro de Substituições,*** o qual, segundo Xavier e Afonso (2010, p. 83-84), aplica-se a posições específicas, referindo-se a uma estratégia para substituir rapidamente ocupantes de "*Key positions* ou *posições-chave"* da organização. Depois de mapeado as *posições-chave,* devem ser buscadas pelo menos dois possíveis substitutos para cada uma – os chamados sucessores.

[28] O APÊNDICE B apresenta um modelo de formulário de *Inventário de Talentos* para os cursos de formação da PMMG, a fim de elaborar um banco de dados para captar talentos em potencial a participar dos processos seletivos do GATE.

No caso do GATE, foi divulgado na *IntranetPM* o edital do COEsp/2011, especificando os requisitos necessários para se matricular no curso, os quais devem ser considerados para se elaborar os planos de recrutamento e seleção. São eles:

> **2 DOS REQUISITOS**
> **2.1** O militar deverá possuir os seguintes requisitos básicos para matrícula no curso:
> a) Ser 1º ou 2º Tenente (QOPM), Sargento, Cabo ou Soldado de Primeira Classe (QPPM), com pelo menos 01 (um) ano de efetivo serviço na atividade operacional, completados até a data de início do curso e no máximo de 15 (quinze) anos de efetivo serviço;
> b) possuir o ensino médio completo;
> c) estar classificado, no mínimo, no conceito B, com até 24 (vinte e quatro) pontos negativos;
> d) não ter sido sancionado, nos últimos vinte e quatro meses, por mais de uma transgressão disciplinar de natureza grave transitada em julgado ou ativada;
> e) estar aprovado na prova de conhecimentos do TPB, na prova prática com arma de fogo e no TAF;
> f) não estar submetido a Processo Administrativo Disciplinar (PAD), a Processo Administrativo Disciplinar Sumário (PADS) ou Processo Administrativo de Exoneração (PAE);
> g) não ter sofrido sentença condenatória, da qual esteja cumprindo pena, ou aguardando decisão em instância superior;
> h) ser habilitado para a condução de veículos, no mínimo, na categoria A ou B.
> (MINAS GERAIS, 2011c, f. 3).

Tais requisitos estão em sintonia com o que explica Chiavenato (2009, p. 81), ao descrever que o recrutamento interno exige o conhecimento prévio de uma série de dados e informações relacionados com os outros subsistemas, comprovando que cada candidato deve ser separadamente avaliado, a saber:

a) resultados obtidos pelo candidato interno nos testes de seleção a que se submeteu quando de seu ingresso na organização;
b) resultados das avaliações do desempenho do candidato interno;
c) resultados dos programas de treinamento e de aperfeiçoamento de que participou o candidato interno;
d) análise e descrição do cargo atual do candidato interno e do cargo que se está considerando, a fim de se avaliar a diferença entre ambos e dos requisitos adicionais que se farão necessários;
e) planos de carreiras ou planos de encarreiramento ou, ainda,

planejamento das movimentações de pessoal para se verificar a trajetória mais adequada do ocupante do cargo considerado;

f) condições de promoção do candidato interno (está apto a ser promovido) e de substituição (se o candidato interno já tem substituto preparado para seu lugar).

Por fim, Gil (2008, p. 94-98) sugere algumas estratégias de atrair candidatos ao recrutamento, as quais também são aplicáveis ao GATE. São elas:

> **Cartazes:** constitui um sistema de recrutamento de baixo custo e que costuma proporcionar rapidamente um bom número de candidatos;
> **Recomendação:** pode-se pedir a pessoas de dentro da empresa para indicar candidatos. Além de ser um meio econômico, a recomendação geralmente refere-se a pessoas com predisposição para aceitar o ambiente de trabalho;
> **Associações profissionais:** essas associações constituem-se em fóruns adequados para que seus membros possam trocar ideias, manter contatos profissionais e aperfeiçoar habilidades;
> **Anúncios:** é um procedimento bastante utilizado porque atrai muitos candidatos;
> **Internet:** Apesar de sua eficiência, a utilização da Internet para fins de seleção encontra, ainda, muita resistência por parte das empresas. Também se costuma considerar que as pessoas de meia idade não apresentam muita intimidade com a internet, o que faz com que muitos talentos fiquem de fora (GIL, 2008, p. 94-98, *grifo nosso*).

Sendo assim, observa-se que de modo geral, segundo Chiavenato (2009, p.101), o recrutamento constitui a maneira pela qual a organização atrai os candidatos no mercado. Representa basicamente uma atividade convidativa e de intenso relacionamento com o público em geral. O recrutamento do GATE pode ser facilitado e incrementado na medida em que a imagem e o prestígio da Unidade crescem no contexto ambiental. Quase sempre a preferência dos candidatos recai em organizações com reputação de serem os melhores lugares para se trabalhar e de renomada responsabilidade corporativa social.

4.3.2 Avaliando o Recrutamento

Após realizar todo processo de atração de candidatos às vagas oferecidas, é importante a medição da eficiência e eficácia do processo de recrutamento, o qual pode ser feito por meio dos seguintes indicadores, os quais são descritos por Chiavenato (2009, p. 101):

> a) **Quantidade de candidatos que se apresentam:** é um valor absoluto que mede o volume de candidatos atraídos pelo processo de recrutamento;
> b) **Qualidade dos candidatos que se apresentam:** é um valor relativo que mede a adequação dos candidatos atraídos pelo recrutamento em relação às expectativas da organização. Pode ser medido pela relação entre candidatos submetidos posteriormente ao processo de seleção e os candidatos rejeitados na triagem inicial. Leva em consideração a margem de erro na atração dos candidatos;
> c) **Rapidez na apresentação dos candidatos:** é uma medida da velocidade do tempo em que se processa o recrutamento e a oferta de candidatos atraídos;
> d) **Custo do recrutamento:** é uma medida financeira do custo de atrair candidatos. Existem técnicas de recrutamento caras (como o recrutamento por meio de agências de emprego especializadas) e técnicas baratas (como a apresentação espontânea de candidatos). Quando o recrutamento é sofisticado e envolve candidatos de alto nível deve envolver necessariamente a adoção de técnicas mais sofisticadas e caras para garantir a precisão e rapidez do processo (CHIAVENATO, 2009, p. 101, *grifo nosso*).

Como visto, a tarefa do recrutamento é a de atrair com seletividade, mediante várias técnicas de divulgação para candidatos que possuam os requisitos mínimos do cargo a ser preenchido, enquanto a tarefa da seleção, que estudaremos a seguir, é a de escolher e filtrar, entre os candidatos recrutados, aqueles que tenham maiores probabilidades de se ajustar aos cargos vagos. Chiavenato (2009, p. 105) encerra dizendo que o objetivo básico do recrutamento é abastecer o processo seletivo de sua matéria-prima básica: os candidatos a serem processados.

4.4 A Seleção de Pessoal

Como visto anteriormente, após o recrutamento, a seleção de pessoal visa escolher e classificar os candidatos às necessidades da organização. Segundo Chiavenato (2010, p. 106), a seleção de pessoas funciona como uma espécie de filtro que permite que apenas algumas pessoas possam ingressar na organização. A seleção busca, dentre os vários candidatos recrutados, aqueles que são mais adequados aos cargos existentes na organização ou às competências necessárias.

Xavier e Afonso (2010, p103) esclarecem que na verdade, “a seleção nada mais é do que uma comparação entre o perfil do cargo e o perfil de cada candidato; o selecionado será aquele cujas características mais coincidam com as desejadas.” Bueno (1999, p. 27), por sua vez, reforça que a seleção de pessoas é uma responsabilidade eminentemente gerencial, ou seja, “cabe a cada chefe, a cada

gerente, a cada líder ter competência para escolher com que vai trabalhar.”

Wilson (2010a) considera que os procedimentos de seleção para as FE na vertente militar, que também se aplica às FEP, são difíceis, para certificar de que apenas os recrutas com grande resistência física e mental obtenham êxito. Segundo ele, tratam-se de homens e mulheres que podem se manter em curso enquanto outros queiram desistir, e que têm a inteligência para operar armas e ferramentas sofisticadas. Os dois maiores obstáculos enfrentados por um candidato às unidades de FEP são: “primeiro, encontrar coragem para ‘experimentar’ e segundo, se manter firme quando as coisas ficam difíceis” (WILSON, 2010a, p. 24). Uma vez compreendido as finalidades da seleção de pessoal, restam saber quais técnicas são mais apropriadas e utilizadas para a seleção de forças especiais.

4.4.1 Métodos de Seleção

A escolha correta dos métodos de seleção visa comparar os diferentes candidatos, com a finalidade de selecionar os potencialmente mais capazes. Segundo Gil (2008, p. 98) o método será válido quando for capaz de medir as características que realmente são importantes para o desempenho das atribuições do cargo que irá ocupar, aqui entendido como pertencer à FEP da PMMG. Para tanto, pode-se utilizar as seguintes técnicas descritas por Gil (2008, p. 98-110):

a) **análise dos currículos:** são instrumentos úteis para obtenção de informações. Porém, na maioria dos casos, são insuficientes para proporcionar uma visão real do candidato. Por isso, convém combinar seu uso com o de outras técnicas, como a entrevista, por exemplo;
b) **testes escritos:** recomenda-se a utilização de testes escritos para o preenchimento de cargos para os quais se requer conhecimentos específicos, bem como determinadas habilidades, como, por exemplo, a de redação;
c) **testes práticos:** os testes práticos são adequados para a avaliação das habilidades dos candidatos. São muito importantes para os cargos de natureza operacional ou

relacionados à produção, onde se confere ênfase especial aos aspectos psicomotores;

d) **testes psicológicos:** são instrumentos muito úteis para identificar as aptidões dos candidatos. Podem ser utilizados para avaliação do potencial intelectual dos candidatos, de suas habilidades específicas, bem como de seus traços de personalidade;

e) **entrevista:** é reconhecida como um dos mais úteis instrumentos de que se dispõe para a seleção de pessoal. Possibilita contato direto com o candidato, bem como a identificação de sua capacitação para exercer o cargo que se deseja preencher. Pode ser considerada o instrumento mais adequado para a obtenção de dados em profundidade;

f) **dinâmica de grupo:** consiste basicamente em colocar candidatos reunidos em um grupo diante de situações em que terão que demonstrar sua forma de reação. Também conhecida como uma *técnica vivencial*[29], ela mostra-se bastante adequada para avaliação de muitas características dos candidatos, tais como: liderança, iniciativa, capacidade para atuar sobre pressão, controle das tensões e da ansiedade, tomada de decisões, habilidade para lidar com situações de conflito.

O autor Chiavenato (2009, p. 126-155) também descreve algumas técnicas de seleção. Ele esclarece que após obter as informações acerca do cargo, as competências exigidas, as características do candidato, a ficha *profissiográfica*, o passo a seguir é a escolha das técnicas de seleção mais adequadas ao caso ou à situação. Chiavenato (2009) divide as técnicas em cinco grupos:

a) entrevista de seleção;
b) provas ou testes de conhecimentos ou de capacidade;
c) testes psicológicos;

[29] XAVIER; AFONSO, 2010, p. 125.

d) testes de personalidade;

e) técnicas de simulação.

Há também de considerar, além dessas técnicas apresentadas, a chamada de ***Investigação do histórico,*** a qual, segundo Xavier e Afonso (2010, p. 124), constitui em investigar o histórico das pessoas que podem vir a ingressar nos quadros da Unidade, não apenas para certificar-se de suas qualidade profissionais, mas também para averiguar questões como honestidade e bom relacionamento interpessoal. O objetivo não é investigar de forma secreta, mas sim deixar claro ao candidato que ele será examinado. Denécé (2009, p. 349) trata desse assunto com a nomenclatura de ***investigação de segurança,*** haja vista grande parte das missões das forças especiais serem confidenciais. É importante que os indivíduos selecionados apresentem todas as garantias de segurança antes de terem acesso a segredos.

Convém mencionar que devido às características públicas da instituição PMMG, tradicionalmente, os métodos de seleção nem sempre são os mesmos utilizados pelas empresas privadas. Por meio do edital do COEsp/2011 utiliza-se para fins de seleção quatro fases descritas da seguinte forma:

> **4 PROCESSO SELETIVO** [...]
> **4.1**
> **1ª Fase – Controle Fisiológico (CF)** de caráter eliminatório e será realizado na SAS da unidade do respectivo candidato ou unidade que a apóie, conforme calendário previsto neste edital. [...]
> **4.2**
> **2ª Fase – Testes Físicos**, de caráter eliminatório e classificatório que serão aplicados a todos os candidatos aptos na fase anterior, conforme calendário previsto neste edital, nas dependências da Academia de Polícia Militar (APM) e do Clube dos Oficiais da PMMG (COPM). Todos os testes físicos a serem aplicados são de fundamental importância para o curso e permitem o aferimento de várias capacidades biomotoras como velocidade, resistência, força, coordenação e flexibilidade. [...]
> **4.3**
> **3ª Fase – Prova de Tiro -** A prova de pistola, cal 9 mm, de caráter eliminatório e classificatório, será realizada no estande do CMB, sendo exigidos a todos os candidatos o módulo 17 da modulação de treinamento do Tiro Policial. [...]
> **4.4**
> **4ª Fase – Exame Psicológico -** Os militares convocados para esta fase serão submetidos a um exame psicológico para fins de acompanhamento durante o curso.
> (MINAS GERAIS, 2011, p. 5-8).

O Curso de Operações Táticas da Polícia Federal, requisito para integrar o COT, possui um método de seleção que alinha a maioria das estratégias de seleção descritas nesse capítulo. Em primeiro lugar é preciso que o policial seja voluntário. Segundo Betini e Tomazi (2010, p. 70-71), após uma criteriosa avaliação curricular, os candidatos são submetidos a exames de saúde, pesquisa sobre a vida funcional, testes físicos, avaliação psicológica e entrevista, para assim, serem autorizados a frequentar o curso. Durante o curso, os candidatos são observados no que tange as suas características e qualidades, como relacionamento em grupo, dedicação, profissionalismo, iniciativa, interesse e comprometimento. Segundo os autores, após esse período de convivência e observação, "os integrantes mais antigos e experientes votam na permanência ou não do novo *cotiano*[30]*,* avaliando se apresenta o perfil desejado ao grupo" (BETINI; TOMAZI, p. 78). Os candidatos mal avaliados são excluídos do grupo, a fim de garantir a uniformidade da equipe. Os autores afirmam que esse processo é realizado com imparcialidade e impessoalidade, não se admitindo vaidades nas avaliações, apesar da dificuldade em se aferir essa isenção. Ainda assim, após o ingresso ele passará por um estágio probatório com duração de 26 semanas, onde serão avaliados diversos itens, como convivência com o grupo e aplicabilidade dos conhecimentos obtidos com o Curso de Operações Táticas, além de ser submetido a Teste de Aptidão Física semestrais durante todo seu tempo de serviço na Unidade.

Nota-se que o edital do COEsp/2011 utiliza apenas alguns critérios de seleção, porém já demonstra um avanço em relação aos anos anteriores. Há de se considerar ainda que os critérios utilizados referem-se para o candidato iniciar o treinamento e, somente se aprovado, poderá ser transferido para o GATE. Entretanto, a seleção tradicional utilizada, por si só, não consegue filtrar candidatos com os perfis desejados. Nesse aspecto, surge uma reflexão que faz com que o processo de recrutamento e seleção seja, na verdade, utilizado de forma ampla, iniciado na inscrição ao processo seletivo e finalizado apenas após a conclusão do COEsp, utilizando-se das diversas técnicas ao longo de todo processo, assim como é realizado no COT. Dessa forma, buscará se alcançar a eficácia da organização, bem como a eficiência do operador das Unidades de FEP.

---

[30] Refere-se ao Policial Federal que concluiu o Curso de Operações Táticas (BETINI; TOMAZI, 2010).

4.4.2 A Seleção em Forças Especiais

A seleção em FE possui muitos exemplos que devem ser considerados pela força de segurança pública mineira, entretanto, pouco se tem escrito sobre esse assunto. Unidades como o Serviço Aéreo Especial Britânico, Forças Especiais Americanas, *SEALs*[31] e Forças Especiais Russas *Spetsnaz* têm ajustado modelos de excelência para as FE, conforme explica Wilson (2010a, p. 23). Os métodos de seleção e treinamento, embora cada Unidade tenha seu próprio programa, têm muitas similaridades em todo mundo. Segundo Wilson (2010a, p. 23), busca-se os seguintes atributos em uma seleção FE:

> As pessoas que escolhem os soldados de elite estão procurando dois principais conjuntos de qualidade. O primeiro é exigido em todos os campos de batalha de elite: **agressão, condicionamento físico e espírito de equipe**. O segundo conjunto de qualidades está relacionado com o **caráter**. [...] Assim, esses soldados devem ter um alto grau de **autodisciplina, motivação, inteligência e iniciativa**. Em combate eles devem ser confiáveis, autosuficientes e superentendidos *(sic)* de equipamentos modernos, armas, táticas de campo e muitas outras competências especializadas necessárias para seus trabalhos (WILSON, 2010a, p. 23, *grifo nosso*).

Percebe-se que esses atributos já foram discutidos na seção que trata do *perfil* dos FEP (seção 4.2) e que, mais uma vez, devem ser acompanhados ao longo de todo processo de recrutamento e seleção por meio das *técnicas de seleção*.

Ao se discutir sobre seleção de um grupo especial, Denécé (2009, p. 343) esclarece que até recentemente uma condição *sine qua non* era exigida para que se pudesse participar do processo de seleção: os voluntários deveriam ter pelo menos dois anos de experiência militar, entretanto, isso tem mudado devido ao desgaste rápido dos homens que engajam em outras Unidades e as propostas financeiras atraentes de empresas de segurança privada, fenômeno pouco comum na PMMG. Porém, algo é certo para Denécé (2009, p.343): quanto mais jovem for a recrutamento do candidato melhor. Dessa forma “a formação é mais rentável: mais jovens, os candidatos permanecem mais tempo nas unidades antes de atingir o limite de idade.”

---

[31] Força de Operações Especiais da Marinha dos Estados Unidos da América (WILSON, 2010a, p. 23).

Corroborando com o entendimento dos estudos que apontam o COEsp como parte integrante do processo de seleção, Denécé (2009, p. 244) esclarece:

> As provas do processo de seleção multiplicam situações de estresse, para discernir entre os que realmente se revelam capazes de reagir com calma em situações difíceis, apesar da fadiga e do desconforto. [...] considera-se que o integrante das forças especiais é um "cavalo de trabalho", mais capaz de esforço de longa duração do que um *puro-sangue,* apto a desempenhar bem em intervalos de tempo muito curtos (DENÉCÉ, 2009, p. 244).

O autor esclarece ainda que já nas primeiras fases do processo de seleção de Forças Especiais são criadas diversas situações com o objetivo de detectar fobias. "Qualquer que seja o estágio ou a especialidade, o processo de seleção para ingressar nas unidades especiais é longo e desafiador, física e psicologicamente" (DENÉCÉ, 2009, p 248).

Storani (2008, f. 44) relata que para ingressar no BOPE da PMERJ existem três portas de entrada, exclusiva para policiais militares: o Curso de Operações Especiais; o Curso de Ações Táticas; ou ser possuidor de alguma especialização requerida para diversas atividades das seções da unidade. Contudo, é fundamental ser voluntário, ser indicado por um integrante do BOPE e passar pelo crivo da Seção de Informações do BOPE. Independente da forma de ingresso à Unidade é comum que estes policiais busquem realizar o COEsp, pois concluir esse curso é estar no topo da hierarquia de valores de um sistema onde prevalece o *ethos*[32] guerreiro, "é ser reconhecido pelos demais, é se tornar referência", sentimento que fortalece a Unidade para o cumprimento de qualquer missão.

O processo de escolha do candidato adequado a integrar o GATE deve ser criterioso e bem definido, haja vista a gama de atribuições de risco que é exigida desse grupo. McNab (2002b, p. 79) defende que a seleção é um período que colocaria à prova até a resistência de um atleta profissional. Ele explica que "a intenção por trás desta severidade de treino é, em parte, ver se o recruta consegue combinar a dureza física

---

[32] *Ethos* representa um conjunto de costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento e da cultura, característicos de uma determinada coletividade, época ou região. É o conjunto de valores que permeiam e influenciam determinada manifestação, baseado em seus princípios e valores morais, transformando-se em costume, associado à ética (HOUAISS, 2007).

com a tenacidade mental, mesmo quando está sozinho, longe dos camaradas." Mesmo assim, o autor esclarece que a seleção tem que ser abordada com a máxima seriedade e requer capacidade de julgamento além de boa forma física para ser completada com êxito.

O objetivo da seleção em Forças Especiais, segundo McNab (2002b, p. 89), concentra-se na eliminação dos que não possuem as qualidades físicas certas, no entanto, está igualmente, se não mais, preocupada em descobrir os que **não possuem o caráter certo para ser um FE**. Ele esclarece que o menor sinal de fraqueza ou de indecisão por parte de um recruta durante a seleção será notado imediatamente pelo Sargento de Instrução Militar. Se for um padrão de personalidade, por menor que seja, o soldado é eliminado. Ele narra o seguinte durante um treino de seleção:

> Por vezes, o Sargento de Instrução Militar prepara algumas armadilhas cruéis aos recrutas, **para testar a sua força de carácter** *(sic).* Um dos testes mais comuns é quando o recruta chega ao seu ponto de encontro final, exausto tanto mental como fisicamente, e o Sargento lhe diz que a carrinha *(sic)* de transporte está, na verdade, a 16 Km num novo ponto de encontro e que o recruta terá de caminhar até lá. Na verdade, a carrinha *(sic)* está apenas a alguns quilômetros, mas o Sargento de Instrução Militar observará atentamente a reacção *(sic)* do recruta. **Se este repentinamente parecer perder o interesse ou a paciência,** então provavelmente será eliminado. **Se não se queixar a partir sem um murmúrio,** então estará a comportar-se da forma que o Sargento quer (MCNAB, 2002b, p. 89-91, *grifo nosso*).

É fundamental em um operador de uma Unidade de FEP que este tenha **motivação** e **determinação***,* porém, detectar e observar desvios desses atributos não é tão simples durante um processo de seleção. McNab (2002b, p. 91) explica que durante um teste de seleção os pensamentos dos candidatos podem começar a ouvir vozes que dizem: "vá, desiste". Na verdade, o responsável pela instrução pode facilitar com que esses sentimentos sejam aflorados. À medida que o recruta chega a cada ponto de encontro, o instrutor diz com tom complacente e razoável, algo como:

> "Vá lá amigo, deu o seu melhor, salte para o caminhão, desista e levamo-lo de volta para uma refeição apetitosa e um duche *(sic)* quente". Se verificar que o recruta pensa na proposta antes de responder, eliminá-lo-á. A **MOTIVAÇÃO TOTAL** deve estar presente do princípio ao fim e **qualquer pessoa que duvide das suas próprias intenções provavelmente será um mau soldado das Forças Especiais** (MCNAB, 2002b, p. 91, *grifo nosso*).

Em pesquisas realizadas, Storani (2008, f. 143) detectou que no COEsp do BOPE/PMERJ os concludentes do processo possuem também uma característica particular, que se traduz em uma vontade extrema, objetivada na "**determinação**" em seguir a adiante até se atingir o objetivo final. Segundo ele, tal característica pôde ser constatada na submissão voluntária ao rigoroso processo de *conversão*. Esse sentimento produz resultados reais em uma intervenção de alto risco, pois impulsiona os FEP a executarem qualquer missão, por mais arriscada que pareça ser.

Ao tratar sobre o curso de admissão à SAS, McNab (2002b) esclarece que há a *Fase da Seleção,* que dura quatro semanas, destinada a verificar a resistência física e mental do candidato, e a fase do *Treino de Continuação*, que é o período de aprendizagem intensa em que são exigidas novas capacidades, não exigidas às forças convencionais. Em virtude do entendimento de seleção se misturar com o processo de *treinamento complementar,* que visa capacitar o policial militar a integrar o GATE, parte desse estudo se concentrará no próximo capítulo.

4.4.3 A eficiência e eficácia da Seleção

Para que o processo seja concluído com eficiência e eficácia é fundamental que se tenha indicadores a fim de avaliar as técnicas de seleção utilizadas, bem como os resultados da instituição. Segundo Chiavenato (2009, p. 159), pode-se se utilizar os seguintes indicadores para as técnicas, chamadas de *métricas diretas da seleção*:

a) quantidade de candidatos selecionados;
b) qualidade dos candidatos selecionados;
c) rapidez na seleção dos candidatos;
d) custo da seleção.

Outras métricas importantes, chamada de *métricas indiretas de seleção*, estão mais focadas nos resultados para a empresa. São elas:

a) **ADEQUAÇÃO DO CANDIDATO SELECIONADO AO CARGO:** quanto mais eficaz o processo seletivo tanto melhor a aderência e adequação do candidato ao cargo ocupado;

> b) **TEMPO DE ADEQUAÇÃO DO CANDIDATO AO CARGO:** quanto mais eficaz o processo seletivo, mais rápida a aderência e a adequação do candidato ao cargo;
> c) **MAIOR PERMANÊNCIA NA EMPRESA:** o processo seletivo favorece a permanência na empresa por adequar o candidato à cultura organizacional e à atividade que realiza;
> d) **MELHOR APRENDIZADO:** o processo seletivo favorece a aprendizagem por ajustar o candidato às características da organização;
> e) **MAIOR SUCESSO DO FUNCIONÁRIO:** o processo seletivo favorece o sucesso do candidato na empresa;
> f) **VALOR AGREGADO:** o processo seletivo agrega valor ao capital humano da empresa por escolher candidatos melhores e mais adequados à organização;
> g) **RETORNO DO INVESTIMENTO FEITO EM SELEÇÃO:** é uma adequação que mede os benefícios em relação aos investimentos feitos em seleção de pessoas (CHIAVENATO, 2009, p. 159, *grifo nosso*).

O sistema de recrutamento e seleção não deve ser considerado apenas como um conjunto de normas, diretrizes, processo, rotinas e esquemas de trabalho de forma rígida, explica Chiavenato (2009, p. 164). Tais processos devem procurar alcançar os objetivos definidos e estar em contínua interação com o ambiente externo, ajustando-se às suas demandas e necessidades, fazendo parte de um sistema maior, a organização, a qual está inserida na sociedade à qual pertence.

O ingresso do policial ao GATE necessita de um planejamento de Recursos Humanos (RH) alinhado com o negócio e que proporcione apoio e suporte à estratégia organizacional. Para isso, o RH deve enfatizar os objetivos e resultados da empresa, participar das decisões estratégicas a fim de que o capital humano seja um forte diferencial e uma vantagem competitiva à organização (CHIAVENATO, 2009).

As Unidades de Forças Especiais de Polícia funcionam como "última barreira na garantia da segurança e na preservação da vida dos cidadãos de bem", afirma Betini e Tomazi (2010, p. 31). Por isso, todo investimento realizado no treinamento desses policiais não pode ser considerado um gasto desnecessário, mesmo que o candidato seja desligado ou considerado inapto no último dia de sua capacitação, pois após esse processo, qualquer erro poderá significar perda de vidas, ou macular a imagem de toda instituição e até do governo do Estado.

5 CAPACITAÇÃO EM OPERAÇÕES ESPECIAIS POLICIAIS

O processo de capacitação do policial em Operações Especiais Policiais é um processo sem fim, segundo Denécé (2009, p. 354), o qual, na PMMG, é regido pelas Diretrizes da Educação de Polícia Militar (DEPM). Conforme a DEPM (2010c) em seu artigo primeiro, a Educação de Polícia Militar é um processo formativo, de essência específica e profissionalizante, desenvolvido de forma integrada pelo ensino, treinamento, pesquisa e extensão, que permitem ao militar adquirir competências que o habilitem para as atividades de polícia ostensiva, preservação da ordem pública e defesa territorial, alicerçadas na lei e nos valores institucionais, com foco na preservação da vida e na garantia da paz social.

Segundo o Plano de Treinamento Complementar - NR 02/2010 - GATE (MINAS GERAIS, 2010d), o processo de gestão e resolução adequada de *situações críticas* que envolvam resgate de reféns, desativação de artefatos explosivos, busca e captura de infratores em locais de difícil acesso e operações de contraterrorismo são baseado no tripé: suporte logístico apropriado, protocolos operacionais e **policiais com capacitação e habilitação específicas**. O plano descreve que as intervenções especializadas na *Gestão de Eventos de Defesa Social de Alto Risco* requerem profissionais que foram treinados e testados em situações extremas, para que assim, se tornem aptos a serem excelentes na promoção das liberdades e dos direitos fundamentais em todo o território mineiro.

O termo **capacitação** refere-se ao ato ou efeito de capacitar-se, ou seja, tornar-se apto ou habilitar-se para algum cargo ou função (HOUAISS, 2007). Essa expressão foi utilizada para facilitar o entendimento de que, para que o policial se torne apto a atuar em OEP, antes ele deverá passar por um processo treinamento adequado, o qual só ocorrerá após o recrutamento e a seleção.

5.1 Atividades formativas na área de Segurança Pública

As atividades de Segurança Pública são nacionalmente norteadas pela Matriz Curricular Nacional para a formação em Segurança Pública (BRASIL, 2008, p. 13), que visa ser um referencial teórico-metodológico para orientar as ações formativas

dos profissionais da área de Segurança Pública. A Secretaria Nacional de Segurança Pública, as instituições de Segurança Pública responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação das Ações Formativas e demais instituições que colaboram nesses processos, compartilham o mesmo pensamento no que se refere à qualificação dos policiais:

> O investimento e o desenvolvimento de ações formativas são necessários e fundamentais para a qualificação e o aprimoramento dos resultados das instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública frente aos desafios e às demandas da sociedade (BRASIL, 2008, p. 6).

A matriz busca dissecar a atividade policial, inserindo dentre seus eixos articuladores a área temática de “Gestão de Conflitos e Eventos Críticos”, a qual mais se caracteriza com a área de atuação do GATE. Conforme a Matriz, as áreas temáticas devem contemplar os conteúdos indispensáveis à formação de todos os profissionais da área de segurança pública que o capacitem para o exercício de sua função. Nesse aspecto, mais uma vez, deve-se buscar o profissional com as qualidades específicas que facilitem a assimilação e desenvolvimento dos conteúdos específicos para ações que envolvam, sobretudo, *eventos críticos*.

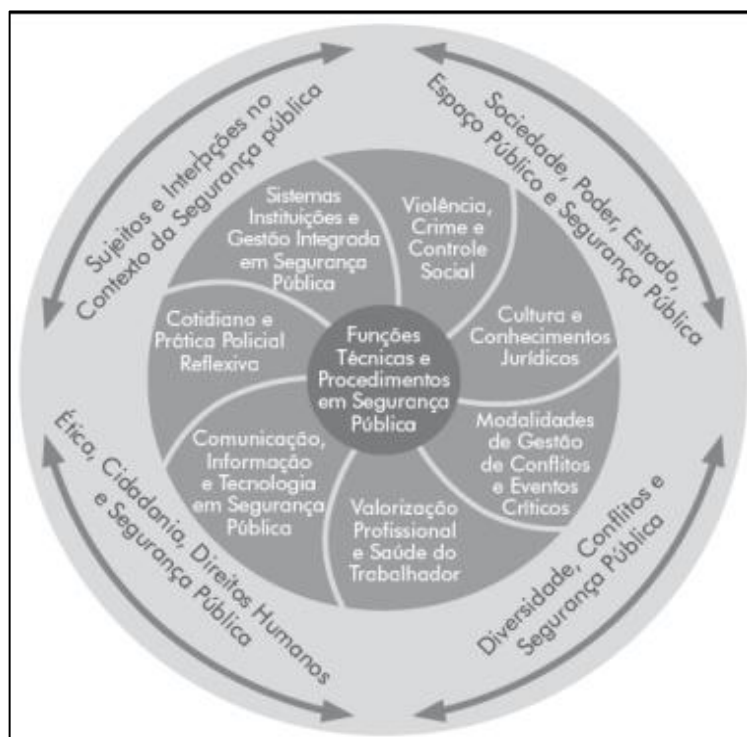



FIGURA 2 – Áreas temáticas da Matriz Curricular

Fonte: BRASIL, 2008, p. 19.

Conforme a Matriz Curricular (BRASIL, 2008, p. 16-22), esta área temática propõe favorecer o domínio do conhecimento e das modalidades necessárias para lidar com situações conflituosas, considerando que estas são diversificadas e que **demandam procedimentos e técnicas diferenciadas** de atuação preventiva e reativa, incluindo o estudo de técnicas de mediação, negociação, gradientes do uso da força, entre outras. Dada a complexidade destas situações de conflito, é fundamental que sejam considerados o foco, o contexto e os envolvidos, para que as decisões sejam tomadas de forma responsável, eficaz, legítima e legal. A análise das situações de conflito devem ser realizadas no interior dos grupos, incentivando o desenvolvimento de equipes, o planejamento integrado e o comportamento afirmativo, com aplicação das táticas de gerenciamento de conflitos. Todos os policiais devem receber esse conteúdo de treinamento, entretanto os integrantes das FEP estão mais propensos a se deparar com eventos dessa natureza. Tal norteador faz com que os FEP sejam **criteriosamente selecionados e treinados**, a fim de atuar com excelência na gestão desses conflitos.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos ao tratar sobre a educação dos profissionais dos sistemas de justiça e segurança também trata da capacitação como uma estratégia para a consolidação da democracia. Segundo o plano (BRASIL, 2009, p. 48), esses sistemas, orientados pela perspectiva da promoção e defesa dos direitos humanos, requerem "**qualificações diferenciadas**, considerando as especificidades das categorias profissionais envolvidas", reforçando a ideia da necessidade de desenvolver um treinamento em OEP que alcance os objetivos propostos.

Mais uma vez, percebe-se que a seleção e o treinamento complementar dos policiais militares, que já receberam uma formação técnica sobre os procedimentos policiais ordinários, deverão ser amplos e diferenciados, a fim de se garantir uma capacitação e habilitação precisa das técnicas, táticas e doutrina das FEP.

5.2 O treinamento e suas peculiaridades

A temática *Treinamento* é amplamente discutida e consolidada na área da Administração de Pessoal, sendo entendida, segundo Chiavenato (2010, p. 366),

como o processo pelo qual a pessoa é preparada para desempenhar de maneira excelente as tarefas específicas do cargo que deve ocupar. O treinamento é fundamental, haja vista ser considerado um meio de desenvolver competências nas pessoas para que se tornem mais produtivas, criativas e inovadoras, a fim de contribuir melhor para os objetivos organizacionais, fator que também é aceito por Gil (2008, p. 121). Utiliza-se muito, também, o termo *desenvolvimento* o qual, neste caso, foca os cargos a serem ocupados futuramente na organização e as novas habilidades e competências que serão requeridas. Tanto o *treinamento* quanto *desenvolvimento* constituem processos de aprendizagens que, segundo Chiavenato (2010, p. 367), significam uma mudança no comportamento das pessoas por meio da incorporação de novos hábitos, atitudes, conhecimentos, competências e destrezas.

Gil (2008, p. 121), esclarece que ao abordar os processos relacionados à **capacitação,** a tendência é a de falar preferencialmente em desenvolvimento de pessoas e também em educação no trabalho. O desenvolvimento não significa apenas proporcionar conhecimentos e habilidades para o adequado desempenho de suas tarefas, mas sim a formação básica para que modifiquem antigos hábitos, desenvolvam novas atitudes e capacitem-se para aprimorar os conhecimentos, com vista em tornarem-se melhores naquilo que fazem. Para Bomfin (2007, p. 28), o papel do treinamento na empresa será sempre um dos recursos para melhorar os processos de produção, maximizar resultados e, consequentemente, atingir os objetivos da organização. Esse processo de mudança, desenvolvimento e capacitação exigem mecanismos diferenciados, haja vista a característica delicada das atribuições das FEP.

5.2.1 Os processos de treinamento

A elaboração de um programa de treinamento exige que sejam observados quatro fatores para sucesso dos trabalhos. Segundo Chiavenato (2010, p. 368-369), o treinamento é um processo cíclico e contínuo composto das seguintes etapas:

a) **diagnóstico:** é o levantamento das necessidades ou carências de treinamento a serem atendidas ou satisfeitas. Essas

necessidades podem ser passadas, presentes ou futuras;

b) **desenho:** é a elaboração do projeto ou programa de treinamento para atender às necessidades diagnosticadas;

c) **implementação:** é a execução e condução do programa de treinamento;

d) **avaliação:** é a verificação dos resultados obtidos com o treinamento.

O **Diagnóstico das Necessidades** é uma etapa do treinamento que se refere ao levantamento das necessidades de treinamento que a organização apresenta. Para Chiavenato (2010, p. 373), é necessário identificar as carências ao preparo profissional das pessoas para assim desenvolver o treino. Para o GATE, a DGEOp é o documento que direciona as habilidades necessárias para o desempenho das funções, entretanto, é importante considerar o perfil desejado, para baseado nele, também formular as estratégias de treino. Para diagnosticar as necessidades do treinamento podem-se utilizar os seguintes níveis de análise na figura abaixo (CHIAVENATO, 2010, p. 374):

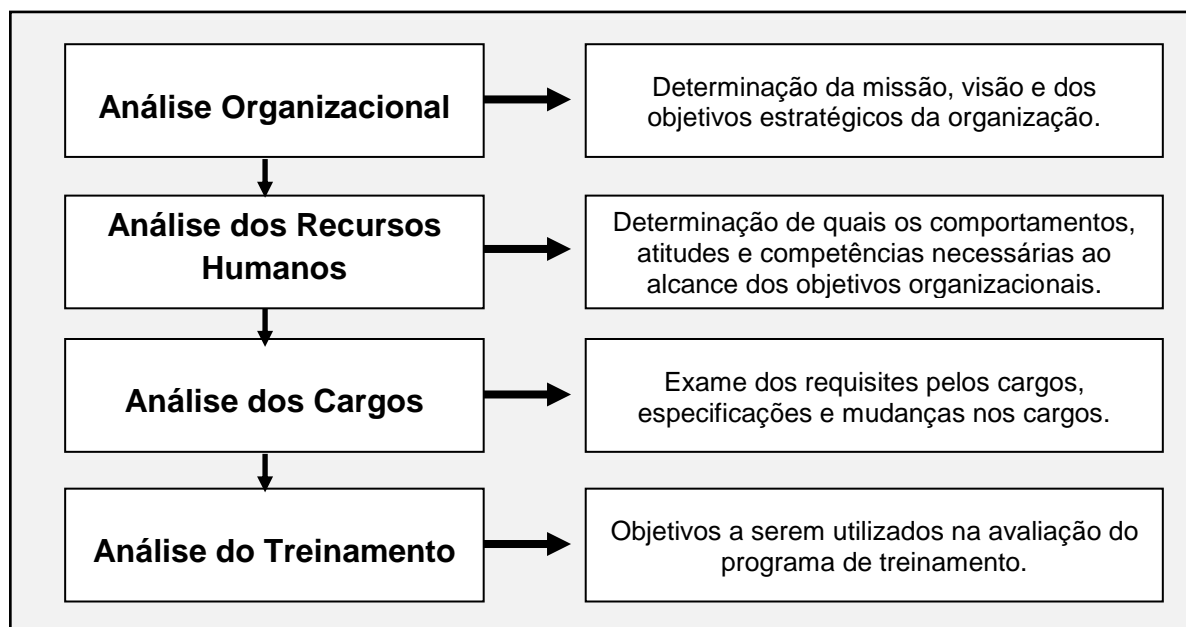



FIGURA 3 – Os passos no levantamento de necessidades de treinamento

Fonte: CHIAVENATO, 2010, p. 375.

Gil (2008, p. 124) também propõe um diagnóstico das necessidades de treinamento e desenvolvimento, porém subdividindo-o em:

a) **análise organizacional:** que consiste na identificação dos níveis de eficiência e eficácia da organização, a fim de determinar as formas de treinamento que poderão contribuir para sua elevação;
b) **análise das tarefas:** consiste na identificação das atividades que compõem as tarefas bem como dos requisitos pessoais necessários para seu desempenho eficaz;
c) **análise dos recursos humanos:** consiste na identificação, junto aos empregados, dos níveis de conhecimento, habilidades e atitudes requeridas para o a execução das tarefas que executam.

O **Desenho do Programa de Treinamento** aflora após diagnosticar as necessidades e carências, devendo-se, agora, planejar as ações de treinamento. Segundo Chiavenato (2010, p. 376), a programação de treinamento deve ser bem definida, conforme a figura abaixo:

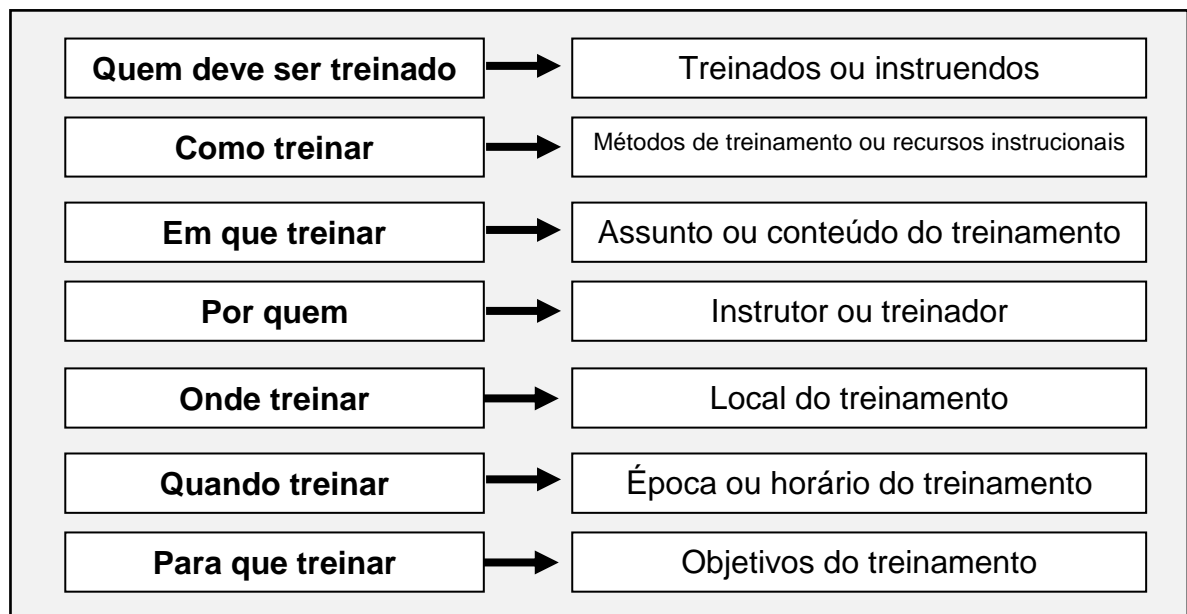



FIGURA 4 – A programação de treinamento

Fonte: CHIAVENATO, 2010, p. 376.

Gil (2008, p. 129) divide o planejamento das atividades de treinamento em plano e projeto. O Plano de treinamento é um documento de natureza mais pedagógico, que visa apontar as ações necessárias para que o treinamento se efetive, já o projeto

enfatiza mais aspectos administrativos. Algumas instituições, por sua vez, não estabelecem distinção entre plano e projeto, designando um ou outro como documento decorrente do planejamento. No GATE, o documento que traz essas informações é chamado de Plano de Treinamento Complementar, o qual descreve todas as informações sobre o curso que será desenvolvido.

Segundo Harazim (2001, p. 31), a primeira etapa do planejamento será a identificação precisa de quais competências que cada cargo exige, independente de quem irá ocupar. Devem-se identificar as competências das pessoas, bem como o potencial de cada uma, para assim elaborar um plano consistente. As competências, segundo Harazim (2001, p. 31), Xavier e Afonso (2010, p. 152), devem ser entendidas como o conjunto de três tipos de qualificação:

a) **conhecimentos *(saber)*:** são as coisas que as pessoas precisam saber. Conhecimentos se aprendem estudando;
b) **habilidades *(saber fazer)*:** são as coisas que as pessoas precisam saber fazer. Habilidades se aprendem por meio de exercício;
c) **comportamentos ou atitudes *(saber ser)*:** são as maneiras de se portar das pessoas. Comportamentos se aprendem por meio de decisão pessoal e *feedback.*

Os **conhecimentos** costumam ser agrupados em: conhecimentos técnicos, científicos e dos mecanismos de interação humana no trabalho. Conforme Harazim (2001, p. 31), dos três tipos de competências, os conhecimentos são os que costumas ser identificados com maior facilidade. Xavier e Afonso (2010, p. 152) esclarecem que um treinamento focado em conhecimentos trará um embasamento teórico ao profissional, que pode se referir a algo que ele já faz na prática, mas cujos fundamentos não compreendem bem, ou a algo novo para ele. No caso do treinamento para ingressar no GATE, exige-se apenas os conhecimentos adquiridos na formação policial militar, bem como aprovação no Treinamento Policial Básico.

As **habilidades** podem ser voltadas à obtenção de resultados, à interação pessoal ou ao processo e à qualidade. Devem-se definir quais habilidades são exigidas para

o cargo alto, médio ou baixo grau. As habilidades devem ser observadas durante todo processo de capacitação, pois, segundo Harazim (2001, p. 35), para se mensurar as habilidades de uma pessoa, deve-se considerar o "talento potencial" e o "exercício", ou seja, pode haver um grande "talento potencial", porém que não esteja exercitado. Segundo Xavier e Afonso (2010, p. 152), um treinamento focado em habilidades terá um caráter mais prático e técnico para o treinando.

Os **comportamentos, atitudes** ou posturas exigidas por um cargo, não são definíveis a partir de informações ou opiniões de pessoas. Para medir o perfil comportamental de um cargo é necessário um instrumento de mensuração. Daí a importância de se observar e avaliar o candidato ao GATE durante todo processo de capacitação, para ao final, ser mensurado seu perfil comportamental. Convém considerar que nenhum instrumento pode prever se a pessoa adotará determinado comportamento. O máximo que os instrumentos de diagnóstico podem prever é o grau de dificuldade que o indivíduo terá para adotar determinado comportamento (HARAZIM, 2001, p. 39). Para Xavier e Afonso (2010, p. 152), um treinamento focado em atitudes é o mais complexo, mas, muitas vezes, o mais importante, haja vista estar ligado ao perfil necessário para atuar no cargo.

A **implementação ou execução do treinamento**, segundo Chiavenato (2010, p. 376), visa transmitir as informações necessárias e desenvolver as habilidades requeridas no programa de treinamento. Existem várias **técnicas de treinamento**, as quais, segundo Chiavenato (2010, p. 381-382), podem ser descritas como:

a) **leituras:** meio de comunicação que envolve uma situação de mão única na qual um instrutor apresenta verbalmente informação a um grupo de ouvintes. Os treinandos participam ouvindo e não falando;
b) **instrução programada:** é uma técnica para instrução sem a presença ou intervenção de um instrutor humano. Pequenas partes da informação que requeiram respostas relacionadas são apresentadas individualmente aos treinandos;
c) **treinamento em classe:** é o treinamento fora do local de trabalho, isto é, em sala de aula. Os aprendizes são reunidos

em um local e assistidos por um instrutor que transmite o conteúdo do treinamento;

d) ***computer-based training:*** é o treinamento com a ajuda da tecnologia da informação. Pode ser feito através de CDs, DVDs com ajuda de multimídias;
e) ***e-learning:*** refere-se ao uso de tecnologia da internet para entregar uma ampla variedade de soluções que aumentam o desempenho e o conhecimento das pessoas.

Gil (2008, p. 136) descreve outras estratégias de treinamento disponíveis que devem nortear os processos utilizados pelo GATE. São elas:

a) **exposição:** consiste na preleção verbal dos instrutores com a finalidade de transmitir conhecimento aos treinandos*;*
b) **discussão em grupo:** recomendado quando se deseja favorecer a reflexão acerca de conhecimentos obtidos mediante leitura ou exposição;
c) **demonstração:** é a estratégia mais adequada para o ensino de habilidades manuais ou processos rotineiros;
d) **estudo de caso:** consiste na apresentação de fatos ou resumos narrativos de situações ocorridas em empresas com vista em sua análise pelos treinandos*;*
e) **dramatização:** consiste na representação de situações reais de forma simulada;
f) **jogos:** são atividades espontâneas realizadas por mais de uma pessoa, regidas por critérios de perda ou ganho.

Apesar das técnicas descritas acima, é importante focarmos se o processo de aprendizagem está alcançando os objetivos. Por isso, Gil (2008, p. 135) descreve alguns princípios de **Psicologia da Aprendizagem** que devem ser considerados:

a) **diferenças individuais:** necessidade de oferecer um tratamento individualizado;
b) **motivação:** aprende mais quem está motivado. A motivação só

virá quando representar uma resposta às necessidades dos treinandos;

c) **atenção:** a atenção depende da motivação e da disposição do organismo. A atenção do aluno deverá ser despertada pelas estratégias do instrutor;
d) ***feedback****:* o aprendizado é facilitado à medida que o instrutor fornece informações acerca de seu desempenho;
e) **retenção:** reter as informações. Será favorecida mediante a organização do material apresentado pelo instrutor;
f) **transferência:** o aprendizado que não puder ser transferido para outras situações além daquela em que ocorreu originalmente se mostrará pouco útil.

A implementação ou execução do treinamento centra-se na relação instrutor-treinando. Para que os processos sejam benéficos deve-se observar a qualificação dos instrutores, a seleção dos treinandos*,* a qualidade do material, equipamentos e instalações, o apoio administrativo, bem como a cooperação dos chefes e dirigentes da organização.

A **avaliação do treinamento** é fundamental para saber se o programa atingiu seu objetivo e atendeu às necessidades da organização, das pessoas e dos clientes. A avaliação, segundo Gil (2008, p. 139), inclui investigações feitas antes, durante e depois do treinamento. Chiavenato (2010, p. 382-383) e Gil (2008, p. 140-143) sugerem os seguintes níveis de resultados na avaliação do treinamento:

a) **reações:** avalia-se a percepção do treinando em relação ao conteúdo do treinamento, metodologia adotada, atuação do instrutor, carga horária, material instrucional, aplicabilidade;
b) **aprendizado:** avalia o treinamento quanto ao nível de aprendizagem e se o participante adquiriu novas habilidades e conhecimentos e se mudou suas atitudes e comportamentos como resultado do treinamento;
c) **desempenho:** avalia impacto no trabalho através das novas habilidades de aprendizagem e adoção de novas atitudes que

mudam o comportamento;

d) **resultado:** trata-se de medir o impacto do treinamento nos resultados do negócio da organização;

e) **retorno do investimento:** significa o valor que o treinamento agregou à organização em termos de retorno sobre o investimento feito.

Chiavenato (2010, p. 386) esclarece que para obter o máximo dos programas de treinamento é fundamental o apoio e comprometimento da cúpula da organização, bem como o envolvimento da alta direção. Além disso, é importante relacionar a programação de treinamento com os objetivos estratégicos da organização. A instituição deve criar um clima interno favorável ao treinamento e à capacitação das pessoas, em que novas habilidades sejam incentivadas, a criatividade e a inovação sejam privilegiadas e os novos conhecimentos valorizados.

5.3 O Treinamento de Operações Especiais Policiais na PMMG

O treinamento de OEP na PMMG é gerenciado pelo GATE e formalizado pelo Anuário de Treinamento (MINAS GERAIS, 2010e). Tal documento busca descrever as ações a serem realizadas pelo Setor de Treinamento da Unidade no ano em vigor. Procura-se sempre dar continuidade às diretrizes institucionais, buscando um treinamento realístico e alinhado ao emprego operacional da Unidade. O anuário 2010 foi elaborado com atenção especial ao Plano Estratégico 2009-2011 e às novas Diretrizes de Educação da PMMG, publicadas em 9 de março de 2010.

Devido às especificidades de emprego das equipes táticas do GATE, a estrutura atual da Unidade possui um Setor de Treinamento, responsável por:

> - formar, atualizar e ampliar os conhecimentos relativos às atividades de Operações Policiais Especiais;
> - fortalecer as atitudes comportamentais focadas em Operações Policiais Especiais em consonância com os princípios da ética, da legalidade e dos Direitos Humanos;
> - aplicar as técnicas e táticas operacionais nas tarefas cotidianas para melhoria dos resultados da intervenção policial;
> - realizar a coordenação e controle das atividades de ensino e treinamento de acordo com a DEPM.
> (MINAS GERAIS, 2010e, p. 4).

O desenvolvimento do treinamento realizado pelo GATE, respaldado pela DEPM e descrito no anuário 2010 foi composto pelas seguintes modalidades de treinamento:

QUADRO 1

Treinamento de Polícia Militar – GATE – 2010

<table>
<tr><td>Treinamento Extensivo</td><td>Treinamento Tático
Treinamento Técnico
Treinamento de Educação Física
Treinamento de Defesa Pessoal Policial</td><td>..</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Treinamento Intensivo</td><td>Treinamento Policial Básico
Treinamento com Arma de Fogo</td><td>..</td></tr>
<tr><td>Treinamento Complementar</td><td>Treinamento Complementar na Corporação
Treinamento Complementar Fora da Corporação</td></tr>
<tr><td>Ensino de Polícia Militar</td><td>Nível Técnico</td><td>Curso de Aperfeiçoamento em Segurança Pública
Curso Especial de Formação de Sargentos</td></tr>
<tr><td>Treinamento de Operações Policiais Especiais</td><td>Esquadrão Antibombas
Time de Invasões Táticas
Sniper
Time de Gerenciamento de Crises
COMAF</td><td>..</td></tr>
</table>

Fonte: MINAS GERAIS, 2010e, p. 5.

O Setor de Treinamento está sempre em funcionamento, haja vista as equipes táticas do GATE exigirem um treinamento constante e continuado. Além disso, a DGEOp vincula tecnicamente os GGC das Cia MEsp no interior do Estado ao GATE, o que exige uma responsabilidade do setor para com as frações destacadas.

O **Treinamento Extensivo** do GATE, segundo a DEPM (2010c) representa uma forma de transmissão de orientações e recomendações atualizadas acerca de qualidades específicas exigidas no trabalho policial, de modo a estimular e promover a efetividade operacional e administrativa. Conforme o Anuário 2010 (MINAS GERAIS, 2010e) os Treinamentos Extensivos são subdivididos da seguinte forma:

a) **Treinamento Tático:** é o treinamento que precede o serviço operacional, tais como: DISP[33], Memorandos, fatos e notícias relacionados à Segurança

[33] Diário de Informações de Segurança Pública (DISP), documento que sintetiza informações essenciais à execução dos serviços de policiamento ostensivo (MINAS GERAIS, 1994, p. 75).

> Pública e, mais especificamente à gestão de eventos de defesa social de alto risco. Também são utilizados materiais produzidos pela Academia de Polícia Militar, tais como os vídeos dos casos policiais e cadernos doutrinários. O treinamento é ministrado pelo Oficial ou Sargento dos Comandos de Operações Especiais;
> b) **Treinamento Técnico:** no GATE, o Treinamento Técnico é divido em dois momentos: no período da manhã é ministrado um treinamento de caráter teórico; à tarde, de natureza prática. Os especialistas de cada Equipe Tática, devidamente habilitados, são designados pelo Setor de Treinamento para ministrar os treinamentos;
> c) **Treinamento de Educação Física:** visa manter o vigor físico e a higidez do policial militar em níveis satisfatórios e será aplicado a todos os integrantes do GATE, preferencialmente no período matutino; [...]
> d) **Treinamento de Defesa Pessoal Policial:** compreende a prática de técnicas de imobilização, de condução de presos e de defesa de golpes mais comuns na atividade de Operações Policiais Especiais, tais como domínio e imobilização de cidadãos-infratores e suicidas. Será executado quinzenalmente.
> (MINAS GERAIS, 2010e, p. 6-7).

Os treinamentos dos Comandos de Operações Especiais[34] são distribuídos da seguinte forma:

QUADRO 2

Dinâmica de Treinamento dos Comandos de Operações Especiais – GATE - 2010

DIA	HORA	ASSUNTO	RESPONSAVEL	DISCENTES
Seg à Sex	08h	Chamada	Oficial de Serviço	Militares do COE
	08h-08h30	Treinamento Tático	Oficial de Serviço	Militares do COE
	08h30-10h15	Treinamento de Ed. Física	Militar designado	Militares do COE
	11h-12h	Treinamento Técnico (Teoria)	Militar designado	Militares do COE
	12h-14h	Almoço e descanso	..	..
	14h-18h	Treinamento Técnico (Prático)	Militar designado	Militares do COE
	18h-19h	Elaboração de relatórios	Sargentos/Oficial	..

Fonte: MINAS GERAIS, 2010e, f. 6.

Os treinamentos são distribuídos diariamente aos policiais que estão de serviço, de forma a permitir uma continuação nos treinamentos. A metodologia utilizada permite o desenvolvimento das habilidades técnicas dos militares de serviço. Ressalta-se que os militares que servem na administração do GATE, atuam como reforço operacional em situações extraordinárias, o que faz com que haja um treinamento específico a esses militares. O quadro abaixo representa a dinâmica de treinamento realizado pela administração da Unidade:

---

[34] Como já esclarecido, Comando de Operações Especiais – COE - refere-se aos policiais que estão de serviço executando a *atividade de linha*.

QUADRO 3

Dinâmica de Treinamento da Administração (Reforço Operacional) – GATE - 2010

DIA	HORA	ASSUNTO	RESPONSAVEL	DISCENTE
Ter	08h30min-10h	Treinamento de Ed. Física	Militar designado pelo Setor de Treinamento	Oficiais e Praças da Administração
	10h30min-12h	Treinamento Técnico		
Sex	08h30min-10h	Defesa Pessoal/Natação		

Fonte: MINAS GERAIS, 2010e, f. 6.

O **Treinamento Intensivo** do GATE, por sua vez, engloba o Treinamento Policial Básico, no qual militares são encaminhados à Academia de Polícia Militar, a fim de receberem atualizações intensiva das técnicas e doutrinas voltadas a pratica policial; Treinamento com Arma de Fogo, o qual possui o objetivo de aperfeiçoar o policial na execução correta e segura do tiro policial de defesa, bem como aprimorar-lhe o domínio técnico de manejo e emprego do armamento no serviço policial; e o **Treinamento Complementar** (TC), que pode ser desenvolvido na própria corporação ou em outra instituição.

Os TC visam à capacitação e habilitação do militar e do servidor civil da PMMG por meio de estágios e cursos que não sejam requisito para ascensão na carreira, seminários, congressos e eventos similares, bem como treinamentos específicos não previstos nos tipos constantes na DEPM.

Os **Treinamentos de Operações Especiais Policiais** são desenvolvidos durante todo o ano pelas Equipes Táticas conforme previsão no Plano Anual de Treinamento do GATE. Cada líder de Equipe Tática é o responsável pela elaboração dos treinamentos, sendo acompanhados pelo Setor de Treinamento. Os treinamentos das FEP necessitam de manter a qualidade de atuação do grupo em todas as situações. Por isso, os integrantes devem manter uma rotina pesada de treinamento, visando manter um elevado nível técnico e tático. Segundo Betini (2009, p. 277), “não basta formar o operador, o treinamento deve ser constante e a formação continuada.”

Conforme Betini (2009, p. 278), o quadro de trabalho semanal, do Comando de Operações Táticas da Polícia Federal subdivide-se nas mesmas disciplinas

constantes no Curso de Operações Táticas da PF, mudando apenas a periodicidade. Além disso, de acordo com determinada missão, pode-se alterar o quadro semanal para que a preparação seja específica, dentro de uma estratégia de objetivos limitados e ações pontuais, o que também ocorre no GATE.

A ideia de especialização reforça a necessidade dos treinamentos continuados, a fim de que os integrantes das equipes táticas possam estar sempre preparados e condicionados com as técnicas e táticas da equipe a qual pertence.

5.4 O Curso de Operações Especiais na PMMG

A capacitação inicial em OEP se enquadra no que a DEPM (2010c) chama de Treinamento de Polícia Militar de natureza intensiva e complementar, que se refere a um treinamento de educação continuada, compreendido em atividades desenvolvidas posteriormente às de ensino, de maneira a fomentar a aquisição ou atualização, em curto prazo, de conhecimentos, habilidades e atitudes relativas à prática profissional, de forma a desenvolver competências específicas, de acordo com as tarefas e cargos existentes.

Nesse viés, o Curso de Operações Especiais representa o principal Treinamento Complementar da instituição responsável por capacitar e habilitar oficiais e praças da PMMG para o desempenho de Operações Especiais Policiais em apoio às equipes táticas do GATE, de acordo com cada situação de emprego operacional. O COEsp se constitui em um treinamento amplo, de formação geral. Os demais cursos na área funcionam como módulos de especialização, para que o policial possa integrar às equipes táticas. Nesse aspecto, percebe-se que o curso é o mecanismo adequado a selecionar e preparar o policial militar para atuar nas atividades de OEP.

5.4.1 Evolução da Malha Curricular do Curso de Operações Especiais

Ao longo dos anos, a PMMG desenvolveu alguns treinamentos na área de Operações Especiais, os quais estão sendo catalogados pela Comissão Executiva de Curto Prazo nº 03.01/2011-GATE (MINAS GERAIS, 2011b). Cada treinamento representou os anseios da instituição no contexto em que estava inserido. O quadro

abaixo representa a evolução das malhas curriculares dos cursos com a temática OE, os quais, atualmente, representam OEP. Convêm ressaltar que a Comissão Executiva encontra-se em andamento o que, consequentemente, pode acarretar na ausência da representação de determinados treinamentos realizados no passado.

QUADRO 4

Treinamentos de Operações Especiais na PMMG, 1989 - 2011

(Continua)

ANO	DADOS	MALHA CURRICULAR
1989	**Estágio de Operações Especiais – Categoria “B”** **Local**: Batalhão de Polícia de Choque **Período: -** **Carga horária: -** **Comandante: -**	- Guerrilha e Contra-Guerrilha - Operações com Helicópteros - Armamento e Tiro Policial - Sobrevivência na Selva - Resgate de Reféns - Manobras em Alturas - Armamento e Equipamento - Explosivos
1996	**Estágio de Operações Especiais** **Locais**: Batalhão de Missões Especiais/12º BI do EB. **Período**: 09/12/1996 a 20/12/1996. **Carga horária**: 110 h/a. **Comandantes**: Ten.-Cel. PM Severo Augusto da Silva Neto.Cel Inf EB Ailton Antonio Silva.	- Guerrilha e Contra-Guerrilha - Operações Helitransportadas - Armamento e Tiro Policial - Sobrevivência na Selva - Invasões Táticas - Manobras em Alturas - Armamento e Equipamento - Explosivos
1997	**Curso de Operações Especiais para Oficiais** **Locais**: Batalhão de Missões Especiais e Academia de Polícia Militar de Minas Gerais. **Período: -** **Carga Horária**: - **Comandante: -** **Coordenador:** Cap Eid Pereira da Silva Júnior.	- Doutrina de Emprego de Helicópteros - Operações Helitransportadas - Segurança de Vôo - Gerenciamento de Crises - Armamento e Tiro Policial - Manobras em Altura - Explosivos - Invasões Táticas (Assault) - Resgate
1998	**Instrução Especial de Operações Especiais para Sargentos** **Local**: Batalhão de Missões Especiais. **Período**: 29/06/1998 a 29/07/1998. **Carga Horária**: 300 h/a. **Comandante**: Ten.-Cel Severo Augusto da Silva Neto **Coordenador:** Cap Eid Pereira da Silva Júnior.	- Conhecimentos Téc. Aeronáuticos - Doutrina de Emprego de Helicópteros - Operações Helitransportadas - Segurança de Vôo - Gerenciamento de Crises - Armamento e Tiro Policial - Manobras em Altura - Explosivos - Invasões Táticas (Assault) - Resgate
1999	**Instrução Especial de Operações Especiais para Praças** **Local:** Batalhão de Missões Especiais. **Período**: 15/03/1999 a 16/04/1999. **Carga Horária**: 300 h/a. **Comandante**: Major PM Reinaldo Martins.	- Gerenciamento de Crises - Manobras em Altura - Sobrevivência em Selva - Armamento e Equipamento - Tiro Policial - Explosivos - Proteção de Dignitários - Invasões Táticas - Resgate

QUADRO 4

Treinamentos de Operações Especiais na PMMG, 1989 - 2010

(Conclusão)

ANO	DADOS	MALHA CURRICULAR
2001	**Estágio de Operações Especiais** **Local:** 4ª Cia MEsp (GATE). **Período**: 1º a 15 de junho. **Carga Horária**: 150 h/a. **Comandante**: Major Euler Pereira Queiroz.	- Gerenciamento de Crises - Manobras em Altura - Sobrevivência em Selva - Armamento e Equipamento - Tiro Policial - Explosivos - Proteção de Dignitários - Invasões Táticas - Resgate
2008 I	**Curso de Operações Especiais** **Local**: Grupamento de Ações Táticas Especiais. **Período**: 02/06/2008 a 15/09/2008. **Carga Horária**: 480 h/a. **Comandante GATE**: Maj PM Carlos Iomag Maximiano. **Comandante do CPE**: Cel Sandro Afonso Teatini Selim de Sales. **Coordenador**: Cap Danny Eduardo Stochiero	- Ações Antibombas e Contraterorismo; - Armamento e Equipamentos Policiais Especiais; - Invasões Táticas II; - Direitos Humanos Aplicados às Op. Especiais; - Proteção de Dignitários; - Escalador Militar Básico; - Gestão de Operações e Gerenciamento Crises; - Operações Aquáticas; - Operações em Altura; - Operações Helitransportadas; - Paraquedismo; - Patrulhamento em Local de Alto Risco; - Prontossocorrismo aplicado as Op. Especiais; - Sobrevivências em Áreas de Matas; - Técnica de Patrulha Policial em Matas; - Técnicas de Defesa Pessoal e Imobilizações; - Tiro de Precisão (Sniper); - Tiro Policial Avançado; - Topografia e Orientação.
2008 II	**Curso de Operações Especiais** **Local**: Grupamento de Ações Táticas Especiais. **Período**: 16/09/2008 a 05/12/2008. **Carga Horária**: 480 h/a. **Comandante GATE**: Maj PM Carlos Iomag Maximiano. **Comandante do CPE**: Cel Sandro Afonso Teatini Selim de Sales. **Coordenador**: Cap Schubert Siqueira Campos	- Ações Antibombas e Contraterorismo; - Armamento e Equipamentos Policiais Especiais; - Invasões Táticas II; - Direitos Humanos Aplicados às Op. Especiais; - Proteção de Dignitários; - Escalador Militar Básico; - Gestão de Operações e Gerenciamento Crises; - Operações Aquáticas; - Operações em Altura; - Operações Helitransportadas; - Paraquedismo; - Patrulhamento em Local de Alto Risco; - Prontossocorrismo aplicado as Op. Especiais; - Sobrevivências em Áreas de Matas; - Técnica de Patrulha Policial em Matas; - Técnicas de Defesa Pessoal e Imobilizações; - Tiro de Precisão (Sniper); - Tiro Policial Avançado; - Topografia e Orientação.
2011	**Curso de Operações Especiais** **Local:** GATE/Academia de Polícia Militar. **Período**: 23/05/2011 a 21/07/2011. **Carga Horária**: 320 h/a. **Comandante do GATE**: Ten.-Cel. PM Marcelo Vladimir Corrêa. **Comandante do CPE**: Cel Antonio Carvalho. **Coordenador:** 1º Ten Francis Albert Cotta.	- Prontossocorrismo - Metodologia de Emprego em Operações Especiais - Operações em Área Rural - Operações Aquáticas - Operações em Altura - Armamento, Equipamento e Tiro Tático - Entradas Táticas - Tiro de Precisão (Sniper) - Contraterrorismo e Operações Antibombas - Técnicas de Negociação - Patrulhamento em Local de Alto Risco - Segurança de Dignitários - Operações Helitransportadas

Fonte: MINAS GERAIS, 2011b, f. 8-9.

Percebe-se que a carga horária dos treinamentos desenvolvidos variava a cada ano, sendo que no ano de 2008 alcançou o pico de 480 horas aula. Recentemente, no ano de 2011, foi realizada a edição mais recente do COEsp que teve a carga horária reduzida para 320 horas aula, bem como o reajuste e redução de seis disciplinas. A versão do COEsp/2011 configurou-se com treze disciplinas, as quais foram divididas em três módulos, conforme o QUADRO 5. O curso teve duração aproximada de 50 dias, de forma presencial, em regime de dedicação exclusiva, incluindo atividades noturnas e finais de semana (MINAS GERAIS, 2011c, f. 2).

QUADRO 5

Malha curricular do Curso de Operações Especiais – GATE / PMMG – 2011

MÓDULOS	DISCIPLINA	CH
..	Abertura/Encerramento	02
MÓDULO 1 **CONHECIMENTOS BÁSICOS E RUSTICIDADE**	Prontossocorrismo aplicado às Operações Especiais	16
	Metodologia de Emprego em Operações Especiais	08
	Operações em Área Rural	50
	Operações Aquáticas	16
	Armamento, Equipamento e Tiro Tático	40
MÓDULO 2 **TÉCNICA I**	Operações em Altura	24
	Operações Helitransportadas	16
	Técnicas de Negociação	08
MÓDULO 3 **TÉCNICA II**	Contraterrorismo e Operações Antibombas	32
	Tiro de Precisão (*Sniper*)	16
	Patrulhamento em Local de Alto Risco	24
	Segurança de Dignitários	24
	Entradas Táticas	40
..	Avaliação	04
	TOTAL	**320 h/a**

Fonte: MINAS GERAIS, 2011d, f. 9.

Para elaboração de uma malha curricular é necessário realizar um completo diagnóstico das necessidades da instituição, bem como considerar: as competências e o perfil desejados, o *portfólio* de serviços a ser desempenhado, bem como as características geográficas de atuação e regionalismos do Estado. É importante que seja disponibilizado às FEP treinamentos e equipamentos adequados, pois assim a cobrança à Unidade poderá ser maior. Deve-se utilizar, também, numa perspectiva

comparativa, o exemplo de outras instituições, para avaliar o que é desenvolvido em outros Estados da federação e, assim, poder aplicar ao contexto que a FEP mineira está inserida.

5.4.2 Malha Curricular em Operações Especiais Policiais: outros modelos

A maioria das Polícias Militares do Brasil possui seus modelos de Cursos de Operações Especiais ou Curso de Ações Táticas (CAT), sendo este uma versão reduzida e mais simplificada de capacitação em Operações Especiais Policiais. Como exemplo, cita-se o COEsp realizado pela Polícia Militar do Estado do **Rio de Janeiro**, coordenado pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais, o qual possui a finalidade de:

> Capacitar o Policial Militar técnica, física e psicologicamente a cumprir missões ou ações em ocorrências Policiais de natureza não convencional, que exijam comportamento e habilidades específicas, dentro de uma equipe de Operações Especiais. Capacitar o Oficial ou o Graduado a funcionar como instrutor ou monitor multiplicador de conhecimentos na área de Operações Especiais (RIO DE JANEIRO, 2010a, f. 1).

O curso possui duração de 18 semanas, com carga horária total de 1382 horas, totalizando 19 disciplinas, conforme quadro abaixo:

QUADRO 6

Malha curricular do Curso de Operações Especiais – BOPE / PMERJ – 2010

(Continua)

ATIVIDADES	FUNCIONALIDADE	NOME DAS DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
DISCIPLINAS CURRICULARES	INSTRUMENTAIS	Instrução Tática Individual	75 h
		Natação Utilitária	21 h
		Botes e Motores Náuticos	18 h
		Navegação Terrestre	38 h
		Vida na Selva	138 h
		Operações Subaquáticas	57 h
		Montanhismo	110 h
		Operações em Altura	147 h
		Gerenciamento de Crises	46 h
		Segurança de Dignitários	47 h
		Explosivos	46 h

QUADRO 6

Malha curricular do Curso de Operações Especiais – BOPE / PMERJ – 2010

(Conclusão)

ATIVIDADES	FUNCIONALIDADE	NOME DAS DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
DISCIPLINAS CURRICULARES	Complementares	Socorros de Urgência em Combate	10 h
		Treinamento Físico Operacional	69 h
		Combate Corpo a Corpo	97 h
	Operacionais	Armamentos, Munições e Agentes Menos que letais	61 h
		Técnicas Especiais de Tiro	52 h
		Táticas Especiais	165 h
		Operações de Inteligência	71 h
		Técnicas Especiais de Patrulha	104 h
	Tempo à disposição da Coordenação		10 h
SOMA	**19 (DEZENOVE) DISCIPLINAS**		**1.382 h**

Fonte: RIO DE JANEIRO, 2010a, f.1.

O CAT desenvolvido pela PMERJ possui duração de cinco semanas, com objetivos semelhantes ao COEsp, porém com um rol de disciplinas reduzidas e carga horária inferior. Ele possui a seguinte malha curricular:

QUADRO 7

Malha curricular do Curso de Ações Táticas – BOPE / PMERJ – 2010

ATIVIDADES	FUNCIONALIDADE	NOME DAS DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
DISCIPLINAS CURRICULARES	Instrumentais	Instrução Tática Individual	18
		Operações em Altura	18
	Complementares	Socorros de Urgência em Combate	08
		Treinamento Físico Operacional	32
		Combate Corpo a Corpo	09
		Palestras	08
	Operacionais	Armamentos e Munições	10
		Técnicas Especiais de Tiro	40
		Táticas Especiais	66
		Técnicas Especiais de Patrulha	88
	À Disposição da Coordenação		19
SOMA	**11 (Onze) Disciplinas**		**320**

Fonte: RIO DE JANEIRO, 2010b, f.1.

Outra Polícia Militar que merece atenção é a do Estado de **São Paulo**, que realiza o COEsp em apenas sete semanas, porém, com uma carga horária de 522 horas aula. O treinamento possui o objetivo de especializar o instruendo, por meio de conhecimentos táticos e técnicos em vigor na PM, a executar as Ações de Comandos e de Operações Especiais (SÃO PAULO, 2010, f. 1). A malha curricular do COEsp da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) possui a seguinte formatação:

QUADRO 8

Malha curricular do Curso de Operações Especiais – PMESP – 2007-2010

ÁREA	Nº	ROL DE MATÉRIAS	CARGA HORÁRIA
P R O F I S S I O N A L	01	Doutrina de Comandos e de Operações Especiais	10
	02	Equipamentos e Materiais de Comandos e de Operações Especiais	35
	03	Técnicas e Táticas de Comandos e de Operações Especiais	75
	04	Tiro Defensivo na Preservação da Vida – Método Giraldi e Tiro Tático	50
	05	Adaptabilidade às ações de Comandos e de Operações Especiais	47
	06	Higiene, Profilaxia e Prontossocorrismo	20
	07	Mergulho Livre	20
	08	Informações	15
	09	Educação Física Aplicada	35
	10	Técnicas Não Letais de Intervenção Policial	15
		SOMA DA CARGA HORÁRIA DAS MATÉRIAS CURRICULARES	**322**
		Avaliação	06
		À Disposição da Administração Escolar	06
		Visitas e Palestras	30
		Treinamento de Campo	158
		SUBTOTAL	**200**
		TOTAL GERAL	**522**

Fonte: SÃO PAULO, [2007?], f.1.

A Polícia Militar do Estado do **Acre** (PMAC), localizado na região norte do país, recentemente, desenvolveu o 1º Curso de Ações Táticas Especiais no ano de 2011, com duração de oito semanas e com objetivos de capacitar policiais militares para o desempenho de missões que exijam especializações e doutrinas relativas às

atividades de Gerenciamento de Crises, Operações Especiais e Ações Táticas Especiais (ACRE, 2011, f. 1). O curso possui a seguinte malha curricular:

QUADRO 9

Malha curricular do Curso de Ações Táticas – BOPE / PMAC – 2011

ÁREA DE ENSINO	Nº	MATÉRIAS	CARGA HORÁRIA H/A
PROFISSIONAL	1	Operações Policiais, Patrulha e Sobrevivência na Selva	80
	2	Salvamento Aquático e Técnicas de Rapel Tático	30
	3	Socorros de Urgência	10
	4	Paraquedismo	35
	5	Operações Helitransportadas	30
	6	Armamento, Munição e Balística	20
	7	Técnica de Patrulha Policial em área urbana	20
	8	Treinamento Físico Militar Específico	20
	9	Combate Corpo a Corpo	20
	10	Teoria Geral de Operações Especiais	05
	11	Direitos Humanos e uso progressivo da força	20
	12	Gerenciamento de Crises e Negociação	15
	13	Tiro Tático	40
	14	Agentes Químicos e Tecnologia Menos Letal	20
	15	Estágio de Aplicação Táticas e Patrulhamento de Alto Risco	30
	16	Resposta Imediata em Ocorrências com Explosivos	20
	17	Noções de Tiro de Precisão	20
	18	Segurança Pessoal de Testemunhas e Dignitários	20
	19	Ações Táticas	40
	20	Estágio Operacional	23
		CARGA HORÁRIA TOTAL DE DISCIPLINAS	**525**

Fonte: ACRE, 2011, f. 2.

Convém mencionar sobre Curso de Ações Táticas Especiais, desenvolvido pela Polícia Militar do Estado de **Mato Grosso do Sul** (PMMS), localizada na região centro-oeste do Brasil. O curso possui objetivo habilitar os integrantes da PMMS, por meio do repasse de conhecimentos na área de ações táticas especiais, a atuarem em ocorrências especiais, e a fazer parte de um grupamento especial, bem como,

habilitando-o a atuar como operador da área de ações táticas especiais (MATO GROSSO DO SUL, 2008, f. 8). O curso tem duração de aproximadamente cinquenta dias, não possuindo reconhecimento de COEsp, conforme quadro abaixo:

QUADRO 10

Malha curricular do Curso de Ações Táticas – PMMS – 2008

ENSINO	N°		MATÉRIAS CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
PROFISSIONAL	1	RÚSTICA	Treinamento Físico Específico	50
	2		Combate Corpo a Corpo	40
	3		Socorros de Urgência	10
	4		Operações no Pantanal	100
	5	POLICIAL	Direitos Humanos	05
	6		Técnicas Operacionais de Inteligência	10
	7		Gerenciamento de Crises	10
	8		Negociação	10
	9		Proteção de Autoridades e Testemunhas	10
	10		Controle de Distúrbios Civis e Ag. menos que Letais	15
	11		Patrulhamento Tático	20
	12		Armamento e munições	20
	13	TÉCNICA	Técnicas Especiais de Tiro	20
	14		Operações Helitransportadas	10
	15		Táticas Verticais	10
	16		Táticas Especiais	60
	17		Mergulho	20
	18		Procedimentos Preventivos Envolvendo Explosivos	10
	19	PRÁTICAS	Estágio Operacional	20
	20		Atividades Psicofísicas	15
	21		A disposição da Coordenação	35
			TOTAL	**500**

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2008.

Representando a região nordeste do Brasil, tem-se o COEsp da Polícia Militar de **Pernambuco** (PMPE) que, com duração de três meses e carga horária de 756 horas aula, visa capacitar o policial na doutrina de OEP, tornando-o apto a treinar, dar

treinamento e operar sob as condições mais adversas, sendo dotado do conhecimento técnico, tático, físico e psicológico para tal (PERNAMBUCO, 2002). Ele apresenta a seguinte malha curricular:

QUADRO 11

Malha curricular do Curso de Operações Policiais Especiais – PMPE – 2002

N	MATÉRIA	CARGA-HORÁRIA
1	Treinamento físico específico	62 h/a
2	Técnicas de patrulha	12 h/a
3	Instrução tática individual	15 h/a
4	Primeiros socorros	12 h/a
5	Natação utilitária	20 h/a
6	Ofidismo	04 h/a
7	Topografia	04 h/a
8	Orientação e navegação	12 h/a
9	Camuflagem	04 h/a
10	Nós e amarrações	08 h/a
11	Sobrevivência	20 h/a
12	Defesa pessoal	26 h/a
13	Armamento e munição	34 h/a
14	Tiro policial	58 h/a
15	Estágio médico-hospitalar	16 h/a
16	Policiamento com cães	08 h/a
17	Policiamento montado	18 h/a
18	Comunicações	08 h/a
19	Abordagem à pessoas	12 h/a
20	Abordagem à edificações	12 h/a
21	Abordagem à veículos	12 h/a
22	Combate corpo a corpo	30 h/a
23	Ações táticas	70 h/a
24	Ações antibomba	24 h/a
25	Proteção de autoridades	18 h/a
26	Informações de segurança pública	10 h/a
27	Agentes químicos	10 h/a
28	Palestras	06 h/a
29	Embarque e Desembarque de Pneumáticos	08 h/a
30	Mergulho	20 h/a
31	Salvamento em altura	08 h/a
32	Salvamento no mar	16 h/a
33	Combate à incêndio	06 h/a
34	Direção defensiva e ofensiva	08 h/a
35	Operações helitransportadas	06 h/a
36	Patrulha urbana	30 h/a
37	Montanhismo	28 h/a
38	Patrulha rural	40 h/a
39	Sobrevivência na caatinga	40 h/a
	TOTAL	**756 h/a**

Fonte: PERNAMBUCO, 2002, f. 1-2.

Também na região nordeste, apresenta-se o Curso de Ações Táticas Especiais (CATE) desenvolvido pela Polícia Militar de **Alagoas** (PMAL), sob coordenação do Batalhão de Operações Policiais Especiais e duração aproximada de cinquenta dias. O treinamento possui os objetivos de capacitar os policiais da PMAL, na doutrina de Ações Táticas Especiais, tornando-os aptos a: intervir em ocorrências com reféns, rebeliões em estabelecimentos prisionais, operações em locais de alto risco, segurança de autoridades, além de atuar em ocorrências com artefatos explosivos; atualizar conhecimentos técnico-tático especializado, necessários a eficiente e eficaz execução de qualquer missão de caráter especial, em áreas urbanas e rurais; formar um contingente de reserva para a Unidade (ALAGOAS, 2010). Abaixo, a malha curricular do curso:

QUADRO 12

Malha curricular do Curso de Ações Táticas Especiais – PMAL – 2010

N	ELEMENTOS CURRICULARES	C / H
1	Sobrevivência	60
2	Operações na Caatinga	120
3	Operações Aquáticas (Mergulho e Salvamento)	30
4	Gerenciamento de Crises/Negociação	10
5	Armamento, Munição e Tiro	36
6	Ações Táticas Especiais	36
7	Assault (Entradas Táticas)	60
8	Técnicas de Patrulha Urbana	60
9	Explosivo	24
10	Operações em Altura	24
11	Operações Helitransportada	24
12	Imobilização Policial	24
	CARGA HORÁRIA DAS MATÉRIAS	**490**
	Á Disposição da Coordenação	10
	SOMA TOTAL	**500**

Fonte: ALAGOAS, 2010, f. 5.

Outro Curso de Operações Especiais que merece destaque é o desenvolvido pela Polícia Militar do Estado do **Mato Grosso** (PMMT), o qual possui o objetivo geral de promover a capacitação e aprimoramento técnico dos policiais militares para o desempenho de missões que exijam especializações e doutrinas relativas às

Operações Especiais. O curso possui duração de 16 semanas, totalizando 110 dias (MATO GROSSO, 2009), o qual apresenta a seguinte malha:

QUADRO 13

Malha curricular do Curso de Operações Especiais – PMMT – 2009

EIXOS TEMÁTICOS	Nº	NOME DAS DISCIPLINAS	C / H
SISTEMAS, INSTITUIÇÕES E GESTÃO INTEGRADA EM SEGURANÇA PÚBLICA	1	Sistema de Comando e Controle de Incidentes	10
CULTURA E CONHECIMENTOS JURÍDICOS	2	Noções de Direito Aplicada a Atividade Policial	14
	3	Direitos Humanos	15
MODALIDADES DE GESTÃO DE CONFLITOS E EVENTOS CRÍTICOS	4	Gerenciamento de Crises	50
	5	Técnicas de Negociação	20
	6	Uso Progressivo da Força, Agentes Químicos e Tecnologia Menos Letal	30
VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E SAÚDE DO TRABALHADOR	7	Socorros de Urgência	14
	8	Treinamento Físico Específico	54
	9	Combate Corpo a Corpo	50
COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA PÚBLICA	10	Informática Aplicada a Atividade Policial	14
	11	Inteligência Policial	20
	12	Técnicas de Ensino e Aprendizagem	10
FUNÇÕES, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA	13	Teoria Geral dos Operações Especiais	10
	14	Instrução Tática Individual em Campanha	75
	15	Sobrevivência no Cerrado	40
	16	Adaptação no Pantanal	60
	17	Operações na Selva	60
	18	Orientação e Navegação	40
	19	Operações Helitransportadas	20
	20	Ações Antibombas e Contrabombas	40
	21	Operações Tático Móvel	25
	22	Patrulha Policial	50
	23	Mergulho Autônomo	40
	24	Operações em Alturas (montanhismo)	60
	25	Paraquedismo Operacional	30
	26	Salvamento Aquático	40
	27	Operações Ribeirinhas	20
	28	Perícia Criminal e Medicina Legal Aplicada	15
	29	Segurança de Dignitários	40
	30	Armamento, Munições e Balística	40
	31	Op. em Ambientes Urbanos de Alto Risco	50
	32	Tiro Tático	72
	33	Assalto Tático	112
	34	Noções de Tiro Policial de Precisão	28
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		À DISPOSIÇÃO DA COORDENAÇÃO	10
TOTAL			**1288**

Fonte: MATO GROSSO, 2009, f. 24.

Outro importante curso de FEP no cenário nacional é o desenvolvido pela PF. Os policiais integrantes do Comando de Operações Táticas da PF atuam em todo território brasileiro em diversos ambientes com características geográficas e regionais diferenciadas. O curso tem duração média de 800 horas aula, perfazendo um total de cerca de dezesseis a dezoito semanas (BETINI, 2009, p. 277). Quem é reprovado em alguma dessas disciplinas é automaticamente desligado do curso, característica que permeia a maioria dos COEsp (BETINI; TOMAZI, 2010, p. 73-77).

O curso possui as seguintes etapas:

QUADRO 14

Disciplinas do Curso de Operações Táticas – Polícia Federal – 2011

N	DISCIPLINAS	N	DISCIPLINAS
1	Treinamento Físico Policial	23	Anti-Terrorismo
2	Teste de Habilidades Específicas	24	Adestramento em Polícia Ambiental
3	Operações do Corpo de Bombeiros Militar	25	Gerenciamento e Negociação em Crises
4	Instrução Tática Individual	26	Explosivos
5	Distribuição e preparo de Material	27	Baixa Luminosidade
6	Normas Gerais de Ação	28	Operações Aéreas
7	Orientação e Navegação Terrestre	29	Operações de Inteligência
8	Primeiros Socorros	30	Transposição de Obstáculos
9	Patrulha Rural	31	Estágio de Adaptação à Caatinga
10	Treinamentos Verticais	32	Mergulho
11	Agentes Químicos	33	Patrulha Urbana
12	Abordagem e Condução de Suspeitos	34	Retomada de Edificações
13	Armamento e Tiro	35	Retomada de Metrô
14	Controle de Distúrbio Civil	36	Retomada de Ônibus
15	Comboio e Escolta	37	Retomada de Presídio
16	Comunicações	38	Estágio de Aplicações Táticas
17	Direção Ofensiva	39	Planejamento Operacional
18	Sobrevivência na Água	40	Paraquedismo
19	Salvamento Aquático	41	Retomada de Aeronave
20	Teoria das Operações Especiais	42	Retomada de Navio
21	Combate Corpo a Corpo	43	Técnicas Verticais
22	Estágio Básico do Combatente de Montanha	..	..

Fonte: Informações fornecidas por discente do Curso de Operações Táticas, 2011.

É importante compreender que as **empresas bem sucedidas**, segundo Baumgartner (2001, p. 3), avaliam os bons caminhos contrapondo-os aos maus, criando condições para um meticuloso itinerário para elas. Esse processo é realizado após um estudo sobre as vantagens e desvantagens do resultado a ser perseguido.

Nesse viés, observam-se algumas diferenças dentre as malhas apresentadas, que as comparando com a mineira, devem ser destacadas. Em relação ao COEsp da **PMERJ**, a malha curricular possui 1062 horas a mais que o atual curso desenvolvido pela PMMG. Além disso, ele possui a duração de 10 semanas a mais que o atual treinamento mineiro. Sobre a quantidade de disciplinas, ele apresenta 19 disciplinas, semelhante à malha curricular do COEsp de Minas Gerais realizado no ano de 2008. A despeito da atual malha curricular do COEsp da PMMG, este possui a carga horária semelhante ao desenvolvido no CAT da PMERJ, entretanto as disciplinas são diferentes e mais semelhantes ao próprio COEsp da PMERJ. Em relação ao curso desenvolvido pela **PMESP**, o conteúdo exclusivo de disciplinas assemelha-se com o curso mineiro, entretanto há ainda 200 horas aula a mais para atividades extracurriculares. O CAT da **PMAC** possui cerca de 205 horas aula a mais que o COEsp/2011 da PMMG, e ainda 19 disciplinas, assemelhando-se também ao COEsp realizado em 2008 pela instituição mineira. Em relação ao CAT da **PMMS**, o curso é dividido em fases, denominadas de *rústica, policial, técnica* e *práticas,* semelhante ao que ocorre na PMMG, porém, nesta, há a divisão em três módulos. No sistema da PMMS, há uma carga horária de 500 horas aulas, das quais 430 são destinadas a 18 disciplinas, e as demais, a atividades práticas. O COEsp desenvolvido pela **PMPE** possui carga horária de 756 horas aula, com a peculiaridade de dividir sua malha em 39 disciplinas. Percebe-se que muitas pertencem a semelhantes áreas do conhecimento, porém foram subdivididas. No treinamento realizado na **PMAL**, há uma semelhança na quantidade de disciplinas, porém superioridade na carga horária, em que pese se tratar de CATE. De todos as polícias, o que apresentou o COEsp com maior carga horária foi o da **PMMT**, com 1288 horas aula, divididos em 34 disciplinas. Tal treinamento apresenta uma característica peculiar de dividir suas disciplinas em seis eixos temáticos, visando capacitar o policial de forma ampla na temática de Operações Especiais Policiais. Por fim, o modelo da **PF**, o que possui um curso com aproximadas 800 horas aula, distribuídas em 43 temáticas de estudo. Uma semelhança importante a ser observada no modelo da Polícia Federal é a área de atuação. O Estado de Minas Gerais, apesar de o território ser muito menor que o nacional, se assemelha no aspecto de possuir vários biomas, fator deve ser considerado na elaboração de uma malha curricular. Por meio dessa reflexão, pode-se elaborar a seguinte tabela comparativa:

TABELA 1

Tabela comparativa dos cursos em Operações Especiais Policiais no BRASIL

2002 - 2011

Nº	POLÍCIA	REGIÃO	TREINAMENTO	ANO	CARGA HORÁRIA	DISCIPLINAS	DURAÇÃO
1	PMMG	Sudeste	COEsp	2011	320 h/a	13	50 dias
2	PMERJ	Sudeste	COEsp	2010	1382 h/a	19	126 dias
3	PMERJ	Sudeste	CAT	2010	320 h/a	11	35 dias
4	PMESP	Sudeste	COEsp	2010	522 h/a	10	49 dias
5	PMMT	Centro-Oeste	COEsp	2009	1288 h/a	34	110 dias
6	PMMS	Centro-Oeste	CAT	2008	500 h/a	20	50 dias
7	PMPE	Nordeste	COEsp	2002	756 h/a	39	90 dias
8	PMAL	Nordeste	CATE	2010	500 h/a	12	50 dias
9	PMAC	Norte	CAT	2011	525 h/a	20	56 dias
10	PF	Todo território	Curso de Op. Táticas	2011	800 h/a	43	112 dias
MÉDIA GERAL					**691 h/a**	**22**	**73 dias**
MÉDIA DOS COEsp					**845 h/a**	**26**	**90 dias**
MÉDIA DOS CAT e CATE					**461 h/a**	**16**	**48 dias**

Fonte: Adaptado pelo autor, 2011.
Nota: O Curso de Operações Táticas da Polícia Federal, para fins de análise, foi equiparado ao COEsp.

Nota-se que não há um modelo unificado de treinamento em OEP, sendo que cada Estado adéqua às suas necessidades o curso ideal. As nomenclaturas utilizadas e a quantidade de disciplinas não representam os fatores mais importantes dessa análise, visto que muitos desses treinamentos desenvolvem algumas disciplinas que, na verdade, encontram-se inseridas no mesmo eixo temático. Há de se considerar, também, que a carga horária apresentada pelo COEsp da PMMG não inclui tempos destinados a atividades extracurriculares e destinadas à coordenação, como a maioria das malhas curriculares, contudo, observando as médias apresentadas, comparando e confrontando-as, percebe-se que o treinamento mineiro necessita de adequações para potencializar seus resultados.

Apesar dessas ponderações, Baumgartner (2001, p. 3) ressalta que “ninguém obtém sucesso à custa de, exclusivamente, outros modelos de sucesso, em que só são expostos os bons resultados obtidos.” Devem-se considerar as necessidades externas e o contexto que a instituição se insere, para se implementar programas de

treinamento, ou seja, as demandas do mercado devem impulsionar de fora para dentro a necessidade de capacitação dos policiais.

5.5 *Forjando* o operador das Forças Especiais de Polícia

A etimologia da expressão ***forjar*** vem da palavra *forja*, que significa o estabelecimento onde se fundem e se modelam os metais. Metaforicamente simboliza o processo de **formar, enrijecer, temperar e modelar o caráter e o espírito de um homem** (HOUAISS, 2007). Essa é a ideia que permeia todo processo de capacitação de um operador das FEP. Na verdade, ele se encontra em um período que se busca formar seus conceitos, com técnicas, doutrinas e valores. Essa é a parte mais difícil e delicada no percurso da capacitação em OEP. A maior riqueza em um grupo de FEP são os talentos humanos. Betini (2009, p. 278) relata que não se deve discutir o trinômio homem, equipamento e treinamento, porém o ser humano é o mais importante, sobretudo em razão da capacidade em "adaptar, improvisar e superar". Nesse aspecto que toda atenção deve ser conferida aos processos de capacitação desse policial.

A *forja* constitui uma mudança comportamental dentro do processo de capacitação, a qual é a mais complexa das mudanças, porém a mais importante. Segundo Vicente Graceffi (2006, *apud* XAVIER; AFONSO, 2010, p.152), a mudança de atitudes funcionam da seguinte forma:

> As atitudes podem ser aprendidas, substituídas e/ou desenvolvidas por meios associativos conscientes que originem novas imagens ou novos registros afetivos e comportamentais, ou que alterem os registros antigos, sempre que haja interesse pessoal amparado por forte e contínua imaginação do prazer na melhora idealizada (GRACEFFI, 2006, p. 27, *apud* XAVIER; AFONSO, 2010, p.152).

Essa transformação comportamental é esclarecida por Storani (2008, f. 21), o qual descreve o COEsp como uma espécie de ***rito de passagem*** ou de *transição,* que, segundo Turner (1974, *apud* STORANI, 2008, f. 21) é representado e dividido em três fases. A primeira delas é denominada de ***separação***, a qual abrange o comportamento simbólico que significa o afastamento do indivíduo ou de um grupo, retirando sua identidade. A segunda, chamada de ***liminar*** ou ***margem***, onde as

características do sujeito são ambíguas, passando através de um domínio cultural que têm poucos, ou quase nenhum, dos atributos do passado ou do estado futuro. Na terceira fase, denominada ***reagregação*** ou ***reincorporação*** consuma-se a passagem e o indivíduo e reinserido no novo grupo.

A maioria dos policiais possui um comportamento diferente das pessoas ditas comuns, explica Betini e Tomazi (2010, p. 55). É o que chamamos de "**comportamento errático**". Enquanto a maioria das pessoas passa a vida se protegendo e se autopreservando, os policiais andam na contramão dessa tendência natural. Esse comportamento deve ser predominante em um operador das FEP. Para tanto, somente testando-o em diversas situações e contextos poderá identificar essa motivação e vontade em salvar vidas, mesmo com o sacrifício da sua própria. McNab (2002b, p. 27), relata que os registros demonstram que os soldados das FE, que também se aplica ao contexto policial, devem possuir uma capacidade implacável de avançar na perseguição de uma missão com êxito. Segundo os relatos:

> Até mesmo em relação à fadiga, aos ferimentos e à perspectiva de uma morte violenta, estes **homens parecem ter uma atitude sempre "ligada" que nunca desliza para o derrotismo nem para o fatalismo**. Esta é talvez a área mais vital da "personalidade" do SAS – **RESISTÊNCIA MENTAL**, antes da sua homóloga física. Para as pessoas com bons níveis de disciplina e empenhamento, a força física ao nível do SAS pode ser adquirida. **Tudo o que é preciso é alguns meses de treino**. No entanto, a resistência e a determinação para não se deixar levar pela adversidade farão com que o corpo realize feitos ainda mais extraordinários quando os outros desistem (MCNAB, 2002b, p. 27, *grifo nosso*).

Wilson (2010b, p. 27) acrescenta que diante de eventos de natureza crítica é natural que os FEP sintam medo, emoção considerada positiva. Quando isso ocorre, as glândulas supra-renais liberam adrenalina na corrente sanguínea, fazendo com que os seres humanos escolham entre "lutar ou correr". O perigo dessas situações de conflitos é desenvolver nos FEP uma perca do controle e pânico. Por isso, devem aprender a coordenar essas sensações. O treinamento é fundamental para ajudar os operadores a tirar vantagem de seus medos.

Para se *forjar* um operador das FEP, para se alcançar esse objetivo, alguns detalhes primordiais devem ser observados na temática treinamento (FIG. 5), explica Betini e

Tomazi (2010, p. 61):

> **O treinamento deve ser duro**, aproximando o policial das piores situações e sob condições de alto grau de ansiedade. É preciso, também, saber a hora de **fortalecer os elementos de ética, moral e honestidade**. Para "endurecê-lo" retiramos parte de sua dignidade, porém, a cada obstáculo vencido, essa lhe é devolvida em dobro (BETINI; TOMAZI, 2010, p. 61, *grifo nosso*).

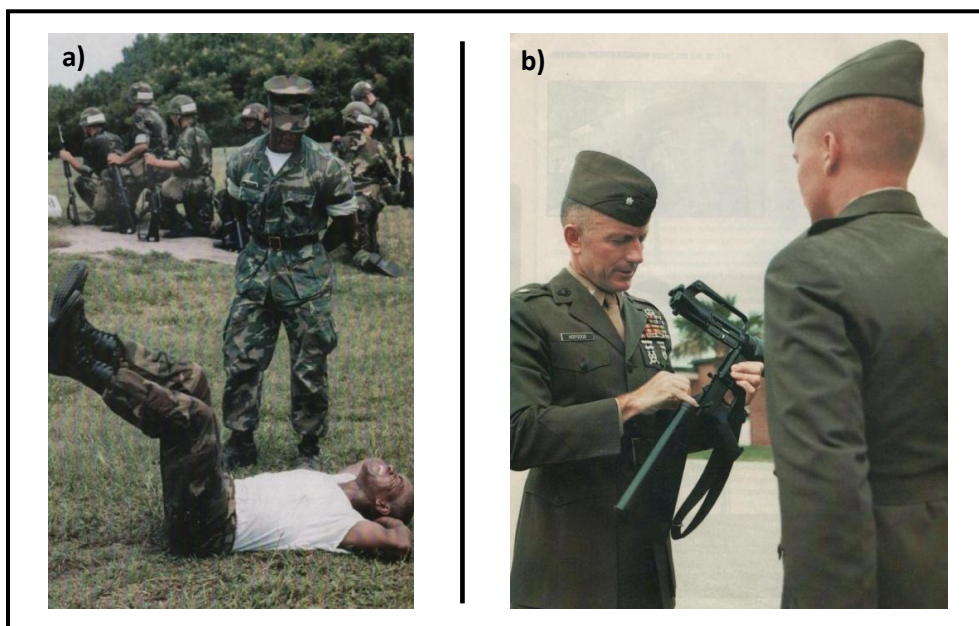



FIGURA 5 – Atuação de instrutores dos Fuzileiros Navais norte-americanos

Legenda: **a)** qualquer conduta inadequada é tratada por meio de "incentivo ao treinamento físico";
b) um fuzileiro tem seu rifle M16 inspecionado. O oficial está checando se a arma está livre de sujeiras e ajustada corretamente.
Fonte: MCNAB, 2002a, p. 14; 26.

McNab (2002a, p. 83) relata a importância da rigidez nos treinamentos das FE. Quando mais combates reais um grupo tivesse visto, mais capaz seriam de controlar as emoções e ações em combate. Nesse sentido ele explica:

> O **treino duro** das unidades de elite faz ainda mais sentido. Dar aos soldados um **treino duro, realístico e castigador** não só torna os homens individualmente mais duros, aptos e fortes, mas também **torna o grupo mais acostumado a encontrar o *stress* e a violência como parte de seu comportamento natural.** À medida que o grupo se ajusta ao combate, as emoções caprichosas tornam-se menos aceitáveis e os soldados começam a atingir um autodomínio que une os membros do grupo (MCNAB, 2002a, p. 83-84, *grifo nosso*).

Quando se discute a rigidez do treino, não se quer dizer sobre a utilização de

métodos desumanos, cruéis e extremamente agressivos, explica McNab (2002a, p. 83). Ele esclarece que para as FE, o que também atende as FEP, as OE requerem o máximo de autodomínio, não podendo haver traços, nem emoções pessoais, de raiva, a fim de que os objetivos das missões não sejam deixados de lado ou tratados de maneira incorreta. De forma contrária, Alberto Pinheiro[35] defende as surras nos treinamentos, a fim de "dissuadir os soldados pouco determinados [...] e para que percam as noções de hierarquia, conforto e humilhação, mantendo a sobriedade em situações limite." Porém, David Ribeiro[36] defende que "o treino deve ser rigoroso, mas dar tapa na cara e ofender só serve para satisfazer instrutores sádicos" (VERSIGNASSI; NARLOCH; RATIER, 2007, p. 63). A rigidez desnecessária pode provocar o efeito colateral de estimular a violência desmedida, comprovadas por denúncias de abusos e torturas, comportamento inaceitável nas FEP. Mesmo assim, um instrutor de Defesa Pessoal do BOPE/PMERJ relata:

> "Um tapa é só um tapa. Não mata e não deve nos ofender. Ter agressividade controlada e controle emocional é ser agredido e saber responder dentro da lei. Quem não estiver preparado para isto é só pedir para sair e voltar para seu batalhão de *invertebrados*" (STORANI, 2008, f. 99).

Wilson (2010b, p. 21) esclarece o risco em se formar grupos com traços de ira e raiva. Ele esclarece que as FE devem ser assertivas sem ser ameaçadoras, sendo vital que os operadores controlem sua raiva quando estiverem em situações de conflitos. Ele relata:

> Se eles perderem o controle emocional, perderão também sua força e coordenação e passarão a lutar com seus corações e não com suas mentes. Se os soldados ficarem irados é provável que todo seu treinamento seja inútil e eles irão fazer uso apenas da força bruta e ignorância. **A raiva destrói a disciplina de combate** (WILSON, 2010b, p. 21, *grifo nosso*).

O processo de mudança *atitudinal* que visa *forjar* o comportamento do candidato às FEP perpassa pelas seguintes fases:

a) **auto-análise:** a pessoa reconhece pontos positivos e negativos de suas atitudes atuais, identificando aquelas prejudiciais ao desempenho social,

---

[35] Alberto Pinheiro Neto, em novembro de 2007, era Tenente-Coronel e comandante do BOPE da PMERJ (VERSIGNASSI; NARLOCH; RATIER, 2007, p. 63).

[36] David Ribeiro é ex-Coronel da PMESP e psicólogo, que atualmente estuda o comportamento mental dos policiais (VERSIGNASSI; NARLOCH; RATIER, 2007, p. 63).

bem como as que necessitam ser reforçadas ou implantadas;

b) **convencimento**: a pessoa se convence de que a mudança e/ou o desenvolvimento de novas atitudes melhorarão o desempenho e promoverão maior felicidade. A antevisão do prazer na nova atitude tem papel crucial nesta fase;
c) **coação**: o período em que as velhas atitudes persistem em vir à tona diante de determinados estímulos exige motivação contínua, força de vontade e determinação para evitar as recaídas;
d) **conversão**: nesta fase, a mudança de atitude já está suficientemente enraizada e surge imediatamente na ocorrência do estímulo.
(GRACEFFI, 2006, p. 27, *apud* XAVIER; AFONSO, 2010, p.152).

Esse processo de *forja* visa transformar os policiais militares em policiais militares de Forças Especiais de Polícia, os quais operam nas Operações Especiais Policiais. Segundo McNab (2002b, p. 106), muitos que iniciam o treinamento da FE já são bons homens de infantaria ou da marinha, porém os treinos os transformarão em elite e lhes ensinarão as especificidades que nunca receberam em nenhum outro treinamento. **A avaliação desse processo é constante e continuada, iniciando-se na seleção.** O autor relata: “o recruta deve utilizar este forte incentivo para se esforçar porque se seguem os tempos psicologicamente difíceis e alguns desafios dolorosos” (MCNAB, 2002b, p. 106).

Todo esse processo exige muita responsabilidade e profissionalismo dos envolvidos na coordenação dos treinamentos de capacitação. O exemplo nos instrutores é fundamental para se multiplicar os valores éticos e morais da Unidade. Betini e Tomazi (2010, p. 61) ressaltam que:

> É de suma importância **o aluno ter em quem se espelhar**, que ele veja no instrutor um modelo positivo a ser seguido, não um espécime sem caráter e com gosto pelo sofrimento alheio. No entanto, existe um processo de rusticidade e “peneiramento”. **Nem todos são aptos a serem Operações Especiais**. Nesses momentos específicos do Curso, os alunos contam única e exclusivamente com eles mesmos. Os instrutores estão ali para “atrapalhar”, **gerando dificuldades e estresse** (BETINI; TOMAZI, 2010, p. 61, *grifo nosso*).

As lideranças em uma FEP devem ser as melhores. Os policiais que eles lideram são fortes e inteligentes e os líderes têm que inspirá-los, a fim de ganhar a confiança e guiá-los nas missões, explica McNab (2010, p. 43). Caráter é um dos elementos mais importante que o líder traz de uma unidade de elite, o qual legitima suas ações. McNab (2002a, p. 99-101) relata que nas FE, cada líder apresenta características diferentes, entretanto existem qualidades que todos os líderes devem possuir para

que possam inspirar seus comandados. São elas:

a) **lealdade:** um líder de FEP tem que demonstrar lealdade aos seus homens, ao seu ramo das OEP e à sua missão;
b) **coragem:** a coragem deve ser a determinação de se esforçar pelo objetivo da missão, pelos valores da Unidade em face das adversidades, sem ceder;
c) **integridade:** o respeito por um oficial tem que ser ganho, não sendo uma coisa dada automaticamente à posição;
d) **respeito:** o respeito é essencial para assegurar o melhor desempenho da Unidade. A falta de respeito é baseada no medo, um motivador fraco;
e) **abnegação:** o oficial está ali para servir os outros, não a si mesmo. Em combate e no quartel, ele tem que colocar o bem-estar dos seus homens, do seu regimento e do seu País antes do próprio.

Nesse viés, com o potencial em influenciar pessoas, os instrutores devem sempre se preocupar com a mudança comportamental do candidato, a fim de *forjar* seu perfil com os fundamentos éticos da Unidade. Os **Fundamentos Éticos** são fundamentais para coesão do grupo de FEP e deverão ser incutidos durante período de capacitação. Segundo Betini e Tomazi (2010, p. 29), é preciso que esses fundamentos sejam absorvidos integralmente, ajudando na formação do grupo e solucionando os conflitos com o ordenamento jurídico. Eles descrevem os seguintes fundamentos:

a) **RESPONSABILIDADE COLETIVA:** refere-se à importância dos membros pensarem na coletividade. Um único erro poderá comprometer a todos. Juridicamente, o integrante que cometeu um erro dentro da operação responderá individualmente, mas todo grupo será penalizado, seja moralmente pela missão não cumprida, ou pior, pela perda de um membro ou pela morte de um refém;
b) **FIDELIDADE AOS PRINCÍPIOS DOUTRINÁRIOS:** refere-se sobre a observância e respeito aos princípios doutrinários (técnicas e táticas) nas missões realizadas pelo grupo;
c) **VOLUNTARIADO:** Princípio básico. Ninguém pode ser obrigado ou coagido a fazer parte de um grupo dessa natureza. Todo membro tem que ser voluntário e deverá ser dispensado no momento em que deixar de sê-lo. Alguns grupos tentam fazer com que seus integrantes, mesmo contra a sua vontade, permaneçam engajados, em razão dos investimentos feitos em

> seu treinamento. Isso é um erro, porque a partir do momento em que se perde o voluntariado, provavelmente, perde-se o comprometimento essencial para o sucesso das missões;
>
> d) **DEVER DO SILÊNCIO:** um FEP deve preservar informações sigilosas, não divulgando técnicas utilizadas, informações sobre operações, treinamentos realizados ou qualquer dado sigiloso;
>
> e) **COMPROMISSO:** todo integrante de um grupo de FEP deve estar comprometido com os objetivos e com seus pares, não hesitando na tomada de atitudes que devam ser efetivadas.
> (BETINI; TOMAZI, 2010, p. 29, *grifo nosso*).

Segundo Storani (2008), a absorção desses valores pelos candidatos pode ocorrer com a união de uma estratégia de “socialização formal e informal”. A "**socialização formal**" se materializa com a execução do prescrito no planejamento da coordenação do curso, sendo consumado pelo cumprimento das prescrições e do objetivo determinado. A "**socialização informal**" ocorre nos interstícios do processo de aprendizagem de forma não planejada, estando intrinsecamente relacionada às idiossincrasias[37] da equipe de instrução sobre "o como" e para "o quê" os alunos deveriam ser preparados. O alinhamento estratégico da socialização formal e informal, durante o curso, possui o poder de construir, reforçar e consolidar o *ethos* e a visão de mundo do grupo de alunos do curso.

Tais fundamentos e estratégia contribuem na manutenção de uma Unidade fortificada e coesa, fundamental nas FEP. Além disso, todo o processo em se moldar o operador das FEP é também permeado por algumas liturgias que provocam uma motivação nos integrantes desse grupo e um senso de orgulho inabalável em pertencer à elite. McNab (2010a, p. 86-87) relata que somente o fato de pertencer a uma FE, que já os diferencia do resto dos militares, já tende a criar um maior respeito. Esses grupos acreditam:

> Ser Forças Especiais o torna membro de uma enorme extensão familiar para o resto de suas vidas. Esse sentimento de pertencer a uma das forças mais fortes, base da união da equipe, é mostrado quando eles entram em combate (MCNAB, 2002, p. 40).

Até recentemente o BOPE/PMERJ era composto por apenas 150 homens, os quais eram treinados para ser o melhor grupamento de guerra urbana do mundo, com uma característica marcante: a honestidade, afirmam Soares, Pimentel e Batista (2006, p. 7). Eles esclarecem o que tornou esse grupo forte e coeso:

---

[37] Idiossincrasia refere-se a maneira de ver, sentir, reagir, de cada indivíduo (HOUAISS, 2007).

> Na história do BOPE, a resposta foi uma só: **ORGULHO**. Orgulho pessoal e profissional. Respeito ao uniforme negro. Antes a morte que a desonra. O **processo de seleção era tão difícil e doloroso**, o **ritual de passagem era tão dramático**, que **o pertencimento passou a ser o bem mais precioso**. Ser membro do BOPE, partilhar dessa identidade, converteu-se no patrimônio mais valioso. A auto-estima não tem preço. Portanto, não se negocia. [...] O guerreiro, que estende o risco ao limite extremo, não mira o pagamento. O alvo é a glória, recompensa muito maior que os bens materiais. O monge que fustiga o corpo não quer levar vantagem. A ambição é mais elevada: o contato com o sagrado (SOARES; PIMENTEL; BATISTA, 2006, p. 7-8, *grifo nosso*).

Do que foi descrito nesta seção, Storani (2008) aprofunda esclarecendo que o processo de capacitação e *forja* por meio do Curso de Operações Especiais possui fases. Na primeira delas, chamada de **Preparação Básica**, o sistema de valores dos candidatos é desconstruído, por meio de métodos que envolveram formas de pressão física e psicológica, até levá-los ao estresse e exaustão, sendo posteriormente reconstruído por meio da socialização, formal e informal, de conhecimentos específicos, estabelecendo uma nova forma de pensar, sentir e agir, que privilegiaram o sentido da tolerância ao sofrimento e privações. Na segunda, denominada **Preparo Operacional**, a socialização se caracterizou pelos métodos de simplificação, padronização e automatização, como meio de obtenção de uma performance ótima. Além de atingir os resultados determinados, os métodos objetivam estabelecer um padrão comportamental "corporificado", ou seja, a incorporação de formas institucionalizadas de comportamento. A terceira fase, chamada de **Operações,** privilegiou a capacidade de tomada de decisão, planejamento e trabalho em equipe sob condições adversas, simuladas e reais, sendo caracterizada pela "pressão" contínua sobre o tempo de resposta, a qualidade da decisão e o resultado obtido, ou seja, a "missão cumprida".

Numa visão antropológica, com base na perspectiva de Turner (1974, p. 154, *apud* STORANI, 2008, f. 132), no período intermediário do Curso de Operações Especiais do BOPE/PMERJ são desenvolvidos valores, crenças e ideais coletivos durante o "sofrer e fazer juntos” (FIG. 6). Este período poderia ser entendido como uma "situação de conflito planejada", indutora de dramas sociais. Estes dramas resultariam casos de cisão total, pelas desistências de alunos durante o processo de treinamento, e de fortalecimento da estrutura, com a conclusão do curso pelos alunos que "superaram os desafios" e passam a fazer parte da Unidade. Storani (2008, f. 132*)* considera que:

> O próprio ato de desistir, por parte de alunos, não deixa de fortalecer a estrutura, [...] pois esta circunstância **revigora o mito de severidade e dificuldade do processo**, que seria replicado pelos remanescentes por meio do *ethos* construído ao longo do rito de passagem (STORANI, 2008, 132*, grifo nosso*).

FIGURA 6 – Treinamento básico da Marinha Americana SEAL[38]

Legenda: A "caminhada na lama" requer que os soldados atravessem juntos centenas de metros com lama até a altura do peito. Não se deve desencorajar pelos desconfortos iniciais.
Fonte: WILSON, 2010b, p. 9.

Essa característica diferenciada de uma FEP que justifica todo critério e rigor na seleção e treinamentos. Métodos diferenciados são nitidamente necessários para se moldar o operador das FEP, sempre observando e respeitando os preceitos dos Direitos Humanos.

5.5.1 O treinamento das Forças Especiais de Polícia

A capacitação inicial dos FEP para a atuação em OEP se dá através da realização de cursos, em que são submetidos os inscritos a treinamentos, dentro de uma gama de dificuldades inerentes à atividade, na tentativa de se alcançar o perfil esperado para o profissional, afirma Rodrigues e Pires (2006, f. 49). Entretanto, estar inicialmente capacitado remete a um segundo desafio, o **treinamento constante**, na garantia de que uma manutenção estruturada na qualidade de exercícios, aproxime à realidade da atuação policial. Deste modo é imprescindível que a equipe ou

[38] Força de Operações Especiais da Marinha dos Estados Unidos (WILSON, 2010a, p. 23).

unidade especializada mostre-se capaz de manter um alto nível de profissionalismo, proporcionando aos seus componentes o desenvolvimento da capacidade de decidir e agir sob pressão (RODRIGUES; PIRES, 2006, f. 49).

Os treinamentos das Forças Especiais de Polícia necessitam de manter a qualidade de atuação do grupo em todas as situações. Por isso, os integrantes devem possuir uma rotina pesada de treinamento, visando manter um elevado nível técnico. O treinamento inicial de um candidato às FEP deve ser rigoroso, a fim de manter somente os mais **motivados** e **preparados física** e **psicologicamente** para as situações adversas, explica Betini (2009, p. 277). Segundo Betini e Tomazi (2010, p. 69), o maior obstáculo a ser vencido nos treinamentos é a própria mente. Eles esclarecem que grande parte dos candidatos nutre uma falsa ideia de que o desgaste físico é a pior dificuldade enfrentada e o grande causador de baixas. Na verdade, a condição física é muito exigida, mas a maior causa de desligamentos é a falta de preparação mental para suportar a pressão infligida, também chamada de **resistência psicofisiológica.** Segundo os autores, além da preparação física e tática, "os policiais necessitam de uma forte preparação psicológica para enfrentar todas as atividades de alto risco a que são constantemente submetidos" (BETINI; TOMAZI, 2010, p. 69).

Betini e Tomazi (2010, p. 69) explicam que no Comando de Operações Táticas o treinamento é dividido em duas fases. A primeira é chamada de fase de rusticidade, onde o objetivo é justamente romper a zona de conforto do policial, chamada também de "balança roseira" ou "peneiramento". Esta fase tem por objetivo garantir que permaneçam apenas aqueles que apresentem como características inatas, atitude positiva e proatividade. A segunda é a fase técnica, cujo objetivo é proporcionar ao instruendo conhecimentos e habilidades necessárias à proeficiência em OEP.

No Curso de Operações Especiais do BOPE/PMERJ, Storani (2008, f. 87) esclarece que na primeira semana de treinamento, em qualquer situação que o aluno fosse submetido, durante a instrução teórica ou prática, refeições, e mesmo nos intervalos de repouso, fora do local de descanso, deveria ser providenciado uma condição que causasse desconforto e incômodo para ele. Ele relata o seguinte:

> Se os alunos tivessem que ser conduzidos para a sala de aula, deveriam, primeiramente, ser imersos nas águas da represa, de forma a serem mantidos molhados o maior tempo possível [FIG. 7]. Na instrução prática, deveria se evitar qualquer condição que mantivesse o aluno parado em um mesmo ponto, para que ele não se acostumasse com aquela situação. Havia o pressuposto que esta **metodologia levaria o aluno a desenvolver a "rusticidade"**, que era entendida como a "**capacidade de suportar as adversidades do meio ambiente sem alterar a capacidade individual de realização de tarefas**" (STORANI, 2008, f. 87, *grifo nosso*).

McNab (2010a, p. 87) relata que o treino das FE são extremamente complicados, com taxas de desistências entre 40% a 90%. O processo de treino é concebido para **excluir aqueles indivíduos que têm tendências antissociais e que não contribuem para a união do grupo**. Segundo Betini e Tomazi (2010, p. 69), já na primeira semana de curso os candidatos são submetidos a uma espécie de *ritual de passagem,* onde as identidades dos policiais são retiradas, os uniformes são padronizados, as cabeças são raspadas, transformando todos em um número. Segundo os autores, tais tratamentos têm os seguintes objetivos:

> Esse processo é importante para que **todos deixem seu individualismo e suas vaidades de lado, passando a formar um grupo homogêneo**. Os alunos que vencerem as etapas desse "ritual", o curso, serão reintegrados e terão seu *status* recuperado, passando a fazer parte desse novo grupo [...] (BETINI; TOMAZI, 2010, p. 72, *grifo nosso*).

FIGURA 7 – Banho matinal na montanha no COESP/PMERJ

Fonte: STORANI, 2008, f. 117.

Essa primeira semana de curso é conhecida como "semana zero", "semana do inferno" ou "estágio de convivência", que funciona como uma "peneira" inicial. Ao

final o grupo é reduzido cerca de 35% (BETINI; TOMAZI, 2010, p. 73). Nesses sete dias os candidatos passam pelas seguintes privações:

> Durante uma semana passa por uma etapa de privação de sono e de alimentação. É submetido a intensa atividade física, com caminhadas intermináveis carregando a onipresente mochila, passando por pistas de cordas, pista de ação e reação, tendo seu corpo e materiais constantemente molhados. Recebe um tratamento ríspido e é impossibilitado de fazer qualquer contato com o restante do mundo (BETINI; TOMAZI, 2010, p. 72).

Essas experiências fazem com que os candidatos compartilhem esperanças e tribulações, buscando, juntos, o final do curso. Esses **rituais militares** tendem a unir os policiais de uma maneira não compreendida por civis, explica McNab (2010a, p. 87). O antropólogo Paulo Storani (VERSIGNASSI; NARLOCH; RATIER, 2007, p. 62) esclarece que o rigor dos treinamentos e os rituais militares de iniciação podem ser explicados também pela antropologia. Assim como os índios que pintam seus corpos e mudam seus nomes, os candidatos nos cursos de FEP raspam o cabelo e mudam seus nomes. Segundo ele, esse é o processo de separação, em que eles perdem a identidade antiga e iniciam um período de conquista de uma nova identidade para si próprio. Nessa fase, os alunos recebem novos valores que vão identificá-lo como um FEP. O senso de orgulho é inacreditável entre os FEP, que faz com que o grupo trabalhe melhor como equipe.

Storani (2008, f. 67) esclarece que há nesses rituais militares uma "mortificação da identidade", para construção de um novo sujeito. O ato dos candidatos perderem suas antigas vestimentas de origem e seus sinais de status, passando a utilizar trajes que não mais os distinguem, da mesma forma que sua designação pessoal e sua identidade, são uma estratégia de incorporação de valores e construção de uma nova identidade social, a de pertencer à Unidade de elite.

É importante compreender os motivos do rigor dos treinamentos das Forças Especiais de Polícia. Segundo McNab (2002a, p. 88), busca-se um desempenho excepcional entre essas forças, excluindo as "maçãs podres". Segundo o autor, os estudos comprovam:

> [...] se um soldado se sente membro duma equipa *(sic)* prestigiada, **é capaz de se esforçar até limites que não atingiria de outra forma**. Um soldado

> que pertence a uma equipa *(sic)* em que tem orgulho, está provado cientificamente, está preparado para sofrer mais dor, mais indignidade e mais sofrimento para **manter o bem-estar do grupo** do que alguém que esteja menos comprometido com o pensamento do grupo (MCNAB, 2010a, p. 87, *grifo nosso*).

Antigamente, alguns métodos de treinamentos degradantes eram praticados na SAS, afirma McNab (2002b, p. 58). Um dos piores era fazer o recruta mergulhar em uma trincheira repleta de água e estrume de ovelhas, permanecendo todo o dia com mau cheiro. Atualmente, essa metodologia é pouco praticada. Hoje em dia, os treinamentos tentam incentivar o êxito dos recrutas, e não os seus fracassos. Como exemplo de capacitação para as FE, tem-se o curso de acesso à SAS. Nele, explica McNab (2002b, p. 59), o treinamento divide-se em duas partes, o **Treino de Seleção** e o **Treino Contínuo.** O primeiro faz parte do processo de recrutamento que grande parte dos soldados tem em mente antes de se alistar. Dura cerca de quatro semanas, conduzidas sob grande cansaço e pressão. É essencialmente um dos períodos mais intensos de treino de resistência militar do mundo. Todo período inicial visa verificar se o candidato consegue motivar-se e disciplinar-se a si próprio sem o encorajamento e apoio do grupo. O Treino Contínuo visa instruir os candidatos nas capacidades de combate de elite, porém, ser aprovado na primeira etapa não significa êxito no curso. McNab (2002a, p. 18-20) esclarece que durante os treinamentos das FE, que devem ser considerados às FEP, buscam-se identificar e desenvolver os seguintes atributos:

> a) **INTELIGÊNCIA:** todos os soldados devem mostrar inteligência, mas nas unidades de FE, deve ser num grau muito alto;
> b) **AUTODOMÍNIO:** é a virtude de maior importância nas FE. As unidades de elite tendem a operar em pequenos grupos ou mesmo sozinhos. Isso quer dizer que cada operador tem que ser capaz de executar uma missão exigente com pouca ou nenhuma pressão, bem como serem capazes de suportar o aborrecimento esmagador de vigias longas e solitárias, enquanto mantém uma atitude alerta;
> c) **IMPLACABILIDADE:** os soldados das FE têm que desempenhar algumas operações mais desagradáveis de todas as forças militares, operações que requerem grande uso da força para serem impostas sobre o oponente. Deve-se ter agressividade controlada para se evitar erros;
> d) **CONHECIMENTO:** o operador das FE deve ser um estudante por toda vida da arte da guerra, a fim de que os profissionais estejam profundamente bem informados sobre a história militar, tática, política e cultura;
> e) **RESISTÊNCIA AO DESCONFORTO FÍSICO**: os operadores das FE não só têm que ser capazes de aguentar longas travessias a pé e em velocidade, mas também deve estar preparados para se envolverem em conflitos de grande pressão. A capacidade de ignorar mentalmente a dor física normalmente é criada durante o treino inicial intensivo.
> (MCNAB, 2002a, p. 18-20).

Algumas fases do treinamento das FEP demonstram certa dureza a fim de permitir aos instrutores verificar se os candidatos possuem força mental para continuar a suportar o que parece ser um interminável desconforto, explica McNab (2002a, p. 20). Segundo ele, só quando isso ocorre é provado que os membros da unidade podem ter confiança de que os seus futuros integrantes não cederão diante de uma adversidade, além de se empenharem nos limites para atingir os objetivos de uma missão. O objetivo dos desgastantes exercícios é eliminar os candidatos inaceitáveis, bem como distinguir aqueles que são capazes de reunir grande força mental quando está sob desconforto e fadiga. Os instrutores buscam saber se "a mente do recruta é suficientemente resistente para receber toda a espécie de choques e, mesmo assim, persistir" (MACNAB, 2002a, p. 52).

As FEP são treinadas para ter uma visão além das forças convencionais, e isso que faz toda a diferença. É difícil para os infratores preverem os padrões de comportamento de uma FEP. Assim, o treinamento, sobretudo o psicológico, não é simplesmente uma ferramenta para resistência mental, mas sim, em essência, parte do arsenal do operador de elite (MCNAB, 2002a, p. 20).

5.5.2 *Battleproofing*: à prova de batalha

A evolução histórica dos conflitos armados e o crescente número de baixas psicológicas nos soldados durante o combate, a partir do século vinte, quando a natureza das guerras mudou, fez surgir a psicologia militar, afirma McNab (2002a, p. 10). Nesse período, o colapso psicológico de um soldado durante o combate tornou-se uma questão de saúde mental, em vez de ser visto como falta de "fibra moral" ou de "masculinidade". As baixas psicológicas eram tratadas como covardia ou problemas físicos de qualquer ordem. McNab (2002a, p. 11) esclarece que "**é impossível prever a partir da selecção** *(sic)* quem irá ou não suportar o trauma de combate (embora as análises feitas nos dias de hoje apresentem um maior grau de certeza)."

Esse contexto originou um processo chamado de ***battleproofing*** ou "**à prova de batalha**". A essência desse termo significa que os cenários dos treinos dos operadores devem ser os mais realistas possíveis, visando reduzir o choque

provocado pelos combates reais (MCNAB, 2010, p. 23). O foco para os métodos realísticos de treino tornam, em tese, o policial “à prova de batalha”, reduzindo o impacto diante da realidade do confronto. Operadores das Forças Especiais de Polícia convivem rotineiramente com experiências de conflito antes nunca vivenciadas. O autor esclarece que, para alguns, “o choque de ver a morte e o caos deixa-os emocionalmente afectados *(sic).* Incapazes de aceitar, a sua condição prejudicam-os *(sic)* como indivíduos e também diminui a eficiência e o moral da sua unidade” (MCNAB, 2010, p. 23). Procurou-se então encontrar modos de tornar os operadores das Forças Especiais “à prova de batalha”. Esse processo de treinamento tornou as FE com níveis quase insignificantes de baixas mentais, quando comparadas com as Unidades regulares.

Os operadores das FEP, diante de situações como privação de sono, fadiga aumentada devido várias horas de operações, tempo atmosférico adverso, períodos longos sem descanso ou comida e isolamento devido às distâncias operacionais, podem ser acometidos por uma “reação ao *stress* do combate”, que, segundo McNab (2002a, p. 26), representa:

> [...] um estado mental induzido pelo combate que enfraquece a capacidade emocional, intelectual e física de um indivíduo para funcionar como soldado, [...] podendo destruir a capacidade do soldado de funcionar como parte duma unidade militar (MCNAB, 2002a, p. 26-28).

Outro fator que provoca grande carga desse *stress* é a condição do indivíduo estar preocupado com sua morte, tentando prever a natureza e a experiência de sua partida, fatos que ocorrem constantemente nas ações e operações dos FEP, explica McNab (2002a, p. 30), Assim, para minimizar o *stress* de combate é necessário:

> De importância vital para produzir soldados resistentes aos traumas de combate é o processo de tornar à “prova de batalha” ou “vacina de batalha”. Tornar à “prova de batalha” baseia-se em **tornar a mente “familiarizada” com a experiência de combate através de treinos realistas** (MCNAB, 2002a, p. 31, *grifo nosso*).

A mente humana é efetivamente como um enorme sistema de arquivo, ou seja, quando uma pessoa se confronta com uma experiência nova, essa experiência é verificada nos arquivos da memória, para encontrar outra no passado que fosse parecida e que possa guiar ações futuras. Se houver uma pequena experiência

prévia para orientar numa determinada situação, o cérebro encontra equivalente mais próximo e, então, faz um novo “arquivo”, baseado no que acontece, esclarece McNab (2002a, p. 31).

A partir daqui surge a importância da preparação “à prova de batalha” aos operadores das FEP. A sua essência é “gerar tanto realismo quanto possível nos cenários de treino, para desta forma, retirar o fator choque do combate real.” O autor esclarece que o exercício deve ser realizado com rigor e repetido até que as ações se tornem parte da natureza. Podem-se citar alguns níveis e exemplos dessa condição “à prova de batalha”, explica McNab (2002a, p. 31):

a) **primeiro:** uso de munição real ajuda os soldados a acostumar-se aos sons e sensações reais que têm quando as suas armas são disparadas debaixo de tensão num certo espaço físico;
b) **segundo:** o fato de haver uma pessoa viva no campo de fogo faz o soldado aceitar a responsabilidade de suas ações;
c) **terceiro:** a pessoa que está no papel de refém também está sendo treinada, ao habituar-se ao barulho das balas a assobiar ao lado enquanto se mantém controlada e alerta;
d) **fase final:** a repetição constante do treino, que é talvez a mais importante. Repetir o exercício várias vezes permite que as sensações dos tiros, fumaça e impacto das balas, bem como o processo de tomada de decisões de forma rápida como um relâmpago, entrem nos “arquivos” mentais.

Segundo Betini e Tomazi (2010, p. 94), no COT há a crença semelhante ao *battleproofing* de treinamento constante, nas condições dos conflitos reais. Eles defendem: “treinamos como se estivéssemos combatendo e combatemos como se estivéssemos treinando. Partimos da premissa de que a repetição até a exaustão leva à perfeição.” Denécé (2009, p. 190), descreve um episódio que o condicionamento dos militares da SAS possibilitou salvar o grupo e derrotar uma patrulha inimiga. Ele relata:

> Depois, ao longo de uma patrulha nos caminhos estreitos e escarpados

> próximo a Gorazde, quatro SASs em evasão deram de frente com uma patrulha sérvia de 15 soldados. **Os quatro SASs reagiram imediatamente, como no TREINAMENTO**, efetuando um exercício de contato frontal no qual cada homem se desloca rapidamente abrindo fogo em uma direção diferente, preestabelecida, a fim de não atirar sobre os companheiros de equipe. A patrulha sérvia foi liquidada em alguns segundos (DENÉCÉ, 2009, p. 190, *grifo nosso*).

Esses processos de treinamento são utilizados nas FE de todo o mundo, o que deve ser considerado pelas FEP. A chave desse método é torná-lo tão próximo à realidade, quanto possível, da experiência de conflito real, replicando as pressões e sensações, com muita atenção aos detalhes. O treino deve contribuir, também, para as qualidades físicas do indivíduo, já que a resistência física tende a salvaguardar as fragilidades mentais (MCNAB, 2002a, p. 31).

Treinar um FEP "à prova de batalha" se constrói a confiança, motivação de grupo e boa liderança. Assim, os operadores têm menos chances de se tornarem baixas psiquiátricas ou reagirem de forma inesperada em um conflito. No entanto, as ocorrências reais de OEP podem ser ainda mais chocantes, mesmo para aqueles que receberam o treino mais rigoroso.

6 PERCEPÇÃO DOS POLICIAIS DO GATE ANTE AOS PROCESSOS DE CAPACITAÇÃO EM OPERAÇÕES ESPECIAIS POLICIAIS

Nesta seção será feita a apresentação dos dados oriundos da pesquisa de campo realizada junto aos policiais do GATE, ocorrida em agosto de 2011, bem como a análise e interpretação dos resultados alcançados mediante as técnicas de coleta de dados descritas no Percurso Metodológico. Este trabalho fundamentou-se principalmente nos estudos documentais e bibliográficos, contudo, foi realizada a coleta de dados por meio de questionários, conduzidos cientificamente por procedimentos metodológicos, com o escopo de obter as percepções dos policiais militares mineiros que atuam nas OEP, sobre alguns dos processos de capacitação atualmente utilizados.

6.1 Apresentação da pesquisa

O desenvolvimento da pesquisa teve como público alvo os policiais dos Comandos de Operações Especiais, ou seja, aqueles que atuam rotineiramente na *atividade de linha*[39] do GATE. Os COE são divididos em quatro equipes, as quais são denominadas de Alfa, Bravo, Charlie e Delta. Atualmente, cada comando possui a média de 13 policiais, totalizando a população de 52[40] policiais, entretanto, em virtude de atividades extras desempenhadas por um dos militares, impossibilitou a conclusão do censo, sendo aferida, então, a quantidade de 51 integrantes. Todos militares dos COE, que se encontravam acessíveis, responderam ao questionário descrito no APÊNDICE D.

A fim de facilitar o entendimento, os dados foram divididos em quatro partes, sendo a **primeira** destinada a identificar o perfil dos participantes; a **segunda** destinada a verificar os processos de seleção; a **terceira** destinada a quantificar os treinamentos realizados e a **quarta**, destinada a aferir o sentimento do grupo ante o modelo atual do COEsp.

---

[39] Como já mencionado, a *atividade de linha* é parte integrante da *atividade-fim,* que representa os esforços de execução, daqueles que são empregados diretamente com público (DGEOp, 2010).

[40] Dados consultados pelo pesquisador no dia dezessete de setembro de 2011, por meio das escalas de serviço do GATE.

Dessa forma, esta apresentação, análise e interpretação de dados vêm esclarecer e subsidiar a pesquisa documental e bibliográfica, demonstrando o sentimento do grupo que atualmente é responsável por intervir nas OEP no Estado de Minas Gerais.

6.2 Análise e interpretação dos dados

A **primeira** parte da pesquisa de campo foi destinada a identificar o perfil dos integrantes dos COE, a fim de se verificar possíveis características desviantes das percepções, bem como subsidiar pesquisas futuras. Dos 51 policiais envolvidos, percebeu-se a média de 36 anos de idade dos integrantes dos COE, além das seguintes quantificações, conforme as tabelas[41] abaixo (TAB. 2, 3 e 4):

TABELA 2

Perfil dos integrantes dos Comandos de Operações Especiais do GATE quanto ao posto e graduação e equipes táticas – 2011

PERFIL QUANTO AO POSTO E GRADUAÇÃO			PERFIL QUANTO ÀS EQUIPES TÁTICAS		
POSTO E GRADUAÇÃO	**FA**	**FR (%)**	**EQUIPES TÁTICAS**	**FA**	**FR (%)**
1º Tenente	3	5,88%	Time de Gerenciamento de Crises	4	7,84%
2º Tenente	2	3,92%	Time de Invasões Táticas	12	23,53%
Sub-Tenente	-	0,00%	Esquadrão Antibombas	12	23,53%
1º Sargento	6	11,76%	Equipe de Sniper	2	3,92%
2º Sargento	4	7,84%	COMAF	10	19,61%
3º Sargento	13	25,49%	Estagiando sem equipe	5	9,80%
Cabo	15	29,41%	Estagiando Time de Invasões Táticas	2	3,92%
Soldado	8	15,69%	Estagiando Sniper	2	3,92%
..	..	..	Estagiando Esquadrão Antibombas	2	3,92%
TOTAL	**51**	**100%**	**TOTAL**	**51**	**100%**

Fonte: Pesquisa de Campo.
Nota: (-) dado numérico igual a zero; (..) célula que não existe dado.

A coluna da esquerda da TAB. 2 demonstra a predominância de Sargentos, os quais representam o percentual de 45,09%, característica específica do GATE, que

[41] Para melhor compreensão, serão utilizadas nas tabelas as siglas: FA – Frequência Absoluta; FR (%) – Frequência Relativa percentual; Fac (%) - Frequência acumulada crescente percentual.

possui, em seu efetivo total, 39,39%[42] de Sargentos. Na coluna da direita, percebe-se uma igualdade dentre o Time de Invasões Táticas, Esquadrão Antibombas e COMAF, porém, há uma carência no TGC e Equipe de Sniper. Naturalmente, pelas especificidades das atividades e dos equipamentos de Sniper, o pouco efetivo é justificado, entretanto, o TGC está envolvido em praticamente todas as intervenções realizadas pelo GATE e, sua carência de pessoal, pode comprometer a atuação dos COE. Convém mencionar que os policiais, os quais se encontram em período de estágio[43], sem definição de equipe, podem ser aproveitados nas carências táticas detectadas pela Unidade.

TABELA 3

Perfil dos integrantes dos Comandos de Operações Especiais do GATE quanto ao tempo de serviço na PMMG e no GATE – 2011

TEMPO DE SERVIÇO NA PMMG				TEMPO DE SERVIÇO NO GATE			
INTERVALO *(em anos)*	**FA**	**FR (%)**	**Fac (%)**	**INTERVALO *(em anos)***	**FA**	**FR (%)**	**Fac (%)**
0 I— 3	1	1,96%	1,96%	0 I— 3	13	25,49%	25,49%
3 I— 8	13	25,49%	27,45%	3 I— 7	15	29,41%	54,90%
8 I— 13	3	5,88%	33,33%	7 I— 11	4	7,84%	62,74%
13 I— 18	14	27,45%	60,78%	11 I— 15	8	15,69%	78,43%
18 I— 22	13	25,49%	86,27%	15 I— 19	5	9,80%	88,24%
22 I— 30	7	13,73%	100%	19 I— 30	6	11,76%	100%
TOTAL	**51**	**100%**	**..**	**TOTAL**	**51**	**100%**	**..**

Fonte: Pesquisa de Campo.
Nota: Os intervalos do “Tempo de serviço no GATE” foram orientados pela evolução histórica da Unidade, sendo que: aqueles que possuem entre 1 a 11 anos de serviço no GATE, pertenceram à antiga 4ª Cia MEsp (2000); aqueles que possuem de 11 a 19 anos pertenceram também ao BME (1991) e, por fim, aqueles que possuem mais de 19 anos, podem ter pertencido à Companhia de Operações Especiais (1987) e ao Comando de Operações Especiais (1985);
(I—) representa o intervalo em anos, sendo que o número que está ao lado da barra na vertical (I) pertence ao intervalo, enquanto o que está do lado contrário, não pertence.

A TAB. 3 demonstra a experiência policial na PMMG e no GATE dos integrantes dos COE. Percebe-se que o intervalo de maior concentração na coluna da esquerda está no tempo de serviço correspondente de “13 a 18 anos”, já na coluna da direita, a

[42] Dados consultados pelo pesquisador na *IntranetPM* no dia 30 de setembro de 2011.
[43] Período de estudos práticos e acompanhamento dentro das Equipes Táticas. Representa uma fase probatória, durante a qual os estagiários exercem atividades específicas, a fim de se alcançar expertise no campo de atuação e, posteriormente, integrar efetivamente a equipe.

maior incidência esteve no intervalo de "3 a 7 anos". Para melhor exatidão das interpretações, em virtude dos intervalos aferidos não serem simétricos e os valores serem heterogêneos e, a fim de se precisar a tendência central de tempo de serviço, tanto na PMMG quanto no GATE, foi utilizada a mediana[44]. Ao calcular as medianas, obteve-se a tendência central de 16,04 anos, para o serviço na PMMG e de 6,33 anos, para a experiência no GATE.

Ainda a fim de verificar o perfil dos integrantes dos COE do GATE, buscou-se identificar a qualificação da população por meio de cursos específicos ou COEsp. Dos participantes da pesquisa, integrantes dos COE, 54,90% possuem o Curso de Operações Especiais, enquanto os outros 45,10% possuem outros cursos específicos em OEP[45]. A TAB. 4 descreve melhor essas proporções:

TABELA 4

Perfil dos integrantes dos Comandos de Operações Especiais do GATE quanto à qualificação técnica em Operações Especiais Policiais – 2011

CURSOS DIVERSOS EM OPERAÇÕES ESPECIAIS POLICIAIS				**CURSOS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS**		
QUANTIDADE DE CURSOS	**FA**	**FR (%)**	**Fac (%)**	**COEsp**	**FA**	**FR (%)**
até 3 cursos	9	39,13%	39,13%	COEsp 2008	9	32,14%
3 ou 4 cursos	5	21,74%	60,87%	COEsp 2011	9	32,14%
5 ou 6 cursos	5	21,74%	82,61%	COEsp *(anos anteriores a 2008)*	10	35,71%
mais de 7 cursos	4	17,39%	100,00%	..	..	..
TOTAL	**23**	**100%**	**..**	**TOTAL**	**28**	**100%**

Fonte: Pesquisa de Campo.
Nota: a) um integrante da população realizou o Curso de Operações Táticas da PF no ano de 2011, o qual se equipara ao COEsp, sendo contabilizado, para fins de análise, dentro do grupo "COEsp *(anos anteriores a 2008)";*
b) para fins de qualificação, foi considerado COEsp, aqueles descritos no QUADRO 4, que trata sobre os treinamentos de Operações Especiais da PMMG de 1989 à 2011 (seção 5.4.1).

A tabela acima demonstra que, daqueles que não possuem o COEsp, a maioria

---

[44] A mediana é uma medida de tendência central que determina um valor que divide o conjunto numérico em duas partes iguais. Praticamente, é a posição *abaixo* ou *acima,* da qual se situam 50% dos casos. Dividindo-se um conjunto em duas partes iguais, aquela parte central é denominada de mediana (ALBUQUERQUE, 2009, p. 32).

[45] Naturalmente, os policiais que realizaram o COEsp, possuem diversos cursos específicos em OEP, entretanto, não foram inseridos nos cálculos daqueles que possuem apenas "cursos diversos em OEP".

possui “até 3 cursos” em OEP, sendo que 60,87% possuem até quatro cursos, quantidade que, apesar das especialidades táticas, seja, talvez, insuficiente, visto o portfólio de serviços da Unidade, descritos na DGEOp. Entretanto, como observado na TAB. 3, 54,90% dos integrantes dos COE, possui somente até seis anos de serviço na Unidade, o que pode caracterizar uma progressão dos Treinamentos Complementares, a fim de se qualificar os mais inexperientes. Devem-se considerar, ainda, os trâmites institucionais, que equacionam os TC da corporação, a fim de atender também outras Unidades e modalidades de policiamento, o que pode impactar na qualificação dos integrantes do GATE.

Por fim, buscou-se aferir, baseado nas percepções da população, se há integrantes dos COE do GATE que não possuem o perfil adequado para pertencer a uma força de Operações Especiais Policiais. A fim de proporcionar isenção nas avaliações, não foi esclarecido, durante a aplicação dos questionários, qual seria o perfil adequado de um FEP, os quais, segundo Leão (1993, apud RODRIGUES; PIRES, 2006, f. 47), deve compreender atributos morais, psicológicos, físicos e técnicos. Sendo assim, obtiveram-se os seguintes valores:

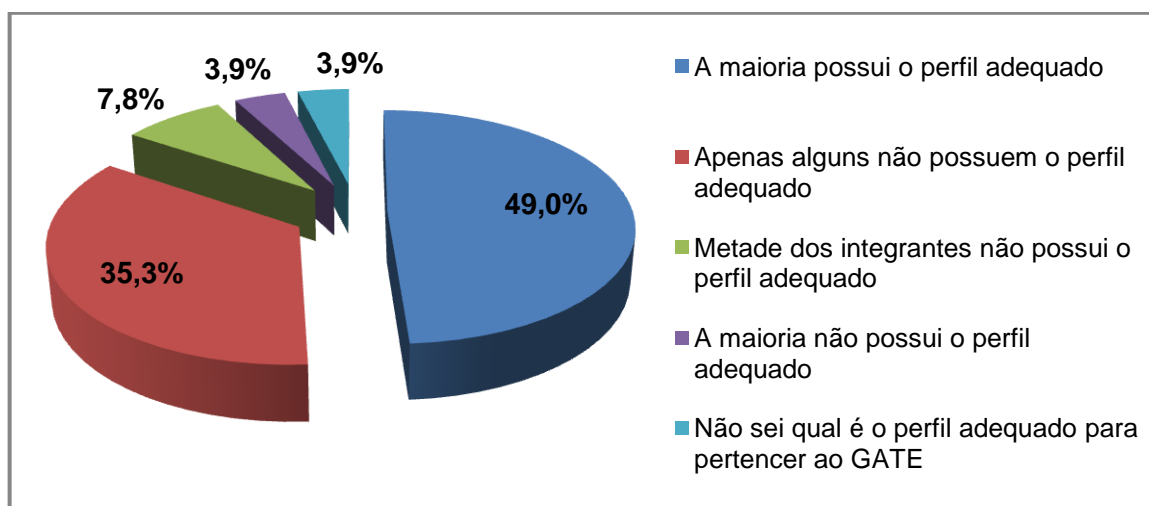



GRÁFICO 1 – Percepções dos integrantes dos Comandos de Operações Especiais quanto ao perfil de seus membros – GATE - 2011

Fonte: Pesquisa de Campo.

Percebe-se que a maioria considera que os integrantes do GATE possuem o perfil adequado para pertencerem a uma Força Especial de Polícia, o que demonstra certa coesão do grupo e facilita o cumprimento das atribuições da Unidade.

Nesta **segunda** parte da análise e interpretação dos dados, iremos verificar os mecanismos de seleção utilizados pela Unidade para preencher seu efetivo. Buscou-se: identificar a forma de ingresso à Unidade; se houve algum mecanismo de seleção e quais foram os principais dificultadores do processo seletivo. O gráfico abaixo demonstra a forma de ingresso ao GATE dentre todo efetivo dos COE:

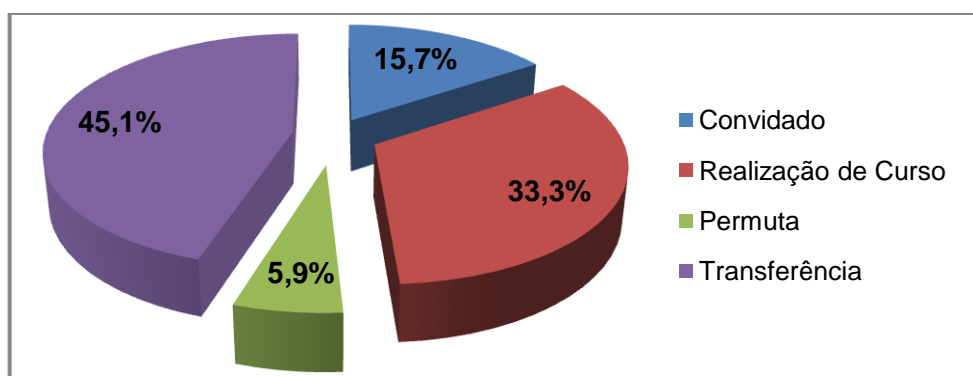



GRÁFICO 2 – Forma de acesso de todos os integrantes dos COE ao GATE – 1985 a 2011

Fonte: Pesquisa de Campo.

O gráfico abaixo comparará os mecanismos de ingresso daqueles que ingressaram ao GATE antes do ano de 2005, com aqueles que ingressaram após essa data, ou seja, nos últimos seis anos:

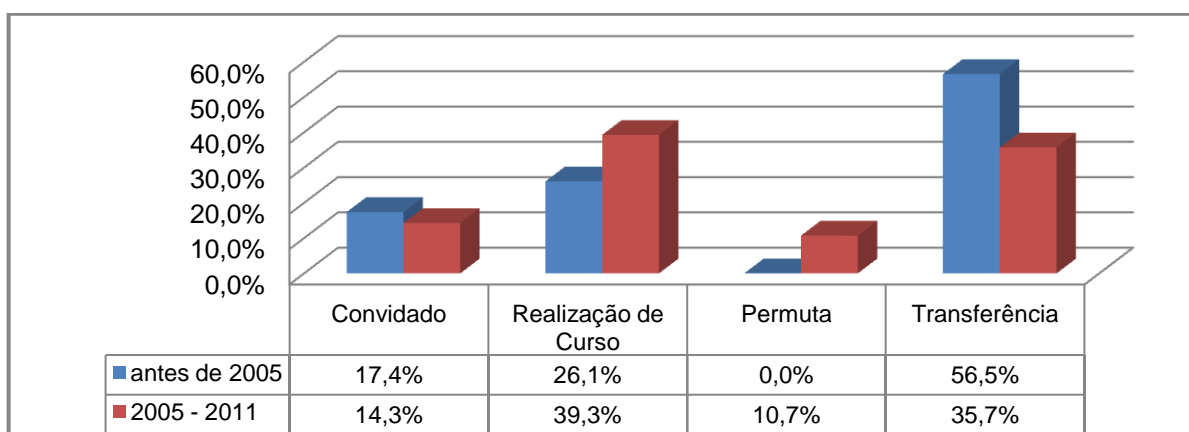



GRÁFICO 3 – Forma comparativa de acesso dos integrantes dos COE ao GATE por períodos – GATE - 1985 a 2011

Fonte: Pesquisa de Campo.

A forma mais adequada para ingressar ao GATE é por meio da realização de cursos relacionados às OEP, que segundo McNab (2002b), possibilitam a eliminação dos

que não possuem as qualidades e o caráter certo. Nesse viés, percebe-se, nos GRAF. 2 e 3, que houve uma evolução nos últimos seis anos desses métodos de ingresso. Dentre as quatro formas aferidas, o ingresso por intermédio da “realização de cursos” constitui 33,3% de toda população, sendo que dentre os marcos temporais de antes de 2005 e de depois de 2005, houve um aumento de 13,2% do ingresso por meio da “realização de cursos”, passando de representar 26,1% para 39,3%.

Foi verificado, também, se os integrantes dos COE, ao ingressarem à Unidade, teriam sido submetidos a algum processo de seleção. Dentre toda a população, 72,5% foram submetidos a algum processo, enquanto os outros 27,5% ingressaram à Unidade sem nenhuma avaliação seletiva. O GRAF. 4 demonstra, ao longo dos anos, a porcentagem do efetivo que foi submetido a processos de seleção:

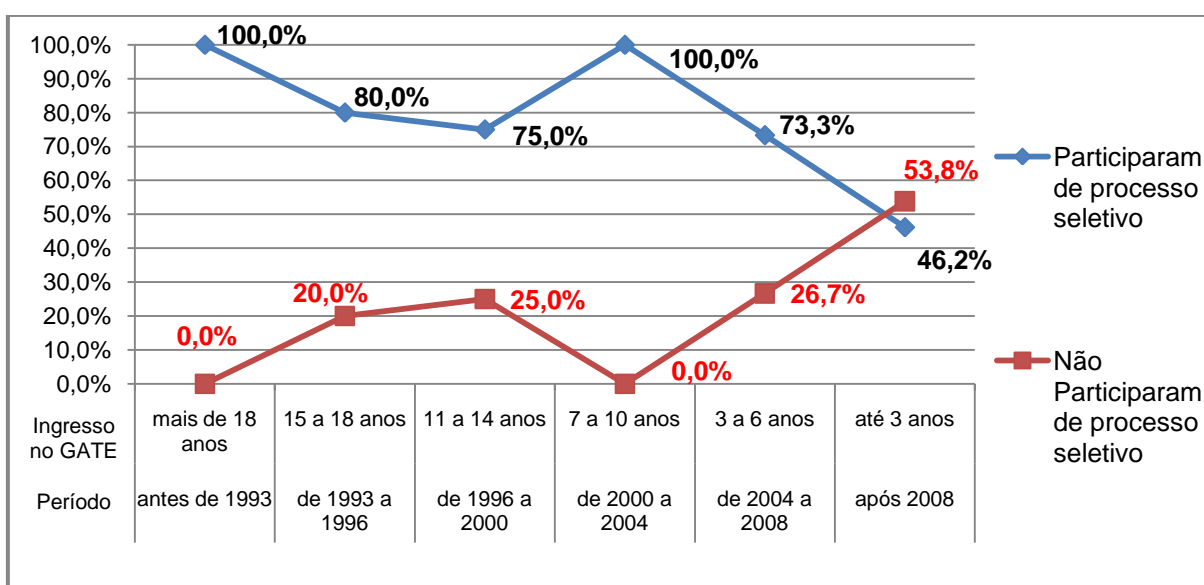



GRÁFICO 4 – Linha evolutiva dos processos seletivos realizados pelos integrantes dos COE para acesso ao GATE - antes de 1993 a 2011

Fonte: Pesquisa de Campo.

Como já esclarecido por Chiavenato (2010), a seleção busca os candidatos mais adequados aos cargos existentes na organização ou às competências necessárias, portanto, é fundamental sua utilização no GATE. No GRAF. 4 percebe-se que a partir do ano de 2000 houve uma queda da porcentagem dos integrantes que foram submetidos a processos seletivos, fator que deve ser estancado pela Unidade. O

fato do *claro*[46] ocasionado por militares que são designados para realização de cursos de formação[47] ou outras formas de transferência, pode ter exigido de a Unidade receber policiais sem submetê-los a uma seleção e, por sua vez, a um treinamento adequado. Contudo, paras as atividades específicas realizadas pelos Comandos de Operações Especiais, essa situação pode comprometer as intervenções em *incidentes críticos*.

Para finalizar essa parte, foi verificado, dentre os que foram submetidos a processos seletivos, o principal dificultador durante os testes. O GRAF. 5 apresenta as porcentagens daqueles que participaram dos processos:

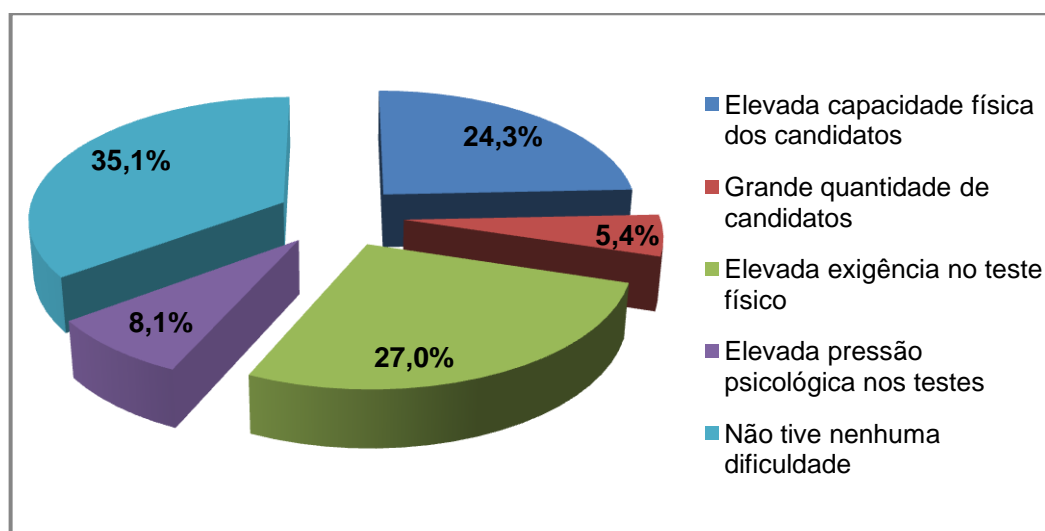



GRÁFICO 5 – Principais dificuldades enfrentadas nos processos seletivos ao GATE - 1985 a 2011

Fonte: Pesquisa de Campo.

Nesse gráfico é necessário observar a porcentagem daqueles que não tiveram nenhuma dificuldade, representando 35,1% do total. Tal característica pode aparentar o alto nível dos candidatos, entretanto, parece mais pertinente crer em processos seletivos simples, sem grandes exigências. Conforme demonstrado nesta pesquisa, é fundamental uma seleção consistente, capaz de selecionar os mais capacitados a se tornarem FEP. O valor de 5,4% para os que consideram a “grande quantidade de candidatos” um dificultador, pode demonstrar uma fragilidade dos

---

[46] Representa as vagas existentes na Unidade, porém não ocupadas.

[47] Refere-se a cursos de nível técnico ou superior, destinados a formação de Sargentos, Oficiais, etc. (DEPM, 2010).

métodos de recrutamento, que não conseguiram atrair candidatos suficientes para participar dos processos seletivos. No GRAF. 6 serão demonstradas as dificuldades dos processos seletivos, comparando os períodos daqueles que ingressaram ao GATE antes do ano de 2005, com aqueles que ingressaram após essa data:

	Elevada capacidade física dos candidatos	Grande quantidade de candidatos	Elevada exigência no teste físico	Elevada pressão psicológica nos testes	Não tive nenhuma dificuldade
antes de 2005	30,0%	0,0%	30,0%	0,0%	40,0%
2005 - 2011	17,6%	11,8%	23,5%	17,6%	29,4%

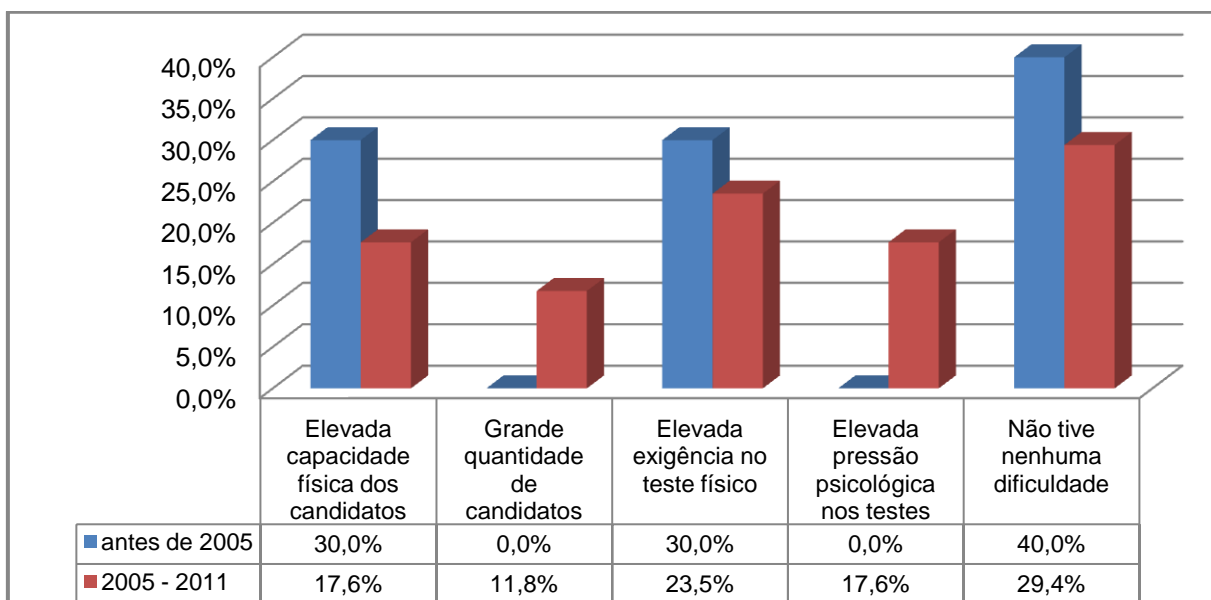



GRÁFICO 6 – Forma comparativa das principais dificuldades enfrentadas nos processos seletivos ao GATE - 1985 a 2011

Fonte: Pesquisa de Campo.

Os próximos dados referem-se à **terceira** parte das análises, as quais visam quantificar os treinamentos realizados pelas Equipes Táticas. Ao se questionar sobre os treinamentos realizados pelas equipes, obteve-se:

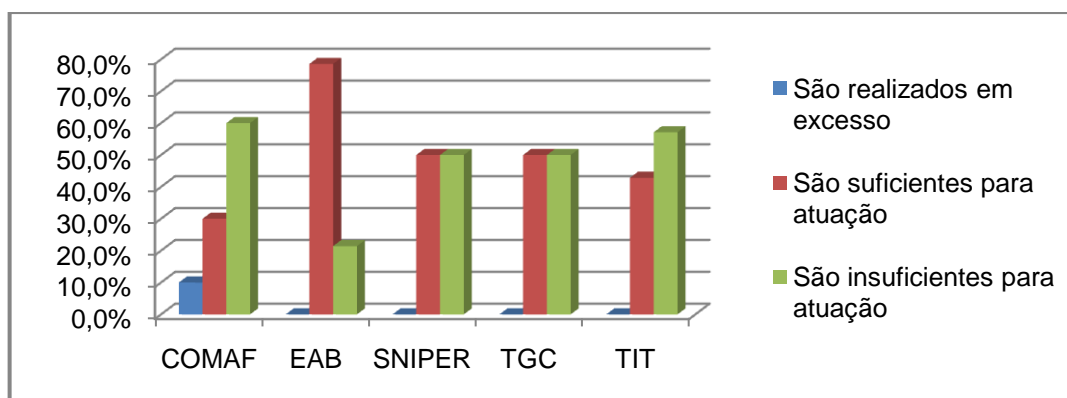



GRÁFICO 7 – Percepções sobre os treinamentos realizados pelas Equipes Táticas do GATE - 2011

Fonte: Pesquisa de Campo.

Condensando essas informações sobre as Equipes Táticas[48], de toda população, 2% acreditam que os treinamentos são realizados em excesso; 52,9% que são suficientes para atuação e 45,1% que são insuficientes. Visualizando o GRAF. 7 e os dados totais, nota-se que a maior parte considera que os treinamentos são suficientes, entretanto, há certa carência, sobretudo, nas equipes COMAF e TIT.

Para subsidiar essa análise, buscou-se identificar dificuldades e inseguranças dos integrantes dos COE, devido à carência de treinamentos, face às intervenções em *incidentes críticos,* os quais são descritos na DGEOp. Convém considerar que o GATE funciona com operadores *generalistas especialistas,* ou seja, todos devem ter conhecimentos intermediários sobre as áreas de atuação (generalistas), entretanto se especializam em determinada temática (especialistas), funcionando de forma sinérgica entre elas. Sendo assim, alguns incidentes descritos na DGEOp, por apresentarem características predominantemente *especialistas,* naturalmente, irão concentrar os valores mais altos, conforme GRAF. 8:

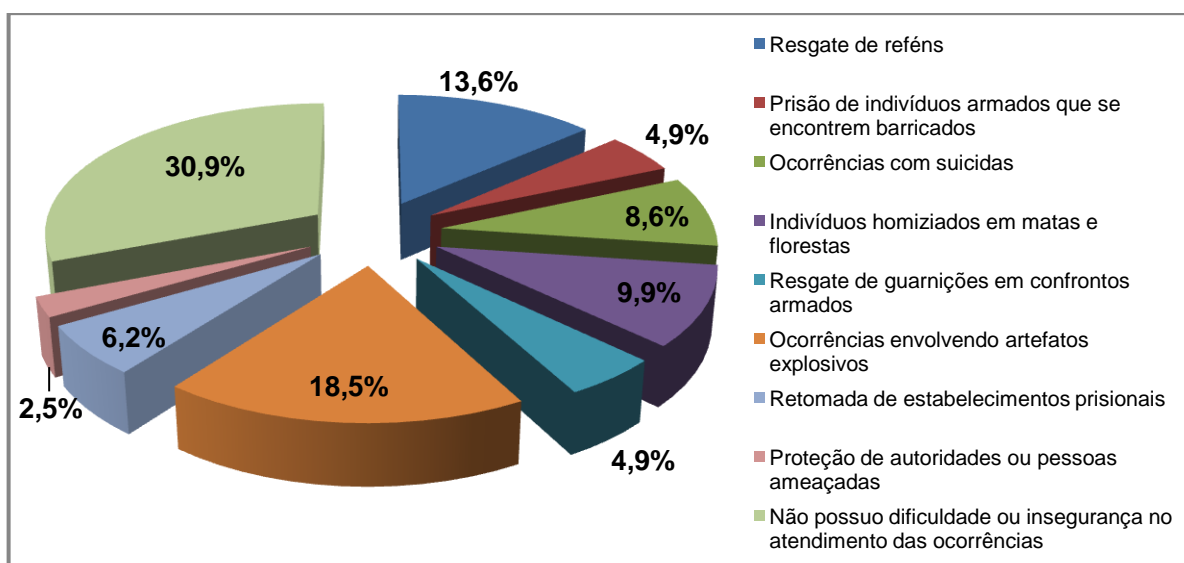



GRÁFICO 8 – Dificuldades e inseguranças nas intervenções em Incidentes Críticos pelos COE - GATE - 2011

Fonte: Pesquisa de Campo.

O GRAF. 8 permite visualizar que a maior parte dos integrantes dos COE afirmam não possuir dificuldades no atendimento de ocorrências típicas de GATE. Esses valores devem ser vistos com cautela, haja vista, o sentimento de orgulho e vaidade

---

[48] Nesse quesito, não houve respostas alegando que não se realizam treinamentos.

que permeia a atividade das FEP, o que pode influenciar os resultados. Contudo, os fenômenos mais importantes a serem observados referem-se às ocorrências envolvendo artefatos explosivos (18,5%), resgate de reféns (13,6%) e indivíduos homiziados em matas e florestas (9,9%), as quais são os três incidentes que representam maior dificuldade ou insegurança aos integrantes dos COE durante as intervenções. A maioria dos incidentes descritos no GRAF. 8 possui características *generalistas*, contudo, as que apresentaram valores mais elevados, referem-se aos incidentes de característica *especialista*, fenômeno que justifica as porcentagens elevadas. Devem-se considerar, ainda, as ocorrências específicas de atuação do Time de Invasões Táticas, o qual representou no GRAF. 7 insuficiência de treinamentos, fator que deve ser observado pela Unidade, haja vista ser uma equipe que está envolvida nos principais *incidentes críticos.* As ocorrências em áreas de matas e florestas, específicas de COMAF, devem ser observadas no mesmo viés anterior, uma vez que também apresentaram insuficiência de treinamentos. As ocorrências envolvendo artefatos explosivos, típicas do EAB, devido suas especificidades técnicas, naturalmente, representam maior dificuldade, porém, confrontando com o GRAF. 7, a equipe possui treinamentos suficientes para atuação. Para reforçar essas considerações, verificou-se, baseado nas percepções dos integrantes dos COE, quais os três incidentes que exigem uma maior carga de treinamento para correta atuação de um comando, conforme gráfico abaixo:

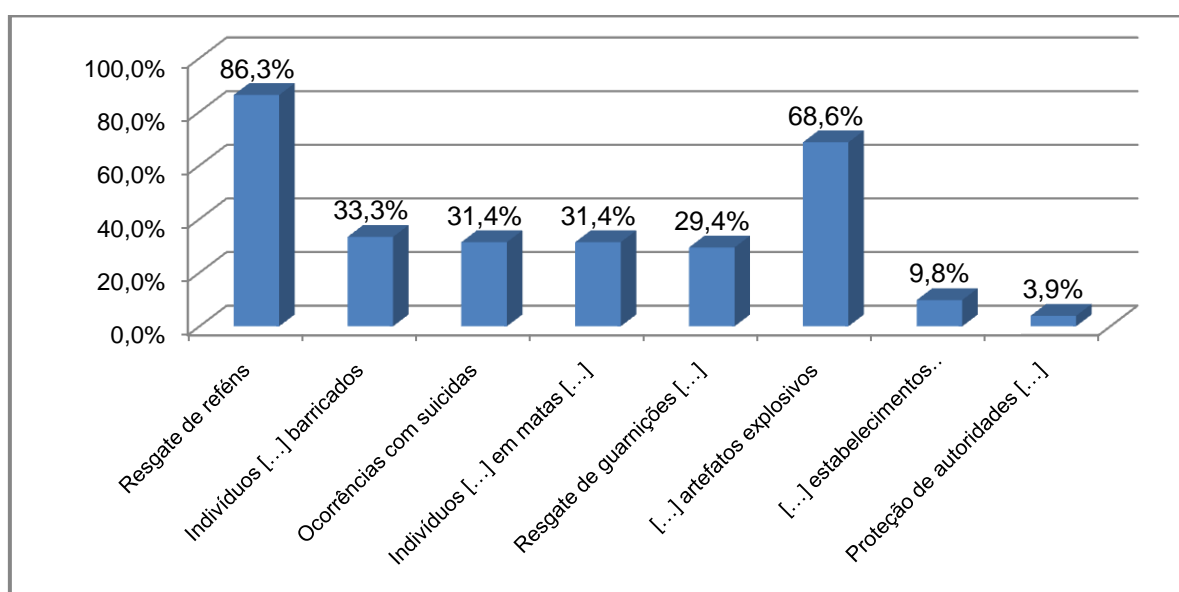



GRÁFICO 9 – Ocorrências que exigem maior carga de treinamento - GATE - 2011

Fonte: Pesquisa de Campo.

No GRAF. 9 foi verificado que 86,3% da população pesquisada consideram o “resgate de reféns” o incidente crítico que exige maior carga de treinamento, seguido pelas “ocorrências envolvendo artefatos explosivos”, considerado por 68,6%, e “prisão de indivíduos armados que se encontrem barricados”, considerado por 33,3% dos participantes a que mais exige treinamentos. É importante considerar que o treinamento é fundamental, haja vista ser considerado um meio de desenvolver competências nas pessoas para que se tornem mais produtivas, criativas e inovadoras, explica Gil (2008, p. 121).

Por fim, na **quarta** parte da análise e interpretação dos dados, buscou-se estudar o Curso de Operações Especiais. Na primeira análise (GRAF. 10), verificou-se, baseado nas percepções dos integrantes dos COE, se a carga horária da última edição do COEsp/2011 (320 h/a), atende as necessidades de capacitação do policial militar, no que se refere ao atendimento de ocorrências típicas de GATE, bem como a *forja* do perfil ético e moral do candidato. Obtiveram as seguintes informações:

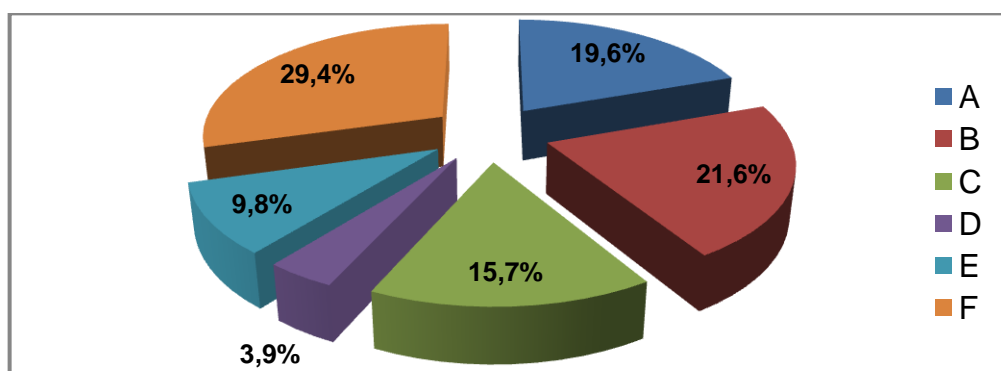



GRÁFICO 10 – Avaliação da carga horária do COEsp 2011 (toda população) - GATE - 2011

Fonte: Pesquisa de Campo.
Nota: **A** - O COEsp possui carga horária adequada, atendendo todas as necessidades do GATE;
B - O COEsp possui carga horária adequada, mas não atende todas as necessidades técnicas (conhecimentos e habilidades);
C - O COEsp possui carga horária adequada, mas não atende todas as necessidades comportamentais (valores éticos e morais);
D - O COEsp não possui carga horária adequada, mas atende as necessidades técnicas (conhecimentos e habilidades);
E - O COEsp não possui carga horária adequada, mas atende as necessidades comportamentais (valores éticos e morais);
F - O COEsp não possui carga horária adequada e não atende as necessidades do GATE.

Nesse primeiro gráfico, percebe-se que a maior parte dos integrantes dos COE

consideram que o COEsp/2011 não possui carga horária adequada e não atende as necessidades do GATE (29,4%), sendo que 19,6% consideram que ele possui carga horária adequada, atendendo todas as necessidades. Ressalta-se que as percepções da população sobre os termos *carga horária, necessidades técnicas* e *necessidades comportamentais,* utilizados nos questionários, podem estar permeadas por uma falta de compreensão do real significado das variáveis em análise, devendo ter cuidado ao se interpretar tais dados. Excluindo os 19,6% que consideram que a carga horária é adequada, todos os outros 80,4% consideraram que há alguma carência no atual treinamento complementar, independente do fator observado.

A fim de se obter uma isenção maior, o GRAF. 11 buscou comparar as mesmas variáveis do GRAF. 10, porém, entre os que realizaram o COEsp/2011 e os que não realizaram o COEsp/2011 (toda população, excluindo o COEsp/2011). Segue abaixo:

	A	B	C	D	E	F
População (excluido o COESP 2011)	23,3%	20,9%	16,3%	0,0%	7,0%	32,6%
COESP 2011	0,0%	25,0%	12,5%	25,0%	25,0%	12,5%

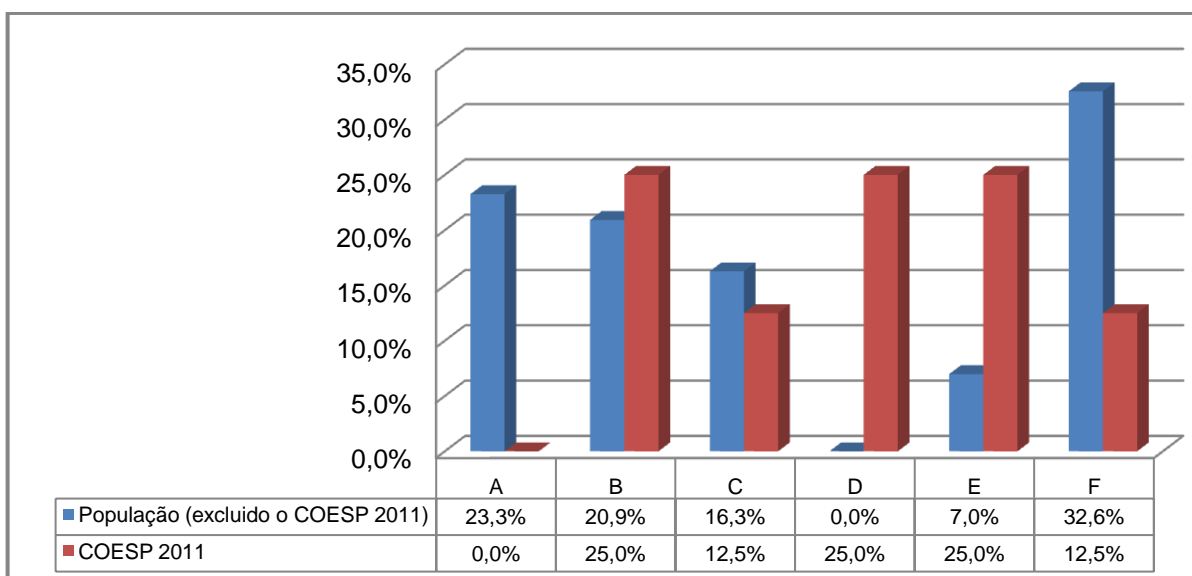



GRÁFICO 11 – Avaliação comparativa da carga horária do COEsp 2011 - GATE

Fonte: Pesquisa de Campo.
Nota: **A** - O COEsp possui carga horária adequada, atendendo todas as necessidades do GATE;
B - O COEsp possui carga horária adequada, mas não atende todas as necessidades técnicas (conhecimentos e habilidades);
C - O COEsp possui carga horária adequada, mas não atende todas as necessidades comportamentais (valores éticos e morais);
D - O COEsp não possui carga horária adequada, mas atende as necessidades técnicas (conhecimentos e habilidades);
E - O COEsp não possui carga horária adequada, mas atende as necessidades comportamentais (valores éticos e morais);
F - O COEsp não possui carga horária adequada e não atende as necessidades do GATE.

Já no GRAF. 11, comparativo, nota-se que nenhum cursado do COEsp 2011 considera que o treinamento atende as necessidades do GATE e 12,5% julgam que o curso não possui a carga horária adequada e não atende as necessidades da Unidade.

Por fim, buscou-se aferir, baseado na malha curricular do COEsp 2008, as disciplinas que mais auxiliam na capacitação do Policial Militar em OEP, no que se refere aos critérios físicos, técnicos e psicológicos, para aplicação no serviço operacional exercido pelos COE. A população considerou o seguinte:

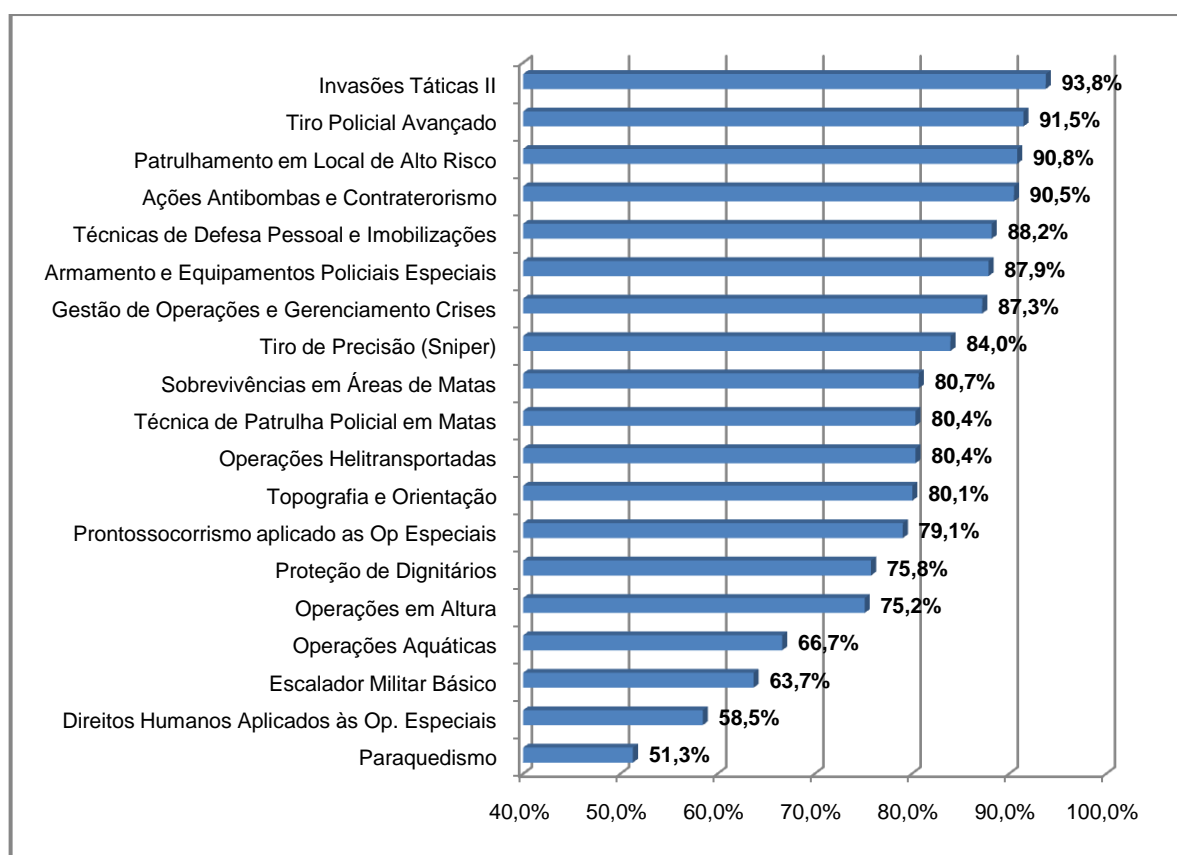



GRÁFICO 12 – Disciplinas que mais auxiliam na capacitação em Operações Especiais Policiais - GATE - 2011

Fonte: Pesquisa de Campo.

Os Comandos de Operações Especiais consideraram que as disciplinas de Invasões Táticas, Tiro Policial Avançado, Patrulhamento em local de alto Risco e Ações Antibombas e Contraterrorismo como as que mais auxiliam na capacitação do policial militar em OEP, no que se refere aos critérios físicos, técnicos e psicológicos,

enquanto as disciplinas de Operações Aquáticas, Escalador Militar Básico, Direitos Humanos Aplicados às Operações Especiais e Paraquedismo as que menos contribuem.

Todos os dados analisados e interpretados nesta seção objetivaram conhecer o perfil, bem como avaliar as percepções dos integrantes dos COE do GATE sobre os processos de seleção e treinamento em OEP, a fim de auxiliar na reflexão sobre temática e na comprovação da hipótese.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho monográfico, procurou-se estudar o recrutamento, a seleção e os treinamentos utilizados em Forças Especiais de Polícia, compreendidos como processos de capacitação, sobretudo, durante os Cursos de Operações Especiais coordenados pelo GATE. O trabalho, de cunho bibliográfico e documental, com apoio da pesquisa de campo, permitiu evidenciar o progresso técnico dos métodos utilizados na capacitação das Forças Especiais de Polícia, demonstrando as especificidades de outros contextos e vislumbrando outras perspectivas na temática de Operações Especiais Policiais, o que contribuiu para reflexão de uma nova postura a ser adotada pelas Instituições policiais.

Conforme foi visto, o propósito central deste estudo foi analisar a capacitação dos operadores das Forças Especiais de Polícia, por meio de treinamentos diferenciados, habilitando-os a atuar em Operações Especiais Policiais. A seção 5 permitiu entender os processos que permeiam essa temática. Foi visto que é interesse nacional, materializado pela Matriz Curricular Nacional para a formação em Segurança Pública, que as ações formativas das Instituições de Segurança Pública recebam investimentos e sejam desenvolvidas (BRASIL, 2008), e que o treinamento dos operadores das FEP são fundamentais para se melhorar os processos de produção, maximizar resultados e, consequentemente, atingir os objetivos da organização (BOMFIN, 2007, p. 28). Buscou-se compreender os processos de treinamento na seara da Administração, na PMMG e em outras Forças Especiais no Brasil e mundo. Percebeu-se que há a necessidade de desenvolver mecanismos que produzam um sentimento de orgulho e valorização dos operadores, como, por exemplo, rituais militares e treinamentos realísticos e rigorosos. Ficou evidenciado que os operadores das FEP necessitam de um processo de capacitação diferenciado, que modele seus atributos morais, psicológicos, físicos e técnicos, preparando-os para suportar as diversas situações críticas.

De maneira específica, buscou-se, também, conhecer sobre o progresso técnico das Forças Especiais que executam Operações Especiais, além de suas peculiaridades, no Brasil e no mundo, refletindo sobre os novos paradigmas que permeiam as Operações Especiais Policiais. O APÊNDICE A demonstrou toda evolução histórica

das Forças Especiais que, por sua vez, influenciaram o desenvolvimento das FEP. Essa influência, ao longo dos anos, foi modelada, de forma a diminuir as características militares dos treinamentos e substituí-las pelas policiais. A seção 2 apresentou os novos contextos que as Forças Especiais de Polícia estão inseridas, bem como seu progresso técnico, sobretudo, no Estado Democrático de Direito. Essa contextualização permitiu entender a responsabilidade dos operadores das FEP em preservar vidas e fazer cumprir as leis.

Buscou-se, ainda, conhecer o modelo das OEP na PMMG, bem como o *portfólio* de serviços do GATE e suas atribuições contemporâneas na gestão de *eventos de defesa social de alto risco,* descritos na DGEOp e nas bibliografias afetas. Pode-se concluir, por meio da seção 3, que no contexto atual, as atribuições do GATE foram remodeladas por intermédio da DGEOp, inserindo novas nomenclaturas que designam uma forma contemporânea de produzir serviços na seara das Operações Especiais Policiais. Percebeu-se, que, por trás das atribuições da Unidade, há uma carga intensa de estresse policial, a qual exige que a capacitação desses operadores tenha um método de *forja* apropriado, a fim de prepará-los às situações reais e, consequentemente, minimizar reações adversas e inesperadas na *cena de ação*.

Por meio da seção 4, pode-se analisar os processos de recrutamento e seleção utilizados nas Forças Especiais de Polícia, sobretudo durante os Cursos de Operações Especiais da PMMG, coordenados tecnicamente pelo GATE. Percebeu-se que é fundamental a caracterização do *perfil profissiográfico* do FEP, para que se possam iniciar os processos de recrutamento e seleção. Ficaram evidentes, também, as características inadequadas dos operadores das FEP, que se detectadas em candidatos, devem motivar sua retirada do processo de seleção e treinamento. Analisando os processos de recrutamento, observou-se que há diversas técnicas de se atrair candidatos aos processos seletivos, as quais comprovaram que o GATE encontra-se em consonância com os atuais métodos, porém, ainda necessita de se reforçar suas estratégias, a fim de potencializar o recrutamento. Ao analisar a seleção, percebeu-se, também, o progresso dos métodos utilizados pelo GATE, contudo, a atual formatação permite selecionar apenas os que possuem competências físicas adequadas, o que não é suficiente a

um FEP. Nesse viés, concluiu-se que o processo seletivo, na verdade, permeia todo Treinamento Complementar em OEP, estando o candidato, a todo tempo, numa constante avaliação e seleção. Essa constante avaliação e seleção permite que se alcance a excelência, capacitando apenas aqueles que possuam motivação, determinação e atributos adequados para o cumprimento das missões.

Outro objetivo desenvolvido foi comparar as malhas curriculares dos COEsp da polícia mineira, com algumas polícias da federação. Foi possível apresentar malhas curriculares de oito polícias do Brasil, incluindo a Polícia Federal, representando a maioria das regiões brasileiras (exceção à região Sul). Por meio de reflexões comparativas, percebeu-se que o modelo atualmente desenvolvido na PMMG, em que pese as especificidades e regionalismos de Minas Gerais, possui uma carga horária muito inferior às demais polícias do Brasil, bem como, também, um reduzido rol de áreas temáticas desenvolvidas durante o treinamento. Observou-se que o COEsp da PMMG assemelha-se com os demais Cursos de Ações Táticas Especiais que, na verdade, para os outros Estados, representam um modelo simplificado de treinamento de OEP. Convém ressaltar que a PMMG possui a característica de, além do COEsp, desenvolver cursos de especialização dentro das equipes táticas, com o fim de especializar ainda mais o operador, aliado ao treinamento tático dos COE e à experiência da atividade diária. Conclui-se que, apesar dessas análises não significar a solução para o sucesso do treinamento mineiro, como afirmou Baumgartner (2001, p. 3), é fundamental uma readequação do modelo de capacitação atualmente utilizado pelo GATE.

Foi desenvolvida, também, por meio de pesquisa de campo, uma avaliação das percepções dos militares integrantes do GATE, ante aos processos de capacitação em OEP. Concluiu-se que a maioria dos integrantes do COE consideram que o grupo possui o perfil adequado para pertencer à FEP mineira. Aferiram-se ainda as formas de acesso e seleção do GATE, as quais evoluíram ao longo dos anos, porém ainda possuem, em sua maioria, transferências à Unidade sem realização de cursos e métodos seletivos. Ao se verificar as dificuldades durante os processos seletivos desenvolvidos pelo GATE, notou-se que a maior parte não teve dificuldade alguma, o que demonstra que os métodos utilizados necessitam de adaptações, a fim de se aumentar as exigências. Em relação aos treinamentos realizados pelo GATE, o

COMAF e o TIT apresentaram insuficiência de treinamentos, o que pode comprometer a atuação dos COE. A pesquisa permitiu compreender melhor a característica *generalista especialista* da Unidade. Tal especificidade exige que sejam realizados treinamentos conjuntos, para que todos tenham conhecimentos prévios sobre as ações conjuntas dos COE, contudo, os treinamentos especializados também devem ser tratados como prioridades. Por fim, concluiu-se que a menor parte dos participantes da pesquisa considera o atual modelo do COEsp adequado, sendo que a grande maioria, afirma que há carências no formato, o que faz acreditar ser necessária uma remodelação do curso.

É importante retomar o problema questionado e a hipótese sugerida para esta pesquisa. Foi questionado se os processos de capacitação, permeados pelo recrutamento, seleção e treinamento, utilizados pelo GATE, na preparação e manutenção dos policiais a atuarem em Operações Especiais Policiais, representam um modelo adequado e atual em relação aos métodos utilizados nas Forças Especiais de Polícia no Brasil e no mundo. Como hipótese, que foi confirmada, acreditou-se que os mecanismos de recrutamento e seleção se encontram em construção e em acentuado progresso técnico, como foi visto nas bibliografias afetas e pesquisa de campo desenvolvida. Observou-se que a PMMG tem estruturado o recrutamento e seleção do GATE de forma técnica, contudo, ainda necessita implementar novos métodos dentro desse processo. A pesquisa de campo permitiu verificar que houve um progresso dos métodos seletivos, contudo, ainda não representam os valores ideais para uma FEP. A hipótese considerou, ainda, que o modelo atualmente utilizado nos treinamentos, necessita de adaptações, a fim de se potencializar a capacitação dos operadores das Forças Especiais de Polícia na prestação dos serviços relacionados às Operações Especiais Policiais, fato também confirmado. Por meio das comparações realizadas com outras polícias notou-se que o modelo atualmente utilizado pela PMMG pode ser potencializado, haja vista aparentar estar abaixo das necessidades exigidas por um FEP. A bibliografia afeta à temática apresentou diversas metodologias de treinamento em FEP, as quais devem ser consideradas, a fim de se buscar a excelência na capacitação dos operadores das Forças Especiais de Polícia.

Todo o estudo permitiu aprofundar de forma científica na discussão sobre os

treinamentos realizados por Forças Especiais de Polícia, temática que recentemente foi potencializada com a produção de filmes e documentários sobre o assunto. Essa reflexão teórica permitiu estruturar algumas sugestões, a fim de auxiliar a Organização nesse importante processo de capacitar policiais para atuar em Operações Especiais Policiais.

7.1 Sugestões

A pesquisa sobre a capacitação em Operações Especiais Policiais permitiu compreender a importância desse processo, a fim de se alcançar os objetivos institucionais e sociais de salvar vidas e aplicar a lei. Durante as reflexões teóricas e pesquisa de campo realizada, foram estruturadas algumas considerações que podem colaborar na idealização de um modelo de excelência em capacitação dos operadores das FEP. Para tanto, sugere-se:

a) desenvolver uma cartilha e instrução com os novos conceitos e nomenclaturas utilizadas em Operações Especiais Policiais, a fim de se popularizar e internalizar os termos e contextos utilizados, pelos policiais militares;

b) elaborar um documento delineando o *perfil profissiográfico*[49] dos operadores do GATE, haja vista se tratar de *cargos críticos* para instituição e, dessa forma, complementar a descrição do cargo e atender às necessidades do recrutamento e seleção;

c) implementar, durante os Curso de Operações Especiais como método de seleção, um barema de avaliação comportamental para as Forças Especiais de Polícia, proposto no APÊNDICE C, a ser utilizado ao final de cada módulo do Treinamento Complementar, a fim de identificar e apontar características negativas nos candidatos, as quais são incompatíveis com a

[49] Como descrito na seção 4.2, o *perfil profissional,* também chamado de *perfil profissiográfico,* compreende o dimensionamento dos objetivos do cargo, do tipo de contribuição esperada, expressa nos resultados desejados (LUCENA, 2007, p. 115).

função;

d) buscar apoio institucional para se ampliar as fontes de recrutamento para o GATE, inclusive com efetivo do interior do Estado, caso o candidato queira permanecer na Unidade após conclusão do Treinamento Complementar;

e) estruturar no GATE um *Inventário de Talentos*[50], proposto no APÊNDICE B, destinado aos cursos de formação da PMMG, a fim de elaborar um banco de dados de *high potentials*[51] para captar e convocar talentos em potencial para participar dos processos seletivos da Unidade;

f) potencializar os processos de recrutamento, divulgando por meio de cartazes, recomendações, associações profissionais, anúncios internos, *IntranetPM* e site da PMMG, reforçando a imagem e o prestígio do GATE;

g) implementar nos processos seletivos, além das técnicas já utilizadas, entrevistas com profissionais do GATE; testes de conhecimentos em assuntos atinentes às Operações Especiais Policiais e Técnica Policial; testes de personalidade, baseados no *perfil profissiográfico* e *investigação do histórico* do candidato;

h) utilizar parte dos policiais dos Comandos de Operações Especiais recém capacitados pelo COEsp/2011, que ainda não foram inseridos em Equipes Táticas, descriminados na TAB. 2, para reforçarem o Time de Gerenciamento de Crises, haja vista o resultado da pesquisa de campo apresentar carência de

---

[50] Descrito na seção 4.3.1, refere-se a um arquivo com todas as pessoas da empresa, cadastradas segundo suas qualificações, habilidades e competências (XAVIER; AFONSO, 2010, p. 82-84).

[51] Também descrito na seção 4.3.1, refere-se a profissionais que apresentam alto potencial para exibir novas competências essenciais ao plano estratégico e que serão preparados para assumir funções estratégicas a médio e longo prazo (XAVIER; AFONSO, 2010, p. 83).

efetivo nessa equipe.

Como sugestão final, que também se refere a um dos objetivos específicos deste trabalho, buscou-se idealizar um modelo prospectivo dos métodos de capacitação das Forças Especiais de Polícia, utilizados pelo GATE. Sugere-se, baseado nas bibliografias e documentos afetos e nos modelos de outras polícias, a adaptação do modelo de COEsp utilizado no ano de 2008, incorporando novas metodologias de treinamento, a fim de potencializar a capacitação e adequar o treinamento ao novo cenário dessas forças. Dessa forma, tem-se a seguinte proposta de malha:

QUADRO 15

Proposta de malha curricular para o Curso de Operações Especiais

GATE / PMMG – 2012

MÓDULOS	Nº	DISCIPLINA	CH
MÓDULO 1 **CONHECIMENTOS BÁSICOS E RUSTICIDADE**	1	Prontossocorrismo e Atendimento Pré-hospitalar Tático	16
	2	Técnicas de Sobrevivência e Operações Policiais Especiais em Área Rural	56
	3	Estágio Básico de Escalador Militar	40
	4	Operações Aquáticas e Operações Ribeirinhas	40
MÓDULO 2 **CONHECIMENTOS POLICIAIS**	5	Direitos Humanos aplicados às Operações Especiais	8
	6	Armamento, Equipamento e Tiro Tático	40
	7	Gerenciamento de Crises e Técnicas de Negociação	40
	8	Imobilizações Táticas	16
	9	Patrulhamento em Local de Alto Risco	40
MÓDULO 3 **CONHECIMENTOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS**	10	Ações Antibombas e Contraterrorismo	40
	11	Invasões Táticas	40
	12	Operações em Altura	40
	13	Operações Helitransportadas	32
	14	Paraquedismo	24
	15	Proteção de Dignitários/Segurança VIP	32
	16	Tiro de Precisão – *Sniper*	16
TOTAL DA CARGA HORÁRIA			**520 h/a**
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		**Visitas e palestras**	**40**
		Abertura/Encerramento	**02**
		À disposição da administração escolar	**12**
		Treinamento e atividades físicas complementares	**100**
		Avaliação	**4**
		TOTAL	**678 h/a**

Fonte: adaptado pelo autor.

Esse modelo prospectivo será desenvolvido da seguinte forma:

a) o **Módulo 1** será desenvolvido com o objetivo de ampliar a rusticidade[52], por meio de métodos que envolvam pressões físicas e psicológicas, até levá-los ao estresse e exaustão, desconstruindo os antigos valores, por meio da socialização, formal e informal, de conhecimentos específicos, estabelecendo uma nova forma de pensar, sentir e agir, que privilegiaram o sentido da tolerância ao sofrimento e privações. Nesse período os candidatos utilizarão uniformes convencionais, recebendo designações numéricas, a fim de garantir a segurança nos treinamentos e uniformizar seus valores e condutas, criando uma nova identidade;
b) no **Módulo 2**, os candidatos receberão fardamento na cor preta, por meio de cerimônia militar. Nesse período de treinamento, os métodos objetivam estabelecer um padrão comportamental "corporificado", ou seja, a incorporação de formas institucionalizadas de comportamento. Novos valores serão inseridos, a fim de criar um sentimento de valorização dos atributos cultivados, potencializando a motivação, a determinação e o sentimento de orgulho pessoal e profissional, para com objetivo que se almeja;
c) por fim, no **Módulo 3**, outro elemento de valoração é repassado ao candidato, por meio de cerimônia militar (boné, chapéu, etc.). Nesse estágio, será valorizada a capacidade de tomada de decisão, planejamento e trabalho em equipe sob condições adversas, simuladas e reais, sendo caracterizada pela "pressão" contínua sobre o tempo de resposta, a qualidade da decisão e o resultado obtido, ou seja, a "missão cumprida";
d) a parte destinada a **Atividades Complementares** referem-se a

---

[52] Temática discutida na seção 5.5.1, a qual descreve “rusticidade” como a “capacidade de suportar as adversidades do meio ambiente sem alterar a capacidade individual de realização de tarefas” (STORANI, 2008).

palestras e visitas em outras Forças Especiais de Polícia, treinamento físico e estágios, bem como abertura, encerramento, avaliações e atividades administrativas.

O Curso de Operações Especiais ocorrerá durante 12 semanas, com o escopo de desenvolver competências relacionadas aos conhecimentos, habilidades e atitudes (comportamentos). Ao final de cada módulo, uma comissão, composta de monitores, coordenadores e psicóloga irá se reunir, a fim de discutir os processos desenvolvidos, bem como avaliar os candidatos que apresentarem alguma característica inadequada, apontada pelo Barema de Avaliação Comportamental em Forças Especiais de Polícia (APÊNDICE C).

O estudo permitiu compreender que para se fortalecer os processos de capacitação e alcançar a excelência nas ações, como já explicou Chiavenato (2010, p. 386), é fundamental o apoio e comprometimento da cúpula da organização, bem como o envolvimento da alta direção, relacionando a programação de treinamento com os objetivos estratégicos da organização. Dessa forma, todo o esforço em se estudar a capacitação em Operações Especiais Policiais permitiu compreender ainda mais a importância das Forças Especiais de Polícia no processo de busca e cumprimento da missão: salvar vidas e aplicar a lei.

REFERÊNCIAS

ACHISMO; CAPACITAÇÃO; IDIOSSINCRASIA; SIDECAR. **In**: HAUAISS, Instituto Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa.** Versão 2.0a. Objetiva Ltda, 2007.

ACRE. Polícia Militar do Acre. Batalhão de Operações Especiais Policiais. **Plano geral do 1º Curso de Ações Táticas Especiais da PMAC – CATE/2011.** Acre: BOPE, 2011. 2 f.

ALAGOAS. Polícia Militar de Alagoas. Batalhão de Operações Policiais Especiais. **III Curso de Ações Táticas Especiais.** Maceió: BOPE, 2010. 11 f.

ALBUQUERQUE, Robson Renê. **Estatística.** Bacharelado em Ciências Militares, ênfase em Defesa Social. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, Centro de Ensino de Graduação, 2009.

ALMEIDA, Eduardo Lucas de. **A desconcentração das atividades de missões especiais para o gerenciamento das ocorrências de alta complexidade**. 2003. 114 f. Monografia (Especialização em Segurança Pública) – Academia de Polícia Militar, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2003.

ARAUJO, Elton Romualdo. **Análise do perfil do policial militar de operações especiais da Polícia Militar de Minas Gerais.** 2007. 100 f. Monografia (Especialização em Segurança Pública) - Academia de Polícia Militar, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2007.

BARBOZA, Paulo Rogério do Carmo. **A construção da companhia de Operações Especiais:** um estudo de caso. 2010. 91 f. Monografia (Especialização em Segurança Pública) – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Espírito Santo, Universidade de Vila Velha, Vila Velha, 2010.

BARTHOLO, Waldanne Ribeiro.. Estresse pós-traumático. **Revista de Psicologia:** Saúde Mental e Segurança Pública, Belo Horizonte, v. 01, n. 04, p. 41-51, Jan-Dez. 2007.

BAUMGARTNER, Marcos A. O papel do treinamento na empresa. **In:** BOOG, Gustavo G. **Manual de treinamento e desenvolvimento:** um guia de operações. São Paulo: MAKRON Books, 2001. cap. 1, p. 1-7.

BETINI, Eduardo Maia. Comando de Operações Táticas da Polícia Federal. **In:** GRECO, Rogério. **Atividade Policial:** Aspectos penais, processuais penais, administrativos e constitucionais. 2. ed. Niterói: Impetus, 2009. Parte 3, p. 271-280.

______; TOMAZI, Fabiano. **COT – Charlie. Oscar. Tango:** Por dentro do Grupo de Operações Especiais da Polícia Federal. São Paulo: Ícone, 2010. 284 p.

BÍBLIA SAGRADA. V. T. **Juízes.** 137. ed. São Paulo: Ave-Maria, 2000. cap. 7-8, p. 284-285.

BOMFIN, David. **Pedagogia no treinamento:** correntes pedagógicas no ambiente de aprendizagem nas organizações. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007. p. 171.

BUENO, Hamilton. **Manual do selecionador de pessoal:** Do planejamento à ação – a arte e a técnica de compreender e interpretar a alma e a natureza humanas. 3. ed. São Paulo: LTr, 1999. 300 p.

BRAILEY, Malcolm. **The Transformation of Special Operations Forces in Contemporary Conflict:** Strategy, Missions, Organisation and Tactics. Land Warfare Studies Centre, Working Paper Nº. 127, November 2005. Disponível em: < http://www.defence.gov.au/ARMY/LWSC/Publications/WP/WP_127.pdf >. Acesso em: 29 Abr. 2008, *apud* JORGE, Bernardo Wahl Gonçalves de Araújo. **As Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos e a intervenção no Afeganistão:** Um novo modo de Guerra Americano?. 2009. 145 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Relações Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Unesp, Unicamp e PUC-SP “San Tiago Dantas”, São Paulo, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. **In:** ANGHER, Anne Joyce (Org.) **Vade Mecum Acadêmico de Direito**. 8. ed. São Paulo: Rideel, 2009. cap. 1, p. 2-107. (Coleção de Leis Rideel)

______. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos:** 2008. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009. 76 p.

______. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz Curricular Nacional para a formação em Segurança Pública.** Para ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública (Versão modificada e ampliada). Brasília: Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2008. 160 p.

CARDOSO, M. **Operações Especiais Policiais**. 2000. Apostila do Curso de Capacitação em Operações Especiais, ministrado pelo Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2000, *apud* RODRIGUES, Alessandro Juffo; PIRES, Robertson Wesley Monteiro. **Análise da Companhia de Operações Especiais do BME para adequação do modelo vigente.** 2006, 81 f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Centro de Pós-Graduação, Faculdades Integradas Espírito – Santenses, Vitória, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas:** O novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 577 p.

______. **Gestão de pessoas:** O novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 457 p.
CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal:** como agregar talentos à empresa. 7. ed. São Paulo: Manole, 2009. 173 p. (Série Recursos Humanos)

COTTA, Francis Albert. **Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais**. 2. ed.

Belo Horizonte: Crisálida, 2011.

COTTA, Francis Albert. **Histórico do Grupamento de Ações Táticas Especiais**. Belo Horizonte: GATE, 2005. (Mineo).

______. Protocolo de Intervenção Policial Especializada: uma experiência bem-sucedida da Polícia Militar de Minas Gerais na Gestão de Eventos de Defesa Social de Alto Risco. **Revista Brasileira de Segurança Pública,** [S.l.], v. 3, n. 5, p. 52-66, Ago/Set. 2009.

______. **Teoria de Polícia**. Bacharelado em Ciências Militares, ênfase em Defesa Social. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, Centro de Ensino de Graduação, 2010.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho:** estudo de psicologia do trabalho. Tradução Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992. Original Francês.

DEMO, Pedro. **Pesquisa:** princípio científico e educativo. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DENÉCÉ, Éric. **A história secreta das forças especiais:** de 1939 a nossos dias. Tradução Carolina Massula de Paula. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009. 439 p. Título original: **Histoire secrete dès forces spéciales.**

DEPARTMENT OF DEFENSE. Joint Publication 1-02, *DOD* **Dictionary of Military and Associated Terms**. As amended through 17 October 2008. Disponível em: < http://www.dtic.m il/doctrine/jel/doddict/ >. Acesso em: 27 jan. 2011.

DORIA JUNIOR, Irio; FAHNING, José Roberto da Silva. **Curso de Gerenciamento de Crises**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Rede Nacional de Educação a Distância para a Segurança Pública, 2008. 59 p.

DORIA JUNIOR, Irio. O Gerenciamento de Crises Policiais em ocorrências com reféns localizados e o amparo da Doutrina Internacional de Direitos Humanos. **Preleção,** Vitoria, v. 2, n. 04, p. 85-102, Ago. 2008.

DUNNINGAN, James F. **Ações de comandos:** Operações especiais, comandos e o futuro da arte da guerra norte-americana (Apresentação feita por Álvaro de Souza Pinheiro – Gal Bgdª RR, Analista Militar especialista em Operações Especiais e Guerra Irregular). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2008. p. 18 – 26, *apud* BARBOZA, Paulo Rogério do Carmo. **A construção da companhia de Operações Especiais:** um estudo de caso**.** 2010. 91 f. Monografia (Especialização em Segurança Pública) – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Espírito Santo, Universidade de Vila Velha, Vila Velha, 2010.

FERNANDES, Marcelo. A importância dos Grupos Táticos no âmbito das Polícias Civis. **In:** GRECO, Rogério. **Atividade Policial:** Aspectos penais, processuais penais, administrativos e constitucionais. 2. ed. Niteroi: Impetus, 2009. Parte 3, p.

271-280.

FOOT, M. R. D. Special Operations. **In**: ELLIOTT-BATEMAN, Michael (ed.). **The Fourth Dimension of Warfare**. Volume I: Intelligence, Subversion, Resistance. New York: Praeger Publishers, 1970, pp. 19-34, *apud* JORGE, Bernardo Wahl Gonçalves de Araújo. **As Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos e a intervenção no Afeganistão:** Um novo modo de Guerra Americano?. 2009. 145 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Relações Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Unesp, Unicamp e PUC-SP "San Tiago Dantas", São Paulo, 2009.

FLAMENT, Marc. **Os Comandos.** Tradução Raul Correia. [S.l.]: Ulisseia, 1972. 333 p. Título original: **Les Commandos.**

GÓMEZ-MEIJÍA, Luis R.; CANDY, David B. Balkin & Robert L. **Managing Human Resources.** Englewood Cliffs, NJ, Prentice Hall, 1995, p. 193, *apud* CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas:** O novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 577 p.

GRAY, Colin S. **Explorations in Strategy**. Westport: Praeger, 1998, *apud* JORGE, Bernardo Wahl Gonçalves de Araújo. **As Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos e a intervenção no Afeganistão:** Um novo modo de Guerra Americano?. 2009. 145 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Relações Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Unesp, Unicamp e PUC-SP "San Tiago Dantas", São Paulo, 2009.

HARAZIM, Peter. Planejamento de programas de treinamento. **In:** BOOG, Gustavo G. **Manual de treinamento e desenvolvimento:** um guia de operações. São Paulo: MAKRON Books, 2001. cap. 1, p. 1-7.

HOCKLEY, Anthony Farrar. Assalto. **In:** YOUNG, Peter. **Comandos:** os soldados-fantasmas. Tradução Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Renes, 1975. 159 p.

JORGE, Bernardo Wahl Gonçalves de Araújo. **As Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos e a intervenção no Afeganistão:** Um novo modo de Guerra Americano?. 2009. 145 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Relações Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Unesp, Unicamp e PUC-SP "San Tiago Dantas", São Paulo, 2009.

LEÃO, D. J. A. **A história dos comandos**. 1993. Pesquisa realizada na Polícia Militar do Estado de São Paulo. São Paulo, 1993, a*pud* RODRIGUES, Alessandro Juffo; PIRES, Robertson Wesley Monteiro. **Análise da Companhia de Operações Especiais do BME para adequação do modelo vigente.** 2006, 81 f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Centro de Pós-Graduação, Faculdades Integradas Espírito – Santenses, Vitória, 2006.
LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado.** 15. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011.

LIMA, Fernanda. **Atena**. Info Escola: Navegando e aprendendo, [S.l], 2010. Disponível em: < http://www.infoescola.com/mitologia-grega/atena/ >. Acesso em: 27

jun. 2011.

LIMA, João Cavalim de. **Atividade policial e o confronto armado.** Curitiba: Juruá, 2007. 188 p.

______. **Estresse Policial.** Associação da Vila Militar, Via Digital, Publicações Técnicas, v. VII, 2002. 132 p.

LUCCA, Diógenes Viegas Dalle. **Alternativas táticas na resolução de ocorrências com reféns localizados**. 2002. 156 f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais). Academia do Barro Branco - Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2002.

______. **Questão das Tropas de Elite**. [S.l.], [200-]. 6 p. Disponível em: < http://www.pmde.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/sesed_de/biblioteca/gerados/elite.asp >. Acesso em: 17 jun. 2011.

LUCENA, Maria Diva da Salete. **Planejamento de recursos humanos.** São Paulo: Atlas, 2007. 265 p.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. 320 p.

MARQUES FILHO, Nelson (Ed.). **Corpos de Elite:** para todas as missões. São Paulo: Globo, 1987. Não paginado. Original Inglês. (Comandos e tropas de choque)

MATO GROSSO. Polícia Militar. Comando Geral. Batalhão de Operações Especiais. Companhia de Operações Especiais. **Plano Geral do 1º Curso de Operações Especiais da PMMT (COEsp / 2009)**. Mato Grosso: Comando Geral, 2009. 25 f.

MATO GROSSO DO SUL. Polícia Militar. Comando Geral. Companhia Independente de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais. **Plano de curso do Curso de Ações Táticas Especiais (CATE) – RAIO.** Mato Grosso do Sul: Comando Geral, 2008. 10 f.

MCNAB, Chris. **Manual de técnicas de resistência.** Tradução José Sequeira. Lisboa: Estampa, 2002 [a]. 192 p. Original inglês. Título original: **Endurance Techniques.**

______. **SAS – Forças Especiais:** Curso de admissão. Tradução Paula Antunes. Lisboa: Estampa, 2002 [b]. 192 p. Original inglês. Título original: **How to Pass the SAS Selection Course.**

______. Resistência Mental. **Forças de Elite**, São Paulo, v. 1, n. 02, p. 50, 2010.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. **Mapeamento de Competências:** perfil desejado para o profissional de segurança pública. Equipe responsável publicada no BGPM nº 038 de 03 de Julho de 2001. Belo Horizonte: Comando Geral, 2003. 105 f.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. **Plano Estratégico da PMMG, para vigência no período de 2009-2011.** Belo Horizonte: Comando Geral, Assessoria de Gestão para Resultados, 2009 [a]. 90 p.

______. Polícia Militar. Comando-Geral. **Diretriz nº 3.02.01/2009-CG: Regula procedimentos e orientações para a execução com qualidade das operações na Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte:** Comando-Geral, 3ª Seção do Estado-Maior da PMMG, 2009 [b]. 67 p.

______. Polícia Militar. Comando-Geral. **Resolução n° 1664, de 27 de janeiro de 1987.** Instala, na Polícia Militar, a Companhia de Operações Especiais (COE) - BPChq. Belo Horizonte: Comando Geral, 1987. 1 p.

______. Polícia Militar. Comando-Geral. **Diretrizes de Operações Policiais Militares (DOPM) Nr 12/94.** Planejamento do Emprego da Polícia Militar. Belo Horizonte: Comando Geral, 1994. 98 p.

______. Polícia Militar. Comando-Geral. **Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 01/2002 – DPSSP 01.** Emprego da Polícia Militar de Minas Gerais na Segurança Pública. Belo Horizonte: Comando Geral, 3ª Seção do Estado-Maior da PMMG, 2002 [a]. 108 p.

______. Polícia Militar. Comando-Geral. **Manual de Prática Policial – Geral:** Volume 1**.** Belo Horizonte: Comando Geral, Assessoria de Gestão para Resultados, 2002 [b]. 112 p.

______. Polícia Militar. Comando-Geral. **Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.01/2010 - DGEOp.** Diretriz geral para emprego operacional da PMMG (DGEOp). Regula o emprego operacional da Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: Comando Geral, 3ª Seção do Estado-Maior da PMMG, 2010 [a]. 108 p.

______. Polícia Militar. Comando-Geral. **Resolução n° 4062, de 13 de janeiro de 2010.** Altera o Detalhamento e Desdobramento do Quadro de Organização e Distribuição da Polícia Militar de Minas Gerais – DD/QOD e o Plano de Articulação. Belo Horizonte: Comando Geral, 2010 [b]. 42 p.

______. Polícia Militar. Comando-Geral. **Resolução n° 4068, de 09 de março de 2010. Diretrizes da Educação de Polícia Militar (DEPM)**. Belo Horizonte: Comando Geral, 2010 [c]. 172 p.

______. Polícia Militar. Comando de Policiamento Especializado. Academia de Polícia Militar. **Plano de treinamento complementar – NR 02/2010 – GATE (Curso de Operações Especiais).** Belo Horizonte: APM, GATE, CTP, 2010 [d]. 103 f.

______. Polícia Militar. Comando de Policiamento Especializado. Grupamento de Ações Táticas Especiais. **Anuário 2010 – Setor de treinamento do GATE.** Belo Horizonte: CPE, GATE, 2010 [e]. 16 f.

______. Polícia Militar. Comando de Policiamento Especializado. Academia de

Polícia Militar. **Curso de Operações Especiais:** Manual do discente**.** Belo Horizonte: CPE, GATE, 2011 [a]. 22 f.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando de Policiamento Especializado. Grupamento de Ações Táticas Especiais. **Comissão Executiva de Curto Prazo nº 03.01/2011-GATE, de 21Fev11**. Levantamento dos militares que realizaram o Curso de Operações Especiais. Belo Horizonte: CPE, GATE, 2011 [b]. 28 f.

______. Polícia Militar. Diretoria de Recursos Humanos / Centro de Recrutamento e Seleção. **Edital DRH/CRS Nº 03/2011, de 23 de Fevereiro de 2011. Processo Seletivo Interno para Admissão ao Curso de Operações Especiais (COEsp 2011) da PMMG para o ano de 2011.** Belo Horizonte: DRH, CRS, 2011 [c]. 25 f.

MOTTA, Sylvio; BARCHET, Gustavo. **Curso de Direito Constitucional.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. p. 1096. (Jurídica)

MUNIZ e PROENÇA JUNIOR. Forças Armadas e policiamento. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, Rio de Janeiro, Ano 1, Edição 1, p. 48-63, 2007, *apud* BARBOZA, Paulo Rogério do Carmo. **A construção da companhia de Operações Especiais:** um estudo de caso**.** 2010. 91 f. Monografia (Especialização em Segurança Pública) – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Espírito Santo, Universidade de Vila Velha, Vila Velha, 2010.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. **AAP-6 (2010): NATO (OTAN) Glossary of Terms and Definitions:** Listing terms of military significance and their definitions for use in NATO. [S.l.], 2010. 451 p. Disponível em: < http://www.nato.int/docu/stanag/aap006/aap-6-2010.pdf >. Acesso em: 27 out. 2010.

OLIVEIRA, Anderson Rui Fontel de. **Processo de Seleção do Policial do Comando de Operações Táticas do Departamento de Polícia Federal:** Histórico e Novo Modelo. 2005. Monografia (Especialização em Gestão de Políticas de Segurança Pública) – Fundação Getúlio Vargas, Academia Nacional de Polícia, Brasília – DF, 2005, *apud* BARBOZA, Paulo Rogério do Carmo. **A construção da companhia de Operações Especiais:** um estudo de caso**.** 2010. 91 f. Monografia (Especialização em Segurança Pública) – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Espírito Santo, Universidade de Vila Velha, Vila Velha, 2010.

PERNAMBUCO. Secretaria de Defesa Social. Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa. Academia de Polícia Militar do Paudalho. 1ª Companhia Independente de Operações Especiais. **Currículo do Curso de Operações Policiais Especiais.** Recife: PMPE, 1ª CIOE, 2002. 2 f.

PINC, Tânia Maria. **O uso da força não letal pela polícia nos encontros com o público.** 2006, 93 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PROENÇA JUNIOR, D. **Conceitos, métricas e metodologia da avaliação do desempenho policial em operações especiais**. 2006. 140 f. Pesquisa apresentada no Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Justiça Criminal e Segurança

Pública – Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Brasília, 2006, *apud* RODRIGUES, Alessandro Juffo; PIRES, Robertson Wesley Monteiro. **Análise da Companhia de Operações Especiais do BME para adequação do modelo vigente.** 2006, 81 f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Centro de Pós-Graduação, Faculdades Integradas Espírito – Santenses, Vitória, 2006.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de direito.** 27. Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

RIO DE JANEIRO. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Batalhão de Operações Especiais Policiais. Seção de Instrução Especializada. **Currículo do Curso de Operações Especiais.** Rio de Janeiro: BOPE, SIEsp, 2010 [a]. 7 f.

______. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Batalhão de Operações Especiais Policiais. Seção de Instrução Especializada. **Currículo do Curso de Ações Táticas.** Rio de Janeiro: BOPE, SIEsp, 2010 [b]. 4 f.

RODRIGUES, Alessandro Juffo; PIRES, Robertson Wesley Monteiro. **Análise da Companhia de Operações Especiais do BME para adequação do modelo vigente.** 2006, 81 f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Centro de Pós-Graduação, Faculdades Integradas Espírito – Santenses, Vitória, 2006.

ROMANHA, Weslley Rossetto. **Direitos Humanos e Alternativas Táticas:** A utilização das alternativas táticas sob a luz dos preceitos internacionais de Direitos Humanos em incidentes críticos envolvendo reféns. 2009, 152 f. Monografia (Bacharel em Ciências Militares). Academia de Polícia Militar, Centro de Ensino de Graduação, Belo Horizonte, 2009.

SANTOS, Gilmar Luciano. **Como vejo a crise:** gerenciamento de ocorrências policiais de alta complexidade. 2. ed. Belo Horizonte: Impresso, 2009. 78 p.

SANTOS, Lydio Paulo. **A importância do *paintball* como ferramenta de treinamento no time tático do Grupamento de Ações Táticas Especiais.** 2009, 176 f. Monografia (Bacharel em Ciências Militares, ênfase em Defesa Social). Academia de Polícia Militar, Centro de Ensino de Graduação, Belo Horizonte, 2009.

SÃO PAULO. Polícia Militar do Estado de São Paulo. Quarto Batalhão de Polícia de Choque. 1ª CIA – Comandos e Operações Especiais. **Currículo do Curso de Operações Especiais.** São Paulo: PMESP, [2007?]. 46 f.

SARDINHA, Marcos Fernando dos Santos. **Time de Gerenciamento de Crises:** concepção, funcionamento e emprego operacional. 2008. 103 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Militares, ênfase em Defesa Social). Academia de Polícia Militar, Centro de Ensino de Graduação, Belo Horizonte, 2008.

SEDAN. **In:** ENCICLOPÉDIA Brasileira Mérito. São Paulo: Mérito S. A., 1967. p. 680. (Volume 18)

SOARES, Luiz Eduardo; PIMENTEL, Rodrigo; BATISTA, André. **Elite da tropa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2006. 315 p.

STORANI, Paulo. **"Vitória Sobre a Morte: a Glória Prometida**". O "rito de passagem" na construção da identidade dos Operações Especiais do BOPE/PMERJ. 2008. 170 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Antropologia Social) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

STRAWSON, John. SAS: Nasce uma lenda. **In:** MARQUES FILHO, Nelson (Ed.). **Corpos de Elite:** para todas as missões. São Paulo: Globo, 1987. Não paginado. Original Inglês. (Comandos e tropas de choque)

TAVARES, Heloisa Feres de Faria de (Ed.). **Combatentes:** Guerra na paz. Tradução Sílvio Rolim. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1984. Não paginado. Original Inglês.

TURNER, Victor. **O Processo Ritual**: estrutura e antiestrutura. Petrópolis, Vozes, 1974 *apud* STORANI, Paulo. **"Vitória Sobre a Morte: a Glória Prometida**". O "rito de passagem" na construção da identidade dos Operações Especiais do BOPE/PMERJ. 2008. 170 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Antropologia Social) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

VERSIGNASSI, Alexandre; NARLOCH, Leandro; RATIER, Rodrigo. Tropas de elite: as histórias que o filme não mostrou - A tropa revelada. **Super Interessante,** São Paulo, v. 21, n. 11, ed. 245, p. 60-68, Nov. 2007.

YOUNG, Peter. **Comandos:** os soldados-fantasmas. Tradução Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Renes, 1975. 159 p.

WALMER, Max. **Tropas de Elite**. Tradução Ana Cristina de Barros Torres. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 76 p. (Guias de armas de guerra)

WESTWELL, Ian. SAS: última barreira. **In:** MARQUES FILHO, Nelson (Ed.). **Corpos de Elite:** para todas as missões. São Paulo: Globo, 1987. Não paginado. Original Inglês. (Comandos e tropas de choque)

WILSON, Patrick. Como passar pela seleção das forças de elite. **Forças de Elite**, São Paulo, v. 1, n. 05, p. 48, 2010 [a]. (Guia de sobrevivência)

______. Técnicas de sobrevivência urbana. **Forças de Elite**, São Paulo, v. 1, n. 04, p. 48, 2010 [b]. (Guia de sobrevivência)

XAVIER, Jean; AFONSO, Silvana (Ed.). **Administração de Recursos Humanos.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010. 259 p.

APÊNDICE A

Conhecendo as origens das forças de Operações Especiais

RESUMO: Neste apêndice será feita uma reconstrução histórica sobre a temática de Operações Especiais, na vertente militar, sobretudo das Forças Especiais que tiveram participações importantes no contexto em que estavam inseridos e que, posteriormente, influenciaram a contemporânea forma não convencional de atuação na atividade policial, hoje denominada de Operações Especiais Policiais.

1.1 Operações Especiais nos tempos antigos

Dentro do conceito de *“modos de ações não habituais”* (OTAN, 2010), muitas histórias, até mesmo anteriores à Idade Média, demonstram ações e operações ditas especiais que remontam às primeiras unidades de Forças Especiais.

Desde 1245 a.C. têm-se notícias de ações de Operações Especiais, com o guerreiro hebreu Gideão, o qual, descrito no livro bíblico de Juízes, teria selecionado 300 combatentes de elite, iludindo e vencendo seus adversários midianitas (DENÉCÉ, 2009, p. 9), sendo esse o primeiro episódio de uma característica ação de OE. Na Bíblia Sagrada (2000, p. 284) encontramos relatos intrigantes na seleção dos 300 homens. Inicialmente eram 32 mil homens, dos quais foram retirados os covardes e medrosos, ficando apenas 10 mil. Desses restantes, uma técnica nada convencional foi utilizada para seleção dos 300, retratado no seguinte trecho bíblico:

> E disse o Senhor a Gideão: Ainda muito povo há; faze-os descer às águas, e ali tos provarei: e será que aquele de que eu te disser: Este irá contigo, esse contigo irá; porém todo aquele, de que eu te disser: Este não irá. E fez descer o povo às águas. Então o Senhor disse a Gideão: Qualquer que lamber as águas com a sua língua, como as lambe o cão, esse porás à parte: como também a todo aquele que se abaixar de joelhos a beber. E foi o número dos que lamberam, levando a mão à boca, trezentos homens; e todo o resto do povo se abaixou de joelhos a beber as águas. E disse o Senhor a Gideão: com esses 300 homens que lamberam as águas vos livrarei, e darei os midianitas na tua mão: pelo que toda a outra gente se vá cada um ao seu lugar (BÍBLIA SAGRADA, 2000, p. 284-285).

Apenas os que foram saciar a sede e, ao mesmo tempo, permaneceram atentos ao seu redor, sem ficarem totalmente relaxados, foram selecionados a comporem o grupamento de elite, os demais, que desprezaram os Estados de Alerta[53], foram dispensados.

Segundo Denécé (2009, p. 9), utilizando dos 300 combatentes de elite selecionados, Gideão preparou-se para a ação no mais absoluto sigilo, preservando a surpresa, com a idéia de desorientar os adversários, que estavam em número superior. Utilizou-se de três ações simultâneas: despertar os inimigos com sobressalto, sob luz ofuscante e barulho ensurdecedor. Gideão teria distribuído trombetas, jarros e tochas aos 300 homens selecionados, orientando-os a ocultarem as chamas das tochas com os jarros, de modo a conseguir brandi-las todos juntos, no momento desejado, em que também deveriam fazer soar as trombetas. Os midianitas, despertados pela algazarra e ofuscados pelos clarões, acreditavam que uma força muito numerosa os atacava. De pronto os midianitas empunharam suas armas e lançaram-se ao combate, massacrando-se uns aos outros na escuridão e confusão geral. Os que sobreviveram foram massacrados pelos 300 de Gideão. A Bíblia Sagrada (2000, p. 284-285) relata:

> Assim tocaram os três esquadrões as buzinas, e partiram os cântaros, e tinham nas suas mãos esquerdas as tochas acesas, e nas suas mãos direitas as buzinas, que tocavam; e exclamaram: Espada do Senhor e de Gideão. E ficou-se cada um no seu lugar ao redor do arraial: então todo o exército deitou a correr, e, gritando, fugiram. Tocando pois os trezentos as buzinas, o Senhor tornou a espada dum contra o outro e isto em todo o arraial: e o exército fugiu [...] (BÍBLIA SAGRADA, 2000, p. 284-285).

Nota-se a peculiar estratégia não convencional utilizada pelo guerreiro hebreu, o que nos dias de hoje, é chamado de Operações Especiais.

Diversos outros casos exemplificam ações de OE na antiguidade. Um clássico exemplo, considerado por alguns estudiosos como a primeira operação de OE é o episódio do *Cavalo de Tróia,* em que, segundo Denécé (2009, p. 10), a deusa

---

[53] Conforme o Manual de Prática Policial, os Estados de Alerta são necessários ao atendimento de ocorrências ou ao aproximar-se do que pode ser uma situação de crise. O nível de alerta dependerá de sua capacidade de antecipação ao perigo. De modo geral, o seu Estado de Alerta, ao se aproximar de um confronto é, frequentemente, mais decisivo do que os equipamentos e armas utilizadas, pois é ele que determinará sua condição psicológica de resposta à situação apresentada (MINAS GERAIS, 2002b, p. 6).

Atena[54], para precipitar o fim de uma guerra que se eternizava, ensinou a Ulisses[55] o estratagema do cavalo de madeira. O embuste consistia em oferecer aos troianos uma escultura equestre, marcando o fim das hostilidades. Os gregos fingiram partir com seus navios de volta às terras de origem, mas na verdade, ocultaram-se nas ilhas próximas. Em que pese haver divergências históricas, Denécé em seus estudos identificou que na verdade o imenso cavalo não possuía nenhum guerreiro dentro, servindo apenas para provocar alargamento de uma porta e derrubada de parte das muralhas. Quando a cidade adormecera, um espião a serviço de Ulisses acendeu uma tocha para avisar à frota grega, que diante do sinal avançaram e conquistaram a cidade.

Lucca (2002, f. 29) em seus estudos, reforça e defende a ação de Ulisses como exemplo de *Ações de Comandos*, também denominado de "missão de ações diretas" (JORGE, 2009, p. 78), que se referem a ações desenvolvidas por grupos de militares que, apenas com seu equipamento individual, faziam incursões relâmpagos em território inimigo com a finalidade de matar e destruir (LUCCA, [200-], p. 1). Segundo Lucca (2002, f. 29), corroborado por Betini e Tomazi (2010, p. 23), o episódio consistiu no então presente dos gregos aos troianos, em que um pequeno grupo de soldados entraram na cidade dentro do cavalo de madeira. Tem-se um trecho da obra de *Ilíada e a Odisséia* de autoria do guerreiro Ulisses, trazida pelos estudos de Lucca (2002), que narra:

> Falou Ulisses aos seus homens: "Príncipes, **LEMBRAI-VOS DE QUE A AUDÁCIA VENCE A FORÇA**. É tempo de subir para o nosso engenhoso e pérfido esconderijo. Já dentro da cidade de Tróia, com a ajuda hábil de Epeu, Ulisses abriu sem ruídos os flancos do animal e, pondo a cabeça para a frente, observou por todos os lados se os troianos vigiavam. Não vendo nada e ouvindo apenas o silêncio, tirou uma escada e desceu à terra. Os outros chefes, deslizando ao longo de um cabo, seguiram-no sem tardar. Quando o cavalo havia devolvido todos à noite sombria, uns aprestaram-se a começar o massacre e os outros, caindo sobre as sentinelas, que em lugar de vigiar, dormiam ao pé das muralhas descobertas, degolaram-nas e abriram as portas da ilustre cidade do infeliz Priamo (LUCCA, 2002, p. 29, *grifo nosso).*

---

[54] Atena era a deusa grega da sabedoria e das artes. Os romanos a chamavam de Minerva. Foi concebida da união de Zeus e da deusa Métis. Era uma deusa virgem, linda guerreira protetora de seus heróis escolhidos e também de sua cidade Atenas (LIMA, 2010).

[55] Baseado nos contos de *Ilíada e a Odisséia,* Ulisses era considerado alternadamente comerciante, pirata e guerrilheiro, conhecedor de todas as artimanhas. Apelidado de "personagem dos mil truques", "engenhoso", "astuto" (DENÉCÉ, 2009, p. 10).

Outras ações na antiguidade representam fatos com características de OE. Pode-se citar também as ações do General cartaginês Aníbal que, segundo Denécé (2009, p.11), em 217 a.C., durante sua campanha na Itália contra os romanos, viu-se obrigado a abandonar uma posição na qual não podia passar o inverno. Para se retirar, necessitavam de passar por um desfiladeiro no qual eles sabiam que seriam atacados. Diante disso, Aníbal usou a estratégia de enganar os adversários reunindo um rebanho de dois mil bois e, no meio da noite, mandou que os soldados atassem tochas aos chifres do gado. As tochas convenceram o inimigo de que o exército cartaginês estava em vias de tomar, na escuridão, o acesso aos romanos, mas na verdade, Aníbal e seu exército atravessavam, com toda tranquilidade, o desfiladeiro.

Estratégia semelhante usou os guerrilheiros macedônicos durante a guerra de independência da Macedônia, quando, segundo Denécé (2009, p. 11), utilizando 500 tartarugas, comuns na região, colaram no casco de cada anfíbio uma vela acessa e fizeram-nas avançar na direção dos tanques sérvios. Os sérvios, por sua vez, acreditavam que um grande número de inimigos os atacavam, o que fez com que revidassem o suposto ataque com muitos tiros, mas, ao perceber que os disparos não surtiam efeito, terminaram por se render.

As ações de Fábio Máximo lutando por Roma (213 a.C.) e dos guerreiros espartanos (400 a.C.), as campanhas do general Belisário para conquistar Nápoles (535 a 540 d.C.), as tradições de combates vikings no norte da Europa no mesmo período, as cruzadas dos povos do Oriente (1191 d.C.), dentre outros eventos históricos também representaram ações e operações OE (DENÉCÉ, 2009; BETINI; TOMAZI, 2010). Em todos os eventos tem-se um princípio inerente às operações especiais:

> [...] a importância da dimensão psicológica. Vencer por meio de operações especiais é não apenas destruir os meios de combate do inimigo mas também **suprimir às tropas sobreviventes qualquer vontade de combater** (DENÉCÉ, 2009, p. 12, *grifo nosso*).

Um evento histórico que não pode ficar fora dos estudos acadêmicos sobre OE é a Guerra dos Bôeres na África do Sul (1899-1902). As unidades de combate móveis *boers*, que por alguns anos desafiaram 250 mil soldados britânicos deram o nome ao que futuramente ficou conhecido como *Comandos* (YOUNG, 1975, p. 10). A

comunidade *bôer* recusou-se a aceitar a dominação inglesa, desencadeando uma rebelião contra a coroa. Segundo Denécé (2009, p. 18), a unidade de combate *bôer* era o *Kommando,* na qual eram inscritos todos os cidadãos homens, os quais recebiam treinamento regular. Eles agiam de forma rápida, conheciam o terreno, eram excelentes atiradores, cavaleiros notáveis, resistentes e sóbrios. Araújo (2007, f. 35) esclarece que a expressão *bôer kommando* identificava um grupo de tropas sob um comando comum. Essas tropas atuavam em pequenos destacamentos, se deslocavam normalmente a cavalo e lançavam ataques rápidos contra as forças britânicas.

Assim, da antiguidade até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), têm-se diversos eventos que caracterizam as Operações Especiais, sobretudo em seu caráter sigiloso, o que, em partes, oculta sua história dentre os historiadores e torna ainda mais importantes seus estudos. Após essa fase, as ações de Operações Especiais e a criação de forças especiais começaram a ganhar mais forma e consistência.

1.2 O surgimento das Forças Especiais no mundo

A Segunda Guerra Mundial foi um marco para formação de FE. Percebe-se, nesse período, que tudo se iniciou com a utilização de técnicas e equipamentos diferenciados das tropas convencionais. Denécé (2009, p. 26) relata que “a dez dias do final da Primeira Guerra Mundial, uma das primeiras operações de nadadores de combate modernas havia sido realizada” pelos italianos. Também foram os italianos que, na noite de 9 de agosto de 1918, utilizaram pela primeira vez o paraquedas em operações militares. Até nos dias de hoje os italianos conservam uma sólida experiência em matéria de Operações Especiais subaquáticas (DENÉCÉ, 2009, p.27).

Denécé (2009, p. 31) relata que a Alemanha nazista também criou suas unidades especiais: a de Brandenburg e a de Friedenthal. As tropas de Brandenburg atuavam como o serviço de informação e ações clandestinas de Abwehr[56], compostos por **voluntários,** as quais o alto-comando alemão contava como “**os homens das**

[56] Serviço de informação e ações clandestinas do Terceiro Reich (DENÉCÉ, 2009, p. 31).

operações especiais para 'abrir' algumas brechas." Já os Friedenthal de Skorzeny[57], reuniu os melhores especialistas, sendo **voluntários alemães,** e estudou as práticas das forças especiais britânicas, em especial as conduzidas pelo *Special Air Service* nos desertos do norte da África. Dentre as ações de Skorzeny, destaca-se a missão denominada "Werewolf"[58], a qual deveria ser operada por grupos de três a seis homens, contudo eles se entregaram-se quase que imediatamente, pois:

> [...] não passavam de recrutas alistados à força, sem **entusiasmo** e **pouco confiáveis**. [...] o armamento deles era pouco adaptado à atividade e os homens **não estavam plenamente convencidos da importância de sua missão** (DENÉCÉ, 2009, p. 38, *grifo nosso*).

Já nesse período, nota-se a necessidade de integrantes voluntários e dispostos a pertencerem à tropa especial. Apesar da tentativa alemã e de outros países em se especializarem nas Operações Especiais, ninguém se compara com o pendor britânico.

1.2.1 A potência das Forças Especiais britânicas

"No começo do verão de 1940, a Grã-Bretanha esforçava-se por organizar da melhor maneira possível seu derrotado exército e sua reduzida força aérea para resistir ao golpe seguinte da agressão nazista: a invasão do Reino Unido" (HOCKLEY, 1975, p. 6). O trecho escrito pelo Brigadeiro Hockley retrata a situação que a Grã-Bretanha se encontrava nos primeiros anos da Segunda Guerra Mundial, quando todos os horizontes, longe prenunciavam qualquer perspectiva de vitória. Entretanto, reconhecendo a impossibilidade de ataques em grande escala, as autoridades britânicas aceitam, ainda que temporariamente, uma forma menos efetiva de ação: as incursões.

> É da índole do homem a tendência para **resistir aos novos conceitos**, aos **novos sentidos de organização**, mesmo que à sua volta tudo o instigue, **tudo o estimule a mudar**. Assim, havia oposição à idéia de uma organização especial de incursões, de unidades especificamente recrutadas para essa tarefa e muitas vezes a idéia foi deliberadamente obstruída.

---

[57] Otto Skorzeny, oficial de origem austríaca, comandante do batalhão de instrução em Oranienburg, ligado ao Serviço Central de Segurança do Reich (DENÉCÉ, 2009, p. 31).

[58] Lobisomem (*tradução nossa)*.

> Felizmente, a influência do Primeiro-Ministro e o entusiasmo de números suficiente de velhos soldados, marinheiros e aviadores criaram os ***COMANDOS*** (HOCKLEY, 1975, p. 6, *grifo nosso*).

Eis que apesar de antigo, as palavras do Brigadeiro Hockley demonstram estar em sintonia com as mudanças contemporâneas enfrentadas pelas instituições policiais militares brasileiras.

1.2.1.1 Os Comandos

Três dias antes de tanques alemães entrarem em Sedan[59] (13 de maio de 1940), assumia Winston Churchill, o cargo de Primeiro-ministro britânico. Denécé (2009, p. 40) relata a inspiração de Churchill na Guerra dos Bôeres e nos famosos *Kommandos*[60], o que ironicamente tanto deram trabalho aos britânicos. Churchill de fato acreditava:

> [...] a solução com certeza, estava lá: **unidades pequenas**, integradas por homens **supertreinados** (*sic*), **audaciosos**, **resolutos**, **equipados** apenas com as **melhores armas** que pudessem carregar, capazes, principalmente, de tomar a **iniciativa**. **Pouco numerosos**, os **Comandos** podiam surgir onde o inimigo não os esperava, e empreender **ações pontuais**, **rápidas**, à noite (DENÉCÉ, 2009, p. 41, *grifo nosso).*

Observam-se as características das tropas Comandos, desde sua gênese, as quais até os dias atuais representam traços fundamentais aos homens de OE, ou seja, uma tropa pequena, com treinamento diferenciado, ousada, determinada, com armas e equipamentos diferentes e que, de fato, possuem iniciativa em suas ações.

Segundo Young (1975, p.8), o homem que criou os *Comandos* foi o Ten-Cel Dudley Clarke, o qual recebeu ordens do Primeiro-ministro para formar a tropa. Uma minuta escrita em 18 de junho de 1940, escrita por Churchill, demonstra seu pensamento para com a tropa que se formava:

> Que pensa o Comandante-Chefe das Forças Metropolitanas sobre “Tropas de Assalto” ou “Leopardos” retirados das unidades existentes, prontos para

---

[59] Sedan é uma cidade do departamento das Ardenas, nas margens do rio Mosa, nordeste da França. A cidade foi palco da famosa batalha, travada durante a Guerra Franco-Prussiana, que resultou na derrota dos franceses e na rendição de Napoleão III, com 100 mil homens. Foi também tomada pelos Alemães na 2ª Grande Guerra, em maio de 1940 (ENCICLOPÉDIA, 1967, p. 99).

[60] Evento descrito na seção 1.1 deste APÊNDICE.

> se lançarem à garganta dos participantes de quaisquer desembarques anfíbios ou pára-quedas? (*sic*) Esses oficiais e soldados deveriam ser armados com o que de mais moderno existisse, em termos de fuzis, metralhadoras, granadas, etc., e ter todas as facilidades no uso de motocicletas e carros blindados (YOUNG, 1975, p. 10).

A tropa *Comandos* se formava especificamente de voluntários para o serviço especial, dentre os quais também eram escolhidos os oficiais-comandantes (*sic*). “Os oficiais-comandantes tinham de se certificar que somente os melhores fossem enviados, que fossem jovens, absolutamente aptos, capazes de dirigir veículos motorizados e que fossem imunes a enjôo quando embarcados” (YOUNG, 1975, p. 10). Os voluntários que se juntavam a essas formações deviam demonstrar espírito de combate e estar aptos a conduzir um combate insólito pela retaguarda do inimigo, **operando em todos os cenários** (DENÉCÉ, 2009, p. 41).

Segundo Araujo (2007, f. 35), o Ten-Cel Clarke inspirou-se nas técnicas de guerrilhas e nas tropas paraquedistas alemãs (uma inovação na época), sugerindo ao Alto Comando e ao Primeiro Ministro, a criação de tropas especiais de assaltos, constituídas por pequenos grupos independentes que atuariam somente com seu equipamento e armamento individual, desenvolvendo operações rápidas e simples dentro do território inimigo, como sabotagens, incursões, destruições de pontos estratégicos, guerrilhas, etc. Segundo ele, o curso Comandos (FIG. 8) tinha a duração de oito semanas e, com as exigências da guerra passou para quatro. Calcula-se que mais de 20 mil alunos passaram pelo curso, com o registro de 40 mortos durante as instruções. Há ainda crenças que associam esse período à expressão “faca na caveira”, pois os alunos que alcançavam o final dos trabalhos eram agraciados com um punhal, sendo este associado ao símbolo da letalidade à época: a caveira.

Os *Comandos* atuaram em diversas operações, mas o que mais destacou nessa tropa e que influenciou as demais foi o impacto psicológico que provocava (DENÉCÉ, 2009, p.42). Tanto temor fez com que o próprio Adolf Hitler, em outubro de 1942, escrevesse uma carta aos seus generais, demonstrando o temor às tropas *Comandos.* Eis um trecho do documento:

> Desde há muito tempo, os nossos inimigos servem-se de métodos de

> guerra contrários às convenções internacionais, e particularmente notório é o procedimento brutal e pérfido dos chamados “Comandos”, que, e isto foi formalmente comprovado, são em parte **recrutados entre os antigos criminoso libertados em países inimigos**. Segundo os documentos encontrados, deduz-se que recebem ordens não só para acorrentar os seus prisioneiros, mas além disso, para chacinar imediatamente os prisioneiros sem defesa. [...] Em consequência, **ordeno**: a partir desta data, todos os inimigos contactados *(sic)* pelas tropas alemãs durante as expedições ditas “de comandos”, tanto na Europa como na África, quer usem uniforme regular de soldados ou sejam agentes sabotadores, armados ou não, **serão exterminados até ao último, seja em combate ou em perseguição**. [...] Altamente Secreto, Quartel-General do Führer, 18 de Outubro de 1942 (Nº 003830/42 G. Kdos CKW/WSFT) A. Hitler (FLAMENT, 1972, p. 331, *grifo nosso).*

FIGURA 8 – Treino de Comandos

Legenda: Curso coletivo para aprender a matar, exercícios de sobrevivência e lições de sabotagem.
Fonte: FLAMENT, 1972, p. 24.

A história dos *Comandos* não terminou em 1942, mas com a invasão da África do Norte, a 7 de novembro deste ano, toda a natureza do seu papel começou a mudar. Teve início então a grande série de contra-ofensivas aliadas cuja pressão implacável pôs fim à guerra, com Hitler morto entre ruínas de Berlim (YOUNG, 1975, p. 156). Ainda segundo Young (1975), nesse período do conflito, que durou aproximadamente dois anos e meio, a grande tarefa dos *Comandos* era servir de ponta-de-lança dos desembarques em grande escala das forças convencionais e não mais a realização de incursões. Por fim, para retratarmos o tipo de militares que se esperava de um *Comandos*, vê-se o relato de um líder dessa tropa*:* “um oficial

está sempre errado, até provar que está certo” (YOUNG, 1975, p. 159).

> O soldado *Comando* esperava, acertadamente, receber instruções claras “saber afinal no que estava-se *(sic)* metendo”. Este foi o segredo do êxito em cem lutas. Os homens sabiam do objetivo da operação e, se as coisas saíssem erradas, se os líderes tombassem, poderiam, **valendo-se do que aprenderam no treinamento** e da esperteza inata para improvisar, ir em frente. As táticas de batalha já não são mais “Carregar! Apontar! Fogo!” da época de Wellington. **Feliz o comandante que tem homens suficientemente perspicazes, letrados e motivados para executar seus planos! E era exatamente isto o que tínhamos nos *COMANDOS*** (YOUNG, 1975, p. 159, *grifo nosso*).

Almeida (2003, f. 54) esclarece que durante a II Guerra Mundial, os Comandos realizaram mais de cem operações bem sucedidas, sendo substituídos pelos originais *Royal Marine Commandos* (Real Corpo de Fuzileiros Navais)[61]. Atualmente, embora não passe de uma tropa de infantaria muito bem treinada, especialmente em operações anfíbias, há certo número de pequenos e seletos grupos, dos quais o mais conhecido e bem treinado é o Esquadrão Especial de Botes (*Special Boat Squadron* – SBS) (WALMER, 1986, p. 74).

1.2.1.2 A Special Air Service

Apesar da criação dos Comandos, no início de 1941, os ingleses ainda tentavam interromper a interminável série de derrotas que vinham sofrendo desde a entrada deles na guerra, em 1940 (DENÉCÉ, 2009, p. 44). Surge então a iniciativa do oficial subalterno David Stirling, o qual recomendava “empregar patrulhas de 40 soldados audaciosos, resolutos, supertreinados e experimentados na utilização de métodos pouco ortodoxos”, e que fossem ainda, capazes de operar “com pouco suporte logístico e fossem capazes de utilizar todos os meios de infiltração” (DENÉCÉ, 2009, p. 45).

Walmer (1986, p. 26) confirma que o Serviço Aéreo Especial teria sido formado no início da II Guerra pelo tenente David Stirling. Primeiramente o grupamento foi chamado de “*Destacamento L”* e, em outubro de 1942, quando já possuía 390 homens, foi renomeado de Serviços Aéreos Especiais (1º SAS). O regimento SAS firmou sua reputação no conflito na Malásia (1944/1945). Os homens passaram

---

[61] Tradução feita por Walmer (1986, p. 74).

longos períodos dentro da selva, onde estabeleceram ligações com os aborígines e desenvolveram técnicas pioneiras de salto em paraquedas em regiões de florestas (WALMER, 1986, p.26).

FIGURA 9 – Homens do SAS

Legenda: Homens do SAS no norte da África em 1943 após uma missão de grande penetração no terreno.
Fonte: MCNAB, 2002b, p.13.

Embora Stirling seja o fundador da SAS, o conceito de uma pequena unidade, altamente treinada como unidade de ataque, como já foi dito, foi concebido durante a II Guerra Mundial pelo Ten-Cel Dudley Clark, formando o que foi chamado de Batalhões de Serviço Especial, o qual, na verdade, eram grupos de *comandos* com múltiplas especialidades de combate operacionais (MCNAB, 2002, p. 14-15).

Segundo McNab (2002, p. 15), os objetivos de Stirling eram formar “grupos de ataque altamente treinados, com grande mobilidade e bem armados, consistindo unicamente em pequenas unidades.” Stirling acreditava que uma força com “um vigésimo do tamanho podia ter o equivalente, se não mesmo um maior impacte *(sic)* no teatro de guerra.” Defendia pequenos grupos rapidamente dispostos capazes de alcançar posições inimigas de elevada prioridade, “atingi-las com força e com

grande velocidade e evacuar antes de o choque intenso do ataque ter desaparecido" (MCNAB, 2002, p. 15). As operações que ele propunha eram muito diferentes das realizadas até então por qualquer outra unidade. Strawson (1987, não paginado) esclarece que:

> Tratava-se de ataques por trás das linhas inimigas, com a finalidade de destruir alvos vulneráveis, como aeroportos, instalações, militares e linhas de suprimento. Era importante que as incursões fossem realizadas por **grupos pequenos**, de quatro ou cinco homens, que poderiam atacar vários alvos simultaneamente – e com maiores chances de sucesso (STRAWSON, 1987, não paginado, *grifo nosso*).

Eis que nesse período surge uma metodologia diferenciada de treinamento. McNab (2002, p. 15) esclarece que havia pouco apoio estrutural e financeiro para a nova unidade e poucos modelos a serem seguidos. "A improvisação tornou-se a palavra-chave, mas Stirling compreendeu que cada homem teria de ser mestre em capacidades básicas de combate se quisesse sobreviver." Para tanto, o treinamento do soldado da SAS recebia um treinamento bem diferenciado:

> [...] cada homem foi **treinado exaustivamente**, **muito para ALÉM DOS PADRÕES HABITUALMENTE EXIGIDOS** ao soldado do exército britânico. Enquanto um vulgar militar do exército aprenderia a disparar uma Lee Enfield, uma metralhadora Bren e uma espingarda automática Sten, o soldado SAS teria lições suplementares sobre todos os tipos de armas usados pelas potências do Eixo para caso de necessitar de as utilizar (MCNAB, 2002, p. 15).

A tropa SAS era ensinada a aplicar o fator surpresa, a emboscada, a crueldade e a ser furtiva. Aprendiam sobrevivência no deserto e conhecimentos sobre navegações. Ao final dessa metodologia de treinamento observou-se o seguinte: "**uma força verdadeiramente única – em aparência, talento, amplitude de treino e resistência"** (MCNAB, 2002, p. 15). O general Strawson (1987) relata que Stirling insistiu, desde o início no seguinte:

> [...] dotar o SAS dos **mais altos padrões de seleção, treinamento, versatilidade e disciplina**. [...] O objetivo consistia em desenvolver nos homens duas qualidades eternamente perseguidas pelo SAS: **eficiência e autodisciplina**. Consegui-lo exigia combinação perfeita entre **CARÁTER E BOA FORMA FÍSICA**" (STRAWSON, 1987, não paginado, *grifo nosso*).

As exigências para o alistamento no SAS são extremamente rigorosas, segundo Tavares (1984, não paginado). O candidato deve ter 1,80m de altura, peso entre 75

e 80 quilos, grande preparo físico e qualificação no manejo de armas automáticas e equipamentos de precisão. Sobretudo, precisa "demonstrar **disposição para operações de alto risco**".

Tamanha exigência se devia pelas peculiaridades das missões, o que demonstra a correlação da seleção e do treinamento para com a missão a ser executada. Eles atuavam "com total autonomia, sendo capazes de operar independentemente por várias semanas, golpeando o inimigo e movimentando-se a grande velocidade" (WESTWELL, 1987, não paginado).

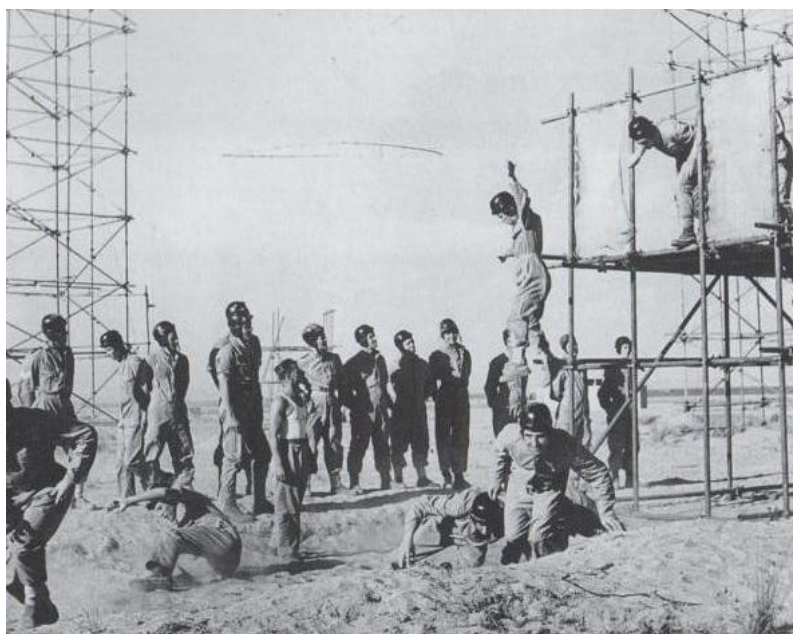



FIGURA 10 – Treino de paraquedistas do SAS

Legenda: Treino realizado em Kabrit, Egito, para preparação da primeira operação. Stirling inicialmente estava apegado à ideia de lançamento dos homens em paraquedas como método de penetração do SAS, mas problemas de navegação levaram-no a adotar a utilização de veículos terrestres.
Fonte: MCNAB, 2002b, p. 14.

A história de Stirling com a criação do regimento SAS deixa uma mensagem atual às Operações Especiais. Eis que esse homem entrou num campo militar inglês numa tentativa de promover a sua visão de forças especiais. Segundo McNab (2002, p. 27), as idéias de Stirling por serem não ortodoxas poderiam condená-lo diante dos critérios militares. Sua biografia retrata um "verdadeiro pensador, alguém que nunca aceitaria a versão dos acontecimentos de outra pessoa e que estava

constantemente a procurar abordagens mais competentes aos problemas militares." Sua metodologia de treinamento fez inimigos nos oficiais superiores, os quais ridicularizavam as táticas que Stirling encontrava nos livros.

> A provocação não é exigida para entrar no SAS, mas uma **paixão por pensar por si próprio e por ultrapassar os problemas é essencial**. [...] eles foram ou são homens com uma capacidade de avançar implacavelmente na **perseguição de uma missão com êxito**. Até mesmo em relação à fadiga, aos ferimentos e à perspectiva de uma morte violenta, estes homens parecem ter uma atitude sempre "ligada" que nunca **desliza para o derrotismo** nem para o fatalismo. Essa é talvez a área mais vital da "personalidade" do SAS – resistência mental[62], antes de sua homóloga física (MCNAB, 2002, p. 27-28, *grifo nosso*).

A SAS, por sua vez, influenciou a criação de diversas tropas de FE no mundo, sobretudo nos Estados Unidos da América.

1.2.2 O exemplo Norte Americano

As forças norte-americanas tiveram uma participação na II Guerra Mundial sem grande preparação. As tropas não dispunham de meios de ação especial ou clandestina. Foi com a ajuda dos aliados britânicos que os americanos desenvolveram suas unidades especiais (DENÉCÉ, 2009, p. 53). Logo no pós-guerra, as operações especiais foram negligenciadas pelos americanos, não dando a devida atenção. Entretanto, analisando os eventos internacionais no início da década de 50, alguns oficiais compreenderam que estavam enfrentando um novo tipo de guerra, e que respostas inovadoras deviam ser articuladas (DENÉCÉ, 2009, p. 87).

1.2.2.1 Os índios guerreiros: Rangers

Segundo Denécé (2009), no início de 1942 o *United States Army*, impulsionado pelo general Marshall, decidiu formar também unidades de comandos americanos, chamadas "*Rangers*". O general Creighton Abrams, antigo chefe do Estado-Maior do Exército norte-americano, descreveu os *Rangers* assim:

---

[62] A força física ao nível do SAS pode ser adquirida. A resistência e a determinação para não se deixar levar pela adversidade farão com que o corpo realize feitos ainda mais extraordinários quando os outros desistem (MCNAB, 2002, p. 27-28).

> O batalhão Ranger deve ser um batalhão de infantaria de elite, ágil e o mais competente do mundo, capaz de fazer coisas com as mãos e as armas melhor que qualquer outra unidade. Onde quer que ele vá, deve mostrar que é o melhor (WALMER, 1986, p. 40).

Neste mesmo ano, em Fort Pierce, foi criado, dentro do *United States Marine Corps,* um centro de treinamento especializado. Sua missão era ensinar táticas de reconhecimento e incursão a militares cuidadosamente selecionados para formar companhias de reconhecimento das diversas divisões (DENÉCÉ, 2009, p. 54). Segundo Walmer (1986, p. 40), os *Rangers* são considerados herdeiros dos antigos índios guerreiros liderados pelo major Robert Rogers, do exército colonial pré-revolucionário.

Sua seleção e treinamento deve se basear em **voluntários** que devem ser especializados em paraquedas, sendo que muitos fazem a Escola Ranger. O curso concentra-se na preparação militar básica, manuseio de armas e táticas de infantaria. Os alunos são deliberadamente **submetidos** a uma **forte tensão**. Geralmente as turmas são formadas por trinta alunos e o nível de aprovação é de 70% (WALMER, 1986, p. 42).

1.2.2.2 Forças especiais: Boinas Verdes

Segundo os estudos de Araujo (2007, f. 37), os "Boinas Verdes" tem sua origem na Segunda Guerra. Durante o conflito, em julho de 1944, o então capitão do Exército norte-americano (US Army) Aaron Bank foi lançado, de paraquedas, atrás das linhas alemãs na França ocupada. Fluente em francês e alemão sua missão era juntar-se aos guerrilheiros da resistência em suas missões contra os nazistas e coletar a maior quantidade possível de informações sobre as tropas inimigas. A missão foi um sucesso. O grupo liderado por Bank tomou vários vilarejos, sempre adotando a tática de atacar e desaparecer antes que os alemães pudessem revidar.

Na década de 50, o general McClure foi encarregado de organizar no exército americano uma *Special Operations Section*[63]*.* A existência dessa seção abriu caminho para a criação de unidades especiais: no dia 1º de maio de 1952, o 10º

---

[63] Seção de Operações Especiais (*tradução nossa*).

Special Forces Group foi constituído em Fort Bragg. Acabavam de nascer os famosos Boinas Verdes (DENÉCÉ, 2009, p. 88).

Walmer (1986, p. 28) explica que em 21 de setembro de 1961 criou-se o 5º Grupo de Forças Especiais. Inicialmente sediado em Fort Bragg, Carolina do Norte, foi transferido para o Vietnam, onde seria responsável por todas as atividades que requeriam Forças Especiais. Os estudos revelam a fascinação do presidente da época Kennedy pelas FE e, ao visitar Fort Bragg no segundo semestre de 1961, autorizou o uso da característica *boina verde,* pois até então era usada informalmente. Desde então a boina tornou-se sinônimo das operações especiais.

A idéia que norteou a criação das Forças Especiais, na década de 50, era promover operações de guerrilha contra tropas inimigas regulares, numa guerra convencional. No Vietnam, porém, logo ficou claro que o próprio inimigo usava a guerrilha, de modo que as Forças Especiais tiveram que revisar seus métodos (WALMER, 1986, p. 29-30).

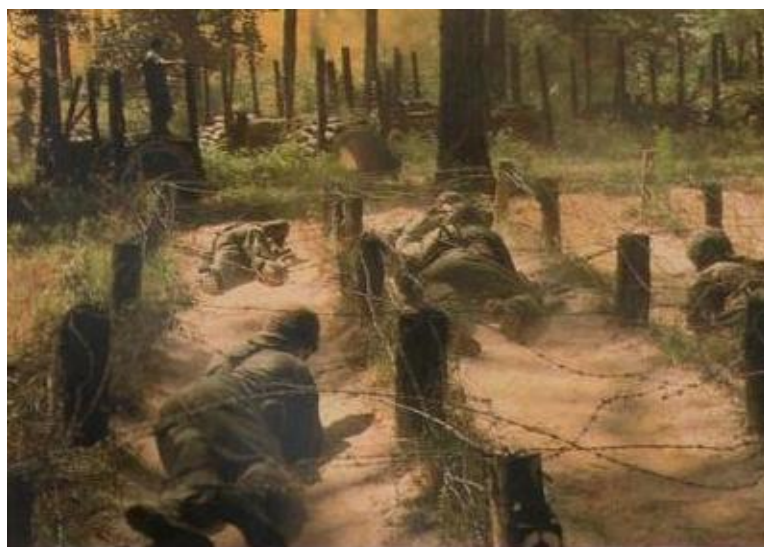



FIGURA 11 – Treinamento dos Boinas Verdes

Legenda: O treinamento é realizado em campos especialmente construídos nas bases do Exército – como esta em Fort Bragg – e nos mais diversos tipos de ambiente, desde desertos até montanhas cobertas de neve.
Fonte: WALMER, 1986, p. 28.

Para integrar esse grupamento seleto, todos os oficiais e soldados Boinas Verdes devem ser paraquedistas qualificados e mergulhadores. Eles devem ser

especializados em pelo menos duas áreas, dentre engenharia, inteligência, armas, comunicações e demolição, podendo ainda ser treinados em línguas estrangeiras (WALMER, 1986, p. 29-30).

1.2.2.3 A influência inglesa e a Força Delta

Segundo Jorge (2009, f. 14) o Primeiro Destacamento Operacional de Forças Especiais “Delta” do Exército dos Estados Unidos foi criado secretamente em outubro de 1977 pelo coronel Charles Beckwith, em resposta aos numerosos incidentes terroristas dos anos 1970, como aquele promovido pelo grupo Setembro Negro nas Olimpíadas de Munique em 1972 e o sequestro do vôo 139 da Air France no aeroporto de Entebbe, em Uganda, no ano de 1976. Desde o início, a Força Delta *(Delta Force)* foi influenciada pelo seu equivalente britânico: o SAS. Walmer (1986, p. 20) esclarece que o coronel Beckwith servira com o SAS Britânico em 1962 a 1963 e, desde então, se esforçava para criar essa unidade, a qual teria a mesma organização, ideal e função da SAS.

Designada como uma unidade contraterrorista, é especializada em resgate de reféns e reconhecimento, entre outras habilidades. A força é constituída de voluntários em sua maioria oriundos da 82ª Divisão Aerotransportada, das Forças Especiais (Boinas-Verdes) e do 75º Regimento de Rangers (JORGE, 2009, f. 14).

Enquanto o Delta esteve sob o comando do coronel Beckwith, os processos de seleção e treinamento foram basicamente os mesmos do SAS. Os métodos de seleção enfatizavam o potencial e as qualidades individuais, eliminando aventureiros que sejam um risco não só para si como para os companheiros. Todos são exaustivamente treinados em disparos de curta distancia, para assegurar que, num confronto em ambientes fechados – como prédios ou cabines de avião -, só os terroristas sejam atingidos, poupando os reféns (WALMER, 1986, p. 22).

1.2.3 O mundo e as Forças Especiais

Não restam dúvidas sobre o destaque britânico na evolução das Operações Especiais e, em consequencia, o surgimento da potência norte-americana.

Entretanto, outros países também formaram suas *tropas de elite*, algumas delas, apesar de nem sempre confirmado, terem sido influenciados pelas tropas já estudadas.

As Unidades de OE da França, por exemplo, iniciaram suas operações a partir de Londres. Recriadas em setembro de 1940, na própria Inglaterra, as unidades de infantaria do ar, transformadas nos 3º e 4º Regimento SAS em 1942, participaram, entre 1941 e 1945, ao lado de camaradas britânicos, de diversas operações (DENÉCÉ, 2009, p. 57). O romancista Joseph Kessel descreve as ações do grupo, na França ocupada, em sua obra *Le Bataillon Du Ciel* (O batalhão dos céus):

> Em pequenos grupos de dez, quatro, dois, e **às vezes de apenas um homem**, os piratas insinuavam-se, infiltravam-se, espalhavam-se pelos prados, colinas e aldeias da província, mantendo-se em comunicação por rádio, como pequenos barcos de uma flotilha, ou então por batedores, como saqueadores nômades do deserto. [...] Os piratas tiravam vantagem da própria pequenez, da exiquidade espantosa de seu número. Se fossem 5 mil, teriam sido facilmente localizados e obrigados a sustentar batalhas campais. Na casa das centenas, **tornavam-se imperceptíveis**. O inimigo tinha que mobilizar um regimento para caçar às vezes um único homem, que esgueirava de bosque em bosque, ou, simplesmente, disfarçava-se de empregado de fazenda e ficava removendo esterco enquanto o regimento passava (DENÉCÉ, 2009, p. 58).

Atualmente a França possui uma força de elite cercada de mistérios e romantismo, que é o caso da Legião Estrangeira, a qual foi criada em 1831 para atuar na conquista da Argélia. Seus primeiros anos foram perturbadores pelas guerras frequentes contra os árabes e também pela indisciplina e conflitos internos, mas que posteriormente se firmou como uma força de todas as armas, bem organizada e equipada com armamento padronizado do Exército francês. (WALMER, 1986, p. 56). Há de se considerar as unidades paraquedistas francesas (FIG. 12), que dentre as numerosas unidades no mundo, são consideradas as que mais fizeram saltos operacionais – em suas campanhas na Indochima, Suez, Líbano, Argélia, Kolwezi, Tchade e em outras colônias da França.

As Forças Especiais soviéticas também merece destaque nesse estudo acadêmico. A origem direta das FE Soviéticas foram no terrorismo do século XIX. Nessa época “jovens bolcheviques fanáticos formavam grupos especializados em ações violentas. [...] não hesitavam em cometer crimes para construir a *sociedade ideal”* (DENECÉ,

2009, p. 65). A partir de então, os comunistas russos manifestavam a vontade de organizar "células com vocação especial", cujos membros seriam treinados para "cumprir tarefas muito específicas". Na Rússia, haviam o que chamavam de guerrilha *partisan*[64], a qual influenciou muito o exército. O Estado-Maior soviético compreendeu muito rapidamente o quanto poderia se beneficiar com a ação dos *partisans,* sobretudo se estes fossem reforçados e treinados por unidades especiais. Daí surge a primeira operação especial soviética em janeiro de 1942, ao lançar 450 comandos de paraquedas na região de Jalaine. O sucesso dessas operações convenceu o alto comando soviético da utilidade das formações especiais (DENÉCÉ, 2009, p. 71).

FIGURA 12 – Paraquedistas franceses

Legenda: Missão intervencionista em Beirute (1982), a qual terminou em tragédia, com muitos soldados mortos por uma bomba terrorista.

Fonte: WALMER, 1986, p. 65.

As unidades especiais soviéticas foram praticamente todas dissolvidas no fim da II Guerra Mundial. Entretanto, graças a influência de Viktor Kondratevich Kharchenko, antigo comandante de brigada de forças especiais durante o conflito junto a Stalin, as unidades especiais foram reconstituídas no início da guerra fria, dando origem às

---

[64] Guerrilha *partisan:* são modos de ação típicas em ambientes de florestas, entremeados de regiões pantanosas, com população dispersa e raras vias de comunicação. Utilizada na luta contra os exércitos de Napoleão, em 1812, e os combates da guerra civil russa, entre 1917 e 1920 (DENÉCÉ, 2009, p. 68).

Spetsnaz, as quais tinham por missão conduzir o que os soviéticos chamavam de *reconhecimento especial*[65] (DENÉCÉ, 2009, p. 74). Sendo também conhecida como “tropa de dissuasão”, subdividida em unidades chamadas “brigadas de dissuasão”, suas tarefas incluem ataques a bases nucleares e a centros de comando inimigos, bem como ataques gerais a alvos militares e civis (WALMER, 1986, p. 134).

Para os soldados recrutados, que compõem o grosso das unidades Spetsnaz, o processo de seleção começa ainda antes de eles ingressarem no exército. A seleção é feita pelo sistema de treinamento militar e doutrinação política. Os recrutas com potencial são submetidos a um curso intensivo, sendo enviados a outro batalhão de treinamento (FIG. 13) muito mais rigoroso (WALMER, 1986, p. 137). Walmer (1986, p. 134) explica que “o treinamento é intenso e duro, exigindo um esforço máximo **para reproduzir situações reais**.” Denécé (2009, p. 82) relata que em maio de 1994, um jornalista que fazia uma reportagem sobre as últimas guarnições soviéticas, as quais possuíam homens das Spetsnaz misturados, observou “entre os soldados mal alinhados, homens zelosos de si mesmos, em muita boa forma física e que falavam diversos idiomas.” Eis mais um exemplo de tropa diferenciada dentre as demais, que apesar do intenso treinamento, permanecem com zelo e galhardia.

FIGURA 13 – Treinamento dos Spetsnaz

Legenda: Para os Spetsnaz é essencial um padrão bem alto de preparo físico, próximo ao dos atletas olímpicos.
Fonte: WALMER, 1986, p. 134.

---

[65] Segundo a enciclopédia militar soviética, a expressão compreende o conjunto das operações de reconhecimento, sabotagem e dissimulação, destinados a destruir os meios e enfraquecer a vontade de resistência dos adversários (DENÉCÉ, 2009, p. 68).

O mundo é palco do que chamam de Operações Especiais, cada localidade com suas características, técnicas e formação diferenciada, mas em todos os locais, observa-se a busca por um grupo pequeno com treinamento diferenciado e capaz de cumprir missões que as tropas convencionais não são preparadas.

2.3 As Operações Especiais nas Forças armadas brasileiras

Segundo Dunningan (2008, *apud* BARBOZA, 2010, p. 18-19), a história das atuais Forças de Operações Especiais do Exército Brasileiro remonta aos idos do século XVII, época do Brasil Colônia, por ocasião das Invasões Holandesas, onde a primeira foi ocorrida a 8 de maio de 1624, na cidade de Salvador, então, sede do Governo Geral do Brasil e, praticamente um anos após, os invasores se viram obrigados a capitular por terra, ante as forças de guerrilhas organizadas e lideradas pelo Bispo de Salvador D. Marcos de Mendonça, e por mar, por uma frota portuguesa sob o comando de D. Fradique de Toledo Osório.

Barboza (2010, p. 19) explica que as forças de D. Marcos eram comandadas por combatentes identificados como “capitães dos assaltos”, responsáveis pela condução das “Companhias de Emboscadas”, que teve como notável destaque o Capitão Francisco Padilha, brasileiro nato, que se notabilizou por conduzir inúmeras e bem sucedidas ações ofensivas, caracterizadas pela surpresa na execução e por intensa ação de choque, características das atuais ***ações de comandos***, onde em uma dessas incursões foi pessoalmente o responsável pela eliminação do próprio governador holandês, Van Dorth. Em 1640, quando da segunda investida batava em terras brasileiras, Antônio Dias Cardoso, português filho de família humilde da cidade do Porto, foi enviado a Pernambuco pelo Governo Geral da Colônia, com o objetivo de instruir e formar uma força de resistência com potencial para expulsar os invasores.

Antônio Dias Cardoso e Francisco Padilha, ao lado de outras figuras históricas ilustres da época, protagonizaram uma série de memoráveis eventos, nos quais demonstraram seus excepcionais “atributos de liderança, coragem, determinação, criatividade e abnegação, tornado-se um magnífico exemplo para os especialistas em Ações de Comandos e Operadores de Forças Especiais da atualidade”

(BARBOZA, 2010, p. 19).

Em 2 de dezembro de 1957 foi iniciado o primeiro Curso de Operações Especiais, dividido em período de formação e período de aplicação, tendo como instrutor-chefe o major paraquedista Gilberto Antonio Azevedo Silva. As instruções foram voltadas para a capacitação de equipes ao desempenho de missões como a conquista de pontos-chave, socorro em situações de catástrofe, busca de informes, destruições e busca e salvamento. Como não havia uma organização militar exclusiva de operações especiais para receber os 16 concludentes do curso, que foi encerrado em março de 1958, eles acabaram sendo distribuídos pelas unidades existentes, ficando em condições de serem mobilizados a qualquer momento. Logo após, deslocaram-se para os Estados Unidos a fim de obterem conhecimentos atualizados sobre o emprego de Ranger e Special Forces, com o objetivo de adaptá-los ao Exercito Brasileiro (DUNNINGAN, 2008, *apud* BARBOZA, 2010, p. 18-19).

Segundo Barboza (2010, p. 20), em 1968 a história das Forças de Operações Especiais foi marcada mediante uma Portaria Ministerial, datada de 12 de agosto de 1968, onde o Curso de Comandos e de Forças Especiais, que haviam sido desmembrados do Curso de Operações Especiais em 1966, foram oficialmente reconhecidos, sendo ativada a primeira unidade de Operações Especiais do Exército Brasileiro.

APÊNDICE B

Formulário de Inventário de Talentos nos cursos de formação da PMMG

Prezado Policial Militar, este formulário visa identificar e elaborar um *Inventário de Talentos* de interessados em pertencer ao **Grupamento de Ações Táticas Especiais** (GATE). O GATE representa a Força Especial de Polícia do Estado de Minas Gerais e última linha de defesa da sociedade, funcionando como uma força de reação do Comando-geral e responsável por atuar em operações específicas que extrapolem a capacidade de atendimento rotineiro do policiamento ordinário, nas ações e operações de caráter repressivo, após terem sido esgotados todos os meios disponíveis para a solução do fato delituoso ou na gestão de *Eventos de Defesa Social de Alto Risco*.

Nesse viés, pede-se que responda as seguintes perguntas:

Nome: ____ Nº PM: ________________
Data de nascimento: _____/_____/_________

1) Você tem interesse, de forma voluntária, a pertencer ao GATE, na gestão de incidentes críticos de alto risco?

( ) Sim ( ) Não

(Somente responder as próximas questões, caso tenha respondido sim na alternativa anterior)

2) Você já serviu nas Forças Armadas, ou em outra instituição do Sistema de Defesa Social?

( ) Não
( ) Exército
( ) Marinha
( ) Aeronáutica
( ) Polícia Militar de outro Estado
( ) Polícia Civil
( ) Polícia Federal
( ) Guarda municipal
( ) Agente penitenciário
( ) Outros. Qual? ___________________

3) Caso tenha pertencido a outra força, de qual grupo ou equipe fazia parte?

____

4) Você possui algum curso ou treinamento voltado a atividades especializadas?

____

Agradecemos a contribuição.

APÊNDICE C

Proposta de barema para avaliação comportamental em Forças Especiais de Polícia

CURSO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS - BAREMA DE AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL EM FORÇAS ESPECIAIS DE POLÍCIA

Valor: 10,00 pontos **Instrutor:** ____

Disciplina: ______________________________ **Data da Avaliação:** _____ / _____ / _________ **Visto do instrutor:** ________________

ITENS AVALIADOS	**INDIVIDUALISMO** Tendência em tomar posicionamentos e atitudes sem considerar a opinião dos outros. Conduta egoísta ou egocêntrica.	**INSEGURANÇA** Falta de confiança e firmeza para agir, medo em tomar decisões. Falta de certeza e confiança em si mesmo.	**IRRITABILIDADE** Tendência à constante mudança de humor ou perda do controle emocional. Pessoa que se irrita facilmente.	**IMPULSIVIDADE** Incapacidade no controle das emoções e tendências a reagir de forma brusca e intensa, diante de estímulos internos e externos. Que age sem refletir.	**ANSIEDADE** Preocupação antecipada, que culmina com a aceleração das funções orgânicas, de modo a afetar sua capacidade de reação diante de situações estressantes	**PREPOTÊNCIA** Tendência em agir como se fosse o dono da verdade. Pessoa que quer se mostrar influente, abusando do poder ou da autoridade.	**INSOCIABILIDADE** Dificuldade de relacionamento com outras pessoas, de modo a comprometer o trabalho em equipe e as relações interpessoais.	**SEDENTARISMO** Inaptidão para a prática regular de exercícios. Característica de pessoa sempre parada, sentada, que evita desenvolver atividades que exijam movimentos.	**NEGATIVISMO** Percepção negativa da realidade ou de si mesmo. Espírito de negação sistemática.	**FANATISMO** Adesão cega e dedicação excessiva a um sistema ou doutrina. Pessoa que comete excessos, de forma irracional, em favor dessas crenças.	**FOBIAS** Medo irracional ou patológico de situações específicas como animais, altura, água, sangue, fogo e etc., que levam o indivíduo a desenvolver crises de pânico	TOTAL DE ESCORES	NOTA
DISCENTES	**QUANTIDADE DE ESCORES (*fatos observados*) - LIMITE DE 40 ESCORES TOTAIS**												
LIMITE DE ESCORES	**4**	**4**	**4**	**4**	**4**	**4**	**4**	**3**	**3**	**3**	**3**		
1													
2													
3													
4													
...													

BAREMA											
NR DE ERROS	**0**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**
NOTA	10,00	9,75	9,50	9,25	9,00	8,75	8,50	8,25	8,00	7,75	7,50
NR DE ERROS	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**	**21**
NOTA	7,25	7,00	6,75	6,50	6,25	6,00	5,75	5,50	5,25	5,00	4,75
NR DE ERROS	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**
NOTA	4,50	4,25	4,00	3,75	3,50	3,25	3,00	2,75	2,50	2,25	2,00
NR DE ERROS	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**			
NOTA	1,75	1,50	1,25	1,00	0,75	0,50	0,25	0,00			

VERSO DO BAREMA DE AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL EM FORÇAS ESPECIAIS DE POLÍCIA	
DISCENTE	**DESCRIÇÃO DOS *FATOS OBSERVADOS***
1	
2	
3	
...	

ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO E UTILIZAÇÃO DO BAREMA

1) Na coluna da esquerda, abaixo do termo “Discentes”, serão registrados os nomes e números de cada aluno;

2) O aluno inicia a disciplina com o número máximo de escores – no caso, 40 escores = 10,0 pontos (0,25 para cada escore) e os vai perdendo, no limite de 40 escores, à medida que cometer algum *fato observado* do aspecto avaliado;

2A) Para cada item avaliado deverá ser observado o limite de escore para os *fatos observados;*

3) À direita do nome do aluno, será lançada a quantidade de escores perdidos em cada item avaliado. Cada *fato observado* se limitará a um escore, não podendo ponderar a perda de mais escores para o mesmo *fato observado*;

4) Ao final do lançamento, na linha correspondente ao discente, os escores perdidos são somados e lançados na coluna “Total de Erros”;

5) Para o cálculo da nota obtida, basta consultar o barema, ao final da tabela, na coluna correspondente ao número de erros cometidos;

6) Os itens e aspectos avaliados devem ser de conhecimento prévio do aluno;

7) No verso da avaliação, o instrutor deverá descrever as principais situações observadas e contabilizadas como *fatos observados*;

8) Ao final de cada módulo do COESP, as avaliações dos instrutores das disciplinas e dos monitores serão condensadas, a fim de se obter as médias das notas. Em seguida, o conselho de monitores, coordenadores e psicólogo responsável se reunirá, para se discutir sobre a permanência ou não dos discentes com médias inferiores a 8 pontos no curso;

9) Em caso de *fatos observados* de proporções e circunstâncias excepcionais, a situação deverá ser levada à coordenação, que poderá convocar uma reunião excepcional com o conselho de monitores, coordenadores e psicólogo responsável, a fim de se discutir sobre a permanência ou não do discente no curso, conforme o caso específico.

APÊNDICE D

Questionário para os militares dos Comandos de Operações Especiais

Prezado Policial Militar, como Cadete do Curso de Formação de Oficiais (CFO) e ex-integrante do GATE/CPE, estou desenvolvendo uma pesquisa, requisito indispensável para aprovação no curso, que visa analisar a **Capacitação do Policial Militar em Operações Especiais Policiais**, no que se refere aos processos de recrutamento, seleção e treinamento utilizados atualmente pela Unidade.

O questionário é composto apenas de questões fechadas.
NÃO É NECESSÁRIO SE IDENTIFICAR.

Diante do exposto, solicito-lhe uma valiosa colaboração e dedicação ao responder o questionário, permitindo-me ao final, analisar e propor sugestões a respeito do tema pesquisado.

Desde já agradeço pela importante contribuição.
Fernando ANTUNES Netto, CAD PM

RESPONDA AS QUESTÕES ABAIXO (*marque apenas uma resposta)*:

1. Qual seu posto ou graduação?

( ) Soldado
( ) Cabo
( ) 3° Sargento
( ) 2° Sargento
( ) 1° Sargento
( ) Sub Tenente
( ) 2° Tenente
( ) 1° Tenente

2. Qual sua idade?

( ) 18 a 25 anos ( ) 26 a 30 anos ( ) 31 a 35 anos ( ) 36 a 40 anos
( ) mais de 40 anos

3. Qual seu tempo de serviço na PMMG?

( ) até 3 anos ( ) de 3 a 7 anos ( ) de 8 a 12 anos
( ) de 13 a 17 anos ( ) de 18 a 22 anos ( ) mais de 22 anos

4. Qual seu tempo de serviço no GATE?

( ) até 3 anos ( ) de 3 a 6 anos ( ) de 7 a 10 anos

( ) de 11 a 15 anos ( ) de 16 a 20 anos ( ) de 21 a 24 anos

( ) mais de 24 anos

5. Qual equipe tática você pertence? ***(Se mais de uma, responder apenas a principal)***

( ) Time de Invasões Táticas

( ) Time de Gerenciamento de Crises

( ) COMAF

( ) Esquadrão Antibombas

( ) Equipe de Sniper

( ) Estagiando

Se estiver estagiando, qual é a equipe? ________________________

6. Quais desses cursos você possui na área das operações especiais? ***(Pode-se marcar mais de um curso)***

( ) Contraterrorismo e Op. Antibombas

( ) Entradas Táticas

( ) Operações Aquáticas

( ) Operações em Altura

( ) Operações Helitransportadas

( ) Segurança de Dignitários

( ) Técnicas de Negociação

( ) Tiro de Precisão *(Sniper)*

( ) Operações em Área Rural

( ) Patrul. em Local de alto risco

( ) COEsp. Qual ano? ____________

( ) Outros. Qual?

____

7. De que maneira você ingressou no GATE?

( ) Permuta

( ) Fui convidado

( ) Transferência

( ) Após realização de curso

8. Você foi submetido a algum processo de seleção quando ingressou na Unidade?

( ) Sim ( ) Não

8A. Caso tenha respondido SIM na questão 8 (oito), qual foi o principal dificultadores durante a seletiva que participou?

( ) Elevada capacidade física dos candidatos

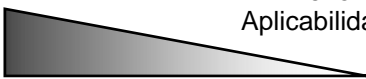
( ) Grande quantidade de candidatos

( ) Elevada exigência no teste físico

( ) Elevada pressão psicológica nos testes

( ) Não tive nenhuma dificuldade
( ) Outros. Qual? ___________________________________

9. Quais das Ocorrências abaixo exigem uma maior carga de treinamento para correta atuação de um Comando de Operações Especiais (COE) do GATE? ***(Marcar apenas 3 (três) ocorrências que exigem a maior carga de treinamento)***
( ) Resgate de reféns
( ) Prisão de indivíduos armados que se encontrem barricados
( ) Ocorrências com suicidas
( ) Indivíduos homiziados em matas e florestas
( ) Resgate de guarnições em confrontos armados
( ) Ocorrências envolvendo artefatos explosivos
( ) Retomada de estabelecimentos prisionais
( ) Proteção de autoridades ou pessoas ameaçadas

10. Você sente alguma dificuldade ou insegurança em atender alguma das ocorrências abaixo descritas, devido à carência de treinamento? ***(Marcar quantas ocorrências julgar necessário)***
( ) Resgate de reféns
( ) Prisão de indivíduos armados que se encontrem barricados
( ) Ocorrências com suicidas
( ) Indivíduos homiziados em matas e florestas
( ) Resgate de guarnições em confrontos armados
( ) Ocorrências envolvendo artefatos explosivos
( ) Retomada de estabelecimentos prisionais
( ) Proteção de autoridades ou pessoas ameaçadas
( ) Não possuo dificuldade ou insegurança no atendimento das ocorrências

11. Sobre os treinamentos realizados pela equipe tática que você pertence ou está estagiando, você considera que eles são:
( ) São realizados em excesso
( ) São suficientes para atuação
( ) São insuficientes para atuação
( ) Não realizamos treinamentos

12. Baseado nas suas percepções, você considera que há integrantes dos Comandos de Operações Especiais (COE) do GATE que não possuem o perfil adequado para pertencer a uma equipe de Operações Especiais:

( ) A maioria possui o perfil adequado

( ) Apenas alguns não possuem o perfil adequado

( ) Metade dos integrantes não possui o perfil adequado

( ) A maioria não possui o perfil adequado

( ) Não sei qual é o perfil adequado para pertencer ao GATE

13. Sobre as disciplinas ministradas no Curso de Operações Especiais do ano de 2008 e de acordo com seus conhecimentos sobre as operações especiais, indique com um X as **disciplinas que mais auxiliam na capacitação do Policial Militar em Operações Especiais Policiais**, no que se refere aos critérios **FÍSICOS, TÉCNICOS E PSICOLÓGICOS**, para aplicação no serviço operacional exercido pelo Comando de Operações Especiais (COE), de acordo com a escala proposta:

Maior Aplicabilidade → Menor Aplicabilidade

		6	5	4	3	2	1	0
1	Ações Antibombas e Contraterorismo							
2	Armamento e Equipamentos Policiais Especiais							
3	Invasões Táticas II							
4	Direitos Humanos Aplicados às Op. Especiais							
5	Proteção de Dignitários							
6	Escalador Militar Básico							
7	Gestão de Operações e Gerenciamento Crises							
8	Operações Aquáticas							
9	Operações em Altura							
10	Operações Helitransportadas							
11	Paraquedismo							
12	Patrulhamento em Local de Alto Risco							
13	Prontossocorrismo aplicado as Op. Especiais							
14	Sobrevivências em Áreas de Matas							
15	Técnica de Patrulha Policial em Matas							
16	Técnicas de Defesa Pessoal e Imobilizações							
17	Tiro de Precisão (Sniper)							
18	Tiro Policial Avançado							
19	Topografia e Orientação							

14. Baseado nas suas percepções sobre a **atual** carga horária do Curso de Operações Especiais (320 h/a - COEsp /2011), no que se refere à capacitação do policial militar em atender as ocorrências típicas de GATE, bem como a moldar o perfil ético e moral do candidato, você considera:

( ) O COEsp **possui** carga horária adequada, atendendo todas as necessidades do GATE

( ) O COEsp **possui** carga horária adequada, mas não atende todas as necessidades técnicas (conhecimentos e habilidades)

( ) O COEsp **possui** carga horária adequada, mas não atende todas as necessidades comportamentais (valores éticos e morais)

( ) O COEsp **não possui** carga horária adequada, mas atende as necessidades técnicas (conhecimentos e habilidades)

( ) O COEsp **não possui** carga horária adequada, mas atende as necessidades comportamentais (valores éticos e morais)

( ) O COEsp **não possui** carga horária adequada e não atende as necessidades do GATE

“Eis sua boina. Mas lembre-se: é mais difícil mantê-la do que obtê-la!”

Frase que acompanha a boina areia do SAS Britânico.

Obrigado pela colaboração.

CONTATO:

FERNANDO ANTUNES NETTO

E-mail: antunes_mcloud@hotmail.com

GRADE CURRICULAR
CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL PARA DELEGADO DE POLÍCIA

I. ÁREAS TEMÁTICAS	DISCIPLINAS	C.H
1. LINGUAGEM, COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA.	LINGUAGEM	16
	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	12
	TELECOMUNICAÇÕES	12
	GESTÃO DA INFORMAÇÃO (INTELIGÊNCIA POLICIAL)	20
	RELATÓRIOS E ESTATÍSTICAS CRIMINAIS	16
2. SISTEMAS INSTITUIÇÕES E GESTÃO INTEGRADA EM SEGURANÇA PÚBLICA	GESTÃO DE PESSOAS E EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO	16
	GERENCIAMENTO DA ROTINA	16
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	32
	CONSCIÊNCIA FISCAL	04
	DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇA	16
	LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VISTORIA E PERÍCIA	20
	ORGANIZAÇÃO POLICIAL	04
3. FUNÇÕES TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA	SOCORROS DE URGÊNCIA	16
	TÉCNICAS DE INTERROGATÓRIO	20
	PLANEJAMENTO OPERACIONAL E TÉCNICAS POLICIAIS	40
	PAPILOSCOPIA	12
	INVESTIGAÇÃO POLICIAL	40
	TÉCNICAS DE SEGURANÇA DE VIDAS E BENS	20
	ADMINISTRAÇÃO CARTORÁRIA	20
	ARMAS E MUNIÇÕES	40
	CRIMINALÍSTICA	32
	MEDICINA LEGAL	16
	ODONTOLOGIA LEGAL	04

	TÓXICO E ENTORPECENTES INQUÉRITO POLICIAL SISTEMAS DE PROCEDIMENTOS POLICIAIS (INQUÉRITO ELETRÔNICO) DEFESA PESSOAL	32 40 20 30
4. COTIDIANO E PRÁTICA POLICIAL REFLEXIVA	DEONTOLOGIA - ÉTICA, CIDADANIA. POLÍCIA COMUNITÁRIA DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	16 20 12
5. VIOLÊNCIA CRIME E CONTROLE SOCIAL	ABORDAGEM SOCIO-PSICOLÓGICA DA VIOLÊNCIA E DO CRIME CRIMINOLOGIA NOÇÕES DE SOCIOLOGIA DA VIOLÊNCIA	12 16 12
6. ÁREA TEMÁTICA – VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL E SAÚDE DO TRABALHADOR	QUALIDADE DE VIDA EDUCAÇÃO FÍSICA	16 30
7. CULTURA E CONHECIMENTOS JURÍDICOS	DIREITO PENAL DIREITO PROCESSUAL PENAL DIREITO AMBIENTAL DIREITO CONSTITUCIONAL ESTATUTO DO IDOSO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CRIMES INFORMÁTICOS	12 12 16 12 04 16 04
8. MODALIDADES DE GESTÃO DE CONFLITOS E EVENTOS CRÍTICOS	FUNDAMENTOS DA GERÊNCIA INTEGRADA EM CRISES E DESASTRES (GERENCIAMENTO DE CRISE)	20
CARGA HORÁRIA TOTAL =		**796**
COMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO	Visitas	**12**
	Orientação Pedagógica	**12**
	Estágio Supervisionado	**120**
	Palestras	**12**
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	**952**

GRADE CURRICULAR

CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL DE ESCRIVÃES DE POLÍCIA

II. *ÁREAS TEMÁTICAS*	**DISCIPLINAS**	**C.H**
1. LINGUAGEM, COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA PÚBLICA	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	20
	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	12
	TELECOMUNICAÇÕES	12
	NOÇÕES DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO (INTELIGÊNCIA POLICIAL)	20
	RELATÓRIOS E ESTATÍSTICAS CRIMINAIS	16
2. SISTEMAS INSTITUIÇÕES E GESTÃO INTEGRADA EM SEGURANÇA PÚBLICA	ORGANIZAÇÃO POLICIAL	04
	GESTÃO DE PESSOAS E EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO	16
	GERENCIAMENTO DA ROTINA	20
	ADMINISTRAÇÀO PÚBLICA	32
	CONSCIÊNCIA FISCAL	04
	DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇA	16
3.COTIDIANO E PRÁTICA POLICIAL REFLEXIVA	DEONTOLOGIA – ÉTICA - CIDADANIA	16
	DIREITOS HUMANOS	12
	POLÍCIA COMUNITÁRIA	20
4. VIOLÊNCIA CRIME E CONTROLE SOCIAL	ABORDAGEM SÓCIO-PSICOLÓGICA DAVIOLÊNCIA E DO CRIME	12
	NOÇÕES DE SOCIOLOGIA DA VIOLÊNCIA	12
	CRIMINOLOGIA APLICADA A SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	16
5. CULTURA E CONHECIMENTOS JURÍDICOS	NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL	12
	NOÇÕES DE DIREITO PENAL	20

	DIREITO PROCESSUAL PENAL DIREITO AMBIENTAL ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ESTATUTO DO IDOSO CRIMES INFORMÁTICOS	20 16 16 04 04
6. FUNÇÕES TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA	PAPILOSCOPIA ARMAS E MUNIÇÕES CRIMINALÍSTICA MEDICINA LEGAL SOCORROS DE URGÊNCIA TÓXICO E ENTORPECENTES INQUÉRITO POLICIAL ADMINISTRAÇÃO CARTORÁRIA TÉCNICAS DE INTERROGATÓRIO LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VISTORIA E PERÍCIA SISTEMAS DE PROCEDIMENTOS POLICIAIS DEFESA PESSOAL	12 40 32 16 16 32 20 40 20 20 20 30
7. MODALIDADES DE GESTÃO DE CONFLITOS E EVENTOS CRÍTICOS	FUNDAMENTOS DA GERÊNCIA INTEGRADA EM CRISES E DESASTRES (GERENCIAMENTO DE CRISE)	16
8. ÁREA TEMÁTICA – VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL E SAÚDE DO TRABALHADOR	QUALIDADE DE VIDA EDUCAÇÃO FÍSICA	16 30
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 712 horas	
COMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO	**Visitas**	**12**
	Orientação Pedagógica	**12**
	Estágio Supervisionado	**120**
	Palestras	**12**
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	**868**

GRADE CURRICULAR

CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL DE INVESTIGADORES DE POLÍCIA CIVIL

III. *ÁREAS TEMÁTICAS*	DISCIPLINAS	C.H
1. COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	20
	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	12
	TELECOMUNICAÇÕES	12
	GESTÃO DA INFORMAÇÃO (NOÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL)	20
	RELATÓRIOS E ESTATÍSTICAS CRIMINAIS	16
2. SISTEMAS INSTITUIÇÕES E GESTÃO INTEGRADA EM SEGURANÇA PÚBLICA	ORGANIZAÇÃO POLICIAL	04
	GESTÃO DE PESSOAS E EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO	16
	GERENCIAMENTO DA ROTINA	16
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	32
	CONSCIÊNCIA FISCAL	04
	DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇA	20
3 . COTIDIANO E PRÁTICA POLICIAL REFLEXIVA	DIREITOS HUMANOS	12
	DEONTOLOGIA - ÉTICA, CIDADANIA.	16
	POLÍCIA COMUNITÁRIA	20
4. VIOLÊNCIA CRIME E CONTROLE SOCIAL	NOÇÕES DE PSICOLOGIA DA VIOLÊNCIA	12
	NOÇÕES DE SOCIOLOGIA DA VIOLÊNCIA	12
	CRIMINOLOGIA APLICADA A SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL.	16

5. FUNÇÕES TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA	PLANEJAMENTO OPERACIONAL E TÉCNICAS POLICIAIS	40
	PAPILOSCOPIA	12
	ARMAS E MUNIÇÕES	40
	CRIMINALÍSTICA	32
	TÉCNICAS DE INTERROGATÓRIO	20
	INVESTIGAÇÃO POLICIAL	40
	TÓXICOS E ENTORPECENTES	32
	TÉCNICAS DE SEGURANÇA DE VIDAS E BENS	20
	LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VISTORIA E PERÍCIA	20
	SOCORROS DE URGÊNCIA	16
	DEFESA PESSOAL	30
	MEDICINA LEGAL	16
6. CULTURA E CONHECIMENTOS JURÍDICOS	NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL	12
	NOÇÕES DE DIREITO PENAL	20
	NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL	20
	ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	16
	ESTATUTO DO IDOSO	04
	DIREITO AMBIENTAL	16
	CRIMES INFORMÁTICOS	04
7. MODALIDADES DE GESTÃO DE CONFLITOS E EVENTOS CRÍTICOS	FUNDAMENTOS DA GERÊNCIA INTEGRADA EM CRISES E DESASTRES (GERENCIAMENTO DE CRISES)	16
8. VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL E SAÚDE DO TRABALHADOR	QUALIDADE DE VIDA.	16
	EDUCAÇÃO FÍSICA	30
CARGA HORÁRIA TOTAL: 732		
COMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO	Visitas	12
	Orientação Pedagógica	12
	Estágio Supervisionado	120
	Palestras	12
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	**888**

POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
COMANDO DE MISSÕES ESPECIAIS
GRUPAMENTO TÁTICO AEROPOLICIAL
= G T A P =

2° ESTÁGIO DE OPERAÇÕES AÉREAS

Teresina-PI, fevereiro de 2014.

POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
COMANDO DE MISSÕES ESPECIAIS
GRUPAMENTO TÁTICO AEROPOLICIAL
= G T A P =

PLANO DE INSTRUÇÃO – 2° ESTÁGIO DE OPERAÇÕES AÉREAS

1 - INTRODUÇÃO:

O Grupamento Tático Aéreo da Policia Militar do Piauí (GTAP) vem desenvolvendo suas atividades com o intuito de cumprir sua finalidade preconizada na lei instituidora, contribuindo, pois, para a manutenção da ordem pública. O emprego operacional da aeronave da Polícia Militar nas atividades de Segurança Pública e de Defesa Civil tem se revelado um importante instrumento, seja na condição preventiva, seja na ação repressiva, melhorando o poder de resposta do aparelho de segurança pública, agilizando e potencializando a ação do aparelho estatal de defesa da sociedade.

Para a consecução dessas atividades, e por ser uma atividade especializada, é indispensável o conhecimento técnico básico para atuar, seja como tripulante, seja como apoio e orientação em solo. Ademais, são constantes os deslocamentos da aeronave para atuar no interior do estado, onde não existe apoio de abastecimentos e muitas vezes nem de aeródromos (locais de pouso), fazendo-se indispensável deslocamento de efetivo do GTAP para apoiar, ou mesmo possibilitar o emprego da aeronave no interior.

O Grupamento Aéreo da Polícia Militar do Piauí vive uma situação singular no sentido de que recebeu efetivo recentemente e precisa oferecer a qualificação mínima específicas para seus novos operadores. Portanto, revela-se premente a necessidade de qualificação de profissionais para atuarem como tripulantes e, principalmente, em apoio solo no emprego da aeronave.

O Segundo Estágio de Operações Aéreas tem por objetivo dotar profissionais de segurança pública dos conhecimentos técnicos básicos para atuarem na atividade de policiamento aéreo, familiarizando-os com os termos técnicos, condicionando-os a realizarem reabastecimento e movimentação da aeronave em solo, a atuarem como precursores de operações aéreas no interior,

com condições de montarem zona de pouso de helicópteros em locais diversos, noções de legislação e navegação aéreas.

Esse referencial acrescentará ao efetivo do GTAP os conhecimentos essenciais para atuarem na atividade de policiamento aéreo, dentro da realidade de nossa Corporação.

2. OBJETIVOS GERAIS:

2.1. Regular e normatizar as Instruções do Segundo Estágio de Operações Aéreas, cujo fim é capacitar os Policiais Militares do GTAP a atuarem no emprego operacional das aeronaves da Polícia Militar (R 44);

2.2. Dotar os Policiais Militares de conhecimentos básicos relativos aos procedimentos Tático-Operacionais previstos nas orientações e padronizações para a formação do policial de operações aéreas;

2.3. Habilitar os Policiais Militares para a execução de operações de apoio Solo com aeronaves multimissão, após adaptação na respectiva aeronave;

2.4. Adequar as atividades do GTAP no cumprimento às normas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

3.1. Capacitar técnica, tática e psicologicamente os Policiais Militares para o desempenho de missões específicas as operações aéreas policiais e de defesa civil, conforme o que preceitua o Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica - RBHA 91 Subparte “K”.

4. METODOLOGIA:

O treinamento privilegiará a exposição teórica dos assuntos e a conseqüente aplicação prática em exercício simulado em relação às disciplinas propostas, nesse sentido será essencialmente movido por atividades em que Instrutores e Instruendos sejam capazes de interagir com as técnicas e táticas operacionais de policiamento aéreo, objetivando, por conseguinte preparar e avaliar as habilidades e iniciativas operacionais, físicas e psicológicas essenciais a essa modalidade de policiamento. Nesse sentido, as instruções serão mediatizadas através da utilização de uma metodologia que privilegiará a abordagem teórico-prática com a utilização de exposições orais, exercícios

físicos, manuseio de armamento e equipamentos disponíveis, considerando principalmente a importância da prática, como teatro de operações que aproxime ao máximo o policial das situações reais.

O Segundo Estágio de Operações Aéreas decorrerá por 10 (dez) dias, com uma carga horária total de 96 horas, conforme descriminado no QTS (Quadro de Trabalho Semanal).

As aulas fundamentar-se-ão, principalmente na apresentação do conhecimento, discussão de idéias e *feedback*, mirando sempre capacitar e condicionar cada instruendo, fazendo-os executar as técnicas e táticas propostas no decorrer do estágio, tudo contextualizado em situações/condições que exijam do policial conhecimento técnico específico, raciocínio sob estresse, resistência à fadiga física e mental.

Por conseguinte, serão utilizados os procedimentos de exposição oral, exercícios práticos e simulações.

5. EXECUÇÃO

5.1. Período:

5.1.1. Inscrições:.

De 01/04/2014 a 04/04/2014;

5.1.2. Seleção:

De 08/04/2014 a 11/04/2014;

5.1.3. Matrícula:

Dia 16/04/2014.

5.1.4. Instruções:

De 25/04/2014 a 03/05/2014.

5.2. Locais de instrução:

Serão utilizados a Base do GTAP e o estande de tiro da Santa Maria da CODIPI em Teresina – PI e o Centro de Instrução do Exército Brasileiro no município de Beneditinos – PI.

5.3. Uniforme e Armamento:

De acordo com a necessidade de cada instrução.

5.4. Coordenação:

Coordenador: TEN CEL QOPM Clayton Frota **Gomes**

Secretário: TEN CEL **Josuer Saraiva** e Silva

A coordenação do curso será presidida pelo Coordenador e Secretário, no entanto, toda a equipe de instrutores e monitores comporá tal coordenação, sendo, portanto, responsável pela qualidade, técnica e segurança das instruções oferecidas.

5.5. Instrutores:

- TEN CEL QOPM Clayton Frota **Gomes**;
- TEN CEL QOPM **Josuer Saraiva** e Silva
- TEN CEL QOPM **Scheiwan** Slater Lopes da Silva;
- MAJ QOBM **Sansão** Sousa;
- CAP QOPM **Fabio Abreu** Costa;
- CAP QOPM Genival **Lisboa** dos Santos;
- 1º TEN QOPM Adolfo Melo **Veloso** Júnior;
- 1º TEN QOPM Reginaldo **Monteiro** Silva;
- 2º TEN BM **William** Borgea Lima;
- Mestre em Educação Física - Moisés Mendes da Silva

5.6. MONITORES:

- CB PM Antônio Pereira **Marques** Neto
- CB PM **Moisés** de Jesus Oliveira
- SD PM José **Fortes;**
- SD PM **Josefran** Leite Costa;
- SD PM Clidelson Pereira **Frota;**
- SD PM **Izabel** Cristina Viana Souza.

6.0. DAS VAGAS:

Serão ofertadas 30(trinta) vagas, sendo 26 para policiais militares da PMPI do serviço ativo, das quais 06 vagas destinadas exclusivamente aos integrantes do GTAP, e 04 vagas aos Bombeiros Militares do Piauí do serviço ativo.

7.0. DA SELETIVA:

A seletiva será efetuada por fases, em caráter habilitatório, no total de cinco fases, conforme segue:

1ª Fase: Inscrição de **01 a 04/04/2014.**

2ª Fase: Inspeção de Saúde; **08/04/2014.**

3ª Fase: Teste de Aptidão Física; **09 e 10/04/2014.**

4ª Fase: Avaliação de habilidades específicas; **11/04/2014.**

5ª Fase: Entrevista. **11/10/2014.**

1ª Fase – INSCRIÇÃO:

Serão efetuadas mediante manifestação do interessado ao Comandante do GTAP na data estipulada no 5.1.1 deste plano, mediante preenchimento da ficha individual de candidato - Apêndice "A".

Requisitos para inscrição, os quais deverão ser mantidos até a matrícula:

1. Ser do serviço ativo da Polícia Militar do Piauí com pelo menos dois anos de efetivo serviço;
2. Estar no mínimo no comportamento "BOM";
3. Não encontrar-se em licença para tratamento de interesse particular;
4. Não encontrar-se em licença para tratamento de saúde própria ou de familiares;

2ª Fase - INSPEÇÃO DE SAÚDE:

Correrá por conta do candidato, que apresentará os seguintes exames:

1. Atestado de aptidão para o serviço da PMPI, emitido pela JMS/PMPI;

3ª Fase - TESTE DE APTIDÃO FÍSICA:

O teste de aptidão física constituir-se-á das seguintes provas: corrida de 12 minutos, barra fixa, flexões de braço, abdominal, Shuttle Run, natação e flutuação estática, conforme tabela em anexo VI. Sendo considerados aprovados aqueles que obtiverem média de pontuação não inferior a 7,0 (sete) pontos. Em caso de empate dentro do número de vagas, o critério utilizado será antiguidade.

4ª Fase - AVALIAÇÃO DE HABILIDADES ESPECÍFICAS:

Os candidatos deverão realizar a escalada da plataforma de treinamento do GTAP, movimentarem-se e desescalarem a referida plataforma. Cabendo à coordenação, avaliação do teste e classificação em apto ou inapto. Prosseguirão no certame aqueles que forem considerados aptos no exercício.

5ª Fase – ENTREVISTA:

Os candidatos classificados na fase anterior serão entrevistados por uma Comissão liderada pelo Comandante do GTAP para análise e homologação da matrícula.

8.0. DA MATRÍCULA:

Os policiais considerados aptos no processo seletivo terão suas matrículas efetivadas no 2° Estágio de Operações Aéreas após assinarem Termo de Matrícula Voluntária.

9.0. DO INICIO DO TREINAMENTO:

Após assinarem o Termo de Inscrição voluntária, o policial militar, passará a ficar a inteira disposição do Comando do GTAP, para fins de instrução, as quais iniciar-se-ão no dia 25/04/2014 e encerrar-se-ão dia 03/05/2014, podendo as instruções transcorrerem no período diurno e noturno, de acordo com a necessidade da coordenação.

10. DA AVALIAÇÂO DO INSTRUENDO:

Nas disciplinas eminentemente práticas, com o auxílio dos monitores, os Instrutores estarão realizando avaliações cotidianas, considerando os aspectos quantitativos e qualitativos, se for o caso, relativos às peculiaridades e os aspectos relevantes da instrução, os quais deverão constar em uma ficha de avaliação, que deverão ser entregues à Coordenação do Estágio ao final das atividades de cada disciplina.

Nas disciplinas de cunho teórico, ao final de cada instrução, deverá ser aplicada uma verificação escrita individual aos instruendos, com questões objetivas e subjetivas, sendo considerado aprovado o instruendo que obtiver aproveitamento igual ou superior a 70% (setenta por cento). No entanto,

durante todo o treinamento, sob necessidade observada pela coordenação poderá ser, aplicada verificação instantânea com o objetivo de consolidar a aprendizagem do instruendo, garantindo a qualidade aprendizado do aluno.

No decorrer do Estágio, os instruendos serão observados, inclusive nas atividades extra sala de aula, e, detectado pela Coordenação que o Policial Militar não tem condições físicas ou psicológicas de acompanhar o ritmo das instruções o mesmo será DESLIGADO do Estágio.

11. DO TÉRMINO DO ESTÁGIO:

Ao final do estágio serão exigidos dos instruendos, colocarem em prática os conhecimentos apreendidos no decorrer das instruções.

O treinamento encerar-se-á no Centro de Treinamento da Guarnição Federal de Teresina, no município de Beneditinos – PI, após a conclusão das atividades da disciplina de Tiro Embarcado, onde o Comandante do GTAP e a Equipe de Instrução farão o encerramento das atividades do 2° Estágio de Operações Aéreas.

12. – EMENTAS DAS DISCIPLINAS: (96 horas aula)

12.1. DISCIPLINA: Conhecimentos Técnicos e Movimentação em solo da Aeronave R44II (08 HS)

INSTRUTOR: TEM CEL QOPM **Josuer Saraiva** e Silva
MONITOR: **Izabel** Cristina Viana Souza

- ✓ Princípios básicos de aerodinâmica;
- ✓ Tipos de helicópteros;
- ✓ Partes e componentes do helicóptero;
- ✓ Apresentação da Aeronave da PMPI;
- ✓ Movimentação, manutenção e hangaragem de aeronaves.

12.2. DISCIPLINA: Noções de Navegação Aérea (04 HS)

INSTRUTOR: 1º TEN QOPM Reginaldo **Monteiro** Silva
MONITOR: SD PM Clidelson Pereira **Frota**

- ✓ A navegação Aérea;
- ✓ Posição, Direção e Distancia;
- ✓ Proa, Rumo e Rota;
- ✓ Rosa dos ventos;
- ✓ Fuso horários;
- ✓ Apresentação das Cartas WAC;
- ✓ Noções de GPS.

12.3. DISCIPLINA: Noções de Regulamentos de Tráfego Aéreo (02 HS)
INSTRUTOR: 1° TEN PM Adolfo Melo **Veloso** Júnior
MONITOR: SD PM Clidelson Pereira **Frota**

- ✓ Abreviaturas mais utilizadas;
- ✓ Unidades de medidas e indicadores de localidades;
- ✓ Regras gerais do ar;
- ✓ Sinalizações de aeródromos (horizontais e de sinais de luz);

12.4. DISCIPLINA: Noções de Meteorologia (02 HS)
INSTRUTOR: 1° TEN PM Adolfo Melo **Veloso** Júnior
MONITOR: SD PM **Josefran** Leite Costa

- ✓ Meteorologia aeronáutica;
- ✓ Influência da meteorologia nas Operações Aéreas
- ✓ Ventos, pressão e temperatura;
- ✓ Nuvens, nevoeiros e visibilidade;

12.5. DISCIPLINA: Policiamento Helitransportado e Orientação (06 HS)
INSTRUTOR: TC QOPM Clayton Frota **GOMES**
MONITOR: Sd PM **Josefran** Leite Costa, Clidelson Pereira **Frota**

- ✓ Noções básicas sobre orientação (em relação à aeronave);
- ✓ Tipos mais comuns de operações helitransportadas;
- ✓ Embarque e desembarque;
- ✓ ZPH;
- ✓ Balizamento;
- ✓ Fraseologia e Comunicação.

12.6. DISCIPLINA: Atendimento pré-hospitalar (04 HS)

INSTRUTOR: Maj QOBM **Sansão** Sousa

MONITOR: Sd PM José **Fortes**

- ✓ Histórico da APH;
- ✓ Aspectos legais;
- ✓ Abordagem;
- ✓ Sinais e sintomas;
- ✓ Formas de atuação;
- ✓ Riscos no atendimento;

12.7. DISCIPLINA: Educação Física Aplicada (06 HS)

INSTRUTOR: Mestre em Educação Física - Moisés Mendes da Silva

MONITOR: Sd PM José **Fortes** e Sd PM **Josefran** Leite Costa

- ✓ Condicionamento físico e mental;
- ✓ Coordenação motora.

12.8. DISCIPLINA: Direitos Humanos (02 HS)

INSTRUTOR: Cap QOPM **Genival** Lisboa dos Santos

MONITOR: SD PM José **Fortes**

- ✓ Noções básicas sobre Direitos Humanos.

12.9. DISCIPLINA: Armamento Policial (04 HS) – Base do GTAP

INSTRUTOR: Cap QOPM **Fábio Abreu** Costa

MONITOR: CB PM Antonio Pereira **Marques** Neto

- ✓ Generalidades;
- ✓ Manuseio, desmontagem e manutenção;
- ✓ Pistola .40 taurus e imbel**;**
- ✓ Carabina Taurus 5,56 mm;
- ✓ Carabina Taurus.40;
- ✓ Metralhadora Taurus.40;

12.10. DISCIPLINA: Tiro (08 HS) – BOPE e Santa Maria da CODIPI

INSTRUTOR: Cap QOPM **Fábio Abreu** Costa

MONITOR: CB PM Antonio Pereira **Marques** Neto

- ✓ Regras gerais de segurança**;**
- ✓ Fundamentos do tiro;
- ✓ Execução das posições 1,2, 3 e 4;
- ✓ Saneamento de panes no armamento;
- ✓ Recargas rápida e tática;
- ✓ Técnica de disparo com uma só mão;
- ✓ Tiro Tático;
- ✓ Tiro ajoelhado e tiro deitado;
- ✓ Método Giraldi.

12.11. DISCIPLINA: Tiro Embarcado (08 HS)

INSTRUTOR: Ten Cel QOPM Clayton Frota **Gomes**

MONITOR: Sd PM **Josefran** Leite Costa

- ✓ Generalidades e particularidades do tiro embarcado**;**
- ✓ Execução prática do tiro embarcado.

12.12. DISCIPLINA: Prevenção e Combate a Incêndio (02 H)

INSTRUTOR: 1º TEN BM **Willian** Borgéia Lima

MONITOR: Sd PM José **Fortes**

- ✓ Tipos de materiais comburentes**;**
- ✓ Tipos de combustíveis;
- ✓ Formas de combate a incêndio;
- ✓ Combate a princípio de incêndio em aeronaves.

12.13. DISCIPLINA: Natação Utilitária (04 HS)

INSTRUTOR: 1º TEN BM **Willian** Borgea Lima

MONITOR: Sd PM **Josefran** Leite Costa e Sd PM José **Fortes**

- ✓ Natação utilitária;
- ✓ Fases do Salvamento aquático: aviso, aproximação, abordagem, resgate, transporte e reanimação;
- ✓ Tipos de salvamento e Prevenção.

12.14. DISCIPLINA: Segurança de Vôo (02 HS)

INSTRUTOR: TC QOPM Clayton Frota **GOMES**

MONITOR: SD PM José **Fortes**

- ✓ Filosofia SIPAER;
- ✓ Legislação SIPAER;
- ✓ NSCA 3-1, 3-2 e 3-3;
- ✓ RELPREV – RSV.

12.15. DISCIPLINA: Segurança de dignitários (02 HS)

INSTRUTOR: TEN CEL QOPM **SCHEIWAN** Slater Lopes da Silva

MONITOR: SD PM **Josefran** Leite Costa

- ✓ Embarque e desembarque de autoridades;
- ✓ Segurança velada e ostensiva;
- ✓ Organização e conduta de equipes de segurança aproximada.

12.16. DISCIPLINA: Combustíveis (02 HS) "**PE"**

INSTRUTOR: 2º TEN BM **Willam** Bogéia Lima

MONITOR: SD PM Clidelson Pereira **Frota**

- ✓ Abastecimento de Aeronaves;
- ✓ Transporte, acondicionamento e estocagem de combustíveis.

12.17. DISCIPLINA: Instrução Básica de Técnicas Especiais (10 HS)

INSTRUTOR: A Cargo do Exército Brasileiro;

MONITOR: A Cargo do Exército Brasileiro.

12.18. DISCIPLINA: Nós e amarrações (02 HS)

INSTRUTOR: 1º Ten PM William Borgéa Lima

MONITORES: Sd PM José **Fortes** e Sd PM **Josefran** Leite Costa

- ✓ Tipos de nós mais usuais e suas utilizações práticas**.**

12.19. DISCIPLINA: Defesa Pessoal (06 HS)

INSTRUTOR: 2º Ten BM **William** Bogéia Lima

MONITOR: Sd PM **Moisés** de Jesus Oliveira

- ✓ Projeções com imobilizações Táticas;
- ✓ Contato;
- ✓ Defesa com armar (branca e arma de fogo).

12.19. DISCIPLINA: A disposição da Coordenação do Estágio (10 horas).

13. PREVISÃO DE CUSTOS

13.1. Alimentação consistirá do fornecimento de alimentação preparada para as 02 (duas) refeições daqueles alunos que estiverem freqüentando o Estágio de Operações Aéreas. De forma que, considerando o total de 30 (trinta) alunos durante os 10 (dez) dias de treinamento, a PMPI deverá fornecer um total de 60(sessenta) refeições diariamente: 600 quentinhas. Caso haja desistência no decorrer do processo, será enviando comunicado à DAL para a suspensão da referida etapa.

13.2. As munições a serem empregadas no treinamento serão solicitadas à PM4/PMPI de acordo com a previsão de 30(trinta) alunos durante o estágio. Sendo: 10 (dez) munições calibre .40; 20 (vinte) munições calibre 5,56. Por aluno a ser instruído perfazendo um total de 300(trezentas) munições calibre .40 e 600(seiscentas) munições calibre 5,56.

13.3. A previsão de pagamento de instrutor e monitor será conforme quadro abaixo.

13.4. Custos com horas de vôo – Serão realizadas 05 (cinco) horas de vôo para realização de instrução de tiro embarcado.

13.7. O custo total do referido estágio será de R$ 11.108,00 (Onze mil cento e oito reais). Conforme Quadro a seguir:

Objetivo	Valor unitario	Quantidade	Valor Total
Alimentação preparada	R$ 6,60	600	3.960,00
Horas de Voo em instrução	R$ 317,60	5horas	1.588,00
Horas Aula coordenação	R$ 40,00	10 horas	400,00
Horas Aula instrutores	R$ 40,00	86 horas	3.440,00
Horas Aula Monitores	R$ 20,00	86 horas	1.720,00
TOTAL GERAL			**R$11.108,00**

14. PRESCRIÇÕES DIVERSAS:

14.1. A alimentação dos instruendos ocorrerá por conta da Diretoria de Apoio Logístico DAL/PMPI, tendo em vista que as atividades do estágio em Teresina se realizarão em período integral;

14.2. O deslocamento dos policiais durante as instruções será de responsabilidade do GTAP com apoio do Almoxarifado Geral da PMPI;

14.3. O aluno que não preencher o termo de matrícula não poderá participar do Estágio;

14.4. Será encaminhado Ofício à DEIP com a relação dos instruendos que estejam freqüentando o Curso;

14.5. Será solicitado para a instrução de tiro prático e de tiro embarcado, mediante oficio ao Corpo de Bombeiros, uma equipe de Pronto Socorrismo, com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas);

14.6. Os instruendos serão submetidos a situações de estresse próximas à da realidade que vivenciarão no cotidiano, visando desenvolver a resistência do policial a pressões de qualquer natureza;

14.7. Os instruendos que faltarem mais de 20% em qualquer disciplina será automaticamente desligado do estágio;

14.8. Os instruendos aprovados no Estágio estarão aptos a compor o efetivo do GTAP e tripularem a Aeronave (helicóptero) R44 e, bem como em apoio solo nas atividades de Operações Aéreas Policiais Militares nas ações de Segurança Pública e/ou Defesa Civil;

14.9. Os dois últimos dias do Estágio suceder-se-ão no município de Beneditinos, no Centro de Instrução do Exército Brasileiro, portanto os instruendos participarão de um acampamento na noite que antecederá ao derradeiro dia do estágio.

14.10. Durante o período de realização do estágio os policiais militares concorrerão às escalas de serviços internos do GTAP, nos horários que não interfiram nas instruções, e, nos dois derradeiros dias do estágio, estarão afastados das escalas de serviços diários, tendo em vista o local das instruções;

14.11. Os instruendos que concluírem as atividades do estágio e forem considerados aptos em todas as disciplinas, farão *jus* ao certificado de conclusão de estágio e poderão utilizar a “manicaca” de OPERAÇÕES AÉREAS;

14.12. Será Oficiado ao comando do Exército Brasileiro, solicitando autorização para a utilização do Centro de Instrução/Estande de Tiro, bem como uma equipe para ministrar Instrução Militar;

14.13. Serão solicitadas junto à PM4/PMPI as munições calibres .40 e 55,6 conforme quantidade de alunos na turma para a realização das instruções de tiro;

14.14. O deslocamento e a permanência dos Policiais Militares oriundos das Unidades do interior, serão sem ônus para a PMPI;

14.14. Os casos omissos no presente Plano de Instrução serão definidos pelo Comandante do GTAP e pela Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa da Polícia Militar.

14. REFERÊNCIAS:

ROOS, Titus. Navegação Visual e Estimada. 14 ed. eletrônica. São Paulo

JOFFILY, Kleber. AERODINAMICA DO HELICÓPTERO Teoria de vôo conhecimentos técnicos. 1ª ed. Curitiba, 2000

HOMA, Jorge M. Aeronaves e Motores. 19 ed. São Paulo: editora ASA, 1996

JR, Plínio. Regulamentos de Tráfego Aéreo. 3 ed. São Paulo: editora ASA, 2007

SONNEMAKER, João Batista. Meteorologia. 23 ed. São Paulo: editora ASA, 2000.

ASSIS, Jorge César. Lições de direito para a atividade policial militar. 4ª ed. Curitiba: Juruá, 1999.

AMARAL, Luiz Otávio de Oliveira. Direito e Segurança Pública a juridicidade operacional da polícia: o manual do policial moderno. Brasília: CONSULEX, 2003;

ANEXOS

POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
COMANDO DE MISSÕES ESPECIAIS
GRUPAMENTO TÁTICO AEROPOLICIAL
= G T A P =

FICHA INDIVIDUAL DE CANDIDATO

1–DADOS PESSOAIS:

Nome do Policial Militar:____

Identidade: ___________________

Matricula: ____________________

Naturalidade: __________________ **Data nascimento:** ___/___/______

Filiação: _______________________________**e** ___________________________________

Data de inclusão na PMPI:___/___/_____ **Lotação:** __________________________

Endereço Residencial____

____

Telefones de Contato: Residencial _______________ **Celular:** ______________

2 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Tipo sanguíneo / fator RH: _________________________

Possui algum tipo de alergia? Qual (quais)? __________________________

Já teve fraturas? Há quanto tempo? Quais membros? _____________________

____

Já contraiu doenças infecto-contagiosas? Quais? __________________________

Fez exames de saúde nos últimos três meses? Qual (uais)? ____________

É portador de alguma doença? Qual? _______________________________

É alérgico a algum tipo de substancia? Qual? ______________________________

____

NOME DO POLICIAL

ANEXO II

QUADRO DE TRABALHO SEMANAL DO 2ª ESTÁGIO DE OPERAÇÕES AÉREAS

POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
COMANDO DE MISSÕES ESPECIAIS
GRUPAMENTO TÁTICO AEROPOLICIAL
= G T A P =

Horário	25/04/2014	26/04/2014	27/04/2014	28/04/2014	29/04/2014	30/04/2014	01/05/2014	02/05/2014	03/05/2013	04/05/2014
	Sexta	**Sábado**	**Domingo**	**Segunda**	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**	**Sábado**	**Domingo**
06:30 às 07:20	-	Formatura	Ed Física Aplicada	Ed Física Aplicada	Ed Física Aplicada	Ed Física Aplicada	Ed Física Aplicada	Ed Física Aplicada	Formatura	Alvorada Festiva
08:00 às 09:40	Aula Inaugural	Palestra Inicial	Conh Tec e Mov Acf	Conh Tec e Mov Acf	Segurança de Vôo	Noções Nav. Aérea	Tiro Prático	Polic Helitr e Orientaç	Inst Milit Básica	Tiro Embarcado
10:00 às 11:40	Disp Coor Estágio	Entrega de equipament	Prev Comb Incêndios	Conh Tec e Mov Acf	Nós e amarrações	Seg. Dignitários	Tiro Prático	Polic Helitr e Orientaç	Inst Milit Básica	Tiro Embarcado
12:00 às 13:50	**ALMOÇO**									
14:00 às 15:40	Disp Coor Estágio	Montagem de kits	Noções Nav. Aérea	Noç Reg Traf Aéreo	Atend Pré-Hospitalar	Direitos Humanos	Tiro Prático	Polic Helitr e Orientaç	Inst Milit Basica	Tiro Embarcado
16:00 às 17:40	Disp Coor Estágio	‘Mnt. Armament	Mnt. Armament	Op. Combust	Atend Pré-Hospitalar	Conh Tec e Mov Acf	Tiro Prático	Noções de Meteorolog	Inst Milit Basica	Tiro Embarcado
18:00 às 20:00	**JANTAR**									
20:00 às 21:40	Disp Coor Estágio	Natação Utilitária	Natação Utilitária	Defesa Pessoal	Disp Coor Estágio	Defesa Pessoal	Disp Coor Estágio	Defesa Pessoal	Inst Milit Basica	Encerram e Retorno THE

ANEXO III
TERMO DE MATRÍCULA VOLUNTÁRIA AO ESTÁGIO

POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
COMANDO DE MISSÕES ESPECIAIS
GRUPAMENTO TÁTICO AEROPOLICIAL
SEÇÃO DE INSTRUÇÃO E TREINAMENTO

Eu, _____ PM ____, RGPM __________________, pertencente ao ____________, venho através deste solicitar de V.Sª a inclusão na condição de voluntário, no 2° ESTÁGIO DE OPERAÇÕES AÉREAS, realizado pelo Grupamento Tático Aeropolicial no período compreendido entre os dias ___/____/ e ___/___/___, conforme prescrições estabelecidas no Plano de Estágio pertinente.

____
Assinatura do Policial

ANEXO IV

QUITE INDIVIDUAL DO INSTRUENDO

A ser adquirido pelo instruendo e deverá ser portado na formatura de abertura do Estágio:

1. Quite de limpeza de armamento (flanela, óleo de lubrificação de armamento, chave de fenda);
2. Quite de Primeiros Socorros (Gase, esparadrapo, algodão, água oxigenada, álcool, luva de procedimentos);
3. Quite de Higiene Básica;
4. Cabo Solteiro de 3 metros;
5. Abafador de Ouvidos;
6. Óculos de Proteção Individual;
7. Lanterna com pilhas;
8. Canivete;
9. Talheres;
10. Sunga de banho (cor preta);
11. Camiseta Específica para o Estágio.

ANEXO V
(ANVERSO)

POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
COMANDO DE MISSÕES ESPECIAIS
GRUPAMENTO TÁTICO AEROPOLICIAL
= G T A P =

CERTIFICADO

O Comandante do Grupamento Tático Aeropolicial – GTAP/PMPI, certifica que o SD PM FULANO DE TAL DOS ANZÓIS, concluiu com aproveitamento o 2º ESTÁGIO DE OPERAÇÕES AÉREAS/2013, realizado no período de ____ de outubro a ____ de outubro de 2013.

Teresina – PI, _____ de outubro de 2013.

Clayton Frota Gomes – Ten Cel PM

Comandante / Piloto do GTAP

CARGA HORÁRIA

Nº	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	Nº	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
01	Conhecimentos Técnicos e Movimentação de Aeronaves em Solo	8 horas aulas	11	Tiro Prático	8 horas aulas
02	Noções de Navegação Aéreas	4 horas aulas	12	Tiro Embarcado	8 horas aulas
03	Noções de Regulamento de Tráfego Aéreo	2 horas aulas	13	Prevenção e Combate a Incêndio	2 horas aulas
04	Noções de Meteorologia	2 horas aulas	14	Natação Utilitária	4 horas aulas
05	Policiamento Helitransportado e orientações	6 horas aulas	15	Segurança de Vôo	2 horas aulas
06	Atendimento Pré-Hospitalar	4 horas aulas	16	Segurança de Dignitários	2 horas aulas
07	Educação Física Aplicada	6 horas aulas	17	Combustíveis	2 horas aulas
08	Direitos Humanos	2 horas aulas	18	Instrução Básica de Técnicas Especiais	10 horas aulas
09	Armamento Policial	4 horas aulas	19	Defesa Pessoal	6 horas aulas
10	Nós e Amarrações	2 horas aulas	20	Coordenação do Estágio	10 horas aulas
TOTAL			**96 (NOVENTA E SEIS) HORAS AULAS**		

Anexo VI

PROTOCOLO PARA O TESTE DE APTIDÃO FÍSICA PARA HOMENS E MULHERES

a) PROTOCOLO MASCULINO

P R O V A S					PONTOS POR FAIXA ETARIAS				
Correr 12 min	Shutlle run	flexão barra	Apoio de frente	Flexão abdômen	ate 25	26 a 30	31 a 35	36 a 40	> 41
Metros	Segundos	Repetições	Repetições	Repetições					
1.600	Até 12.7		6	16					1
1.650	Até 12.6		8	18				1	1,5
1.700	Até 12.5		10	20			1	1,5	2
1.750	Até 12.4		12	22		1	1,5	2	2,5
1.800	Até 12.3		14	24	1	1,5	2	2,5	3
1.850	Até 12.2		16	26	1,5	2	2,5	3	3,5
1.900	Até 12.1		18	28	2	2,5	3	3,5	4
1.950	Até 12.0		20	30	2,5	3	3,5	4	4,5
2.000	Até 11.9		22	32	3	3,5	4	4,5	5
2.050	até 11.8		24	34	3,5	4	4,5	5	5,5
2.100	até 11.7		26	36	4	4,5	5	5,5	6
2.150	até 11.6	1	28	38	4,5	5	5,5	6	6,5
2.200	até 11.5	2	30	40	5	5,5	6	6,5	7
2.250	até 11.4	3	32	42	5,5	6	6,5	7	7,5
2.300	até 11.3	4	34	44	6	6,5	7	7,5	8
2.350	até 11.2	5	36	46	6,5	7	7,5	8	8,5
2.400	até 11.1	6	38	48	7	7,5	8	8,5	9
2.450	até 11.0	7	40	50	7,5	8	8,5	9	9,5
2.500	até 10.9	8	42	52	8	8,5	9	9,5	10
2.550	até 10.8	9	44	54	8,5	9	9,5	10	
2.600	até 10.7	10	46	56	9	9,5	10		
2.650	até 10.6	11	48	58	9,5	10			
2.700	até 10.5	12	50	60	10				

1) Prova de deslocamento 50m em meio liquido: tempo máximo de 04 (quatro) minutos, utilizando uniforme completo;.
2) Flutuação vertical em meio liquido de 10 (dez) minutos com uniforme completo;
3) Nas provas acima o candidato será considerado apto ou inapto;
4) Será considerado apto o candidato que ao final dos destes obtiver media ponderada entre as provas, igual ou superior a 7,0 (sete)
5) Na prova de corrida de 12 minutos, para fins de pontuação cada 10 metros percorridos equivalerão a 0,1 ponto.
6) Na Prova Shuttle Run, o (a) avaliado (a) corre à máxima velocidade, até os blocos eqüidistantes da linha de saída a 9,14m pegando dois blocos de madeira, um a cada etapa.

b) PROTOCOLO FEMININO

P R O V A S					PONTOS POR FAIXA ETARIAS				
Correr 12 min	Shutlle run	Isometria Barra	Apoio de frente	Flexão abdômen	ate 25	26 a 30	31 a 35	36 a 40	> 41
Metros	Segundos	Repetições	Repetições	Repetições					
1.400	Até 13.1	Até 8.0		6					1
1.450	Até 13.0	Até 9.0		8				1	1,5
1.500	Até 12.9	Até 10.0	2	10			1	1,5	2
1.550	Até 12.8	Até 11.0	4	12		1	1,5	2	2,5
1.600	Até 12.7	Até 12.0	6	14	1	1,5	2	2,5	3
1.650	Até 12.6	Até 13.0	8	16	1,5	2	2,5	3	3,5
1.700	Até 12.5	Até 14.0	10	18	2	2,5	3	3,5	4
1.750	Até 12.4	Até 15.0	12	20	2,5	3	3,5	4	4,5
1.800	Até 12.3	Até 16.0	14	22	3	3,5	4	4,5	5
1.850	Até 12.2	Até 17.0	16	24	3,5	4	4,5	5	5,5
1.900	Até 12.1	Até 18.0	18	26	4	4,5	5	5,5	6
1.950	Até 12.0	Até 19.0	20	28	4,5	5	5,5	6	6,5
2.000	Até 11.9	Até 20.0	22	30	5	5,5	6	6,5	7
2.050	Até 11.8	Até 21.0	24	32	5,5	6	6,5	7	7,5
2.100	Até 11.7	Até 22.0	26	34	6	6,5	7	7,5	8
2.150	Até 11.6	Até 23.0	28	36	6,5	7	7,5	8	8,5
2.200	Até 11.5	Até 24.0	30	38	7	7,5	8	8,5	9
2.250	Até 11.4	Até 25.0	32	40	7,5	8	8,5	9	9,5
2.300	Até 11.3	Até 26.0	34	42	8	8,5	9	9,5	10
2.350	Até 11.2	Até 27.0	36	44	8,5	9	9,5	10	
2.400	Até 11.1	Até 28.0	38	46	9	9,5	10		
2.450	Até 11.0	Até 29.0	40	48	9,5	10			
2.500	Até 10.8	Até 30.0	42	50	10				

1) Prova de deslocamento 50m em meio liquido: tempo máximo de 04 (quatro) minutos, utilizando sunga de banho;
2) Flutuação vertical em meio liquido de 10 (dez) minutos com uniforme completo;
3) Nas provas acima o candidato será considerado apto ou inapto;
4) Será considerado apto o candidato que ao final dos destes obtiver media ponderada entre as provas, igual ou superior a 7,0 (sete)
5) Na prova de corrida de 12 minutos, para fins de pontuação cada 10 metros percorridos equivalerão a 0,1 ponto.
6) Na Prova Shuttle Run, o (a) avaliado(a) corre à máxima velocidade, até os blocos eqüidistantes da linha de saída a 9,14m pegando dois blocos de madeira, um a cada etapa.

Quartel do GTAP em Teresina-PI, 24 de abril de 2014.

José Fernandes de **Albuquerque** Filho – Cel PM
Comandante do CME

Clayton Frota **Gomes** – Ten Cel PM
Comandante do GTAP

APROVO

Teresina, PI ____/____/____.

SOLANGE MARIA MACÊDO LIMA – CEL PM
DIRETORA DE ENSINO, INSTRUÇÃO E PESQUISA DA PMPI

APROVO

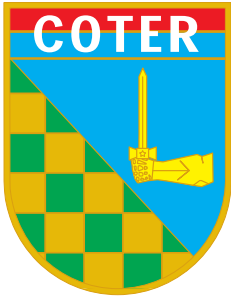
Teresina, PI ____/____/_____.

GERARDO **REBELO** FILHO – CEL PM
COMANDANTE GERAL DA PMPI

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES

FORMAÇÃO BÁSICA DO COMBATENTE

PPB 2

5ª Edição – 2009

PPB/2 - Formação Básica do Combatente

5º Edição - 2009

SEM OBJETIVOS
BEM DEFINIDOS,
SOMENTE POR
ACASO
CHEGAREMOS A
ALGUM LUGAR.

Índice - 1

.

As páginas que se seguem contêm informações indispensáveis para os usuários do presente Programa-Padrão.

I - INTRODUÇÃO

I. INTRODUÇÃO

1. FINALIDADE

Este Programa-Padrão (PP) regula a **Instrução Individual Básica** e define os objetivos que permitem padronizar a "Formação Básica do Combatente ".

2. OBJETIVOS DO PERÍODO

a. Objetivos Gerais:

1) preparar o Soldado para iniciar a instrução em qualquer qualificação militar;
2) formar o reservista de 2ª Categoria, também chamado "Combatente Básico";
3) capacitar o Soldado a ser empregado em Operações de Garantia da Lei e da Ordem; e
4) desenvolver o valor moral dos instruendos.

b. Objetivos Parciais:

1) ambientar o Soldado à vida militar;
2) iniciar a formação do caráter militar do Soldado;
3) iniciar a criação de hábitos adequados à vida militar;
4) obter padrões de procedimentos adequados à vida militar;
5) adquirir conhecimentos básicos indispensáveis ao Soldado;
6) obter reflexos na execução de técnicas e táticas individuais de combate;
7) desenvolver habilitações técnicas necessárias ao Soldado;
8) obter padrões adequados de ordem unida; e
9) iniciar o desenvolvimento da capacidade física do Soldado.

c. Explicação dos Objetivos Parciais da Instrução Individual do Efetivo Variável

1) Formação do Caráter Militar (FC) - a formação do caráter militar consiste no desenvolvimento de atributos da área afetiva e de atitudes voltadas para a aceitação de valores julgados necessários para que um indivíduo se adapte às exigências da vida militar, incluindo-se aí aquelas exigências peculiares às situações de combate.

2) Criação de Hábitos (CH) - os hábitos significam disposição permanente à execução de determinados procedimentos adequados à vida militar. Os hábitos serão obtidos e consolidados por meio da repetição de procedimentos. Esse trabalho será executado durante todo o ano de instrução.

3) Obtenção de Padrões de Procedimento (OP) - os padrões de procedimento são definidos pelo conjunto de ações e reações adequadas ao militar, diante de determinadas situações. Os padrões corretos caracterizam-se por produzirem a perfeita integração do militar às atividades da vida diária do quartel.

4) Aquisição de Conhecimentos (AC) - deve ser entendida como a assimilação de conceitos, idéias e dados necessários à formação do militar. Este objetivo será atingido por intermédio da ação dos instrutores e monitores, durante as sessões de instrução. Ele será consolidado pela prática.

5) Desenvolvimento de Habilitações Técnicas (HT) - as habilitações técnicas correspondem aos conhecimentos e às habilidades indispensáveis ao manuseio de materiais bélicos e à operação de equipamentos militares.

6) Obtenção de reflexos na execução de Técnicas Individuais de Combate (TE) - uma técnica individual de combate caracteriza-se por um conjunto de habilidades militares que proporcionam a consecução de um determinado propósito, de forma vantajosa para o combatente. Para ser desenvolvida ou aprimorada, não há necessidade de se criar uma situação tática (hipótese do inimigo, variações do terreno e imposições de tempo).

7) Obtenção de reflexos na execução de Táticas Individuais de Combate (TA) - Uma tática individual de combate caracteriza-se por um conjunto de procedimentos, ou mesmo técnicas individuais de combate, que respondem a uma situação em que se tem uma missão a cumprir e um inimigo (terrestre ou aéreo) a combater, sendo consideradas as variações do terreno e o tempo disponível. As atividades de instrução, voltadas para este objetivo parcial, deverão aumentar, progressivamente, a capacidade de cada instruendo para solucionar os problemas impostos por situações táticas diferentes e cada vez mais difíceis.

8) Obtenção de padrões de Ordem Unida (OU) - Por meio da OU, obtêm-se padrões coletivos de uniformidade, sincronização e garbo militar. A OU constitui-se numa demonstração da situação da disciplina militar, isto é, da situação de ordem e de obediência existentes em determinada OM. Por ela pode-se avaliar o desenvolvimento de alguns atributos dos militares integrantes da tropa que a executa, tais como, o entusiasmo profissional, a cooperação e o autocontrole.

9) Capacidade física (CF) - O desenvolvimento da capacidade física visa a habilitar o indivíduo para o cumprimento de missões de combate. - É obtida pela realização do Treinamento Físico Militar (TFM) de forma sistemática, gradual e progressiva. Também concorrem para esde objetivo atividades como as pistas de aplicações militares, as marchas a pé e os acampamentos e bivaques, que aumentam no indivíduo a rusticidade e a resistência, qualidades que possibilitam ao indivíduo “durar na ação” em situações de desgaste e de estresse.

3. ESTRUTURA DA INSTRUÇÃO

- Características

1) O programa de treinamento constante deste PP baseia-se no princípio metodológico da instrução militar orientada para o desempenho. Destina-se, portanto, habilitar os recrutas ao desempenho de todas as atividades básicas de um Soldado, qualquer que seja a QMG.

2) A Instrução Individual Básica (IIB) compreende:

a) instruções sobre matérias fundamentais à preparação básica do combatente; e

b) o desenvolvimento de atitudes e habilidades necessárias à formação do Soldado.

3) A instrução sobre as matérias fundamentais compreende:

a) um conjunto de matérias;

b) um conjunto de assuntos integrantes de cada matéria;

c) um conjunto de sugestões de objetivos intermediários; e

d) um conjunto de objetivos terminais chamados Objetivos Individuais de Instrução (OII), que podem ser relacionados a conhecimentos, a habilidades e a atitudes.

4) As matérias constituem as áreas de conhecimentos e de habilidades necessárias à “Preparação Básica do Combatente”.

5) Os assuntos, integrantes de cada matéria, são apresentados de forma seqüenciada, constituindo os programas das matérias.

6) As sugestões de objetivos intermediários são apresentadas como um elemento auxiliar para o trabalho do instrutor. A um assunto podem corresponder um ou vários objetivos intermediários. O instrutor, levando em conta sua experiência, as disponibilidades materiais e as características do militar, poderá reformular ou estabelecer novos objetivos intermediários.

7) Os OII relacionados aos conhecimentos e às habilidades correspondem aos comportamentos que o militar deve exibir como resultado das atividades de ensino a que foi submetido, no âmbito de determinada matéria. Uma matéria compreende um ou vários OII.

Um OII relacionado a conhecimentos ou a habilidades compreende:

a) a tarefa a realizar, que consiste na ação que o militar deve executar como prova de domínio do objetivo;

b) a condição ou as condições de execução que definem as circunstâncias ou situações que são oferecidas ao militar, para que ele execute a tarefa proposta. Essa(s) condição (ões) deve(m) levar em consideração as diferenças regionais e as características do instruendo;e

c) o(s) padrão(ões) mínimo(s) a atingir, que caracteriza(m) para

cada instruendo o nível de conhecimento adquirido em termos de aprendizagem da tarefa indicada.

4. DIREÇÃO E CONDUÇÃO DA INSTRUÇÃO

a. Responsabilidades

1) O responsável pela Direção da Instrução é o Comandante, Chefe ou Diretor de OM. Cabe-lhe, assessorado pelo S3, planejar, orientar e fiscalizar as ações que permitirão aos Comandantes das Subunidades ou Comandantes de Grupamentos de Instrução (ou correspondentes) elaborarem a programação semanal de atividades e a execução da instrução propriamente dita.

2) O Comandante de Subunidade ou de Grupamento(s) de Instrução (ou correspondente) é o responsável pela programação semanal e pela execução das atividades de instrução, de modo a conseguir que todos os soldados atinjam os OII previstos.

b. Ação do S3

1) Realizar o planejamento inicial do Período de Instrução Básica do Período de Instrução Individual, segundo o preconizado no PIM e nas diretrizes e/ou ordens dos escalões enquadrantes.

2) Coordenar e controlar a instrução na OM, a fim de que os militares alcancem os OII, de forma harmônica, equilibrada e consentânea com os prazos e com as diretrizes dos escalões superiores.

3) Providenciar a elaboração de testes, fichas, ordens de instrução e de outros documentos.

4) Providenciar a organização dos locais de instrução e de outros meios auxiliares necessários à uniformização das condições de execução e de consecução dos padrões mínimos previstos nos OII.

5) Planejar a utilização de áreas e meios de instrução, de forma a garantir uma distribuição eqüitativa pelas Subunidades ou órgãos correspondentes.

6) Organizar os militares da OM, de modo a permitir a compatibilidade da instrução do EV com a do NB (CTTEP).

c. Ação do Cmt SU ou Cmt Gpt Instr

O Cmt de Subunidade (ou correspondente) será o chefe de uma equipe de instrutores. Deverá, por meio de ação contínua, exemplo constante e devotamento à instrução, envidar todos os esforços necessários à consecução dos padrões mínimos exigidos nos OII e nos objetivos da área afetiva.

d. Métodos e Processos de Instrução

1) Os elementos básicos que constituem o PP são **as MATÉRIAS, as TAREFAS, os OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS e os ASSUNTOS.**

2) Os métodos e processos de instrução, preconizados nos Manuais C 21-5 e T 21-250 e demais documentos de instrução, deverão ser, criteriosamente, selecionados e combinados, a fim de que os OII relacionados a conhecimentos e habilidades sejam atingidos pelos instruendos.

3) Durante as sessões de instrução, o Soldado deve ser colocado, tanto quanto possível, em contato direto com situações semelhantes às que devam ocorrer no exercício de suas atividades. A instrução que não observar o princípio do realismo (T 21-250) corre o risco de tornar-se artificial, ineficiente e pouco orientada para os objetivos que os militares têm de alcançar. Os meios auxiliares e os exercícios simulados devem dar uma visão bem próxima da realidade, procurando, sempre que possível, uma situação de combate ou de apoio ao combate.

4) Em relação a cada uma das matérias, o instrutor deverá adotar os seguintes procedimentos:

a) analisar os assuntos e as sugestões de objetivos intermediários, procurando identificar a relação existente entre eles. Os assuntos e as sugestões de objetivos intermediários são poderosos auxiliares da instrução. **Os objetivos intermediários fornecem uma orientação segura sobre como conduzir o militar para o domínio dos OII. Desse modo, tornam-se pré-requisitos para esses OII.**

b)Estabelecer, para cada OII, aquele(s) que deverá(ão) ser executado(s) pelos militares, individualmente ou em equipe. Analisar, também, as condições de execução, de forma a poder torná-las aplicáveis no período de avaliação.

5) Todas as questões levantadas quanto à adequação das “condições de

execução” e dos “padrões mínimos’’ deverão ser levadas ao Comandante da Unidade, a fim de que ele, assessorado pelo S3, decida sobre as modificações a serem introduzidas no planejamento inicial.

6) **Os OII relacionados à área afetiva** serão desenvolvidos durante todo o Ano de Instrução e alcançados em conseqüência de situações criadas pelos instrutores no decorrer da instrução, bem como de todas as experiências que o Soldado adquire no ambiente militar. O desenvolvimento de atitudes depende, basicamente, dos exemplos de conduta oferecidos aos militares pelos superiores e pares e, também, do ambiente global em que ocorre a instrução.

5. AVALIAÇÃO

a. Dos OII relacionados a conhecimentos e a habilidades.

A avaliação da instrução será feita de acordo com os OII. O instrutor avaliará a eficiência de sua ação, considerando o desempenho do militar na execução das tarefas, dentro das condições estipuladas, tendo em vista a consecução do padrão mínimo requerido.

O êxito da instrução evidencia-se quando todos os militares atingem, plenamente, todos os OII previstos.

Para isso, o instrutor deve acompanhar o desempenho do Soldado nos OII de sua matéria. Durante o desenvolvimento do período de Instrução Individual Básica, utilizará, para avaliar a aprendizagem do instruendo, a **Ficha de Controle da Instrução Individual Básica (FIB)**. Nessa ficha, serão registrados pelo instrutor os resultados da avaliação do desempenho do militar em relação aos OII indicados no programa.

O militar alcançará a situação de “Combatente mobilizável” se atingir todos os OII constantes da FIB.

b. Dos OII da área afetiva.

A avaliação dos OII da área afetiva (atributos) implica a **observação contínua do militar no decorrer do Ano de Instrução** e será registrada na **Ficha de Avaliação de Atributos (FAAT)**.

Este PP indica um conjunto de atributos que deverão ser desenvolvidos **desde o primeiro dia** de Instrução Militar. Os PP relativos aos demais períodos de instrução prevêem, além dos atributos já estabelecidos no PPB/2, outros OII da área afetiva e os respectivos modelos das **FICHAS DE AVALIAÇÃO**.

Os militares que não atingirem o padrão-evidência estabelecido para cada atributo, ao término de cada período ou subperíodo de instrução, deverão ser objeto de atenção especial por parte do Comandante da SU e dos demais instrutores.

6. TEMPO ESTIMADO

- São previstas 12 (doze) semanas para o período, com a seguinte distribuição:

1) 1º subperíodo

a) primeiras 2 (duas) semanas, **EM REGIME DE INTERNATO**, de 2ª a 6ª feira, assim especificadas:

- 72 horas de atividades diurnas, à base de 36 horas semanais (8 horas de 2ª a 5ª feira e 4 horas na 6ª feira); e

- 16 horas de instrução à noite, a princípio, sendo 8 (oito) horas semanais (2 horas diárias de 2ª a 5ª feira).

b) semanas subseqüentes, **SEM REGIME DE INTERNATO**, de 2ª a 6ª feira, à base de 36 horas de atividades diurnas semanais (8 horas de 2ª a 5ª feira e 4 horas na 6ª feira) e 16 horas noturnas. Na semana do acampamento serão 40 horas de atividades diurnas e 16 horas de atividades noturnas; e

c) O número de horas de instrução noturna poderá ser alterado de acordo com o planejamento de cada OM.

2) 2º subperíodo:

- 3 (três) semanas, num total de 108 horas de atividades diurnas e 16 horas de atividades noturnas, à base de 36 horas diurnas semanais (8 horas de 2ª a 5ª feira e 4 horas na 6ª feira) e as horas noturnas a critério da OM.

Tendo em vista os recursos disponíveis na OM, as características e o nível de aprendizagem dos Soldados, bem como outros fatores que porventura possam interferir no desenvolvimento da instrução, poderá o Comandante (Diretor ou Chefe) de OM alterar as previsões das cargas horárias das matérias discriminadas no presente PP.

7. VALIDAÇÃO DO PP

O presente Programa-Padrão de Instrução pretende constituir-se em um sistema auto-regulado de treinamento militar, isto é, **será reajustado em decorrência das observações realizadas durante a sua execução**. Para isso, o COTER manterá o Sistema de Validação dos Programas-Padrão de Instrução (SIVALI-PP) com os objetivos de:

a. coletar dados relativos à aplicação dos PP junto às OM;
b. diagnosticar a necessidade de introdução imediata de correções no PP; e
c. determinar o nível de eficiência e de eficácia da Instrução Militar.

8. OBSERVAÇÕES IMPORTANTES SOBRE O PP

– As sugestões para objetivos intermediários, os assuntos e a carga horária da matéria são "sugestões". Cabe a Equipe de Instrução definir a melhor maneira de se atingir o padrão mínimo estabelecido.

– Como bem definido, o padrão mínimo é o "mínimo" que o militar tem de saber. Deverá ser verificada a disponibilidade de tempo e de meios para definir a amplitude dos assuntos a serem ministrados, a fim de cumprir todo o PP.

– Todos os OII constantes do PP deverão ser executados Alguns OII deverão se cumpridos por determinados tipos de OM (por exemplo as OM de PE atirarão de Mtr M). Caso a OM possua o material ou necessidade de cumprir determinado OII, poderá fazê-lo desde que não contrariem normas específicas.

– Caso a OM necessite privilegiar determinado(s) OII em detrimento de outro (s), deverá fazê-lo na carga horária.

– A Equipe de Instrução poderá juntar diferentes OII, inclusive de matérias diferentes. Algumas dessas situações já são propostas nas Condições. Outras poderão ser feitas de acordo com a criatividade e disponibilidade de tempo.

– A Direção de Instrução, caso julgue necessário e tenha condições de executar, poderá determinar que alguns OII sejam cumpridos à noite, nas tardes de sexta-feira ou em dias sem expediente.

– A carga horária definida como "noturna" poderá ser modificada a critério da Direção de Instrução. Algumas são impositivas pois devem atender normas específicas, como, por exemplo, o tiro noturno.

9. NORMAS COMPLEMENTARES

As normas fixadas neste PP serão complementadas:

a. pelo COTER; e

b. pelas Diretrizes, Planos e Programas de Instrução baixados pelos Grandes Comandos, Grandes Unidades e Unidades.

Não há instrução individual que possa ser conduzida, satisfatoriamente, sem controle individual.

Durante o período básico, deverão ser registrados pelos instrutores dois tipos de observações que dizem respeito aos instruendos:

- o 1º tipo de observação, relacionado com a aquisição de conhecimentos e de habilidades, deverá ser registrado na Ficha de Controle da Instrução Individual Básica (FIB); e

- o 2º tipo de observação, relacionado com a aquisição de atitudes, deverá ser registrado na Ficha de Avaliação de Atributos (FAAT).

Na folha que se segue, serão apresentados modelos da FIIB e FAAT. Deverão ser assinalados com um “X” os OII e os atributos de acordo com o padrão evidenciado pelo militar.

II – FICHAS DE CONTROLE DE INSTRUÇÃO

FICHA DE CONTROLE DA INSTRUÇÃO INDIVIDUAL		
N°:	NOME:	
OM:	SU:	FRAÇÃO:

OII			OII			OII		
Idt	Padrão Mínimo alcançado		Idt	Padrão Mínimo alcançado		Idt	Padrão Mínimo alcançado	
	Sim	Não		Sim	Não		Sim	Não

Data de término do Período de Instrução: _______/____/________

Responsável pelo preenchimento: ____________________________________

Cmt Fração

FICHA DE AVALIAÇÃO DE ATRIBUTOS (FAAT)				
ATRIBUTOS				OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES
Idt	PADRÃO EVIDENCIADO			
	Sim	Não	NÃO OBSERVADO	

APRECIAÇÃO FINAL DO PERÍODO		
	Sim	Não
PODE SER MATRICULADO NO CURSO DE CABO		
FOI PUNIDO DURANTE OPERÍODO		

AVALIAÇÃO GLOBAL SUBJETIVA	MB	B	R	I

Data: _____/_____/______ Cmt SU:______________________

Visto S3:__________________________

A seguir você encontrará a série de Objetivos Individuais de Instrução (OII) relacionados aos Atributos da Área Afetiva.

A participação da equipe de instrução e do Efetivo Profissional da Unidade é imprescindível na observação e na orientação dos instruendos, para que atinjam os atributos previstos.

III – ATRIBUTOS DA ÁREA AFETIVA

ATRIBUTOS DA ÁREA AFETIVA

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAÍS DE INSTRUÇÃO

NOME E DEFINIÇÃO DO ATRIBUTO	CONDIÇÃO	PADRÃO EVIDENCIADO
Cooperação: capacidade de contribuir, espontaneamente, para o trabalho de alguém e/ou de uma equipe.	No relacionamento com pares e superiores.	O militar evidenciará o atributo nas condições especificadas.
Autoconfiança: Capacidade de demonstrar segurança e convicção em suas atitudes, nas diferentes circunstâncias.	No relacionamento com os pares e superiores e, sobretudo, nos comportamentos individuais que vão evidenciar atitudes positivas em diferentes circunstâncias.	O militar evidenciará o atributo nas condições especificadas.
Persistência: capacidade de manter-se em ação, continuadamente, a fim de executar uma tarefa, vencendo as dificuldades encontradas.	Durante o cumprimento das missões que lhes forem atribuídas, deve ser um objetivo constante no seu processo de aprendizado individual e coletivo.	O militar evidenciará o atributo nas condições especificadas.
Iniciativa: capacidade para agir, de forma adequada e oportuna, sem depender de ordem ou decisão superior.	Durante o cumprimento das missões que lhes forem atribuídas e em outras ocasiões que porventura ocorram.	O militar evidenciará o atributo nas condições especificadas.
Coragem: capacidade para agir de forma firme e destemida, diante de situações difíceis e perigosas.	Durante os exercícios no campo, na realização de pistas de combate e em outras situações.	O militar evidenciará o atributo nas condições especificadas.

ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO

- A atuação nessa área não se limita às sessões formais de instrução. Os oficiais e graduados devem acompanhar e orientar o recruta em todas as situações. Devem dar o exemplo, evidenciando as atitudes que se buscam desenvolver no militar.

- O desenvolvimento dos OII da Área Afetiva tem início na IIB e será completado na IIQ (ver PP da Série QUEBEC), sendo realizado o acompanhamento durante o decorrer de todo o Ano de Instrução.

ATRIBUTOS DA ÁREA AFETIVA

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAÍS DE INSTRUÇÃO

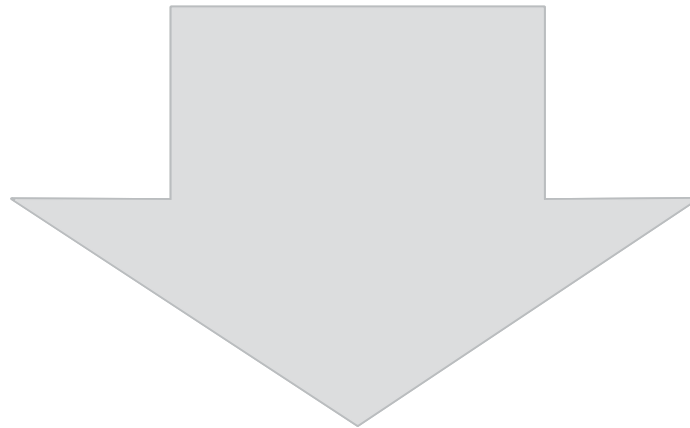
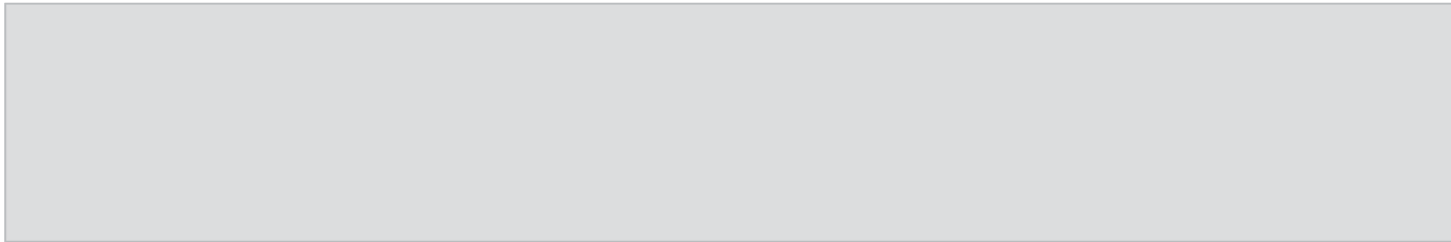
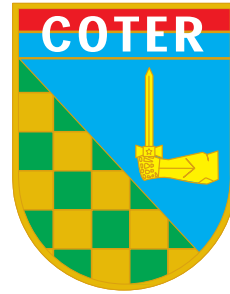
NOME E DEFINIÇÃO DO ATRIBUTO	CONDIÇÃO	PADRÃO EVIDÊNCIA
Responsabilidade: capacidade de cumprir suas atribuições, assumindo e enfrentando as conseqüências de suas atitudes e decisões.	Durante o cumprimento das missões que lhes forem atribuídas e na realização de qualquer outra atribuição.	O militar evidenciará o atributo nas condições especificadas.
Disciplina: capacidade de proceder conforme leis, regulamentos e normas que regem a Instituição.	Na realização de pistas de combate e de exercícios no campo. No cumprimento de missões complexas e difíceis, entre outras.	O militar evidenciará o atributo nas condições especificadas.
Equilíbrio emocional: capacidade de controlar as próprias reações, para continuar a agir, apropriadamente, nas diferentes situações.	Na rotina diária da OM, no relacionamento com os pares e superiores, quando estiver atuando numa equipe ou participando de competições.	O militar evidenciará o atributo nas

ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO

- A atuação nessa área não se limita às sessões formais de instrução. Os oficiais e graduados devem acompanhar e orientar o recruta em todas as situações. Devem dar o exemplo, evidenciando as atitudes que se buscam desenvolver no militar.

- O desenvolvimento dos OII da Área Afetiva tem início na IIB e será completado na IIQ (ver PP da Série QUEBEC), sendo realizado o acompanhamento durante o decorrer de todo o Ano de Instrução.

ATRIBUTOS DA ÁREA AFETIVA

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAÍS DE INSTRUÇÃO			ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO
NOME E DEFINIÇÃO DO ATRIBUTO	CONDIÇÃO	PADRÃO EVIDÊNCIA	
Entusiasmo profissional: capacidade de evidenciar disposição para o desempenho de atividades profissionais.	Durante o cumprimento das missões que lhes forem atribuídas.	O militar evidenciará o atributo nas condições especificadas.	- A atuação nessa área não se limita às sessões formais de instrução. Os oficiais e graduados devem acompanhar e orientar o recruta em todas as situações. Devem dar o exemplo, evidenciando as atitudes que se buscam desenvolver no militar. - O desenvolvimento dos OII da Área Afetiva tem início na IIB e será completado na IIQ (ver PP da Série QUEBEC), sendo realizado o acompanhamento durante o decorrer de todo o Ano de Instrução.

ÍNDICE - 2

MATÉRIAS DO 1º SUBPERÍODO

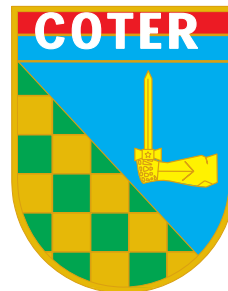
	PERÍODO DE INSTRUÇÃO INDIVIDUAL BÁSICA			
	1º SUBPERÍODO	TEMPO ESTIMADO		
MATÉRIAS FUNDAMENTAIS		DIURNO	NOTURNO	TOTAL
	1. ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO	32	8	40
	2. BOAS MANEIRAS E CONDUTA MILITAR	4		4
	3. CAMUFLAGEM	4		4
	4. COMUNICAÇÕES	8		8
	5. CONDUTA EM COMBATE	8		8
	6. CONHECIMENTOS DIVERSOS		4	4
	7. DEFESA AAe e AC	4		4
	8. DEFESA DO AQUARTELAMENTO	4		4
	9. EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA		8	8
	10. FARDAMENTO	2		2
	11. FORTIFICAÇÃO	4		4
	12. HIERARQUIA E DISCIPLINA MILITAR		4	4
	13. HIGIENE E PRIMEIROS SOCORROS EM COMBATE	10		10
	14. INTELIGENCIA E CONTRA-INTELIGÊNCIA MILITAR	4		4
	15. INSTRUÇÃO DE APRONTO OPERACIONAL	2		2
	16. JUSTIÇA E DISCIPLINA	4		4
	17. LUTAS	6		6
	18. MARCHAS E ESTACIONAMENTOS	10		10
	19. ORDEM UNIDA	24		24
	20. OBSERVAÇÃO E ORIENTAÇÃO	16	8	24
	21. PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	4		4
	22. SERVIÇOS INTERNOS E EXTERNOS	8		8
	23. TÉCNICAS ESPECIAIS	28	4	32
	24. TREINAMENTO FÍSICO MILITAR	62		62
	25. UTILIZAÇÃO DO TERRENO	8	4	12
SOMA DOS TEMPOS DESTINADOS À INSTRUÇÃO MILITAR				296
SOMA DOS TEMPOS À DISPOSIÇÃO DO CMT, CHEFE OU DIRETOR.				20
SOMA DOS TEMPOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO				16
SOMA DOS TEMPOS DESTINADOS A ESCALA DE SERVIÇO				32
TOTAL DOS TEMPOS DISTRIBUÍDO NA 1ª SUBFASE				364

2º Subperíodo de Instrução Individual Básica

CAPACITAR O SOLDADO PARA SER EMPREGADO NA GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

Índice - 3

ÉRIAS DO 2º SUBPERÍODO

PERÍODO DE INSTRUÇÃO INDIVIDUAL BÁSICA QUADRO GERAL DE DISTRIBUIÇÃO DE TEMPO					
2º SUBPERÍODO		TEMPO ESTIMADO			
		DIURNO	NOTURNO	TOTAL	
MATÉRIAS FUNDAMENTAIS	26. ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO	14		14	
	27. LUTAS (COMBATE À BAIONETA)	16		16	
	28. DEFESA QUÍMICA BIOLOGICA E NUCLEAR	10		10	
	29. EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	4		4	
	30. INSTRUÇÃO DE APRONTO OPERACIONAL	4		4	
	31. MARCHAS E ESTACIONAMENTOS	2	4	6	
	32. OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM	30	8	38	
	33. ORDEM UNIDA	8		8	
	34. PATRULHA	12	4	16	
	35. PREVENÇÃO DE ACIDENTES	4		4	
	36. TÉCNICAS ESPECIAIS	12		12	
	37. TREINAMENTO FÍSICO MILITAR	24		24	
SOMA DOS TEMPOS DESTINADOS À INSTRUÇÃO MILITAR				156	
SOMA DOS TEMPOS À DISPOSIÇÃO DO CMT, CHEFE OU DIRETOR				8	
SOMA DOS TEMPOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO				8	
SOMA DOS TEMPOS DESTINADOS A ESCALA DE SERVIÇO				24	
TOTAL DOS TEMPOS DISTRIBUÍDO NO 2º SUBPERÍODO				196	

1º SUBPERÍODO DA INSTRUÇÃO INDIVIDUAL BÁSICA

1. ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 32 h NOTURNO: 8 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
B-101 (AC)	Conhecer as principais características do armamento individual e coletivo da OM.	Exemplares de todos os armamento da OM deverão ser expostos em estandes ou oficinas e identificados com as características mais importantes. Dentro do possível, deverá ocorrer no estande uma demonstração do tiro das armas. (a demonstração poderá ocorrer quando da execução do TIB)	Identificar, corretamente, as características principais dos armamentos.	- Identificar as características principais do armamento da OM. - Descrever o efeito dos tiros dos armamentos da OM . - Demonstrar o conhecimento das características dos armamentos da OM.	1. Apresentação do armamento individual e coletivo da OM: a. designação; b. calibre; c. emprego; e d.principais características e efeitos. 2. Dotação por fração da OM. 3. Tiro
B-102 (HT)	Desmontar e montar o fuzil.	A tarefa deverá ser realizada, inicialmente, em ambientes bem iluminados, passando gradualmente a pouco iluminados, chegando à escuridão total. Ao final da subfase, o militar deverá realizar o OII com os olhos vendados.	- Realizar a desmontagem em um minuto. - Identificar as peças principais do fuzil. - Realizar a montagem, em um minuto, deixando a arma em condições de funcionar. - Manusear as peças com cuidado, para não danificar o armamento.	- Identificar os principais procedimentos de segurança no manuseio da arma. - Identificar as características básicas da arma. - Identificar as partes e as peças principais da arma. - Desmontar e montar o fuzil em condições variadas de luminosidade. - Realizar a manutenção de 1o escalão do fuzil. - Demonstrar a capacidade de desmontar e montar o fuzil (1ºescalão).	4. Fuzil: a. apresentação e características; b. nomenclatura; c. desmontagem e montagem de 1º escalão; d. manejo; e. funcionamento;e f. manutenção.
B-103 (HT)	Sanar incidentes de tiro do fuzil.	Deverão ser simulados no fuzil vários tipos de incidentes de tiro.	- Identificar corretamente os incidentes. - Executar, acertadamente, com segurança e com presteza, as ações imediatas para sanar o incidente.	- Descrever com segurança o modo de utilização correto da arma. - Identificar os principais incidentes de tiro. - Demonstrar as ações imediatas para sanar os incidentes.	5. Fuzil: - incidentes de Tiro.
B-104 (HT)	IPT - executar as técnicas e procedimentos para a execução do tiro com o fuzil.	Deverão ser executadas a o TIP e a IPT.	Demonstrar o desempenho exigido na Instrução Preparatória para o Tiro (IPT)e no Teste de Instrução Preparatória (TIP).	- Identificar os princípios básicos da pontaria e do tiro com o fuzil. - Executar as oficinas da IPT. - Executar o TIP. - Conhecer e aplicar as normas de segurança do estande.	6. Fuzil: - Instrução Preparatória para o Tiro (IPT); e - Teste de Instrução Preparatória (TIP).

1. ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 32 h NOTURNO: 8 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-105 (HT)	TIB - executar os Tiros de Instrução Básicos (TIB) do fuzil.	Executar os tiros previsto nas IGTAEx.	- Aplicar as técnicas e os procedimentos para a execução do tiro. - Obter os índices de suficiência previstos no Módulo Didático do TIB.	- Realizar as sessões TIB. - Aplicar as normas de segurança no estande. - Realizar a manutenção do fuzil (anterior e posteriormente à realização do tiro previsto).	7. Fuzil: - Tiro de Instrução Básico (TIB)
B-106 (HT)	Usar a faca de trincheira e a baioneta.	Manusear uma faca de trincheira e uma baioneta.	-Manusear corretamente a faca. -Manusear corretamente a baioneta.	- Identificar as características da faca de trincheira e da baioneta. - Apontar as finalidades da faca de trincheira e da baioneta. - Utilizar a faca de trincheira. - Utilizar a baioneta. - Fazer a limpeza e a conservação da faca de trincheira e da baioneta.	8. Faca de trincheira e baioneta: a. apresentação e características; b. finalidades; c.utilização; e d. limpeza e conservação.
B-107 (HT)	Conhecer as principais características da espingarda calibre 12. (OM dotada)	Apresentar a espingarda calibre 12.	Identificar as partes principais do armamento.	- Identificar os principais procedimentos de segurança no manuseio da arma. - Identificar as características básicas da arma. - Identificar as partes e as peças principais da arma. - Realizar a manutenção de 1o escalão.	9. Espingarda calibre 12: a. apresentação e características; b. nomenclatura; c. manejo; d. funcionamento; e e. manutenção.
B-108 (HT)	Sanar incidentes de tiro da Espingarda calibre 12. (OM dotada)	Deverão ser simulados vários tipos de incidentes de tiro.	- Identificar corretamente os incidentes - Executar acertadamente, com segurança e com presteza, as ações imediatas para sanar os incidentes.	- Descrever o modo de utilização correto da arma, com segurança. - Identificar os principais incidentes de tiro. - Demonstrar as ações imediatas para sanar os incidentes.	10. Espingarda calibre 12: - incidentes de Tiro.
B-109 (HT)	IPT - Aplicar as técnicas e os procedimentos para a execução da pontaria e do tiro com a Espingarda calibre 12. (OM dotada)	Deverão ser executados o TIP e a IPT	Demonstrar o desempenho exigido na Instrução Preparatória para o Tiro (IPT)e no Teste de Instrução Preparatória (TIP).	- Identificar os princípios básicos da pontaria e do tiro com a Espingarda calibre 12. - Executar as oficinas da IPT. - Realizar o TIP. - Conhecer e aplicar as normas de segurança no estande.	11. Espingarda calibre 12: a. Instrução Preparatória para o Tiro (IPT); e b. Teste de Instrução Preparatória (TIP).

1. ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 32 h NOTURNO: 8 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-110 (HT)	TIB - executar os Tiros de Instrução Básicos da espingarda calibre 12. (OM dotada)	Executar os tiros previsto nas IGTAEx.	- Aplicar as técnicas e procedimentos para a execução do tiro. - Obter os índices de suficiência previstos no Módulo Didático do TIB.	- Realizar a sessão TIB. - Aplicar as normas de seguran-ça do estande. - Realizar a manutenção da espingarda calibre 12.	13. Espingarda calibre 12: - Tiro de Instrução Básico (TIB)
B-111 (HT)	Desmontar e montar a Mtr M (OM de PE)	Deverão ser apresenta-das, ao militar, uma Mtr de mão , suas caracterís-ticas principais e sua desmontagem e monta-gem	- Realizar a desmonta-gem. - Identificar as peças principais. - Realizar a montagem deixando a arma em con-dições de funcionar. - Manusear as peças com cuidado, para não danificar o armamento.	- Identificar os principais proce-dimentos de segurança no manuseio da arma. - Identificar as características básicas da arma. - Identificar, pelo nome, as partes e as peças principais da arma. - Desmontar e montar a Mtr M. - Realizar a manutenção de 1o escalão.	14. Mtr M: a. apresentação e carac-terísticas; b. nomenclatura; c. desmontagem e monta-gem de 1º escalão; d. manejo; e. funcionamento; e f. manutenção.
B-112 (HT)	Sanar incidentes de tiro da Mtr M (OM de PE)	Deverão ser simulados na Mtr vários tipos de incidentes de tiro.	- Identificar corretamente os incidentes. - Executar, acertadamen-te, com segurança e com presteza, as ações imediatas para sanar o incidente.	- Descrever o modo de utilização correto da arma. - Identificar os principais incidentes de tiro. - Demonstrar as ações imediatas para sanar os incidentes.	15. Mtr M: - incidentes de Tiro.
B-113 (HT)	IPT - Aplicar as técni-cas e os procedimentos para a execução do tiro com a Mtr M. (OM de PE)	Deverão ser executadas a IPT e o TIP	Demonstrar o desempe-nho exigido no Teste de Instrução Preparatória (TIP).	- Identificar os princípios bási-cos da pontaria e do tiro com a Mtr M. - Executar as oficinas da IPT. - Realizar o TIP. - Conhecer e aplicar as nor-mas de segurança do estande.	16. Mtr M a. Instrução Preparatória para o Tiro (IPT); e b. Teste de Instrução Preparatória (TIP)
B-114 (HT)	TIB - executar os Ti-ros de Instrução Bási-cos da Mtr (OM de PE)	Executar os tiros previsto nas IGTAEx.	- Aplicar as técnicas e procedimentos para a execução do tiro.. - Obter os índices de suficiência previstos no Módulo Didático do TIB, ficando em condições de empregar a arma com segurança.	- Realizar as sessões TIB. - Aplicar as normas de seguran-ça do estande. - Realizar a manutenção do fuzil (anterior e posterior à realiza-ção do tiro previsto).	17. Mtr M - Tiro de Instrução Básico (TIB)

2. BOAS MANEIRAS E CONDUTA MILITAR

TEMPO ESTIMADO: 4 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO			
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO
B-101 (OP)	Tratar corretamente os superiores e pares.	Apresentadas diversas situações	Demonstrar as atitudes adequadas para o relacionamento diário entre os superiores e pares
B-102 (CH)	Comportar-se adequadamente durante as refeições.	Apresentadas diversas situações.	Demonstrar as atitudes adequadas durante as refeições.
B-103 (OP) (CH)	Tratar corretamente o público externo.	Apresentadas diversas situações.	Tratar o público externo com polidez e fineza, porém com firmeza.
B-104 (CH) (OP)	Comportar-se, adequadamente, em situações que ocorram dentro e fora do quartel.	Durante as formaturas, revistas, leitura de boletins, após o silêncio e em qualquer outra situação de rotina interna ou fora do quartel.	Demonstrar atitudes e procedimentos adequados e cumprir os horários estabelecidos.

ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
- Identificar atitudes corretas a serem observadas no trato com superiores e pares. - Identificar vícios de linguagem que devem ser evitados. - Demonstrar corretamente o tratamento a ser empregado nas diversas situações.	1. Tratamento entre militares a. modo correto de tratar os superiores e pares; e b. vícios de linguagem que devem ser evitados.
- Utilizar corretamente a bandeja, os talheres e outros utensílios. - Descrever a conduta preconizada nas NGA da OM. - Proceder, corretamente, quando da entrada do Cmt/ Ch/ Dirt OM ou autoridade superior no rancho, durante a refeição. -Apresentar um comportamento adequado nas refeições.	2. Boas maneiras durante as refeições: a.comportamento adequado na linha de servir e à mesa; b. uso correto da bandeja, talheres e marmita; e c. principais vícios a serem corrigidos.
- Descrever os procedimentos corretos com o público externo. - Compreender a firmeza de atitudes e o tratamento cortês, como base para a obtenção da autoridade. Demonstrar esses procedimentos.	3. Tratamento com o público: a. urbanidade; e b. idosos, senhoras e crianças.
- Descrever o procedimento individual na execução das principais rotinas internas da OM. - Compreender a importância do papel que cada militar desempenha como representante do Exército, em qualquer situação, seja em quartéis ou no meio civil.	4. Procedimento individual em relação às principais rotinas internas da OM: a. horários; b. formaturas; c. revistas; e d. leitura do Boletim. 5. Situações diversas fora do quartel: a. conduta do Soldado no meio civil; b. procedimentos em locais públicos; e c. conduta durante os deslocamentos de casa para o quartel e vice-versa.

3. CAMUFLAGEM	TEMPO ESTIMADO: 4 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO			
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO
B-101 (TE)	Executar a camuflagem individual.	Dada a missão de executar a sua camuflagem. O militar deverá ser observado de posições distintas, apresentando correta camuflagem individual para as operações diurnas e noturnas.	Executar uma correta camuflagem para as operações diurnas e noturnas.

ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
- Identificar os princípios básicos da camuflagem, particularmente a individual. - Identificar materiais naturais e artificiais adequados para a camuflagem individual. - Demonstrar as técnicas de camuflagem individual (inclusive da arma e do equipamento) para as operações diurnas e noturnas.	1. Camuflagem a. definição; b. processos; e c. materiais empregados. 2. Camuflagem Individual a. dissimulação; b. simulação; e c. mascaramento. 3. Disciplina de camuflagem. 4. Manutenção da camuflagem. 5. Camuflagem para as operações diurna e noturna.

4. COMUNICAÇÕES	TEMPO ESTIMADO: 8 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO

	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO
B 101 (HT)	Conhecer as principais características do material de comunicações existente na OM.	Exemplares de todo o material de comunicações da OM deverão ser expostos em estandes ou oficinas, identificados com cartazes com as características mais importantes. Deverá ser realizada uma demonstração de emprego de cada equipamento.	Diferenciar corretamente os diversos equipamentos apresentados.
B-102 (OP)	Transmitir e receber verbalmente uma mensagem simples.	Dada uma mensagem com três idéias simples, que produza uma mensagem de retorno, com duas idéias simples.	Cumprir a tarefa mantendo a fidelidade das idéias a serem transmitidas.
B-103 (OP)	Retransmitir a mensagem.	Em um terreno que permita deslocamento através campo, deverá ser montado um percurso com diversos incidentes. Cinco minutos antes de ser liberado, o militar deve receber indicação do itinerário e a mensagem a ser transmitida (de preferência verbal). Esta instrução poderá ser realizada no período noturno. Este OII poderá ser cumprido junto com a aplicação das Matérias Higiene e Primeiros Socorros, Utilização do Terreno e Observação e Orientação.	Durante a execução da tarefa o militar deverá: - receber a identificação do percurso; - receber a mensagem e memorizá-la; - realizar o percurso sem desviar-se de seu objetivo; e - transmitir, ao final do percurso, a mensagem sem que haja perda do seu significado.
B-104 (OP)	Atuar como mensageiro, em situação de combate.		

ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO

SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
- Identificar as principais características do equipamento rádio. - Identificar as principais características do equipamento fio.	1. Apresentação do material de comunicações da OM a. designação; b. característica; e c. emprego. 2. Exposição do material. 3. Demonstração do emprego.
- Descrever os deveres e os procedimentos do mensageiro. - Avaliar a importância da missão do mensageiro. - Demonstrar a capacidade de transmitir, verbalmente, uma mensagem.	4. Mensagens: a. noções básicas; b. classificação quanto a segurança e a precedência; e c. mensagens escritas e verbais. 5. Mensageiro a. deveres; b. modo de atuação; e c. tipos.
- Descrever a importância do mensageiro. - Citar a missão do mensageiro. - Citar como se classificam os mensageiros. - Descrever como são empregados os mensageiros. - Citar quais são as qualidades inerentes ao bom mensageiro. - Fazer a transmissão de mensagens de maneira rápida e segura. - Descrever as operações e cuidados a serem realizados e observados no recebimento e transmissão de mensagens por mensageiros. - Distinguir mensageiro de escala de especial. - Descrever a diferença de atuar dos diversos tipos de mensageiros.	6. Mensageiro: a. papel; b. missão; c. classificação; d. emprego; e. qualidades e seleção; f. princípios a serem observados na transmissão de mensagens; e g. mensageiros duplos, de escala e especiais. 7. Conduta do mensageiro.

5. CONDUTA EM COMBATE	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 8 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO			
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO
B 101 (AC)	Identificar as principais normas internacionais que tratam dos conflitos armados.	Apresentado um resumo das principais normas internacionais e suas conseqüências. (este OII poderá ser executado por meio de uma Pista de Aplicação, em consonância com a Matéria Utilização do Terreno)	Identificar as principais normas e suas implicações para a conduta em combate
B 102 (AC)	Identificar o comportamento em ação.	Apresentadas as principais Regras de Engajamento, símbolos distintivos e protetores.	Diferenciar o comportamento a ser tomado em face das Regras de Engajamento, símbolos distintivos e protetores.
B 103 (AC)	Identificar os procedimentos com pessoal capturado ou que se rende (Força Adversa).	Apresentado os procedimentos a serem tomados com pessoal capturado ou que se rende (Força Adversa).	Identificar corretamente os procedimentos a serem tomados com pessoal capturado ou que se rende.
B 104 (AC)	Identificar os procedimentos com pessoal ferido ou doente (Força Adversa).	Apresentado os procedimentos a serem tomados com pessoal ferido ou doente (Força Adversa). (este OII poderá ser executado por meio de uma Pista de Aplicação, em consonância com a Matéria Higiene e Primeiros Socorros)	Identificar corretamente os procedimentos a serem tomados com pessoal ferido ou doente.
B 105 (AC)	Identificar os procedimentos com a população civil.	Apresentado os procedimentos e comportamentos com a população Civil	Identificar corretamente os procedimentos a serem tomados com a população Civil.

ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
- Breve histórico sobre a origem do Direito Internacional Humanitário (DIH) e do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA). - Legislação brasileira. - Legislação Internacional (Convenções de Genebra).	1. Principais normas internacionais a. Convenção de Genebra (1949) e seus protocolos adicionais (1977); b. Convenção de Ottawa (1997); c. Estatuto de Roma (1998); e d. outras normas previstas no DIH.
- Descrever as Regras de Engajamento. - apresentar os Símbolos distintivos e protetores.	2. Regras de Engajamento. 3. Símbolos distintivos e protetores.
- Identificar os procedimento com pessoal capturado. - Identificar os procedimento com pessoal que se rende.	4. Procedimento com a Força Adversas a. Pessoal capturado; e b. Pessoal que se rende.
- Identificar os procedimento com pessoal ferido. - Identificar os procedimento com pessoal doente.	5. Procedimento com a Força Adversas a. Pessoal ferido; e b. Pessoal doente.
- Descrever os procedimentos com a população Civil. - Descrever os procedimentos com os bens pessoais - Identificar os sinais de proteção	6. Procedimento com a população civil a. trato com a população; e b. bens assinalados com sinais de proteção.

6. CONHECIMENTOS DIVERSOS	TEMPO ESTIMADO: 4 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-101 (AC)	Identificar os principais deveres e direitos do Soldado.	Deverão ser apresentadas situações diversas para a identificação dos deveres e direitos dos soldados.	Responder, corretamente, a maioria das questões formuladas.	- Descrever os principais deveres do Soldado. - Descrever os principais direitos do Soldado. - Descrever a sistemática da promoção a Cabo. - Descrever as condições de acesso ao CFST e às escolas de formação do EB(EsPCEx, AMAN e EsSA). - Demonstrar o conhecimento dos seus deveres e direitos.	1. Deveres e direitos do Soldado: 2. Principais deveres do Soldado a. dedicação e fidelidade à Pátria e ao dever militar; b. culto aos Símbolos Nacionais; c. probidade e lealdade em todas as circunstâncias; d. disciplina, cumprimento de obrigações e ordens; e e. obrigações para com os superiores e pares 3. Direitos do Soldado: a. remuneração, alimentação, vestuário, assistência médica e dentária; b. engajamento e reengajamento; c. uso da designação hierárquica; d. promoção, pensão militar e reforma; e. afastamentos temporários do serviço; f. uso de uniformes, insígnias, emblemas e condecorações; g. honras e sinais de respeito assegurados em leis e regulamentos; e h. julgamento em foro especial, nos casos previstos em lei.

6. CONHECIMENTOS DIVERSOS	TEMPO ESTIMADO: 4 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-102 (AC)	Identificar pelos nomes e funções, os oficiais da OM e os graduados da SU.	Deverão ser apresentados os oficiais da OM e as praças da SU.	O militar deverá identificar corretamente: - na 1a SI - Cmt e Sub Cmt OM, Cmt, Encr Mat, Sgte da SU e Of/ Sgt do Pel/ Sec; - na 2a SI - demais Of/ Sgt da SU; e - na 3a SI - demais Of da OM.	- Identificar a GU enquadrante da OM e as demais OM (de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico) componentes dessa GU. - Identificar a organização geral da OM. - Identificar as OM da guarnição. - Localizar no quartel os principais órgãos e dependências. - Citar o nome de guerra dos Cmt Mil Área, RM / DE e Bda (ou equivalentes) que enquadram a OM. - Demonstrar que identifica os oficiais da OM e os graduados da SU.	4. Organização Geral do Comando enquadrante da OM. 5. Organização detalhada da OM. 6. Conhecimento e identificação de oficiais e graduados.

6. CONHECIMENTOS DIVERSOS	TEMPO ESTIMADO: 4 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-103 (AC)	Identificar as SU pertencentes à OM	Apresentar uma relação com a denominação das SU (repartições) e 5 outras (de variados tipos) não pertencentes à OM.	O militar deverá identificar o nome de todas as SU pertencentes à OM.	- Identificar aà organização da OM	1. OM: - organização; - denominação histórica da OM; e - denominação das SU.
B-104 (AC)	Identificar a missão das SU pertencentes à OM e dos Pelotões das respectivas SU.	Apresentar uma relação com as Missões das SU e Pel da OM.	O militar deverá identificar a missão de todas as SU da OM e dos Pel da respectiva SU.	Enunciar a missão - das SU da OM;e - dos Pel da respectiva SU.	2. Missões: - das SU da OM; e - dos Pel da respectiva SU.

7. DEFESA ANTIAÉREA E ANTICARRO	TEMPO ESTIMADO: 4 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B 101 (TE) (TA)	Empregar o fuzil contra aeronave atacante.	Aeronave de asa fixa ou rotativa, realizando um ataque diurno, deve haver difusão do alerta antes do ataque. Empregar munição de festim.	O militar deverá executar as ações prevista para a defesa AAe.	- Descrever o modo de atuação dos aviões. - Citar as medidas de defesa antiaérea (ativas e passivas). - Descrever o procedimento em caso de ataque aéreo. - Descrever o emprego do fuzil na defesa contra ataques aéreos. - Descrever as posições do atirador.	1. Defesa Antiaérea: a) noções sumárias sobre o modo de atuação das aeronaves; b) medidas de defesa antiaérea (ativas e passivas); c) procedimentos em caso de ataque aéreo; e d) vigilância antiaérea. 2. Emprego do FAL na defesa contra ataques aéreo. a) como atirar; b) posições do atirador; c) normas para a escolha do alvo; e d) abertura do fogo.
B 102 (TE) (TA)	Empregar o fuzil contra Carro de combate atacante.	Blindado, figurante ou não, em aproximação direta; ataque diurno; deve haver difusão do alerta antes do ataque.	O militar deverá executar as ações previstas para a defesa AC.	- Citar as normas para a escolha do alvo. - Descrever o modo de atuação dos carros. - Identificar os pontos de vulnerabilidade dos carros. - Citar as medidas passivas de defesa anticarro. - Citar as medidas ativas com o emprego do fuzil. - Descrever os processos de vigilância anticarro.	3. Defesa Anticarro: a) noções sumárias sobre o modo de atuação dos carros; b) vulnerabilidade dos carros; c) medidas passivas de defesa anticarro; d) medidas ativas com o emprego do fuzil; e e) vigilância anticarro.

8. DEFESA DO AQUARTELAMENTO	TEMPO ESTIMADO: 4 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-101 (TA) (OP)	Identificar as atividades previstas no Plano de Defesa do Aquartelamento (PDA).	Em uma situação em que seja acionado o Plano de Defesa do Aquartelamento (PDA). Este OII poderá ser integrado com a Matéria Serviços Internos e Externos.	O militar deverá proceder de acordo com as ordens recebidas e as Normas de Engajamento, constantes do PDA.	- Identificar os procedimentos gerais e específicos relativos à defesa do aquartelamento. - Reconhecer sua participação no desencadeamento do Plano de Defesa do Aquartelamento. - Aplicar as Normas de Engajamento e os procedimentos relativos à defesa do aquartelamento, estando de serviço ou não. - Aplicar os procedimentos relativos à defesa do aquartelamento, no quadro da missão da SU. - Demonstrar a aplicação dos procedimentos previstos no RISG, NGA/ OM e nas Normas de Engajamento, no caso de acionamento do Plano de Chamada e o PDA. - Comparecer ao aquartelamento, dentro do tempo previsto, quando acionado o Plano de Chamada. - Operar os meios de comunicações utilizados no PDA.	1. Plano de Defesa do Aquartelamento: a. missão e atribuições da SU e fração; b. missões e atribuições do soldado da guarda do quartel e da SU; c. pontos sensíveis da OM; e d. normas de procedimentos. 2. Situações extraordinárias: a.identificação das situações extraordinárias da tropa e dos procedimentos respectivos; b. plano de chamada; c. sinais de reunião ou alarme; e d. conduta do soldado para armar-se ou equipar-se.

9. EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	TEMPO ESTIMADO: 8 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-101 (AC)	Identificar os Símbolos Nacionais e seus significados.	Serão apresentados os Símbolos Nacionais e formuladas perguntas aos Soldados.	O militar deverá identificar e saber o significado dos símbolos apresentados.	- Definir Pátria. - Identificar as Instituições Nacionais e o Exército Brasileiro em seu contexto. - Conhecer os Símbolos Nacionais, com ênfase para o Hino e a Bandeira.	1. Pátria, Instituições e tradições nacionais: a. conceitos; e b. principais fatos históricos relacionados. 2. Símbolos Nacionais a. significado; e b. Importância para o cultivo do patriotismo.
B-102 (AC)	Citar os principais dados biográficos do Patrono do Exército e da Arma (Quadro/ Serviço).	Apresentado um resumo dos dados do Duque de Caxias e do (s) Patrono (s) ligado (s) à(s) OM, serão formuladas perguntas aos Soldados.	O militar deverá responder acertadamente à maior parte das perguntas.	- Citar o nome do Patrono do Exército e dos Patronos ligados à OM. - Demonstrar as razões para a escolha desses Oficiais como Patronos.	3. Patrono do Exército e da Arma/ Quadro/ Serviço: a. nome e títulos; e b. principais dados biográficos.
B-103 (AC) (FC)	Identificar a atuação do EB na formação da nacionalidade e nos fatos marcantes da vida brasileira.	Apresentada a atuação do Exército Brasileiro na formação da nacionalidade e nos fatos marcantes da vida brasileira.	O militar deverá responder, corretamente, à maior parte das perguntas.	- A formação do Exército Brasileiro. - Atuação do Exército em fatos marcantes da vida brasileira: 1. Guararapes. 2. Independência. 3. Proclamação da República. 4. Guerras externas e internas 5. Intentona Comunista. 6. 2a Guerra Mundial. 7.Contra-revolução de março de 1964. 8. Contraguerrilha urbana e rural. 9. História do Exército Brasileiro. 10. Participação em Operações de Manutenção da Paz, sob a égide da ONU e de outros organismos internacionais: 11. FAIBRAS, SUEZ, COBRAMOZ, MOMEP, UNTAET, MINUSTAH e outras.	4. O Exército e a Nação Brasileira.

9. EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	TEMPO ESTIMADO: 8h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-104 (AC)	Descrever as características da sociedade brasileira.	Apresentado as características da sociedade brasileira	O militar deverá saber descrever as características da sociedade brasileira com ênfase na multiplicidade racial, ao predomínio da lei, ao respeito à vida, à busca da integração nacional e do aprimoramento da democracia.	- Citar os componentes étnicos da sociedade brasileira. - Citar os tipos de instituições existentes na sociedade brasileira, exemplificando em termos locais. - Citar a(s) atividade(s) econômica(s) predominante(s) na respectiva região.	5. Formação da nacionalidade brasileira: 6. Os tipos de instituições nacionais: - Família; - Escola; - Igreja(s); e - Forças Armadas. 7. Ocupação do território brasileiro. Evolução econômica do País, com ênfase para a respectiva região.
B-105 (AC)	Identificar os princípios fundamentais da Constituição Federal (CF).	A descrição deve ser feita na seqüência ou ao final da instrução sobre o assunto.	A identificação deve conter as idéias constantes do Art 1º / CF e a destinação constitucional das Forças Armadas.	- Citar os fundamentos do Brasil como Estado democrático de direito. - Citar os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. - Citar a destinação constitucional do EB.	8. Título I e Cap II do Título V da Constituição Federal.
B-106 (AC)	Cantar as canções militares.	O canto deverá ser realizado, quando possível, com auxílio de regente e com música.	O militar deverá cantar corretamente as canções militares	- Identificar as principais canções militares. - Cantar corretamente as canções militares.	11. Canto de Canção.

10. FARDAMENTO	TEMPO ESTIMADO 2 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO			
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO
B-101 (OP) (CH)	Identificar o uso correto do fardamento	Apresentado todos os uniformes previstos para o Soldado	O militar deverá saber utilizar corretamente todas as peças dos uniformes.

ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
- Identificar a composição dos uniformes do Soldado. - Descrever os cuidados para manter os uniformes em bom estado e com boa apresentação. - Participar de revistas de mostra de fardamento. - Demonstrar o uso correto do uniforme.	1. Peças componentes dos diversos uniformes do Soldado. 2. Dotação. 3. Tempo de duração previsto para cada peça. 4. Cuidados para melhor conservação. 5. Limpeza. 6. Uso correto dos uniformes. 7. Adaptação aos calçados, em especial ao coturno. 8. Importância da boa apresentação para o militar e para o Exército. 9. Importância da arrumação do armário na boa apresentação do fardamento. 10. Revista de Mostra

11. FORTIFICAÇÃO	TEMPO ESTIMADO: 4 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B 101 (TE) (TA)	Construir um abrigo para dois homens.	A partir de dois setores de tiro definidos e nas seguintes condições: - trabalho executado de dia, por dois homens com a utilização do equipamento e do armamento individual como unidade de medida; - o local escolhido para abrigo deverá permitir a reunião do material necessário à preparação completa do mesmo (revestimento interno, camuflagem, preparação dos campos de tiro etc.) – deverá ser empregado o ferramental portátil.	A construção deverá estar concluída em 4 horas (o tempo poderá ser ajustado em função do solo e das condições climáticas e meteorológicas).	- Identificar, pelo nome, o ferramental portátil para o combate básico. - Descrever o emprego do ferramental. - Identificar os principais trabalhos realizados em fortificação de campanha. - Citar as principais características a que devem satisfazer as crateras e os acidentes naturais para que sejam aproveitados como abrigos sumários. - Citar as principais características a que devem satisfazer um abrigo individual. - Citar as principais características a que devem satisfazer um abrigo para dois homens. - Descrever os principais cuidados a serem observados na construção de um abrigo individual. - Descrever os principais cuidados a serem observados na construção de um abrigo para dois homens.	1. Ferramenta portátil para o combate básico: a. apresentação; .b. nomenclatura; c. característica do emprego; d. técnicas de emprego do seguinte ferramental: 1).alicate; 2) facão de mato; 3) machadinha; 4) pá; 5) picareta; 2.Fortificações de campanha: trabalho, valor, necessidade e prioridade. 3. Crateras e acidentes naturais: aproveitamento para abrigos sumários. 4. Abrigo individual e para dois homens.

12. HIERARQUIA E DISCIPLINA	TEMPO ESTIMADO: 4 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-101 (AC)	Executar os sinais de respeito e a continência individual.	Deverão ser apresentadas situações corriqueiras da vida no quartel, incluindo: - militar como condutor ou passageiro de viatura automóvel; - militar acompanhando superior hierárquico; -militar presenciando o hasteamento da Bandeira Nacional ou canto do Hino Nacional Brasileiro; - militar presenciando a rendição da parada diária; e - militar em situações diversas, durante o serviço de escala na SU e na guarda do quartel. O OII deverá ser cumprido até a 3ªsemana de Instrução.	O militar deverá proceder, corretamente, nas situações apresentadas.	- Identificar as diversas formas de manifestação dos sinais de respeito em situações diversas. - Demonstrar o tratamento correto entre militares das Forças Armadas e das Forças Auxiliares. - Descrever o significado e os procedimentos para a continência individual a pé firme e em deslocamento. - Executar a continência individual em diferentes situações. - Proceder à apresentação individual no interior da OM e fora da OM. - Proceder, corretamente, para retirar-se da presença de superior. - Demonstrar os sinais de respeito na vida diária da OM.	1. Sinais de respeito: a. precedência entre militares; b. tratamento com superiores e pares; c. atendimento a chamado de superior. 2. Continência individual. a. significado; b. direito à continência; c. elementos essenciais; e d. procedimento normal: 1) a pé firme e em deslocamento. 2) armado e desarmado. 3) à Bandeira e ao Hino Nacionais 4) ao Cmt OM. 5) à tropa. 6) à Sentinela. e. Procedimento em situações diversas: 5) em trajes civis 6) no meio civil. 3. Apresentação individual. 4. Cumprimento de ordens.
B-102 (AC) (OP)	Identificar os distintivos correspondentes aos postos e graduações das Forças Armadas.	Serão apresentados os distintivos em uso nas Forças Armadas, com ênfase para os de uso corrente na OM e na guarnição.	O militar deverá identificar, corretamente, os distintivos apresentados.	- os distintivos dos postos e graduações das Forças Armadas. - os distintivos de cursos e estágios em uso no Exército.	5. Postos e graduações das Forças Armadas.

13. HIGIENE E PRIMEIROS SOCORROS EM COMBATE			
TEMPO ESTIMADO: 10 h			

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO			
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO
B-101 (CH)	Manter o asseio corporal, a higiene oral e a profilaxia sexual.	Apresentado as principais medidas profiláticas.	Identificar as medidas para o asseio corporal a higiene oral e a profilaxia sexual.

ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
- Identificar as doenças sexualmente transmissíveis (DST). - Descrever os procedimentos para evitar as DST . - Praticar hábitos de higiene necessários à convivência social - uso e limpeza de instalações e áreas coletivas. - Demonstrar hábitos de higiene pessoal no quartel e em campanha.	1. Asseio corporal e higiene oral: a. Importância para a manutenção da saúde e para o convívio social; b.Principais doenças causadas pela falta de asseio corporal e da higiene oral; c. Banho, corte de unhas e cabelos; d. Higiene oral - uso da escova e do fio dental. Importância da visita periódica ao dentista; e e. Uso de uniformes e de roupas de cama limpos. 2. Higiene sexual a. DST - modos de transmissão; b. DST - tratamento e conseqüências; c. Profilaxia das DST; e d. Tratamento e conseqüências. 3. As drogas e sua influência para a saúde. 4. Doenças transmissíveis mais comuns: a. Modos de transmissão; b.Medidas preventivas mais eficazes; c. Tratamento e conseqüências;e d.Cuidados na ingestão de alimentos e de água. 5. Limpeza e higiene das áreas e instalações coletivas.

13. HIGIENE E PRIMEIROS SOCORROS EM COMBATE	TEMPO ESTIMADO: 10 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-101 (CH)	Manter o asseio corporal, a higiene oral e a profilaxia sexual. (continuação)	Apresentado as principais medidas profiláticas. (continuação)	Identificar as medidas para o asseio corporal a higiene oral e a profilaxia sexual. (continuação)		6. Utilização correta das instalações coletivas: a. Áreas de banho e instalações sanitárias. b. Cozinhas e refeitórios; c. Alojamentos; e d. Áreas de instrução.
B-102 (HT)	Realizar a análise primária de uma vitima aplicando técnicas de primeiros socorros adequada a: - fratura de membro; - hemorragia; - queimadura; - efeitos do frio e do calor. Transportar doentes e feridos.	Deverão ser simuladas situações que exijam a aplicação dessas técnicas.	O militar deverá demonstrar desempenho aceitável na prestação dos primeiros socorros.	- Compreender a importância de buscar-se auxílio médico imediato. - Demonstrar as técnicas de estancar a hemorragia, proteger o ferimento e prevenir o choque. - Demonstrar a utilização do curativo individual e do kit de 1º socorros. - Demonstrar as técnicas de imobilização de fraturas, inclusive com meios de fortuna. - Aplicar as medidas preventivas e de primeiros socorros aos militares afetados pelo frio ou pelo calor. - Realizar o transporte de feridos com meios convencionais e improvisados.	7. As três medidas salva-vidas: a. Estancar a hemorragia; b. Proteger o ferimento; e c. Prevenir o choque. 8. Curativo individual - artigos adicionais necessários. 9. Fraturas. 10. Acidentes produzidos pela exposição continuada ao calor e ao frio intensos (a ser ministrado em função das condições climáticas vividas pela OM). 11. Ferimentos e hemorragias.
B-103 (HT)	Socorrer vítimas de picadas	Deverão ser simuladas situações que exijam a aplicação dessas técnicas.	O militar deverá prestar os primeiros socorros de maneira adequada.	- Descrever os sintomas que ocorrem nos casos de acidentes causados por animais peçonhentos. - Demonstrar as técnicas de primeiros socorros a serem aplica das a cada caso.	13. Acidentes mais comuns causados por animais peçonhentos: a. Cobras; b. Aranhas, lacraias e escorpiões; e c. Abelhas e marimbondos.
B-104 (HT)	Socorrer vítimas de envenenamento.	Deverão ser simuladas situações que exijam a aplicação dessas técnicas.	O militar deverá prestar os primeiros socorros de maneira adequada.	- Descrever os sintomas que ocorrem nos casos de envenenamento. - Compreender a importância de buscar-se auxílio médico imediato. -Demonstrar as técnicas de primeiros socorros a serem aplicadas.	14. Envenenamento causado por ingestão acidental de substância tóxica ou alimento deteriorado - casos mais comuns. 15. Cuidados no manuseio e consumo de alimentos, particularmente enlatados e empacotados.

13. HIGIENE E PRIMEIROS SOCORROS EM COMBATE	TEMPO ESTIMADO: 10 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-105 (HT)	Socorrer vítimas de afogamento. (este OII poderá ser integrado com uma atividade de natação, auxiliado por militares do Corpo de Bombeiro)	Deverão ser simuladas situações que exijam a aplicação dessas técnicas.	O militar deverá realizar as medidas necessárias para socorrer a vítima.	- Descrever os riscos existentes durante o salvamento na água. - Compreender a importância de buscar-se auxílio médico imediato. - Demonstrar as técnicas de primeiros socorros a serem aplicadas em caso de afogamento. - Demonstrar as principais técnicas de reanimação.	16. Afogamento: a. Causas mais comuns de acidentes. b. Cuidados importantes a serem adotados na preparação do uniforme e do equipamento para a instrução em meio aquático; c. Cuidados a serem observados na execução do salvamento; e d. Técnicas de respiração artificial.
B-106 (OP)	Aplicar o curativo individual de primeiros socorros.	Apresentados um ferido simulado e o pacote de curativo individual.	O militar deverá: - abrir, adequadamente, o pacote de curativo; - não tocar nas partes esterilizadas; - aplicar a substância que acompanha o curativo individual; e - colocar o curativo sobre o ferimento e amarrá-lo.	- Identificar o pacote de curativo individual e as substâncias adicionais nele existentes. - Utilizar o pacote.	17. Materiais de primeiros socorros: a. Curativo individual; e b. Substâncias adicionais.
B-107 (OP)	Socorrer os feridos com queimaduras.	Em uma situação simulada, vítimas apresentam queimaduras em diferentes locais do corpo humano e de graus diversos.	O militar deverá: - realizar todas as operações, de acordo com as normas e as prescrições da técnica do curativo considerado; e - atender às características do local, do grau e da extensão da queimadura.	- Citar as medidas para tratar de queimados	18. Queimaduras.
B-108 (OP)	Socorrer vitimas com sintomas de hipotermia.	Em uma situação simulada, vítimas apresentam sintomas de hipotermia.	O militar deverá realizar todas as operações, de acordo com as normas e as prescrições de primeiros socorros.	Citar as medidas preventivas e de primeiros socorros dos acidentes causados pelo frio.	19. Efeitos do frio e calor

13. HIGIENE E PRIMEIROS SOCORROS EM COMBATE	TEMPO ESTIMADO: 10 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-109 (OI)	Socorrer vitimas com sintomas de insolação e intermação.	Em uma situação simulada, vítimas apresentam sintomas de insolação e intermação.	O militar deverá realizar todas as operações, de acordo com as normas e as prescrições de primeiros socorros.	- Citar as medidas preventivas e de primeiros socorros dos acidentes causados pelo sol e pelo calor.	19. Efeitos do frio e calor
B-110 (OP)	Socorrer vitimas com fratura.	Em uma situação simulada, um vítima apresenta uma fratura em local que exige a colocação de talas. São oferecidos aos militares os materiais necessários.	O militar deverá: - identificar o tipo do curativo adequado;e - realizar todas as operações, corretamente.	- Identificar os sinais objetivos de uma fratura, para possível imobilização e cuidados de primeiros socorros. - Identificar o material de imobilização de primeiros socorros. - Utilizar o material apresentado e outros meios de fortuna. - Descrever os processos de imobilização.	20. Fraturas: -sinais indicativos de fratura 21. Imobilizações a. Materiais de imobilização de primeiros socorros; meios de fortuna; e b. Processos de imobilização.
B-111 (OP)	Estancar vitima com hemorragia.	Em uma situação simulada, um vítima apresenta uma hemorragia externa perfeitamente, localizada. São fornecidos os materiais necessários ao socorro do vítima.	O militar deverá: - citar o nome do método indicado para o caso; - realizar as operações a serem desenvolvidas, de acordo com as normas e prescrições do método; e - observar, rigorosamente, as condições de assepsia.	- Enumerar as diferenças entre os tipos de hemorragias. - Descrever os métodos de estancamento de hemorragias. - Relacionar, a cada situação, um método de estancamento de hemorragia.	22. Hemorragias: a. Tipos de hemorragias; e b. Métodos de estancamento.
B- 112 (OP)	Socorrer vitima dos efeitos da altitude	Em uma situação simulada em que a vítima apresenta sintomas associados a altitude(anoxemia, efeitos do frio e outros)	O militar deverá identificar corretamente os sintomas e proceder ao socorro adequado.	- Identificar os sintomas de anoxemia (falta de oxigênio no sangue) - Identificar os efeitos do frio (queimaduras e hipotermia) - Outros	23. Efeitos da altitude: a. anoxemia; b. efeitos do frio (queimaduras); e c. outros

13. HIGIENE E PRIMEIROS SOCORROS EM COMBATE	TEMPO ESTIMADO: 10 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-113 (HT)	Construir uma instalação sanitária ou uma fossa de detritos.	Dados os materiais necessários e o local.	O militar deverá observar as dimensões adequadas a cada tipo de construção.	- Conceituar higiene. - Avaliar a importância da higiene para o bom funcionamento do corpo. - Enumerar as conseqüências da falta de higiene. - Citar os procedimentos adequados nas marchas e os estacionamentos. - Citar os tipos de instalações sanitárias de campanha. - Descrever a utilização das instalações sanitárias de campanha. - Descrever a técnica de fechar as instalações sanitárias de campanha. - Descrever as medidas para o cuidado com a degradação do Meio Ambiente.	24. Higiene militar: a. Higiene individual: 1) Definição; 2) Importância da higiene; 3) Doenças causadas pela falta de higiene; 4) Higiene das diversas partes do corpo: a) Mãos; b) Cabeça; c) Tronco; d) Pés; e) Partes ocultas. b. Higiene nas marchas e estacionamentos: - Procedimentos para as marchas e estacionamentos. c. Instalações sanitárias: 1) tipos; 2) utilização; 3) fechamento; e 4) cuidados com o meio ambiente

14. INTELIGÊNCIA E CONTRA-INTELIGÊNCIA	TEMPO ESTIMADO: 4 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B 101 (AC)	Identificar as atividade de Inteligência e Contra-Inteligência.	Apresentadas situações dentro e fora do quartel, em tempo de paz ou em campanha.	O militar deverá identificar os procedimentos a serem tomados para obter informes (Inteligência) e negar informação (Contra-Inteligência).	- Descrever a importância da Inteligência e Contra-Inteligência. - Descrever o processo de registro de informes. - Descrever os procedimentos em campanha para o exame do pessoal inimigo, repatriados, de civis, de documentos e de material. - Descrever as medidas de contra-inteligência	1. Importância da Inteligência e Contra-Inteligência em campanha e em tempo de paz. 2. Noções sobre a busca do conhecimento. 3. Informações: exame de pessoal, inimigo, repatriados, civil, documentos e material.

15. INSTRUÇÃO DE APRONTO OPERACIONAL	TEMPO ESTIMADO: 4 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-101 (TE)	Identificar as situações extraordinárias da tropa	Dadas as situações extraordinárias da tropa.	A identificações, verbal ou escrita, deve abordar a caracterização e peculariedade das situações extraordinárias da tropa, SAO e SOM.	- Citar as situações extraordinárias da tropa. - Caracterizar as situações extraordinárias da tropa. - Descrever os procedimentos dos militares quanto desencadeado as situações extraordinária da tropa, SAO e SOM.	1. Situações Extraordinária da Tropa: a. Sobreaviso; e b. Prontidão. 2. Situação de Apronto Operacional (SAO). 3. Situação de Ordem de Marcha (SOM).
B102 (TE)	Executar o aprestamento individual.	Após apresentado a organização dos fardos abertos, de combate e de bagagem será determinado o aprestamento individual.	O militar deverá acondicionar corretamente, com desembaraço e rapidez todo o material e suprimento individual em seus três fardos.	- Preparo do Fardo Aberto - Preparo do Fardo de Combate. - Preparo do Fardo de Bagagem. - Normas e peculiaridades constantes das NGA / GU e/ou U.	4. Aprestamento Individual: a. Fardo Aberto; b. Fardo de Combate; e c. Fardo de Bagagem. 5. Normas e procedimentos da GU e/ou U. 6. Aprestamento da SU: - Normas e procedimentos

16. JUSTIÇA E DISCIPLINA	TEMPO ESTIMADO: 4 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-101 (AC) (OP)	Citar as recompensas que faz jus o Soldado.	Deverão ser formuladas perguntas sobre situações retiradas dos BI e da vida diária da OM, podendo, também, ser explorados casos ocorridos em outras OM.	O militar deverá responder acertadamente a maior parte das perguntas.	- Compreender o significado e a importância da disciplina. - Demonstrar conhecer as recompensas a que faz jus o militar.	1. Recompensas. 2. Conceituação. 3. Tipos: a. Elogio e referência elogiosa; b. Dispensas do serviço; c. Dispensa da revista do recolher; d. Condecorações por serviços prestados em campanha; e. Condecorações por serviços prestados em tempo de paz; f. Diploma de Melhor Atirador Combatente, Combatente de Melhor Aptidão Física e Praça Mais Distinta; g. Diploma de Mérito; e h. Outros diplomas.
B-102 (AC) (OP)	Identificar as transgressões disciplinares e suas conseqüências no comportamento militar.	Deverão ser formuladas perguntas sobre situações retiradas dos BI e da vida diária da OM, podendo, também, ser explorados casos ocorridos em outras OM.	O militar deverá responder, corretamente, a maior parte das perguntas.	- Interpretar a transgressão como violação da disciplina. - Identificar as principais transgressões definidas no R4. - Descrever o significado da punição disciplinar. - Descrever as conseqüências das punições disciplinares. - Citar as causas e as conseqüências de mudanças de comportamento. - Demonstrar conhecer o significado do comportamento militar.	4. Transgressões disciplinares a. definição; b. classificação; c. causas de justificação, circunstâncias atenuantes e agravantes; e d. tipos mais comuns. 5. Penas disciplinares a. natureza e amplitude. b. gradação. c. execução. d.anulação, atenuação, relevação e agravação.

16. JUSTIÇA E DISCIPLINA	TEMPO ESTIMADO: 4 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO / ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO

	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-102 (AC) (OP) (continuação)	Identificar as transgressões disciplinares e suas conseqüências no comportamento militar. (Continuação)		O militar deverá responder, corretamente, a maior parte das perguntas.		6. Comportamento: a. classificação; b. mudança de comportamento; e c. conseqüências para a vida militar e civil. 1) engajamento e reengajamento; 2) promoção a Cabo; 3) matrícula no CFST e concurso para escolas militares e órgãos públicos civis; e 4) licenciamento a bem da disciplina.
B-103 (AC)	Identificar os crimes militares e suas conseqüências	Deverão ser descritas situações que configurem crimes militares, crimes civis e transgressões disciplinares e formuladas perguntas aos Soldados.	O militar deverá responder,corretamente, a maior parte das perguntas.	- Distinguir crime militar de transgressão disciplinar: - Identificar as conseqüências do crime militar.	7. Crimes militares: a. conceito; b. insubordinação; c. deserção; d. penas em tempo de paz e de guerra;e e. julgamento nas Auditorias Militares.
B-104 (AC)	Descrever o papel da Polícia do Exército (ou dos elementos que eventualmente realizam suas tarefas na guarnição).	Deverão ser apresentadas situações que caracterizem o emprego da PE, em face da ocorrência dos problemas mais comuns e formuladas perguntas aos Soldados.	O militar deverá responder,corretamente, a maior parte das perguntas.	- Descrever as principais atribuições da Polícia do Exército. - Identificar os elementos com atribuições de Polícia do Exército na guarnição.	8. Polícia do Exército: a. atribuições; b. respeito e acatamento à sua ação; c. missões mais comuns; e d.direitos e deveres do preso.

17. LUTAS	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 6 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B- 101 (CF)	Desenvolver a capacida-de de executar os movi-mentos em uma sessão de lutas	As condições são as previstas no C 20-50. Todas as atividades deverão ser precedidas de demonstração e reali-zadas de forma gradual. (este OII poderá ser com-plementada na Matéria TFM)	O militar deverá realizar corretamente os movimen-tos descritos no C 20-50	De acordo com o C 20-50 e PIM.	1. A Sessão de Lutas: a. aquecimento; b. trabalho principal; e c. volta à calma.

18. MARCHAS E ESTACIONAMENTOS	TEMPO ESTIMADO: 10 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO / **ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO**

	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-101 (AC)	Identificar				
B-102 (OP)	Realizar a 1ª marcha a pé.	Realizar a marcha diurna de 8 Km ou 2 horas. Uniforme de campanha sem capacete. Equipamento aliviado.	O militar deverá executar, corretamente, os procedimentos de marcha e chegar em boas condições físicas e com o equipamento bem ajustado. Deverá demonstrar cuidado com seu armamento durante a marcha e no alto-horário.	- Identificar o equipamento e o material individual de campanha. - Executar o aprestamento individual. - Ajustar e utilizar o equipamento. - Descrever os procedimentos e as técnicas de execução das marchas a pé. - Descrever os cuidados com o Meio Ambiente. - Demonstrar os cuidados a serem tomados com os pés.	1. Equipamento de campanha individual: a. nomenclatura dos componentes; b. cuidados na utilização, no uso e na guarda do material; e c. arrumação da mochila e ajuste do equipamento. Equipar e desequipar. 2. Cuidados com o meio ambiente 3. Generalidades das marchas a pé 4. Cuidados com os pés antes, durante e após a marcha.
B-103 (OP)	Realizar a 2ª marcha a pé.	Realizar a marcha diurna de 12 Km- ou 3 horas. Deverá percorrer a marcha através de terreno variado. Uniforme de campanha, com capacete, e Equipamento completo.	O militar deverá chegar em boas condições físicas, dentro do dispositivo de marcha e com armamento e equipamento em boas condições.		

18. MARCHAS E ESTACIONAMENTOS	TEMPO ESTIMADO: 12 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-104 (OP)	Participar da organização de um bivaque de subunidade.	O bivaque deverá ser organizado em local com cobertura vegetal, dentro do possível, preferencialmente, na área de instrução da OM. O bivaque poderá ser montado individualmente, por duplas ou por grupo. .	O militar deverá preparar adequadamente seu pernoite, de modo a obter relativo conforto, em face das condições climáticas esperadas, bem como de modo a proteger seu armamento e equipamento. O militar deverá, ainda, realizar a manutenção de seu equipamento e armamento.	- Aplicar os princípios de camuflagem. - Respeitar a disciplina de luzes e de ruídos. - Aplicar as medidas de segurança local. - Aplicar as medidas de higiene em campanha. Ocultar vestígios e detritos. - Preservar ao máximo o meio ambiente da área de bivaque.	4. Estacionamento: a. bivaque, acampamento e acantonamento; b. conceito e finalidades; c. instalações existentes. Utilização e cuidados; d. procedimentos nas diversas áreas; e e. preservação ambiental da área de bivaque.
B 105 (OP)	Participar da organização de um acampamento de subunidade.	O acampamento deverá ser organizado em local adequado, preferencialmente, na área de instrução da OM. Deverão ser montadas as instalações necessárias para uma permanência de cinco jornadas no campo.	O militar deverá realizar,corretamente, suas tarefas individuais e participar das tarefas coletivas, inclusive montagem de barracas, toldos e instalações sanitárias, de saúde e de cozinha. O militar deverá realizar a manutenção de seu equipamento e armamento.	- Identificar o material de acampamento da SU. - Participar da organização das instalações da SU e das barracas de alojamento. - Aplicar os princípios de camuflagem. - Respeitar a disciplina de luzes e de ruídos. - Aplicar as medidas de segurança local. - Aplicar as medidas de higiene em campanha. - Ocultar vestígios e detritos. - Preservar ao máximo o meio ambiente na área de acampamento.	5. Acampament: a. montagem de barracas, toldos e demais instalações coletivas; b. regras para a localização das diversas instalações; e c. preservação Ambiental da Área de Acampamento.

19. ORDEM UNIDA	TEMPO ESTIMADO: 24 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-101 (OU)	Executar os movimentos de ordem unida sem arma.	Através de demonstração, os militares devem adquirir, paulatinamente, a postura e o entusiasmo.	O militar deverá executar os movimentos com entusiasmo e presteza.	1. Executar movimentos de ordem unida: - entrar e sair de forma; - cobrir e alinhar; - movimentos a pé firme; - deslocamento em passo sem cadência; e - deslocamento em passo ordinário. 2. Executar movimentos de ordem unida no conjunto da fração, mediante comandos à voz e à corneta: - a pé firme; - deslocamentos em passo sem cadência, ordinário e acelerado; - olhar à direita (esquerda) a pé firme e em movimento; - voltas a pé firme e em movimento; e - apresentar - armas e descansar - armas. 3. Demonstrar os movimentos de ordem unida sem arma no conjunto da subunidade.	1. Ordem unida sem arma: a. a pé firme; e b. em passo ordinário.

19. ORDEM UNIDA	TEMPO ESTIMADO: 24 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-102 (OU)	Executar os movimentos de ordem unida com arma.	Através de demonstração, os militares devem adquirir, paulatinamente, a postura e o entusiasmo.	O militar deverá executar os movimentos com entusiasmo e presteza.	- Executar movimentos com arma, a pé firme e em movimento. - Executar movimentos de ordem unida no conjunto da fração, mediante comandos à voz e à corneta/ clarim; - a pé firme; - deslocamentos em passo sem cadência, ordinário e acelerado; - olhar à direita (esquerda) a pé firme e em movimento; - voltas a pé firme e em movimento; - armar e desarmar baioneta. - Executar movimentos de ordem unida para participar da parada diária, guarda do quartel e formaturas especiais. - Desmontagem e Montagem do Armamento para inspeção. - Demonstrar os movimentos de ordem unida no conjunto da subunidade, mediante comandos a voz e a corneta.	2. Ordem unida com arma; a. a pé firme; e b. em passo ordinário.

20. OBSERVAÇÃO E ORIENTAÇÃO	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 16 h NOTURNO: 8 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-101 (HT) (TE)	Identificar acidentes do terreno.	Deverá ser ocupado um PO em que possam ser identificados os principais acidentes do terreno. Durante o percurso serão feitas 5 (cinco) perguntas (nomeando ou apontando o acidente).	O militar deverá acertar 80% das perguntas.	Empregar, corretamente, a nomenclatura militar para a designação de acidentes do ter- reno. - Identificar o valor militar de um acidente do terreno. - Interpretar indícios - confeccionar esboços	1. Utilização do terreno: a. conhecimento e nomen-clatura; b. valor militar dos aciden-tes; e c. interpretação de indí-cios
B-102 (HT) (TE)	Avaliar pequenas e mé-dias distâncias.	Em um observatório com boa visibilidade, num setor com cerca de 90º (noventa graus). Os pon-tos para avaliação de distância deverão ser assinalados por bandeiro-las brancas (acenadas no momento da avaliação).	O militar deverá avaliar cada distância com erro inferior a 10%.	Avaliar distâncias	2. Avaliação de distâncias.
B-103 (HT) (TE)	Descobrir e designar objetivos e alvos	Num setor de 45º, dentro da faixa de 400 a 1000 metros, definida por ban-deirolas brancas, com boa visibilidade, serão instaladas 3(três) armas automáticas em distân-cias diferentes. Cada arma realizará uma serie de disparos.	O militar deverá descobrir e designar sucessiva-mente as três armas au-tomáticas.	Descrever o processo direto de designação de objetivos e al-vos. - Aplicar o processo direto de designação de objetivos e al-vos. - Descrever o processo de leitu-ra de faixas do terreno para designar objetivos e alvos. - Aplicar o processo de leitura de faixas do terreno para desig-nar objetivos e alvos. - Descrever o processo indireto para a designação de objetivos e alvos. - Aplicar o processo indireto para designação de objetivos e alvos. - Demonstrar habilidade na descoberta e designação de objetivos e alvos.	Descoberta e designação de alvos e objetivos.

20. OBSERVAÇÃO E ORIENTAÇÃO			
(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO			
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO
B-104 (HT) (TE)	Executar um circuito básico de orientação diurna.	De dia, se possível em terreno variado (movimentado, matoso) o militar, compondo uma equipe de orientação, receberá a missão de percorrer um circuito de orientação balizado por placas. O circuito deverá ter de três a quatro placas, cada uma distante de 150 a 250 metros, em função das dificuldades oferecidas pelo terreno e pela vegetação. Ao chegar a cada placa, a equipe deverá realizar rodízio, de modo que o militar passe por todas as funções na equipe de orientação. Esta pista deverá ser precedida da aferição do passo e da realização de pista-escola individual, preferencialmente, na área do aquartelamento, para o militar praticar com a bússola. Deverá ser observada as técnicas para confecção de pistas de orientação.	O militar deverá realizar corretamente a pista-escola individual, repetindo-a, se necessário, até assimilar o uso adequado da bússola. O militar deverá realizar, corretamente, a pista de orientação dentro do tempo estipulado, repetindo-a, se necessário.

TEMPO ESTIMADO DIURNO: 16 h NOTURNO: 8 h	
ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
- Descrever os processos de orientação em campanha. - Identificar os pontos cardeais e colaterais. - Aferir o passo (simples ou duplo). - Descrever e empregar a técnica de navegação em campanha com auxílio da bússola. - Descrever as funções na equipe de navegação - homem-passo, homem-bússola e homem-ponto. - Demonstrar a técnica de navegação em campanha sem auxílio da bússola: azimute de “fuga”, rumo e objetivo em larga frente. - Comparar a carta ou o esboço com o terreno.	1. Orientação em campanha: a. pontos cardeais e colaterais; b. bússola; e c. orientação diurna.

20. OBSERVAÇÃO E ORIENTAÇÃO	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 16 h NOTURNO: 8 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-105 (HT) (TE)	Executar um circuito básico de orientação noturna.	À noite, em terreno variado, o militar, compondo uma equipe de orientação, receberá a missão de percorrer um circuito de orientação balizado por placas, montado de modo semelhante ao percurso diurno. Ao chegar a cada placa, a equipe deverá realizar rodízio, de modo que o militar passe por todas as funções na equipe de orientação. Esta pista deverá ser precedida da realização de pista-escola noturna.	O militar deverá realizar, corretamente, a pista de orientação dentro do tempo estipulado, repetindo-a, se necessário.	- Descrever e empregar a técnica de navegação noturna em campanha com auxílio da bússola. Funções na equipe de navegação - homem- passo, homem-bússola e homem- ponto. - Demonstrar a técnica de navegação em campanha à noite, sem o auxílio da bússola: identificação dos pontos cardeais por meios expeditos; - comparação da carta ou esboço com o terreno. - Realizar um circuito de orientação à noite, com auxílio da bússola.	d. Orientação noturna.

20. OBSERVAÇÃO E ORIENTAÇÃO	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 16 h NOTURNO: 8 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-106 (HT) (TE)	Executar um percurso de orientação diurna.	De dia, em terreno variado, uma equipe de orientação composta por três a quatro militares, utilizando a bússola e um esboço do terreno (ou uma carta), receberá a missão de deslocar-se de um ponto inicial para um ponto de destino, devendo cobrir alguns pontos intermediários, orientando-se ora pela bússola, ora pela comparação do esboço com o terreno. O percurso deve ter, aproximadamente, de 3 a 4 Km de extensão e, dentro do possível, cruzar áreas de vegetação de maior porte, áreas edificadas e terreno movimentado, ora permitindo o deslocamento por estradas e trilhas, ora exigindo o deslocamento através do campo. Nos pontos a serem cobertos, poderá ser utilizada a identificação das equipes com o uso de senha e contra-senha. Este OII deverá ser cumprido durante o 1° acampamento e precedido de instrução teórica na unidade. Deverá ser observada as técnicas para confecção de pistas de orientação.	O militar deverá realizar, corretamente, o percurso de orientação, dentro do tempo estipulado.		e. Orientação diurna: comparação carta-terreno.

20. OBSERVAÇÃO E ORIENTAÇÃO	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 16 h NOTURNO: 8 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-107 (HT) (TE)	Executar um percurso de orientação noturna	Semelhante à pista diurna. O percurso deve ter, aproximadamente, de 1,5 a 2 Km de extensão e ser similar ao diurno (carta – terreno). Nos pontos a serem cobertos, poderá ser utilizada a identificação das equipes com o uso de senha e contra-senha. Este OII deverá ser cumprido durante o 1° acampamento e precedido de instrução teórica na unidade.	O militar deverá realizar, corretamente, o percurso de orientação, dentro do tempo estipulado.		f. Orientação noturna: comparação carta-terreno.
B-108 (TA)	Observar um setor, no período diurno.	De DIA, a olho nu, em boas condições de visibilidade a 1.200 m, com um setor balizado por duas direções limites (nítidas); dez incidentes, representando diversas atividades inimigas, com diferentes graus de dificuldade, entre os 300 e 800 m.	O militar deverá identificar, corretamente, pelo menos sete incidentes.	Descrever a técnica de observação diurna: - descrever as condições de escolha de um ponto de observação ou de vigilância (campos de vista, proteção, ocultamento); - identificar o setor de vigilância (limites, pontos ou linhas a vigiar, faixas de observação); - identificar os indícios da presença e da atividade inimiga. Aplicar a técnica de observar o setor de vigilância: - aplicar os procedimentos do vigia; - transmitir informes (cadernetas de mensagens). Aplicar as técnicas de observação diurna de uma área edificada. Demonstrar o desempenho individual estabelecido no OII (Verificação).	2. Observação: a. condições de uma posição de observação; b. escolha e ocupação; c. setor de observação; d. pontos importantes a vigiar; e. indícios da presença e observação inimiga; f. observação em áreas edificadas; e g. precaução para evitar as vistas do inimigo.

20. OBSERVAÇÃO E ORIENTAÇÃO	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 16 h NOTURNO:8 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-109 (TA)	Observar um setor, no período noturno.	De NOITE, com aproveitamento integral de um período de escuridão de 2 horas, são apresentados incidentes audiovisuais, representando atividades do inimigo, ou sua presença, entre 300 e 800 metros. O setor será observado, imediatamente, antes do escurecer e, posteriormente, após o alvorecer. Poderão ser empregados equipamentos de visão noturna.	O militar deverá identificar 50% dos incidentes ocorridos.	Descrever as técnicas de observação e de vigilância noturnas: - descrever as condições de escolha de um ponto de observação ou de vigilância; - identificar um setor de vigilância (limites, pontos ou linhas a vigiar); - identificar indícios auditivos e visuais da presença e atividade inimigas; - utilizar a audição na vigilância. Empregar as técnicas de observação e de vigilância noturnas: - identificar indícios de presença e atividades inimigas; - identificar as modificações físicas do setor ocorridas durante a noite (comparar a situação antes e depois). - utilizar o OVN para observar o setor	3. Escuta e observação à noite: a. educação da vista e do ouvido; b. Indícios da presença e da aproximação do inimigo; e c. uso do OVN.
B-110 (HT)	Determinar o azimute magnético da direção.	No terreno, dadas uma direção e uma bússola.	O azimute determinado pelo militar deve estar correto.	- Identificar direções na carta e no terreno. - Distinguir Norte Verdadeiro, Norte Magnético e Norte de Quadrícula.	4. Azimutes e Lançamento. a. direções-base 1) Norte Verdadeiro; 2) Norte Magnético; 3) Norte de Quadrícula. b. declinação magnética.

21. PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 4 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO			
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO
B-101 (HT) (OP)	Identificar as ações previstas no Plano de Prevenção e Combate a Incêndio da OM.	Simulado um incêndio na área da OM, com a queima de materiais inservíveis (pneus, madeira e outros materiais), o militar deverá agir de modo adequado. É conveniente obter a cooperação do Corpo de Bombeiros local, para demonstração de prevenção e combate a incêndio. Deverá ser realizada até a 4ª SI. A Direção de Instrução deverá tomar as precauções adequadas com a segurança.	O militar deverá agir com presteza, avaliando a situação, dando o alarme e iniciando o combate ao fogo, dentro das suas possibilidades.

ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
- Identificar as principais causas de incêndios. - Descrever as principais medidas preventivas. - Descrever os procedimentos em caso de incêndio e de acionamento do alarme. - Descrever o emprego dos diversos agentes extintores existentes na OM. - Identificar a localização dos meios extintores de incêndio e de alarme em sua SU e nas instalações coletivas da OM. - Citar a composição, as atribuições e os procedimentos corretos da turma de combate a incêndio. - Descrever os procedimentos em caso de incêndio no aquartelamento e durante o serviço em campanha. - Descrever os cuidados a serem observados quando do manuseio de materiais inflamáveis, equipamentos elétricos e nos trabalhos em depósitos de material e paióis. - Descrever as medidas de primeiros socorros em caso de queimaduras ou de intoxicação pela fumaça.	1. Incêndio: a. generalidades; b. causas; e c. tipos de incêndio. 2. Extinção de incêndios: a. processos. b. agentes extintores. 3. TCI - Turma de Combate a Incêndio. 4. Exemplos de casos reais de incêndios em diferentes ambientes e com diferentes materiais. 5. Medidas a serem tomadas para prevenir incêndios. 6. PPCI - Plano de Prevenção e Combate a Incêndio.

22. SERVIÇOS INTERNOS E EXTERNOS				TEMPO ESTIMADO: 6 h	
(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-101 (OP)	Conhecer o serviço de guarda da subunidade	Dentro das atividades do militar na SU. O militar deverá ficar em condições de participar da escala a partir da 2ª SI.	O militar deverá conhecer as normas gerais e particulares em vigor.	- Identificar os diversos tipos de serviço de escala a que concorre o militar na SU. - Identificar o modo de tomada de conhecimento da escala de serviço. - Descrever a preparação para o serviço e os procedimentos a serem adotados antes e durante a parada diária. - Demonstrar os deveres, atribuições e responsabilidades do militar de serviço.	1. Serviço de guarda da subunidade: a. constituição da guarda; b. deveres e responsabilidades; c. normas regulamentares, gerais e particulares do serviço; d. procedimentos em situações diversas; e e. assunção e passagem do serviço.
B-102 (OP)	Conhecer o serviço de guarda do quartel.	O militar deverá ficar em condições de participar dessa escala a partir do fim da 1ª Subfase da IIB; não sendo possível, somente a partir da 5ª SI, inclusive.	O militar deverá conhecer as normas gerais e particulares em vigor.	- Identificar os diversos tipos de serviço de escala a que concorre o militar no âmbito extra - SU. - Descrever a preparação para o serviço e os procedimentos a serem adotados antes e durante a parada diária. - Citar os deveres, atribuições e responsabilidades do militar de serviço. - Demonstrar a conduta a adotar quando da rendição dos postos, da situação de ameaça ao serviço e do acionamento do alarme. - Saber executar as Normas de Engajamento do PDA	2. Serviço de guarda do quartel: a. constituição da guarda; b. deveres e responsabilidades; c. normas regulamentares, gerais e particulares do serviço; d. procedimentos em situações diversas; e. assunção e passagem do serviço; f. procedimento do militar em contato com pessoal civil; g. utilização dos meios de comunicações da guarda do quartel; h. conduta em caso de acionamento do alarme. i. cuidados da sentinela para evitar a abordagem do posto; j. conduta da sentinela em caso de ameaça ou de tentativa de agressão; k. ações em defesa de sua integridade física, de seu armamento e do serviço; l. normas de engajamento do PDA; e m. conduta da identificação e revista de militar ou civil que adentra a OM.

23. TÉCNICAS ESPECIAIS	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 28 h NOTURNO: 4h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-101 (TE) (FC)	Percorrer um circuito de pista de obstáculos.	A pista deve compreender um circuito em terreno variado, dentro do possível com vegetação de porte diverso e pequeno obstáculo aquático. O percurso deverá ter da ordem de 1500 metros de extensão. Haverá uma demonstração, seguida da realização da pista pelos militares, inicialmente desequipados e finalmente com equipamento aliviado e com armamento tipo "pau- de-fogo".	O militar deverá percorrer a pista, ultrapassando os obstáculos em segurança e empregando a técnica correta, dentro do menor tempo possível.	- Identificar as técnicas de transposição de obstáculos horizontais e verticais com e sem auxílio de cordas. - Participar de uma pista-escola de transposição de obstáculo, para que possa aprender efetivamente as técnicas preconizadas. - Demonstrar e aplicar as técnicas de transposição de obstáculos com rapidez e segurança. - Confeccionar diversos tipos de nó. - Demonstrar a preparação de assentos com cordas.	1. Cordas e Nós: a. tipos de corda; b. cabo solteiro; c. confecção de nós; d. preparação de assentos; e e. cuidados a serem observados no manuseio de cordas. 2. Transposição de obstáculos horizontais e verticais com e sem auxílio de cordas: a. preguiça; b. comando "crawl" simples e duplo; c. falsa baiana; d. ponte de três cordas.; e. cabo submerso; f. rapel com freio e mosquetão e em "S"; g. cabo aéreo ou deslize; h. rastejo; i. fateixa e corda fradeada; j. obstáculos verticais e horizontais com troncos: ponte de troncos ou de tábuas, trave de equilíbrio, muro de assalto, chicana, bandeira, piano, máximo e mínimo, passeio do macaco, passeio do Tarzan, quebra-peito, pinguela e outros; l. túnel. m. Outras técnicas de ultrapassagem adaptadas ao ambiente; e n. Cuidados para prevenir acidentes

23. TÉCNICAS ESPECIAIS	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 28 h NOTURNO: 4h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-102 (TE)	Realizar a transposição de um curso d'água.	O Instrutor deverá preparar, ao longo de um curso d'agua ou lago, locais para a travessia. Em cada um dos locais a transposição será feita por um dos seguintes métodos: - utilização de blusa de instrução; - utilização de calça de Instrução; - emprego de saco VO; - empregando cabo submerso; - empregando a mochila; - emprego da "pelota"; - emprego de "espinha de peixe"; e - outros meios improvisados. Deverão ser cumpridas rigorosamente, as Normas Gerais de Ssegurança.	O militar deverá realizar pelo menos uma travessia em cada local.	- Identificar as técnicas de transposição de curso d'agua. - Demonstrar e aplicar as técnicas de transposição de curso d'água com rapidez e segurança.	3. Transposição de curso d'água: a. técnicas com material militar; e b. emprego de meios de fortuna.

23. TÉCNICAS ESPECIAIS	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 28 h NOTURNO: 4h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO			
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO
B 103 (TE)	Identificar as técnicas de reconhecimento, manuseio e captura de animais peçonhentos.	Deverá ser apresentado ao militar animais peçonhento, ou não peçonhentos. (este OII poderá ser cumprido juntamente com a matéria Higiene e Primeiros Socorros em Combate)	O militar deverá diferenciar o animais peçonhentos dos não peçonhentos e realizar as técnica corretas para a captura e manuseio.
B 104 (TE)	Identificar as regras de sobrevivência.	O instrutor deverá apresentar as regras de sobrevivência	O militar deverá conhecer as regras e seu significado.
B 105 (TE)	Identificar as espécies vegetais e animais comestíveis mais comuns.	Em uma pista no interior da selva, mata ou floresta, dispostos espécimes vegetais e animais, feitas 5 (cinco) perguntas sobre a flora e 5 (cinco) sobre a fauna.	O militar deverá responder, corretamente, 80% das perguntas formuladas.
B 106 (TE)	Construir uma armadilha para caça ou pesca.	Com o material existente na área, construir um dos tipos de armadilhas descritos.	A armadilha deverá funcionar, quando acionada, de forma que evidencie a possibilidade de obtenção da caça ou pesca.

ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
- identificar os animais peçonhento - Descrever as formas de captura - identificar o tipo correto de soro a ser aplicado a cada situação	5. Identificar as técnica de trato com animais peçonhentos: a. reconhecimento; b.manuseio; e c.captura.
Enunciar as regras de sobrevivência.	5. Princípios de sobrevivência: - ESAON
- Identificar as espécies vegetais comestíveis mais comuns. - Identificar as espécies vegetais nocivas mais comuns. - Uso da peconha para obter alimentos - Identificar as espécies animais comestíveis mais comuns. - Identificar as espécies animais nocivas mais comuns Descrever as técnicas para o preparo dos alimentos	6-Obter alimentos: a. reconhecimento da flora; b. reconhecimento da fauna; e c. preparo de Alimentos.
- Identificar as principais armadilhas e suas partes componentes. - Enunciar as principais regras para escolha de local para colocação de armadilhas.	7. construir armadilhas: - para a caça e para a pesca

23. TÉCNICAS ESPECIAIS	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 28 h NOTURNO: 4h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B 107 (TE)	Preparar o material nativo para construção de abrigo.	Dado o material nativo para construção de um abrigo	O militar deverá preparar um abrigo de acordo com a técnica ensinada.	- Identificar os principais tipos de abrigo. - Identificar o material nativo para construção de abrigos. - Enunciar as normas para escolha de local e as técnicas de construção. - Descrever a preparação do material nativo para construção dos abrigos.	8. Construção de abrigos.
B 108 (TE)	Obter fogo e água	Dado material para a obtenção do fogo e da água	O militar deverá identificar e executar a técnica correta	- Descrever os processos de obtenção de água – Descrever os processos de obtenção e conservação do fogo. - Enunciar os cuidados e medidas de segurança.	9. Obtenção de água e fogo: a. processos de obtenção, conservação e purificação da água; b. processos de obtenção e conservação do fog; e c. cuidados e medidas de segurança.
B 109 (TE)	Sobreviver utilizando recursos locais. (apenas para as OM do CMA, CMO, CMNE e no 11º BI Mth)	Dado um área balizada que permita a execução da sobrevivência	O militar deverá sobreviver com os recursos locais e apresentar os elementos que caracterizem a sobrevivência (alimento, armadilhas, etc)	- Demonstrar as técnicas aprendidas relacionadas a sobrevivência	10. Técnicas de sobrevivência.
B 110 (TE)	Silenciamento de sentinela	Deverá ser apresentado ao militar o material necessário e uma sentinela simulada	O militar deverá aplicar corretamente a técnica de silenciamento	- identificar as técnicas de silenciamento de sentinela - Demonstrar as técnicas de silenciamento de sentinela	11 . Técnicas de silenciamento: a. esmagamento com capacete; b. estrangulamento; c. quebra de pescoço; e d. outros processos.

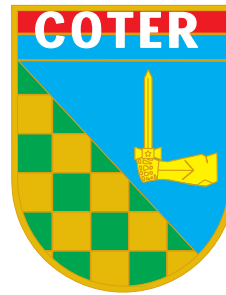
23. TÉCNICAS ESPECIAIS	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 28 h NOTURNO: 4h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO			
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO
B 111 (TE)	Tiro de Ação Reflexa Diurno	Plataforma: o militar colocado sobre uma plataforma deverá realizar os disparos conforme apareçam os alvos. De acordo com a disponibilidade de munição e área de instrução, poderá ser utilizado o FAC, Fz (Festim ou M1) ou arma de caça. Ou Trilha: num itinerário balizado e acompanhado por um instrutor, o militar irá percorrer um circuito no qual aparecerão alvos. De acordo com a disponibilidade de munição e área de instrução, poderá ser utilizado o FAC, Fz (festim ou M1) ou arma de caça.	O militar deverá executar o procedimento correto para o tiro.
B 111 (TE)	Tiro de Ação Reflexa Noturno	Plataforma: o militar colocado sobre uma plataforma deverá realizar os disparos conforme apareçam os alvos. De acordo com a disponibilidade de munição e área de instrução, poderá ser utilizado o FAC, Fz (festim ou M1) ou arma de caça	O militar deverá executar o procedimento correto para o tiro.

ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
- Identificar as características do tiro de Ação Reflexa (TAR). - Identificar as posições de tiro. - Utilizar as técnicas corretas de progressão. - Sanar incidentes de tiro com rapidez e segurança.	12. Tiro de Ação Reflexa diurna
- Identificar as características do tiro de Ação Reflexa (TAR). - Identificar as posições de tiro. - Utilizar as técnicas corretas de progressão. - Sanar incidentes de tiro com rapidez e segurança.	13. Tiro de Ação Reflexa noturna

24. TREINAMENTO FÍSICO MILITAR				TEMPO ESTIMADO: 62 h	
(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-101 (CF)	Participar do Treinamento Físico Militar.	As condições são as previstas no C 20-20. Todas as atividades deverão ser precedidas de demonstração e realizadas de forma gradual. As sessões iniciais deverão ser realizadas por grupamentos de instrução. Tão logo o militar atinja o nível dos militares do EP, o TFM deverá ser realizado por fração constituída. (SU/U)	O militar deverá atingir os índices que definem o Padrão Básico de Desempenho Físico (PBD).	De acordo com o C 20-20.	1. A Sessão de TFM. a. aquecimento; b. Trabalho principal: - Corrida contínua em forma e livre; - Ginástica básica; - Treinamento em circuito; - Grandes jogos; - Natação; e - Lutas. c. Volta à calma; e d. Controle fisiológico. 2. O Teste de Avaliação Física. 3. Exame médico - odontológico.

25. UTILIZAÇÃO DO TERRENO	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 8 h NOTURNO: 4 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMÉDIARIOS	ASSUNTOS
B-101 (TA) (TE)	Utilizar o terreno para progredir, no combate diurno.	Numa faixa de terreno variado, de cerca de 400 m de extensão, o militar deverá utilizar as diversas técnicas de progressão. Monitores orientarão as atividades dos militares, indicando a situação do inimigo (figurado ou não), o ponto do terreno a ser atingido e outros dados julgados necessários, observando a execução do exercício e corrigindo eventuais falhas. .	O militar deverá empregar, corretamente, as técnicas de progressão.	- Empregar as técnicas de progressão no combate diurno: deitar, levantar, marchar, correr, rastejar e engatinhar. - Empregar as técnicas de utilização de cobertas e de abrigos para observar, atirar, ocultar-se, abrigar-se e progredir. - Empregar as técnicas de utilização do terreno para progredir no combate diurno, sob vistas e fogos do inimigo. - Demonstrar as técnicas de utilização de cobertas e de abrigos para lançar granadas de mão.	1. Utilização de cobertas e abrigos: - aproveitamento do terreno para cobrir-se, abrigar-se, observar, atirar, lançar granadas e progredir.
B-102 (TA) (TE)	Utilizar o terreno para progredir, no combate noturno.	Numa faixa de terreno variado, de cerca de 150 a 200 m de extensão, o militar, compondo um grupo de 3 ou 4 executantes, deverá deslocar-se utilizando-se das diversas técnicas de progressão. No final do percurso deverão observar, com OVN (SFC), um setor de 60º e descrever duas atividades inimigas. Monitores orientarão as atividades dos militares, indicando a situação do inimigo (figurado ou não), o ponto do terreno a ser atingido e outros dados julgados necessários, observando a execução do exercício e corrigindo eventuais falhas. Obstáculos e dispositivos de alarme poderão ser utilizados, ao longo do percurso.	O militar deverá empregar, corretamente, as técnicas de progressão.	- Empregar as técnicas de progressão no combate noturno: deitar, levantar,marchar, rastejar e engatinhar. - Empregar os procedimentos adequados às situações comuns no combate noturno: transposição de obstáculos, corte de arame, conduta na presença de iluminativos, disciplina de luz e de silêncio, camuflagem individual, manutenção das direções e das ligações. - Demonstrar as técnicas de progressão no combate noturno. - Utilizar-se do OVN para observar um setor (caso a OM possua).	2. Progressão à noite: a. precauções para evitar ruídos; b. manutenção da direção e das ligações; e c. disciplina de luz.

2º SUBPERÍODO DA INSTRUÇÃO INDIVIDUAL BÁSICA

26. ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 14 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA E TEMPO ESTIMADO	CONDIÇÕES E VALORES MILITARES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
B-101 (HT)	Desenvolver, manter ou recuperar a habilidade de desmontar e montar o fuzil.	A tarefa será realizada, inicialmente, em ambientes bem iluminados, gradualmente passando a ambientes pouco iluminados, chegando à escuridão total. Ao final da subfase, o militar deverá realizar o OII com os olhos vendados.	O militar deverá: - realizar a desmontagem em um minuto. - identificar as peças principais do fuzil; - realizar a montagem em um minuto, deixando a arma em condições de funcionar; - manusear as peças com cuidado, para não danificar o armamento.	- Identificar os principais procedimentos de segurança no manuseio da arma. - Identificar as características básicas da arma. - Identificar, pelo nome, as partes e as peças principais da arma . - Desmontar e montar o fuzil em condições variadas de luminosidade. - Realizar a manutenção de 1o escalão do fuzil. - Demonstrar a capacidade de desmontar e montar o fuzil (1ºescalão).	1. Fuzil: a.apresentação características; b. nomenclatura aplicada; c. desmontagem e montagem de 1º escalão; d. manejo; e. funcionamento; e f. manutenção.
B-102 (HT)	TIA - Realizar os Tiros de Instrução Avançado da espingarda calibre 12	Deverá ser seguido o previsto nas IGTAEx	O Militar deverá aplicar as técnicas e procedimentos para a execução do tiro; - Obter os índices de suficiência previstos no Módulo Didático do TIB.	- Realizar a sessão do TIA. - Aplicar as normas de segurança do estande - Realizar a manutenção da espingarda calibre 12.	2. Espingarda calibre 12. - Tiro de Instrução Avançado (TIA)

26. ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 14 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO			
	TAREFA E TEMPO ESTIMADO	CONDIÇÕES E VALORES MILITARES	PADRÃO MÍNIMO
B-103 (HT)	Identificar os tipos de granada de mão .	Apresentado os tipos principais de Gr Ofensiva e Defensiva.	O militar deverá identificar a granada pelo seu tipo, pintura, marcação e acondicionamento, corretamente.
B- 104 (HT)	Identificar as diversas partes de uma granada de mão e de bocal.	Dada ao militar uma granada de Mão e de bocal.	O militar deverá identificar as partes de uma Gr de mão e de bocal.
B- 105 (HT)	IPT - Aplicar as técnicas e os procedimentos para a execução do lançamento da granada de mão	Deverão ser executadas a IPT e o TIP	Demonstrar o desempenho exigido no Teste de Instrução Preparatória (TIP).
B- 106 (HT)	TIB - executar o lançamento da granada de mão, conforme previsto nas IGTAEx	Executar os tiros previsto nas IGTAEx.	- Aplicar as técnicas e procedimentos para o lançamento da granada - Obter os índices de suficiência previstos no Módulo Didático do TIB, ficando em condições de empregar a granada
B- 107 (HT)	Identificar as diversas partes de uma granada de bocal.	Dada ao militar uma granada de bocal.	O militar deverá identificar as partes da granada de bocal.
B- 108 (HT)	Preparar o fuzil para o lançamento de granada de bocal.	Dados ao militar um fuzil, um cartucho de lançamento e uma granada de bocal de exercício.	O militar deverá deixar o fuzil em condições de ser empregado no lançamento da granada de bocal.

ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
Relacionar os diversos tipos de efeitos com os diversos tipos de granadas. - Descrever as operações para utilização correta do cartucho de lançamento. - Descrever as operações a serem realizadas antes da realização do tiro.	3. Granadas: a. tipos; b. cargas; c. componentes; d. características; e. manuseio; f. lançamento; e g. procedimento em caso de granadas falhadas.

26. ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 14 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA E TEMPO ESTIMADO	CONDIÇÕES E VALORES MILITARES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
B-105 (HT)	Identificar na alça o ponto no qual deva ser feita a pontaria.	Dados ao militar uma alça, uma distância e o tipo de granada.	De acordo com o tipo de granada, o militar deverá apontar na escala própria a distância dada.	- Manejar a granada. - Descrever a maneira correta de utilização da alça. - Identificar, na alça, o ponto no qual deva ser feita a pontaria. - Descrever as diversas posições de tiro - Descrever a aplicação da correção no tiro. - Enumerar as operações referentes à realização do tiro. - Executar o tiro.	4. Manejo da granada e do cartucho: a. posições de tiro; e b. técnica de tiro.
B-106 (HT)	Executar o lançamento da granada de bocal.	O instrutor deverá dispor, no terreno, alvos simulando viaturas nas distâncias de 100, 150 e 200 metros, após ter sido fornecida, ao militar do EP, munição para a realização de 3 tiros em cada alvo. Cada série de 3 (três) tiros será realizada em uma das posições: - em pé; - ajoelhado; - deitado. Para a primeira série de tiros o atirador procurará atingir o alvo situado a 100 metros. Para a segunda série de tiros o atirador procurará atingir o alvo situado a 150 metros. Para a terceira série, procurará atingir o alvo situado a 200 metros.	O militar deverá atingir cada alvo com pelo menos um tiro.		

27. LUTAS (COMBATE À BAIONETA)	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 16 h

	(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO			ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
B-101 (TE)	Para o combate à baioneta, entrar na posição de: "Em guarda" "Em guarda curta" "Em guarda alta".	O instrutor deverá organizar os militares em grupos, armados com fuzil e baioneta e dispostos em local amplo.	O militar deverá executar, corretamente, a entrada em posição.	Demonstrar as posições de "Em guarda", "Em guarda curta", e "Em guarda alta".	1. Princípios do combate à baioneta. 2. Posições adotadas no com bate à baioneta.
B-102 (TE)	Para o combate à baioneta, mudar de posição e de frente.		O militar deverá executar, corretamente, a mudança de posição e de frente	- Demonstrar os procedimentos realizados para mudar de posição.	3. Mudanças adotadas no combate à baioneta: a. mudança de posição; e b. mudança de frente.
B-103 (TE)	Realizar a pontada a fundo e o arrancamento.		O militar deverá executar, corretamente, a pontada a fundo e o arrancamento.	- Demonstrar as operações a serem realizadas durante a realização de pontada a fundo e para o arrancamento.	4. Pontada a fundo e arrancamento.
B-104 (TE)	Realizar a pontada curta e o arrancamento.		O militar deverá executar, corretamente, a pontada curta e o arrancamento.	- Demonstrar as operações a serem realizadas durante a pontada curta e arrancamento.	5. Pontada curta e arrancamento.
B-105 (TE)	Realizar batida (à direita ou à esquerda).		O militar deverá executar, corretamente, batida (à direita ou à esquerda).	- Citar as finalidades das batidas. - Demonstrar as operações a serem realizadas durante a batida.	6. Batidas à direita e à esquerda.
B-106 (TE)	Realizar pancada vertical com a coronha.		O militar deverá executar, corretamente, a pancada vertical com a coronha.	- Demonstrar as operações a serem realizadas para a pancada vertical.	7. Pancada vertical
B-107 (TE)	Realizar pancada com o coice.		O militar deverá executar, corretamente, a pancada com o coice.	- Demonstrar as operações a serem realizadas para a pancada com o coice.	8. Pancada com o coice.
B-108 (TE)	Realizar pancada horizontal		O militar deverá executar, corretamente, a pancada horizontal	- Demonstrar as operações a serem realizadas para a pancada horizontal.	9. Pancada horizontal.
B-109 (TE)	Realizar golpe cortante		O militar deverá executar, corretamente, o golpe cortante	- Demonstrar as operações a serem realizadas para o golpe cortante.	10. Golpe cortante.
B-110 (TE)	Realizar uma série com batida, pontada a fundo, pancada vertical com a coronha, com o coice e golpe cortante.		O militar deverá executar, corretamente, a série de movimentos prevista	- Demonstrar as operações para a realização de uma série com batida, pontada, pancada e golpe cortante.	11.Combinação da pontada, batida, pancada e golpe cortante.

28. DEFESA QUÍMICA, BIOLÓGICA E NUCLEAR

TEMPO ESTIMADO DIURNO: 10 h

	(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO		
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO
B-101 (AC)	Identificar os principais agentes químicos, biológicos e nucleares (QBN) e seus efeitos.	É apresentado ao militar uma relação contendo os agentes, suas principais características e seus efeitos.	O militar deverá identificar, acertando, pelo menos 80% dos agentes, com os respectivos efeitos.
B 102 (TE) (OP)	Utilizar corretamente a máscara contra gases.	Apresentado a máscara contra gases, o militar deverá identificar as principais características e empregá-la, corretamente, o Exercício Prático de Câmara de Gás (EPCG) com agente inquietante.	O militar deverá executar, corretamente, o EPCG
B-103 (OP)	Empregar corretamente a máscara contra gases	Entregue ao militar armado equipado, uma máscara contra gases, este deve colocá-la, realizando os testes de segurança, e realizar um percurso de 400m, empregando técnicas de progressão no combate diurno: deitar, levantar, marchar, correr, rastejar e engatinhar.	O militar deverá: - colocar a máscara; - realizar o teste de limpeza e de estanqueidade; e - retirar e recolocar a máscara corretamente

ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
- Citar a classificação dos agentes QBN. - Citar os instrumentos de detecção dos agentes QBN. - Descrever o procedimento a ser adotado em relação à menor indicação de presença de qualquer tipo de agente QBN.	1. Agentes QBN: a. classificação dos agentes QBN; e b. descrição dos efeitos dos agentes QBN.
-Identificar as principais características dos equipamentos de proteção individual (máscara e poncho). - Colocar o filtro na máscara. - Ajustar a máscara para o uso. - Empregar técnicas de progressão no combate diurno com uso de máscara contra gases. - Testar a eficiência da máscara. - Realizar a manutenção da máscara contra gases. - Realizar a descontaminação do material.	2. Uso de máscara contra gases . 3. Uso de máscara contra gases na progressão diurna.

29. EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 4 h

	(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO		
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO
B-101 (AC)	Identificar a presença do EB na vida nacional.	Apresentado os principais eventos históricos associados a presença do EB na vida nacional.	Identificar, acertadamente, a maioria das questões formuladas.
B-102 (AC)	Compreender o papel do EB nos conflitos sociais da respectiva área.	A compreensão deve ser demonstrada na seqüência ou ao final da instrução sobre o assunto	A compreensão deve ser evidenciada, escrita ou verbalmente, por meio da ligação entre a destinação constitucional do EB, as condições atuais da sociedade brasileira (principalmente, local) e fatos veiculados, recentemente, pela mídia (principalmente, as regionais).

ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
- Citar os principais vultos do EB na Guerra da Tríplice Aliança. - Citar o papel do EB na Abolição da Escravatura e na Proclamação da República. - Citar a participação do EB na II Guerra Mundial (FEB). - Citar exemplos recentes de realização, pelo EB, de ações complementares.	1. História militar: a. Evolução histórica do EB; b. Guerra da Tríplice Aliança. c. FEB; d. Revolução Democrática de 31 de março de 1964; e e. Participação recente do EB em ações complementares (principalmente, as regionais).
- Identificar os principais problemas sócio-econômicos da respectiva área. - Identificar as ações do Estado Brasileiro na busca de soluções para esses problemas. - Identificar a responsabilidade do EB, em face da possibilidade de evolução dos problemas locais para situações de conflito entre os diversos componentes da sociedade.	2. Atualidade: a. situação atual da sociedade brasileira (principalmente local); b. problemas locais da sociedade e a ação do Estado Brasileiro na busca de soluções; c. participação do EB em ações complementares e de Garantia da Lei e da Ordem; e d. situações de conflito entre componentes da sociedade.

30. INSTRUÇÃO DE APRONTO OPERACIONAL	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 4h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
B-101 (TE)	Participar de uma SAO, no ambito da SU, para participar de uma operação de GLO.	Desencadeada uma SAO, os militares deverão apresentar-se para participar de uma operação de GLO.	Aprestar – se de maneira correta, ordenada e no tempo estabelecido pela OM.	- Preparo do Fardo Aberto - Preparo do Fardo de Combate. - Preparo do Fardo de Bagagem. - Normas e peculiaridades constantes das NGA / GU e/ou U.	1. Aprestamento Individual: 2. Normas e procedimentos da GU e/ou U. 3. Aprestamento da SU: - Normas e procedimentos

31. MARCHAS E ESTACIONAMENTOS	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 2h NOTURNO: 4 h

	(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO			ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA DO	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
B-101 (OP)	Realizar a 3ª marcha a pé.	OM com disponibilidade de estradas: Marcha de 16 Km ou 4 horas Noturna, com as seguintes condições particulares: - todo o deslocamento será noturno; - 1 km, em trilha, mata, selva ou através do campo; - 6km, sem que seja comandado alto; - o militar deverá estar com o fardo aberto e o de combate ; e - com ação de figuração inimiga terrestre, durante o deslocamento.	O militar deverá terminar a marcha, dentro do dispositivo adotado, sem apresentar sinais de cansaço intenso, com todo o seu material. Cumprir a disciplina de marcha estabelecida no C 21-18 Marchas a Pé.	- Realizar uma marcha noturna, a pé, de 16 km.	1. Marcha noturna, a pé, de 16 km.

32. OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 30h NOTURNO: 8 h

	(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO			ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA O	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
B-101 (TE)	Revistar dependência e veículos	Serão simulados diversos incidentes em que deverão ser feito à revista de veículos e dependências	O militar, sozinho ou em grupo. deverá empregar as técnicas corretas para a revista.	- Descrever os processos para se revistar dependências e veículos	1.Processos usados para revista de dependência e de veículo
B-102 (TE)	Revistar pessoal e executar uma prisão.	Serão simulados diversos incidentes em que deverão ser feito à revista de pessoal e (ou) grupo.	Demonstrar, na execução da tarefa, uma atitude impessoal, firme e enérgica sem, no entanto, infligir maus tratos aos presos.	- Citar as finalidades da prisão de agitadores. - Relacionar a prisão e o tratamento dos presos ao êxito nas ações contra as Forças Adversas.	2. Revista de pessoal: - Processos usados para revista de pessoal 3. Prisão: a. prisão em flagrante; b. tratamento do preso e c. amparo legal.
B-103 (TE)	Conduzir detido para a retaguarda.	Em uma situação simulada na qual serão feitos presos (detidos). O instrutor determinará aos militares o processo a ser empregado para a condução dos detidos para a retaguarda.	O militar deverá utilizar, corretamente as técnicas para condução de presos e detidos.	- Descrever os procedimentos a adotar com os detidos no seu deslocamento para a retaguarda.	4. Procedimento com os detidos no deslocamento para a retaguarda.
B – 104 (TE)	Identificar os procedimentos com o material capturado.	Em um local estarão diversos tipos de documentos e materiais.	O militar deverá utilizar, corretamente, as técnicas para manusear material capturado.	-Descrever os cuidados a serem tomados com os documentos e os materiais capturados. - Descrever os cuidados com material armadilhado ou sob ação da Força Adversa.	5. Cuidados com documentos e material capturados.
B-105 (OP)	Participar da instalação de um posto de bloqueio e controle de estradas (PBCE), da instalação de um posto de bloqueio e controle de via urbana (PBCVU) ou a instalação de um posto de bloqueio e controle fluvial (PBCFLU).	Em local que possa ser organizado os postos de bloqueios e ação de figuração.	O militar deverá proceder corretamente em todas as situações simuladas.	- Descrever os pontos vulneráveis das ações das Forças Adversas, em função de suas peculiaridades. - Distinguir as ações contra as Forças Adversas das ações de guerra convencional. - Citar a finalidade das operações tipo polícia. - Descrever a importância do emprego de civis nas operações tipo polícia. - Relacionar o tratamento dispensado aos civis com o êxito das operações. - Citar as precauções contra espiões ou infiltrados. - Instalar bloqueio de estradas e pontos de controle. - Fiscalizar documentos e inspecionar veículos. - Participar de um PBCE , PBCVU ou PBCFLU.	6. Forças Adversas Urbanas a. definição, possibilidades de êxito e pontos vulneráveis; b. características; c. forças legais, forças estaduais, Forças Armadas, organização dos meios;e d. Operações Tipo Polícia.

32. OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 30h NOTURNO: 8 h

	(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO			ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
B-106 (OP)	Participar de um vasculhamento de área e de uma operações de busca e apreensão (OBA).	Organizados os grupos de busca e apreensão ou vasculhamento e simulados diversos incidentes. (a OBA poderá ser rural ou urbana)	Durante a execução da tarefa, o militar deverá empregar, corretamente, as técnicas de busca e apreensão e vasculhamento	- Diferenciar OBA de vasculhamento - Identificar a organização dos grupos de busca e de apreensão. - Utilizar as técnicas de busca e de apreensão. - Atuar em operações de busca e apreensão como componente de um grupo. - Atuar em operações de vasculhamento.	7. Operação de Busca e Apreensão e de vasculhaamento a. finalidade; b. tipos de material e equipamento a serem procurados; c. constituição dos grupos ;e d. técnicas e atuação dos grupos.
B-107 (OP)	Participar da ocupação de um ponto sensível. Participar da execução de um Posto de Segurança Estático (PSE)	Em local que possa ser realizada a ocupação do ponto sensível e simulado diversos incidentes	Durante a execução da tarefa, o militar deverá manter, corretamente, o Ponto Sensível	- Realizar a segurança de Ponto Sensível. - Mobiliar um PSE	8. Segurança de Ponto Sensível. 9. Posto de Segurança Estático
B-108 (OP)	Participar da interdição e da evacuação de uma área.	Interditar uma área e realizar a evacuação ordenada do pessoal ocupante desta área.	Empregar, corretamente, os procedimentos para a interdição e evacuação de uma área.	– Apresentar os procedimentos para a interdição de área – Apresentar os procedimentos para o isolamento da área – Apresentar os procedimentos para a evacuação de pessoal.	10.Interdição e evacuação de área

32. OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 30h NOTURNO: 8 h

	(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO			ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
B-109 (OP)	Participar de uma Operação de Controle de Distúrbio (OCD)	Em local que permita a execução das formações previstas para as OCD	Durante a execução da tarefa, o militar deverá manter-se, corretamente, em seu lugar nas diversas formações e prestar atenção e obediência aos comandos emitidos, independente da conformação do terreno e/ou da ação da turba. Deverá, também, evidenciar atitudes relacionadas ao emprego de agentes químicos.	- Citar a finalidade do emprego dos diferentes tipos de tropa no controle de distúrbios. - Identificar os tipos de formações da tropa para controle de distúrbios. - Deslocar-se dentro de uma formação para controle de distúrbios. - Executar os movimentos de arma necessários a tomar as posições - Citar a finalidade dos agentes químicos. - Descrever os diferentes efeitos dos agentes químicos. - Utilizar, adequadamente, a máscara contra gases.	11. Operações de Controle de Distúrbios (OCD). a. Organização da tropa. 1) tropa para fechamento de vias; 2) tropas helitransportadas; 3) blindados; e 4) bombeiros. b. Formações previstas no C 19-15 Op de Controle de Distúrbio 1) Formações. 2) Progressão. 3) Posições da arma. c. Emprego de agentes químicos e máscaras contra gases 1) tipos de agentes químicos; 2) emprego tático; 3) seleção; e 4) emprego das máscaras contra gases.

33. ORDEM UNIDA	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 8 h

	(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO			ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA E TEMPO ESTIMADO	CONDIÇÕES E VALORES MILITARES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
B-101 (OU)	Executar os movimentos previstos para uma Guarda de Honra.	Organizada a tropa para uma Guarda de Honra e seguida a seqüência do cerimonial indicado pelo instrutor. Os comandos serão emitidos por toques de corneta ou clarim.	Durante a execução da tarefa, o militar deverá demonstrar correção e energia na execução dos movimentos.	- Participar de uma Guarda de Honra.	1. Cerimonial da Guarda de Honra
B-102 (OU)	Executar os movimentos previstos para uma fração de SU, ou uma SU prestando Honras Fúnebres.	Organizada uma pequena fração de SU, uma fração de SU ou uma SU para prestar Honras Fúnebres e emitidos os comandos por corneta ou clarim.	Durante a execução da tarefa, o militar deverá demonstrar correção e energia na execução dos movimentos.	Participar de Honras Fúnebres, integrando uma pequena fração de Subunidade, uma fração de Subunidade ou uma Subunidade.	2. Honras Fúnebres

34. PATRULHA	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 12h NOTURNO:4 h

	(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO			ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
B-101 (AC)	Identificar as missões individuais.	Apresentado as missões individuais e suas finalidades.	O militar deverá executar os procedimentos para cada missão prevista.	- Apresentar as missões individuais: 1. o vigia; 2. o esclarecedor; e 3. o homem de ligação.	1. Missões Individuais: - citar os tipos de missões individuais
B-102 (AC)	Identificar os tipos de patrulhas e suas missões.	Apresentar os tipos de patrulhas e as suas missões específicas.	Identificar os tipos de patrulha, de acordo com a missão recebida.	- Citar as características gerais da organização das patrulhas. - Citar os objetivos principais e as missões mais comuns atribuídas às patrulhas.	2. Patrulhas: a. conceituação; b. tipos; c. organização; d. equipamento e armamento; e. objetivos; f. missões; e g. processos de infiltração e exfiltração.

34. PATRULHA	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 12h NOTURNO: 4 h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
B-103 (OP)	Integrar patrulhas de reconhecimento e de combate.	Organizar os militares em patrulhas e apresentar diversas situações em que deverão agir, de acordo com as ordens recebidas.	O militar deverá identificar os procedimentos a serem adotados por ocasião das situações apresentadas e dos comandos emitidos	- Citar a organização das patrulhas . - Citar as formações das patrulhas durante o movimento. - Identificar as características dos pontos de reunião e os métodos para sua utilização. - Citar os tipos de contato com o inimigo e a reação adequada a cada caso. - Descrever as principais características das áreas consideradas perigosas e dos pontos críticos. - Identificar as medidas de controle das patrulhas. - Descrever o modo de emprego dos esclarecedores. - Identificar as medidas de segurança das patrulhas. - Descrever as características das áreas de reunião clandestina e das atividades nessas áreas. - Realizar as ações no conjunto de uma patrulha. - Citar as características das patrulhas de reconhecimento. Instalar uma base de patrulha. - Executar as atividades de segurança na base de patrulha. - Manter o sigilo no deslocamento e na instalação da base. - Utilizar a base secundária. - Abandonar e retornar à base.	3. Conduta das patrulhas. 4. Patrulhas de reconhecimento. 5. Patrulhas de combate. 6. Bases de patrulha.

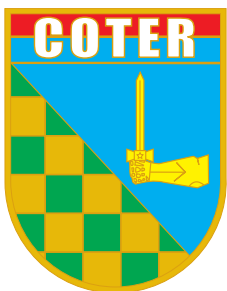
34. PREVENÇÃO DE ACIDENTES	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 4h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
B-101 (AC)	Identificar as principais causas de acidentes.	Apresentado as principais causas de acidentes domésticos, de trabalho e de trânsito. (poderá contar com a presença de militares do Corpo de Bombeiro, da Polícia Militar ou do Exército, de agentes de trânsito).	O militar deverá identificar corretamente os procedimentos a serem adotados para evitar os acidentes.	– Identificar as principais causas dos acidentes domésticos. - Identificar as principais causas dos acidentes de trabalho. - Identificar as principais causas dos acidentes de trânsito.	1. Identificar as principais causas de acidentes: a. acidentes domésticos; b. acidentes de trânsito; e c. acidentes de trabalho.
B-102 (AC)	Identificar as medidas para isolamento e preservação de um local de acidente ou ilícito.	Apresentada uma situação em que tenha ocorrido acidente ou ilícito.	O militar deverá identificar os procedimentos a serem adotados para isolar e preservar o local do incidente ou de ilícito.	- Identificar a seqüência de procedimentos para o isolamento e a preservação do local de acidente ou ilícito.	2. Preservar local de acidente ou ilícito: a. socorro as vítimas; b. isolamento da área;e c. preservar o local.

33. TÉCNICAS ESPECIAIS	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 12h

	(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO			ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA E TEMPO ESTIMADO	CONDIÇÕES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
B-101 (OP)	Desembarcar e embarcar em viatura em movimento.	Os militares, armados de fuzil (e com capacete), serão embarcados em uma viatura que realizará deslocamentos com velocidade crescente, até o limite de 30km/h.	Durante a execução da tarefa, o militar deverá empregar, corretamente as técnicas para o embarque e o desembarque.	- Desembarcar e embarcar em viaturas em movimento, em velocidade crescente até o limite de 30 km/h, em terreno macio ou de grama; e de 20 km/h em asfalto ou cimento.	1. Embarque e desembarque de Viaturas blindada em movimento. a. técnica de desembarque; e b. técnica de embarque.
B 102 (OP)	Desembarcar e embarcar em viatura (blindada) em movimento. (OM blindada)	Os militares, armados de fuzil (e com capacete), serão embarcados em uma viatura blindada que realizará deslocamentos com velocidade crescente	Durante a execução da tarefa, o militar deverá empregar, corretamente as técnicas para o embarque e o desembarque.	- Desembarcar e embarcar em viaturas blindada em movimento, em velocidade crescente	
B 103 (OP)	Desembarcar e embarcar em aeronave de asa rotativa	Em uma aeronave simulada, ou não, com as características das aeronaves de asa rotativa do EB	O militar deverá empregar, corretamente as técnicas para o embarque e o desembarque.	- Desembarcar e embarcar em aeronaves de asa rotativa	

34. TREINAMENTO FÍSICO MILITAR	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 24 h NOTURNO:

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA E TEMPO ESTIMADO	CONDIÇÕES E VALORES MILITARES	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
B-101 (CF)	Desenvolver, manter ou recuperar a condição física total do militar.	De acordo com o previsto no C 20-20.	Atingir os preconizados no C 20-20.	De acordo com o previsto no C 20-20	De acordo com os previstos no C 20-20.

PPE 08/1 - ESTÁGIO BÁSICO DO COMBATENTE DE MONTANHA

1ª Edição - 2008

SEM OBJETIVOS
BEM DEFINIDOS,
SOMENTE POR ACASO,
CHEGAREMOS A
ALGUM LUGAR

ÍNDICE

As páginas que se seguem contêm uma série de informações, cuja leitura é considerada indispensável para os usuários do presente Programa-Padrão de Instrução.

I. INTRODUÇÃO

I. INTRODUÇÃO

1. FINALIDADE

Este Programa-Padrão (PP) regula o Estágio Básico do Combatente de Montanha (EBCM) para as OM aptas a conduzir este estágio (10º BI, 11º BI Mth, 12º BI, 32º BI Mtz e SIEsp/AMAN).

2. OBJETIVOS DO ESTÁGIO

a. Objetivos Gerais

Habilitar oficiais e praças ao desempenho de funções de Escalador Militar, capacitando-os a operar em ambiente operacional de montanha, a realizar escaladas livres até o nível L-3 e a ultrapassar vias equipadas.

Evidenciar cooperação, coragem, meticulosidade, persistência, resistência e rusticidade.

b. Objetivos Particulares por Disciplina do Estágio

1) Técnica de Escalada

a) Identificar os equipamentos de escalada.

b) Escrever as características do vestuário a ser utilizado no ambiente operacional de montanha.

c) Empregar as técnicas de manutenção e lançamento de cordas.

d) Confeccionar as amarrações e os nós utilizados nas atividades do escalador militar.

e) Executar as técnicas de escalada livre.

f) Transpor vias equipadas.

g) Realizar a segurança de outros escaladores.

h) Manifestar a capacidade para agir de forma firme e destemida, diante de situações difíceis e perigosas, seguindo as normas de segurança (CORAGEM).

i) Evidenciar a capacidade de agir, atendo-se a detalhes significativos (METICULOSIDADE).

j) Demonstrar a capacidade de manter-se em ação continuadamente, a fim de executar uma tarefa, vencendo as dificuldades encontradas (PERSISTÊNCIA).

l) Evidenciar a capacidade de suportar, pelo maior tempo possível, a fadiga resultante de esforços físicos e/ou mentais, mantendo a eficiência (RESISTÊNCIA).

2) Técnicas Aplicadas ao Montanhismo

a) Realizar marchas em terreno montanhoso.

b) Preparar um ferido para o transporte em terreno montanhoso.

c) Realizar a evacuação de um ferido em terreno montanhoso.

d) Manifestar a capacidade de adaptar-se a situações de restrição e / ou privação, mantendo a eficiência (RUSTICIDADE).

e) Evidenciar a capacidade de contribuir espontaneamente para o trabalho de alguém e/ou de uma equipe (COOPERAÇÃO).

3. EXECUÇÃO DO ESTÁGIO

a. Condições de Execução

O Estágio será conduzido sob a forma de Instrução Individual, segundo metodologia preconizada no T 21-250, MANUAL DO INSTRUTOR. Tem como ponto de partida os Objetivos Individuais de Instrução (OII) programados no PP.

b. Duração

O Estágio Básico do Combatente de Montanha (EBCM) terá a duração de 5 dias (1 semana), com uma carga horária total de 47 horas, sendo 44 horas diurnas e 3 horas noturnas.

c. Locais de Realização

Prioritariamente no 11º BI Mth, podendo também ser realizado no 10º BI, 12º BI, 32º BIMtz e SIEsp/AMAN, desde que estas últimas OM possuam pessoal habilitado (Escaladores Militares e Guias de Cordada) e material adequado. Deve, ainda, submeter-se às rotas de escalada selecionadas para o Estágio e para a avaliação e homologação por parte da Seção de Instrução de Montanhismo do 11º BI Mth.

d. Participantes

O EBCM é de caráter voluntário, sendo disponibilizadas vagas para todos os círculos hierárquicos, individualmente ou por fração constituída.

É obrigatória a sua realização por todos os integrantes do 11º BI Mth, e recomendável aos integrantes de OM, operacionais ou não, que necessitem de adestramento ou treinamento técnico específico de montanhismo militar, individual ou por frações constituídas.

Para um melhor rendimento no estágio, recomenda-se que este seja realizado com um turno de até 60 (sessenta) militares.

e. Perfil profissiográfico do concludente do EBCM

O concludente do Estágio Básico do Combatente de Montanha (EBCM) recebe a denominação de "ESCALADOR MILITAR" ou "COMBATENTE DE MONTANHA". Está habilitado a exercer funções nas frações operacionais do 11º BI Mth, onde não estiverem previstas suas ocupações por militares concludentes do Curso Básico de Montanhismo ("Guia de Cordada") ou do Curso Avançado de Montanhismo ("Guia de Montanha"), de acordo com o previsto em seu QCP e, ainda, nos Núcleos de Seção de Instrução de Montanhismo do 10º BI, 12º BI e 32º BI Mtz.

4. ESTRUTURA DA INSTRUÇÃO

a. Características

1) O programa de treinamento constante deste PP baseia-se no princípio metodológico da instrução militar orientada para o desempenho. Tem em vista, portanto, habilitar os estagiários para o desempenho de funções de Escalador Militar. O Estagiário cumprirá um elenco de Objetivos Individuais de Instrução (OII) grupado em Atividades e Matérias, a saber:

a) atributos da área afetiva;

b) técnica de escalada;

c) técnicas aplicadas ao montanhismo; e

d) treinamento físico militar.

2) A instrução sobre as matérias fundamentais compreende :

a) um conjunto de matérias;

b) um conjunto de assuntos integrantes de cada matéria;

c) um conjunto de sugestões de objetivos intermediários; e

d) um conjunto de objetivos terminais chamados Objetivos Individuais de Instrução (OII), que podem ser relacionados a conhecimentos, habilidades e atitudes.

3) As matérias constituem as áreas de conhecimentos e de habilidades necessárias à "Preparação do Combatente Básico de Montanha".

4) Os assuntos integrantes de cada matéria são apresentados de forma seqüenciada, constituindo os programas das matérias.

5) As sugestões de objetivos intermediários são apresentadas como um elemento auxiliar para o trabalho do instrutor. A um assunto pode corresponder um ou vários objetivos intermediários. O instrutor – levando em conta sua experiência, as disponibilidades materiais e as características do estágio – poderá reformular ou estabelecer novos objetivos intermediários.

6) Os Objetivos Individuais de Instrução (OII), relacionados aos conhecimentos e às habilidades, correspondem aos comportamentos que o militar deve exibir como resultado das atividades de ensino a

que foi submetido no âmbito de determinada matéria. Uma matéria compreende um ou vários OII .

Um Objetivo Individual de Instrução relacionado a conhecimentos ou a habilidades compreende:

a) a tarefa a realizar, que consiste na ação que o militar deve executar como prova de domínio do objetivo;

b) a condição ou as condições de execução que definem as circunstâncias ou situações que são oferecidas ao militar para que ele execute a tarefa proposta. Essa(s) condição(ões) deve(m) levar em consideração as diferenças regionais e as características dos estagiários; e

c) o(s) padrão(ões) mínimo(s) a atingir, que caracteriza(m), para cada estagiário o nível de conhecimento adquirido em termos de aprendizagem da tarefa indicada.

7) Os Objetivos Individuais de Instrução (OII) relacionados à área afetiva correspondem aos atributos a serem demonstrados pelos militares, independente da matéria ou assunto ministrado. Compreendem três elementos:

a) o nome do atributo a ser exibido, com sua respectiva definição;

b) um conjunto de condições dentro das quais o atributo poderá ser observado; e

c) o padrão-evidência do atributo. O instrutor apreciará o comportamento do militar em relação ao atributo considerado, ao longo do período de instrução. O padrão terá sido atingido se, durante a instrução, o instrutor julgar que o militar evidenciou o atributo em questão.

b. Explicação dos Objetivos Parciais da Instrução Individual

1) Formação do Caráter Militar (FC)

a) A formação do caráter militar consiste no desenvolvimento de atitudes e de atributos da área afetiva, voltados para a aceitação de valores julgados necessários para que um indivíduo se adapte às exigências da vida militar, incluindo-se aí aquelas exigências peculiares às situações de combate.

b) Esta atuação na área afetiva se fará mediante a Instrução Militar que, conduzida de maneira correta e enérgica, possibilitará aos estagiários vencerem suas limitações e dificuldades.

c) Os objetivos estabelecidos no Programas-Padrão, para a atuação na área afetiva (desenvolvimento de atributos), estão diretamente relacionados com este objetivo parcial.

2) Criação de Hábitos (CH)

- Os hábitos significam disposição permanente à execução de determinados procedimentos adequados à vida militar. Os hábitos serão obtidos e consolidados através da repetição de procedimentos.

3) Obtenção de Padrões de Procedimento (OP)

- Os padrões de procedimento são definidos pelo conjunto de ações e reações adequadas ao militar, diante de determinadas situações.

4) Aquisição de Conhecimentos (AC)

a) Deve ser entendida como a assimilação de conceitos, idéias e dados, necessários à formação do militar.

b) Este objetivo será atingido por intermédio da ação dos instrutores e monitores, durante as sessões de instrução. Ele será consolidado pela prática.

5) Desenvolvimento de Habilitações Técnicas (HT)

- As habilitações técnicas correspondem aos conhecimentos e às habilidades indispensáveis ao manuseio de materiais de escalada e à operação de equipamentos militares.

6) Obtenção de reflexos na execução de Técnicas Individuais de Combate (TE)

a) Uma técnica individual de combate caracteriza-se por um

conjunto de habilidades militares que proporcionam a consecução de um determinado propósito, de forma vantajosa para o combatente.

b) Para ser desenvolvida ou aprimorada, não há necessidade de se criar uma situação tática (hipótese do inimigo, variações do terreno e imposições de tempo).

7) Capacidade física (CF)

a) O desenvolvimento da capacidade física visa a habilitar o indivíduo para o cumprimento de missões de combate.

b) É obtida pela realização do Treinamento Físico Militar (TFM) de forma sistemática, gradual e progressiva. Também concorrem para este objetivo atividades como as pistas de aplicações militares, as marchas a pé e os acampamentos e bivaques, que aumentam no indivíduo a rusticidade e a resistência, qualidades que o possibilitam "durar na ação" em situações de desgaste e de estresse.

5. DIREÇÃO E CONDUTA DA INSTRUÇÃO

a. Responsabilidades

1) O responsável pela Direção da Instrução é o Comandante, Chefe ou Diretor da OM. Cabe-lhe, assessorado pelo S3, planejar, orientar e fiscalizar as ações que permitirão ao Coordenador do Estágio (ou correspondentes) elaborar o Quadro de Trabalho Semanal, propriamente dito.

2) O Coordenador do Estágio (ou correspondente) é o responsável pela programação semanal e pela execução das atividades de instrução, de modo a conseguir que todos os estagiários atinjam os OII previstos.

b. Ação do S3

1) Coordenar a instrução na OM a fim de que os militares alcancem os OII previstos.

2) Providenciar a confecção de testes, fichas, notas de instrução e de outros documentos.

3) Providenciar a organização dos locais e das instalações para a instrução e de outros meios auxiliares necessários.

4) Propor um período de execução do Estágio, de modo a permitir a compatibilidade, nas melhores condições, com as instruções da IIB e CTTEP.

c. Ação do Coordenador do Estágio

O Coordenador do Estágio deverá ser o chefe de uma equipe de instrutores e monitores, a qual – por meio de ação contínua, exemplo constante e devotamento à instrução – envidará todos os esforços necessários à consecução, pelo estagiário, dos padrões mínimos exigidos nos OII e na evidência dos atributos da área afetiva.

d. Métodos e Processos de Instrução

1) Os elementos básicos que constituem o PP são as MATÉRIAS, as TAREFAS, os OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS e os ASSUNTOS.

2) Os métodos e processos de instrução – preconizados nos manuais, cadernos de instrução e demais documentos – deverão ser criteriosamente selecionados e combinados, a fim de que os OII relacionados a conhecimentos e habilidades e definidos sob a forma de "tarefa", "condições de execução'' e "padrões mínimos" sejam atingidos pelos estagiários.

3) Durante as sessões de instrução, os estagiários devem ser colocados, tanto quanto possível, em atividades práticas, para que atinjam o padrão mínimo esperado do Escalador Militar.

4) Em relação a cada uma das matérias, o instrutor deverá adotar os seguintes procedimentos:

a) analisar os assuntos e as sugestões de objetivos intermediários, procurando identificar a relação existente entre eles. Os assuntos e as sugestões de objetivos intermediários são poderosos auxiliares da instrução. Os objetivos intermediários fornecem uma orientação segura sobre como conduzir o militar para o domínio dos OII. São, portanto, pré-requisitos para esses OII.

b) analisar os OII em seu tríplice aspecto: tarefa, condição

de execução e padrão-mínimo. Estabelecer, para cada OII, aquele(s) que deverá(ão) ser executado(s) pelos militares, individualmente ou em equipe; analisar as condições de execução, de forma a poder torná-las realmente aplicáveis na fase de avaliação.

5) Todas as questões levantadas quanto à adequação das "condições de execução" e dos "padrões mínimos'' deverão ser levadas ao Comandante da Unidade, a fim de que ele, assessorado pelo S3, decida sobre as modificações a serem introduzidas no plano original.

6) Os OII relacionados à área afetiva são desenvolvidos durante todo o Estágio e não estão, necessariamente, relacionados a um assunto ou matéria, mas são alcançados em conseqüência de situações criadas pelos instrutores no decorrer da instrução, bem como de todas as experiências que o militar adquire no ambiente de montanha.

6. AVALIAÇÃO

a. Dos OII relacionados a conhecimentos e a habilidades

A avaliação da instrução será feita de acordo com os OII. O instrutor avaliará a eficiência de sua ação, considerando o desempenho do militar na execução das tarefas, dentro das condições estipuladas, tendo em vista a consecução do padrão-mínimo requerido.

O êxito da instrução evidencia-se quando todos os militares atingirem, plenamente, todos os OII previstos.

Para isso, o instrutor deve acompanhar o desempenho do estagiário nos OII de sua matéria. Utilizará, para avaliar a aprendizagem do estagiário, a Ficha de Controle da Instrução do Estagiário (FCIE). Nessa ficha, serão registrados, pelo instrutor, os resultados da avaliação do desempenho do militar em relação aos OII indicados no programa para cada matéria.

Para atingir o padrão mínimo no OII E – 008, relativo a nós e amarrações, o estagiário deverá acertar, no mínimo, 50% dos escores de nós e amarrações. Esta prova poderá seguir um dos MODELOS III, IV ou V, e terá seu grau lançado em uma das fichas de MODELO VI, VII e VIII, respectivamente.

O padrão mínimo deste OII somente será atingido caso o militar deixe de escalar um número máximo de 03 (três) rotas (estagiário com idade menor de 34 anos) ou 04 (quatro) rotas (estagiário com idade igual ou superior a 34 anos). As rotas não escaladas por ocasião da PTM não são computadas para efeito deste cálculo.

Ainda, visando uma melhor formação do Escalador Militar, o estagiário será submetido, antes de iniciar a jornada de escalada, a uma avaliação formativa de preparação individual e encordamentos, por intermédio de um cerimonial, a ser avaliado pela Ficha de MODELO IX. Essa avaliação não possui caráter eliminatório, mas permite ao instrutor corrigir possíveis falhas, na preparação do estagiário, que poderiam atentar contra a sua própria segurança.

O militar alcançará a situação de "Escalador Militar" se atingir todos os OII constantes da FCIE.

b. Dos OII da área afetiva

A avaliação dos OII da área afetiva (atributos) implicará a observação contínua do militar no decorrer do ESTÁGIO e resultará no preenchimento da Ficha de Controle da Instrução do Estagiário (FCIE), nos campos dos OII E-001 a E-006.

7. VALIDAÇÃO DO PP

O presente Programa-Padrão de Instrução pretende constituir-se em um sistema auto-regulado de treinamento militar, isto é, será reajustado em decorrência das observações realizadas durante sua execução. Para isso, o COTER manterá o Sistema de Validação dos Programas-Padrão de Instrução (SIVALI-PP) com os objetivos de:

- coletar dados, junto às OM, relativos à aplicação dos PP;

- diagnosticar a necessidade de introdução imediata de correções no PP; e

- determinar o nível de eficiência e de eficácia da Instrução Militar.

Para atingir o padrão mínimo no OII E – 010, relativo a técnicas de escalada, o estagiário deverá ser avaliado, inicialmente, de modo formativo, em uma Pista de Treinamento de Montanhismo (PTM), mediante a ficha de MODELO I, habilitando-o a prosseguir no estágio.

Assim, estará apto a escalar rotas em formações rochosas naturais e será avaliado, de modo somativo, através das fichas de MODELO II e MODELO X.

8. ESTRUTURA DO PP

a. O PP está organizado em matérias de instrução. Os conteúdos de cada matéria são os assuntos que a compõem. Para cada assunto, apresenta-se uma sugestão de objetivo(s) intermediário(s), que tem a finalidade de orientar o instrutor, permitindo que ele planeje a instrução de modo que o OII relativo à tarefa em pauta seja alcançado pelo militar.

b. Para cada matéria há uma estimativa de carga horária. Essa estimativa deve ser entendida, apenas, como uma orientação para o planejamento da instrução. As características e o nível de aprendizagem dos estagiários, os recursos disponíveis e outros fatores intervenientes na instrução podem recomendar que o Comandante, Diretor ou Chefe da OM altere as cargas horárias estimadas.

c. Os OII estão numerados, seguidamente, dentro da seguinte orientação:

- Exemplo OII E 007 (AC)

1) E - PP da série Echo (Estágios);

2) 007 - número do OII, no PPE; e

3) AC - objetivo parcial.

9. NORMAS COMPLEMENTARES

As normas estabelecidas neste PP serão complementadas por outros documentos normativos e ligados à execução do Estágio:

a. pelo PIM, expedido pelo COTER; e

b. pelas Diretrizes, Planos e Programas de Instrução, baixados pelos Grandes Comandos, Grandes Unidades e Unidades.

Não há instrução individual que possa ser conduzida, satisfatoriamente, sem controle individual.

Inicialmente, o estagiário deverá realizar avaliações formativas em uma Pista de Treinamento de Montanhismo (PTM).

No prosseguimento do estágio, o estagiário será submetido a avaliações em rotas de escalada livre, podendo ser avaliado, de modo formativo ou somativo, de acordo com a rota.

Os estagiários serão também avaliados, de forma somativa, em uma prova de nós e amarrações.

II. MODELOS DE FICHAS DE CONTROLE DA INSTRUÇÃO

FICHA DE CONTROLE DE INSTRUÇÃO DO ESTAGIÁRIO (FCIE)

APROVEITAMENTO

OII	PADRÃO MÍNIMO ALCANÇADO		
	Sim	Não	Observação
E - 007			
E - 008			
E - 009			
E - 010			
E - 011			
E - 012			
E - 013			
E - 014			
E - 015			
E - 016			
E - 017			

ATRIBUTOS DA ÁREA AFETIVA

OII	PADRÃO EVIDENCIADO		
	Sim	Não	Observação
E - 001			
E - 002			
E - 003			
E - 004			
E - 005			
E - 006			

Quartel em ______________________________________

Local e data

____

Coordenador do Estágio

MODELO I

AVALIAÇÃO DE ROTAS EBCM

AVALIAÇÃO FORMATIVA DA PTM

Instrutor:______________________Data: _____/_____/_____

Al/ Estg	Apto (A) Inapto (I)	Al/ Estg	Apto (A) Inapto (I)
01		31	
02		32	
03		33	
04		34	
05		35	
----		----	
----		----	
----		----	
----		----	
----		----	
25		55	
26		56	
27		57	
28		58	
29		59	
30		60	

ROTA _____________________

MODELO II

AVALIAÇÃO DE ROTAS EBCM

AVALIAÇÃO FORMATIVA DE ROTAS

Campo:______Subcampo:_________ Rota:_____________________

Instrutor: ____________________________ Data: _____/_____/_____

Estg	Nr Tent	Nr Tent Rcp	Apto (A) Inapto (I)	Ass	Estg	Nr Tent	Nr Tent Rcp	Apto (A) Inapto (I)	Ass
01					31				
02					32				
03					33				
04					34				
05					35				
----					----				
----					----				
----					----				
----					----				
----					----				
26					56				
27					57				
28					58				
29					59				
30					60				

MODELO III

Ass Instrutor

AVALIAÇÃO SOMATIVA DE NÓS E AMARRAÇÕES “A”

Posto/Grad_______________ Nr____________

Nome de guerra do estagiário:_____________

Total de escores: (20)

Nr de escores obtidos:____________________

Valor de cada escore: 0,5 ponto

Nota Final:
____________ Ass Estg/Al

SITUAÇÃO GERAL

O Cmt do (_____________) decidiu realizar uma infiltração tática em terreno de montanha e empregar (_____________). O senhor, integrante do (_________________), iniciou sua preparação para o cumprimento da missão.

1ª QUESTÃO

(A) Durante o ensaio, o Cmt (_____) ordenou que fosse preparada a maca para realizar uma evacuação. Para prender o tarugo junto à maca, confeccione um NÓ DE PORCO (Tempo 15 Seg) (02 escores).

Nr de escores obtidos: ____________

Resposta: Nó de porco:_____

Arremate Nó de pescador duplo:_____

(B) Para prover a segurança da maca durante a realização do rapel, confeccione uma AZELHA EM OITO (Tempo 15 Seg) (02 escores).

Nr de escores obtidos: ___________

Resposta: Nó de azelha em oito: _____

Arremate Nó de pescador duplo:_____

(C) O (________________) iniciou sua infiltração em terreno montanhoso. Durante o deslocamento, foi realizado um contato com um habitante local que seria o guia até o local para transposição do paredão. Durante a escalada, houve a necessidade de realizar a segurança para a escalada desse elemento. Para prover a segurança desse elemento, confeccione o NÓ LAIS DE GUIA NA CINTURA (Tempo 30 Seg) (02 escores).

Nr de escores obtidos: ___________

Resposta: Nó Lais de guia na cintura: _____

Arremate Nó de pescador duplo:_____

(D) O senhor dispunha de uma fita para realizar a auto-segurança do Hab Loc. Para unir essa fita, confeccione um NÓ DE FITA (Tempo 20 Seg) (01 escore).

Nr de escores obtidos: ___________

Resposta: Nó de fita: _____

(E) Os escaladores, ao se aproximarem da via equipada, necessitavam ancorar-se ao passa-mão da via. Confeccione um NÓ PRÚSSICO A 06 VOLTAS (Tempo 30 Seg) (02 escores).

Nr de escores obtidos: ___________

Resposta: Nó prussico a 06 voltas: _____

Arremate Nó de pescador duplo:_____

(F) Após o Habitante Local ter conduzido o (_______________) até o próximo ponto, havia a necessidade de desescalar o paredão. Como ele não sabia realizar rapel, foi colocado um mosquetão nas ancoragens do rapel para que ele descesse. Confeccione o NÓ MEIO PORCO NO MOSQUETÃO (Tempo 10 Seg) (01 escore).

Nr de escores obtidos: ___________

Resposta: No meio porco no mosquetão: _____

(G) Após ter cumprido a missão, o (____________), durante sua exfiltração, deparou-se com um paredão para desescalar. O Guia de Cordada, após ter lançado os meios para a ancoragem do rapel, ordenou que o senhor confeccionasse o NÓ MOLA. (Tempo 45 Seg) (03 escores).

Nr de escores obtidos: __________

Resposta: Nó mola: _____

Nó de porco: _____

Arremate Nó de pescador duplo:_____

(H) Após ter terminado a montagem do rapel, o senhor pegou seu cabo solteiro para iniciar o encordamento. Inicialmente, confeccione a ATADURA DE PEITO (Tempo 60 Seg) (03 escores).

Nr de escores obtidos: __________

Resposta: Nó de azelha em oito com passagem correta no pescoço: ___

Mosquetão no Nó de azelha: _____

Arremate Nó Direito com pescador duplo:_____

(I) Depois de ter confeccionado a atadura de peito, confeccione agora o ASSENTO AMERICANO (Tempo 60 Seg) (03 escores).

Nr de escores obtidos: __________

Resposta: Assento com passagem dos cabos corretamente: ____

Mosquetão no assento: _____

Arremate Nó Direito com pescador duplo:_____

(J) Prosseguindo na exfiltração, o (_______________) deparou-se com um paredão com declividade suave em que havia a necessidade de montar-se um lepar. Foram utilizados os cabos disponíveis. Para unir os cabos de mesmo diâmetro, confeccione um NÓ DE PESCADOR DUPLO. (Tempo 30 Seg) (01 escore).

Nr de escores obtidos: __________

Resposta: Nó de pescador duplo unindo 02 cabos: _____

Ass Instrutor

MODELO IV

AVALIAÇÃO SOMATIVA DE NÓS E AMARRAÇÕES "B"

Nota Final:
Ass Estg/Al

Posto/Grad______________ Nr_____________

Nome de guerra do estagiário:______________

Total de escores: (20)

Nr de escores obtidos:_________________

Valor de cada escore: 0,5 ponto

SITUAÇÃO GERAL

O Cmt do (___________) decidiu realizar uma infiltração tática em terreno de montanha e empregar (_______________). O senhor, integrante do (________________), iniciou sua preparação para o cumprimento da missão.

1ª QUESTÃO

(A) Durante o ensaio, o Cmt Pel ordenou a preparação da maca para realizar uma evacuação. Para iniciar a amarração do ferido na maca, confeccione um NÓ DIREITO (Tempo 15 Seg) (02 escores).

Nr de escores obtidos: ___________

Resposta: Nó direito: _____

Arremate Nó de pescador duplo:_____

(B) Para prover a segurança da maca durante a ascensão, confeccione uma AZELHA DUPLA (Tempo 20 Seg) (02 escores).

Nr de escores obtidos: ___________

Resposta: Nó de azelha em oito: _____

Arremate Nó de pescador duplo:____

(C) Quando a maca terminou de ser ascendida, o senhor necessitou ancorar a maca em um tronco de árvore. Para ancorá-la, confeccione o NÓ BOCA DE LOBO (15 Seg)(02 escores).

Nr de escores obtidos: ___________

Resposta: Nó boca de lobo: _____

Arremate Nó de pescador duplo:_____

(D) O (___________) iniciou sua infiltração em terreno montanhoso. Durante o deslocamento, foi realizado um contato com um habitante local que seria o guia até o local para transposição do paredão. Durante a escalada, houve a necessidade de realizar a segurança para a escalada desse elemento. Para prover a segurança desse elemento, confeccione o NÓ LAIS DE GUIA NA CINTURA (Tempo 30 Seg) (02 escores).

Nr de escores obtidos: ___________

Resposta: Nó Lais de guia na cintura: _____

Arremate Nó de pescador duplo:_____

(E) Os escaladores, ao se aproximarem da via equipada, necessitavam ancorar-se ao passa-mão da via. Confeccione um NÓ PRÚSSICO A 06 VOLTAS (Tempo 30 Seg) (02 escores).

Nr de escores obtidos: ___________

Resposta: Nó prussico a 06 voltas: _____

Arremate Nó de pescador duplo:_____

(F) Após o Hab Loc ter conduzido o (______________) até o próximo ponto, havia a necessidade de desescalar o paredão. Como ele não sabia realizar rapel, foi colocado um mosquetão nas ancoragens do rapel para que ele descesse. Confeccione o NÓ MEIO PORCO NO MOSQUETÃO. (Tempo 10 Seg) (01 escore).

Nr de escores obtidos: ___________

Resposta: Nó meio porco no mosquetão: _____

(G) Após ter cumprido a missão, o (____________), durante sua exfiltração, deparou-se com um paredão para desescalar. O Guia de Cordada, após ter lançado os meios para a ancoragem do rapel, ordenou que o senhor confeccionasse o NÓ MOLA (Tempo 45 Seg) (03 escores).

Nr de escores obtidos: ___________

Resposta: Nó mola: _____

Nó de porco: _____

Arremate Nó de pescador duplo:_____

(H) Após ter terminado a montagem do rapel, o senhor pegou seu cabo solteiro para iniciar o encordamento. Inicialmente, confeccione a ATADURA DE PEITO (Tempo 60 Seg) (03 escores).

Nr de escores obtidos: ___________

Resposta: Nó de azelha em oito com passagem correta no pescoço: ___

Mosquetão no Nó de azelha: _____

Arremate Nó Direito com pescador duplo:_____

(I) Depois de ter confeccionado a atadura de peito, confeccione agora o ASSENTO AMERICANO (Tempo 60 Seg) (03 escores).

Nr de escores obtidos: ___________

Resposta: Assento com passagem dos cabos corretamente: _____

Mosquetão no assento: _____

Arremate Nó Direito com de pescador duplo:____

MODELO V

Ass Instrutor

AVALIAÇÃO SOMATIVA DE NÓS E AMARRAÇÕES “C”

Posto/Grad_______________ Nr______________

Nome de guerra do estagiário:________________

Total de escores: (20)

Nr de escores obtidos:______________________

Valor de cada escore: 0,5 ponto

Nota Final:
_______________ Ass Estg/Al

SITUAÇÃO GERAL

O Cmt do (_______________________________________) decidiu realizar uma infiltração tática em terreno de montanha e empregar (_________________________). O senhor, integrante do (_________________), iniciou sua preparação para o cumprimento da missão.

1ª QUESTÃO

(A) Durante o ensaio, o Cmt Pel ordenou a preparação da maca para realizar uma evacuação. Para unir os cabos solteiros de mesmo diâmetro, confeccione um NÓ PESCADOR DUPLO NA FUNÇÃO DE JUNÇÃO (Tempo 30 Seg)(01 escore).

Nr de escores obtidos: ____________

Resposta: Nó pescador duplo: _____

(B) Para prover a segurança da maca durante a ascensão, confeccione uma AZELHA DUPLA (Tempo 20 Seg) (02 escores).

Nr de escores obtidos: ___________

Resposta: Nó de azelha em oito: _____

Arremate Nó de pescador duplo:_____

(C) Quando a maca terminou de ser ascendida, o senhor necessitou ancorar a maca em um tronco de árvore, entretanto o cabo solteiro estava curto. O senhor dispunha de uma retinida. Para unir esses cabos de diâmetros diferentes, confeccione NÓ DE ESCOTA SIMPLES (20 Seg)(02 escores).

Nr de escores obtidos: ____________

Resposta: Nó de Escota Simples: _____

Arremate Nó de pescador duplo:_____

(D) Após ter terminado essa atividade, o senhor realizou a ancoragem da maca no tronco da árvore. Para realizar a ancoragem, confeccione o NÓ BOCA DE LOBO (15 Seg)(02 escores).

Nr de escores obtidos: ____________

Resposta: Nó Boca de Lobo: _____

Arremate Nó de pescador duplo:_____

(E) O (___________) iniciou sua infiltração em terreno montanhoso. Durante o deslocamento, foi realizado um contato com um habitante local que seria o guia até o local para transposição do paredão. Durante a escalada, houve a necessidade de realizar a segurança para a escalada desse elemento. Para prover a segurança desse elemento, confeccione o NÓ LAIS DE GUIA NA CINTURA (Tempo 30 Seg) (02 escores).

Nr de escores obtidos: ___________

Resposta: Nó Lais de guia na cintura: _____

Arremate Nó de pescador duplo:_____

(F) Os escaladores, ao se aproximarem da via equipada necessitavam ancorar-se ao passa-mão da via. Confeccione um NÓ PRÚSICO A 06 VOLTAS (Tempo 30 Seg) (02 escores).

Nr de escores obtidos: __________

Resposta: Nó prussico a 06 voltas: _____

Arremate Nó de pescador duplo:_____

(G) Após ter cumprido a missão, o (____________), durante sua exfiltração, deparou-se com um paredão para desescalar. O Guia de Cordada, após ter lançado os meios para a ancoragem do rapel, ordenou que o senhor confeccionasse o NÓ MOLA (Tempo 45 Seg) (03 escores).

Nr de escores obtidos: __________

Resposta: Nó mola: _____

Nó de porco: _____

Arremate Nó de pescador duplo:_____

(H) Após ter terminado a montagem do rapel, o senhor pegou seu cabo solteiro para iniciar o encordamento. Inicialmente, confeccione a ATADURA DE PEITO (Tempo 60 Seg) (03 escores).

Nr de escores obtidos: __________

Resposta: Nó de azelha em oito com passagem correta no pescoço: ___

Mosquetão no Nó de azelha: _____

Arremate Nó Direito com pescador duplo:_____

(I) Depois de ter confeccionado a atadura de peito, confeccione agora o ASSENTO AMERICANO (Tempo 60 Seg) (03 escores).

Nr de escores obtidos: __________

Resposta: Assento com passagem dos cabos

corretamente: _____

Mosquetão no assento: _____

Arremate Nó Direito com pescador duplo:_____

MODELO VI

Folha Resposta – Avaliação de Nós e Amarrações “A”

Visto Instrutor

EBCM 200_____/_____

Quest.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	GRAU	ASSINATURA
Estg	2	2	2	1	2	1	3	3	3	1		
01												
02												
03												
04												
05												

56												
57												
58												
59												
60												

MODELO VII

Folha Resposta – Avaliação de Nós e Amarrações “B”

Visto Instrutor

EBCM 200_____/_____

Quest.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	GRAU	ASSINATURA
Estg	2	2	2	2	2	1	3	3	3		
01											
02											
03											
04											
05											

56											
57											
58											
59											
60											

MODELO VIII

Folha Resposta – Avaliação de Nós e Amarrações "C"

Visto Instrutor

EBCM 200_____/_____

Quest.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	GRAU	ASSINATURA
Estg	1	2	2	2	2	2	3	3	3		
01											
02											
03											
04											
05											

56											
57											
58											
59											
60											

MODELO IX

FICHA DE CERIMONIAL - EBCM

INSTRUTOR: ___________________________ DATA: _____ / _____/ _____

ITEM AVALIADO	IDÉIAS	Al:	Al:	Al:	Al:	Al:	Al:	Al:	Al:
Barba e cabelo	01								
Capacete	01								
Uniforme	02								
Atadura de peito	03								
Assento Americano	04								
Auto-segurança	02								
Coturnos	02								
Luva e freio em "8"	01								
TOTAL	16								

Cada idéia tem o valor de 0,625

Tabela de conversões das observações do cerimonial em grau.

Nº Erros	01	02	03	04	05	06	07	08
Grau	9,4	8,7	8,1	7,5	6,9	6,3	5,6	5,0
Nº Erros	09	10	11	12	13	14	15	16
Grau	4,4	3,7	3,1	2,5	1,9	1,2	0,6	0,0

Itens observados:
- cabelo cortado, barba raspada (01);
- capacete limpo, com numeração e tipo sangüíneo (01);
- uniforme limpo (01), com botões e sem furos (01);
- atadura confeccionada corretamente (01), acochada (01) e colocação do Msq (01);
- assento confeccionado corretamente (01), acochado (01), colocação do Msq (01) e arremate do mesmo lado da atadura (01);
- auto-segurança com prússico a 04 voltas (01), na altura do braço e nó pescador duplo no Msq (01);
- coturnos limpos e engraxados (01) e adequado para a escalada (01); e
- luva limpa, sem furos, e freio em "8" limpo, no local padronizado (01).

VISTO INSTRUTOR

TÉCNICA DE ESCALADA - EBCM 200____/____

AVALIAÇÃO SOMATIVA

VISTO STE

SUBCAMPO: _______ ROTA: ______________ INSTRUTOR : _________________ DATA: ___ / ___ /______

<table>
<tr><th colspan="2">ALUNOS / ESTAGIÁRIOS</th><th>G</th><th>01</th><th>02</th><th>03</th><th>04</th><th>05</th><th>06</th><th>07</th><th>08</th><th>09</th><th>10</th><th>11</th><th>12</th><th>13</th><th>14</th><th>15</th><th>16</th><th>17</th><th>18</th><th>19</th><th>20</th></tr>
<tr><td rowspan="2">ENCORDA-MENTO (0,5 Pt)</td><td>Assento frouxo</td><td>1</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>Atadura frouxa</td><td>1</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td rowspan="2">COMANDOS (0,5 Pt)</td><td>Falta de comando</td><td>1</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>Comando errado</td><td>1</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td rowspan="8">TÉCNICA DE ESCALADA (7,0 Pt)</td><td>R.E.M.E.</td><td>3</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>Não escalar c/ vistas</td><td>3</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>Laços longos</td><td>3</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>Ficar em 02 apoios</td><td>4</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>Cruzar membros</td><td>3</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>Não empregar a técnica adequada</td><td>5</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>Não manter o corpo afastado da pedra</td><td>3</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>Usar joelhos, cotovelos ou nádegas</td><td>4</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>QUEDAS (2,0 Pt)</td><td>Queda durante a escalada</td><td>2x4</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td colspan="3">Nº DE TENTATIVAS NA RECUPERAÇÃO</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td colspan="3">GRAU FINAL</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td colspan="3">RUBRICA</td><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td><td>17</td><td>18</td><td>19</td><td>20</td></tr>
</table>

BAREMA

Nr de erros	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
Grau	10,0	9,75	9,5	9,25	9,0	8,75	8,5	8,25	8,0	7,75	7,5	7,25	7,0	6,75	6,5	6,25	6,0	5,75	5,5	5,25	5,0	Rcp

20.00

Você encontrará, na página que se segue, uma proposta de distribuição de tempo para o desenvolvimento do Programa de Instrução que visa à Preparação do Escalador Militar. O Comandante, Diretor ou Chefe da OM poderá, em função dos recursos disponíveis, das características dos estagiários e de outros fatores conjunturais, alterar as cargas horárias das matérias discriminadas na distribuição sugerida.

III. PROPOSTAS PARA DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO

QUADRO GERAL DE DISTRIBUIÇÃO DE TEMPO

MATÉRIAS FUNDAMENTAIS		Carga-horária	
		DIURNA	NOTURNA
DISCIPLINA CURRICULAR	- TÉCNICA DE ESCALADA LIVRE	25h	03h
	- TÉCNICAS APLICADAS AO MONTANHISMO	14h	-
	SOMA	39h	03h
COMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO	- TREINAMENTO FÍSICO MILITAR	02h	-
	- À DISPOSIÇÃO DO COMANDO	03h	-
	SOMA	05h	-
TOTAL		44h	03h
		47h	

A seguir, você encontrará a série de Objetivos Individuais de Instrução que estão, especificamente, relacionados a Atributos da Área Afetiva.

Não existe tempo disponível especificamente para esses objetivos. Eles serão desenvolvidos ao longo do estágio e, principalmente, serão avaliados por meio das técnicas de escalada e das técnicas aplicadas ao montanhismo.

IV. ATRIBUTOS DA ÁREA AFETIVA

ATRIBUTOS DA ÁREA AFETIVA				TEMPO ESTIMADO DIURNO: 20 h
(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO
	TAREFA	CONDIÇÃO	PADRÃO MÍNIMO	
E-001 (FC)	Meticulosidade: Capacidade de agir atendo-se a detalhes significativos.	Nas técnicas de escalada: - executa rigorosamente os passos de uma tarefa complexa; - atém-se a detalhes pequenos, porém importantes, de suas atribuições.	O militar evidencia o atributo nas condições especificadas.	
E-002 (FC)	Persistência: Capacidade de manter-se em ação, continuadamente, a fim de executar uma tarefa de modo a vencer as dificuldades encontradas.	Nas técnicas de escalada: - atua de forma insistente até conseguir cumprir as tarefas impostas; - busca a realização de seus objetivos, mesmo diante de dificuldades; - realiza exercícios prolongados com aproveitamento, sem desistir.	O militar evidencia o atributo nas condições especificadas.	- Deverão ser desenvolvidos os atributos da área afetiva nos estagiários, principalmente em atividades práticas de escalada. - O Estagiário deverá evidenciar os atributos durante as diversas atividades de escalada.
E-003 (FC)	Cooperação: Capacidade de contribuir espontaneamente para o trabalho de alguém e/ou de uma equipe.	Nas técnicas aplicadas ao montanhismo: - auxilia os companheiros na execução de uma tarefa; - age em benefício do grupo, sacrificando seu interesse pessoal; - aplica seus conhecimentos em prol dos objetivos do grupo; - colabora com os companheiros em situações adversas.	O militar evidencia o atributo nas condições especificadas.	

ATRIBUTOS DA ÁREA AFETIVA				TEMPO ESTIMADO DIURNO: 20 h
(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO
	TAREFA	CONDIÇÃO	PADRÃO MÍNIMO	
E-004 (FC)	Resistência: Capacidade de suportar, pelo maior tempo possível, a fadiga resultante de esforços físicos e/ou mentais, mantendo a eficiência.	Nas técnicas de escalada: - suporta exercícios de longa duração, com equipamentos, sob condições adversas; - permanece em condições de prosseguir na missão, mesmo quando outros já revelaramcansaço; - apresenta bom rendimento diante de tarefas exaustivas; - cumpre as atividades práticas do estágio, sem demonstrar cansaço.	O militar evidencia o atributo nas condições especificadas.	- Deverão ser desenvolvidos os atributos da área afetiva nos estagiários, principalmente em atividades práticas de escalada. - O Estagiário deverá evidenciar os atributos durante as diversas atividades de escalada.
E-005 (FC)	Rusticidade: Capacidade de superar as situações de desconforto.	Nas atividades de marcha, conduzindo o material individual e coletivo.	O militar evidencia o atributo nas condições especificadas.	
E-006 (FC)	Coragem: Capacidade para agir de forma firme e destemida diante de situações difíceis e perigosas.	Durante as atividades de escalada, na superação de lanços de maior dificuldade.	O militar evidencia o atributo nas condições especificadas.	

A seguir, você encontrará o conjunto de OII relacionados ao Programa de Matérias.

Lembre-se que o êxito da instrução evidencia-se quando todos os Estagiários atingem, plenamente, todos os OII.

V. PROGRAMA DE MATÉRIAS

1. TÉCNICA DE ESCALADA	TEMPO ESTIMADO DIURNO: 25 h NOTURNO: 3h

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÃO	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
E-007 (AC)	Descrever os principais materiais empregados no ambiente operacional de montanha.	Relacionar o assunto, no que for possível, com Técnica de Escalada Livre, Vias Equipadas e Marchas em Montanha. Empregar corretamente a técnica do Interrogatório, visando estimular a participação do estagiário. Exemplificar com casos práticos e de emprego iminente dos conhecimentos nas atividades previstas nas jornadas vindouras. Carga horária: 2 tempos de instrução.	O militar deverá: a. identificar os equipamentos de escalada; b. descrever as características dos vestuários a serem utilizados no ambiente operacional de montanha.	a. Diferenciar os vários tipos de vestuário. b. Identificar os equipamentos de campanha e os armamentos mais adequados para uma OM de Montanha. c. Identificar o material de escalada individual. d. Identificar o material de escalada coletivo. e. Descrever os cuidados no manuseio, armazenamento e manutenção do material de escalada individual e coletivo. f. Demonstrar o desempenho individual estabelecido no OII.	1. VESTUÁRIO, EQUIPAMENTOS E ARMAMENTO a. Tipos de vestuário 1) Características 2) Utilização b. Equipamentos de campanha c. Armamento d. Material de escalada 1) Individual 2) Coletivo e. Cuidados no manuseio, armazenamento e manutenção
E-008 (AC) (HT)	Confeccionar os diversos tipos de nós e amarrações.	Os estagiários adotarão um dispositivo em forma de ‘’U’’, com um instrutor ao centro. Este apresentará o nó para os estagiários e, em seguida, conduzirá, junto com os estagiários, a confecção de cada nó, valendo-se de auxiliares para corrigir os erros dos estagiários. Carga horária: 3 tempos de instrução e 1 tempo para a avaliação.	O militar deverá confeccionar as amarrações e os nós utilizados nas atividades em montanha, no tempo previsto.	a. Empregar a nomenclatura correta no manuseio de cordas e na confecção de nós e amarrações. b. Reconhecer as características dos nós. c. Classificar os nós quanto ao seu emprego. d. Confeccionar os nós e amarrações utilizados nas atividades do Estágio Básico do Combatente de Montanha (EBCM). e. Confeccionar minuciosamente nós e amarrações (METICULOSIDADE).	1. NÓS E AMARRAÇÕES a. Nomenclatura b. Características dos nós c. Classificação dos nós d. Confecção dos nós e amarrações e. Assento americano e atadura de peito

1. TÉCNICA DE ESCALADA	TEMPO ESTIMADO	DIURNO: 25 h NOTURNO: 3h

	OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO (OII)			ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÃO	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
E-009 (AC) (CH) (HT)	Conhecer as características e cuidados relativos a cordas.	Fazer ligação, no que for possível, com Técnica de Escalada Livre, Vias Equipadas e Marchas em Montanha. Empregar corretamente a técnica do Interrogatório, visando estimular a participação. Exemplificar com casos práticos e de emprego iminente dos conhecimentos nas atividades previstas nas jornadas vindouras. Ao final da sessão, realizar uma Verificação Imediata (VI), calcada nos objetivos específicos, previamente informada aos estagiários no início da sessão e, imediatamente, corrigida e retificada antes do término da referida sessão. Carga horária: 2 tempos de instrução.	O militar deverá empregar as técnicas de manutenção e lançamento de cordas.	a. Classificar as cordas quanto às espécies das fibras e tipos de corda. b. Reconhecer as características das cordas. c. Empregar as técnicas de manutenção, enrolamento e lançamento das cordas. d. Identificar a resistência de uma corda.	2. CORDAS a. Classificação b. Características c. Manutenção d. Enrolamento e. Lançamento f. Resistência

1. TÉCNICA DE ESCALADA	TEMPO ESTIMADO	DIURNO: 25 h NOTURNO: 3h

	(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO			ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÃO	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
E-010 (AC) (HT) (TE)	Aplicar as técnicas de escalada.	Fazer ligação, no que for possível, com Equipamentos de Escalada, Cordas, Nós e Amarrações. Empregar corretamente a técnica do Interrogatório, visando estimular a participação do discente. Exemplificar com casos práticos, e de emprego iminente dos conhecimentos nas atividades previstas nas jornadas vindouras. O instrutor deverá acompanhar as atividades de escalada para retificar os principais erros. Haverá prática noturna da disciplina. Carga horária diurna: 17 tempos de instrução. Carga horária noturna: 3 tempos de instrução.	O militar deverá: a. executar as técnicas de escalada livre; b. transpor vias equipadas; c. realizar a segurança de outros escaladores; d. agir de forma firme e destemida escalando paredões rochosos, utilizando a Técnica de Escalada Livre e seguindo as normas de segurança (CORAGEM); e. seguir à risca a seqüência das ações previstas na Técnica de Escalada Livre, durante uma escalada (METICULOSIDADE); f. concluir uma escalada em paredões rochosos, superando os obstáculos encontrados na rota (PERSISTÊNCIA); e g. manter-se em condições de realizar escaladas livres, superando o desgaste físico e mental da atividade (RESISTÊNCIA).	a. Classificar as escaladas quanto à técnica empregada. b. Aplicar as normas básicas de escalada. c. Executar as técnicas de escalada livre. d. Executar as técnicas de desescalada. e. Emitir corretamente os comandos para escaladas e desescaladas: f. Realizar a segurança de outros escaladores. g. Realizar escaladas noturnas. h. Transpor vias equipadas. i. Enfrentar, sem hesitação, as situações de exposição ao vazio durante as escaladas e desescaladas (CORAGEM). j. Superar os obstáculos durante as escaladas e desescaladas (PERSISTÊNCIA). l. Suportar a fadiga física e mental, apresentando bom rendimento durante as escaladas e desescaladas (RESISTÊNCIA).	1. TÉCNICA DE ESCALADA a. Classificação das escaladas b. Normas básicas de escalada c. Agarras e apoios d. Escalada livre 1) Escalada exterior a) Esforço vertical b) Aderência c) Oposição de esforços 2) Escalada interior - Processos 3) Escalada Mista e. Quedas f. Desescalada 1) Livre 2) Rapel g. Segurança 1) Tipos 2) Fundamentos h. Normas Gerais de escalada i. Comandos para escalada j. Escalada noturna l. Vias equipadas 1) Lepar 2) Corda Fixa 3) Passa-mão 4) Escada 5) Comando Crawl 6) Ascensor

2. TÉCNICAS APLICADAS AO MONTANHISMO				TEMPO ESTIMADO	DIURNO: 14 h NOTURNO:
(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				**ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO**	
	TAREFA	**CONDIÇÃO**	**PADRÃO MÍNIMO**	**SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS**	**ASSUNTOS**
E-011 (AC)	Conhecer o ambiente operacional de montanha.	O instrutor deverá, previamente, comunicar aos estagiários os objetivos da sessão. Ao final da sessão, realizar uma Verificação Imediata (VI), calcada nos objetivos específicos, previamente informada aos estagiários no início da sessão, e corrigida e retificada antes do término da referida sessão. Carga horária: 1 tempo de instrução.	O estagiário deverá identificar as peculiaridades do ambiente operacional de montanha, bem como, saber distinguir entre altitude e altura, e entre adaptação e aclimatação.	a. Descrever as características e peculiaridades do ambiente operacional de montanha. b. Diferenciar altitude de altura. c. Classificar as montanhas quanto à altitude. d. Diferenciar adaptação de aclimatação. e. Citar os fatores do ambiente operacional de montanha que influenciam no organismo. f. Diferenciar período estival de período invernal.	1. AMBIENTE OPERACIONAL DE MONTANHA a. Ambiente operacional de montanha b. Atividades em montanha c. Altitude e altura d. Classificação das montanhas quanto à altitude e. Adaptação e aclimatação f. Fatores que influenciam no organismo g. Período estival e período invernal
E-012 (AC)	Identificar as peculiaridades das marchas em montanha.	O instrutor deverá, previamente, comunicar aos estagiários os objetivos da sessão. Fazer ligação, no que for possível, com Equipamentos de Escalada. Ao final da sessão, realizar uma Verificação Imediata (VI), calcada nos objetivos específicos, previamente informada aos estagiários no início da sessão, e corrigida e retificada antes do término da referida sessão. Carga horária: 1 tempo de instrução.	O estagiário deverá identificar as características peculiares das marchas em montanha.	a. Descrever as características das marchas em montanha. b. Identificar a correta arrumação do equipamento individual para uma marcha. c. Descrever a disciplina de uma marcha em montanha. d. Citar a conduta da tropa durante os altos.	2. MARCHAS EM MONTANHA a. Características b. Preparação 1) Informações necessárias 2) Seleção de itinerário 3) Velocidade de marcha 4) Arrumação do equipamento c. Execução das marchas 1) Início 2) Disciplina de marcha 3) Altos 4) Estacionamentos

2. TÉCNICAS APLICADAS AO MONTANHISMO

TEMPO ESTIMADO — **DIURNO: 14 h** / **NOTURNO:**

	(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO			ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	**CONDIÇÃO**	**PADRÃO MÍNIMO**	**SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS**	**ASSUNTOS**
E-013 (TE) (OP)	Realizar uma marcha em montanha.	Na execução da marcha em terreno montanhoso deve ser considerado, para fins de avaliação, os critérios de conclusão da marcha e a transposição das vias equipadas. Carga horária: 4 tempos de instrução.	a. Realizar marchas em terreno montanhoso. b. Participar ativamente dos rodízios do material a ser conduzido durante uma marcha em terreno montanhoso, integrando um grupo (COOPERAÇÃO). c. Ajustar-se a situações de desconforto na execução de marchas em terrenos acidentados e sob condições climáticas adversas, permanecendo em condições de seguir combatendo (RUSTICIDADE).	a. Realizar uma marcha em terreno montanhoso, diurna ou noturna, com transposição de vias equipadas. b. Participar ativamente dos rodízios do material a ser conduzido durante uma marcha (COOPERAÇÃO). c. Ajustar-se a situações de desconforto na execução de marchas em terrenos acidentados e sob condições climáticas adversas permanecendo em condições de seguir combatendo (RUSTICIDADE).	3. EXECUÇÃO DE MARCHAS EM MONTANHA a. Marcha em montanha
E-014 (AC)	Conhecer o relevo brasileiro.	Fazer ligação, no que for possível, com Marchas. Exemplificar com casos práticos e de emprego dos conhecimentos nas Atv previstas nas jornadas vindouras. Ao final da instrução, realizar uma Verificação Imediata (VI), calcada nos objetivos específicos, previamente informada aos discentes no início da sessão, e imediatamente corrigida e retificada antes do término da referida sessão. Carga horária: 2 tempos de instrução.	a. Identificar as principais unidades do relevo brasileiro.	a. Descrever a formação das montanhas. b. Conhecer as formas do relevo. c. Identificar as grandes unidades do relevo brasileiro. d. Identificar as classes de altitudes do relevo brasileiro. e. Diferenciar as diversas formas das montanhas. f. Diferenciar as principais terminologias do relevo rochoso.	1. RELEVO a. Aspectos geológicos b. Formas do relevo c. As grandes unidades do relevo brasileiro d. As classes de altitudes do relevo brasileiro e. Aspectos das montanhas f. Acidentes do relevo rochoso

2. TÉCNICAS APLICADAS AO MONTANHISMO	TEMPO ESTIMADO	DIURNO: 14 h NOTURNO:

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÃO	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
E-015 **(AC)** **(OP)** **(TE)**	Realizar a evacuação de feridos em ambiente de montanha.	Deverão ser apresentados aos estagiários os principais materiais utilizados na evacuação de feridos. Devem ser demonstrados os processos de evacuar um ferido, e os estagiários deverão praticar os mesmos processos. Carga horária: 6 tempos de instrução.	a. Preparar um ferido para o transporte em terreno montanhoso. b. Realizar a evacuação de um ferido em terreno montanhoso.	a. Identificar os princípios da evacuação de feridos. b. Preparar um ferido para o transporte em terreno montanhoso. c. Realizar a evacuação de um ferido em terreno montanhoso.	1. EVACUAÇÃO DE FERIDOS a. Princípios da evacuação b. Transporte de feridos 1) Com cabo solteiro ou fita tubular a) Preparação b) Execução 2) Uso de imobilizadores a) Preparação b) Execução 3) Transporte em maca a) Preparação b) Execução

3. TREINAMENTO FÍSICO MILITAR				TEMPO ESTIMADO	DIURNO: 2 h NOTURNO:
(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÃO	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
E-016 **(CF)**	Executar o Treinamento Físico Militar.	Corrida em percurso variado com pequenos aclives/declives típicos do terreno montanhoso. Carga prevista para execução, com uniforme de TFM: 8.000 Km /50 min. Em caso de uniforme de campanha e desarmado, alterar a carga para 6.000m / 42 min. Carga horária: 2 tempos de instrução.	a. Manter e desenvolver o condicionamento físico, realizando aquecimento e corrida. b. Alongar e relaxar os grupos musculares mais exigidos durante as atividades de escalada.	a. Manter e desenvolver o condicionamento físico, realizando: aquecimento e corrida em percursos que contenham aclives e declives (8.000m / 50min). b. Alongar e relaxar os grupos musculares mais exigidos durante as atividades de escalada. c. Manter a higidez, durante a prática do TFM, chegando ao final da corrida sem queixar-se e sem demonstrar sinais de fadiga (RESISTÊNCIA). d. Superar a fadiga durante os aclives e declives do percurso da corrida (PERSISTÊNCIA).	1. TREINAMENTO FÍSICO MILITAR (TFM)

Edital nº 016/2017- ACIDES/SDS

Disciplina o processo de seleção do cadastro de reserva do corpo docente temporário para o **20 º *Curso de Formação Profissional de Delegado de Polícia Civil – 2017, sob a responsabilidade do Campus de Ensino Recife* - CERE**, da Academia Integrada de Defesa Social.

Faço saber aos interessados e inscritos no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, que nos termos da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e nos dispositivos constantes no presente Edital, encontram-se abertas inscrições para o Processo de Seleção do Cadastro de Reserva do Corpo Docente Temporário para o **20º *Curso de Formação Profissional de Delegado de Polícia - 2017***, sob a responsabilidade do **Campus de Ensino Recife - CERE**, da Academia Integrada de Defesa Social.

1. DAS VAGAS PARA CADASTRO DE RESERVA DO CORPO DOCENTE TEMPORÁRIO

1.1 Das vagas para coordenador de turma:

ATIVIDADE	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Coordenação	732	Ser Policial Civil, possuir curso de Coordenação Pedagógica realizado pela ACIDES e preferencialmente estar lotado no Campus de Ensino Recife - CERE.	04

1.2 Das vagas de instrutor titular:

DISCIPLINAS	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Sistema de Segurança Pública	12	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso na área de segurança pública, preferencialmente especialização.	1
Criminologia aplicada à segurança pública	10	Ser policial ou bombeiro militar e possuir especialização na área de direito ou segurança pública.	1
Direitos Humanos	20	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso de bacharel em direito ou curso de capacitação na área de Direitos Humanos, preferencialmente especialização na área.	2
Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres	10	Ser policial ou bombeiro militar, possuir mais de 05 anos de experiência na atividade fim e preferencialmente curso específico na área da disciplina.	1
Educação Física	30	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso de licenciatura em educação física e estar devidamente registrado no CREF.	2
Língua e comunicação	8	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso na área de comunicação social ou área afim.	1
Telecomunicações	10	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso técnico em Telecomunicações ou curso específico na área com experiência na área da disciplina.	1

Edital nº 016/2017 - ACIDES/SDS

Tecnologias e Sistemas Informatizados	12	Ser policial civil com experiência na área, possuir curso técnico, graduação ou especialização na área de informática, tecnologia da informação ou curso específico na área.	2
Identidade e Cultura da Policia Civil de Pernambuco	6	Ser Policial civil e possuir preferencialmente curso de licenciatura em história ou curso específico na área da disciplina.	1
Ética e Cidadania	10	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso específico na área.	1
Abordagem Policial no Âmbito das Operações de Polícia Judiciária	30	Ser policial civil com mais de 05 anos de experiência na atividade fim e com curso na área de abordagem.	2
Atendimento Pré-Hospitalar	16	Ser bombeiro militar com mais de 05 anos de experiência operacional específica e com curso na área de primeiros socorros.	2
Uso Diferenciado da Força	10	Ser policial ou bombeiro militar com mais de 05 anos de experiência na atividade fim e com curso específico na área da disciplina.	1
Defesa Pessoal Policial	20	Ser policial ou bombeiro militar, possuir curso de defesa pessoal e ser graduado em artes marciais.	2
Armamento, Munição e Tiro	80	Possuir mais de 05 anos de experiência na atividade fim e possuir curso de instrutor de armamento munição e tiro policial (CIAMTP).	4
Crime Organizado e Lavagem de Dinheiro	8	Ser delegado com mais de 05 anos de experiência na atividade fim e possuir preferencialmente curso especifico na área da disciplina.	1
Crimes Contra a Administração Pública	12	Ser delegado e possuir especialização ou curso na área da disciplina.	1
Estrutura e Competência da SDS e da PCPE	6	Ser policial civil com experiência na área e preferencialmente curso na área da disciplina.	1
Direito Administrativo Disciplinar	10	Ser delegado, preferencialmente possuir curso de especialização na área, com experiência na área de PAD tendo desempenhado suas funções por no mínimo 3 anos na corregedoria ou realizado curso de acordo com os novos procedimentos investigatórios adotados pela SDS/PE.	2
Direito da Criança e do Adolescente	8	Ser delegado e possuir preferencialmente especialização na área da disciplina com experiência no Departamento da Criança e do Adolescente.	2
Direito Penal Aplicado à Atividade Policial	12	Ser delegado e possuir preferencialmente especialização na área da disciplina.	2
Direito Processual Penal Aplicado a Atividade Policial	12	Ser delegado e possuir preferencialmente especialização na área da disciplina.	2
Justiça Restaurativa	8	Ser delegado e possuir especialização na área de segurança pública ou do direito.	1
Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	8	Ser delegado e possuir preferencialmente curso na área da disciplina com experiência no Departamento de Polícia da Mulher.	2
Legislação Especial Aplicada a Grupos Vulneráveis	8	Ser delegado e possuir preferencialmente experiência nas delegacias relacionadas aos grupos vulneráveis.	2
Legislação Especial Penal e Processual Penal	12	Ser delegado e possuir preferencialmente especialização na área da disciplina.	2

Edital nº 016/2017 - ACIDES/SDS

Gestão de Pessoas	12	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso técnico ou graduação ou especialização em Administração ou gestão de pessoas.	1
Gestão de Documentos	10	Ser policial civil e possuir curso técnico ou graduação em Secretariado ou curso específico na área.	1
Logística Aplicada à Administração Pública	12	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso técnico ou graduação ou especialização em Administração ou Logística.	1
Relatórios e Estatística Criminal	10	Ser policial civil com mais de 05 anos de experiência na área da disciplina e com curso específico na área da disciplina.	1
Comunicação e Mídia	10	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso na área de comunicação social ou área afim, preferencialmente curso de especialização na área.	2
Pacto pela Vida e Gestão por Resultados	8	Ser gestor governamental de planejamento com experiência em gestão por resultados.	1
Qualidade de Serviço e Atendimento ao Público	10	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso específico na área da disciplina.	1
Investigação Policial	52	Ser delegado com mais de 05 anos de experiência na área investigativa e possuir curso específico na área da disciplina.	2
Local de Crime	16	Ser delegado com mais de 05 anos de experiência na área investigativa e possuir curso específico na área da disciplina.	2
Planejamento Operacional e Operação de Repressão Qualificada	14	Ser delegado com mais de 05 anos de experiência na atividade fim e possuir curso específico na área da disciplina.	2
Medicina Legal	8	Ser Médico Legista e/ou professor em IES da disciplina com mais de 5 anos de experiência.	1
Criminalística Aplicada À Segurança Pública	10	Ser perito criminal e possuir curso especifico na área.	1
Entorpecentes e Drogas Afins	6	Ser Perito criminal e possuir curso específico na área da disciplina.	1
Papiloscopia Policial	10	Ser Perito Papiloscopista com curso específico na área da disciplina e preferencialmente experiência na atividade fim.	1
Inteligência de Polícia Judiciária	16	Ser delegado com experiência na atividade de Inteligência, bem como curso específico na área de inteligência de segurança pública com experiência mínima de 02 (dois) anos na área e estar desempenhando suas atividades preferencialmente na DINTEL.	2
Procedimentos de Polícia Judiciária	40	Ser delegado com mais de 05 anos de experiência na atividade fim.	2
Técnicas de Entrevista e Interrogatório	30	Ser delegado e possuir curso específico na área.	2
Boletim de Ocorrência	10	Ser policial Civil, possuir curso específico na área da disciplina e preferencialmente experiência na atividade fim.	1
Direção Defensiva	20	Ser policial ou bombeiro militar com mais de 05 anos de experiência na atividade operacional e possuir curso especifico na área da disciplina.	2

Edital nº 016/2017 - ACIDES/SDS

Prática Policial	40	Ser delegado com mais de 05 anos de experiência na atividade fim preferencialmente lotados nos departamentos de polícia.	4

1.3 Das vagas de instrutor Secundário:

DISCIPLINAS	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Educação Física	28	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso de licenciatura em educação física e estar devidamente registrado no CREF.	2
Tecnologias e Sistemas Informatizados	12	Ser policial civil com experiência na área, possuir curso técnico, graduação ou especialização na área de informática, tecnologia da informação ou curso específico na área.	4
Abordagem Policial no Âmbito das Operações de Polícia Judiciária	28	Ser policial civil com mais de 05 anos de experiência na atividade fim e com curso na área de abordagem.	4
Atendimento Pré-Hospitalar	16	Ser bombeiro militar com mais de 05 anos de experiência operacional específica e com curso na área de primeiros socorros.	4
Uso Diferenciado da Força	8	Ser policial ou bombeiro militar com mais de 05 anos de experiência na atividade fim e com curso específico na área da disciplina.	2
Defesa Pessoal Policial	20	Ser policial ou bombeiro militar, possuir curso de defesa pessoal e ser graduado em artes marciais.	2
Armamento, Munição e Tiro	76	Possuir mais de 05 anos de experiência na atividade fim e possuir curso de instrutor de armamento munição e tiro policial (CIAMTP).	12
Investigação Policial	14	Ser policial civil com mais de 05 anos de experiência na área investigativa e possuir curso específico na área da disciplina.	4
Local de Crime	4	Ser policial civil com mais de 05 anos de experiência na área investigativa e possuir curso específico na área da disciplina.	4
Planejamento Operacional e Operação de Repressão Qualificada	8	Ser policial civil com mais de 05 anos de experiência na atividade fim e possuir curso específico na área da disciplina.	4
Papiloscopia Policial	4	Ser Perito Papiloscopista com curso específico na área da disciplina e preferencialmente experiência na atividade fim.	2
Procedimentos de Polícia Judiciária	4	Ser policial civil com mais de 05 anos de experiência na atividade fim.	4
Técnicas de Entrevista e Interrogatório	18	Ser policial civil e possuir curso específico na área.	4
Boletim de Ocorrência	8	Ser policial Civil, possuir curso específico na área da disciplina e preferencialmente experiência na atividade fim.	2
Direção Defensiva	16	Ser policial ou bombeiro militar com mais de 05 anos de experiência na atividade operacional e possuir curso especifico na área da disciplina.	4
Prática Policial	40	Ser policial civil com mais de 05 anos de experiência na atividade fim preferencialmente lotados nos departamentos de polícia.	12

Edital nº 016/2017 - ACIDES/SDS

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DO PROCESSO DE SELEÇÃO

2.1. **Condições Gerais**

2.1.1. Estar inscrito no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, nos termos do Capítulo I (Do Cadastro) da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e em conformidade com a **Portaria SDS Nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento)** até a publicação deste Edital no portal da ACIDES, www.acides.pe.gov.br, e/ou Diário Oficial do Estado;

2.1.2. Após a publicação do presente edital, conforme item anterior, a pontuação dos profissionais já cadastrados na ACIDES/SDS, que se inscreverem para este processo seletivo, permanecerá inalterada para fins deste certame, não cabendo, portanto, atualizações neste momento;

2.1.3. Comprovar experiência profissional específica relativa à atividade pedagógica objeto de seleção (coordenação ou instrutoria), através da análise da documentação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social até a data de inscrição;

2.1.4 Para exercer as atividades de instrutor, os especialistas deverão comprovar, conforme estabelecido no Art. 18 do Decreto nº 43.993, de 29/12/2016 e Decreto Estadual nº 44089 de 06FEV17:

I - a capacidade técnica;
II - o conhecimento específico na área da capacitação;
III - o conhecimento prático na matéria a ser ministrada;
IV - a experiência em instrutoria de no mínimo 120 (cento e vinte) horas-aula ministradas na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins.

A comprovação de capacidade técnica deve dar-se mediante diploma, certificado ou declaração, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins.

A comprovação de conhecimento específico dar-se-á mediante:

I - diploma, certificado ou declaração, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, em qualquer área de conhecimento; e

II - certificado ou declaração, emitidos pelas Escolas de Formação e Aperfeiçoamento do Poder Executivo Estadual ou por instituições de formação, públicas ou privadas, na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins, com mínimo de 60 (sessenta) horas-aula.

A comprovação de conhecimento prático dar-se-á mediante declaração (anexo II), emitida pelo gestor da área em que o servidor público, empregado público ou militar tenha desempenhado as atividades inerentes à matéria a ser ministrada, por um período mínimo de 12 (doze) meses.

2.1.5. Ter concluído pelo menos um dos cursos, a saber: licenciatura em qualquer área do conhecimento; formação de multiplicadores ministrada pelo Instituto de Recursos Humanos (IRH); Pós-graduação na área de ensino; formação de formadores pela Rede EAD/SENASP.

2.1.6. Não se encontrar na inatividade, nem em processo de reforma, durante a realização de todo curso, até o lançamento das horas aula aos vencimentos.

Edital nº 016/2017 - ACIDES/SDS

3. DAS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO

3.1. As inscrições serão realizadas exclusivamente pelo site da ACIDES, através do **Formulário 016/2017 - ACIDES**, disponível no site da ACIDES, www.acides.pe.gov.br **e vão até o dia 13/08/2017**.

3.2. **Será excluído do processo seletivo o candidato que:**

3.2.1. Não estiver de acordo com o previsto na **Portaria SDS nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento),** até a data de publicação deste edital.

3.2.2 Não estiver com o seu currículo na Plataforma Lattes devidamente atualizado, nos últimos 12 meses, contendo o(s) curso(s) que o habilite(m) a ministrar a disciplina pretendida;

3.2.3. Não inserir do endereço do currículo lattes, no ato da inscrição através do formulário online disponibilizado pelo do portal da Acides;

3.2.4. Inscrever-se para o processo seletivo após o prazo constante no formulário de inscrição do referido edital;

3.2.5. Não comparecer ao Encontro Pedagógico.

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. Os trabalhos e instrumentos relativos ao processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso serão realizados pela **Comissão de Seleção**, composta pelos membros do quadro abaixo, tendo o primeiro como presidente.

POSTO	MAT.	NOME	LOTAÇÃO
DELEGADA	191763-3	**SYLVANA** TEIXIEIRA LELLIS	CERE
COMISSÁRIO PC	208.528-3	ANTONIO FLAVIO **PASTICK** ROLIM	CERE
CAP PM	960015-9	**ALEXANDRE** JOSÉ GOMES ALVES DE OLIVEIRA	GICAP/SDS
SGT BM	798053-1	ALEXANDRE PEREIRA **DOS ANJOS**	GICAP/SDS

4.2. Serão utilizados os seguintes instrumentos no processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso, com atribuição exclusiva da GICAP/SDS:

4.2.1. Comprovação de conclusão dos cursos do item 2.1.5.

4.2.2. Análise dos requisitos básicos constante neste Edital, da titularidade e da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.3. Os candidatos formarão uma lista de classificação, de acordo com a pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.4. Os dados do candidato inscrito, referentes aos instrumentos do processo de seleção, serão contabilizados numa **Planilha de Monitoramento do Processo de Seleção do Corpo Docente Temporário do Curso.** Será através da análise da referida planilha que os critérios serão verificados em cada caso, registrando-se o(s) motivo(s) que, eventualmente, inabilite(m) o(s) candidato(s).

4.5. Todos os instrutores concorrerão, inicialmente, com a sua primeira opção, feita no ato da inscrição. No caso das vagas não serem preenchidas desta forma, passarão a concorrer com a segunda opção, em assim por diante.

4.6. Caso, após o encerramento de todo o processo, ainda permaneçam vagas ociosas, estas poderão ser preenchidas através de rechamada no portal eletrônico da ACIDES/SDS ou de indicação por parte da Comissão de Seleção nomeada no item 4.1.

Edital nº 016/2017 - ACIDES/SDS

4.7. Os candidatos aptos e disponíveis ao preenchimento das vagas, mas não selecionados, poderão ser, posteriormente, convocados, obedecendo-se à ordem de classificação obtida através da pontuação do Cadastro Estadual de Especialistas, para serem submetidos aos referidos instrumentos do processo de seleção, caso um ou mais candidatos com maior pontuação não tenham preenchido as vagas disponíveis.

4.8. Relativamente à análise do cadastro de especialistas do candidato a instrutor serão considerados os seguintes **critérios de desempate**, nesta ordem: 1) maior tempo de docência na disciplina objeto da seleção; 2) maior número de cursos de formação e/ou especialização relacionados à área pretendida, 3) maior tempo de conhecimento prático na disciplina objeto da seleção 4) maior grau acadêmico na área.

4.9 Registrar, se houver, na ATA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO as contra-indicações, observando e justificando os motivos que contraindique o candidato à prática docente ao presente processo seletivo, com critérios objetivos, devidamente justificados em processo escrito, remetido para a Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária.

4.10. Para a função de coordenador será preenchida preferencialmente pelos servidores lotados nos Campi de Ensino da ACIDES/SDS que possuírem o curso de coordenação pedagógica pela ACIDES/SDS. A função de coordenador de turma exige dedicação integral, atuando em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério da direção do campus responsável, ficando o coordenador de turma impossibilitado de exercer qualquer outro tipo de atividade pedagógica (instrutoria) durante o período de execução do curso neste Campus ou em outra Unidade da ACIDES/SDS.

4.11. O preenchimento das vagas para a disciplina obedecerá a ordem de classificação obtida através do Processo de Seleção.
4.12. A função de instrutor (titular ou secundário) exige participação em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério do Supervisor de Ensino do Campus, **com caráter eliminatório.**

4.13. Não serão realizadas provas ou outras atividades de seleção diversas das que estão previstas neste Edital.

4.14. Apresentar disponibilidade expressa para cumprir o cronograma de atividade escolar estabelecido pelo Supervisor da Unidade de Ensino do Campus de Ensino.

4.15. O instrutor Conteudista que se candidatar a vaga de instrutor titular ou instrutor secundário, caso não entregue o material didático (pladis, apostila, slide e questões de prova) na data estipulada pela Direção do Campus de Ensino Recife, será automaticamente excluído do certame.

5. DO RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO

5.1. Concluídos os trabalhos, a Comissão de Seleção enviará à GICAP/SDS, através do e-mail **uafgicap@gmail.com** e também impresso, a minuta de portaria de designação dos docentes e a planilha de monitoramento do processo de seleção do corpo docente temporário do curso, que passarão por avaliação técnica, e conferência para que não ultrapassem a carga horária anual estabelecida pelo o Inc. II do Art. 32 do Decreto Estadual nº 43.993 de 29 de dezembro de 2016. Satisfeitos os requisitos exigidos, o gerente geral da GGAIIC encaminhará a documentação relativa aos processos adotados, a fim de ser homologada através de portaria do secretário de defesa social.

5.2. As horas-aula ministradas em outras secretarias no âmbito estadual serão computadas e subtraídas do limite anual de 240h/a, sendo de responsabilidade exclusiva do instrutor designado acompanhar sua quantidade de horas-aula, visto que as aulas excedentes não serão computadas para efeito de pagamento.
5.3. Os candidatos-servidores estaduais que já tenham formalizado seu pedido de ida para a inatividade, ou que estejam a ponto de fazê-lo, quer seja através de processo de aposentadoria (reserva remunerada ou reforma), quer seja por quaisquer outros motivos, estarão **impedidos** de participar deste certame.

5.4. Os candidatos não selecionados, porém aprovados em todos os instrumentos do Processo de Seleção, e disponíveis ao eventual preenchimento das vagas, formarão uma reserva técnica, em que serão denominados

Suplentes, sendo convocados para preencher as vagas sem submeterem-se a novo Processo de Seleção, obedecendo-se ordem de classificação para cada disciplina, e durante a validade do presente Edital.

5.5. Serão selecionados, se possível, 03(três) vezes o número de vagas oferecidas no certame para compor o quadro de reservas.

6. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

6.1. O candidato que desejar interpor recurso contra o Processo de Seleção, que não terá efeito suspensivo, só devolutivo, o fará na forma de requerimento enviado para a Comissão de Seleção do presente edital, no prazo máximo de 48 horas após a divulgação dos resultados no site da ACIDES, a qual responderá aos recursos no prazo de 72 horas da interposição do recurso.

6.2. O provimento do recurso, por parte da Comissão de Seleção, gerará para o candidato direito ao preenchimento da(s) vaga(s), desde que atendidos todos os Instrumentos do Processo de Seleção.

6.3. Os recursos interpostos deverão apresentar, no mínimo, as seguintes informações: NOME COMPLETO DO CANDIDATO, DISCIPLINA, CURSO, Nº DO EDITAL E ARGUMENTAÇÃO LÓGICA E CONSISTENTE, amparada na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009 e nos dispositivos do presente Edital.

6.4. Os recursos que não atenderem as especificações contidas no presente Edital e na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, não serão reconhecidos.

6.5**.** Não serão apreciados recursos interpostos em favor de outros candidatos.

7. DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS

7.1. O presente Edital, cujo teor estará disponível no portal da ACIDES, **www.acides.pe.gov.br**, a partir da publicação ate o encerramento do curso (publicação de portaria de conclusão). O calendário das atividades inerentes ao presente processo de seleção está descrito no Anexo I deste Edital (Cronograma de Atividades do Processo de Seleção).

7.2. A direção do campus de ensino solicitará ao gerente geral da GGAIIC o desligamento de qualquer coordenador ou instrutor selecionado, quando deixarem de comparecer injustificadamente a uma aula, ou não cumprirem os prazos previamente acordados inerentes à sua atividade, bem como por apresentarem, aos alunos, postura profissional inadequada ou motivos que os inabilitem para fazerem parte do Corpo Docente temporário, sendo substituídos imediatamente pelo candidato subsequente na condição de suplente.

7.3**.** Os casos omissos serão solucionados pelo gerente geral da GGAIIC, gestor de integração e capacitação e pela comissão de seleção.

7.4. Os Gestores dos Órgãos Operativos deverão facilitar a liberação dos servidores selecionados para ministrar as instruções, objetivando uma melhor qualificação dos profissionais de segurança pública.

Recife-PE, em 07 de agosto de 2017

ANTÔNIO DE PÁDUA VIEIRA CAVALCANTI
Secretário de Defesa Social

Edital nº 016/2017 - ACIDES/SDS

Anexo I
Cronograma do Processo de Seleção

Etapas	Atividades	Período	Responsabilidade
1	Validação das atualizações dos currículos junto à GICAP	Até a data de abertura deste Edital	Docente candidato
2	Análise da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, **confirmação recadastramento** e da existência de currículo do candidato na **Plataforma Lattes** e verificação de habilitação do candidato para a disciplina pretendida.	Até 20/08/2017	Comissão de Seleção com apoio da GICAP
3	Convocação dos instrutores selecionados para o cadastro de reservas que deverão entregar a **Declaração de Autorização da Chefia Imediata** (anexo III) no **Encontro Pedagógico**.	A DEFINIR	CERE
4	**Encontro pedagógico**	A DEFINIR	CERE
5	Elaboração e publicação no site da ACIDES da portaria de designação dos docentes selecionados.	A DEFINIR	Comissão de Seleção com apoio da GICAP

Edital nº 016/2017 - ACIDES/SDS

Anexo II

SECRETARIA
DEFESA SOCIAL

Academia Integrada de Defesa Social
Instituição de Ensino Superior credenciada pelo Parecer CEE/PE nº 33/2008-CES, do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, homologado pela Portaria SE nº 3571, de 12/05/2008, publicada no DOE de 13/5/2008
CNPJ : 02.960.040/0002-91

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, (Chefe imediato da atual lotação ou de Unidade anterior)________, matrícula nº______________, Órgão de Origem ____________________, atualmente exercendo a função de ________________________________, declaro para os devidos fins de **comprovação de conhecimento prático**, consoante o Parágrafo 3º do Artigo 18º do Decreto nº 43.993, de 29/12/2016 que o(a) servidor(a), _________________________________, matrícula nº, _____________,Órgão de Origem,_______________, lotado no(a), ____, **possui conhecimento prático sobre:** (nome da disciplina)_____, por ter desempenhado, por mais de 12 meses, atividades relativas ao tema no período de ____/____/______ a _______/________/____________, no(a) (lotação atual ou Unidade anterior)______________________________. Atesto, por tanto, sua capacidade prática na abordagem do referido tema.

Recife, PE, em ___ de _____________ de ________

____
Assinatura e carimbo da chefia imediata

Edital nº 016/2017 - ACIDES/SDS

Anexo III

Secretaria de Defesa Social

Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária
Gerência de Integração e Capacitação

ACIDES-PE
Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social

AUTORIZAÇÃO DA CHEFIA IMEDIATA

Eu, ________________________, Matrícula nº ______________________, CPF.__________________________________ solicito autorização para ministrar aulas na disciplina,____ do **20º *Curso de Formação Profissional de Delegado de Polícia Civil - 2017***, no período de ____/___/ a ____/___/2017 e DECLARO que não estou no período da disciplina a ser ministrada, em qualquer tipo de afastamento do serviço por licença ou gozo de férias e tenho pleno conhecimento da impossibilidade de exercer a referida instrutoria, sob o risco de **NÃO RECEBIMENTO** das horas aula ministradas, caso esteja ou dê entrada no processo para inatividade durante o transcorrer do curso. (Art. 28 e Inc. I e II do Art. 32 do Decreto nº 43.993, de 29DEZ16, alterado pelo Decreto Nº 44.089, De 6 de Fevereiro De 2017, alterado pelo Decreto Nº 44.089, De 6 de Fevereiro De 2017).

Recife, ____/____/_______.

[Assinatura]

De acordo,

Em, _____/______/_______.

[Carimbo e assinatura da chefia imediata].

Edital nº 016/2017 - ACIDES/SDS

Anexo IV

EMENTAS DAS DISCIPLINAS

DISCIPLINA 01
SISTEMA E GESTÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Carga Horária: 12 horas

EMENTA: A constituição da organização policial no Brasil. O sistema brasileiro de policiamento. Gerenciamento organizacional, modernização e controle das polícias. Sistemas de organização e gestão estratégica da ação policial e tecnologias com foco no controle da violência e da criminalidade. Controle social democrático das políticas públicas de segurança.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. A segurança pública na Constituição da República;
2. A estrutura do sistema brasileiro de policiamento;
3. As competências e as funções das organizações policiais brasileiras;
4. Polícia e controle social em um sistema democrático;
5. Planejamento como ferramenta de gestão;
6. O uso da informação para a tomada de decisão;
7. Modelos de controle das organizações policiais;
8. A gestão de pessoas nas polícias;
9. Pacto pela Vida – Política Pública de Segurança de Pernambuco – Estudo de caso;
10. Modelo de gestão implementado nas instituições de Segurança Pública de Pernambuco.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
ALVARENGA NETO, Rivadávia C. Drummond de. *Gestão do Conhecimento no contexto de organizações atuantes no Brasil: uma mudança em direção ao conceito de "Gestão de Contextos Capacitantes"*. Caderno de Idéias, Ano 7, n.17, Novembro de 2007, Fundação Dom Cabral, Outubro de 2007.
BALESTRERI, Ricardo. *Qualificar o processo qualificando a pessoa: algumas contribuições à reflexão sobre capacitação de operadores policiais*. 2006. Disponível em:
<http//www.ssp.df.gov.br/sites/100/164/qualificaroprocessoqualificandoapessoa.pdf. Acesso em: 30 jun 2007.
BATISTA, Fábio Ferreira; QUANDT, Carlos Olavo; PACHECO, Fernando Flávio; TERRA, José Cláudio Cyrineu. *Gestão do Conhecimento na Administração Pública*. Ipea: Brasília, 2005.
BEATO FILHO, Cláudio Chaves. *Informação e desempenho policial. Teoria e sociedade*, Belo Horizonte, v.7, 2001. Disponível em: <http//www. Crisp.ufmg.br/infopol.pdf>
____________. *Reinventar a polícia: a implementação de um programa de policiamento comunitário. Informativo CRISP*, Belo Horizonte, v.2, 2002. Disponível em: <http//www.crisp.ufmg.br/INFO2.pdf>
BEATO FILHO, Cláudio Chaves; SOUZA, Robson Sávio Reis. Controle de homicídios: a experiência de Belo Horizonte. In: *Segurança cidadã e polícia na democracia*. Rio de Janeiro: Cadernos de Adenauer IV, n.3, 2003.
BLAZECK, Luiz Mauricio Souza. *A gestão da segurança pública e seus paradigmas.* São Paulo: UNISO, 2007.
BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com colaboração de Pinto, Antonio Luiz de Toledo; Windt, Márcia Cristina Vaz dos e Céspedes, Livia. São Paulo: Saraiva, 2005.
BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos. 1/92 a 42/2003 e pelas Emendas Constitucionais da Revisão nos. 1 a 6/94 – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.
CHOO, C. W. *A Organização do Conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

DURANTE, Marcelo Ottoni. *Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento em Segurança Pública*. Secretaria de Segurança Pública: Brasília, 2010.
DURANTE, Marcelo Ottoni; SANDES, Wilquerson Felizardo. *Avanços na democracia brasileira: a participação da sociedade civil na Conferência Nacional de Segurança Pública*. Revista Brasileira de Segurança Pública: São Paulo, 2009.
KANT DE LIMA, Roberto. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
KANT DE LIMA, Roberto, MISSE, Michel, MIRANDA, Ana Paula M. *Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB, Rio de Janeiro, n.50, p.45-123, 2.º semestre de 2000.
LEMGRUBER, Julita (org.) Criminalidade*, violência e segurança pública no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
PINHEIRO, Paulo S. *Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias*. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.9, n.1, p.43-52, maio 1997.
PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
REED, Michael. *Teoria Organizacional: um campo historicamente contestado*. In: CLEGG, S. HARDY, Cynthia and NORD, W. (Org.); CALDAS, Miguel, FACHIN, Roberto, FISCHER, Tânia (Org. versão brasileira) Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1998.
SAPORI, Luís Flávio. *A administração da justiça criminal numa área metropolitana*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, ano 10, n.29, p.143-157, out. 1995.
________________. *A inserção da polícia na Justiça Criminal Brasileira: os percalços de um sistema frouxamente articulado*. In: MARIANO, Benedito Domingos, FREITAS, Isabel (Org.). Polícia: desafio da democracia brasileira. Porto Alegre: Corag, 2002.
SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo:Malheiros, 2004.
VEIGA, Bianca Melânia Castro. *O conhecimento dói*. Revista Brasileira de Segurança Pública: Rio de Janeiro, 2007
ZALUAR, Alba, LEAL, Maria C. *Violência extra e intramuros*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.16, n.45, 2001.

DISCIPLINA 02
CRIMINOLOGIA APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA
Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Escola clássica e ideia do crime; Conceito bioantropológico do criminoso; Teoria da desorganização social; Teoria do aprendizado social. Teoria da escolha racional; Teoria do controle social; Teoria do auto controle; Teoria da anomia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Escola clássica e ideia do crime;
2. Conceito bioantropológico do criminoso;
3. Teoria da desorganização social;
4. Teoria do aprendizado social;
5. Teoria da escolha racional;
6. Teoria do controle social;
7. Teoria do auto controle;
8. Teoria da anomia.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
BARATTA, Alessandro. (1997), *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal*. Rio de Janeiro, Revan.
BECCARIA, C. (1998), *Dos delitos e das penas*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
DIAS, J.F. & ANDRADE, M.C. (1984), *Criminologia. O homem delinquente e a sociedade criminógena*. Coimbra, Coimbra Editora.

FOUCAULT, M. (1999),*Vigiar e punir. Nascimento da prisão*. Petrópolis, Editora Vozes.
ZAFFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELI, José Henrique. (2004), *Manual de direito penal brasileiro*: *parte geral*. 5ª Edição rev. e atual. São Paulo, Revista dos Tribunais.
MOLINA, Antonio García-Pablo et al. Criminologia. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002

DISCIPLINA 03
DIREITOS HUMANOS
Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Teoria Geral e História dos Direitos Humanos. Constitucionalismo e Direitos Humanos. Perspectivas Críticas dos Direitos Humanos. Segurança e Direitos Humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Direitos Humanos como fenômeno histórico-cultural não “natural”.Contextualização Histórica, Filosófica e Cultural. Conceituação dos Direitos Humanos. Fundamentação: o porquê dos Direitos Humanos. Principais Características dos Direitos Humanos. Classificação dos Direitos Humanos. Caracterização Funcional do conceito de Direitos Humanos ou seu “núcleo de certeza”;
2. Constitucionalismo Clássico: como promover *justiça* sem o Estado? Constitucionalismo Sócio-Econômico: como *jurisdicizar*o Estado social? Direitos *versus* Garantias. Direitos Fundamentais - Direitos e Garantias - como Princípios Constitucionais.
3. Direitos em espécie. Garantias.Marx – a crítica materialista e o direito como instrumento de emancipação do homem. Burke – os argumentos contrarrevolucionários e conservadores de um reformista. Bentham – um utilitarista crítico do jusnaturalismo;
4. Segurança (sentido lato). O Conceito de Segurança (lato senso) e a Política. Segurança Nacional ou Segurança do Estado;
5. Polícia e Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
BONAVIDES, Paulo,*Curso de Direito Constitucional*, Malheiros Editores, 2008.
HUNT, Lynn,*A invenção dos direitos humanos*, Companhia das Letras, 2009.
MIRANDA,Roberto Wanderley de,*Os direitos humanos como espécie de verdade moral*, Revista de Direito, Asces, 2004
RODRÍGUEZ-TOUBES, Joaquim, *La razón de losderechos,*Tecnos, 1995.

DISCIPLINA 04
GERENCIAMENTO INTEGRADO DE CRISES E DESASTRES
Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Conhecimento do sistema integrado de resposta às crises e desastres, permeados pelo Decreto Estadual nº 33.782/10. Conhecimento das características e exemplos de crises policiais como também as alternativas táticas de resposta. Conhecimento das medidas preliminares para atendimento deste tipo de ocorrências assim como as nuances do gerenciamento de crises.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Crises: exemplos e características;
2. Gerenciamento de crise: conceito e objetivos;
3. Fases das crises;
4. Medidas Preliminares de resposta;
5. Alternativas táticas;
6. Decreto Estadual nº 33.782/10;
7. Noções de negociação.

Edital nº 016/2017 - ACIDES/SDS

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
Manual de Gerenciamento de Crises da secretaria Nacional de Segurança Pública;
BERQUÓ, Alberto. O Sequestro dia a dia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
BORGES, Gerson. Sequestros, a liberdade tem preço: um programa de segurança para você e sua família. Rio de Janeiro: Quartet, 1997.
BRASILIANO, Antônio Celso Ribeiro. Sequestro... Como Se Defender: planejamento de segurança pessoal, noções antissequestro. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
DECRETO Estadual nº 33.782/09 que Cria o Gabinete de Gerenciamento de Crise em Pernambuco.
DE SOUZA, Wanderley Mascarenhas. Gerenciamento de Crises em Segurança. São Paulo: Sicurezza, 2000.
_____, Wanderley Mascarenhas. Radiografia do Sequestro. São Paulo: Ícone, 1993.
LANCELEY, Frederick J. On-Scene Guide for Crisis Negotiators. 2 ed. Boca Raton: CRC Press, 2003.
MANFREDINI, Noely. RECALCATTI, Rubens. Sequestros: Modus Operandi e Estudos de Casos. Blumenau: Nova Letra, 2008.

DISCIPLINA 05
EDUCAÇÃO FÍSICA
Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Abordagens teóricas da importância da prática regular de exercícios físicos; Apresentação de noções de conceitos de fisiologia e anatomia; Desenvolvimento das valências físicas; Conhecimento das técnicas necessárias ao treinamento e aprimoramento do condicionamento físico; Conscientização da mudança do comportamento sedentário para um comportamento ativo em relação aos exercícios físicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Anamnese;
2. Noções de técnicas de Avaliação Física;
3. Apresentação prática do Protocolo do TAF;
4. TAF;
5. Atividades Lúdicas;
6. Valências Físicas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
DANTAS, E.H.M. A prática da preparação física. 6ª ed. - Vila Mariana, SP : Roca, 2014;
MONTEIRO, G. A. e EVANGELISTA, A. L. Treinamento Funcional. Uma abordagem prática. Phorte Editora, SP,2010;
NAHAS, M. V. Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida. 3ª Edição, Florianópolis, Editora Midiograf, 2007;

DISCIPLINA 06
LÍNGUA E COMUNICAÇÃO
Carga Horária: 08 horas

EMENTA: Reflexão sobre as possibilidades de uso da língua, a fim de se comunicar o necessário, com alguns tipos e gêneros textuais/discursivos nos quais se revela. Prioridade em temáticas como aspectos da leitura, da interpretação textual e da produção de textos orais e escritos; Caráter sociocultural da língua, sempre fundada em normas socialmente instituídas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Comunicação humana: história e importância;
2. Linguagem;
3. Funções da linguagem.
4. Linguagem oral;

5. Linguagem escrita;
6. Leitura;
7. Discurso: constituição e características;
8. Discurso direto e seu efeito na comunicação;
9. Discurso indireto e seu efeito na comunicação;
10. Procedimentos sintáticos para a transformação do discurso direto em indireto e vice-versa;
11. O que é um texto?
12. Tipos textuais;
13. Qualidades e defeitos de um texto, considerando sua intencionalidade;
14. Gêneros textuais, com ênfase nos do âmbito operacional policial/jurídico.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BAZERMAN, C. Gêneros textuais, tipificação e interação. Tradução de DIONÍSIO, A. P. HOFFNAGEL, J. C. (orgs). São Paulo, Cortez,2009.
CAVALCANTE, Mônica M. Os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2013.
DIJK, Tean A. Van. Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto. Tradução de Rodolfo Ilari, 2012.
KOCH, Ingedore Villaça. Argumentação e linguagem. 13ªed. São Paulo: Cortez, 2011.
____________________; Elias, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2009.
MARCUSCHI, L.A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

DISCIPLINA 07
TELECOMUNICAÇÕES
Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Conhecimentos teóricos e técnicos básicos necessários à viabilização da comunicação aplicada à atividade policial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Introdução e importância da comunicação para humanidade;
2. Histórico das telecomunicações;
3. Teoria das telecomunicações;
4. O processo de comunicação;
5. O significado do termo telecomunicações;
6. Tipos de sinais na comunicação;
7. Introdução e importância da comunicação;
8. Elementos de um Sistema de Comunicação;
9. Sistema de Comunicação por Sinais Elétricos;
10. Tipos de Transmissão;
11. Canal de Radiofrequência;
12. Antenas/ondas/frequência (UHF e VHF);
13. Frequência;
14. Faixas de frequências utilizadas;
15. Classificação das Ondas de rádio;
16. Sistema CIODS da Capital e RMR e os Postos de Comando - “PC”, no Interior do Estado;
17. Sistema de vídeo monitoramento e rastreamento de pessoas;
18. Mensagens;
19. Equipamentos de radiocomunicação;
20. Das Inspeções nas Estações de rádio;

21. Lei Geral das Telecomunicações e Normas constitucionais e penais que a envolve; Taxa de FISTEL e taxa de uso de frequência;
22. Sistema de comunicação telefônico; via rádio (analógico e digital);
23. Código "Q" internacional; Alfanumérico; e Informações sobre DATA/HORA.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

LATHI B., P., Sistemas de Comunicação. Rio de Janeiro: Guanabara Dois: 1979.
CARLSON A., B., Sistemas de Comunicação. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil: 1981.
DERFLER, Jr, J., F., Freed L., Tudo sobre cabeamentos de redes. Rio de Janeiro: Campus, 1994. ALENCAR M., S., Curso de Telefonia. Apostila, DEE - UFPb, Campina Grande: 1997.
FONSECA J., N., Telecomunicações I. Apostila, COELT - ETFSe, Aracaju: 1997.
Leis das Telecomunicações nº 9.472, Lei nº 9.295, Lei nº 4.177, Decreto-Lei 236;
Lei da Interceptação Telefônica nº 9.296;
Decreto-Lei nº 89.056 sobre alarme bancário;
COELHO, Patrícia Pinto, Telefonia Móvel Celular, Inatel, Santa Rita do Sapucaí-MG, 1995.

DISCIPLINA 08
TECNOLOGIAS E SISTEMAS INFORMATIZADOS
Carga Horária: 12 horas

EMENTA: Conhecimento na utilização dos diversos módulos de pesquisa do Sistema Infoseg. Emprego dos Sistemas contidos no Portal Web e no Portal de Sistemas nos diversos tipos de pesquisa. Habilitação do policial na utilização da Delegacia Interativa e Siap-Crime. Aplicação dos sistemas informatizados de defesa social nos diversos tipos de investigação. Reconhecimento da legislação de acesso à Internet e aos Sistemas Informatizados de Defesa Social no âmbito da Polícia Civil de Pernambuco.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução;
2. Sistema Infoseg: módulos de pesquisa de mandados de prisão, indivíduos, condutores e veículos;
3. Sistema Infoseg: módulos de pesquisa de Armas, Receita e Administração;
4. Portal Web: Solicitações de Antecedentes Criminais Online, Sistema de Relatórios Carcerários e Sistema de Cadastro Civil;
5. Portal Web: Sistema de Consulta a Roubo e Furtos de Veículos, Sistema de Consulta de Mandados de Prisão e Sistemas de Consultas Integradas;
6. Portal de Sistemas: Sistema de Registro de Queixas de Roubos e Furtos de Veículos;
7. Siap-Crime;
8. Delegacia Interativa;
9. Legislação de acesso à Internet e aos Sistemas Informatizados de Defesa Social.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

www.infoseg.gov.br
https://servicos.sds.pe.gov.br/portalsds/
www.policiacivil.pe.gov.br
https://www.tjpe.jus.br/siapcrime/xhtml/login.xhtml
http://servicos.sds.pe.gov.br/delegacia/
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL. (2003), Manual dos Sistemas de Defesa Social. Projeto CIODS/2000.
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. (2000), Manual do Infoseg. Procergs.

DISCIPLINA 9
IDENTIDADE E CULTURA DA POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
Carga Horária: 06 horas

EMENTA: História e evolução institucional da Polícia Civil de Pernambuco. Identidade organizacional, visão estratégica e símbolos institucionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. O surgimento da Polícia Civil no Brasil e em Pernambuco;
2. Missão, valores e a visão estratégica institucionais;
3. Os Símbolos da Polícia Civil de Pernambuco.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
CAVALCANTI, Carlos Bezerra. Polícia Civil de Pernambuco - Origem e Evolução Histórica. Recife: Recife. 2008;
Planejamento Estratégico Situacional da Polícia Civil de Pernambuco – 2015-2020, Disponível em: http://www.policiacivil.pe.gov.br/index.php/pespcpe.html. Acesso em 20 de julho de 2016.
História da Polícia Civil de Pernambuco. Disponível em: http://www.policiacivil.pe.gov.br/index.php/historia-da-policia.html. Acesso em 19 de julho de 2016.
Símbolos da Polícia Civil de Pernambuco. Disponível em: http://www.policiacivil.pe.gov.br/index.php/simbolos.html. Acesso em 19 de julho de 2016.

DISCIPLINA 10
ÉTICA E CIDADANIA
Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Conduta ética e legal no relacionamento profissional e social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Conceitos e Princípios da Ética e cidadania e suas aplicabilidades;
2. Aspectos Jurídicos da Ética e correlatos;
3. Perfil Profissional e comportamentos éticos adequados ao Serviço.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
BALESTRERI, R. B. Direitos humanos: coisa de polícia. Passo Fundo, CAPEC. 1998.
CHOUKR, F. H.; AMBOS, K. Polícia e estado de direito na América Latina. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.
KIPPER, Délio José (Org.) Ética e pratica: uma visão multidisciplinar. Porto Alegre: EDIPUCRS,2006.
SOUZA, Herbert de; RODRIGUES, Carla. Ética e cidadania. São Paulo, Moderna. 1998.
ROVER, Cees de. Direitos humanos e direito internacional humanitário para forças policiais e de segurança: manual para instrutores. Genebra, Comitê Internacional da Cruz Vermelha. 1998.

DISCIPLINA 11
ABORDAGEM POLICIAL NO ÂMBITO DAS OPERAÇÕES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA
Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Técnicas necessárias à correta aplicação dos procedimentos de abordagem, em consonância com o ordenamento jurídico nacional e as normas internacionais de direitos humanos e atuação dentro dos padrões éticos necessários atuação policial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Conceitos e princípios da abordagem;
2. Empunhadura; Posição Sul; Tipos de saque; Controle do Cano;
3. Técnicas com algemas: Em pé, com e sem anteparo, de joelhos e deitado; Aula prática de Abordagem a pessoa;

4. Abordagem a veículos (carro/moto);
5. Abordagem a edificações;
6. Abordagem a edificações (transposição de obstáculos e entradas táticas).

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovanni Cardoso. Polícia Comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI. Florianópolis, Ed. Insular, 2005.
AMARAL, Luiz Otávio de Oliveira. Direito e Segurança Pública: a juridicidade operacional da polícia. Brasília, Consulex, 2003.
Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8069 de 13/07/1990.
Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Pernambuco - Lei Nº 6123 de 20/07/1968.
FRANCO, Paulo Ricardo Pinto. Técnicas Policiais - Uma questão de Segurança. Porto Alegre, Santa Rita, 2002.
LEDUR, Nelton Henrique Monteiro. Violência nas abordagens policiais. Porto Alegre, Revista Unidade, nº 41, Jan/Mar, 2000.
LIMA, João Cavalim de. Atividade policial e o confronto armado. Curitiba, Juruá.2005.
GONÇALVES, Manuel Lopes Maia. O Novo Código de Processo Penal. Coimbra, Almedina, 1988.
FORTE, Edmilson. Policiamento Preventivo: indivíduo suspeito, busca pessoal, detenção para averiguação, identificação de pessoas. Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar. Monografia do CAO-I, São Paulo, 1998.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de Processo Penal-Comentado. Ed. Saraiva, 2010.
http://www.youtube.com/watch?v=xEkCi2wRbk4&feature=related
www.ctte.com.br/ctte/?alvo=prog&proj=002
http://pt.shvoong.com/law-and-politics/1622625-abordagem-policial-pessoas/
http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9491

DISCIPLINA 12
ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
Carga Horária: 16 horas

EMENTA: Noções de primeiros socorros com aplicação de técnicas e procedimentos adequados a situação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Atributos e Biossegurança: Utilizar medidas de segurança para redução da exposição do Policial Civil aos agentes biológicos; Aplicar corretamente os equipamentos e proteção individual; Avaliação primária; Realizar exame rápido na vítima, procurando por lesões que acometam a sua vida nos primeiros minutos do acidente;
2. Desobstrução de vias aéreas: Desobstruir vias aéreas com obstrução severa nas vítimas em pé ou deitada;
3. Reanimação cardiopulmonar: Identificar as causas e consequências de uma parada cardíaca e respiratória; Oferecer assistência respiratória, inclusive com manobras de abertura das vias aéreas superiores; Efetuar manobras de massagem cardíaca externa e ventilação artificial com um ou dois socorristas, em vítimas bebês, crianças e adultos, utilizando ou não AMBU e cânula de Guedel; Apresentar o Desfibrilador DEA 2005 AHA;
4. Avaliação secundária: Quantificar sinais vitais; Executar o exame cefálio-caudal; Correlacionar a cinemática do trauma, com as possíveis lesões da vítima;
5. Estado de choque, Hemorragias (hemostasia) e lesões ambientais: Descrever a fisiopatologia do estado de choque; Identificar os sinais e sintomas da hemorragia e formas de contenção; Lesões ambientais e noções de remoção; Descrever as prioridades de uma vítima queimada; Classificar as queimaduras quanto à sua profundidade e extensão; Executar condutas iniciais de um queimado;

6. Noções de rolamentos, elevações e transporte de vitimados: Apresentar os rolamentos e elevações para remoção de vítimas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

PHTLS – Prehospital Trauma Life Support – Conselho Americano de Cirurgiões 2009;
Fundamentos do Atendimento Pré-Hospitalar – CBMPE;
Manual do Curso de Emergencista Pré-Hospitalar – CBMDF;
Manual de emergência médica – WALTER ZIN;
Portaria Nº 2048 do Ministério da Saúde – Regula o sistema de atendimento pré-hospitalar no Brasil;
Caderno de treinamento do CBMPE;
Protocolos operacional padrão do CBMPE;
Emergências Médicas / Universidade Federal do Ceará.

DISCIPLINA 13
USO DIFERENCIADO DA FORÇA
Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Suporte e embasamento teórico e prático aos profissionais da área de segurança pública, quanto à observância dos princípios técnicos e éticos adequados ao atendimento de ocorrência que há a necessidade da aplicação do uso diferenciado da força (uso progressivo da força). Avaliação da adequabilidade, necessidade e proporcionalidade do uso da força, para a formação de um juízo crítico, com o objetivo da investigação em sede de inquérito policial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução;
2. Excludentes de criminalidade;
3. Desacato;
4. Tortura;
5. Excessos;
6. Uso da força: Conceitos e definições;
7. Uso da Força e a Polícia na atualidade;
8. Aspectos legais e éticos do uso da força;
9. Legislação Internacional, nacional e estadual aplicáveis ao uso da força;
10. Princípios básicos do Uso da Força e Arma de fogo;
11. Domínio do processo de tomada de decisão;
12. Princípios do UPF;
13. Prioridade ou foco na atuação e emprego do uso da força;
14. Fundamentos teóricos do uso da força pelos profissionais de segurança;
15. Propostas de Modelos de Uso Progressivo da força;
16. Procedimento operacional padrão;
17. Análise comparativas dos Modelos do uso da força;
18. Formação de Juízo Crítico sobre Uso da Força;
19. Elementos do uso da força;
20. Armas e equipamentos;
21. Tática de defesa;
22. Restrições;
23. Movimento e voz;
24. Formas de emprego de materiais e equipamentos não letais;
25. Técnica, tecnologias, armas, munições e equipamentos não letais);
26. Classificação dos Equipamentos; armas, munições e agentes não letais;
27. Tipos, composição, emprego, manuseio e segurança na utilização;

28. Emprego tático dos equipamentos e tecnologias não-letais;
29. Identificação das principais tecnologias não letais, EPI, EPC com a realização de oficinas simuladas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
CAMPOS, Alexandre Flecha & CAMPOS, Colemar Elias. Técnicas do tiro ao alvo: breve histórico e orientações. Ed. Independente, Goiania,1989;
GIRALDI, Nilson. IPSC X Pista Policial. ed. PMESP. São Paulo. 1996;
GOIAS. PMGO. Procedimento Operacional Padrão - POP. 2003;
MATHIAS, José J. D'Andrea & BARROS, Saulo C. Rego. Manual Básico de Armas de Defesa. ed. Magnum. São Paulo. 1997;
LIMA, João Cavalim de. Atividade Policial e Confronto Armado. Curitiba: Juruá, 2005;
MINAS GERAIS. PMMG Manual de Prática Policial – Volume I, Belo Horizonte, 2002;
SCHODER, André Luiz Gomes. Artigo – Princípios Delimitadores do Uso da Força para os Encarregados da Aplicação da Lei. ed. Independente. Goiânia. 2000;
ONU, Princípios Básico de Uso da Força e Armas de Fogo – PBUFAF;
ONU, Código de Conduta para Encarregados da Aplicação da Lei – CCEAL.

DISCIPLINA 14
DEFESA PESSOAL POLICIAL
Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Conhecimento e domínio sobre técnicas de defesa pessoal policial e táticas de imobilizações, necessárias à preservação da integridade física de terceiros e do policial no exercício legal de suas atribuições, em estrita observação e respeito aos princípios norteadores da cidadania e dos direitos humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Técnicas de saída de pegada no punho;
2. Técnicas de saída de pegada no punho com imobilização;
3. Técnicas de imobilização e condução: chave de ombro; chave de punho; chave de cotovelo; chave de punho para trás;
4. Defesa contra agarramento: saída contra agarramento pela frente por cima dos braços; saída contra agarramento pela frente por baixo dos braços; saída contra agarramento por trás por cima dos braços; saída contra agarramento por trás por baixo dos braços;
5. Defesa contra agarramento: saída contra esganadura; saída contra gravata lateral;
6. Defesa contra golpes contundentes: defesa contra chute frontal; defesa contra chute lateral; defesa contra soco frontal; defesa contra soco lateral;
7. Defesa contra agressão com armas: defesa contra agressão com faca por cima (descendente); defesa contra agressão com faca por baixo (ascendente); defesa contra agressão com faca no tórax; defesa contra agressão com faca lateral (circular); defesa contra agressão com arma de fogo apontada no tórax; defesa contra agressão com arma de fogo apontada no cabeça; defesa contra agressão com arma de fogo apontada nas costas; defesa com tomada antecipada ao saque, contra agressão com arma de fogo.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
Apostila Defesa Pessoal - SENASP (Academia de Polícia de Alagoas);
CORREA FILHO, Albano Augusto Pinto, (1986), *Manual de ataque e defesa*. Belo Horizonte;
DUNCAN, Oswaldo. (1979), *Judô katas*, Rio de Janeiro, Tecnoprint;
LASSERRE, Robert. *Atemis e jiu-jitsu*. São Paulo, Mestre Jou;
ROBERT, Luis. (1968),*O judô*. 4. ed. Portugal, Editorial Notícias;
SHIODA, Gozo. (1991), *Dinamicaikido*. 15. ed. Tóquio, Kodansha Internacional;
TOHEI, Koichi. (1977), Aikido y autodefesa. 3. ed. Buenos Aires: Editorial Glem.UESSHIBA;
KISSHOMARU. (1990), Sikido: la pratica. Madri, Editorial Eyra.

Edital nº 016/2017 - ACIDES/SDS

DISCIPLINA 15
ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO
Carga Horária: 80 horas

EMENTA: Instrução tática e técnica dos policiais com os principais armamentos utilizados pela instituição, bem como os princípios de montagem e desmontagem de armamentos e os conceitos do tiro policial propriamente dito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Histórico e evolução das armas de fogo. Especificidade de uso na função policial e suas responsabilidades. Diretrizes sobre o uso da força e armas de fogo pelos agentes de segurança pública;
2. Apresentar os principais conceitos, a classificação dos armamentos, os processos de disparo e sistemas de funcionamento. Apresentar as munições utilizadas pela instituição. Apresentar as noções gerais sobre balística. Realizar a Iniciação ao tiro policial. Definir as condutas e segurança na prática do tiro. Apresentar as características do tiro policial;
3. Apresentar e executar os fundamentos do tiro policial;
4. Apresentação dos armamentos. Características. Mecanismos de segurança. Funcionamento. Munição utilizada. Emprego operacional. Apresentação do EPI;
5. Inspeção Preliminar. Montagem e Desmontagem (teoria e prática);
6. Manejo. Manutenção e Guarda;
7. Avaliação prática de montagem e desmontagem da PT 840;
8. Avaliação prática de manejo com os seguintes armamentos: PT 840, Mt Cal. .40 e Espingarda Cal. 12;
9. Conduta e segurança na prática do tiro. Fundamentos do tiro com Pistola. Recarga operacional: administrativa/tática/emergencial. Procedimentos com pane de armamento. Transição operacional de armamento (Pt/Pt backup). Exercícios de controle de cano. Progressões e regressões com o armamento. Utilização operacional de coberturas e abrigos;
10. Conduta e segurança na prática do tiro. Fundamentos do tiro com MT .40. Recarga operacional: administrativa/tática/emergencial. Procedimentos com pane de armamento. Transição operacional de armamento (Mt/Pt). Exercícios de controle de cano. Progressões e regressões com o armamento. Utilização operacional de coberturas e abrigos;
11. Conduta e segurança na prática do tiro. Fundamentos do tiro com a Espingarda Cal. 12. Recarga operacional: administrativa/tática/emergencial. Procedimentos com pane de armamento. Transição operacional de armamento (Esp. 12/Pt). Exercícios de controle de cano. Progressões e regressões com o armamento. Utilização operacional de coberturas e abrigos. Iniciação ao tiro no STAND (Procedimentos e condutas de segurança);
12. Realizar disparos com a PT .40;
13. Realizar disparos com a MT .40;
14. Realizar disparos com a Espingarda Cal. 12;
15. Efetuar disparos de precisão para treino com a PT .40;
16. Avaliação de tiro de precisão com a PT .40.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CÂMARA JÚNIOR, Wellington Bezerra. Manual de Tiro Policial. Capitão, PMPE;
Coleção Armas Ligeiras de Fogo. Editora Del Prado.1996;
ONU. Princípios básicos sobre a utilização da força e de armas de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei;
GIRALDI, Nilson. Manual “O Tiro Defensivo na Preservação da Vida” – 513 – Manual da Pistola Semi-automática .40 S&W. São Paulo;
GIRALDI, Nilson. DVD “O Tiro Defensivo na Preservação da Vida – Método Giraldi”.São Paulo;
Portaria do Comando Geral da PMPE – Regulamenta para armas:

Edital nº 016/2017 - ACIDES/SDS

http://www2.pm.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=13029&folderId=91751&name=DLFE-9890.pdf
Lei nº10.826/2003 – Estatuto do desarmamento:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.826.htm;
Decreto nº 4,123/2004 – Regulamenta o registro e o porte de Armas:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5123.htm.

DISCIPLINA 16
CRIME ORGANIZADO E LAVAGEM DE DINHEIRO
Carga Horária: 8 horas

EMENTA: Compreensão da maneira de como se organiza a criminalidade complexa, com abordagem dos aspectos sociológicos, criminológicos e jurídicos e ênfase na necessidade da adaptação do atual modelo de investigação criminal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Conceitos fundamentais de criminalidade organizada e lavagem de dinheiro; Contextualização histórica da legislação brasileira e Tratados Internacionais.
2. Contextualização internacional da criminalidade organizada e da lavagem de dinheiro, sua criminalização e organismos de fiscalização.
3. Características essenciais e não essenciais da criminalidade organizada. 4. A lógica de criminalização da lavagem de dinheiro.
4. Constitucionalidade da repressão à criminalidade organizada: o garantismo penal integral.
5. Criminalidade econômica e complexa.
6. Crime organizado e sua relação com o poder público.
7. Crime organizado no Brasil e em Pernambuco.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
AMORIM, Carlos. CV-PCC: a irmandade do crime. 12. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.
BALTAZAR JR. José Paulo. Crime Organizado e Proibição de Insuficiência. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.
CALLEGARI, André (org.). Crime Organizado – Tipicidade – Política Criminal – Investigação e Processo – Brasil, Espanha e Colômbia. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.
De CARLI, Carla Veríssimo (org.). Lavagem de Dinheiro – Prevenção e Controle Penal. 2. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2013.
______. Lavagem de Dinheiro: ideologia da criminalização e análise do discurso. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2012.
CORDERO, Isidoro Blanco. El Delito de Blanqueo de Capitales. 3. Ed. Cizur Menor: Aranzadi, 2012.
DINO, Alessandra. MAIEROVITCH, Walter Fanganiello (orgs). Novas Tendências da criminalidade transnacional mafiosa. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
FALCONE, Giovanni. Et. al. Cosa Nostra – O Juiz e os "Homens de Honra". Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
GARCIA, Joaquin (Jack). Infiltrado – O FBI e a Máfia. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.
LILLEY, Peter. Lavagem de Dinheiro – Negócios Ilícitos transformados em atividades legais. São Paulo: Futura, 2001.
MAGALHÃES, Vlamir Costa. O Garantismo Penal Integral: Enfim, uma proposta de revisão do fetiche individualista. Rev. SJRJ, v. 17, Rio de Janeiro, 2010.
MAZUR, Robert. O Infiltrado – Minha Vida Secreta nos Bastidores da Lavagem de Dinheiro no Cartel de Medelín. Curitiba: Nossa Cultura, 2010.
MENDRONI, Marcelo Batlouni. Crime Organizado. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.
MORO, Sergio Fernando. Considerações sobre a operação ManiPulite. Revista CEJ, Brasília, n. 26, p. 56-62, jul./set. 2004
FURTADO, Lucas Rocha. As raízes da corrupção no Brasil. Belo Horizonte: Forum, 2015.

OLIVEIRA, Adriano. Tráfico de Drogas e Crime Organizado – Peças e Mecanismos. Curitiba: Juruá, 2008.
ROSE-ACKERMAN, Susan. PALIFKA, Bonnnie J. Corruption and Government. Causes, Consequencesand Reform. 2. Ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2016.
SAVIANO, Roberto. ZeroZeroZero. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
TURONE, Giuliano. Il Delito diAssociazione Mafiosa. 3. Ed. Milão: Giuffrè, 2015.

DISCIPLINA 17
CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Carga Horária: 12 horas

EMENTA: Abordagem das condutas lesivas à administração pública, especificamente os crimes contra a administração pública, descritos no Código Penal Brasileiro e na legislação extravagante, bem como a análise dos métodos de investigação e mecanismos de repressão a tais delitos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Dos crimes contra a administração pública previstos no Código Penal Brasileiro;
2. Dos crimes contra a administração pública previstos na legislação extravagante;
3. Metodologia de produção de provas nas investigações de crimes contra a administração pública: Relatório de Inteligência Financeira; Quebra de sigilo bancário; Quebra de sigilo fiscal; Quebra de sigilo e interceptação de sinais telemáticos; Quebra de sigilo e interceptação telefônica; Coleta de provas em campo;
4. Aplicação de medidas cautelares nas investigações de crimes contra a administração pública;
5. Aplicação das medidas assecuratórias nas investigações de crimes contra a administração pública.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
BECHARA, Fábio Ramazzini. Natureza jurídica do Relatório de Inteligência Financeira do COAF (Conselho de Controle das Atividades Financeiras). Revista Fórum de Ciências Criminais - RFCC Belo Horizonte, ano 1, n. 1, jan. / jun. 2014
BALTAZAR JR, José Paulo. Crimes Federais. São Paulo: Saraiva, 2015.
______. Sigilo Bancário e Privacidade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.
BITENCOURT. Cezar Roberto. Direito Penal das licitações. São Paulo: Saraiva, 2012.
DALLAGNOL. DeltanMartinazzo. As lógicas das provas no processo. Prova Direta, Indícios e Presunções. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.
ESSADO, Tiago Cintra. Perda de bens: sistematização e perspectivas críticas. Revista Fórum de Ciências Criminais - RFCC, Belo Horizonte, ano 1, n. 2, jul. / dez. 2014
GRECO, Luis (org.). Autoria Como Domínio do Fato. São Paulo: Marcial Pons, 2014.
GRECO FILHO, Vicente. Dos Crimes da Lei de Licitações. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
LATERZA, Rodolfo Queiroz. Breves Considerações Críticas Sobre os Desafios da Infiltração Policial da Persecução Penal. In. Temas Avançados de Polícia Judiciária. Salvador, 2015.
LIMA, Renato Brasileiro de. Legislação Criminal Especial Comentada. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2015.
MENDONÇA, Andrey Borges. A Colaboração premiada e a nova Lei do Crime Organizado (Lei 12.850/2013). Rev. Custos Legis. Vol. 4, 2013.
MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis. A prova por indícios no processo penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
PEREIRA, Flávio Cardoso. Infiltração de agentes: técnica de investigação para detectar e provar delitos de lavagem de capitais. Especial referência à Lei n. 12.850/2013. In. Lavagem de Capitais e Sistema Penal. Contribuições hispano-brasileiras a questões controvertidas. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2014.
PEREIRA, Frederico Valdez. O Procedimento da Colaboração Premiada e as Inovações da Lei 12.850/13. In. Temas Avançados de Polícia Judiciária. Salvador, 2015.
De SANCTIS, Crime Organizado e Lavagem de Dinheiro – Destinação de Bens Apreendidos, Delação Premiada e Responsabilidade Social 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Edital nº 016/2017 - ACIDES/SDS

ROSE-ACKERMAN, Susan. PALIFKA, Bonnnie J. Corruption and Government. Causes, Consequencesand Reform. 2. Ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2016.
TROTT, Stephen S. O Uso de um Criminoso Como Testemunha: um problema especial. Revista CEJ, Brasília, Ano XI, n. 37, p. 68-93, abr./jun. 2007.
VILARES, Fernanda Regina. Metodologia da investigação criminal e sua importância para uma ação controlada eficiente. Revista Fórum de Ciências Criminais - RFCC Belo Horizonte, ano 2, n. 4, jul. / dez. 2015

DISCIPLINA 18
ESTRUTURA E COMPETÊNCIA DA SDS E DA PCPE
Carga Horária: 06 horas

EMENTA: Conhecimento da estrutura organizacional e competências/atribuições da Secretaria de Defesa Social - SDS e da Polícia Civil de Pernambuco - PCPE.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Segurança Pública no contexto das Constituições Federal de 5 de outubro de 1988 e Estadual de 5 de outubro de 1989;
2. Emenda Constitucional nº 15, de 26 de janeiro de 1999 - Polícia Civil, Polícia Militar e corpo de Bombeiros Militar, como integrantes da Secretaria de Estado responsável pela Defesa Social;
3. Lei nº 6.657, de 7 de janeiro de 1974 - institui a polícia de carreira, criando o quadro de pessoal policial e dá outras providências;
4. Paradigma Gerencial de Administração Pública no Estado e a criação da Secretaria de Defesa Social mediante extinção da Secretaria da Segurança Pública - através da Lei nº 11.629, de 28 de janeiro de 1999, revogando a Lei nº. 11.200 de 30 de janeiro de l995, e suas alterações;
5. Lei nº 12.601, de 18 de junho de 2004 - Reorganiza o funcionamento das atividades atribuídas ao Sistema de Defesa Social do Estado, cria áreas comuns de atuação integrada, e dá outras providências;
6. Lei nº 12.853, de 04 de julho de 2005 - Institui o dia 13 de abril de 1817 como a data de criação da Polícia Civil do Estado de Pernambuco, adota como seu patrono o Patriota Felipe Néri Ferreira, e dá outras providências;
7. Estrutura e Competência da Secretaria de Defesa Social - SDS e da Polícia Civil de Pernambuco - PCPE à luz das Leis nº 15.452, de 15 de janeiro de 2015, nº 15.664, de 10 de dezembro de 2015, e dos Decretos nº 41.851, de 25 de junho de 2015, nº 41.460, de 30 de janeiro de 2015, nº 34.479, de 29 de dezembro de 2009, nº 35.305, de 07 de julho de 2010 e alterações;
8. Decretos nº 27.075, de 31 de agosto de 2004 e nº 35.291, de 07 de julho de 2010 - Estrutura Organizacional das Delegacias de Polícia Civil, definição de suas classificações e outras providências;
9. Decreto nº 34.479, de 29 de dezembro de 2009 - Aprova o Regulamento da Secretaria de Defesa Social, e dá outras providências;
10. Decreto nº 35.305, de 08 de julho de 2010 - Aprova o Manual de Serviços da Secretaria de Defesa Social, e dá outras providências;
11. Evolução da Polícia Civil de Pernambuco - Leis nº 15.026, de 20 de junho de 2013, nº 15.212, de 19 de dezembro de 2013 e nº 14.761, de 31 de agosto de 2012, regulamentadas pelos - Decretos nº 40.272, de 10 de janeiro de 2014, nº 39.665, de 1º de agosto de 2013 e nº 38.710, de 9 de outubro de 2012;
12. Decreto nº 41.901, de 8 de julho de 2015 - Estrutura organizacional e regime de funcionamento da Central de Plantões da Capital - CEPLANC, criada pela Lei nº 15.212, de 19 de dezembro de 2013;
13. Estrutura organizacional, regime de funcionamento e atribuições da Coordenação dos Serviços de Plantão Policial - COORDPLAN, da Polícia Civil de Pernambuco, de acordo com o Decreto nº 41.933, de 15 de julho de 2015.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

Constituições Federal de 5 de outubro de 1988 e Estadual de 5 de outubro de 1989;
Emenda Constitucional nº 15, de 26 de janeiro de 1999;

Lei nº 6.657, de 7 de janeiro de 1974;
Lei nº 11.629, de 28 de janeiro de 1999;
Lei nº 12.601, de 18 de junho de 2004;
Lei nº 12.853, de 04 de julho de 2005;
Leis nº 15.452, de 15 de janeiro de 2015, nº 15.664, de 10 de dezembro de 2015, e dos Decretos nº 41.851, de 25 de junho de 2015, nº 41.460, de 30 de janeiro de 2015, nº 34.479, de 29 de dezembro de 2009, nº 35.305, de 07 de julho de 2010 e alterações;
Decretos nº 27.075, de 31 de agosto de 2004 e nº 35.291, de 07 de julho de 2010;
Decreto nº 34.479, de 29 de dezembro de 2009;
Decreto nº 35.305, de 08 de julho de 2010;
Leis nº 15.026, de 20 de junho de 2013, nº 15.212, de 19 de dezembro de 2013 e nº 14.761, de 31 de agosto de 2012, regulamentadas pelos Decretos nº 40.272, de 10 de janeiro de 2014, nº 39.665, de 1º de agosto de 2013 e nº 38.710, de 9 de outubro de 2012;
Decreto nº 41.901, de 8 de julho de 2015;
Decreto nº 41.933, de 15 de julho de 2015.

DISCIPLINA 19
DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Explanação e delineamento das normas relativas às infrações disciplinares e dos meios apuratórios da conduta do servidor policial no exercício da função de Polícia Judiciária, na perspectiva do estudo detalhado e crítico do Direito Administrativo Disciplinar. Ampliação dos conhecimentos com entendimento do Regime Disciplinar aplicável à conduta funcional do servidor policial civil, com objetivo em última análise à postura policial dentro dos padrões de legalidade. Compreensão macro da expectativa de conduta funcional do servidor policial de acordo com os princípios jurídicos de direito público e da sistemática processual disciplinar. Conscientização do discente sobre a importância do exercício do controle interno, exercido na Secretaria de Defesa Social pela Corregedoria Geral, e sua relação com as atividades de polícia judiciária para preservação das garantias constitucionais e legais, previstas no Ordenamento Jurídico pátrio.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Direito Administrativo e sua caracterização como ramo de Direito Público: Conceito e características; Direito Administrativo Disciplinar; Responsabilidades do Servidor Público;
2. Legislação aplicável ao Regime Disciplinar e ao Processo Administrativo Disciplinar;
3. Garantias Constitucionais no Regime e Processo Administrativo Disciplinar;
4. Corregedoria Geral da SDS e sua história;
5. Estrutura organizacional e suas atribuições;
6. Responsabilidade Administrativa do Servidor policial civil;
7. Análise da Lei nº 6425/72 e Lei nº 6123/1968;
8. Instrumentos de apuração Corregedoria Geral;
9. Sindicância Administrativa e Processo Administrativo Disciplinar;
10. Direito Processual Disciplinar: Conceito; Princípios do Processo; Sistemas de Repressão Disciplinar; Do afastamento do servidor; A punição disciplinar; Do pedido de reconsideração; Recurso Disciplinar; Da revisão do Da prescrição; Repercussão da sentença penal na esfera disciplinar;
11. Processo Administrativo Disciplinar, sob à ótica da Lei nº 6.123/68;
12. Dos procedimentos disciplinares previstos na Lei nº 6.123/68.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
Constituição Federal de 1988;
Lei Estadual nº 6.123/68;
Lei Estadual nº 6.425/72;

Lei Federal nº 8.429/92;
Lei Federal nº 9.784/99;
Lei Estadual nº 11.781/00;
Lei Estadual nº 11.929/01;
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 27ª edição, 2014;
ARAÚJO, Edimir Neto de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 5ª edição, 2010;
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 28ª edição, 2014;
JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 10ª edição, 2014;
BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 27ª edição, 2010.
ALEXANDRINO, Marcelo; e PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. Rio de Janeiro: Forense, 19ª edição, 2011;
OLIVEIRA, Cláudio Brandão de. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 4ª edição, 2009.
BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Processo Administrativo Disciplinar. São Paulo: Max Limonad, 2ª edição, 2003.
JÚNIOR, José Cretella. Prática do Processo Administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 6ª edição, 2008;
COSTA, José Armando da. Processo Administrativo Disciplinar. Distrito Federal/Brasília: Brasília Jurídica, 3ª edição, 1999;
CARVALHO, Antônio Carlos Alencar. Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância: À luz da Jurisprudência dos Tribunais e da Casuística da Administração Pública. Belo Horizonte: Fórum, 3ª edição, 2012;
ALVES, Léo da Silva. Prática de Processo Disciplinar. Distrito Federal/Brasília: Brasília Jurídica, 2001;
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Discricionariedade Administrativa na Constituição de 1988. São Paulo: Atlas, 3ª edição, 2012.
REIS, Palhares Moreira. Processo Disciplinar: Comentários com instruções e esclarecimentos desde a denúncia de irregularidades até a revisão do processo. Distrito Federal: Consulex, 2ª edição, 1999.
MELLO, Rafael Munhoz de. Princípios Constitucionais de Direito Administrativo Sancionador: As sanções administrativas à luz da Constituição Federal de 1988. São Paulo: Malheiros, 2007.
ALVES, Léo da Silva. Processo Disciplinar em 50 Questões. Distrito Federal/Brasília: Brasília Jurídica, 1ª edição, 2002;
SIRAQUE, Vanderley. Controle Social da Função Administrativa do Estado: Possibilidades e limites na Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva, 2ª edição, 2009;
FRANÇA, Phillip Gil. O Controle da Administração Pública: Tutela Jurisdicional, regulação econômica e desenvolvimento. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008;
FILHO, Marino Pazzaglini. Lei de Improbidade Administrativa Comentada. São Paulo: Atlas, 5ª edição, 2011.

DISCIPLINA 20
DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Carga Horária: 08 horas

EMENTA: Noções gerais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante aos direitos fundamentais dos menores, às medidas de proteção, à pratica do ato infracional, àrede de proteção e aos crimes previstos no Estatuto.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Direitos Fundamentais;
2. Medidas de Proteção;
3. Prática do Ato Infracional;
4. Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsáveis;
5. Conselho Tutelar;
6. Acesso à Justiça;

7. Crimes e Infrações Administrativas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

NUCCI, GUILHERME DE SOUZA. (2015). Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado; Em busca da Constituição Federal da Criança e dos Adolescentes; 2ª Edição; Editora Forense.
CURY, MUNIR. Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. 9ª Edição. Malheiros.
RIEZO, FERNÃO BARBOSA (2013). Prática do Estatuto da Criança e do Adolescente. 3ª Edição. Editora Tradebook.

DISCIPLINA 21
DIREITO PENAL APLICADO À ATIVIDADE POLICIAL
Carga Horária: 12 horas

EMENTA: Aquisição de conhecimento técnico acerca da aplicação das normas penais incriminadoras e não incriminadoras a fatos penalmente relevantes, relacionados à atividade de polícia judiciária.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Tipicidade: Conceito; Elementos; Excludentes e sua aplicação;
2. Ilicitude: Conceito; Excludentes e sua aplicação;
3. Culpabilidade: Conceito; Excludentes e sua aplicação;
4. Consumação e Tentativa: “Inter criminis”; Espécies de tentativa; Crimes que não admitem tentativa; Análise do momento caracterizador da tentativa;
5. Concurso de pessoas: Conceito; Autoria; Espécies; Participação; Comunicabilidade de determinadas circunstâncias; Cooperação dolosamente distinta;
6. Concurso de crimes: Conceito; Espécies; Aplicação à atividade policial;
7. Dos Crimes Contra a Vida;
8. Dos Crimes Contra o Patrimônio.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2016.
CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Parte Geral. v 2. São Paulo: Saraiva, 2016.
GRECO, Rogério. Direito penal, vol. 1. São Paulo: Ímpetus, 2016.
GRECO, Rogério. Direito penal, vol. 2. São Paulo: Ímpetus, 2016.
GRECO, Rogério. Direito penal, vol. 3. São Paulo: Ímpetus, 2016.
BITENCOURT, Cezar Roberto. Manual de Direito Penal – Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2016.
BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2016. V. 2.
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

DISCIPLINA 22
DIREITO PROCESSUAL PENAL APLICADO À ATIVIDADE POLICIAL
Carga Horaria: 12 horas

EMENTA: Conhecimento dos fundamentos para feitura do inquérito policial e outros procedimentos previstos em lei para apuração das infrações penais e da regras para fixação da competência em matéria penal e atribuições; Adoção das providências cabíveis diante de incidentes de sanidade mental e falsidade; Entendimento das provas e sua licitude; Conhecimento das provas e sua licitude; Conhecimento do estado de flagrância e os requisitos processuais para a prisão temporária e preventiva.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Fundamentos para feitura do inquérito policial e outros procedimentos previstos em lei para apuração das infrações penais;
2. Regras para fixação da competência em matéria penal e atribuições;

3. Providências cabíveis diante de incidentes de sanidade mental e falsidade;
4. Conhecer as provas e sua licitude;
5. Estado de flagrância, os requisitos processuais para a prisão temporária e preventiva.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

DELMANTO, C. (1984), Código Penal Anotado. 5ª Edição, São Paulo, Editora Saraiva.
MIRABETE, J.F. (2003), Processo Penal. 14ª Edição, São Paulo, Editora Atlas.
NORONHA, E.M. (1989), Curso de Direito Processual Penal. 19ª Edição, São Paulo, Editora Saraiva.
_______, Guilherme de Souza. (2007), Código de Processo Penal Comentado. 6ª Edição, São Paulo, Revista dos Tribunais.
NUCCI, Guilherme de Souza. (2006), Manual de Direito Processual Penal: parte geral parte especial. São Paulo, Revista dos Tribunais.
TOURINHO FILHO, F.C. (1990). Processo Penal. 4ª Edição, São Paulo, Editora Saraiva.

DISCIPLINA 23
JUSTIÇA RESTAURATIVA
Carga Horária: 08 horas

EMENTA: Articulação das bases conceituais da Justiça Restaurativa, com os respectivos fundamentos legais e modelos de resolução de conflitos que vêm sendo difundidos no mundo para a promoção de uma cultura de paz. Contextualização da polícia judiciária na resolução pré-processual dos conflitos, fomentando a acessibilidade à justiça epromovendo uma maior sensação de segurança pública, uma vez que trabalha com o empoderamento das partes na relação conflitiva, como a exemplo dos NECRIMs já existentes no Estado de São Paulo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Modelos de resolução de conflitos;
2. Fundamentação legal da Justiça Restaurativa;
3. Processos de resolução: Mediação, conciliação e negociação;
4. NECRIM;
5. Técnicas de conciliação/mediação.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988.
BRASIL. Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, DOU, 1995.
FERRAJOLI, Luigi. Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal. Ed. Revista dos Tribunais, 2ª edição, ano 2006, São Paulo/SP.
GARCEZ, José Maria Rossani. Negociação. ADRS. Mediação Conciliação e Arbitragem. Ed. Lumen Juris, 2003.
GRINOVER, Ada Pellegrini. Deformalização do processo e deformalização das controvérsias. Novas tendências do direito processual. Rio de Janeiro: ForenseUniversitária, 1990, pp. 175 e segs.
JACCOUD, Mylène. Princípios, Tendências e Procedimentos que cercam a Justiça Restaurativa. In SLAKMON, C., R. DE VITTO, R. GOMES PINTO (org.). Justiça Restaurativa. Brasília/DF: Ministério da Justiça e PNUD, 2005, pp. 163-188.
LARRAURI, Elena. Tendenciasactualesenlajusticia restauradora. In ÁLVARES, Fernando Pérez (ed.). SERTA In memoriam AlexandriBaratta. Salamanca: Universidad de Salamanca – Aquilafuente, 2004, pp. 439-464.
MIERS, David. Um estudo comparado de sistemas. In Relatório DIKÊ – Proteção e Promoção dos Direitos das Vítimas de Crime no âmbito da Decisão – Quadro relativo ao Estatuto da Vítima em Processo Penal. Lisboa, set. de 2003, pp. 45-60.

Edital nº 016/2017 - ACIDES/SDS

PETERS, Tony e AERTSEN, Ivo. Mediación para lareparación: presentación y discusión de unproyecto de investigación-accion. Cuadernodel Instituto Vasco de Criminología San Sebastián, nº 8, Extraordinario, diciembre, 1995, pp. 129-146.
ZEHR, Howard. Trocando as lentes; um novo foco sobre o crime e a justiça. São Paulo: Palas Arthenas, 2008.
ZEHR, Howard. Justiça Restaurativa. São Paulo: Palas Athena, 2012.

DISCIPLINA 24
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
Carga Horaria: 08 horas

EMENTA: Explanação global da questão de gênero, com especificidade da violência contra a mulher, da Lei Maria da Penha e sua aplicabilidade, nos âmbitos nacional e estadual; Utilização de debates em torno de várias abordagens teóricas e práticas das organizações que permitem tratar do tema, relacionados às questões de segurança pública, criminalidade, violência e rede de proteção e assistência; Apresentação de uma visão sistêmica da sua profissão, para a aquisição de um comprometimento mais amplo, que abranja não só as ações do órgão ou da função que exerça, mas também toda a realidade social em que atua, com entendimento do seu papel e o contexto integrado e interligado dentro de uma rede que visa à melhoria de suas atividades e desenvolvimento profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Conceitos fundamentais de gênero e violência doméstica e familiar contra mulher;
2. Fatores sócios culturais em torno da violência de Gênero;
3. Estudo sobre a aplicabilidade da Lei Maria da Penha;
4. Âmbitos de ocorrência da violência doméstica e familiar: na unidade doméstica; na família e em qualquer relação íntima de afeto;
5. Tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral;
6. Estudo sobre a aplicabilidade da Lei Maria da Penha: mecanismos assegurados pela Lei Maria da Penha para salvaguardar a mulher e o que mudou na lei;
7. Abordagem e acolhida policial;
8. Dinâmica de atendimento à vítima de violência doméstica e familiar;
9. Instrumentos e Rede de Proteção no enfrentamento à violência doméstica e familiar no Estado.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. Violência doméstica: Lei Maria da Penha comentada artigo por artigo. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
DIAS, Maria Berenice. Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
MONTENEGRO, Marília. Lei Maria da Penha: uma análise criminológico-crítica. 1ª Ed. Revan, 2015.
PERNAMBUCO. Secretaria da Mulher. Das lutas à lei: uma contribuição das mulheres à erradicação da violência. Recife: CEPE, 2011.
BIANCHINI, Alice. Lei nº 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero. São Paulo: Saraiva, 2013.
LIMA, Fausto Rodrigues de; SANTOS, Claudiene (Coord.). Violência doméstica: vulnerabilidades e desafios na interpretação criminal e multidisciplinar. Caderno de atenção à saúde – violência doméstica e atenção básica. Governo Federal.
SAFIOTTI, Helieth. O poder do macho. Moderna, 1997.
SOUZA, Sérgio Ricardo de. Lei Maria da Penha comentada: sob a nova perspectiva dos direitos humanos. Curitiba: Juruá, 2013.

Edital nº 016/2017 - ACIDES/SDS

DISCIPLINA 25
LEGISLAÇÃO ESPECIAL APLICADA A GRUPOS VULNERÁVEIS
Carga Horaria: 08 horas

EMENTA: Estudo da Legislação Especial relacionada às temáticas do idoso, estatuto da criança e do adolescente, mulher, racismo, injúria simples e qualificada, aplicada à atividade policial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Definição de grupos vulneráveis;
2. Idoso, deficientes, preconceito de origem, raça e cor;
3. Lei Maria da Penha;
4. Estatuto da criança e adolescente como grupo vulnerável;
5. Estudo do atendimento aos grupos vulneráveis GLBT em delegacias de polícia.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
NUCCI, Guilherme de Souza. (2007), Legislação Especial. 7ª Edição, São Paulo Revista dos Tribunais.

DISCIPLINA 26
LEGISLAÇÃO ESPECIAL PENAL E PROCESSUAL PENAL
Carga Horária: 12 horas

EMENTA: Aquisição de conhecimento técnico acerca da aplicação de Legislações aplicadas na esfera penal, relacionados à atividade de polícia judiciária.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Lei nº 8.072 de 25 de Julho de 1990: Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal e determina outras providências;
2. Lei nº 7.960 de 21 de Dezembro de 1989: Dispõe sobre Prisão Temporária;
3. Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;
4. Lei nº 4.898 de 09 de Dezembro de 1965: Regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de Abuso de Autoridade;
5. Lei nº11.340 de 07 de Agosto de 2006: Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
Legislação Criminal Especial Comentada (2016) – Volume Único. 4ª Edição, Revisada, Ampliada e Atualizada.Autor: Renato Brasileiro de Lima.
Legislação Penal Especial Esquematizado - 2ª Ed. 2016 – Saraiva. Goncalves,Victor Eduardo Rios; Junior,José Paulo Baltazar; Pedro Lenza.

DISCIPLINA 27
GESTÃO DE PESSOAS
Carga Horária: 12 horas

EMENTA: Conceituação básica sobre Gestão de Pessoas, com o trabalho das diferentes fases da área de Recursos Humanos, através do reconhecimento dos 6 (seis) processos básicos da Gestão de Pessoas e aplicação das teorias motivacionais.

Edital nº 016/2017 - ACIDES/SDS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Conceito de Gestão de Pessoas;
2. Contexto de Gestão de Pessoas;
3. Processos aplicados na Gestão de Pessoas;
4. Motivação, conceitos, teorias e importância no serviço público.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
BERGUE, S. T. Gestão de Pessoas em Organizações Públicas. 2. ed. rev. e atual. Caxias do Sul: Educs, 2007.
BOOG, M.; BOOG, G. Manual de Gestão de Pessoas e Equipes. V. 1. São Paulo. Editora Gente, 2002.
BRASIL. Decreto no 5.707, de 23 de fevereiro de 2006. Institui a política e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm Acesso em: 15/07/2015.
CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4ª Edição, Ed. Manole, Barueri, SP, 2014. Administração de Recursos Humanos: fundamentos básicos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
DUTRA, A. Curso de Especialização em Administração Pública. Gestão de pessoas na área pública. 2009.
ESCULÁPIO, M. A Gestão de Recursos Humanos no Serviço Público.
GEMELLI, I.M. P. & FILIPPIM, E. S. Gestão de pessoas na administração pública: o desafio dos municípios. RACE, Unoesc, v. 9, n. 1-2, p. 153-180,
jan./dez. 2010.
Michaelis Dicionário Prático
sites:PORTAL EDUCAÇÃO - Cursos Online : Mais de 1000 cursos online com certificado
http://www.portaleducacao.com.br/administracao/artigos/14872/necessidades-e-etapas-de-um-treinamento#ixzz48LrBgAHN
http://www.convibra.org/upload/paper/2013/34/2013_34_5507.pdf

DISCIPLINA 28
GESTÃO DE DOCUMENTOS
Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Ampliação de conhecimentos e sua aplicabilidade ao trabalho dos profissionais da área de Segurança Pública, a partir da conceituação da terminologia arquivística; Políticas públicas arquivísticas; Legislação e normas específicas referentes ao gerenciamento de documentos e sistema de gestão documental, com destaque para as fases básicas da gestão dos documentos e dos métodos de arquivamento; Avaliação e temporalidade de documentos de arquivo; Gerenciamento eletrônico de documentos e técnicas modernas de arquivamento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Introdução à Arquivologia
1.1 Conceito de arquivologia, arquivo e/ou documento
1.2 Órgãos de documentação
1.2.1 Arquivo
1.2.2 Biblioteca
1.2.3 Museu
1.3 Arquivo
1.3.1 Finalidade
1.3.2 Função
1.3.3 Classificação
1.3.3.1 Quanto às agências criadoras/ entidades mantenedoras
1.3.3.1.1 Públicos
1.3.3.1.2 Privados

Edital nº 016/2017 - ACIDES/SDS

1.3.3.2 Quanto ao acesso
1.3.3.2.1 Franqueado
1.3.3.2.2 Confidencial
1.3.3.2.3 Restrito
1.3.3.3 Quanto à evolução ou frequência de uso
1.3.3.3.1 1ª Idade – Arquivo corrente
1.3.3.3.2 2ª Idade – Arquivo intermediário
1.3.3.3.3 3ª Idade – Arquivo permanente
1.3.3.4 Quanto à extensão/atuação
1.3.3.4.1 Setoriais
1.3.3.4.2 Gerais/ centrais
1.3.3.5 Quanto à natureza dos documentos
1.3.3.5.1 Especiais
1.3.3.5.2 Especializados
1.4 Documentos de arquivo
1.4.1 Características
1.4.2 Classificação
1.4.2.1 De acordo com o suporte
1.4.2.2 De acordo com a forma
1.4.2.3 De acordo com o formato
1.4.2.4 De acordo com o gênero
1.4.2.5 De acordo com a espécie
1.4.2.6 De acordo com o tipo
1.4.2.7 Quanto à natureza do assunto
1.4.2.7.1 Ostensivos/ ordinários
1.4.2.7.2 Sigilosos
1.5 Legislação e normas específicas
2. Gestão Documental
2.1 Gestão de documentos
2.2 Fases da gestão de documentos
2.2.1 Produção dos documentos
2.2.2 Manutenção e uso
2.2.3 Destinação final dos documentos
2.3 Valoração dos documentos
2.3.1 Valor primário (imediato)
2.3.2 Valor secundário (mediato)
2.4 Métodos básicos de arquivamento
2.4.1 Alfabético
2.4.2 Geográfico
2.4.3 Numéricos
2.4.4 Assuntos ou ideográficos
2.5 Avaliação e temporalidade de documentos de arquivo
2.6 GED – Gerenciamento Eletrônico de Documentos
2.7 Técnicas modernas de arquivamento
2.7.1 Automação
2.7.2 Microfilmagem
2.7.3 Digitalização de documentos

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

AVEDON, D. M. GED de A a Z: tudo sobre GED – Gerenciamento eletrônico de documentos.
BERNARDES, Ieda Pimenta. Como avaliar documentos de arquivo. São Paulo, 1998, 89 p.

GONÇALVES, Janice. Como classificar e ordenar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.
INDOLFO, Ana Celeste; CAMPOS, Ana Maria C.; OLIVEIRA, Maria Izabel de, {et. Al]. Gestão de documentos: Conceitos e procedimentos básicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. 49 p. (Publicações Técnicas, 47)
LOPES, Angela Maria N.; LEAL, Maria Leonor de M.S.; COELHO, Cláudio Ulisses F. Técnicas de arquivo e protocolo. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 1998. 96 p.
SCHELLEMBERG, T. R. Arquivos modernos: Princípios e técnicas. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002, 386 p.
RONDINELLI, Rosely Curi. Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. 160 p.
SANTOS, Vanderlei Batista dos. Gestão de Documentos Eletrônicos: uma visão arquivística. Brasília: ABARQ, 2002. 140 p.
VIEIRA, Sebastiana B. Técnicas de Arquivo e Controle de Documentos, Temas &Ideias.

DISCIPLINA 29
LOGÍSTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Carga Horária: 12 horas

EMENTA: Contextualização da Logística e sua aplicação na Administração Pública. Visão prática da Logística na PCPE e sua subordinação administrativa e financeira à SDS. A Diretoria de Administração e suas unidades. A logística e a relação dos servidores e suas unidades de lotação na viabilização do suprimento de bens e serviços. A logística no Comando de Operacões Especiais – CORE referente às armas e munições. Gestão de Informática na PCPE pela Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Logística Aplicada a Administração Pública, contextualização: conceitos e importância da Logística para a qualidade dos serviços prestados pela PCPE;
2. A Logística na PCPE, uma visão Prática; a subordinação à SDS, a falta de autonomia administrativa e financeira;
3. A Diretoria Administração de Geral suas unidades subordinadas; a Gestão de bens e as atribuições;
4. Suprimentos, compras, licitações, estoques, transporte, combustíveis, depósitos, serviços de engenharia, telefonia, eventos, contratos e convênios;
5. A logística no Comando de Operações e Recursos Especiais – CORE referente às armas e munições;
6. Gestão de informática na PCPE - Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

MORAIS, Paulo, SEGURANÇA PÚBLICA E AS ORGANIZAÇÕES POLICIAIS, Edições Bagaço, 2008.
BARBOSA, Antônio Pedro, PRINCIPIOS BÁSICOS DA LOGÍSTICA DE MATERIAIS NA CADEIA DE SUPRIMENTOS, ADMINIISTRAÇÃO DE MATERIAS. Editora Qualitymark, 2013.
FLEURY, Maria Tereza Leme, (coordenadora), Cultura e Poder nas organizações, Editora Atlas. 2012.
Sistemas: Módulos,SADRH, DIRH, SIPJ, SIGEPE, DIÁRIAS, ALMOXARIFADO, MAXIFROTA, OUTROS.

DISCIPLINA 30
RELATÓRIOS E ESTATÍSTICA CRIMINAL
Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Conhecimentos básicos na área estatística com a conscientização de sua importância e aplicação voltada à segurança pública. Identificação de técnicas e instrumentos que facilite a coleta de informações, descrição de dados em relatórios, tabela e gráficos, com a finalidade de obter indicadores como: média, moda, mediana e desvio padrão. Análise dos resultados estatísticos na área de segurança pública. Fortalecimento de atitudes para o reconhecimento da importância do estudo estatística para o melhor conhecimento da realidade e tomada de decisão na área de segurança pública.

Edital nº 016/2017 - ACIDES/SDS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceitos básicos estatísticos: Estatística descritiva X estatística inferencial; Mensuração, medida, magnitude e critério; População e amostra;
2. Representações gráficas: Representação tabular;
3. Representação gráfica: Intervalos; Frequência absoluta e por classe;
4. Medidas de tendência central: Média, moda e mediana; Simetria e Assimetria;
5. Medidas de variabilidade: Variância e desvio padrão;
6. Relatórios.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BUSSAB, Wilton de Oliveira, MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística Básica. São Paulo: Saraiva, 2010.
COSTA, Sérgio Francisco. Introdução Ilustrada à Estatística. 4. ed. São Paulo: Harbra, 2005.
LEVINE, D.M.; BERENSON, M.L.; STEPHAN, D. Estatística: teoria e aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
MARTINS, Gilberto A; FONSECA, Jairo S. Curso de Estatística. São Paulo: Atlas, 1996.
NAZARETH, H. Curso básico de Estatística. São Paulo: Ática, 1996.
SSPSP. Estatística de criminalidade: manual de interpretação. Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. São Paulo: SSPSP. 2005.

DISCIPLINA 31
COMUNICAÇÃO E MÍDIA
Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Participação em Debates, Instruções, Treinamentos, Entrevistas, Palestras e Discussõescom a utilização de diferentes Técnicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Comunicação
1.1. O que é Comunicação?
1.2. Formas e componentes da Comunicação
2. Os Veículos da Comunicação
2.1. O rádio
2.2. O jornal impresso
2.3. A televisão
2.4. A mídia virtual (Internet)
3. Medo de Falar em Público
3.1. Breves Razões do Medo
3.2. Como tratar o Medo de Falar em Público
4. Os 03 (três) Componentes da Influência Humana durante uma Apresentação
4.1. Discurso
4.2. Expressão Corporal
4.3. Voz
5. Dominando as Estratégias de Comunicação
5.1. Domínio do conteúdo
5.2. Harmonize sua Expressão Facial em Falar em Público
5.3. Expressões corporais
5.4. A importância dos gestos na Comunicação
5.5. Uso da Visualização correta para o Público e para as Câmeras
5.6. Uso correto do Microfone

Edital nº 016/2017 - ACIDES/SDS

6. A Entrevista
    - 6.1. Como agir em uma entrevista
    - 6.2. Entrevista individual ou exclusiva
    - 6.3. Entrevista coletiva
    - 6.4. Entrevistas por telefone
    - 6.5. Entrevista ao vivo (TV e rádio)
    - 6.6. Abordagem durante eventos
    - 6.7. Comportamento em debates

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CARNEGIE, Dale. Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas. São Paulo – Editora Nacional, 2001.
RIBEIRO, Lair. Comunicação Global: O Poder da Influência. Editora Leitura. Belo Horizonte. 2002.
WEIL, Pierre; TOMPAKOW, Roland. O Corpo Fala - A Linguagem da Comunicação Não Verbal. Editora Vozes. 57ª Edição. São Paulo. 2006.
POLITO, Reinaldo. Oratória para Advogados e Estudantes de Direito. Editora Saraiva. 1ª Edição, 2011

DISCIPLINA 32
GESTÃO POR RESULTADOS E PACTO PELA VIDA
Carga Horária: 08 horas

EMENTA: Conhecimentos relativos à nova visão da administração pública focada na gestão por resultados, otimizando os processos e implantando ações efetivas na busca das diretrizes organizacionais e metas públicas com foco no Pacto pela Vida em Pernambuco.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. Fundamentos teóricos e aplicações práticas da Gestão por Resultados na Administração Pública.
2. Ferramentas de Gestão por Resultados nas organizações governamentais.
3. Etapas de implantação da Gestão por Resultados

3.1. Indicadores de desempenho;
3.2. Pressupostos e construções;
3.3. Construção e alinhamento da missão, visão e objetivos. Conceitos e definições de indicadores de desempenho e sistema organizacional
3.4. Visão da Gestão por Resultados na Administração Pública Brasileira e Pernambucana; - - Gestão de resultados com foco em indicadores –

4. Indicadores de Qualidade;
5. Indicadores de Produtividade;
6. Indicadores de capacidade -Macro-indicadores;
7. Análise crítica dos indicadores.
8. Pacto pela Vida: Política Pública de Segurança

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

9. TROSA, Sylvie. Gestão Pública por resultados. Brasília: ENAP/Editora Revan, 2001.
10. UNESCO. Um Caminho para o Brasil no século XXI. Brasília: Instituto de Política, 2002.
11. PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (PACTO PELA VIDA)

DISCIPLINA 33
QUALIDADE DE SERVIÇO E ATENDIMENTO AO PÚBLICO
Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Desenvolvimento e exercício de habilidades para a excelência do atendimento ao público interno e externo bem como o fortalecimento das formas de comunicação no ambiente de trabalho, seja ele presencial, por telefone ou em outros meios.

Edital nº 016/2017 - ACIDES/SDS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Conceito e Princípios de Qualidade;
2. Atendimento Presencial por Telefone e Outros meios;
3. Fortalecimento da Comunicação no atendimento, bem como no trabalho de equipe;
4. Demonstração de perfil Profissional adequado diante do atendimento;
5. Comprometimento do atendimento com a Instituição e usuários;
6. Noções de Inteligência Emocional: Controle das emoções.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
AUN, Michael A. (2012). É o Cliente que Importa: 34 Dicas para Garantir a Satisfação dos Clientes e o Sucesso dos Negócios. Rio de Janeiro. Sextante/Gmt.
COCKERELL, Lee. (2013). A Magia do Atendimento: As 39 Regras Essenciais Para Garantir Serviços Excepcionais. São Paulo, Saraiva.
GOLEMAN, Daniel. (2001). Inteligência Emocional. Rio de Janeiro. Objetiva.
LAS CASAS, Alexandre Luzzi. (2012), Excelência em Atendimento ao Cliente. São Paulo, M. Books.
SUSSKIND, Stella Kochen. (2012). A metodologia que revolucionou o atendimento ao consumidor. Goiás, Primavera.
WEISINGER, Hendrie D.(1997). Inteligência Emocional no Trabalho. Rio de Janeiro. Objetiva.

DISCIPLINA 34
INVESTIGAÇÃO POLICIAL
Carga Horária: 52 horas

A disciplina será dividida em sub-disciplinas. São elas:

TEORIA GERAL DA INVESTIGAÇÃO POLICIAL
Carga Horária: 32 horas

EMENTA: Conhecimento necessário sobre definição, princípios, fundamentos, técnicas, metodologia e meios legais utilizados na Investigação Policial como instrumento à obtenção da prova em matéria penal e processual penal. Importância da Investigação Policial na atividade desempenhada pela Polícia Judiciária; Compreensão da lógica aplicada à investigação criminal e explanação da necessidade de um planejamento minucioso para desenvolvê-la; Apresentação das técnicas operacionais aplicadas à reunião de dados e informações na investigação criminal; Análise dos dados e da gestão do conhecimento produzido pela investigação criminal para valorização da prova.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Investigação criminal: aspectos conceituais e princípios fundamentais;
2. A lógica aplicada no planejamento da Investigação Policial;
3. O perfil profissiográfico do investigador;
4. Técnicas operacionais investigativas;
5. Da prova.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
COBRA, Coriolano Nogueira.(1983), Manual de Investigação Policial. , 6ª ed., São Paulo: Saraiva.
GARCIA, Ismar Estulano. Procedimento Policial: Inquérito-7ª Ed-Goiania: AB editora.
LIMA, José Augusto Ferreira de. (1999), Investigação Policial no Estado Democrático de Direito, Edição Especial- Brasília. ANP.
NERY JR., Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. (2006), Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional. São Paulo, Revista dos Tribunais.

NUCCI, G. de S. (2006), Código de Processo Pena comentado. São Paulo, Revista dos Tribunais.
NUCCI, Guilherme de Souza. (2007), Código Penal Comentado. 7ª Edição, São Paulo, Revista dos Tribunais.
ROCHA, L.C. (2003), Investigação Policial. Teoria e Prática. São Paulo, Edipro.

INVESTIGAÇÃO COM FOCO EM ENTORPECENTE
Carga Horária: 04 horas

EMENTA: Aspectos legislativos relevantes; Definições técnicas de destaque; Análise dos institutos da Ação Controlada, Delação premiada e Infiltração; Questões processuais importantes (sequestro e apreensões de bens); Aplicabilidade dos institutos de inteligência policial à investigação de entorpecente (vigi e recon); Análise do trabalho com as fontes humanas. Abordagem prática do tema.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Descrição dos Aspectos legislativos relevantes, com foco na atividade policial;
2. Definições técnicas de destaque (a figura do informante e financiador);
3. Circunstâncias legais do art. 28. Confronto entre usuário s e traficantes;
4. Aplicabilidade dos institutos da Ação Controlada, Delação premiada e Infiltração;
5. Exame das questões processuais pertinentes (sequestro e apreensões de bens);
6. Aplicabilidade dos institutos de inteligência policial à investigação de entorpecente (vigi e recon);
7. Análise do trabalho com as fontes humanas;
8. Laboratório com as fontes humanas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
LEI DE DROGAS COMENTADA 6ªEd (livro impresso e digital). Autores: Alice Bianchini / Luiz Flávio Gomes / Rogério Sanches Cunha / William Terra de Oliveira. Editora: Revista dos Tribunais
LEGISLAÇÃO CRIMINAL ESPECIAL COMENTADA (2015) - Volume único - 3a ed.: Rev. amp. e atualizada. Renato Brasileiro de Lima
MANUAL DE INVESTIGAÇÃO POLICIAL. Autor: Delegado de Polícia Coriolano Nogueira Cobra.Editora Saraiva

INVESTIGAÇÃO COM FOCO EM CVLI
Carga Horária: 04 horas

EMENTA: Aprendizagem de técnicas investigativas direcionadas aos Crimes Violentos Letais Intencionais e de desenvolvimento de planejamento de ações no combate a estes crimes, com a eficiência e a eficácia do trabalho de Polícia Judiciária, bem como a redução dos índices criminais. Discussão de questões práticas acerca da investigação de homicídio e das dificuldades encontradas pelos policiais civis no exercício de suas funções. Apresentação do padrão de investigação de Crimes Violentos Letais Intencionais adotado pelo Estado de Pernambuco.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Princípios básicos da investigação de CVLI;
2. Elementos principais do crime de homicídio (vítima, autor, lugar do crime, tempo do crime, instrumentos utilizados e motivação);
3. Técnicas e Métodos de investigação (local de crime, registro e colheita de provas, oitivas de testemunhas e partes envolvidas, atividades de inteligência, requisições e representações);
4. Aspectos legais da investigação;
5. Prática investigativa e rotina de trabalho;
6. Prática investigativa e encadeamento lógico do Inquérito Policial;
7. Prática investigativa e exposição de casos concretos.

Edital nº 016/2017 - ACIDES/SDS

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

RIBEIRO, Luiz Julião. Investigação Criminal – Homicídios. – Brasília: Fábrica do Livro Editora, 2006.
Investigação criminal de homicídios / colaboração. Ademárcio de Moraes... [et al.]. – Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria nacional de Segurança Pública (SENASP), 2014.

INVESTIGAÇÃO COM FOCO EM CRIME ORGANIZADO
Carga Horária: 04 horas

EMENTA: Aquisição de conhecimento técnico sobre investigação de casos relacionados à criminalidade organizada e complexa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Estratégia investigativa em casos de criminalidade organizada;
2. Fluxograma de investigações complexas;
3. Técnicas Especiais de Investigação;
4. Colaboração Premiada: técnicas e procedimentalização;
5. Ação Controlada;
6. Infiltração de Agentes;
7. Acesso a Registros, Dados Cadastrais, Documentos e Informações;
8. Afastamento de Sigilos Financeiro, Fiscal e Bancário;
9. Captação Ambiental e Interceptação Telefônica;
10. Testemunhas Anônima e Oculta. Juiz e Promotor sem Rosto;
11. Prova Indiciária;
12. Standard Probatório.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BALTAZAR JR, José Paulo. Crimes Federais. São Paulo: Saraiva, 2015.
______. Sigilo Bancário e Privacidade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.
DALLAGNOL. Deltan Martinazzo. As lógicas das provas no processo. Prova Direta, Indícios e Presunções. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.
LATERZA, Rodolfo Queiroz. Breves Considerações Críticas Sobre os Desafios da Infiltração Policial da Persecução Penal. In. Temas Avançados de Polícia Judiciária. Salvador, 2015.
LIMA, Renato Brasileiro de. Legislação Criminal Especial Comentada. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2015.
MACIEL, Alexandre Rorato. Crime Organizado – Persecução Penal e Política Criminal. Curitiba: Juruá, 2015.
MENDONÇA, Andrey Borges. A Colaboração premiada e a nova Lei do Crime Organizado (Lei 12.850/2013). Rev. Custos Legis. Vol. 4, 2013.
MORO, Sérgio. Crime de Lavagem de Dinheiro. São Paulo: Saraiva, 2010.
MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis. A prova por indícios no processo penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
PEREIRA, Flávio Cardoso. Infiltração de agentes: técnica de investigação para detectar e provar delitos de lavagem de capitais. Especial referência à Lei n. 12.850/2013. In. Lavagem de Capitais e Sistema Penal. Contribuições hispano-brasileiras a questões controvertidas. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2014.
PEREIRA, Frederico Valdez. O Procedimento da Colaboração Premiada e as Inovações da Lei 12.850/13. In. Temas Avançados de Polícia Judiciária. Salvador, 2015.
De SANCTIS, Crime Organizado e Lavagem de Dinheiro – Destinação de Bens Apreendidos, Delação Premiada e Responsabilidade Social 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
TROTT, Stephen S. O Uso de um Criminoso Como Testemunha: um problema especial. Revista CEJ, Brasília, Ano XI, n. 37, p. 68-93, abr./jun. 2007.
VILARES, Fernanda Regina. Metodologia da investigação criminal e sua importância para uma ação controlada eficiente. Revista Fórum de Ciências Criminais - RFCC Belo Horizonte, ano 2, n. 4, jul. / dez.

INVESTIGAÇÃO COM FOCO EM CRIME CIBERNÉTICO
Carga Horária: 04 horas

EMENTA: Compreensão do uso da rede mundial de computadores no cometimento de atividades delituosas, seus aspectos técnicos e jurídicos, legislação e representações judiciais bem como os procedimentos de investigação, formação e produção de provas no combate às atividades delituosas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Antecedentes históricos da Internet e seu funcionamento;
2. As ameaças na rede mundial de computadores;
3. Investigação dos Crimes Cibernéticos;
4. Legislação de informática e Crimes Digitais;
5. Fundamentação e Representações Judiciais dos diversos tipos de conteúdo;
6. Investigação usando fontes abertas;
7. Aspectos procedimentais.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

WENDT, Emerson. JORGE, Higor. Crimes Cibernéticos: ameaças e procedimentos de investigação. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. Brasport, 2013.
PINHEIRO, Patricia Peck. Direito digital. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
DELMANTO, Celso; Código Penal Comentado.
BRASIL. Código Penal. Portal da Legislação. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-lei/Del2848.htm>
BRASIL. Lei 12.965/2014. Portal da Legislação. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>
CERT.BR - Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil. Disponível em: <http://www.cert.br>.

INVESTIGAÇÃO COM FOCO EM LAVAGEM DE DINHEIRO
Carga Horária: 04 horas

EMENTA: Ideologia da Criminalização da Lavagem de Dinheiro. Sistemas nacional e internacional antilavagem. Dogmática dos tipos penais da lei 9.613/98: aspectos objetivos e subjetivos: tentativa/consumação – elemento subjetivo – cumplicidade – posição de garante. Tipologias de lavagem.Provimentos cautelares patrimoniais.Gestão de prova: prova indiciária e prova do dolo.Técnicas especiais de investigação.Fluxo de investigação: apresentação de modelos.Análise de casos e jurisprudência aplicada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Sistema internacional antilavagem de dinheiro;
2. Legislação pertinente, nacional e internacional;
3. Institutos processuais da lei 9613/98;
4. Especificidades dogmáticas dos tipos penais da lei 9.613/98;
5. Obrigações de *compliance*;
6. Analise jurisprudência de tribunais superiores;
7. Apresentação de tipologias.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

MORO, Sérgio. Crime de Lavagem de Dinheiro.
BALTAZAR JR. José Paulo. Crimes Federais.
De CARLI. Carla Veríssimo (org.). Lavagem de Dinheiro – Prevenção e Controle Penal.
DALLAGNOL. DeltanMartinazzo. As lógicas das provas no processo. Prova Direta, Indícios e Presunções.

LIMA, Renato Brasileiro de. Legislação Criminal Especial Comentada.
CORDERO, Isidoro Blanco. El Delito de Blanqueo de Capitales.
BARROS. Marco Antonio de. Lavagem de Capitais e Obrigações Civis Correlatas.
LILLEY, Peter. Lavagem de Dinheiro – Negócios Ilícitos transformados em atividades legais.
MAZUR, Robert. O Infiltrado – Minha Vida Secreta nos Bastidores da Lavagem de Dinheiro no Cartel de Medelín.
TONINI, Paolo. Il Dirittodelle Prove Penali.
i VALLÉS, Ramón Ragués. Ignorancia Deliberada enDerecho Penal.
SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. Et. al. Compliance, Direito Penal e Lei Anticorrupção.
MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis. A prova por indícios no processo penal.

DISCIPLINA 35
LOCAL DE CRIME
Carga Horária: 16 horas

EMENTA: Estudo do conceito de local de crime, sua classificação e princípios básicos de isolamento e preservação; Compreensão da dinâmica do crime e da utilização das técnicas corretas de coleta de vestígios; Conhecimento dos procedimentos adotados na coleta de vestígios; Identificação dos diversos tipos de local de crime; Assimilação da importância da recognição visuográfica; Aplicação de noções de traumatologia no local de crime; Entendimento do conceito de Entomologia forense, sua aplicação e importância na elucidação de crimes; Estimativa de IPM e fatores de interferência no IPM; Noções de balísticas e sua importância no local de crime; Identificação de armas e explosivos em local de crime.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Conceito de Local de Crime;
2. Princípios básicos no Isolamento e na preservação do local de crime;
3. Dinâmica da cena do crime;
4. Classificação do local de crime, levando-se em consideração o espaço físico;
5. Avaliação preliminar da cena do crime;
6. Procedimento policial no local;
7. Noções sobre a importância na coleta de vestígios no local de crime;
8. Procedimentos adotados na perfeita coleta dos diversos tipos de vestígios, inclusive de material biológico.
9. Autuação do profissional de segurança nos diversos tipos de local de crime, de acordo com a tipificação legal, sobretudo crimes contra a pessoa e o patrimônio;
10. Recognição visuográfica;
11. Conceito de Traumatologia Forense;
12. Noções de traumatologia forense aplicada em local de crime.
13. Identificação da atuação de agentes mecânicos na cena do crime;
14. Formas de ação descritas pelas lesões verificadas;
15. Tipos de lesões.
16. Conceito de Entomologia Forense;
17. Precursores da Entomologia;
18. Importância da Entomologia forense na elucidação de crimes, mormente de homicídio;
19. Aplicação da entomologia forense em local de crime;
20. Estimativa de IPM (intervalo pós-morte) em local de crime;
21. Fatores que interferem no IPM;
22. Noções de balística em local de crime;
23. História e Classificação da balística forense;
24. Balística forense externa aplicada em local de crime;
25. Identificação de armas e explosivos ainda no local de crime.

Edital nº 016/2017 - ACIDES/SDS

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

GAENSSLEN, R. E. Instrumentation and Analytical Methodology in ForenslcScience. Journal Of Chemical Education. Vol. 62, n° 12, December 1985.
GAROFANO, L. Gunshot residue Further studies on particles of environmental and occupational origin. Forensic Science International103 (1999) 1–21.
GÖKDEMIR, K., SEVEN, E., SARIKAYA, Y. The Application of a Scanning Electron Microscope With an Energy Dispersive X-Ray Analyser (SEM/EDXA) For Gunshot ResidueDetermination on Hands For Some Cartridges Commonly Used In Turkey. Turk J. Chem. 23 (1999), 83-88.
JOHLL, M. E. Investigating chemistry. First Edition, W.H. Freeman, 2006.
KOTZ, J. C., TREICHEL, P. J. Química e Reações Químicas. Quarta edição, volume 1 – Rio de Janeiro: Editora LTC, 2002.
LEÓN, F. P. Automated comparison of firearm bullets.Forensic Science International156 (2006) 40-50.
MEJIA, R. Why we cannot rely on firearm forensics. NewScientist. 23 November 2005. Disponível em: http://www.newscientist.com/article.ns?id=mg18825274.300
MELO, A. J. G. Resíduos de tiros: um estudo da cinemática. PeritoCriminal.com.brDisponível em:
http://www.peritocriminal.net/artigos/tiroscinematica.htm- acesso em 22/01/2007.
PERES, M. F. T., SANTOS, P. C. Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo. Rev. SaúdePública 2005;39(1):58-66. ChemicalSociety Reviews, 2005, 34, 1021–1030. Forensic Science International119 (2001) 195-211.
SIEGEL, J., KNUPFER, G., SAUKKO, P. Encyclopedia of Forensic Sciences. Elsevier, 2000.
TOCHETTO, D. (org.) Balística Forense: aspectos técnicos e jurídicos– Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999. Para saber maisHow Machine Guns Work – Howstuffworks -Introduction to How Machine Guns Work.Disponívelem: http://science.howstuffworks.com/machine-gun.htmAll you wanted to know about Electron Microscopy... FEI Company.
CORDIOLO, Celito. Trânsito ou Tráfego. Florianópolis: SSP/DPTC/IC, 1995. Corpo Docente da disciplina de Criminalística. Apostila: Curso Integrado de Formação dos Agentes da Segurança Pública. Porto Alegre: SJS/IGP/DC, 2002.
ESPÍNDULA, Alberi. Curso de Perícias Criminais em Local de Crime. Programa de Treinamento para Profissionais da Área de Segurançado Cidadão. Curitiba: MJ-SENASP-ABC, 2001.
KEHDY, Carlos. Elementos de Criminalística. 1 ed. São Paulo: Luzes Gráfica e Editora Ltda, 1968.
LUDWIG, Artulino. A Perícia em Local de Crime. Porto Alegre: Ulbra, 1995.
PORTO, Gilberto. Manual de Criminalística. 2 ed. São Paulo: Sugestões Literárias S.A., 1969.
RABELLO, Eraldo. Contribuições ao Estudo dos Locais de CrimeinRevistadeCriminalística do Rio Grande do Sul, no7, 1968, pp. 51 a 75.
STUMVOLL, Victor Paulo, QUINTELA, Victor & DOREA, Luiz Eduardo. Criminalística. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999.
ALVES, Dary; Xavier, Sofia; Hugo, Victor. Sinopse de medicina legal, Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 1997.
EÇA, A. J. Tanatologia e Traumatologia. Em: Roteiro de Medicina Legal. Rio de Janeiro. 2003. ESPÍNDULA, A. Outros tipos de perícia. Em: Perícia Criminal e Cível. Uma visão geral para peritos e usuários da perícia. Millenium Editora, 2.a Ed. Campinas, SP. 2006.
FÁVERO, Flamínio. Medicina legal: introdução ao estudo da medicina legal, 11a ed.Belo Horizonte, Editora ItataiaLtda, 1980.
FRANÇA, G. V. Traumatologia Médico-Legal. Em: Medicina Legal. Guanabara Koogan, 8.a Ed. Rio de Janeiro. 2008.
GOMES, Hélio. Medicina legal, 10a ed. Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1968 MIRABETE, JÚLIO FABBRINI. Manual de direito penal, 16a ed. São Paulo: Atlas,2000.
MARTINS, C. L. Traumatologia. Em: Medicina Legal. Elsevier, 2.a Ed. Rio de Janeiro. 2006.
AMENDT, 2000BOUREL et al, 1999; CARVALHO, LINHARES, TRIGO, 2001; GUPTA, SETIA, 2004
OLIVEIRA COSTA, 2008

AMENDT, J.; KRETTEK, R.; NIESS, C.; ZEHNER, R.; BRATZEK, H. Forensic entomology in Germany, Forensic Science International, Lausanne, v.113, p. 309-314, 2000.
BENECKE, M. A brief history of forensic entomology. Forensic Science International, Lausanne, v.120, p. 2-14, 2001.
BOUREL B.; HÉDON, V.; MARTIN-BOUYER, L.; BÉCART, A; TOURNEL, G.; DEVEAUX, M.; GOSSET, D. Effects of morphine in decomposing bodies on thedevelopmentofLuciliasericata(Diptera: Calliphoridae).Journal of Forensics Sciences, Philadelphia, v.44, n.2, p.354-358, 1999.
CARVALHO,L. M. L.; LINHARES, A. X.; TRIGO, J. R. Determination of drugs levelandthe effects of diazepam on the growth of necrophagus flies of forensic importance insouthearstern Brazil. Forensic Science International, Lausanne, v.120, p.140-144, 2001.
CATTS, E. P.; GOFF, M.L.Forensic entomology in criminal investigations. AnnualReviewofEntomology, Stanford, v.37,p.253 - 272, 1992.
GOMES, L. Entomologia Forense: Novas tendências e tecnologias nas ciênciascriminais. Rio de Janeiro. Ed. Technical Books, 2010.
GUPTA, A.; SETIA, P. Forensicentomology-past, present and future.Aggrawal's Internet Journal
of Forensic Medicine and toxicology, [Nova Delhi], v.5, n.1, p.50-53, 2004.
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 3ª ed. SP: Atlas, 1991.
OLIVEIRA-COSTA, J. EntomologiaForense: Quando os insetos são vestígios. São Paulo: Editora Millenium,2008. 420p.
PUJOL-LUZ, J.R.; ARANTES, L.C.; CONSTANTINO, R. Cem anos da entomologia Forense no
Brasil (1908–2008). Revista Brasileira de Entomologia. Volume 52 (4): 485-492. Dezembro. 20

DISCIPLINA 36
PLANEJAMENTO OPERACIONAL E OPERAÇÃO DE REPRESSÃO QUALIFICADA
Carga Horária: 14 horas

EMENTA: Conhecimento das técnicas necessárias ao Planejamento Operacional e sua gestão dentro da atividade policial, dando ênfase à Doutrina de Operação de Repressão Qualificada, com a finalidade de otimizar os recursos existentes na instituição em busca de uma melhor avaliação dos riscos, compartimentalização dos trabalhos e uma maior eficiência aos resultados objetivados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Introdução;
2. Conceito de ORQ, histórico internacional, nacional e em PE;
3. Pilares das ORQ's;
4. Características;
5. Importância;
6. Requisitos;
7. Fluxograma das ORQ's;
8. Planejamento Operacional;
9. Conceitos básicos;
10. Importância e objetivos do PO;
11. Princípios e Fases;
12. Desencadeamento da Ação Planejada;
13. Fase Pós-Desencadeamento da Operação (medidas necessárias).

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
MENESES, Romero (2014), Manual de Planejamento e Gestão da Investigação Policial

DISCIPLINA 337
MEDICINA LEGAL

Carga Horária: 08 horas

EMENTA: Conceito Medicina Legal: Medicina Legal e Criminalística. Peritos de ofício e perito louvado. Laudo. Perícias tanatoscópicas. Perícias traumatológicas. Perícias sexológicas. Perinecroscopia. Energias de ordens vulnerantes: ação mecânica, ação física, ação química, ação físico-química, ação bioquímica, ação mista. Drogas psicoativas: conceito, classificação e tolerância. Lesão corporal. Tanatologia: fenômenos cadavéricos, tanatognoseecronotanatognose.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Medicina Legal: Aplicação nos diversos ramos do direito na área forense;
2. Medicina Legal e Criminalística;
3. Perícias tanatoscópicas;
4. Perícias traumatológicas;
5. Perícias sexológicas;
6. Perícias toxicológicas;
7. Perinecroscopia;
8. Energias de ordens vulnerantes: ação mecânica, ação física, ação química, ação físico-química, ação bioquímica, ação mista;
9. Drogas psicoativas: conceito, classificação e tolerância;
10. Tanatologia: fenômenos cadavéricos, tanatognoseecronotanatognose.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
CAMPOS, M. S.; MENDOZA, C. et al. (2000), Compêndio de Medicina Legal Aplicada. Recife, Editora EDUPE.
FÁVERO, F. (1975), Medicina Legal. 11ª Edição, São Paulo, Martins Editora.
FRANÇA, G. V. (2004), Medicina Legal. 7ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan.

DISCIPLINA 38
CRIMINALÍSTICA APLICADA À SEGURANÇA PÚBICA
Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Conhecimentos gerais acerca da Criminalística, Perícia Criminal, bem como do Isolamento e Preservação de Locais de Crimes indispensável para uma investigação policial de qualidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Introdução às Ciências Forenses. Conceitos Fundamentais: Ciência, Ciências Forenses, Criminalística e Perícia. A Perícia Cível e Criminal. A Perícia Criminal no Contexto da Legislação Brasileira;
2. Objetivos Principais da Perícia Criminal. Vestígio, Evidência e Indício. O Laudo Pericial;
3. A Perícia em Locais de Crime. Isolamento e Preservação de Locais de Crime;
4. Classificação dos Locais de Crime. Registro Pericial do Local. Locais de Crime Contra o Patrimônio. Locais de Crime Contra a Vida. Ocorrência de Trânsito;
5. Reprodução Simulada do Crime. Cadeia de Custódia dos Vestígios de Crimes. Balística Forense. Engenharia Legal. Informática Forense. Perícias em Registros Audiovisuais e Fonética Forense. Documentoscopia. Contabilidade Forense;
6. Química Forense. Toxicologia Forense. Biologia Forense. Entomologia Forense: Genética Forense. Perícia Ambiental.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 12ª Ed. Revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2005. ISBN 85-02-05002-8.
ARANHA FILHO, Adalberto José Q. T de Camargo. Da prova no processo penal. 4ª Ed. São Paulo, Saraiva, 1996.

BRASIL, Lei 12.030, de 17 de setembro de 2009. Disponível em HTTP://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L1230.htm.
CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS DE 1969 (Pacto de San Jose da Costa Rica). Disponível em: HTTP://www.dhnet.org/direitos/sip/oea/oeasjose.htm.
VELHO, J.A; GEISER, G.C. ESPINDULA, A. Ciências Forenses; Uma introdução às principais áreas da Criminalística Moderna. 2ª Ed. Campinas. Millennium Editora, 2013.
VELHO, J.A; COSTA. K.A. DAMASCENO, C.T.M. Locais de Crime: dos vestígios à dinâmica criminosa. 2ª Ed. Campinas. Millennium Editora, 2013.
CAVALCANTI, Ascendino. Criminalística Básica. Porto Alegre: Sagra – D.C. Luzzatto, 1995.
ESPINDULA, Alberi. Perícia Criminal e Cível. 3ª Ed. Campinas: Millennium Editora, 2009.
FACHONE, Patrícia de Cássia Valério. Ciência e Justiça: a institucionalização da Ciência Forense no Brasil. Campinas, SP, 2008. Dissertação (Mestrado), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.
PORTO, G. Manual de Criminalística. São Paulo: Escola de Polícia de São Paulo – Coletânea Acácio Nogueira, 1960.
RABELLO, E. Curso de Criminalística. São Paulo: sugestão de programas para as faculdades de direito. Porto Alegre, Sagra – D C Luzzato, 1996.
ZARZUELA, J.L. Temas Fundamentais de Criminalística. Porto Alegre: Sagra – Luzzato, 1996.
DAMASCENO, C.T.M. Apostila de Locais de Crime. 2ª Ed. Brasília: ANP (Academia Nacional de Polícia), 2007.
HOUCK, M. M.& SIEGEL, J.A. Fundamental of Forensic Science. 2ª Ed. Burlington: EditoraAcademic Press, 2011.

DISCIPLINA 39
ENTORPECENTES E DROGAS AFINS
Carga Horária: 06 horas

EMENTA: Compreensão dos conceitos básicos sobre drogas; Distinção entre drogas lícitas e ilícitas; Identificação das principais drogas de abuso com sua classificação econhecimento dos seus efeitos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Introdução;
2. Conceitos básicos sobre drogas:Droga, agonismo, antagonismo, dependência, abstinência;
3. Portaria 344/98 e suas atualizações:drogas lícitas e ilícitas;
4. Química forense, toxicologia forense;
5. Principais tipos de drogas de abuso;
6. Classificação das drogas quanto a sua ação e interações: Drogas depressoras da atividade do sistema nervoso central; Drogas estimulantes da atividade do sistema nervoso central;Drogas perturbadoras da atividade do sistema nervoso central.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
ALCANTARA, H. R.; MEDEIROS,O. A. Toxicologia Geral. São Paulo: Brasil Organização Editorial, 1974. p. 197-9.
ALCANTARA, H. R. Toxicologia Clínica e Forense. São Paulo: Andrei, 1974. p. 197-9.
BRASIL. Portaria n0 344, de 12 de maio de 1998. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.Diário Oficial da União, República Federativa do Brasil, Brasília, 31 dez. 1998.
FILHO, Dilermando Brito. Toxicologia Humana e Geral. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Atheneu, 1988. 678 p.
_____ Manual Sobre Drogas. Brasília-DF: Academia Nacional de Polícia.
OGA, Seizi. Fundamentos de Toxicologia. São Paulo: Atheneu, 1996. 515 p.
SOLLERO, Lauro. Farmacodependência. Rio de Janeiro: AGIR, 1979. 136 p.

DISCIPLINA 40

Edital nº 016/2017 - ACIDES/SDS

PAPILOSCOPIA POLICIAL
Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Conhecimentos básicos da Papiloscopia como método preciso e seguro nas atividades periciais das identificações civil, criminal, necropapiloscópica, neonatal, na coleta dos fragmentos dígito-papilares em local de crime, bem como da representação facial e corporal humana, como atividades auxiliares e complementares da investigação policial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Identidade, Identificação e Individualização;
2. Histórico da Papiloscopia;
3. Papiloscopia: conceito, princípios científicos e divisão;
4. Tipos fundamentais de impressões datiloscópicas.
5. Identificação e perícias de: Identificação civil; Identificação neonatal;
6. Impressões papilares em local de crime;
7. Noção de RFCH;
8. Identificação e perícias de: Identificação criminal; Identificaçãonecropapiloscópica.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
AMARAL, Flávio Antônio Azêvedo E COD EÇO, Álvaro Gonçalves, Identificação Humana pela dactiloscopia, 3ª edição, 1992 – Serviço do Departamento de Policia Federal, Brasília – DF.
ARAUJO, Álvaro Placeres, Manual de Dactiloscopia.
ARAÚJO, Marcos Elias Cláudio e Pasquali, Luiz. Datiloscopia: A determinação dos dedos. 1ª Ed. Brasília: LABPAM – Laboratório de Pesquisa em Avaliação e Medida, 2006.
AZEVEDO, N.S., Penha, D. M. e Nogueira, P. S. B. (2002), Apostila de Identificação Civil, CRIMINAL e Necropapiloscópica. SDS – Pernambuco, Recife.
CABALLERO, Samuel Alfonso Delgado, Papiloscopia – certeza ou dúvida? Apologia a Micropapiloscopia, 2012 – Editora Millennium, Campinas-SP.
FIGINI, Adriano Roberto da Luz. Datiloscopia e revelação de impressões digitais. 1 ed. São Paulo: Millenium, 2012.
KEHDY, Carlos, Papiloscopia, 1962, Serviço Gráfico da SSP-Sp.
NOGUEIRA, Paulo Sérgio Bezerra, Apostila Tecido Epitelial Aplicado à Papiloscopia. 2004- SENASP.
REZENDE, José Haroldo, Identificação e Dactiloscopia, 1ª edição, 1981, Serviço de Identificação do Exército Brasileiro.
WEINGAERTNER, Daniel. Aquisição de Impressões Palmares em Formato Digital para identificação Biométrica de Recém-nascidos. Curitiba, PR, 2007, 120f. dissertação (doutorado em saúde da criança e do adolescente). Universidade Federal do paraná, UFPR.
APOSTILA DE REPRESENTAÇÃO FACIAL HUMANA 1 E 2 - Curso do SENASP.
MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO PAPILOSCÓPICA, 1987, Publicação do Instituto Nacional de Identificação, Departamento de Policia Federal, Brasília – DF.
REVISTA IMPRESSÕES, Nº 07, julho 2000, Publicação do Instituto Nacional DE Identificação, Brasília – DF.
DPF/INI. (1987). Identificação Papiloscópica. Departamento de Polícia Federal/Instituto Nacional De Identificação. Brasília – DF.
II-DF/INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Seção de retrato Falado, Fotografia e Vídeo. Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).
CABALLERO, Samuel Alfonso Delgado. Microlofoscopia. Colombia, 2008.
DIAS, Celso. Papiloscopia: Uma Verdadeira Ciência.
PROKOP, Ladislau. Levantamento de Locais. Instituto de Criminalística do Estado de Minas Gerais, 1976.
WADA, luís hiroshi. a Identificação Neonatal: Garantia de Proteção Integral à Criança. São Paulo, 2012. Monografia (especialização) – ACADEPOL: Polícia Civil. Academia de Polícia “Dr. Coriolano Nogueira Cobra”. 2012.

ZARZUELA, José Lopes et al. (2000), Laudo Pericial Aspectos Técnicos e Jurídicos. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais.
II-DF/INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Seção de Retrato Falado, Fotografia e Vídeo. Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).
aspapi.com.br/downloads/.../2-artigos-cientificos?...papiloscopia-uma-verdadeira-cien...
http://www.interpol.int/public/forensic/fingerprints/workingparties/ieegfi/ieegfies.asp
https://edukavita.blogspot.com.br/2013/11/a-caverna-das-maos-na-patagonia.html
http://www.brasilescola.com/curiosidades/dermatoglifia.htm

DISCIPLINA 41
INTELIGÊNCIA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA
Carga Horária: 16 horas

TEORIA
Carga Horária: 16 horas

EMENTA: Abordagem superficial e genérica dos conhecimentos necessários, sobre definição, princípios, fundamentos, técnicas, metodologia e limites legais da Inteligência Policial Judiciária como instrumento de assessoramento à tomada de decisão na investigação policial; Exame detalhado dos aspectos doutrinários da Inteligência Policial Judiciária, com o intuito de destaqueda importância da Inteligência Policial na atividade desempenhada pela Polícia Judiciária; Compreensão da metodologia de produção do conhecimento como ferramenta fundamental de assessoramento à investigação policial, com demonstração da necessidade de um planejamento minucioso para desenvolvê-la; Análise das técnicas operacionais aplicadas à atividade de inteligência para contribuição no desenvolvimento da investigação criminal; Abordagem da importância de execução das ações de contrainteligência como mecanismo de salvaguarda da instituição, das suas ações e de seus agentes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Inteligência Policial Judiciária: conceito e fundamentos;
2. Diferenças e similitudes entre inteligência policial e investigação policial;
3. Princípios básicos da Atividade de Inteligência;
4. Metodologia de Produção de Conhecimento e as Técnicas Operacionais de Inteligência;
5. Contrainteligência.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
BRASIL. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP). Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ, 2014.
Presidência da República. Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9883.htm>.
CEPIK, Marco Antônio, C. Espionagem e Democracia. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
GONÇALVES, Joanisval Brito, Atividade de Inteligência e Legislação Correlata; Série Inteligência, Segurança e Direito (SISD); Editora Impetus.
GONÇALVES, Joanisval Brito, Políticos e Espiões, o Controle da Atividade de Inteligência; Série Inteligência, Segurança e Direito (SISD); Editora Impetus.

DISCIPLINA 42
PROCEDIMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA
Carga Horária: 40 horas

Edital nº 016/2017 - ACIDES/SDS

EMENTA: Revisão das regras e princípios, constitucionais e legais, aplicáveis à Polícia Civil; revisão das normas procedimentais aplicáveis à atividade investigatória e à função de polícia judiciária; estudo do Manual de Procedimentos de Polícia Judiciária da Polícia Civil de Pernambuco; demonstração, análise e fundamentação dos procedimentos e das peças de polícia judiciária utilizados pelos profissionais, no exercício da atividade; debate relativo ao contínuo aprimoramento técnico-qualitativo dos modelos, dos métodos e dos regulamentos institucionais; orientações de ordem pragmática pelos instrutores.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Procedimentos de Polícia Judiciária; Normas aplicáveis; Título I do Manual de PPJ de PE;
2. Procedimentos em espécie APFD;
3. Procedimentos em espécie AAFAI;
4. Procedimentos em espécie TCO;
5. Procedimentos em espécie BOC;
6. Instauração do IP;
7. Movimentação e instrução do IP;
8. Conclusão do IP;
9. Crimes contra a Mulher;
10. Crimes contra o Idoso;
11. Incidentes;
12. Procedimentos em espécie PIS;
13. Medidas cautelares e assecuratórias;
14. Outras medidas;
15. Títulos IV e V do Manual de PPJ.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO;
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA;
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL;
LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL
Especial. 7ª Edição, São Paulo Revista dos Tribunais.

DISCIPLINA 43
TÉCNICAS DE ENTREVISTA E INTERROGATÓRIO
Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Articulação das bases conceituais do processo de entrevista e de suas espécies como técnica policial de investigação e contribuição para afirmação de práticas policiais que expressem a cultura dos Direitos Humanos. Inserção de uma abordagem da Neurolinguística na sua relação com a atividade policial, e a necessidade da utilização de Rapport, do discernimento de expressões não verbais, microexpressões faciais, análise de perfil e detecção de mentiras durante o processo de entrevista, para otimização da coleta da prova subjetiva e aproximação das práticas policiais à perspectiva jus-humanista.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Entrevistas – gênero, espécies, local adequado;
2. Noções de Programação Neurolinguística (PNL);
3. *Rapport;*
4. Expressões Universais;
5. Técnicas sequenciais de abordagem dos fatos;
6. Técnicas de interrogatório;
7. Simulação de entrevista;
8. Tipos comportamentais e Análise de comportamentos;

9. Detecção de mentiras.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

RIBEIRO, Luiz Julião. Investigação Criminal- Homicídio. Brasília: Fábrica do Livro Editora, 2006;
RIBEIRO, Luiz Julião. Não há corpo, mas foi crime! Brasília: Fábrica do Livro Editora, 2012;
PIERRE, Weil; TOMPAKOW, Roland. O corpo fala. Editora Vozes, 2001;
KNAPP, Mark. L. Comunicação não-verbal na interação humana. Traduzido por Mary Amazonas Leite de Barros – São Paulo: JNS Editora, 1999.
Manual de Técnica de Entrevistas e Interrogatório – FBI;
Apostila do Policial como Garantidor dos Direitos Humanos – New Scotland Yard.

DISCIPLINA 44
BOLETIM DE OCORRÊNCIA
Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Apresentação do processo de registro e acompanhamento da ocorrência gerada na unidade policial; Conhecimento das etapas de abertura, preenchimento e conclusão no sistema virtual do Infopol e BOF; Explanação da distribuição e remessa à Secretaria de Defesa Social dos dados gerados na ocorrência para composição da análise estatística da criminalidade no Estado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Histórico dos Boletins de Ocorrência;
2. Apresentação do atos normativos: Decreto nº 26.102/2003; Portaria GAB/SDS nº 1.535/2014; Portaria GAB/PCPE nº 763/2002;Portaria GAB/SDS nº 2028/2011;
3. Boletim de Ocorrência Formulário;
4. Sistema Virtual do INFOPOL.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

LEGISPCPE, www.policiacivil.pe.gov.br.
SISTEMA INFORMAÇÕES POLICIAIS – INFOPOL.
DECRETO nº 26.102, de 6 de novembro de 2003.
PORTARIA GAB/SDS nº 2028, de 12 de julho de 2011.
PORTARIA GAB/SDS nº 1.535, de 29 de abril de 2014.
PORTARIA GABPCPE nº 763, de 7 de junho de 2002.

DISCIPLINA 45
DIREÇÃO DEFENSIVA
Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Conhecimentos mínimos teórico e prático acerca das técnicas de direção defensiva, ofensiva e evasiva necessárias à atividade policial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Direção Defenso-evasiva
1.1. Conceito,
1.2. Aplicabilidade
1.3. A direção defenso-evasiva na defesa própria e de terceiros

2. O veículo
2.1. Forças que atuam no veículo em movimento

2.2. Características e condução de veículos operacionais
2.3. Manutenção do veículo
2.4. Arranjo individual do condutor e dos passageiros no interior do veículo

3. O Condutor
3.1. Arranjo Individual do Condutor e dos Passageiros no interior do veículo
3.2. Condições adversas do motorista
3.3. Como evitar desgaste físico relacionado a maneira de sentar e dirigir
3.4. Uso correto dos retrovisores

4. Vias de Trânsito
4.1. Fixação da Velocidade
4.2. Curvas
4.3. Declives
4.4. Ultrapassagem
4.5. Estreitamento de pista
4.6. Acostamento
4.7. Condições do piso da pista de rolamento
4.8. Trechos escorregadios
4.9. Sinalização
4.10. Calçadas ou Passeios Públicos
4.11. Árvores/vegetação
4.12. Cruzamentos entre vias

5. O Ambiente
5.1. Chuva
5.1.1. Aquaplanagem ou Hidroplanagem

6. Outras Regras Gerais e Importantes

7. Parte Prática (Exercícios à baixa e média velocidade).
7.1. Slalom à frente e à ré
7.2. Frenagens
7.3. Rotas de fuga
7.4. Desvios e mudanças de direção de deslocamento
7.5. Posicionamento e manobra em espaços reduzidos e com a presença de obstáculos.
7.6. Manutenção preventiva em viaturas
7.7. Acionamento do sistema luminoso de sinalização
7.8. Acionamento do sistema sonoro de emergência

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

Código Nacional de Trânsito atualizado, Governo Federal, Imprensa Oficial.
PINHEIRO, G. de F. L.; RIBEIRO, D. (1987), *Legislação e Jurisprudência do Trânsito.* São Paulo, Saraiva.
Manual de Direção Defensiva e Segurança no Trânsito. (1999), Brasil, GM.
Manual Técnico da Polícia Militar do Estado de São Paulo. (1995), São Paulo, Imprensa Oficial.

DISCIPLINA 46
PRÁTICA POLICIAL
Carga Horária: 40 horas

EMENTA: Execução prática dos conhecimentos apreendidos durante todo o curso de formação para o exercício dos procedimentos policiais, sob a supervisão do seu instrutor.

Edital nº 016/2017 - ACIDES/SDS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
Vivência da dinâmica policial com visitas supervisionadas a diversas unidades da polícia civil.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
COSTA, Adriano Souza; SILVA, Laudelina Inácio da. Prática Policial Sistematizada. 2 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2014. 452 p
GOMES, Amintas Vidal. Manual do Delegado. 9 ed. São Paulo: Forense, 2015. 760 p
BRENE, Cleyson; LEPORE, Paulo. Manual do Delegado de Polícia Civil. 4 ed. Salvador: Juspodivm, 2016. 320 p.
ROCHA,Luiz Carlos. Manual do Delegado de Polícia Procedimentos Policiais Civil e Federal. 1 ed. Bauru: Edipro, 2002. 494 p
SILVA, Davi Andre Costa. Manual de Prática Policial. 1ª Edição. Porto Alegre: Verbo Jurídico 2012. 134 p

Edital nº 022/2017- ACIDES/SDS

Disciplina o processo de seleção do cadastro de reserva do corpo docente temporário para o ***Curso de Formação Profissional de Perito Criminal – 2017,*** *sob a responsabilidade do Campus de Ensino Recife* - CERE, da Academia Integrada de Defesa Social.

Faço saber aos interessados e inscritos no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, que nos termos da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e nos dispositivos constantes no presente Edital, encontram-se abertas inscrições para o Processo de Seleção do Cadastro de Reserva do Corpo Docente Temporário para o ***Curso de Formação Profissional de Perito Criminal – 2017***, sob a responsabilidade do **Campus de Ensino Recife - CERE**, da Academia Integrada de Defesa Social.

1. DAS VAGAS PARA CADASTRO DE RESERVA DO CORPO DOCENTE TEMPORÁRIO

1.1 Das vagas para coordenador de turma:

ATIVIDADE	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Coordenação	738	• Ser Policial Civil, possuir curso de Coordenação Pedagógica realizado pela ACIDES e preferencialmente estar lotado no Campus de Ensino Recife - CERE.	4

1.2 Das vagas de instrutor titular:

DISCIPLINAS	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Sistema de Segurança Pública	12	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso na área de segurança pública, preferencialmente especialização.	4
Criminologia aplicada à segurança pública	10	Ser policial civil ou bombeiro militar e possuir especialização na área de direito ou segurança pública.	4
Direitos Humanos	18	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso de bacharel em direito ou curso de capacitação na área de Direitos Humanos, preferencialmente especialização na área.	4
Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres	10	Ser policial ou bombeiro militar, possuir mais de 05 anos de experiência na atividade fim e preferencialmente curso específico na área da disciplina.	4
Educação Física	30	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso de licenciatura em educação física e estar devidamente registrado no CREF.	4
Língua e comunicação	8	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso na área de comunicação social ou área afim.	4
Telecomunicações	10	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso técnico em Telecomunicações ou curso específico na área com experiência na área da disciplina.	4
Tecnologias e Sistemas Informatizados	10	Ser policial ou bombeiro milita com experiência na área, possuir curso técnico, graduação ou especialização na área de informática, tecnologia da informação ou curso específico na área.	4

Edital nº 022/2017 - ACIDES/SDS

Abordagem Policial no Âmbito das Operações de Polícia Judiciária	30	Ser policial civil com mais de 05 anos de experiência na atividade fim e com curso na área de abordagem.	4
Uso Diferenciado da Força	10	Ser policial ou bombeiro militar com mais de 05 anos de experiência na atividade fim e com curso específico na área da disciplina.	4
Defesa Pessoal Policial	20	Ser policial ou bombeiro militar, possuir curso de defesa pessoal e ser graduado em artes marciais.	4
Armamento, Munição e Tiro	60	Possuir mais de 05 anos de experiência na atividade fim e possuir curso de instrutor de armamento munição e tiro policial (CIAMTP).	4
Artefatos Explosivos	24	Perito Criminal, com no mínimo 03 anos experiência na realização de Perícia Criminal em Artefatos e Explosivos.	4
Balística Forense	24	Perito Criminal com Especialização em Perícia Criminal, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Balística Forense.	4
Biologia Forense	10	Perito Criminal, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Biologia Forense.	4
Genética Forense	24	Perito Criminal com especialização em Genética Forense, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Genética Forense.	4
Contabilidade Aplicada à Criminalística	16	Perito Criminal graduado em Ciências Contábeis, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Contabilidade.	4
Perícia Ambiental	10	Perito Criminal, graduado em Biologia, com experiência na realização de Perícia Criminal Ambiental	4
Criminalística Aplicada	32	Perito Criminal no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal.	4
Fundamentos de Desenho Técnico	12	Auxiliar de Perito com curso de CorelDraw e no mínimo 03 anos de experiência em Desenho Técnico aplicado à Criminalística.	4
Documentoscopia	20	Perito Criminal no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Documentoscopia.	4
Engenharia Forense	20	Perito Criminal, com formação em Engenharia Civil, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Engenharia Legal	4
Fonética Forense	10	Perito Criminal, com curso de aperfeiçoamento em Fonética Forense promovido pelo SENASP, e experiência na realização de Perícia Criminal em Fonética Forense.	4
Fotografia Forense	10	Policial Civil com no mínimo 03 anos de experiência em fotografia forense no âmbito da Perícia Criminal.	4
Identificação de Veículos	20	Policial Civil com no mínimo 03 anos de experiência em fotografia forense no âmbito da Perícia Criminal.	4
Informática Forense	24	Perito Criminal, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Informática Forense.	4
Pratica Forense	40	Perito Criminal, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal.	4

Perícia em Local de Crimes Contra a Vida	30	Perito Criminal, com curso de aperfeiçoamento em Local de Crimes contra a Vida promovido pelo SENASP, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Local de Homicídio e Reprodução Simulada.	4
Perícia de Crimes Contra o Patrimônio	20	Perito Criminal, com Especialização em Perícia Criminal, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Local de Crime Contra o Patrimônio e em local de Incêndio.	4
Perícia em Local de Incêndio	20	Perito Criminal, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia criminal em Local de Incêndio	4
Perícia em Local de Ocorrências de Trânsito	20	Perito Criminal, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Local de Ocorrência de Trânsito.	4
Mecânica e Tecnologia de Veículos	10	Perito Criminal, com no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em veículos.	4
Medicina Legal Forense	20	Ser Médico Legista e/ou Professor em IES da Disciplina com mais de 05 anos de experiência.	4
Gestão da Qualidade e Cadeia de Custódia	14	Perito Criminal, com especialização em Perícia Criminal, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal, curso de Cadeia de Custódia e Gestão da Qualidade, e atuação relacionada com estas áreas.	4
Papiloscopia Aplicada à Perícia Criminal	20	Perito Criminal, com Especialização em Criminalística, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal e em Exames Papiloscópicos.	4
Química Forense	20	Perito Criminal, graduado em Farmácia ou Química, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Biologia, Química e Toxicologia Forense.	4
Toxicologia Forense	20	Perito Criminal, graduado em Farmácia ou Química, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Biologia, Química e Toxicologia Forense.	4
Pacto pela Vida e Gestão por Resultados	8	Ser Gestor Governamental de Planejamento, Orçamento e Gestão com experiência na área de gestão por resultados.	4
Reprodução Simulada	12	Perito Criminal, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Local de Homicídio e Reprodução Simulada	4

1.3 Das vagas de instrutor Secundário:

DISCIPLINAS	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Educação Física	28	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso de licenciatura em educação física e estar devidamente registrado no CREF.	4

Edital nº 022/2017 - ACIDES/SDS

Tecnologias e Sistemas Informatizados	10	Ser policial ou bombeiro milita com experiência na área, possuir curso técnico, graduação ou especialização na área de informática, tecnologia da informação ou curso específico na área.	8
Abordagem Policial no Âmbito das Operações de Polícia Judiciária	28	Ser policial civil com mais de 05 anos de experiência na atividade fim e com curso na área de abordagem.	8
Defesa Pessoal Policial	20	Ser policial ou bombeiro militar, possuir curso de defesa pessoal e ser graduado em artes marciais.	4
Armamento, Munição e Tiro	56	Possuir mais de 05 anos de experiência na atividade fim e possuir curso de instrutor de armamento munição e tiro policial (CIAMTP).	12
Artefatos Explosivos	24	Perito Criminal, com no mínimo 03 anos experiência na realização de Perícia Criminal em Artefatos e Explosivos.	8
Balística Forense	24	Perito Criminal com Especialização em Perícia Criminal, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Balística Forense.	8
Genética Forense	24	Perito Criminal com especialização em Genética Forense, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Genética Forense.	8
Contabilidade Aplicada à Criminalística	16	Perito Criminal graduado em Ciências Contábeis, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Contabilidade.	8
Fundamentos de Desenho Técnico	12	Auxiliar de Perito com curso de CorelDraw e no mínimo 03 anos de experiência em Desenho Técnico aplicado à Criminalística.	8
Documentoscopia	20	Perito Criminal no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Documentoscopia.	8
Engenharia Forense	20	Perito Criminal, com formação em Engenharia Civil, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Engenharia Legal.	8
Fonética Forense	10	Perito Criminal, com curso de aperfeiçoamento em Fonética Forense promovido pelo SENASP, e experiência na realização de Perícia Criminal em Fonética Forense.	8
Fotografia Forense	10	Policial Civil com no mínimo 03 anos de experiência em fotografia forense no âmbito da Perícia Criminal.	8
Identificação de Veículos	20	Perito Criminal, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Identificação Veicular.	8
Informática Forense	24	Perito Criminal, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Informática Forense.	8
Prática Forense	40	Perito Criminal, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal.	8
Perícia em Local de Crimes Contra a Vida	30	Perito Criminal, com curso de aperfeiçoamento em Local de Crimes contra a Vida promovido pelo SENASP, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Local de Homicídio e Reprodução Simulada.	8
Perícia em Local de Ocorrências de Trânsito	20	Perito Criminal, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Local de Ocorrência de Trânsito.	8

Mecânica e Tecnologia de Veículos	10	Perito Criminal, com no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em veículos.	8
Medicina Legal Forense	20	Médico Legista, no mínimo 03 anos de experiência em Medicina Legal.	8
Cadeia de Custódia e Gestão da Qualidade	14	Perito Criminal, com especialização em Perícia Criminal, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal, curso de Cadeia de Custódia e Gestão da Qualidade, e atuação relacionada com estas áreas.	8
Papiloscopia Aplicada à Perícia Criminal	20	Perito Criminal, com Especialização em Criminalística, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal e em Exames Papiloscópicos.	8
Química Forense	20	Perito Criminal, graduado em Farmácia ou Química, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Biologia, Química e Toxicologia Forense.	8
Toxicologia Forense	20	Perito Criminal, graduado em Farmácia ou Química, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Biologia, Química e Toxicologia Forense.	8
Reprodução Simulada	12	Perito Criminal, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Local de Homicídio e Reprodução Simulada.	8

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DO PROCESSO DE SELEÇÃO

2.1. **Condições Gerais**

2.1.1. Estar inscrito no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, nos termos do Capítulo I (Do Cadastro) da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e em conformidade com a **Portaria SDS Nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento)** até a publicação deste Edital no portal da ACIDES, www.acides.pe.gov.br, e/ou Diário Oficial do Estado;

2.1.2. Após a publicação do presente edital, conforme item anterior, a pontuação dos profissionais já cadastrados na ACIDES/SDS, que se inscreverem para este processo seletivo, permanecerá inalterada para fins deste certame, não cabendo, portanto, atualizações neste momento;

2.1.3. Comprovar experiência profissional específica relativa à atividade pedagógica objeto de seleção (coordenação ou instrutoria), através da análise da documentação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social até a data de inscrição;

2.1.4 Para exercer as atividades de instrutor, os especialistas deverão comprovar, conforme estabelecido no Art. 18 do Decreto nº 43.993, de 29/12/2016 e Decreto Estadual nº 44089 de 06FEV17:

I - a capacidade técnica;
II - o conhecimento específico na área da capacitação;
III - o conhecimento prático na matéria a ser ministrada;
IV - a experiência em instrutoria de no mínimo 120 (cento e vinte) horas-aula ministradas na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins.

A comprovação de capacidade técnica deve dar-se mediante diploma, certificado ou declaração, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins.

Edital nº 022/2017 - ACIDES/SDS

A comprovação de conhecimento específico dar-se-á mediante:

I - diploma, certificado ou declaração, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, em qualquer área de conhecimento; e

II - certificado ou declaração, emitidos pelas Escolas de Formação e Aperfeiçoamento do Poder Executivo Estadual ou por instituições de formação, públicas ou privadas, na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins, com mínimo de 60 (sessenta) horas-aula.

A comprovação de conhecimento prático dar-se-á mediante declaração (anexo II), emitida pelo gestor da área em que o servidor público, empregado público ou militar tenha desempenhado as atividades inerentes à matéria a ser ministrada, por um período mínimo de 12 (doze) meses.

2.1.5. Ter concluído pelo menos um dos cursos, a saber: licenciatura em qualquer área do conhecimento; formação de multiplicadores ministrada pelo Instituto de Recursos Humanos (IRH); Pós-graduação na área de ensino; formação de formadores pela Rede EAD/SENASP.

2.1.6. Não se encontrar na inatividade, nem em processo de reforma, durante a realização de todo curso, até o lançamento das horas aula aos vencimentos.

3. DAS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO

3.1. As inscrições serão realizadas exclusivamente pelo site da ACIDES, através do **Formulário 022/2017 - ACIDES**, disponível no site da ACIDES, www.acides.pe.gov.br **e vão até o dia 27/08/2017**.

3.2. **Será excluído do processo seletivo o candidato que:**

3.2.1. Não estiver de acordo com o previsto na **Portaria SDS nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento),** até a data de publicação deste edital.

3.2.2 Não estiver com o seu currículo na Plataforma Lattes devidamente atualizado, nos últimos 12 meses, contendo o(s) curso(s) que o habilite(m) a ministrar a disciplina pretendida;

3.2.3. Não inserir do endereço do currículo lattes, no ato da inscrição através do formulário online disponibilizado pelo do portal da Acides;

3.2.4. Inscrever-se para o processo seletivo após o prazo constante no formulário de inscrição do referido edital;

3.2.5. Não comparecer ao Encontro Pedagógico.

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. Os trabalhos e instrumentos relativos ao processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso serão realizados pela **Comissão de Seleção**, composta pelos membros do quadro abaixo, tendo o primeiro como presidente.

POSTO	MAT.	NOME	LOTAÇÃO
DELEGADA	191763-3	**SYLVANA** TEIXEIRA LELLIS	CERE
COMISSÁRIO PC	208528-3	ANTONIO FLAVIO **PASTICK** ROLIM	CERE
CAP PM	960015-9	**ALEXANDRE** JOSÉ GOMES ALVES DE OLIVEIRA	GICAP/SDS
SGT BM	798053-1	ALEXANDRE PEREIRA **DOS ANJOS**	GICAP/SDS

4.2. Serão utilizados os seguintes instrumentos no processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso, com atribuição exclusiva da GICAP/SDS:

4.2.1. Comprovação de conclusão dos cursos do item 2.1.5.

4.2.2. Análise dos requisitos básicos constante neste Edital, da titularidade e da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

Edital nº 022/2017 - ACIDES/SDS

4.3. Os candidatos formarão uma lista de classificação, de acordo com a pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.4. Os dados do candidato inscrito, referentes aos instrumentos do processo de seleção, serão contabilizados numa **Planilha de Monitoramento do Processo de Seleção do Corpo Docente Temporário do Curso.** Será através da análise da referida planilha que os critérios serão verificados em cada caso, registrando-se o(s) motivo(s) que, eventualmente, inabilite(m) o(s) candidato(s).

4.5. Todos os instrutores concorrerão, inicialmente, com a sua primeira opção, feita no ato da inscrição. No caso das vagas não serem preenchidas desta forma, passarão a concorrer com a segunda opção, em assim por diante.

4.6. Caso, após o encerramento de todo o processo, ainda permaneçam vagas ociosas, estas poderão ser preenchidas através de rechamada no portal eletrônico da ACIDES/SDS ou de indicação por parte da Comissão de Seleção nomeada no item 4.1.

4.7. Os candidatos aptos e disponíveis ao preenchimento das vagas, mas não selecionados, poderão ser, posteriormente, convocados, obedecendo-se à ordem de classificação obtida através da pontuação do Cadastro Estadual de Especialistas, para serem submetidos aos referidos instrumentos do processo de seleção, caso um ou mais candidatos com maior pontuação não tenham preenchido as vagas disponíveis.

4.8. Relativamente à análise do cadastro de especialistas do candidato a instrutor serão considerados os seguintes **critérios de desempate**, nesta ordem: 1) maior tempo de docência na disciplina objeto da seleção; 2) maior número de cursos de formação e/ou especialização relacionados à área pretendida, 3) maior tempo de conhecimento prático na disciplina objeto da seleção 4) maior grau acadêmico na área.

4.9 Registrar, se houver, na ATA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO as contra-indicações, observando e justificando os motivos que contraindique o candidato à prática docente ao presente processo seletivo, com critérios objetivos, devidamente justificados em processo escrito, remetido para a Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária.

4.10. Para a função de coordenador será preenchida preferencialmente pelos servidores lotados nos Campi de Ensino da ACIDES/SDS que possuírem o curso de coordenação pedagógica pela ACIDES/SDS. A função de coordenador de turma exige dedicação integral, atuando em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério da direção do campus responsável, ficando o coordenador de turma impossibilitado de exercer qualquer outro tipo de atividade pedagógica (instrutoria) durante o período de execução do curso neste Campus ou em outra Unidade da ACIDES/SDS.

4.11. O preenchimento das vagas para a disciplina obedecerá a ordem de classificação obtida através do Processo de Seleção.
4.12. A função de instrutor (titular ou secundário) exige participação em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério do Supervisor de Ensino do Campus, **com caráter eliminatório.**

4.13. Não serão realizadas provas ou outras atividades de seleção diversas das que estão previstas neste Edital.

4.14. Apresentar disponibilidade expressa para cumprir o cronograma de atividade escolar estabelecido pelo Supervisor da Unidade de Ensino do Campus de Ensino.

4.15. O instrutor Conteudista que se candidatar a vaga de instrutor titular ou instrutor secundário, caso não entregue o material didático (pladis, apostila, slide e questões de prova) na data estipulada pela Direção do Campus de Ensino Recife, será automaticamente excluído do certame.

5. DO RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO

5.1. Concluídos os trabalhos, a Comissão de Seleção enviará à GICAP/SDS, através do e-mail **uafgicap@gmail.com** e também impresso, a minuta de portaria de designação dos docentes e a planilha de monitoramento do processo de seleção do corpo docente temporário do curso, que passarão por avaliação técnica, e conferência para que não ultrapassem a carga horária anual estabelecida pelo o Inc. II do Art. 32 do Decreto Estadual nº 43.993 de 29 de dezembro de 2016. Satisfeitos os requisitos exigidos, o gerente geral da GGAIIC encaminhará a documentação relativa aos processos adotados, a fim de ser homologada através de portaria do secretário de defesa social.

Edital nº 022/2017 - ACIDES/SDS

5.2. As horas-aula ministradas em outras secretarias no âmbito estadual serão computadas e subtraídas do limite anual de 240h/a, sendo de responsabilidade exclusiva do instrutor designado acompanhar sua quantidade de horas-aula, visto que as aulas excedentes não serão computadas para efeito de pagamento.
5.3. Os candidatos-servidores estaduais que já tenham formalizado seu pedido de ida para a inatividade, ou que estejam a ponto de fazê-lo, quer seja através de processo de aposentadoria (reserva remunerada ou reforma), quer seja por quaisquer outros motivos, estarão **impedidos** de participar deste certame.

5.4. Os candidatos não selecionados, porém aprovados em todos os instrumentos do Processo de Seleção, e disponíveis ao eventual preenchimento das vagas, formarão uma reserva técnica, em que serão denominados **Suplentes**, sendo convocados para preencher as vagas sem submeterem-se a novo Processo de Seleção, obedecendo-se ordem de classificação para cada disciplina, e durante a validade do presente Edital.

5.5. Serão selecionados, se possível, 03(três) vezes o número de vagas oferecidas no certame para compor o quadro de reservas.

6. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

6.1. O candidato que desejar interpor recurso contra o Processo de Seleção, que não terá efeito suspensivo, só devolutivo, o fará na forma de requerimento enviado para a Comissão de Seleção do presente edital, no prazo máximo de 48 horas após a divulgação dos resultados no site da ACIDES, a qual responderá aos recursos no prazo de 72 horas da interposição do recurso.

6.2. O provimento do recurso, por parte da Comissão de Seleção, gerará para o candidato direito ao preenchimento da(s) vaga(s), desde que atendidos todos os Instrumentos do Processo de Seleção.

6.3. Os recursos interpostos deverão apresentar, no mínimo, as seguintes informações: NOME COMPLETO DO CANDIDATO, DISCIPLINA, CURSO, Nº DO EDITAL E ARGUMENTAÇÃO LÓGICA E CONSISTENTE, amparada na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009 e nos dispositivos do presente Edital.

6.4. Os recursos que não atenderem as especificações contidas no presente Edital e na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, não serão reconhecidos.

6.5. Não serão apreciados recursos interpostos em favor de outros candidatos.

7. DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS

7.1. O presente Edital, cujo teor estará disponível no portal da ACIDES, **www.acides.pe.gov.br**, a partir da publicação até o encerramento do curso (publicação de portaria de conclusão). O calendário das atividades inerentes ao presente processo de seleção está descrito no Anexo I deste Edital (Cronograma de Atividades do Processo de Seleção).

7.2. A direção do campus de ensino solicitará ao gerente geral da GGAIIC o desligamento de qualquer coordenador ou instrutor selecionado, quando deixarem de comparecer injustificadamente a uma aula, ou não cumprirem os prazos previamente acordados inerentes à sua atividade, bem como por apresentarem, aos alunos, postura profissional inadequada ou motivos que os inabilitem para fazerem parte do Corpo Docente temporário, sendo substituídos imediatamente pelo candidato subsequente na condição de suplente.

7.3. Os casos omissos serão solucionados pelo gerente geral da GGAIIC, gestor de integração e capacitação e pela comissão de seleção.

7.4. Os Gestores dos Órgãos Operativos deverão facilitar a liberação dos servidores selecionados para ministrar as instruções, objetivando uma melhor qualificação dos profissionais de segurança pública.

Recife, PE em 21 de agosto de 2017

ANTÔNIO DE PÁDUA VIEIRA CAVALCANTI
Secretário de Defesa Social

Edital nº 022/2017 - ACIDES/SDS

Anexo I

Cronograma do Processo de Seleção

Etapas	Atividades	Período	Responsabilidade
1	Validação das atualizações dos currículos junto à GICAP	Até a data de abertura deste Edital	Docente candidato
2	Análise da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, **confirmação recadastramento** e da existência de currículo do candidato na **Plataforma Lattes** e verificação de habilitação do candidato para a disciplina pretendida.	ATÉ 01/09/2017	Comissão de Seleção com apoio da GICAP
3	Convocação dos instrutores selecionados para o cadastro de reservas que deverão entregar a Declaração de Autorização da Chefia Imediata no encontro Pedagógico.	A DEFINIR	CERE
4	Encontro pedagógico	A DEFINIR	CERE
5	Elaboração e publicação no site da ACIDES da portaria de designação dos docentes selecionados.	A DEFINIR	Comissão de Seleção com apoio da GICAP

Edital nº 022/2017 - ACIDES/SDS

Anexo II

Academia Integrada de Defesa Social
Instituição de Ensino Superior credenciada pelo Parecer CEE/PE nº 33/2008-CES, do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, homologado pela Portaria SE nº 3571, de 12/05/2008, publicada no DOE de 13/5/2008
CNPJ : 02.960.040/0002-91

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, (Chefe imediato da atual lotação ou de Unidade anterior)_________, matrícula nº______________, Órgão de Origem ____________________, atualmente exercendo a função de ________________________________, declaro para os devidos fins de **comprovação de conhecimento prático**, consoante o Parágrafo 3º do Artigo 18º do Decreto nº 43.993, de 29/12/2016 que o(a) servidor(a), _________________________________, matrícula nº, _____________,Órgão de Origem,_______________, lotado no(a), ____, **possui conhecimento prático sobre:** (nome da disciplina)_____, por ter desempenhado, por mais de 12 meses, atividades relativas ao tema no período de ____/____/______ a ______/_______/_____________, no(a) (lotação atual ou Unidade anterior)________________________________. Atesto, por tanto, sua capacidade prática na abordagem do referido tema.

Recife, PE, em ___ de ____________ de ________

____
Assinatura e carimbo da chefia imediata

Edital nº 022/2017 - ACIDES/SDS

Anexo III

SECRETARIA
DEFESA SOCIAL

Academia Integrada de Defesa Social
Instituição de Ensino Superior credenciada pelo Parecer CEE/PE nº 33/2008-CES, do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, homologado pela Portaria SE nº 3571, de 12/05/2008, publicada no DOE de 13/5/2008
CNPJ : 02.960.040/0002-91

ACIDES-PE
Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social

AUTORIZAÇÃO DA CHEFIA IMEDIATA

Eu, ______________________, Matrícula nº _____________________, CPF.________________________________ solicito autorização para ministrar aulas na disciplina, _________________________________ do o ***Curso de Formação Profissional de Perito Criminal – 2017,*** no período de ____/___/ a ____/___/2017 e DECLARO que não estou no período da disciplina a ser ministrada, em qualquer tipo de afastamento do serviço por licença ou gozo de férias e tenho pleno conhecimento da impossibilidade de exercer a referida instrutoria, sob o risco de **NÃO RECEBIMENTO** das horas aula ministradas, caso esteja ou dê entrada no processo para inatividade durante o transcorrer do curso. (Art. 28 e Inc. I e II do Art. 32 do Decreto nº 43.993, de 29DEZ16 e o Decreto Nº 44.089, de 6 de Fevereiro De 2017).

Recife, ____/____/_______.

[Assinatura]

De acordo,

Em, _____/______/_______.

[Carimbo e assinatura da chefia imediata].

Anexo IV

EMENTAS DAS DISCIPLINAS

DISCIPLINA 01
SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Carga Horária: 12 horas

EMENTA: A constituição da organização policial no Brasil. O sistema brasileiro de policiamento. Gerenciamento organizacional, modernização e controle das polícias. Sistemas de organização e gestão estratégica da ação policial e tecnologias com foco no controle da violência e da criminalidade. Controle social democrático das políticas públicas de segurança.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. A segurança pública na Constituição da República;
2. A estrutura do sistema brasileiro de policiamento;
3. As competências e as funções das organizações policiais brasileiras;
4. Polícia e controle social em um sistema democrático;
5. Planejamento como ferramenta de gestão;
6. O uso da informação para a tomada de decisão;
7. Modelos de controle das organizações policiais;
8. A gestão de pessoas nas polícias;
9. Pacto pela Vida – Política Pública de Segurança de Pernambuco – Estudo de caso;
10. Modelo de gestão implementado nas instituições de Segurança Pública de Pernambuco.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
ALVARENGA NETO, Rivadávia C. Drummond de. *Gestão do Conhecimento no contexto de organizações atuantes no Brasil: uma mudança em direção ao conceito de "Gestão de Contextos Capacitantes"*. Caderno de Idéias, Ano 7, n.17, Novembro de 2007, Fundação Dom Cabral, Outubro de 2007.
BALESTRERI, Ricardo. *Qualificar o processo qualificando a pessoa: algumas contribuições à reflexão sobre capacitação de operadores policiais*. 2006. Disponível em: <http//www.ssp.df.gov.br/sites/100/164/qualificaroprocessoqualificandoapessoa.pdf. Acesso em: 30 jun 2007.
BATISTA, Fábio Ferreira; QUANDT, Carlos Olavo; PACHECO, Fernando Flávio; TERRA, José Cláudio Cyrineu. *Gestão do Conhecimento na Administração Pública*. Ipea: Brasília, 2005.
BEATO FILHO, Cláudio Chaves. *Informação e desempenho policial. Teoria e sociedade*, Belo Horizonte, v.7, 2001. Disponível em:<http//www. Crisp.ufmg.br/infopol.pdf>
____________. *Reinventar a polícia: a implementação de um programa de policiamento comunitário. Informativo CRISP*, Belo Horizonte, v.2, 2002. Disponível em: <http//www.crisp.ufmg.br/INFO2.pdf>
BEATO FILHO, Cláudio Chaves; SOUZA, Robson Sávio Reis. Controle de homicídios: a experiência de Belo Horizonte. In: *Segurança cidadã e polícia na democracia*. Rio de Janeiro: Cadernos de Adenauer IV, n.3, 2003.
BLAZECK, Luiz Mauricio Souza. *A gestão da segurança pública e seus paradigmas.* São Paulo: UNISO, 2007.
BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com colaboração de Pinto, Antonio Luiz de Toledo; Windt, Márcia Cristina Vaz dos e Céspedes, Livia. São Paulo: Saraiva, 2005.
BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos. 1/92 a 42/2003 e pelas Emendas Constitucionais da Revisão nos. 1 a 6/94 – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.
CHOO, C. W. *A Organização do Conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.
DURANTE, Marcelo Ottoni. *Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento em Segurança Pública*. Secretaria de Segurança Pública: Brasília, 2010.

DURANTE, Marcelo Ottoni; SANDES, Wilquerson Felizardo. *Avanços na democracia brasileira: a participação da sociedade civil na Conferência Nacional de Segurança Pública*. Revista Brasileira de Segurança Pública: São Paulo, 2009.
KANT DE LIMA, Roberto. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
KANT DE LIMA, Roberto, MISSE, Michel, MIRANDA, Ana Paula M. *Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB, Rio de Janeiro, n.50, p.45-123, 2.º semestre de 2000.
LEMGRUBER, Julita (org.) Criminalidade*, violência e segurança pública no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
PINHEIRO, Paulo S. *Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias*. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.9, n.1, p.43-52, maio 1997.
PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
REED, Michael. *Teoria Organizacional: um campo historicamente contestado*. In: CLEGG, S. HARDY, Cynthia and NORD, W. (Org.); CALDAS, Miguel, FACHIN, Roberto, FISCHER, Tânia (Org. versão brasileira) Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1998.
SAPORI, Luís Flávio. *A administração da justiça criminal numa área metropolitana*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, ano 10, n.29, p.143-157, out. 1995.
________________. *A inserção da polícia na Justiça Criminal Brasileira: os percalços de um sistema frouxamente articulado*. In: MARIANO, Benedito Domingos, FREITAS, Isabel (Org.). Polícia: desafio da democracia brasileira. Porto Alegre: Corag, 2002.
SILVA, José Afonso da.*Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo:Malheiros, 2004.
VEIGA, Bianca Melânia Castro. *O conhecimento dói*. Revista Brasileira de Segurança Pública: Rio de Janeiro, 2007
ZALUAR, Alba, LEAL, Maria C. *Violência extra e intramuros*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.16, n.45, 2001.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Delegada	196682-0	Marta Suelene da Silva
Delegada	196740-1	Dilma Tenório Araújo

DISCIPLINA 02
CRIMINOLOGIA APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA

Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Escola clássica e idéia do crime; Conceito bioantropológico do criminoso; Teoria da desorganização social; Teoria do aprendizado social. Teoria da escolha racional; Teoria do controle social; Teoria do auto controle; Teoria da anomia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Escola clássica e ideia do crime;
2. Conceito bioantropológico do criminoso;
3. Teoria da desorganização social;
4. Teoria do aprendizado social;
5. Teoria da escolha racional;
6. Teoria do controle social;
7. Teoria do auto controle;
8. Teoria da anomia.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BARATTA, Alessandro. (1997), Criminologia crítica e crítica do Direito Penal. Rio de Janeiro, Revan.
BECCARIA, C. (1998), Dos delitos e das penas. Lisboa, Fundação CalousteGulbenkian.
DIAS, J.F. & ANDRADE, M.C. (1984), Criminologia. O homem delinquente e a sociedade criminógena. Coimbra, Coimbra Editora.
FOUCAULT, M. (1999),Vigiar e punir. Nascimento da prisão. Petrópolis, Editora Vozes.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELI, José Henrique. (2004), Manual de direito penal brasileiro: parte geral. 5ª Edição rev. e atual. São Paulo, Revista dos Tribunais.
MOLINA, Antonio García-Pablo et al. Criminologia. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Delegado	272550-9	IzaiasAntonio Novaes Gonçalves
Delegado	196677-4	Joel Venâncio da Silva Junior

DISCIPLINA 03
DIREITOS HUMANOS
Carga Horária: 18 horas

EMENTA: Teoria Geral e História dos Direitos Humanos. Constitucionalismo e Direitos Humanos. Perspectivas Críticas dos Direitos Humanos. Segurança e Direitos Humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Direitos Humanos como fenômeno histórico-cultural não "natural". Contextualização Histórica, Filosófica e Cultural. Conceituação dos Direitos Humanos. Fundamentação: o porquê dos Direitos Humanos. Principais Características dos Direitos Humanos. Classificação dos Direitos Humanos. Caracterização Funcional do conceito de Direitos Humanos ou seu "núcleo de certeza";
2. Constitucionalismo Clássico: como promover *justiça* sem o Estado? Constitucionalismo Sócio-Econômico: como *jurisdicizar*o Estado social? Direitos *versus* Garantias. Direitos Fundamentais - Direitos e Garantias - como Princípios Constitucionais.
3. Direitos em espécie. Garantias.Marx – a crítica materialista e o direito como instrumento de emancipação do homem. Burke – os argumentos contrarrevolucionários e conservadores de um reformista. Bentham – um utilitarista crítico do jusnaturalismo;
4. Segurança (sentido lato). O Conceito de Segurança (lato senso) e a Política. Segurança Nacional ou Segurança do Estado;
5. Polícia e Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BONAVIDES, Paulo, *Curso de Direito Constitucional*, Malheiros Editores, 2008.
HUNT, Lynn, *A invenção dos direitos humanos*, Companhia das Letras, 2009.
MIRANDA, Roberto Wanderley de, *Os direitos humanos como espécie de verdade moral*, Revista de Direito, Asces, 2004
RODRÍGUEZ-TOUBES, Joaquim, *La razón de losderechos,*Tecnos, 1995.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Delegado	191787-0	Roberto Wanderley de Miranda

DISCIPLINA 04
GERENCIAMENTO INTEGRADO DE CRISES E DESASTRES
Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Conhecimento do sistema integrado de resposta às crises e desastres, permeados pelo Decreto Estadual nº 33.782/10. Conhecimento das características e exemplos de crises policiais como também as alternativas táticas de resposta; Conhecimento das medidas preliminares para atendimento deste tipo de ocorrências assim como as nuances do gerenciamento de crises.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Crises: exemplos e características;
2. Gerenciamento de crise: conceito e objetivos;
3. Fases das crises;

Edital nº 022/2017 - ACIDES/SDS

4. Medidas Preliminares de resposta;
5. Alternativas táticas;
6. Decreto Estadual nº 33.782/10;
7. Noções de negociação.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

Manual de Gerenciamento de Crises da secretaria Nacional de Segurança Pública;
BERQUÓ, Alberto. O Sequestro dia a dia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
BORGES, Gerson. Sequestros, a liberdade tem preço: um programa de segurança para você e sua família. Rio de Janeiro: Quartet, 1997.
BRASILIANO, Antônio Celso Ribeiro. Sequestro... Como Se Defender: planejamento de segurança pessoal, noções antissequestro. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
DECRETO Estadual nº 33.782/09 que Cria o Gabinete de Gerenciamento de Crise em Pernambuco.
DE SOUZA, Wanderley Mascarenhas. Gerenciamento de Crises em Segurança. São Paulo: Sicurezza, 2000.
_____, Wanderley Mascarenhas. Radiografia do Sequestro. São Paulo: Ícone, 1993.
LANCELEY, Frederick J. On-Scene Guide for Crisis Negotiators. 2 ed. Boca Raton: CRC Press, 2003.
MANFREDINI, Noely. RECALCATTI, Rubens. Sequestros: Modus Operandi e Estudos de Casos. Blumenau: Nova Letra, 2008.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
MAJ PMPE	950712-4	Ivanildo Cesar Torres de Medeiros

DISCIPLINA 05
EDUCAÇÃO FÍSICA
Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Abordagens teóricas da importância da prática regular de exercícios físicos; Apresentação de noções de conceitos de fisiologia e anatomia; Desenvolvimento das valências físicas; Conhecimento das técnicas necessárias ao treinamento e aprimoramento do condicionamento físico; Conscientização da mudança do comportamento sedentário para um comportamento ativo em relação aos exercícios físicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Anamnese;
2. Noções de técnicas de Avaliação Física;
3. Apresentação prática do Protocolo do TAF;
4. TAF;
5. Atividades Lúdicas;
6. Valência Físicas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

DANTAS, E.H.M. A prática da preparação física. 6ª ed. - Vila Mariana, SP : Roca, 2014;
MONTEIRO, G. A. e EVANGELISTA, A. L. Treinamento Funcional. Uma abordagem prática. Phorte Editora, SP,2010;
NAHAS, M. V. Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida. 3ª Edição, Florianópolis, Editora Midiograf, 2007.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Comissário	221472-5	Kleber Vieira da Cunha
Agente	350834-0	Wagner Virgínio da Silva

DISCIPLINA 06
LÍNGUA E COMUNICAÇÃO
Carga Horária: 08 horas

EMENTA: Reflexão sobre as possibilidades de uso da língua, a fim de se comunicar o necessário, com alguns tipos e gêneros textuais/discursivos nos quais se revela. Prioridade em temáticas como aspectos da leitura, da interpretação textual e da produção de textos orais e escritos; Caráter sociocultural da língua, sempre fundada em normas socialmente instituídas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Comunicação humana: história e importância;
2. Linguagem;
3. Funções da linguagem.
4. Linguagem oral;
5. Linguagem escrita;
6. Leitura;
7. Discurso: constituição e características;
8. Discurso direto e seu efeito na comunicação;
9. Discurso indireto e seu efeito na comunicação;
10. Procedimentos sintáticos para a transformação do discurso direto em indireto e vice-versa;
11. O que é um texto?
12. Tipos textuais;
13. Qualidades e defeitos de um texto, considerando sua intencionalidade;
14. Gêneros textuais, com ênfase nos do âmbito operacional policial/jurídico.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
BAZERMAN, C. Gêneros textuais, tipificação e interação. Tradução de DIONÍSIO, A. P. HOFFNAGEL, J. C. (orgs). São Paulo, Cortez,2009.
CAVALCANTE, Mônica M. Os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2013.
DIJK, Tean A. Van. Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto. Tradução de Rodolfo Ilari, 2012.
KOCH, Ingedore Villaça. Argumentação e linguagem. 13ªed. São Paulo: Cortez, 2011.
____________________; Elias, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2009.
MARCUSCHI, L.A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Agente	272864-8	Erivaldo José Silva
Delegado	199045-4	Ildefonso Antonio Gouveia Cavalcanti

DISCIPLINA 07
TELECOMUNICAÇÕES
Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Conhecimentos teóricos e técnicos básicos necessários à viabilização da comunicação aplicada à atividade policial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Introdução e importância da comunicação para humanidade;
2. Histórico das telecomunicações;
3. Teoria das telecomunicações;
4. O processo de comunicação;
5. O significado do termo telecomunicações;
6. Tipos de sinais na comunicação;

7. Introdução e importância da comunicação;
8. Elementos de um Sistema de Comunicação;
9. Sistema de Comunicação por Sinais Elétricos;
10. Tipos de Transmissão;
11. Canal de Radiofrequência;
12. Antenas/ondas/frequência (UHF e VHF);
13. Frequência;
14. Faixas de frequências utilizadas;
15. Classificação das Ondas de rádio;
16. Sistema CIODS da Capital e RMR e os Postos de Comando - "PC", no Interior do Estado;
17. Sistema de vídeo monitoramento e rastreamento de pessoas;
18. Mensagens;
19. Equipamentos de radiocomunicação;
20. Das Inspeções nas Estações de rádio;
21. Lei Geral das Telecomunicações e Normas constitucionais e penais que a envolve; Taxa de FISTEL e taxa de uso de frequência;
22. Sistema de comunicação telefônico; via rádio (analógico e digital);
23. Código "Q" internacional; Alfanumérico; e Informações sobre DATA/HORA.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

LATHI B., P., Sistemas de Comunicação. Rio de Janeiro: Guanabara Dois: 1979.
CARLSON A., B., Sistemas de Comunicação. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil: 1981.
DERFLER, Jr, J., F., Freed L., Tudo sobre cabeamentos de redes. Rio de Janeiro: Campus, 1994. ALENCAR M., S., Curso de Telefonia. Apostila, DEE - UFPb, Campina Grande: 1997.
FONSECA J., N., Telecomunicações I. Apostila, COELT - ETFSe, Aracaju: 1997.
Leis das Telecomunicações nº 9.472, Lei nº 9.295, Lei nº 4.177, Decreto-Lei 236;
Lei da Interceptação Telefônica nº 9.296;
Decreto-Lei nº 89.056 sobre alarme bancário;
COELHO, Patrícia Pinto, Telefonia Móvel Celular, Inatel, Santa Rita do Sapucaí-MG, 1995.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Capitão PM	930052-0	Fabio Reis dos Santos
Sargento PM	930439-8	José Fernando da Silva Filho

DISCIPLINA 08
TECNOLOGIAS E SISTEMAS INFORMATIZADOS
Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Conhecimento na utilização dos diversos módulos de pesquisa do Sistema Infoseg. Emprego dos Sistemas contidos no Portal Web e no Portal de Sistemas nos diversos tipos de pesquisa. Habilitação do policial na utilização da Delegacia Interativa e Siap-Crime. Aplicação dos sistemas informatizados de defesa social nos diversos tipos de investigação. Reconhecimento da legislação de acesso à Internet e aos Sistemas Informatizados de Defesa Social no âmbito da Polícia Civil de Pernambuco.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução;
2. Sistema Infoseg: módulos de pesquisa de mandados de prisão, indivíduos, condutores e veículos;
3. Sistema Infoseg: módulos de pesquisa de Armas, Receita e Administração;
4. Portal Web: Solicitações de Antecedentes Criminais Online, Sistema de Relatórios Carcerários e Sistema de Cadastro Civil;
5. Portal Web: Sistema de Consulta a Roubo e Furtos de Veículos, Sistema de Consulta de Mandados de Prisão e Sistemas de Consultas Integradas;
6. Portal de Sistemas: Sistema de Registro de Queixas de Roubos e Furtos de Veículos;

Edital nº 022/2017 - ACIDES/SDS

7. Siap-Crime;
8. Delegacia Interativa;
9. Legislação de acesso à Internet e aos Sistemas Informatizados de Defesa Social.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

www.infoseg.gov.br
https://servicos.sds.pe.gov.br/portalsds/
www.policiacivil.pe.gov.br
https://www.tjpe.jus.br/siapcrime/xhtml/login.xhtml
http://servicos.sds.pe.gov.br/delegacia/
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL. (2003), Manual dos Sistemas de Defesa Social. Projeto CIODS/2000.
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. (2000), Manual do Infoseg. Procergs.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Comissário	208620-4	Márcio Roberto Cavalcanti da Silva

DISCIPLINA 09
ABORDAGEM POLICIAL NO ÂMBITO DAS OPERAÇÕES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA
Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Técnicas necessárias à correta aplicação dos procedimentos de abordagem, em consonância com o ordenamento jurídico nacional e as normas internacionais de direitos humanos e atuação dentro dos padrões éticos necessários à atuação policial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Conceitos e princípios da abordagem;
2. Empunhadura; Posição Sul; Tipos de saque; Controle do Cano;
3. Técnicas com algemas: Em pé, com e sem anteparo, de joelhos e deitado; Aula prática de Abordagem a pessoa;
4. Abordagem a veículos (carro/moto);
5. Abordagem a edificações;
6. Abordagem a edificações (transposição de obstáculos e entradas táticas).

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovanni Cardoso. Polícia Comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI. Florianópolis, Ed. Insular, 2005.
AMARAL, Luiz Otávio de Oliveira. Direito e Segurança Pública: a juridicidade operacional da polícia. Brasília, Consulex, 2003.
Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8069 de 13/07/1990.
Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Pernambuco - Lei Nº 6123 de 20/07/1968.
FRANCO, Paulo Ricardo Pinto. Técnicas Policiais - Uma questão de Segurança. Porto Alegre, Santa Rita, 2002.
LEDUR, Nelton Henrique Monteiro. Violência nas abordagens policiais. Porto Alegre, Revista Unidade, nº 41, Jan/Mar, 2000.
LIMA, João Cavalim de. Atividade policial e o confronto armado. Curitiba, Juruá.2005.
GONÇALVES, Manuel Lopes Maia. O Novo Código de Processo Penal. Coimbra, Almedina, 1988.
FORTE, Edmilson. Policiamento Preventivo: indivíduo suspeito, busca pessoal, detenção para averiguação, identificação de pessoas. Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar. Monografia do CAO-I, São Paulo, 1998.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de Processo Penal-Comentado. Ed. Saraiva, 2010.
http://www.youtube.com/watch?v=xEkCi2wRbk4&feature=related
www.ctte.com.br/ctte/?alvo=prog&proj=002
http://pt.shvoong.com/law-and-politics/1622625-abordagem-policial-pessoas/
http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9491

Edital nº 022/2017 - ACIDES/SDS

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Comissário	152047-4	José Carlos de Almeida Lima

DISCIPLINA 10
USO DIFERENCIADO DA FORÇA
Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Suporte e embasamento teórico e prático aos profissionais da área de segurança pública, quanto à observância dos princípios técnicos e éticos adequados ao atendimento de ocorrência em que há a necessidade da aplicação do uso diferenciado da força (uso progressivo da força). Avaliação da adequabilidade, necessidade e proporcionalidade do uso da força, para a formação de um juízo crítico, com o objetivo da investigação em sede de inquérito policial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução;
2. Excludentes de criminalidade;
3. Desacato;
4. Tortura;
5. Excessos;
6. Uso da força: Conceitos e definições;
7. Uso da Força e a Polícia na atualidade;
8. Aspectos legais e éticos do uso da força;
9. Legislação Internacional, nacional e estadual aplicáveis ao uso da força;
10. Princípios básicos do Uso da Força e Arma de fogo;
11. Domínio do processo de tomada de decisão;
12. Princípios do UPF;
13. Prioridade ou foco na atuação e emprego do uso da força;
14. Fundamentos teóricos do uso da força pelos profissionais de segurança;
15. Propostas de Modelos de Uso Progressivo da força;
16. Procedimento operacional padrão;
17. Análise comparativas dos Modelos do uso da força;
18. Formação de Juízo Crítico sobre Uso da Força;
19. Elementos do uso da força;
20. Armas e equipamentos;
21. Tática de defesa;
22. Restrições;
23. Movimento e voz;
24. Formas de emprego de materiais e equipamentos não letais;
25. Técnica, tecnologias, armas, munições e equipamentos não letais);
26. Classificação dos Equipamentos; armas, munições e agentes não letais;
27. Tipos, composição, emprego, manuseio e segurança na utilização;
28. Emprego tático dos equipamentos e tecnologias não-letais;
29. Identificação das principais tecnologias não letais, EPI, EPC com a realização de oficinas simuladas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CAMPOS, Alexandre Flecha & CAMPOS, Colemar Elias. Técnicas do tiro ao alvo: breve histórico e orientações. Ed. Independente, Goiania,1989;
GIRALDI, Nilson. IPSC X Pista Policial. ed. PMESP. São Paulo. 1996;
GOIAS. PMGO. Procedimento Operacional Padrão - POP. 2003;
MATHIAS, José J. D'Andrea & BARROS, Saulo C. Rego. Manual Básico de Armas de Defesa. ed. Magnum. São Paulo. 1997;
LIMA, João Cavalim de. Atividade Policial e Confronto Armado. Curitiba: Juruá, 2005;
MINAS GERAIS. PMMG Manual de Prática Policial – Volume I, Belo Horizonte, 2002;

SCHODER, André Luiz Gomes. Artigo – Princípios Delimitadores do Uso da Força para os Encarregados da Aplicação da Lei. ed. Independente. Goiânia. 2000;
ONU, Princípios Básico de Uso da Força e Armas de Fogo – PBUFAF;
ONU, Código de Conduta para Encarregados da Aplicação da Lei – CCEAL.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Delegado	213910-3	José Oliveira Silvestre Júnior

DISCIPLINA 11
DEFESA PESSOAL POLICIAL
Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Conhecimento e domínio sobre técnicas de defesa pessoal policial e táticas de imobilizações, necessárias à preservação da integridade física de terceiros e do policial no exercício legal de suas atribuições, em estrita observação e respeito aos princípios que norteiam a cidadania e os direitos humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Técnicas de saída de pegada no punho;
2. Técnicas de saída de pegada no punho com imobilização;
3. Técnicas de imobilização e condução:chave de ombro; chave de punho; chave de cotovelo; chave de punho para trás;
4. Defesa contra agarramento: saída contra agarramento pela frente por cima dos braços; saída contra agarramento pela frente por baixo dos braços;saída contra agarramento por trás por cima dos braços;saída contra agarramento por trás por baixo dos braços;
5. Defesa contra agarramento: saída contra esganadura; saída contra gravata lateral;
6. Defesa contra golpes contundentes: defesa contra chute frontal; defesa contra chute lateral;defesa contra soco frontal; defesa contra soco lateral;
7. Defesa contra agressão com armas: defesa contra agressão com faca por cima (descendente); defesa contra agressão com faca por baixo (ascendente); defesa contra agressão com faca no tórax; defesa contra agressão com faca lateral (circular); defesa contra agressão com arma de fogo apontada no tórax; defesa contra agressão com arma de fogo apontada no cabeça; defesa contra agressão com arma de fogo apontada nas costas; defesa com tomada antecipada ao saque, contra agressão com arma de fogo.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

Apostila Defesa Pessoal - SENASP (Academia de Polícia de Alagoas);
CORREA FILHO, Albano Augusto Pinto, (1986), *Manual de ataque e defesa*. Belo Horizonte;
DUNCAN, Oswaldo. (1979), *Judô katas*, Rio de Janeiro, Tecnoprint;
LASSERRE, Robert. *Atemis e jiu-jitsu*. São Paulo, Mestre Jou;
ROBERT, Luis. (1968),*O judô*. 4. ed. Portugal, Editorial Noticias;
SHIODA, Gozo. (1991), *Dinamicaikido*. 15. ed. Tóquio, Kodansha Internacional;
TOHEI, Koichi. (1977), Aikido y autodefesa. 3. ed. Buenos Aires: Editorial Glem.UESSHIBA;
KISSHOMARU. (1990), Sikido: la pratica. Madri, Editorial Eyra.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Delegado	191755-2	Bruno CaaeteChacon
Comissário	151698-1	Harlan de Andrade Barcelos

Edital nº 022/2017 - ACIDES/SDS

DISCIPLINA 12
ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO
Carga Horária: 60 horas

EMENTA: Instrução tática e técnica dos policiais com os principais armamentos utilizados pela instituição, bem como os princípios de montagem e desmontagem de armamentos e os conceitos do tiro policial propriamente dito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Histórico e evolução das armas de fogo. Especificidade de uso na função policial e suas responsabilidades. Diretrizes sobre o uso da força e armas de fogo pelos agentes de segurança pública;
2. Apresentar os principais conceitos, a classificação dos armamentos, os processos de disparo e sistemas de funcionamento. Apresentar as munições utilizadas pela instituição. Apresentar as noções gerais sobre balística. Realizar a Iniciação ao tiro policial. Definir as condutas e segurança na prática do tiro. Apresentar as características do tiro policial; Apresentar e executar os fundamentos do tiro policial;
3. Apresentação dos armamentos. Características. Mecanismos de segurança. Funcionamento. Munição utilizada. Emprego operacional. Apresentação do EPI;
4. Inspeção Preliminar. Montagem e Desmontagem (teoria e prática);
5. Manejo. Manutenção e Guarda;
6. Conduta e segurança na prática do tiro. Fundamentos do tiro com Pistola. Recarga operacional: administrativa/tática/emergencial. Procedimentos com pane de armamento. Transição operacional de armamento (Pt / Pt backup). Exercícios de controle de cano. Progressões e regressões com o armamento. Utilização operacional de coberturas e abrigos;
7. Conduta e segurança na prática do tiro. Fundamentos do tiro com MT .40. Recarga operacional: administrativa/tática/emergencial. Procedimentos com pane de armamento. Transição operacional de armamento (Mt/Pt). Exercícios de controle de cano. Progressões e regressões com o armamento. Utilização operacional de coberturas e abrigos. Conduta e segurança na prática do tiro. Fundamentos do tiro com a Espingarda Cal. 12. Recarga operacional: administrativa/tática/emergencial. Procedimentos com pane de armamento. Transição operacional de armamento (Esp. 12/Pt). Exercícios de controle de cano. Progressões e regressões com o armamento. Utilização operacional de coberturas e abrigos. **Iniciação ao tiro no STAND (Procedimentos e condutas de segurança).**
8. Avaliação prática de montagem e desmontagem da PT 840.
9. Avaliação prática de manejo com os seguintes armamentos: PT 840, Mt Cal. .40 e Espingarda Cal. 12.
10. Realizar **50 disparos** com a PT .40.
11. Realizar **30 disparos** com a MT .40.
12. Realizar **12 disparos** com a Espingarda Cal. 12.
13. Efetuar **20 disparos** de precisão para treino com a PT .40.
14. Avaliação de tiro de precisão com a PT .40, com **10 disparos**.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CÂMARA JÚNIOR, Wellington Bezerra. Manual de Tiro Policial. Capitão, PMPE; Coleção Armas Ligeiras de Fogo. Editora Del Prado.1996;
ONU. Princípios básicos sobre a utilização da força e de armas de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei;
GIRALDI, Nilson. Manual "O Tiro Defensivo na Preservação da Vida" – 513 – Manual da Pistola Semi-automática .40 S&W. São Paulo;
GIRALDI, Nilson. DVD "O Tiro Defensivo na Preservação da Vida – Método Giraldi". São Paulo;
Portaria do Comando Geral da PMPE – Regulamenta para armas: http://www2.pm.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=13029&folderId=91751&name=DLFE-9890.pdf
Lei nº10.826/2003 – Estatuto do desarmamento: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.826.htm;
Decreto nº 4,123/2004 – Regulamenta o registro e o porte de Armas: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5123.htm.

Edital nº 022/2017 - ACIDES/SDS

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Agente	319738-7	José Carlos Costa Andrade
Comissário	126677-2	Maria Edilene de Siqueira Barreto

DISCIPLINA 13
ARTEFATOS EXPLOSIVOS
Carga Horária: 24 horas

EMENTA: Conhecimentos básicos sobre bombas, explosivos, artefatos explosivos e seus acessórios.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Historicidade dos Explosivos;
2. Classificação dos Explosivos;
3. Características dos explosivos;
4. Tipos e efeitos das explosões;
5. Bombas;
6. Sistemas de Iniciação de artefatos Explosivos;
7. Normas de Segurança para explosivos;
8. Procedimentos periciais em locais de crime.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
BRASIL, Portaria nº 7, Norma Reguladora NR-19, Segurança e Saúde na Indústria e Comércio de Fogos de Artifício e outros Artefatos Pirotécnicos. Anexo I Seção 1, P. 96 a 98, 30 Mar 2007.
BRASIL, Portaria nº 9-DLOG, Normas Reguladoras para Classificação, Importação e Avaliação Técnica de Fogos de Artifícios, Artifícios Pirotécnicos e Artefatos Similares e revoga dispositivos do normativo que menciona 8 Maio 2006.
BRASI, Portaria n ° 18-D LOG, Normas Administrativas Relativas às Atividades com Explosivos e seus Acessórios, 7 nov. 2005.
BRASIL, Portaria nº 3214, Normas Regulamentadoras, NR 16, Capítulo V, Título II, da Consolidação da Leis do Trabalho, Segurança e Medicina do Trabalho. 08 Jun. 1978.
DANIEL, FERNANDO, Manual de Utilização de Explosivos em exploração a Céu Aberto. Instituto Geológico e Mineiro, 2000.

FARIA, FÁBIO LUIZ FRANÇA DE. A segurança do pelotão de engenharia de combate no manuseio de explosivos, Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2004. Monografia.

Gunpowder: Alchemy, Bombards, & Pyrotechnics, Jack Kelly, Basic Books ISBN 0-465-03718-6
HEINNIES, W. T.; WEYNE, G. R. S. Segurança na Mineração, Np Uso de Explosivos. 2ed. São Paulo, FUNDACENTRO, 1996.
JÚNIOR, MILTON ANTONNO DA SILVA. Artefatos Explosivos. Academia Integrada de Defesa Social, Curso de formação de Peritos Criminais. Recife, 2016, Apostila
PANTOJA, HELVIO DE OLIVEIRA. Apostila de Bombas, Porto velho – RO, 2004. 40p.
TOCHETTO, DOMINGO; et al. Tratado de Perícias Criminalísticas. Porto Alegre, Sagra – DC Luzzatto, 1995.
VIEIRA ANTONIO FLÁVIO TAVARES, Engenharia Legal - Curso de Especialização em Pericias Criminais – ACADEPOL/UPE, 2001. Apostila
WILLMS, CIBELE R.; RIBEIRO, Márcia. Segurança no Uso de Explosivos. Florianópolis: CEFET, 2002. Apostila.
ZARZUELA, J. L.; ARAGÃO, R. F. Química Legal e Incêndios. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Perito Criminal	200.406-1	Milton Antonio da Silva Junior

Edital nº 022/2017 - ACIDES/SDS

DISCIPLINA 14
BALÍSTICA FORENSE
Carga Horária: 24 horas

EMENTA: Conceitos básicos sobre armas de fogo; armas de porte; armas portáteis; calibre das armas de fogo; cartuchos e projéteis de armas de fogo; principais tópicos do Decreto Nº 3.665 de 20 de novembro de 2000 (R105) relativos ao conteúdo deste curso; noções de confronto balístico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Conceitos básicos sobre armas de fogo:principais aspectos conceituais relacionados à balística e à arma de fogo;
2. Conceitos básicos sobre armas de fogo:classificação das armas de fogo quanto à alma do cano e ao funcionamento;
3. Armas de porte e portáteis;
4. Armas de porte e portáteis:mecanismos e sistemas de operação de revólver e pistolas;
5. Calibres das armas de fogo;
6. Principais tópicos do decreto nº 3.665 de 20 de novembro de 2000;
7. Noções de confronto balístico: definição de identidade e identificação;enumeração dos requisitos necessários para exames de microcomparação balística;
8. Noções de confronto balístico;
9. Noções de confronto balístico:enumeração dos requisitos necessários para exames de microcomparação balística.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
CAVALCANTI, Ascendino. Criminalística Básica. 3ª. ed. Porto Alegre, 1995.
NENEVÊ, Celso. Identificação de Armas de Fogo. SENASP.
NENEVÊ, Celso. Balística Forense Aplicada. SENASP.
RABELO, Eraldo. Balística Forense. 2ª. ed. Porto Alegre, 1982.
TOCCHETTO, Domingos; WEINGAERTNER, João Alberto. Rossi: A Marca sem Fronteiras. 3ª. ed. Porto Alegre, 1989.
TOCCHETTO, Domingos; WEINGAERTNER, João Alberto. Taurus: Uma Garantia de Segurança. 4ª. ed. Porto Alegre, 1996.
TOCCHETTO, Domingos; FAURI, José Carlos. Balística Forense: Aspectos Técnicos e Jurídicos. 6ª. ed. São Paulo, 2011.
ZANOTTA, Creso M. Identificação de Munições. Vol. 1, São Paulo, 1992.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3665.htm
http://www.taurusarmas.com.br/pt
http://www.rossi.com.br/site/index.php
http://www.cbc.com.br/
https://www.smith-wesson.com/webapp/wcs/stores/servlet/CustomContentDisplay?langId=-1&storeId=750001&catalogId=750051&content=11001
http://www.winchester.com/Pages/Home.aspx
http://www.colt.com/
https://us.glock.com/

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Perito Criminal	200.360-0	Ronaldo Venâncio da Silva

DISCIPLINA 15
BIOLOGIA FORENSE
Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Conhecimentos gerais acerca das diversas subáreas desta matéria, que podem ser empregadas no âmbito forense criminal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Vestígios e evidências biológicas: Tipos de vestígios; onde são encontrados; como coletar; como armazenar; uso dos vestígios;
2. Zoologia forense: Análise de animais vertebrados e invertebrados; aplicabilidades da zoologia forense; tráfico,venda ilegal de animais e comércio ilegal de carnes;
3. Parasitologia forense: Principais grupos parasitológicos; aplicação para a área forense;
4. Botânica forense: principais divisões da botânica clássica; palinologia; uso de microalgas; drogas naturais; estudos de casos com uso de botânica;
5. Microbiologia forense: Aspecto gerais da microbiologia; bacteriologia; micologia; virologia; aplicações; bioterrorismo;
6. Entomologia forense: conceitos de entomologia forense; grupos envolvidos; aplicações; IPM.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

OLIVEIRA-COSTA, J. Entomologia Forense: Quando os insetos são vestígios. MILLENNIUM- 3ª Ed. 2011.
TORTORA, G.R. Microbiologia Geral – Rio de Janeiro: Atheneu, 8ª Ed. 2008.
ESPINDULA, A.; JESUS, A.V.; GUSTAVO, C. G.; Uma Introdução Às Principais Áreas da Criminalística. MILLENNIUM – 2ª Ed. 2013.
HICKMAN, C.P.; ROBERTS L., LARSON A. Princípios Integrados de Zoologia. GUANABARA KOOGAN S.A, Rio de Janeiro.
NEVES, D.P.; Parasitologia Humana. São Paulo: Atheneu, 11ª. Ed., 2005.
RAVEN, H. P.; EVERT, R.F.; EICHHORN,S.E.; Biologia Vegetal. GUANABARA KOOGAN, 5ª Ed. 2014.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Perita Criminal	211.397-0	Vania Lima da Silva

DISCIPLINA 16
GENÉTICA FORENSE
Carga Horária: 24 horas

EMENTA: Conhecimentos básicos acerca da genética para o âmbito forense com abordagens temáticas dentro da Biologia Molecular e DNA Criminal, para reprodução de conhecimentos necessários à coleta de amostras biológicas, solicitação, interpretação e tramitações legais que são necessários à realização de testes de DNA para fins de identificação forense.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Biologia Molecular: Genes, cromossomos e genomas; Estrutura e Função de Nucleotídeos e Ácidos Nucléicos;
2. Biologia Molecular: Transcrição e processamento de RNA; Regulação do ciclo celular;
3. Introdução à Tecnologia do DNA Recombinante;
4. DNA Criminal: Vestígios Biológicos;
5. DNA Criminal;
6. Particularidades dos procedimentos técnicos para análise de DNA criminal: Extração, Quantificação;
7. Particularidades dos procedimentos técnicos para análise de DNA criminal: Amplificação, Genotipagem;
8. Particularidades dos procedimentos técnicos para análise de DNA criminal: Extração, Quantificação, Amplificação;
9. Particularidades dos procedimentos técnicos para análise de DNA criminal: Genotipagem, Estatística, Laudo;
10. Normas para coleta, acondicionamento e preservação de amostras;
11. Normas para cadeia de custódia;
12. Normas para coleta de amostras;

13. Normas para acondicionamento e preservação de amostras;
14. Banco de dados de Perfis genéticos – RIBPG;
15. CODIS.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BUTLER,JM. (2005), Forensic DNA Typing.Burlington, Elsevier Academic Press.
SENASP.Padronização de Exames de DNA em Perícias Criminais. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/senasp-1/padroniza__o_ exames.pdf>
SILVA, L.A.F.; PASSOS, N. S. (2002), DNA Forense: Coleta de Amostras Biológicas em Locais de Crime para Estudo do DNA. Maceió: UFAL.
SNUSTAD, DP.P.; SIMMONS, M.J. (2001), Fundamentos de Genética. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan S.A.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Perito Criminal	209.299-9	Carlos Antônio de Souza

DISCIPLINA 17
CONTABILIDADE APLICADA À CRIMINALÍSTICA
Carga Horária: 16 horas

EMENTA: Perícias em Crimes Contábeis: Procedimentos básicos e Legislação aplicada; Métodos e Técnicas criminalísticas em exames de local e objeto; Equipamentos e recursos tecnológicos empregados

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução: Elementos da perícia de crimes contábeis;
2. Introdução: Elementos da perícia de crimes contábeis;
3. Introdução à Estrutura da Perícia de Crimes de Contabilidade;
4. Procedimentos básicos da Perícia Contábil;
5. Principais tipos de Crimes Contábeis;
6. Levantamento pericial em Local de Crime Contábil;
7. Confecção do Laudo Pericial Contábil.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

TOCCHETTO, Domingos e ESPÍNDULA, Alberi. Criminalística: Procedimentos e Metodologias – Porto Alegre: 2009. 2ª ed.
SÁ, Antônio Lopes de. Pericial Contábil – São Paulo: 2005
BRASIL. Código de Processo Penal
BRASIL. Código Penal
SAFETECH. Catálogo – Polícia Técnico-Científica
Lei nº 10.406/2002 (Novo Código Civil Brasileiro)

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Perito Criminal	209.291-3	Romildo Rego Barros Junior

DISCIPLINA 18
PERÍCIA AMBIENTAL
Carga Horaria: 10 horas

EMENTA: Conceitos fundamentais ao Meio Ambiente; Legislação relacionadas aos Crimes Ambientais; Impactos ambientais; Ferramentas Tecnológicas utilizadas em Perícias Ambientais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. O Estado e o Meio Ambiente;

2. Conceito de Meio Ambiente;
3. Biodiversidade e sua definição;
4. Legislações relacionadas aos Crimes Ambientais;
5. Licenciamento Ambiental;
6. Danos Ambientais;
7. Principais Agentes Poluidores;
8. Impactos Ambientais;
9. Fase da avaliação dos Impactos ambientais;
10. Métodos de avaliação dos impactos ambientais;
11. Valoração Ambiental;
12. Avaliação dos Danos Causados ao Meio Ambiente;
13. Determinação de Fatores Ecológicos;
14. Indicadores ecológicos;
15. Coleta de material em campo;
16. Métodos de amostragem;
17. Ferramentas laboratoriais;
18. Ferramentas de Estatísticas;
19. Ferramentas de Georeferenciamento;
20. Prática dos conceitos aprendidos em sala de aula.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

TOCCHETTO, Domingos (Organizador). Perícia Ambiental Criminal. 2ª Ed. São Paulo: Millennium, 2012.
ALMEIDA, Josimar Ribeiro de; PANNO, Marcia e OLIVEIRA, Simone Gomes de. Perícia Ambiental. Rio de Janeiro: Thex, 2003.
CUNHA, Sandra Baptista da e GUERRA, Antonio José Teixeira (organizadores). Avaliação e Perícia Ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
LEITE, José Rubens Morato. Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
MAURO, Cláudio Antônio de (coordenador). Laudos Periciais em Depredações Ambientais. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal, DPR, IGCE, Unesp, 1997.
RAGGI, Jorge Pereira e MORAES, Angelina Maria Lanna. Perícias Ambientais: soluções de controvérsias e estudos de casos. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Perito Criminal	296.216-0	Diego Henrique Leonel Costa

DISCIPLINA 19
CRIMINALÍSTICA APLICADA
Carga Horaria: 32 horas

EMENTA: Conhecimentos básicos acerca da criminalística, com abordagens temáticas sobre ciências forenses e perícia criminal, objetivando a reprodução de conhecimentos necessários para o embasamento técnico e legal quanto à realização de perícia criminal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução às ciências forenses. Principais conceitos: ciências, ciências forenses, criminalística e perícia. Criminalística e ciência;
2. Estado da arte da polícia científica do estado de Pernambuco;
3. A perícia cível e criminal. Objetivos principais da perícia criminal. Vestígio, evidência e indício;
4. A perícia criminal no contexto da legislação brasileira;
5. O laudo pericial;
6. A contestabilidade do laudo: perito x assistente técnico;
7. Contexto do parecer técnico;

8. O local de crime e suas interfaces: conceito de crime. Evolução do crime de homicídio no brasil;
9. O papel central da perícia criminal na resolução de crimes: desafios a vencer;
10. Definição de local de crime. Classificação dos locais. o local como fonte de informação. Teoria dos vestígios. Vestígios e indícios. Cadeia de custódia;
11. Propósito da investigação em locais de crime. Locais de interesse da polícia;
12. Isolamento e preservação de locais de crime;
13. Processamento pericial do local de crime. Preparação. Chegada ao local. Busca inicial de vestígios. Busca completa. Documentação do local. Coleta de vestígios;
14. A perícia em locais de crimes: locais de crimes contra o patrimônio. Locais de crimes contra a vida. Ocorrência de trânsito;
15. Reprodução simulada do crime. Balística. Engenharia legal. Estudo de casos;
16. Informática forense. Perícias em registros audiovisuais e fonética forense. Estudo de casos;
17. Documentoscopia. Contabilidade forense. Estudo de casos;
18. Química forense. Toxicologia forense. Estudo de casos;
19. Biologia forense: hematologia, tricologia, entomologia, botânica forense, perícia ambiental. Medicina veterinária forense;
20. Genética forense. Identificação humana em desastres em massa. Estudo de casos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 12ª Ed. Revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2005. ISBN 85-02-05002-8.
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, com as modificações das Leis nº 8.862, de 28 de março de 1994, e Lei nº 11.690, de 10 de junho de 2008.
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e legislações complementares.
ARANHA FILHO, Adalberto José Q. T de Camargo. Da prova no processo penal. 4ª Ed. São Paulo, Saraiva, 1996.
BRASIL, Lei 12.030, de 17 de setembro de 2009. Disponível em HTTP://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L1230.htm.
CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS DE 1969 (Pacto de San Jose da Costa Rica). Disponível em: HTTP://www.dhnet.org/direitos/sip/oea/oeasjose.htm.
VELHO, J.A; GEISER, G.C. ESPINDULA, A. Ciências Forenses; Uma introdução às principais áreas da Criminalística Moderna. 2ª Ed. Campinas. Millennium Editora, 2013.
VELHO, J.A; COSTA. K.A. DAMASCENO, C.T.M. Locais de Crime: dos vestígios à dinâmica criminosa. 2ª Ed. Campinas. Millennium Editora, 2013.
CAVALCANTI, Ascendino. Criminalística Básica. Porto Alegre: Sagra – D.C. Luzzatto, 1995.
CABRAL, Alberto Franqueira. Manual da Prova Pericial. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2003, 400p.
DA CUNHA, Paulo Benedito. Doutrina da Criminalística Brasileira. São Paulo: Editora Atenienese, 1987, 153p.
FERREIRA, Luiz Alexandre Cruz. Falso Testemunho e Falsa Perícia. Campinas: Millennium Editora, 2006, 203p.
ESPINDULA, Alberi. Perícia Criminal e Cível. 3ª Ed. Campinas: Millennium Editora, 2009.
FACHONE, Patrícia de Cássia Valério. Ciência e Justiça: a institucionalização da Ciência Forense no Brasil. Campinas, SP, 2008. Dissertação (Mestrado), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.
PORTO, G. Manual de Criminalística. São Paulo: Escola de Polícia de São Paulo – Coletânea Acácio Nogueira, 1960.
RABELLO, E. Curso de Criminalística. São Paulo: sugestão de programas para as faculdades de direito. Porto Alegre, Sagra – D C Luzzato, 1996.
ZARZUELA, J.L. Temas Fundamentais de Criminalística. Porto Alegre: Sagra – Luzzato, 1996.
DAMASCENO, C.T.M. Apostila de Locais de Crime. 2ª Ed. Brasília: ANP (Academia Nacional de Polícia), 2007.
HOUCK, M. M.& SIEGEL, J.A. Fundamental of Forensic Science. 2ª Ed. Burlington: Editora Academic Press, 2011.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Perita Criminal	209.300-6	Sandra Maria dos Santos

DISCIPLINA 20
FUNDAMENTOS DE DESENHO TÉCNICO
Carga Horaria: 12 horas

EMENTA: Conhecimento sobre desenho em local de ocorrência, expondo a dinâmica do evento em um único plano para visualização para compreensão da análise narrativa contida no corpo do laudo pericial. Emprego de objetos de medição e formas de localização para assegurar com precisão todos os dados possíveis para uma futura reprodução simulada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Noções gerais: o que é desenho técnico e o que é croqui; utilidade do desenho; medição e amarração; associação entre desenho e fotografia; desenho feito à mão;
2. Tipos de croquis: Local de acidente; local de morte violenta; local de incêndio; local de crime ambiental e outras ocorrências;
3. Tipos de desenhos e seus recursos: Levantamento topográfico; desenho linear; gabarito; métodos de amarração; cota; elementos iconográficos (blocos); mapas; planta baixa; desenho vazado; desenho desmontado; desenho em perspectiva; desenho em plano vertical; desenho em plano horizontal; gráficos; interrupção e cortes no desenho; rebatimento; letras;
4. Ocorrência de trânsito: Setas; denominação dos veículos envolvidos; denominação do local de embate; sulcos; marcas de frenagem; marcas de remoção; compressão pneumática; orientação; legenda; sinalização; linhas (faixas) do local de ocorrência; linha seccionada; linha seccionada ao lado de uma contínua; duas linhas contínuas; linha branca; linhas inclinadas; segmentos de linhas; obstáculos; placas; sinais pintados no leito do asfalto; colisão transversal; colisão lateral; colisão frontal; colisão fronto-traseira; atropelamento; tombamento; capotamento; choque;
5. Estudo dos tipos de vias: Vias dotadas de pistas simples; vias dotadas de pistas duplas; outros tipos de vias conhecidas; cruzamento ortogonal; cruzamento oblíquo; cruzamento misto; cruzamento irregular; confluência ortogonal; confluência oblíqua; trevos; rótulas e rotatórias; viadutos e passarelas;
6. Local de morte violenta;
7. Local de incêndio, explosão e outros;
8. Aula prática: Confecção de croqui em via pública e local interno.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

ABNT, Coletânea de normas de desenho técnico. São Paulo, SENAI, 1990;
BACHMANN e FORBERG – Desenho Técnico. Porto Alegre, Editora Globo, 1976.
Retrato Falado (software)
PortraitPad application
Special software - Ultimate FlashFace
SketchCop FACETTE Face Design System

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Perito Criminal	140.302-8	Carlos André de Albuquerque e Alvin

DISCIPLINA 21
DOCUMENTOSCOPIA
Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Conhecimento e aplicação da Documentoscopia e da Grafoscopia; Conhecimento e exame do papel, alguns instrumentos escreventes; Identificação das alterações físicas dos documentos, bem como conhecimento das falsificações de alguns produtos comercializados no Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução: o documento: conceito, história e aspecto jurídico;

2. Instrumentos e equipamentos a serviço da documentoscopia;
3. Documentos questionados e padrões de comparação;
4. Grafoscopia;
5. O papel;
6. Instrumentos escreventes;
7. Alterações físicas dos documentos;
8. A falsificação de produtos comercializados no Brasil;
9. Estrutura do laudo grafoscópico/ documentoscópico.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CABRAL, Liliane. Noções de Documentoscopia: Curso de Formação Profissional de Perito Criminal. Recife: 2009.
DEL PICCHIA FILHO, José; DEL PICCHIA,Celso, DEL PICCHIA, Ana Maura. Tratado de Documentoscopia Da Falsidade DocumentalSão Paulo: 2005.
COSTA, Iara Maria Krilger. Questões de Documentoscopia: uma abordagem atualizada. São Paulo: 1995.
MENDES, Lamartine Bizarro. Documentoscopia. São Paulo:2003.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Perita Criminal	209.371-5	Ana Paula de Aguiar Resende

DISCIPLINA 22
ENGENHARIA FORENSE
Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Conhecimento e analise de documentação para execução de Obra; Análise acurada de todos os elementos objetivos; Conhecimento básico de estruturas de construção; Capacidade da compreensão de eventos, exposição e síntese

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Conceituação, importância, atribuições e legislação;
2. Documentação para execução de Obra;
3. Materiais de Construções;
4. Tipos de estruturas de Construções;
5. Estruturas de Aços e Madeiras;
6. Analise de ocorrências de colapso em estruturas de Aços e madeiras. (Casos práticos);
7. Estruturas de Construção em concreto armado (especialmente marquises) e Alvenarias estruturais;
8. Analise de ocorrências de colapso em estruturas de concreto armado e vícios de construção;
9. Analise de Construções Antigas, mais sujeitas a eventos catastróficos;
10. Analise de Obras em andamento, Escoramentos, desmoldes e outros elementos. (Momentos da Construção);
11. Análise de planilhas orçamentárias, cronogramas físicos financeiros e execução;
12. Verificação de documentação de Obra, Plantas, locação, baixa, cortes e fachadas. Projetos complementares, Licenças e responsabilidade técnica;
13. Instalações, elétricas, hidro sanitárias e especiais; elevadores; para-raios; quadros de Medição e distribuição;
14. AULA PRATICA: Visita técnica a Construções antigas e em construção.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
PETRUCCI, Eládio G. R. Materiais de Construção. Porto Alegre: Globo, 1978.
ANDRADE PERDRIX, Maria del Carmen. Manual para diagnóstico de obras deterioradas por corrosão de armaduras. São Paulo: Pini, 1992.
BAUER, L. A. Falcão. Materiais de construção. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979. «Instituto Brasileiro de Peritos.Engenharia Forense». 2015.
«ZOCHIO, Marcelo Ferreira; SANCHEZ, Pedro Luís Próspero, Processual Civil - O livre convencimento do juiz: Até que ponto é livre?». 2015.
«CONFEA - Resolução 345.CREA-SP». 1990.

«Dia do Perito Engenheiro.CREA-SP». 2015.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Perito Criminal	194.105-4	Fernando Antonio Chaves Loureiro

DISCIPLINA 23
FONÉTICA FORENSE
Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Conhecimento e aplicação da Fonética Forense; Conhecimento dos elementos de fonética acústica e articulatória, exame de áudio (adequabilidade e integridade), produção de material padrão, ferramentas forenses de análise de comparação de locutor. Edições fraudulentas e métodos de análise e identificação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução Fonética forense;
2. Fonética articulatória;
3. Fonética articulatória e acústica;
4. Introdução aos exames de Comparação de Locutor;
5. Instrumentos e Equipamentos a serviço da Fonética Forense;
6. Edição fraudulenta de áudios;
7. Visita ao IC.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BRAID, Antonio César Morant. Fonética Forense. 1999
BARBOSA, Plínio A.; MADUREIRA, Sandra. Manual de fonética acústica experimental. São Paulo: 2015.
SILVA, Thais Cristófaro. Fonética e Fonologia do Português. São Paulo: 1995.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Perito Criminal	296.217-9	Gilson Carlos da Conceição Freitas

DISCIPLINA 24
FOTOGRAFIA FORENSE
Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Conhecimento sobre fotografia forense em local de ocorrência e ambiente restrito, expondo o objeto e a dinâmica do evento em foco para visualização e compreensão da análise narrativa contida no corpo do laudo pericial. Emprego de objetos de medição e formas de localização para assegurar com precisão todos os dados possíveis para uma futura reprodução simulada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. NOÇÕES GERAIS: História da Fotografia; Tipos de câmeras;
2. Principais componentes;
3. Acessórios;
4. Luz e cores;
5. Distancia focal e ângulo de visão;
6. Obturador e diafragma;
7. Foco e exposição fotográfica;
8. Tipos de fotografias – aprendizado teórico e prático: foto forense; local de acidente; local de morte violenta; local de incêndio; local de crime ambiental e outras ocorrências.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

HEDGECOE, J.e VAN DER MEER, R. A Câmera Fotográfica em Ação – Edições Siciliano: 1988
ALMEIDA, H. (Coordenador editorial). Fotografia Digital – Editora Digetati
Fotografia Digital uma arte sem mistério – Editora Escala

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Comissário	153.040-2	José Paulo Barbosa de Oliveira

DISCIPLINA 25
IDENTIFICAÇÃO DE VEÍCULOS
Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Sistemática da vistoria; Nomenclatura; Norma Técnica; NIV/VIN; Adulterações; Exame químico metalográfico; Vistoria e Perícia - Laudo; Aulas práticas

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Sistemática da vistoria;
2. Nomenclatura;
3. Norma Técnica;
4. NIV/VIN;
5. Adulterações;
6. Exame químico metalográfico;
7. Vistoria e Perícia – Laudo;
8. Aulas práticas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
QUINTELA, Victor M. D. O. e LAITANO, Osvaldo. Veículos Automotores – Vistoria e Perícia – Porto Alegre, Editora Sagra Luzzato: 1998
STUMVOLL, Victor P; QUINTELA, Victor e DOREA, Luiz E. Criminalístical - Porto Alegre, Editora Millenium: 2003

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Perito Criminal	118.286-2	Jairo Cavalcanti de Lima

DISCIPLINA 26
INFORMÁTICA FORENSE
Carga Horária: 24 horas

EMENTA: Apresentação dos preceitos básicos da Informática Forense segundo a legislação brasileira de forma a capacitar os profissionais em perícia para que, durante o manuseio de software aplicativos e ferramentas forenses de extração de dados, os vestígios digitais sejam preservados de forma a garantir a preservação e integridade dos mesmos. Visão geral das técnicas, ferramentas e tecnologias existentes no Instituto de Criminalística voltadas à extração desses dados digitais em mídias de armazenamento computacional, processamento de imagens e identificação de mídias ópticas contrafeitas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Introdução à computação forense: A necessidade da perícia forense, análise forense computacional e aspectos legais na computação forense;
2. Perícia forense digital: terminologia na computação forense, evidências digitais, local de crime de informática e tipos de perícia e quesitos;
3. Padrões de exame forense computacional: cálculo de hash e seu significado, planejamento da investigação, objetos do exame (mídia de prova x mídia destino), tipos de exame (análise ao vivo x análise off-line);
4. Coleta de evidências digitais: duplicação forense em mídias (local e remota) e coleta de dados voláteis: memória;

5. Análise de evidências digitais: extração de dados (análise de mídias de destino), recuperação de dados apagados (sistema de arquivos), recuperação de dados: técnica de data carving;
6. Análise em imagens e em vídeos: uso de softwares de processamento digital de imagem, análise de imagens com sinais de edição;
7. Análise em telefones celulares, tablets e similares:Análise das configurações dos aparelhos, técnicas de obtenção das informações da memória dos aparelhos;
8. Análise de autenticidade em mídias ópticas: visualização de itens de segurança (selos, encartes, coloração, entre outros) em CDs e DVDs, análise do tipo de arquivo através de sua respectiva extensão e análise da qualidade dos arquivos armazenados nas mídias;
9. Cadeia de custódia: definição de cadeia de custódia, técnicas de preservação de dados digitais, análise do POP Senasp;
10. Laudo pericial: análise da estrutura do laudo pericial e estudo de casos;
11. Revisão geral dos conteúdos vivenciados.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BARRETT,D.; KIPPER G. Virtualization and Forensics – A Digital Forensic Investigator's Guide to Virtual Environments: Syngress, 2010;
CASEY, Eoghan; Digital Evidence and Computer Crime: Forensic Science, Computers and The Internet, Ed. Elsevier, 2011;
CARVEY, Harlan; Windows ForensicAnalysis, Ed. Syngress, 2009;
DELLA VECCHIA, Evandro; Perícia Digital – Da investigação à análise forense, Ed. Millenium, 2014;
ELEUTÉRIO, P. M. S.; MACHADO, M. P.; Desvendando a Computação Forense: Novatec, 2011;
FARMER, D.; Venema, W.; Perícia forense computacional - teoria e prática aplicada: Pearson/Prentice Hall, 2006;
FREITAS, Andrey R.; Perícia Forense Aplicada à Informática, Ed. Brasport, 2006;
JONES, K. J.; BEIJTLICH, R.; ROSE, C. W.; Real Digital Forensics: Computer Security and Incident Response: Addison-Wesley Professional, 2005;
MELO, Sandro; Computação Forense com Software Livre, Ed. Alta Books, 2009;
PEARSON, S.; WATSON R.; Digital Triage Forensics – Processing the Digital Crime Scene: Syngress, 2010;
PROSISE, C.; MANDIA, K.; PEPE, M.; Incident response and computer forensics.2nd ed. Osborne: McGraw-Hill, 2003;
QUEIROZ, C.; VARGAS, R.; Investigação e Perícia Forense Computacional: Brasport, 2010;
WENDT, E.; JORGE, H. V. N.; Crimes Cibernéticos – Ameaças e Procedimentos de Investigação: Brasport, 2012;
http://www.evandrodellavecchia.com.br;
https://qperito.com.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Perito Criminal	296.214-4	Osiel Barbosa da Silva

DISCIPLINA 27
PRÁTICA FORENSE
Carga Horária: 40 horas

EMENTA: Levantamento Pericial: isolamento, descrição do local de crime; croqui e desenho; coleta, embalagem, transporte e cadeia de custódia de evidências materiais, fotografia, filmagem. Exames dos principais vestígios encontrados em locais de crime.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Locais de morte, mortes violentas, natureza jurídica da morte, homicídio, suicídio, acidente;
2. - Local de morte por Precipitação, Afogamento, Esganadura, Estrangulamento, Sufocação, Queimadura
   - Local de ocorrência de sangue, quanto à vítima é socorrida
   - Local de cativeiro em face do sequestro
   - Local de ocorrência por maus tratos
   - Local de encontro de cadáver (morte natural)

Edital nº 022/2017 - ACIDES/SDS

3. Sistema informatizado GDL – ICPAS para o registro de laudos Periciais.
4. Instrumentos e Equipamentos a serviço da Documentoscopia.
5. Configuração do local; cronologia, idoneidade do local. Levantamento fotográfico e topográfico.
6. O que é desenho técnico e o que é croqui; utilidade do desenho; medição e amarração; desenho feito à mão.
7. Tipos de câmeras, principais componentes, acessórios, luz e cores, distancia focal e ângulo de visão.
8. CADEIA DE CUSTÓDIA, a essencialidade do procedimento normatizado na prova pericial.
9. EXPLOSIVO, procedimento Pericial em Local de Explosão.
10. Perícias em Crimes Contra o Patrimônio e em Local de Incêndio
11. Armas de fogo, Principais aspectos conceituais relacionados à balística e à arma de fogo.
12. Resíduos de Disparos de Arma de Fogo.
13. Acondicionamento, transporte e armazenagem de amostras biológicas.
14. Drogas de abuso.
15. DNA Criminal.
16. Banco de dados de Perfis genéticos – RIBPG e CODIS.
17. Análise de evidências digitais: extração de dados (análise de mídias de destino), recuperação de dados apagados (sistema de arquivos), recuperação de dados: técnica de data carving. Análise em imagens e em vídeos: uso de softwares de processamento digital de imagem, análise de imagens com sinais de edição.

18. Análise de evidências digitais: extração de dados (análise de mídias de destino), recuperação de dados apagados (sistema de arquivos), recuperação de dados: técnica de data carving. Análise em imagens e em vídeos: uso de softwares de processamento digital de imagem, análise de imagens com sinais de edição.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CAMPOS, M. S.; MENDOZA, C. *et al*. (2000), *Compêndio de Medicina Legal Aplicada*. Recife, Editora EDUPE.
CROCE, D; CROCE JÚNIOR, D. Manual de Medicina Legal. 8. ed., 2.tiragem. São Paulo: Saraiva, 2012. 864 p.
STUMVOLL, Victor Paulo. 2014. Criminalística. 6ª Edição. Editora Millennium.
COSTA FILHO, PauloEnio Garcia da. Medicina Legal e Criminalística, 2ª Edição. Leya Brasil (Edição Digital).
DOREA, Luis Eduardo. 2014. Local de Crime - Série Tratado de Perícias Criminalísticas. Editora Millennium.
Código Penal Brasileiro e Código de Processo Penal Brasileiro.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Perita Criminal	209.300-6	Sandra Maria dos Santos

DISCIPLINA 28
PERÍCIA EM LOCAL DE CRIMES CONTRA A VIDA
Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Conhecimentos básicos acerca da pesquisa em locais de crimes contra a vida na busca da materialidade e autoria.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Locais de morte: Mortes violentas; Natureza jurídica da morte: Homicídio; Suicídio; Acidente;
2. Exames do Local: Fatores intrínsecos ao obstáculo; Fatores extrínsecos ao obstáculo;
3. Local de Homicídio;
4. Local de Suicídio;
5. Local de Morte Suspeita;
6. Local de Acidente de trabalho;
7. Local de Acidente de trânsito;
8. Local de desabamento;
9. Local de eletroplessão e fulminação;
10. Local de soterramento;
11. Local de morte por enforcamento;

12. Local de morte por: Precipitação; Afogamento; Esganadura; Estrangulamento; Sufocação; Queimadura;
13. Local de ocorrência de sangue, quanto à vítima é socorrida;
14. Local de cativeiro em face do sequestro;
15. Local de ocorrência por maus tratos;
16. Local de encontro de cadáver (morte natural);
17. Exames dos instrumentos empregados na prática de crime contra a vida;
18. Análise das evidências físicas encontradas nos locais de crime contra a vida;
19. Visão geral de todo os ambientes do local;
20. Laudo Pericial da investigação.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

STUMVOLL, Victor Paulo. 2014. Criminalística. 6ª Edição. Editora Millennium.
COSTA FILHO, PauloEnio Garcia da. Medicina Legal e Criminalística, 2ª Edição. Leya Brasil (Edição Digital).
DOREA, Luis Eduardo. 2014. Local de Crime - Série Tratado de Perícias Criminalísticas. Editora Millennium.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Perito Criminal	209.300-6	Gilmário dos Anjos Lima

DISCIPLINA 29
PERÍCIA DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO
Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Perícias em Crimes contra o Patrimônio; Procedimentos básicos e Legislação aplicada; Métodos e Técnicas criminalísticas em exames de local e objeto; Equipamentos e recursos tecnológicos; Laudo Pericial

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Introdução: Estrutura da perícia de crimes contra o patrimônio;
2. Principais tipos de perícias em crimes contra o patrimônio;
3. Procedimentos básicos;
4. Métodos criminalísticos em exames de local e de objeto;
5. Técnicas criminalísticas em exames de local e objeto;
6. Equipamentos e recursos tecnológicos;
7. Laudo Pericial.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
MONTEIRO, Rosângela e MORAES, José A. Manual de Procedimentos Básicos para Atendimento em Locais de Crimes contra o Patrimônio – São Paulo: 2005
TOCCHETTO, Domingos e ESPÍNDULA, Alberi. Criminalística: Procedimentos e metodologias – Porto Alegre: 2009. 2 ed.
STUMVOLL, Victor P; QUINTELA, Victor e DOREA, Luiz E. Criminalístical - Porto Alegre: 1999
BRASIL. Código de Processo Penal
BRASIL. Código Penal
SAFETECH. Catálogo – Polícia Técnico-Científica

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Perito Criminal	209.478-9	Rogério Cláudio de Melo Dantas

DISCIPLINA 30
PERÍCIA EM LOCAL DE INCÊNDIO
Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Aspectos legais do incêndio, Química e Física dos incêndios, perícia em local de incêndio e elaboração do laudo pericial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Aspectos legais do incêndio: O crime de incêndio (art. 250 do CPB);
2. Química e Física dos incêndios: Conceito de incêndio; Categorias de incêndios; Fator ígneo; Reações de combustão; Transmissão do calor; Propagação das chamas; Gases produzidos em um incêndio; Eletricidade estática; Curto-circuito;
3. Perícia de Incêndio: Em Imóvel: Epicentro; Propagação das chamas; Causalidade. Em Automóvel: Epicentro; Propagação das chamas; Causalidade;
4. Elaboração do laudo pericial: Introdução; Descrição do Local; Exames: Local; Laboratório. Informações: Testemunha; Informes Técnicos;
5. Conclusão.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:
CALÇADA, C. S. e SAMPAIO, J. L. Termologia. São Paulo, Atual Editora LTDA.
ARAGÃO, R. A. Incêndios e Explosivos. Mellenium Editora.
ZARZUELA, J. L. e ARAGÃO, R. F. (1999), Química Legal e Incêndios. Porto Alegre, Editora Sagra Luzzatto.
Brasil. Constituição Federal, Código Penal, Código do Processo Penal. Org. Luiz Flávio Gomes, (2002), São Paulo, Editora Revista dos Tribunais.
PHILLIPPS, C. C. e MCFADDEN D. A. (1984), InvestigaciondelOrigen y Causas de los Incêndios. Madrid, Editorial MAPFRE.
GARCIA, I. E. e POVOA, P. C. de M. (2000), Criminalística. Goiânia, Editora AB.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Perita Criminal	296.210-1	Magda Cristina Pedroza Tavares

DISCIPLINA 31
PERÍCIA EM LOCAL DE OCORRÊNCIAS DE TRÂNSITO
Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Análise dos elementos resultantes de um acidente de trânsito e das técnicas de reconstituição das movimentações das unidades de tráfego envolvidas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Introdução aperícia de acidente de trânsito;
2. Legislação: Normas de circulação e conduta;
3. Legislação: Pedestres e bicicletas;
4. Legislação: Anexos I e II do CTB;
5. Legislação: Infração e crime de trânsito;
6. Descrição de avarias;
7. Ilustração fotográfica e desenho técnico;
8. Croqui ilustrativo;
9. Análise de imagens;
10. Nexo causal;
11. Atitudes do perito criminal no local;
12. Física da frenagem;
13. Cálculo de velocidade;
14. Escrituração do laudo pericial (parte técnica);

Edital nº 022/2017 - ACIDES/SDS

15. Escrituração do laudo pericial (parte analítica).

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

ARAGÃO, Ranvier Feitosa. (1999), Acidente de Trânsito. Aspectos Técnicos e Jurídicos. Porto Alegre, Editora Sagra Luzzato.
NEGRINI NETO, Osvaldo e KLEINÜBING, Rodrigo (2006), Dinâmica dos Acidentes de Trânsito Análises e Reconstruções. 2ª Edição, São Paulo, Millennium.
Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Perito Criminal	209.410-0	Frederico Bento Maranhão

DISCIPLINA 32
MECÂNICA E TECNOLOGIA DE VEÍCULOS
Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Conhecimento teórico e prático sobre mecânica e partes de veículos para que possibilite suas identificações, descrições, causas e consequências de avarias na prática pericial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Funcionamento de um motor de um veículo;
2. Funcionamento do sistema de transmissão de um veículo;
3. Sistemas de suspensão e de freios de um veículo;
4. Tipos de carroceria e sistema de direção;
5. Componentes elétricos de um veículo;
6. Análise de defeitos;

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

OLIVEIRA, Carlos Alexandre de; ROSA, Andrea da. Motores de combustão interna – álcool e gasolina. Santa Maria, CEP SENAI Roberto Barbosa Ribas, 2003.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Perito Criminal	209.410-0	Frederico Bento Maranhão

DISCIPLINA 33
MEDICINA LEGAL FORENSE
Carga Horária: 20 horas

EMENTA: **EMENTA:** Conceito Medicina Legal: Aplicação nos diversos ramos do direito na área forense. Medicina Legal e Criminalística. Traumatologia Forense.Lesãocorporal.Sexologia Forense. Tanatologia: fenômenos cadavéricos, tanatognose e cronotanatognose.Perinecroscopia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Medicina Legal: Aplicação nos diversos ramos do direito na área administrativa e forense;
2. Medicina Legal e Criminalística;
3. Perícia Médico-legal e Perito Médico Legal, Perícias: Importância da prova; Valor racional da prova; Noções de corpo de delito; Valor do exame realizado por um só perito; Examespara os Juizados Especiais; Junta Médica; Segunda perícia; Prova pericial e consentimento livre e esclarecido;
4. Traumatologia Forense. Perícias traumatológicas. Lesão corporal. Perícias sexológicas;
5. Sexologia Criminal: Conceito. Legislação e doutrina. Introdução. Objetivos periciais.Quesitação. Protocolo para perícia de agressão sexual;
6. Tanatologia: fenômenos cadavéricos;

7. Perinecropsia;

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CAMPOS, M. S.; MENDOZA, C. et al. (2000), Compêndio de Medicina Legal Aplicada. Recife, Editora EDUPE.
FÁVERO, F. (1975), Medicina Legal. 11ª Edição, São Paulo, Martins Editora.
FRANÇA, G. V. (2004), Medicina Legal. 7ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Médico Legista	209.564-5	Marcel Roland Ciro da Penha
Médico Legista	163.611-1	Railton Bezerra de Melo

DISCIPLINA 34
GESTÃO DA QUALIDADE E CADEIA DE CUSTÓDIA
Carga Horária: 14 horas

EMENTA: Conhecimentos básicos sobre a gestão de qualidade a se aplicar na área forense, com respeito as normas e procedimentos pré-estabelecidos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Conceitos Princípios e Evolução da Qualidade;
2. A qualidade no serviço público;
3. Ferramentas de gestão da Qualidade;
4. A normas da Gestão da Qualidade;
5. A normas da Gestão da Qualidade;
6. Os Procedimentos Operacionais – POP'S;
7. A Cadeia de Custódia.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

Acreditação de Organismos de Inspeção (ABNT NBR ISO/IEC 17020:2006) Disponivel em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/definicaoAvalConformidade.asp> Acesso em 2011.10.20.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação – Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, 2006.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 9001:2000; Sistemas de Gestão da Qualidade - Requisitos. Rio de Janeiro, 2000.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: Citações em documentos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Trabalhos acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO/IEC 17025: Requisitos gerais para a competência de laboratório de ensaio e calibração. Rio de Janeiro, 2006.
Avaliação da Conformidade. INMETRO. Diretoria da Qualidade: 5ª Ed. Rio de Janeiro, 2007.
ALVES, Marcelo Lima, SILVA, Luis Roberto Oliveira da; O Desenvolvimento da Acreditação de Laboratórios na Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade e os seus principais desafios. EQUALAB – Encontro para a Qualidade de Laboratórios – Rede Metrológica do Estado de São Paulo REMESP, 07 a 09 jun. 2005, São Paulo. Disponível em: <www.grupocalibracao.com.br/download.aspx > acesso em: 09 ago. 2009.
Avaliação da Conformidade. INMETRO. Disponível em: http://www.inmetro.gov.br/qualidade/definicaoAvalConformidade.asp Acesso em 2011.10.20.
BARACAT, Claudine de Campos. A padronização de procedimentos em local de crime e de sinistro – sua importância e normatização. Disponível em: <www.seguranca.mt.gov.br/politec/3c/artigos/materia_padronizacao_procedimentos.doc> Acesso em 20.out.2011.
Conscientização sobre o local de crime e as evidências materiais em especial para pessoal não-forense, Escritório das Nações Unidas sobre drogas e crimes, Nova York, 2010, edição especial do manual português adaptada para o Brasil.

Edital nº 022/2017 - ACIDES/SDS

Adaptação, que consiste de comentários somados como notas de rodapé, preparada pelo Ministério da Justiça do Brasil. Coordenação de Perícia Forense – Ministério da Justiça.
DIAS, José Luciano de Mattos; Medida Normalização e Qualidade - Aspectos da história da metrologia no Brasil. INMETRO: Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1998.
FILHO, Claudemir Rodrigues Dias, Cadeia de custódia: do local de crime ao trânsito em julgado; do vestígio à evidência. Disponível em: http://pt.scribd.com/doc/27896611/Cadeia-de-custodia-do-local-de-crime-ao-transito-em-julgado-do-vestigio-a-evidencia Acesso em 20.out.2011.
Guia para Elaboração – Manual da Qualidade para Laboratório. 3ª ed. rev. ampl. Rede de Tecnologia; Rio Metrologia. Rio de Janeiro, 2008.
Guia para a aplicação da ISO/IEC 17020, IPAC Acreditação, Disponível em: <http://www.ipac.pt/docs/publicdocs/regras/OGC006.pdf> Acesso em 20 out. 2011.
ISO 9001:2000 – Certificar ou não Certificar – SENAI. INMETRO, Diretoria da Qualidade; 4ª Ed.: Montandon& Dias Comunicações e Editora Ltda. Rio de Janeiro, 2008.
JÚNIOR, MILTON ANTONNO DA SILVA. Gestão da Qualidade e Cadeia de Custódia. Academia Integrada de Defesa Social, Curso de formação de Peritos Criminais. Recife, 2016, Apostila.
KRAVCHYCHYN, L, & JACOB, A. V. et ali; Implantação de um Sistema de Gestão da Qualidade conforme a Norma ABNT ISO 9001:2000 no Laboratório de Controle de Processos do Departamento de Engenharia Química e de Alimentos da Universidade Federal da Santa Catarina (LCP-EQA-UFSC). ENEGEP. Fortaleza, 2006.
LIRA, Francisco Adval: Metrologia na indústria. Editora Erica Ltda. São Paulo, 2010.
MAGALHÃES, João Gabriel; Implantação do Sistema de Gestão da Qualidade para Laboratório de Metrologia de acordo com a NBR ISO/IEC 17025:2005. Universidade Federal de Itajubá – Instituto de Engenharia de Produção e Gestão. XXIV ENEGEP, Fortaleza - Ceara, 9 a 11 Out. 2006. Disponível em: < http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR470322_7791.pdf >. Acesso em 27 jul. 2009.
MARQUES, L; Acreditação de laboratórios: um desafio no Brasil. Revista Metrologia & Instrumentação. Ano 5, n. 40, p.34-39, 2006.
MELLO, Carlos Henrique Pereira; Gestão da Qualidade. Pearson Education do Brasil. São Paulo, 2011.
OLIVARES, Igor Renato Bertoni; Gestão de Qualidade em Laboratórios. Minicursos CRQ-IV, 2008 Conselho Regional de Química IV região. São Paulo. Livro da Editora Átomo, 2006, p.101. Disponível em < www.qualilab.org >. Acesso em: 25 jul. 2009.
QUADRO Geral de Unidade de Medida: Resolução CONMETRO, n. 12/88, 4ª Ed. INMETRO / SENAI / DN – Departamento Nacional: Ed. SENAI. Rio de Janeiro, 2007.
REGULAMENTAÇÂO Metrológica: Resolução CONMETRO, 3ª Ed. N.11/88 INMETRO, SENAI Departamento Nacional: SENAI Artes gráficas. Rio de Janeiro, 2007.
ROSEMBER, Felix Júlio; SILVA, Ana Beatriz; Sistemas de Qualidade em Laboratórios de Ensaio. 1ª Ed.: Editora Qualitimark. São Paulo, 2000.
TOCCHETTO, Domingos e Espindula, Alberi. Criminalística procedimentos e metodologias, 1ª Porta Alegre, 2005.
VOCABULÁRIO Internacional de termos fundamentais e gerais de metrologia: portaria INMETRO n. 029, 1995, 5ª Ed. INMETRO, SENAI – Departamento Nacional: Ed. SENAI. Rio de Janeiro, 2007.
VOCABULÁRIO Internacional de termos de metrologia legal: portaria INMETRO n. 163, 06.set.2005, 5ª Ed. INMETRO, SENAI – Departamento Nacional: Ed. SENAI. Rio de Janeiro, 2007.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Perito Criminal	209.406-1	Milton Antônio da Silva Junior

DISCIPLINA 35
PAPILOSCOPIA APLICADA À PERÍCIA CRIMINAL
Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Conhecimento dos elementos históricos, conceituais e teórico- práticos, a fim de que possa localizar, levantar e analisar fragmentos e/ou impressões papilares.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução ao estudo da papiloscopia; identidade x identificação; papiloscopia: etimologia, conceito e divisão;
2. Aspectos históricos da papiloscopia; breve histórico dos processos de identificação humana;
3. Breve histórico dos processos de identificação humana (continuação); princípios fundamentais da papiloscopia. Datiloscopia: conceito, etimologia, divisão e utilização;
4. Estudo panorâmico das impressões digitais;
5. Os elementos constitutivos do datilograma;
6. Tipos fundamentais de datilogramas;
7. Coleta de impressões digitais; classificação;
8. Local de crime x impressões papilares; tipos: visível, modeladas e latentes. Variáveis na revelação. Reagentes sólidos, líquidos e gasosos. Confronto papiloscópico; condições básicas para uma afirmativa de identidade;
9. Impressões papilares em local de crime: importância, revelação; fotografia na perícia papiloscópica. Transporte: procedimentos; fatores que interferem nos fragmentos e/ou impressões papilares latentes;
10. Retrato falado: conceito, métodos de confecção; identificação neonatal: conceito e objetivos, processo de identificação e base legal;
11. Identificação civil finalidade, processos e base legal (requisitos);
12. Prática: simulação de levantamento de impressões papilares em local de crime.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

Oliveira Filho, G.P., Noções de Papiloscopia Policial Aplicada à Perícia Criminal, SDS/GGPOC/ICPAS, Recife, Academia Integrada de Defesa Social, 2016, Apostila.
Galante Filho, Helvétio; Luz Figini, Adriano; Borges dos Reis, Albani; Jobim, Luiz Fernando; Silva, Moacyr – Identificação Humana – Porto Alegre – 1999 - Editora Saga Luzato.
Zarzuela, J. L. – Química Legal e Incêndios - Porto Alegre – 1999 - Editora Saga Luzato.
Paulo Stumvoll, Victor; Quintela, Victor e Dorea, L. E. – Criminalística - Porto Alegre – 1999 - Editora Saga Luzato.
Identificação Pailoscópica – Instituto Nacional de Identificação-Ministério da Justiça – DPF – 1982 - Brasília DF.
ALMEIDA, A. P. (1960), Manual de Datiloscopia, São Paulo, Serviço Gráfico da SSP/SP/São Paulo.
AMARAL, Flávio Antônio A. e COLEÇO, Álvaro G. (1992), Identificação Humana pela Datiloscopia. 3ª Edição, Serviço Gráfico do Departamento de Polícia Federal.
AZEVEDO, N.S., PENHA, D.M. E NOGUEIRA, P.S.B. (2002), Apostila de Identificação Civil, Criminal e Necrodactiloscópica. Pernambuco, Recife, SDS.
Rezende, J.H. (1981), Identificação e Dactiloscópica. Brasília, Serviço de Identificação do Exército Brasileiro.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Perito Criminal	209.295-6	Gilberto Pacheco de Oliveira Filho

DISCIPLINA 36
QUÍMICA FORENSE
Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Introdução à química forense; Exame preliminar e definitivo em drogas de abuso; Análise de falsificação de bebidas; Análise físico-química de fraudes em documentos; Análise de vestígios latentes em locais de crime; Análise de resíduos de disparos de arma de fogo; Laboratório de Química Forense.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução à química forense;
2. Exame preliminar e definitivo em drogas de abuso;
3. Análise de falsificação de bebidas;
4. Análise físico-química de fraudes em documentos;
5. Análise de vestígios latentes em locais de crime;
6. Análise de resíduos de disparos de arma de fogo;
7. Laboratório de química forense.

Edital nº 022/2017 - ACIDES/SDS

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BRUNI, T. B.; VELHO, J. A.; OLIVEIRA, M. F. Fundamentos de Química Forense: Uma análise prática da química que soluciona crimes. Campinas: Millennium, 2012.
BELL, S. Forensic Chemistry. Upper Saddle River: Pearson Prentice Hall, 2006.
BRANCO, R. P. de O. Química Forense: Sob olhares eletrônicos. Vol. 1. 2ª Edição. Campinas: Millenium, 2012.
BRANCO, R. P. de O. Química Forense: Ampliando o horizonte da perícia. Vol. 2. Campinas: Millenium, 2012.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Perito Criminal	296.211-0	Carlos Fernando Pessoa de M. Filho

DISCIPLINA 37
TOXICOLOGIA FORENSE
Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Introdução à toxicologia; Álcool etílico; Benzodiazepínicos e barbitúricos; Opiáceos e Opióides; Anfetaminas e êxtase; Cocaína e maconha; Toxicologia dos praguicidas; Matrizes biológicas; Análises toxicológicas; Laboratório de Toxicologia Forense.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução à toxicologia;
2. Álcool etílico;
3. Benzodiazepínicos e barbitúricos;
4. Opiáceos e Opióides;
5. Anfetaminas e êxtase;
6. Cocaína e maconha;
7. Toxicologia dos praguicidas;
8. Matrizes biológicas;
9. Análises toxicológicas;
10. Laboratório de Toxicologia Forense.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

PASSAGLI, M. F. Toxicologia Forense: Teoria e Prática. 3ª Edição. Campinas: Millennium, 2013.
NEGRUSZ, A.; COOPER, G. Clarke'sAnalyticalForensicToxicology. 2ª Edição. Londres: Pharmaceutical Press, 2013.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Perito Criminal	296.211-0	Carlos Fernando Pessoa de M. Filho

DISCIPLINA 38
GESTÃO POR RESULTADOS E PACTO PELA VIDA
Carga Horária: 08 horas

EMENTA: Conhecimentos relativos à nova visão da administração pública focada na gestão por resultados, otimizando os processos e implantando ações efetivas na busca das diretrizes organizacionais e metas públicas com foco no Pacto pela Vida em Pernambuco.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. Fundamentos teóricos e aplicações práticas da Gestão por Resultados na Administração Pública.
2. Ferramentas de Gestão por Resultados nas organizações governamentais.
3. Etapas de implantação da Gestão por Resultados

3.1. Indicadores de desempenho;

Edital nº 022/2017 - ACIDES/SDS

3.2. Pressupostos e construções;
3.3. Construção e alinhamento da missão, visão e objetivos. Conceitos e definições de indicadores de desempenho e sistema organizacional
3.4. Visão da Gestão por Resultados na Administração Pública Brasileira e Pernambucana; - - Gestão de resultados com foco em indicadores –
4. Indicadores de Qualidade;
5. Indicadores de Produtividade;
6. Indicadores de capacidade -Macro-indicadores;
7. Análise crítica dos indicadores.
8. Pacto pela Vida: Política Pública de Segurança

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

9. TROSA, Sylvie. Gestão Pública por resultados. Brasília: ENAP/Editora Revan, 2001.
10. UNESCO. Um Caminho para o Brasil no século XXI. Brasília: Instituto de Política, 2002.
11. PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (PACTO PELA VIDA)

CONTEUDISTA	MATRICULA	CARGO
José Mauricio Tavares Filho	**Major PM**	**930300-0**

DISCIPLINA 39
REPRODUÇÃO SIMULADA
Carga Horária: 12 horas

EMENTA: Conhecimento teórico e prático sobre os procedimentos necessários para a realização de uma reprodução simulada de fatos de interesse policial, com base em depoimentos de testemunhas, vítimas e acusados de crimes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Conceitos fundamentais e procedimentos em reprodução simulada;
2. Análise dos autos;
3. Interrogatório;
4. Coordenação de encenações;
5. Coadunação de elementos testemunhais e materiais;
6. Composição do laudo de reprodução simulada.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

DE MARTINIS, Bruno Spinosa. Locais de Crime: dos vestígios à dinâmica criminosa, de Jesus Antônio Velho et al. Campinas: Millennium Editora, 2013, 574 pp.
Revista Brasileira de Ciências Policiais, v. 4, n. 1, p. 143-145, 2014.
LUDWIG, ARTULINO. A perícia em local de crime. Editora da ULBRA, 1996.

Conteudista		
Cargo	**Matrícula**	**Nome**
Perito Criminal	209.410-0	Frederico Bento Maranhão

ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

EDITAL Nº 020/2018 **ACIDES/SDS**

Disciplina o processo de seleção do cadastro de reserva do corpo docente temporário para **Curso de Formação e Habilitação de Praças BM (CFHP BM/2019)**, sob a supervisão do **Campus de Ensino Metropolitano II**, da Academia Integrada de Defesa Social.

Faço saber aos interessados e inscritos no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, que nos termos da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e nos dispositivos constantes no presente Edital, encontram-se abertas inscrições para o Processo de Seleção do Cadastro de Reserva do Corpo Docente Temporário para o **Curso de Formação e Habilitação de Praças BM (CFHP BM/2019)**, sob a supervisão do **Campus de Ensino Metropolitano II**, da Academia Integrada de Defesa Social.

1. DAS VAGAS PARA CADASTRO DE RESERVA DO CORPO DOCENTE TEMPORÁRIO

1.1 Das vagas para coordenador de turma:

ATIVIDADE	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Coordenação	1.184	Ser bombeiro militar, possuir o curso de Coordenação Pedagógica realizado pela ACIDES e preferencialmente estar lotado no CEMET II ACIDES.	08

1.2 Das vagas de instrutores titulares:

DISCIPLINAS	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Fundamentos da Gestão Pública	12	Possuir curso de administração ou área afim, preferencialmente especialização.	08
História do Bombeiro no Mundo e no Brasil	12	Ser Bombeiro Militar com experiência profissional e/ou docência na área.	08
Sistema de Defesa Civil	12	Ser Bombeiro Militar com curso específico na área, experiência profissional e/ou docência na área.	08
Psicologia das Emergências	18	Possuir graduação na área de psicologia e/ou curso específico na área, preferencialmente especialização.	08
Direitos Humanos	18	Possuir curso de capacitação na área de Direitos Humanos, preferencialmente especialização.	08
Fundamentos Jurídicos da Atividade de Bombeiro Militar	24	Possuir curso de bacharelado em Direito.	08
Proteção Ambiental	12	Possuir graduação na área, preferencialmente especialização.	08
Análise de Cenários e Riscos	12	Ser Bombeiro Militar e possuir curso específico na área ou experiência comprovada em atividades operacionais de análise de cenários de risco.	08
Sistema de Comando de Incidentes - SCI	24	Ser Bombeiro Militar com curso específico na área, experiência profissional e/ou docência na área.	08
Atuação do Bombeiro Militar diante de Desastres	18	Ser Bombeiro Militar com curso específico na área, experiência profissional e/ou docência na área.	08
Relações Interpessoais	18	Possuir graduação na área de psicologia ou curso específico na área, recursos humanos ou gestão de pessoas.	08
Educação Física I	30	Possuir curso de licenciatura em educação física, preferencial com CREF.	08
Educação Física II	30	Possuir curso de licenciatura em educação física, preferencial com CREF.	08
Documentação Técnica	12	Ser Bombeiro Militar, Oficial ou Graduado, com experiência na área administrativa.	08
Telecomunicações	12	Possuir curso de Rádio-comunicação operacional e/ou docência	08

		na área.	
Tecnologia da Informação e Comunicação	12	Possuir curso de graduação ou técnico na área e preferencialmente servir ou ter servido no CTIC ou GTI.	08
Inteligência de Segurança Pública	18	Possuir curso específico na área de inteligência de segurança pública, ter experiência em atividade de inteligência.	08
Estatística Aplicada a Atividade BM	12	Possuir experiência em Estatística Operacional e preferencialmente servir ou ter servido em divisões de operações BM.	08
Ética e Cidadania	12	Possuir curso específico na área.	08
Diversidade Étnico-Sociocultural	12	Possuir curso específico na área.	08
Identidade e Cultura da Organização Militar	12	Ser Bombeiro ou Policial Militar com experiência profissional e/ou docência na área.	08
Ordem Unida I	30	Ser Bombeiro ou Policial Militar, experiência profissional e/ou docência na área.	08
Armamento Munição e Tiro	30	Possuir o curso de docência na área de armamento, munições e tiro de defesa e experiência na docência da disciplina.	08
Ciências Aplicadas à Atividade Bombeiro Militar	24	Ser Bombeiro Militar com curso na área, experiência profissional e/ou docência na área.	08
Atendimento Pré-Hospitalar I	30	Ser Bombeiro Militar com curso na área, preferencialmente experiência profissional e/ou docência na área.	08
Natação Utilitária	30	Ser Bombeiro Militar com curso e/ou docência na área, preferencialmente com o curso de Licenciatura em Educação Física.	08
Salvamento Aquático I	30	Ser Bombeiro Militar, Possuir Curso de Salvamento no Mar com experiência docência na área.	08
Salvamento Terrestre I	30	Ser Bombeiro Militar com curso especifico na área e preferencialmente experiência como docente.	08
Salvamento em Altura I	30	Ser Bombeiro Militar, Possuir curso de salvamento em alturas ou equivalente e experiência como docente.	08
Intervenção em Emergências com Produtos Perigosos	30	Ser Bombeiro Militar, Possuir curso especifico na área e experiência como docente.	08
Prevenção a Incêndio	30	Ser Bombeiro Militar, Possuir curso especifico na área e experiência como docente.	08
Combate a Incêndio	30	Ser Bombeiro Militar, Possuir curso específico na área e experiência como docente, preferencialmente com CPCI e EOCI.	08
Material Moto Mecanizado	24	Ser Bombeiro Militar, Possuir curso especifico na área e experiência como docente.	08
Manobras Bombeiro Militar	24	Ser Bombeiro Militar, Possuir curso especifico na área e experiência como docente.	08
Procedimento Administrativo Disciplinar	30	Possuir curso graduação em Direito e preferencialmente curso específico na área de PAD.	08
Direito Penal Aplicado a Atividade Bombeiro Militar	30	Possuir curso graduação em Direito e preferencialmente especialização.	08
Direito Penal Militar	30	Possuir curso graduação em Direito e preferencialmente especialização.	08
Polícia Judiciária Militar	40	Possuir curso graduação em Direito e preferencialmente especialização.	08
Comando e Liderança	20	Possuir curso especifico na área (Psicologia, Recursos Humanos) e experiência como docente.	08
Gestão Administrativa	30	Possuir graduação e Administração ou curso específico na área e preferencialmente especialização.	08
Instrução Geral	30	Ser Bombeiro ou Policial Militar, com experiência profissional e/ou docência na área.	08
Ordem Unida II (Comandamento)	20	Ser Bombeiro Militar ou Policial Militar, Oficial ou Graduado, com experiência profissional e/ou docência na área.	08

Estratégia de Combate a Incêndio	30	Ser Oficial Bombeiro Militar com curso na área, experiência profissional e/ou docência na área.	08
Legislação BM	30	Ser Bombeiro Militar com experiência profissional e/ou docência na área.	08
Atendimento Pré-Hospitalar II	30	Ser Bombeiro Militar com curso na área, preferencialmente COAPH, MOTO RESGATE, CRV com experiência como docente.	08
Salvamento Aquático II	30	Ser Bombeiro Militar com curso na área, preferencialmente CSMAR, CEOBIS, CEOMAS, CRAI, experiência como docente	08
Salvamento em Altura II	30	Ser Bombeiro Militar com curso específico na área, com experiência como docente.	08
Salvamento Terrestre II	30	Ser Bombeiro Militar com curso específico na área, com experiência como docente.	08
Vistoria Técnica	30	Ser Bombeiro Militar com curso específico na área(CEVAPI ou equivalente), com experiência como docente.	08
Planejamento e Operações de Defesa Civil	30	Ser Bombeiro Militar, Oficial, com curso específico na área, com experiência como docente.	08

1.3 Das vagas de instrutores secundários:

DISCIPLINAS	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Educação Física I	30	Ser Bombeiro ou Policial Militar, possuir curso de licenciatura em educação física, preferencialmente com CREF.	08
Educação Física II	30	Ser Bombeiro ou Policial Militar, possuir curso de licenciatura em educação física, preferencialmente com CREF.	08
Armamento, Munição e Tiro	30	Ser Bombeiro Militar ou Policial, com curso na área de armamento, munições e tiro de defesa com de experiência na docência da disciplina. Preferencialmente com curso específico para Instrutores de Armamento, Munição e Tiro Policial na SDS.	24
Ordem Unida I	30	Ser Bombeiro Militar ou Policial Militar, experiência profissional e/ou docência na área.	08
Ordem Unida II (Comandamento)	20	Ser Bombeiro Militar ou Policial Militar, experiência profissional e/ou docência na área.	08
Atendimento Pré-Hospitalar I	30	Ser Bombeiro Militar com curso na área, preferencialmente COAPH, MOTO RESGATE, CRV experiência profissional e/ou docência na área.	24
Natação Utilitária	30	Ser Bombeiro Militar com curso e/ou docência na área, preferencialmente com CSMAR.	24
Salvamento Aquático I	30	Ser Bombeiro Militar com curso e/ou docência na área, preferencialmente com CSMAR.	24
Salvamento Terrestre I	30	Ser Bombeiro Militar com curso na área, experiência profissional e/ou docência na área.	24
Salvamento em Altura I	30	Ser Bombeiro Militar com curso na área, experiência profissional e/ou docência na área.	24
Combate à Incêndio	30	Ser Bombeiro Militar, com curso e/ou docência na área, preferencialmente com CPCI e EOCI.	24
Manobras Bombeiro Militar	24	Ser Bombeiro Militar com pelo menos um dos cursos nas áreas de: salvamento em altura, salvamento terrestre, salvamento aquático, atendimento pré-hospitalar e combate a incêndio e/ou docência na área.	24
Estratégia de Combate a Incêndio	30	Ser Bombeiro Militar, Oficial ou Graduado, com curso na área, experiência profissional e/ou docência na área.	8
Atendimento Pré-Hospitalar II	30	Ser Bombeiro Militar com curso na área, preferencialmente COAPH, MOTO RESGATE, CRV experiência profissional e/ou docência na área.	24
Salvamento Aquático II	30	Ser Bombeiro Militar com curso e/ou docência na área, preferencialmente com CSMAR.	24
Salvamento em Altura II	30	Ser Bombeiro Militar, Oficial ou Graduado, com curso na área, experiência profissional e/ou docência na área.	24
Salvamento Terrestre II	30	Ser Bombeiro Militar, Oficial ou Graduado, com curso na área, experiência profissional e/ou docência na área.	24

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DO PROCESSO DE SELEÇÃO

2.1. **Condições Gerais**

2.1.1. Estar inscrito no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, nos termos do Capítulo I (Do Cadastro) da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e em conformidade com a **Portaria SDS Nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento)** até a publicação deste Edital no portal da ACIDES, www.acides.pe.gov.br, e/ou Diário Oficial do Estado;

2.1.2. Após a publicação do presente edital, conforme item anterior, a pontuação dos profissionais já cadastrados na ACIDES/SDS, que se inscreverem para este processo seletivo, permanecerá inalterada para fins deste certame, não cabendo, portanto, atualizações neste momento;

2.1.3. Comprovar experiência profissional específica relativa à atividade pedagógica objeto de seleção (coordenação ou instrutoria), através da análise da documentação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social até a data de inscrição;

2.1.4 Para exercer as atividades de instrutor, os especialistas deverão comprovar, conforme estabelecido no Art. 18 do Decreto nº 43.993, de 29DEZ16 e Decreto Estadual nº 44.089 de 06FEV17:

I - a capacidade técnica;

II - o conhecimento específico na área da capacitação;

III - o conhecimento prático na matéria a ser ministrada;

IV - a experiência em instrutoria de no mínimo 120 (cento e vinte) horas-aula ministradas na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins.

A comprovação de capacidade técnica deve dar-se mediante diploma, certificado ou declaração, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins.

A comprovação de conhecimento específico dar-se-á mediante:

I - diploma, certificado ou declaração, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, em qualquer área de conhecimento; e

II - certificado ou declaração, emitidos pelas Escolas de Formação e Aperfeiçoamento do Poder Executivo Estadual ou por instituições de formação, públicas ou privadas, na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins, com mínimo de 60 (sessenta) horas-aula.

A comprovação de conhecimento prático dar-se-á mediante declaração (anexo II), emitida pelo gestor da área em que o servidor público, empregado público ou militar tenha desempenhado as atividades inerentes à matéria a ser ministrada, por um período mínimo de 12 (doze) meses.

2.1.5. Ter concluído pelo menos um dos cursos, a saber: licenciatura em qualquer área do conhecimento; formação de multiplicadores ministrada pelo Instituto de Recursos Humanos (IRH); Pós-graduação na área de ensino; formação de formadores pela Rede EAD/SENASP.

2.1.6. Não se encontrar na inatividade, nem em processo de reforma, durante a realização de todo curso, até o lançamento das horas aula aos vencimentos.

3. DAS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO

3.1. As inscrições serão realizadas exclusivamente pelo site da ACIDES, através do **Formulário 020/2018- ACIDES**, disponível no site da ACIDES, www.acides.pe.gov.br **e irão até o dia 03/12/2018**.

3.2. **Será excluído do processo seletivo o candidato que:**

3.2.1. Não estiver de acordo com o previsto na **Portaria SDS nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento),** até a data de publicação deste edital.

3.2.2 Não estiver com o seu currículo na Plataforma Lattes devidamente atualizado, nos últimos 12 meses, contendo o(s) curso(s) que o habilite(m) a ministrar a disciplina pretendida;

3.2.3. Não inserir do endereço do currículo lattes, no ato da inscrição através do formulário online disponibilizado pelo do portal da Acides;

3.2.4. Inscrever-se para o processo seletivo após o prazo constante no formulário de inscrição do referido edital;

3.2.5. Não comparecer ao Encontro Pedagógico.

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. Os trabalhos e instrumentos relativos ao processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso serão realizados pela **Comissão de Seleção**, composta pelos membros do quadro abaixo, tendo o primeiro como presidente.

POSTO	MAT.	NOME	LOTAÇÃO
TEN CEL BM	920436-9	CAIO HERCÍLIO OLIVEIRA DE SOUZA	CEMET II
MAJ BM	970014-5	IVANILDO FRANKLIN DE MELO JUNIOR	CEMET II
MAJ PM	960015-9	CARLOS ALBERTO PEREIRA DO NASCIMENTO	GICAP/SDS
SGT BM	798053-1	ALEXANDRE PEREIRA DOS ANJOS	GICAP/SDS

4.2. Serão utilizados os seguintes instrumentos no processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso, com atribuição exclusiva da GICAP/SDS:

4.2.1. Comprovação de conclusão dos cursos do item 2.1.5.

4.2.2. Análise dos requisitos básicos constante neste Edital, da titularidade e da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.3. Os candidatos formarão uma lista de classificação, de acordo com a pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.4. Os dados do candidato inscrito, referentes aos instrumentos do processo de seleção, serão contabilizados numa **Planilha de Monitoramento do Processo de Seleção do Corpo Docente Temporário do Curso.** Será através da análise da referida planilha que os critérios serão verificados em cada caso, registrando-se o(s) motivo(s) que, eventualmente, inabilite(m) o(s) candidato(s).

4.5. Todos os instrutores concorrerão, inicialmente, com a sua primeira opção, feita no ato da inscrição. No caso das vagas não serem preenchidas desta forma, passarão a concorrer com a segunda opção, em assim por diante.

4.6. Caso, após o encerramento de todo o processo, ainda permaneçam vagas ociosas, estas poderão ser preenchidas através de rechamada no portal eletrônico da ACIDES/SDS ou de indicação por parte da Comissão de Seleção nomeada no item 4.1.

4.7. Os candidatos aptos e disponíveis ao preenchimento das vagas, mas não selecionados, poderão ser, posteriormente, convocados, obedecendo-se à ordem de classificação obtida através da pontuação do Cadastro Estadual de Especialistas, para serem submetidos aos referidos instrumentos do processo de seleção, caso um ou mais candidatos com maior pontuação não tenham preenchido as vagas disponíveis.

4.8. Relativamente à análise do cadastro de especialistas do candidato a instrutor serão considerados os seguintes **critérios de desempate**, nesta ordem: 1) maior tempo de docência na disciplina objeto da seleção; 2) maior número de cursos de formação e/ou especialização relacionados à área pretendida, 3) maior tempo de conhecimento prático na disciplina objeto da seleção 4) maior grau acadêmico na área.

4.9 Registrar, se houver, na ATA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO as contra-indicações, observando e justificando os motivos que contraindique o candidato à prática docente ao presente processo seletivo, com critérios objetivos, devidamente justificados em processo escrito, remetido para a Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária.

4.10. Para a função de coordenador será preenchida preferencialmente pelos servidores lotados nos Campi de Ensino da ACIDES/SDS que possuírem o curso de coordenação pedagógica pela ACIDES/SDS. A função de coordenador de turma exige dedicação integral, atuando em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério da direção do campus responsável, ficando o coordenador de turma impossibilitado de exercer qualquer outro tipo de atividade pedagógica (instrutoria) durante o período de execução do curso neste Campus ou em outra Unidade da ACIDES/SDS.

4.11. O preenchimento das vagas para a disciplina obedecerá a ordem de classificação obtida através do Processo de Seleção.

4.12. A função de instrutor (titular ou secundário) exige participação em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério do Supervisor de Ensino do Campus, **com caráter eliminatório.**

4.13. Não serão realizadas provas ou outras atividades de seleção diversas das que estão previstas neste Edital.

4.14. Apresentar disponibilidade expressa para cumprir o cronograma de atividade escolar **estabelecido pelo Supervisor da Unidade de Ensino do Campus de Ensino.**

4.15. O instrutor Conteudista que se candidatar a vaga de instrutor titular ou instrutor secundário, caso não entregue o material didático (pladis, apostila, slide e questões de prova) na data estipulada pela Direção do Campus de Ensino Recife, será automaticamente excluído do certame.

5. DO RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO

5.1. Concluídos os trabalhos, a Comissão de Seleção enviará à GICAP/SDS, através do e-mail uafgicap@gmail.com e também impresso, a minuta de portaria de designação dos docentes e a planilha de monitoramento do processo de seleção do corpo docente temporário do curso, que passarão por avaliação técnica, e conferência para que não ultrapassem a carga horária anual estabelecida pelo o Inc. II do Art. 32 do Decreto Estadual nº 43.993 de 29 de dezembro de 2016. Satisfeitos os requisitos exigidos, o gerente geral da GGAIIC encaminhará a documentação relativa aos processos adotados, a fim de ser homologada através de portaria do secretário de defesa social.

5.2. As horas-aula ministradas em outras secretarias no âmbito estadual serão computadas e subtraídas do limite anual de 240h/a, sendo de responsabilidade exclusiva do instrutor designado acompanhar sua quantidade de horas-aula, visto que as aulas excedentes não serão computadas para efeito de pagamento.

5.3. Os candidatos-servidores estaduais que já tenham formalizado seu pedido de ida para a inatividade, ou que estejam a ponto de fazê-lo, quer seja através de processo de aposentadoria (reserva remunerada ou reforma), quer seja por quaisquer outros motivos, estarão **impedidos** de participar deste certame.

5.4. Os candidatos não selecionados, porém aprovados em todos os instrumentos do Processo de Seleção, e disponíveis ao eventual preenchimento das vagas, formarão uma reserva técnica, em que serão denominados **Suplentes**, sendo convocados para preencher as vagas sem submeterem-se a novo Processo de Seleção, obedecendo-se ordem de classificação para cada disciplina, e durante a validade do presente Edital.

5.5. Serão selecionados, se possível, 03(três) vezes o número de vagas oferecidas no certame para compor o quadro de reservas.

6. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

6.1. O candidato que desejar interpor recurso contra o Processo de Seleção, que não terá efeito suspensivo, só devolutivo, o fará na forma de requerimento enviado para a Comissão de Seleção do presente edital, no prazo máximo de 48 horas após a divulgação dos resultados no site da ACIDES, a qual responderá aos recursos no prazo de 72 horas da interposição do recurso.

6.2. O provimento do recurso, por parte da Comissão de Seleção, gerará para o candidato direito ao preenchimento da(s) vaga(s), desde que atendidos todos os Instrumentos do Processo de Seleção.

6.3. Os recursos interpostos deverão apresentar, no mínimo, as seguintes informações: NOME COMPLETO DO CANDIDATO, DISCIPLINA, CURSO, Nº DO EDITAL E ARGUMENTAÇÃO LÓGICA E CONSISTENTE, amparada na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009 e nos dispositivos do presente Edital.

6.4. Os recursos que não atenderem as especificações contidas no presente Edital e na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, não serão reconhecidos.

6.5**.** Não serão apreciados recursos interpostos em favor de outros candidatos.

7. DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS

7.1. O presente Edital, cujo teor estará disponível no portal da ACIDES, **www.acides.pe.gov.br**, a partir da publicação ate o encerramento do curso (publicação de portaria de conclusão). O calendário das atividades inerentes ao presente processo de seleção está descrito no Anexo I deste Edital (Cronograma de Atividades do Processo de Seleção).

7.2. A direção do campus de ensino solicitará ao gerente geral da GGAIIC o desligamento de qualquer coordenador ou instrutor selecionado, quando deixarem de comparecer injustificadamente a uma aula, ou não cumprirem os prazos previamente acordados inerentes à sua atividade, bem como por apresentarem, aos alunos, postura profissional inadequada ou motivos que os inabilitem para fazerem parte do Corpo Docente temporário, sendo substituídos imediatamente pelo candidato subsequente na condição de suplente.

7.3**.** Os casos omissos serão solucionados pelo gerente geral da GGAIIC, gestor de integração e capacitação e pela comissão de seleção.

7.4. Os Gestores dos Órgãos Operativos deverão facilitar a liberação dos servidores selecionados para ministrar as instruções, objetivando uma melhor qualificação dos profissionais de segurança pública.

Recife, PE em 21 de novembro de 2018.

ANTONIO DE PÁDUA VIEIRA CAVALCANTI
Secretário de Defesa Social

ANEXO I

CRONOGRAMA DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Etapas	Atividades	Período	Responsabilidade
1	Validação das atualizações dos currículos junto à GICAP	Até a data de abertura deste Edital	Docente candidato
2	Análise da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, **confirmação recadastramento** e da existência de currículo do candidato na **Plataforma Lattes** e verificação de habilitação do candidato para a disciplina pretendida.	Até 07/12/2018	Comissão de Seleção com apoio da GICAP
3	Convocação dos instrutores selecionados para o cadastro de reservas que deverão entregar a **Declaração de Autorização da Chefia Imediata** (anexo III) no **Encontro Pedagógico**.	A DEFINIR	CEMET II
4	**Encontro Pedagógico**	A DEFINIR	CEMET II
5	Elaboração e publicação no site da ACIDES da portaria de designação dos docentes selecionados.	A DEFINIR	Comissão de Seleção com apoio da GICAP

ANEXO II

Secretaria de Defesa Social
Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária
Gerência de Integração e Capacitação

ACIDES-PE

AUTORIZAÇÃO DA CHEFIA IMEDIATA

Eu, ________________________, Matrícula nº ______________________, CPF.________________________________ solicito autorização para ministrar aulas na disciplina,____ do ***Curso de Formação Profissional de Auxiliar de Perito Criminal – 2018***, no período de ____/___/ a ____/___/2018 e DECLARO que não estou no período da disciplina a ser ministrada, em qualquer tipo de afastamento do serviço por licença ou gozo de férias e tenho pleno conhecimento da impossibilidade de exercer a referida instrutoria, sob o risco de **NÃO RECEBIMENTO** das horas aula ministradas, caso esteja ou dê entrada no processo para inatividade durante o transcorrer do curso. (Art. 28 e Inc. I e II do Art. 32 do Decreto nº 43.993, de 29DEZ16).

Recife, ____/____/_______.

[Assinatura]

De acordo,

Em, _____/______/_______.

[Carimbo e assinatura da chefia imediata].

Anexo III

EMENTAS DAS DISCIPLINAS

FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA

Carga Horária: 12 horas

EMENTA: Os fundamentos da gestão pública aplicados nas instituições de segurança pública. Os Fundamentos gerenciais da Administração Pública. O conceito de Política Pública. O Planejamento na Gestão Pública. Os Planos, Programas e Projetos como força motriz da Gestão Pública. A gestão por resultado como ferramenta de monitoramento, avaliação e controle. O uso de ferramentas gerenciais para modernização do setor público. Os principais marcos legais da Gestão Pública.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução aos fundamentos da gestão pública:

1.1 Princípios da administração pública;

1.2 Diferenciação entre administração pública e administração privada;

1.3 Fundamentos gerenciais;

1.4 Conceitos gerais de políticas públicas;

2. Planejamento do setor público:

2.1 Conceitos básicos: organização, ambientes, cenários, funções administrativas, racionalização, visão sistêmica, gestão estratégica e participativa, planejamento no setor público;

2.2 Processo de formulação e implementação de políticas públicas;

Planos, programas e projetos, no setor público, relacionados à área de segurança pública.

2.3 Acompanhamento, avaliação e controle de resultados.

3. Ferramentas de modernização do setor público:

3.1 Ferramentas gerenciais;

3.2 Gestão por competências;

3.3 Qualidade em serviço;

3.4 Foco em resultados;

3.5 Avaliação das políticas públicas;

3.6 Análise de indicadores.

4. Planejamento: plano plurianual de ação governamental;

4.1 Lei de diretrizes orçamentárias;

4.2 Lei orçamentária anual.

4.3 Lei de Responsabilidade Fiscal

5. Improbidade Administrativa

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Sebastião Carlos de O. Mudanças e oportunidade na gestão pública: o novo cidadão. Rio de Janeiro, 2001.

DE OLIVEIRA, Fatima Bayma. (Org.) Política de gestão pública integrada. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2008

DI PIETRO, Marial Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 24.Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

FARAH Marta Ferreira S. et al. Novas experiências de gestão pública e cidadania. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 1999.

PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SANTIN, V. F. Controle judicial da segurança pública: eficiência do serviço na prevenção e repressão ao crime. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

TROSA, Sylvie. Gestão Pública por resultados. Brasília: ENAP/Editora Revan, 2001.

Conteudista: CEL BM/ 920433-4 **Lamartine** Gomes Barbosa

HISTÓRIA DO BOMBEIRO NO MUNDO E NO BRASIL

Carga Horária: 12 horas

EMENTA: Apresentação da formação histórica dos serviços de extinção de incêndios e salvamento em âmbito mundial, criação dos corpos de bombeiros e processo de militarização no Brasil. Discute-se ainda a estrutura nacional dos corpos de bombeiros e suas missões constitucionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Históricos dos corpos de bombeiros no Mundo.

2. Estrutura e organização dos corpos de bombeiros militares no Brasil.

3. História do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco.

4. As corporações de bombeiros militares na atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALCANTI, C. B. **Guerreiros da Paz**. Recife: editora Comunigraf, 2002.

FARIA, D. (Org). **Introdução à História Militar Brasileira.** AMAN. Resende, 2015.

MELLO, Evaldo Cabral de (ORG.). **O Brasil holandês (1630 – 1654):** seleção,

introdução e notas de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Penguin Classics. Editora

Schwarcz, 2010.

WEIGLEY, Russel F. **Novas Dimensões da História Militar**. Tomos I e II. Rio de

Janeiro: Bibliex, 1981.

Conteudista: Maj BM 798007-8 Eduardo **Araripe** P. de Souza

SISTEMA DE DEFESA CIVIL

Carga Horária: 12 horas

EMENTA: Conhecer o histórico, a política nacional e as legislações da Defesa Civil no Brasil e no Estado. Conhecer os aspectos ligados a desastres, envolvendo conceitos e classificações. Conhecer as fases do ciclo de gestão de Proteção e Defesa Civil focando a gestão de riscos de desastres. Conhecer o Sistema Nacional de Proteção Defesa Civil (SINPDEC).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. **Proteção e Defesa Civil**
    1. Histórico: Como surgiu a Defesa Civil no Brasil e no Estado;
    1. Evolução de defesa passiva para proteção civil (histórico e terminologia);
    1. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC);
    1. Legislações: Marcos legais (de 1943 a 2016).

2. **. Estudo dos Desastres (conceitos e classificações)**
    2. Conceitos;
    2. Os desastres e sua concepção social;
    2. Classificação, tipologia e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE);
    2. Análise e classificação de danos e prejuízos;
    2. Reflexão sobre desastres e aplicação de medidas preventivas – resiliência.
3. **Fases do Ciclo de Gestão de Proteção e Defesa Civil**
    3. Gestão de Riscos e de Desastres;
    3. Medidas estruturais e não-estruturais;
    3. Diferentes Ações do Ciclo de Gestão em Defesa Civil:
        1. Cultura de prevenção de desastres;
        2. Mapeamento de áreas de risco;
        3. Fiscalização e vistorias técnicas em áreas de riscos;
        4. Manter a população informada;
        5. Protocolos de prevenção e alerta e ações emergências em desastres.
    3. Conhecer as fases da Defesa Civil:
        1. Prevenção;
        2. Mitigação;
        3. Preparação;
        4. Resposta e;
        5. Recuperação.
4. **Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC):**
    1. Objetivo e finalidade;
    2. Estrutura e atribuições;
    3. Políticas de governo associadas às ações de Proteção e Defesa Civil;
    4. Reflexões sobre a Gestão de Riscos e Desastres no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo à outra modernidade. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação **Lei n. 12.608**, de 10, de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Glossário de Defesa Civil, estudos de riscos e medicina de desastres**. 3. ed. Brasília: MI, 2009

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Curso de formação em defesa civil**: construindo comunidades mais seguras. 2. ed. Brasília: MI, 2005. (Curso à distância-Guia do estudante)

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Apostila sobre implantação e operacionalização de COMDEC**. 5. ed. Brasília: MI, 2009

CASTRO, Antonio Luiz Coimbra de. **Glossário de Defesa Civil estudos de riscos e medicina de desastres**. 5. ed. Brasília – DF: Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), [19--]

CASTRO, Antonio Luiz Coimbra de. **Manual de planejamento em defesa civil**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Defesa Civil, 1999

CEPED. UFSC. **Capacitação básica em defesa civil**: livro texto para educação à distância. Florianópolis: CEPED UFSC, 2011

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, **DECRETO Nº 7.257,** de 04/08/10 **-** Regulamenta a Medida Provisória nº 494 de 02JUL10, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas p/ desastre e dá outras providências

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010

FERREIRA, Keila. Boas Práticas Municipais em Defesa Civil do Recife – **Ações de Preparação e Contingência.** In: VIII Fórum Nacional de Defesa Civil, Maceió, 2011. Anais..., Maceió, 2011

GOVERNO DO ESTADO, **DECRETO Nº 38.253**, de 04 de Junho de 2012, Institui o Manual Técnico de Defesa Civil para Resposta a Desastres no âmbito do Estado de Pernambuco, Recife, 4 DE JUNHO DE 2012

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 1, de 24 de agosto de 2012

MENDONÇA, F.; LEITÃO, S. **Riscos e vulnerabilidade socioambiental urbana: uma perspectiva a partir dos recursos hídricos.** Geo Textos, Bahia, v. 4, n. 1 e 2, p. 145-163, 2008

MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997

Portaria nº 607, de 18/058/11 **-** Regulamenta o uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil – CPDC

SEDEC/MI. **Portaria nº 117**, de 7 de março de 2012. Anexo VIII – DOU de 09/03/2012 – Seção I. p. 30, 2012.

Conteudista: Ten Cel QOC/BM - mat. 960050-7 / **Luiz Augusto** de Oliveira França

PSICOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS

Carga Horária: 18 horas

EMENTA: Habilitar o Bombeiro Militar, através de conhecimentos básicos de psicologia aplicados as emergências, a agir preventivamente, minimizando a vulnerabilidade psicológica nos profissionais, das vítimas e da comunidade, utilizando-se da compreensão dos fenômenos psicológicos envolvidos em uma situação emergencial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Contribuição da Psicologia em situações de emergências e desastres

1.1 Histórico e Desenvolvimento

1.2 Gestão de Riscos e Desastres

1.3 Atuação do Psicólogo em situações de riscos, emergências e desastres

1.3.1 Prevenção e preparação

1.3.2 Resposta

1.3.3 Reabilitação / Reconstrução

2. Atendimento as pessoas e famílias afetadas por desastres

2.1 Código de ética

2.2 Administração de abrigos temporário

2.3Funções do agente psicossocial em um abrigo

2.4 Participação comunitária na gestão de riscos e desastres

3. Possíveis consequências do enfrentamento a situações de emergências nos profissionais de primeira resposta

3.1 Angústia Pública

3.2 Empatia

3.3 Transtorno de estresse pós-traumático

3.4 Síndrome de Burnout

3.5 Luto

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUCK, N. R.V. **A psicologia das emergências um estudo sobre angústia pública e o dramático cotidiano do trauma.** 2007, 143 f. Tese (doutorado em psicologia)- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CAMPOS, R.H. de F.**Psicologia Social Comunitária**: Da solidariedade á autonomia. Petrópolis: Vozes, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA**. Código de Ética profissional do Psicólogo**. Brasília, 2005.

CORDIOLI, Aristides Volpato. **Psicoterapias:** Abordagens atuais. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

COMUNICAÇÃO DE NOTÍCIAS DIFÍCEIS: COMPARTILHANDO DESAFIOS NA ATENÇÃO À SAÚDE /Instituto Nacional de Câncer. Coordenação Geral de Gestão Assistencial.Coordenação de Educação.– Rio de Janeiro: INCA, 2010.

CLASSIFICAÇÃO DE TRANSTORNOS MENTAIS E DO COMPORTAMENTO DA CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

DATTILIO, Frank M. e FREEMAN, Arthur (Orgs.). **Estratégias cognitivo-comportamentais para intervenção em crises:** tópicos especiais. Vol II. São Paulo: Editorial Psi II, 1995

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Psicologia Comunitária**. Universitas Ciências da Saúde. [S.l.], vol.01, n. 02, p.277-297, 2003.

KLÜBER-ROSS, Elizabeth. **Sobre a morte e o morrer:** O que os doentes tem a ensinar a médicos, enfermeiros, religiosos e aos seus próprios parentes. 7ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

LAGO, Kennyston e CODO, Wanderley. **Fadiga por compaixão: o sofrimento dos profissionais em saúde.** Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 2010.

MOFFATT, Alfredo. **Terapia de crise:** teoria temporal do psiquismo. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1983;

PINCUS, L.. **A Família e a Morte** – *como enfrentar o luto*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1989.

ROSENBERG, Rachel Lea (Org.). **Aconselhamento psicológico centrado na pessoa.** São Paulo: EPU, 1987.

SARRIERA, J.. **Psicologia Comunitária** – Estudos atuais. Porto Alegre; Sulinas, 2000.

SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS E DOS DESASTRES. 1, 2006, Brasília. **Anais.** Brasília: CFP, 2006, 97-102. Disponível em: <http:www.crprj.org.br/publicações/relatórios/emergências_desastres.pdf>

VALENCIO, Norma et al. (org). **Sociologia dos desastres:** construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RIMA Editora, 2009.

VIEIRA NETO, O.; VIEIRA, C.M.S..**Transtorno de Estresse Pós-Traumático:** uma neurose de guerra em tempos de paz. São Paulo: Vetor, 2005.

SARRIERA, Jorge Castellá e SAFORCADA, Enrique Teófilo (org). **Introdução `a Psicologia Comunitária- Bases teóricas e metodológicas.** Porto Alegre, Sulina, 2010.

CAVALCANTE, Sylvia e ELALI, Gleice A . (org). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis- RJ, Vozes, 2011.

PINHEIRO, J. Q. **Psicologia ambiental:** entendendo as relações do homem com seu ambiente. Campinas, SP: Alínea, 2004. 196 p.

Conteudista: CEL RR BM MAT, 950657-8 José **Francisco** de Arruda Filho

DIREITOS HUMANOS

Carga Horária: 18 horas

EMENTA: Reflexão sobre a real dimensão da profissão e de sua missão numa sociedade democrática, conscientizando que o encarregado da aplicação da lei é a primeira linha de frente de defesa e garantia dos direitos humanos das pessoas da comunidade. Deve ainda, conhecer o alcance e limite dos poderes conferidos pelo Estado, bem como os mecanismos que existem para sua supervisão, revisão e apuração, caso seja violados. Diante da atividade cidadã e de proteção social deve-se conhecer a dinâmica dos grupos humanos, descobrindo seus anseios, dificuldades e necessidades relativas à segurança pública a fim de proporcionar a defesa e promoção dos direitos humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceitos Básicos de Direito Internacional

1.1. As Fontes do Direito Internacional

1.1.1. Introdução;

1.1.2. Costumes;

1.1.3. Normas e Princípios do Direito Internacional

1.2. Direitos Humanos: Faculdades de Pessoas Livres

1.3. Conceituar Dignidade da Pessoa Humana

2. Direito Internacional dos Direitos Humanos

2.1. Histórico dos Direitos Humanos

2.2. Magna Carta

2.3. Habeas Corpus

2.4. Declaração de Independência dos Estados Unidos

2.5. Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789

2.6. Constituição Federal de 1988

2.7 Aspectos Históricos - Nações Unidas e os Direitos Humanos - Tratados

3. Segurança Pública e Direitos Humanos

3.1. Contextualizar Violência Urbana

3.2. A Questão dos Paradigmas na Segurança Pública frente aos DDHH

3.4. Organizações Governamentais e não governamentais de defesa de Direitos Humanos

3.5 O Papel de Pacificadores Sociais

4. Direito das populações afetadas por desastres e conflitos bélicos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Policia e direitos Humanos: do Antagonismo ao protagonismo. Porto Alegre: Seção Brasileira da anistia Internacional, 1994.

____________. Treze Reflexões sobre Polícias e Direitos Humanos. São Paulo: LTR, 2000.

MARCÍLIO, Maria Luiza e PUSSOLI, Lafaiete (coordenadores), São Paulo: LTR, 2002

NEVES, Paulo Sérgio da Costa, RIQUE, Célia D. G. e FREITAS, Fábio F. B.(horas) Polícia e Democracia: desafios à educação em direitos humanos. Recife:Bagaço, 2002.

ROVER, Cees de. Para Servir e Proteger. Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário para Forças Policiais e de Segurança: Manual para Instrutores.- C. de Rover. Trad. De Silvia Backes e Ernani S. Pilla – Genebra: Comitê Internacional da Cruz vermelha, 1998.

Conteudista: TC BM/950668-3 **Evandro** Rocha de Souza

FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA ATIVIDADE DE BOMBEIRO MILITAR

Carga Horária: 24 horas

EMENTA: Desenvolvimento dos fundamentos básicos para ação Bombeiro Militar na condição de futuro Oficial do CBMPE e os princípios constitucionais aplicados à atividade bombeiro militar, além da aplicação prática do Código Penal, em termos dos crimes e contravenções. Diante do Estado Democrático de Direito, promover a compreensão dos termos das legislações específicas que caracterizam os procedimentos do Bombeiro Militar e o porte de arma, do conceito aos direitos e competências.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1**. As normas constitucionais, a legislação internacional e a atuação bombeiro militar**.

1.1. Principais conceitos. Conceito de constituição, classificação de constituição, forma de governo e de estado, funções do Estado (Executivo, legislativo e judiciário), Estado Democrático de Direito, Art.1º ao 4º CF.

1.2. Direitos e garantias fundamentais. Vinculação do Estado (Cláusulas pétreas – Art. 60, §4ºCF), Relativização, Submissão à tortura ou tratamento desumano ou degradante (Art. 5º III CF).

1.3. Limites constitucionais em face à atuação BM: Poder de Polícia – Art. 78 CTN, Direito de ir, vir e permanecer, Adequação – necessidade – proporcionalidade,

1.4. Órgãos de segurança Pública: limites e atribuições: Art. 144 - atribuições do Corpo de Bombeiros. Art. 101 ao 105 da Constituição do estado de PE.

2. Aspectos do Direito Administrativo relacionados à atividade bombeiro militar.

2.1. Ato administrativo, atributos e elementos. Atributos: presunção de legitimidade, imperatividade e auto-executoriedade. Elementos: Sujeito, objeto, forma, finalidade e motivo. Objeto: Lícito, determinado. Forma: escrito, verbal, por gesto ou sonoro. Finalidade. Motivação.

2.2. Poder-dever de Polícia e poder-dever discricionário. Discricionariedade x arbitrariedade.

2.3. Teoria do ("FRUITS OF THE POISONOUS TREE").

3. Atribuições e limites na atuação com crianças e adolescentes (Lei 8069/90 - ECA, Art. 1º ao 3º, 178).

4. Atribuições e limites na atuação com pessoas de idade (Lei 10741/03 - Estatuto do idoso, Arts. 1º, 2º, 4º, 6º, 8º ao 10, 58, 84, 95 a 108).

5. Art. 146 do CPB. Constrangimento ilegal.

5.1. Lei 4898/65 – abuso de autoridade. Sujeito. Possibilidade de cometimento fora de serviço (STF 2º T, HC nº 59676-2 SP, Rel. Min. Djaci Falcão, DJU de 07.05.1982), Conflito aparente entre o Art. 150 § 2º do CPB e o Art. 3º, b, da L4898 – Princípio da especialidade. Competência da Justiça Comum para julgar militar: Súmula 172 STJ.

5.2. Lei de tortura: L 9455/ 97.

6. Do Porte e uso de arma de fogo.

6.1 Regulamentação;

6.2 Armas, acessórios, Petrechos e Munições de Uso Proibido;

6.3 Armas, acessório, Pretechos e Munições de Uso Permitido;

6.4 Do porte de arma de fogo para defesa pessoal;

6.5 Aquisição de Armas e Munições no Comércio e Indústria;

6.6 Do Porte Ilegal de Arma.

7. Determinação de morte.

8. Omissão de socorro.

9. Isolamento e interdição de áreas e edificações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Jorge César de. Comentários ao código penal militar. v. 2, parte especial. Curitiba: Juruá, 2001.

BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. São Paulo: EDIPRO, 1999.

BONFIM, Edílson; CAPEZ, Fernando. Direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2004.

BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. São Paulo: Malheiros, 2001.

_____. Curso de Direito Constitucional. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2005.

CAPPELLETTI, Mauro. Acesso à justiça. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1988.

CANOTILHO, J. J. Direito constitucional e teoria da constituição. 4. ed. Coimbra: Almedina, 2000.

COSTA, T. P. Dignidade da pessoa humana diante da sanção penal. São Paulo: Fiúza, 2004.

DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

FAYET JÚNIOR, Ney et al. A sociedade, a violência e o direito penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

GARCIA, Ismar Estulano. Procedimento policial: inquérito. 8. ed. AB, 1999.

GASPARINI, D. Direito Administrativo. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

MALCHER, José Lisboa da Gama. Manual de processo penal. v. I. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1980.

LYRA FILHO, Roberto. O que é o direito. Coleção primeiros passos. Brasília: Brasiliense, 2005.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Introdução ao estudo do Direito. São Paulo: Atlas, 1996.

______. Manual de direito penal. São Paulo: Atlas, 2004.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MORIN, Edgar. O Método III. O conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 1999.

NUNES, Rizzatto. Manual de introdução ao estudo do Direito. São Paulo: Saraiva, 2003.

PUPIN, Aloisio A. C. Barros; PAGLIUCA, José Carlos Gobbis. Armas: aspectos jurídicos e técnicos. São

Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

Conteudista: CEL BM/910575-1 Clóvis Fernandes Dias **Ramalho**

PROTEÇÃO AMBIENTAL

Carga Horária: 12 horas

EMENTA: Apresentar e discutir os conceitos e dimensões da proteção ambiental, abordando seus instrumentos de apoio e políticas nacionais de conservação, sustentabilidade e proteção do meio ambiente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Percepção do meio ambiente.

2. Definição e conceito de Proteção Ambiental.

3. Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

4. Questões sociais aplicadas às áreas de risco.

5. Participação comunitária e popular na prevenção e atendimento de desastres.

6. Resposta social aos planos de emergência e de gestão de risco.

7. Acidentes com produtos perigosos

8. Extermínio e captura de animais

9. Corte e podas de árvore.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALCANTI, C. (org.). **Sociedade e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

MARTINE, G. (org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento:** verdades e contradições. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

Conteudista: Maj BM Maj BM/798005-1 José **Roberto** da Silva

ANÁLISE DE CENÁRIOS E RISCOS

Carga Horária: 12 horas

EMENTA: O estudo desta disciplina está relacionado com o estudo de conhecimentos teóricos e práticos sobre o conceito de cenários e riscos, técnicas avançadas de comunicação, relação de ajuda e intervenção da autoridade pública. Tais estudos visam incutir nos futuros profissionais de defesa civil o senso de percepção de risco para que eles desenvolvam a capacidade de auto avaliação e autoconfiança nas suas intervenções, característica importante para a melhoria da qualidade dos serviços que prestarão à sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Risco:

1.1 Dano, ameaça e vulnerabilidade;

1.2 Risco: percepção, análise e classificação de risco;

1.3 Mapa de risco;

1.4 Antecipação e prevenção do risco;

1.5 Avaliação de cenários (quanto: ao risco; ao potencial ofensivo ao potencial do aparelho de segurança).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Glossário de defesa civil: estudos de riscos e medicina de desastres. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria Especial de Políticas Regionais. Departamento de Defesa Civil. 1998.

BRASIL. Manual do curso de bases administrativas para a gestão de riscos.(BAGER). Brasília: OFDA-USAID, 2001.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Manual de desastres naturais, humanos e mistos. Vs. 1, 2 e 3. Brasília: Imprensa Nacional, 2004.

BRASIL. Política nacional de defesa civil. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil, 2000.

BRASIL. Segurança global da população. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil, 2000.

CARNEIRO, Piquet et al. Estratégias de Controle da Violência Policial: notas de pesquisa. In: ZAVERUCHA, Jorge, et al. (Org.). Políticas de segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais. Recife/PE: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2002.

FLEURY, Maria Tereza L.; FISCHER, Rosa M. (Coord.). Cultura e poder nas organizações. São Paulo: Atlas, 1989.

ZAVERUCHA, Jorge (Org.). Políticas de segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais. Recife: Massangana, 2002.

Conteudista: TC BM/920436-9/ Caio **Hercílio** Oliveira de Souza

SISTEMA DE COMANDO DE INCIDENTES - SCI

Carga Horária: 24 horas

EMENTA: Habilitar o futuro Bombeiro Militar, através de exercícios teóricos e práticos, a entender a filosofia do Sistema de Comando de Incidentes e as aplicações deste conhecimento nas diversas atividades operacionais da corporação, dimensionando os recursos de forma adequada e empregando seus princípios no gerenciamento e resolução de crises nos diversos níveis.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Visão geral do Sistema de Comando de Incidentes

1.1 Histórico

1.2 Termos e definições

1.3 Princípios do SCI

2. Estruturação do SCI

2.1 Funções

2.2 Estrutura

2.3 Instalações

3. Aspectos Operacionais

3.1 Recursos

3.2 Situação

3.3 Instrumentos de Consulta e Registro

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUNACINI, Alan V. **Mando de incêndio**. Benemérito Cuerpo de Bomberos de Costa Rica, segunda edição.

DEAL, Tim. **Beyond initial response**: using the national incident management system’s. Incident Command System. Disponível em: http:/training.fema.gov/IS/ Incident Management Handbook .USCG. Disponível em: http://www.uscg.mil/hq/nsfweb/docs/FinalIMH18AUG2006.pdf.

PAIXÃO, Lisandro. **O Sistema de comandos de incidentes**. Monografia para o curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Brasília: CBMDF, 2006.

Conteudista: CAP BM704009-1 Alysson **Barros** da Silva

ATUAÇÃO DO BOMBEIRO MILITAR DIANTE DE DESASTRES

Carga Horária: 18 horas

EMENTA: Capacitar o Bombeiro Militar para atuar em cenários de Desastres, utilizando-se de recursos da operacionalidade ordinária da Corporação e do Estado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Comando e Controle;
2. Cadeia de comando e o fluxo de informações operacionais;
3. Avaliação de cenários e o processo decisório;
4. Estruturação e funcionamento de Centros Integrados de Comando e Controle;
5. Priorização tática em cenários de desastres;
6. Protocolos e ferramentas de comando e controle;
7.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso de Sistema de Comando de Incidentes**. Brasília: SENASP, 2008. 144 p. Apostila do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI).

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL (SDS). **Projeto de Implantação do Centro de Comando e Controle Integrado**, Recife, 2011.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO. **Manual de Gestão de Crises do CBMPE**, Recife, 2016.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO. **Manual do Curso de Sistema de Comando de Incidentes - Intermediário**, Recife, 2015.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO. **Manual do Curso de Operação de Centros de Gerenciamento de Emergências**, Recife, 2014.

Conteudista: CEL BM/1971-2 Almir da **Rocha** Silva

RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Carga Horária: 18 horas

EMENTA: Fundamentos teóricos das Relações Interpessoais. A dinâmica grupal como práxis criativa. O processo grupal. Comunicação humana. Recursos técnicos em dinâmica de grupo. Origem e desenvolvimento histórico da dinâmica de grupo; As diferentes abordagens sobre o homem e suas relações. Analisar as questões teóricas e práticas das relações interpessoais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Fundamentos Teóricos da Relação Interpessoal.

1. Origem e as diferentes abordagens sobre o homem e suas relações.
1. 1.2 Questões teóricas e práticas das relações da relações interpessoais.

2. A dinâmica grupal como práxis criativa.

3. O processo grupal.

4. Histórico e função da comunicação humana.

5. Recursos técnicos em dinâmica de grupo.

5.1 Desenvolvimento histórico da dinâmica de grupo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOM SUCESSO, Edema de Paula. Trabalho e qualidade de vida. Rio de Janeiro: Dona, 1997,

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas, o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

_____. Introdução à teoria geral da administração. 6. ed. São Paulo: Campus, 2000,

COHEN, Allan R.. Comportamento organizacional: conceitos e estudos de casos. Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Campus, 2003, 4ª Reimpressão.

DIAS, Roberto Sérgio et al. Gestão de marketing. São Paulo: Saraiva 2003.

MAGALHÃES, Celso. Técnica da chefia e do comando. 9. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990,

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Gerência de Trabalho de Equipe. 4a Ed. Livraria Pioneira Editora, 1993.

MOREIRA, Daniel Augusto. Administração da produção e operações. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2000,

Autor: Eraldo Braga

Conteudista: CEL BM MARCÍLIO **ROSSINI** DA SILVA

EDUCAÇÃO FÍSICA I

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: O Bombeiro Militar na construção de uma prática sistematizada de atividade física e visando a saúde geral do indivíduo para o desenvolvimento de capacidades físicas necessárias ao desempenho das atividades operacionais do CBMPE. Além de proporcionar sessões de exercícios físicos que possibilitem ao bombeiro militar conhecimentos técnicos básicos para fazer uma prática segura de exercício físico e estimular os seus pares e subordinados a se manterem aptos fisicamente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Sessões de atividade física e exercícios físicos (prática).

2. Vestuário, acessórios adequados e horário ideal para prática

3. Atividades Físicas alternativas.

4. Capacidade física condicionante e capacidade física coordenativa aplicada à atividade bombeiro militar

5. Alongamento e exercícios de flexibilidade;

6. Corrida contínua, fartlek, circuit e interval training;

7. Exercício isométricos, isocinéticos e isotônicos, exercícios de coordenação motora.

8. Nutrição, Atividade Física e Envelhecimento

9. Noções gerais sobre os efeitos benéficos da Atividade Física no processo de envelhecimento;

10. Noções gerais do metabolismo de carboidratos, proteínas e lipídios

11. Atividade relacionada ao serviço operacional.

12. Teste de Aptidão Profissional (inicial)

13. Teste de Aptidão Física (TAF-inicial)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLSEN, P. E; HARRINSON, J. M; BARBARA, V. Exercício e qualidade de vida: uma abordagem personalizada. 6.ed. São Paulo: Manole, 1999.

ALTER, M. J. Ciência da flexibilidade. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VOLPE, S. L.; SABELAWSKI S. B; MOHR C. R. Nutrição Para Praticantes de Atividade Física. (2000), Manual de Direito Penal. São Paulo, Editora Rocca, 2009.

HEYWARD, V. H. Avaliação Física e Prescrição de Exercício.. 4ª Edição, Porto Alegre, Editora Artmed.

GUEDES, D. P. Manual Prático para Avaliação em Educação Física. 1ª Edição, São Paulo, Editora Manole, 2006.

VERKHOSHANSKI. Y. V. Treinamento Desportivo: teoria e metodologia. 1ª Edição, Porto Alegre, Editora Artmed, 2000.

NAHAS, M. V. Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida. 1ª Edição, Florianópolis, Editora Midiograf, 2007.

Conteudista: **Maj BM** José **Jailton** Siqueira de Melo

EDUCAÇÃO FÍSICA II

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: O Bombeiro Militar na construção de uma prática sistematizada de atividade física e visando a saúde geral do indivíduo para o desenvolvimento de capacidades físicas necessárias ao desempenho das atividades operacionais do CBMPE. Além de proporcionar sessões de exercícios físicos que possibilitem ao bombeiro militar conhecimentos técnicos básicos para fazer uma prática segura de exercício físico e estimular os seus pares e subordinados a se manterem aptos fisicamente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Sessões de atividade física e exercícios físicos (prática).

2. Vestuário, acessórios adequados e horário ideal para prática

3. Atividades Físicas alternativas.

4. Capacidade física condicionante e capacidade física coordenativa aplicada à atividade bombeiro militar

5. Alongamento e exercícios de flexibilidade;

6. Corrida contínua, fartlek, circuit e interval training;

7. Exercício isométricos, isocinéticos e isotônicos, exercícios de coordenação motora.

8. Nutrição, Atividade Física e Envelhecimento

9. Noções gerais sobre os efeitos benéficos da Atividade Física no processo de envelhecimento;

10. Noções gerais do metabolismo de carboidratos, proteínas e lipídios

11. Atividade relacionada ao serviço operacional.

12. Teste de Aptidão Profissional (final)

13. Teste de Aptidão Física (TAF-final)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLSEN, P. E; HARRINSON, J. M; BARBARA, V. Exercício e qualidade de vida: uma abordagem personalizada. 6.ed. São Paulo: Manole, 1999.

ALTER, M. J. Ciência da flexibilidade. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VOLPE, S. L.; SABELAWSKI S. B; MOHR C. R. Nutrição Para Praticantes de Atividade Física. (2000), Manual de Direito Penal. São Paulo, Editora Rocca, 2009.

HEYWARD, V. H. Avaliação Física e Prescrição de Exercício.. 4ª Edição, Porto Alegre, Editora Artmed.

GUEDES, D. P. Manual Prático para Avaliação em Educação Física. 1ª Edição, São Paulo, Editora Manole, 2006.

VERKHOSHANSKI. Y. V. Treinamento Desportivo: teoria e metodologia. 1ª Edição, Porto Alegre, Editora Artmed, 2000.

NAHAS, M. V. Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida. 1ª Edição, Florianópolis, Editora Midiograf, 2007.

Conteudista: Maj BM **Eduardo** Rodrigues dos Santos

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

Carga Horária: 12 horas

EMENTA: O documento oficial e a necessidade de conhecer e elaborar os diversos documentos existentes no CBMPE, tais como memorando, ofícios, requerimentos, partes disciplinares, dentro dos padrões da Norma Culta, e seguindo a padronização da Instituição, além de conhecer os procedimentos de arquivamento e incineração, dentro da norma vigente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Sistema de Correspondência do CBMPE.

1.1 Da finalidade, da conceituação e classificação da correspondência e competência.

2. Dos tipos de documentos.

2.1 Dos tipos e utilização dos serviços de correspondência.

3. Da tramitação da correspondência.

3.1 fluxo e prazos. Recebimento e expedição da correspondência.

4. Arquivamento e incineração de documentos.

5. Normas Gerais para Elaboração de Documentos.

6. Documentos Sigilosos.

7. Prática de Redação.

7.1 Elaboração de ofícios e memorandos.

7.2 Requerimentos.

7.3 Parte disciplinar e Nota de Culpa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DECRETO No 2.243, DE 3 DE JUNHO DE 1997.(Vide Decreto nº 6.806, de 2009 Vigência). Dispõe sobre o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas.

PORTARIA DO COMANDO GERAL N.º 123, de 06 de março de 2012, disponível em http://www.pm.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=13029&folderId=2532474&name=DLFE-26013.pdf

ABREU, A. S. Curso de redação. São Paulo: Ática, 1991

CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. 5ª ed. São Paulo: Lexikon, 2009.

Conteudista: CEL BM Luciano João de **Carvalho**

TELECOMUNICAÇÕES

Carga Horária: 12 horas

EMENTA: Por meio da disciplina Telecomunicações é possível colocar o aluno a par da realidade no que se refere às comunicações dentro de sua instituição, apresentando os fatores positivos e negativos, as virtudes e as dificuldades, para que tenha condições de decidir diante das adversidades que lhe são apresentadas durante o seu trabalho diário. O aprendizado é essencial para o discente, pois isto irá refletir na sua vida profissional, já que continuamente será obrigado a tirar o melhor proveito possível dos sistemas de comunicação disponíveis.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conhecer as peculiaridades de funcionamento de um EFRC, seus componentes e possibilidades de emprego.
    1. Componentes e acessórios;
    1. Montagem e instalação;
    1. Resolução de problemas de 1° escalão;
    1. Possibilidades de emprego; e
    1. Repetidoras x Estações Fixas.

2. Consolidar os conhecimentos doutrinários e operativos de ações de comunicação, comando e controle em grandes operações.
    2. Montagem da estrutura de Rádio e Comunicação de um PC e PCG;
    2. Preparação/Distribuição/Controle de Equipamentos de Rádio e Comunicação;
    2. Montagem da estrutura de Despacho e Controle de um PC e do PCG;
    2. Modelagem da Rádio e Comunicação da Operação; e
    2. Despacho e Controle de ocorrências.
3. Conhecer as peculiaridades de funcionamento de um RCP, seus componentes e possibilidades de emprego.
    3. Componentes e acessórios;
    3. Montagem;
    3. Operação básica;
    3. Resolução de problemas de 1° escalão;
    3. Possibilidade de emprego.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCA, R. H., Ondas. Coleção Objetivo - Sistema de Métodos de Aprendizagem, livro 11, editora CERED.

FILHO, J., BORGES, J., BARREIRA, N., KASAI, T, STECK, S., SENA, J. Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros - Comunicações Operacionais. São Paulo: Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, 2006. 1ª edição, volume 13.

BAUDRILLARD J. Tela total: mito-ironias da era do virtual e da imagem. Porto Alegre: Sulina, 1997.

CASTELLS, Manuel. Sociedade em rede. v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LARVIE, Patrick; MUNIZ, Jacqueline. A central disque-denúncia no Rio de Janeiro. Seminário sobre Segurança, Justiça e Cidadania. ISER e IUPER. Rio de Janeiro, 1997.

MANNING, Peter K. As tecnologias de informação e a polícia. Policiamento moderno. Coleção Polícia e Sociedade 7. São Paulo: EDUSP, 2003.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Manual de instrução modular. Vitória, 1995.

RUEDIGER, Marco Aurélio. Governo eletrônico e democracia: uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública. In: Organizações & Sociedade, v. 9, n. 25, set./dez. 2002.

Conteudista: TC BM **Robson** Araújo **Costa**

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Carga Horária: 12 horas

EMENTA: A tecnologia da educação e os novos rumos para a educação. Tecnologia como área do conhecimento humano. Aplicações tecnológicas no processo de ensino e aprendizagem: possibilidades, limites e perspectivas. Ciberespaço e educação à distância: novos ambientes de aprendizagem e comunicação docente. Inserção da tecnologia da educação e da informação no cotidiano escolar: critérios para a seleção e utilização de recursos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. A tecnologia como área do conhecimento humano.

2. Conceito e evolução histórica.

2.1 a ciência e a tecnologia em tempos de incerteza;

2.2 a informática na sociedade em que vivemos;

3. As novas tecnologias da comunicação e informação,

4. A escola e os professores.

4.1 novas exigências educacionais e profissão docente;

5. Conhecimento, aprendizagem e conteúdos de ensino em informática na educação.

6. Ensino e aprendizagens inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas.

7. Ciberespaço e educação à distância: novos ambientes de aprendizagem e comunicação docente.

7.1 a interatividade no ciberespaço:

7.2 o conhecimento compartilhado;

7.3 os modos de produção e recepção do texto escrito no ciberespaço:

8. A hipertextualidade;

8.1 a virtualidade na educação: limites e possibilidades;

8.2 Educação à distância: bases conceituais e evolução histórica;

8.3 A ação docente e discente na ead: uma realidade, muitos desafios

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRENS, M. A. Projetos de aprendizagem colaborativa em paradigma emergente. In: Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2000.

GARDNER, Howard. As estruturas da mente. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1994.

MORAN, José Manuel. Interferências dos Meios de Comunicação no nosso Conhecimento. INTERCOM Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo, XVII (2):38-49, julho-dezembro 1994.

NEGROPONTE, Nicholas. A vida digital. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

POSTMAN, Neil. Tecnopólio; A rendição da cultura à tecnologia. São Paulo: Nobel, 1994.

RECODER, Maria-José et alii. Informação Eletrônica e Novas Tecnologias. São Paulo: Summus, 1995.

JOSGRILBERG, F. B. Estratégias de inclusão digital e táticas cotidianas: o caso acessa São Paulo. In: MELO, J.M. de. e Outros. Sociedade do conhecimento. São Paulo: Umesp, 2004.

CONCEIÇÃO, Paulo. Estudo de Caso de Migração para Software Livre do Laboratório da UEG. Lavras, 2005.

LEMES, Leonardo, Relato: O Software Livre e o Desenvolvimento do Brasil, UniSinos, setembro, 2003.

Conteudista: Maj BM Gustavo Coutinho de Amorim **Damasceno**

INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Carga Horária: 18 horas

EMENTA: A atividade de inteligência de segurança pública contribui para o enfrentamento da violência e da criminalidade, principalmente, em relação aos crimes de alta complexidade, pois procura identificar, compreender e tornar patente os aspectos da ação criminosa, difíceis de serem detectados pela utilização de meios tradicionais de inteligência de segurança pública. A disciplina de "Inteligência de Segurança Pública" visa à orientação para o correto posicionamento do profissional de segurança pública na temática da atividade de inteligência

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Definição de atividade de inteligência;

2. Histórico e importância da atividade de inteligência para segurança pública;

3. Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN);

4. Doutrina Nacional de Segurança Pública (DNISP);

5. Fundamentos jurídicos da atividade de inteligência de segurança pública;

6. Introdução às atividades de inteligência (inteligência, contrainteligência e operações de inteligência);

7. Produção e Proteção do conhecimento;

8. Atividade de Inteligência de Segurança Pública no CBMPE: Conceitos, Características e Doutrina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA, Conselho Consultivo do Sisbin. Manual de inteligência: doutrina nacional de inteligência: bases comuns. Brasília, 2004.

ANTUNES, Priscila Carlos B.SNI &ABIN: entre a teoria e a prática, uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública, Brasília, 2009, p. 13.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Matriz Doutrinária para a Atividade de Inteligência de Segurança Pública: Relatório Técnico. Belo Horizonte: [s.n.], 2005. GONÇALVES, Joanisval Brito. Atividade de inteligência e legislação correlata. Niterói, RJ: Impetus, 2009.

CEPIK, Marco Aurélio. Espionagem e democracia. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

FERRO JÚNIOR, Celso Moreira. A Inteligência e a Gestão da Informação Policial. Brasília: Fortium, 2008.

SCHNIDER, Rodolfo Herberto. Abordagens Atuais em Segurança Pública. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

Conteudista: TC BM Marcelo Almeida **Maciel**

ESTATÍSTICA APLICADA À ATIVIDADE BM

Carga Horária: 12 horas

EMENTA: Introdução ao método estatístico. Fases do trabalho estatístico. Séries estatísticas. Distribuição de frequências e representação gráfica. Medidas de posição e dispersão. Aplicações da Estatística na atividade bombeiro militar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução à Estatística: principais conceitos;
2. Fases do trabalho estatístico: planejamento, coleta, organização, representação e análise dos dados;
3. Séries estatísticas: obtenção de dados e níveis de mensuração;
4. Representação numérica, tipos de frequência e representação gráfica;

5. Descrição gráfica de variáveis qualitativas e de variáveis quantitativas;
6. Medidas de tendência central: média aritmética, mediana e moda;
7. Tipos especiais de médias: média geométrica e média harmônica - quando e como usar;
8. Medidas de dispersão: amplitude total, variância, desvio-padrão e coeficiente de variação de Pearson;
9. Aplicações práticas da Estatística na atividade bombeiro militar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BUSSAB, W. de O. ; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DOMINGUES, O. ; MARTINS, G. de A. **Estatística geral e aplicada**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FONSECA, J. S. da; MARTINS, G. de A. **Curso de estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

Conteudista: MAJ BM **Samuel** Antônio de Oliveira Júnior

ÉTICA E CIDADANIA

Carga Horária: 12 horas

EMENTA: O estudo da ética é de fundamental importância para que o profissional de segurança pública possa optar, com segurança, sobre sua conduta ao defrontar-se com as situações de dualidade, tão freqüentes em seu cotidiano profissional. Além disso, há uma dimensão pedagógica no seu "fazer profissional" que requer que ele aja de acordo com os princípios éticos, entendendo o significado do seu exemplo como protagonista do bem estar social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceitos básicos que subsidiarão as reflexões a respeito do tema utilizado para a sensibilização inicial;

2. Conceitos: moral, valores, costumes e cultura (geral e específica da função) contextualizados no tempo e no espaço;

3. A profissão do profissional da área de segurança pública fundamentada na ética;

4. A situação ética dos profissionais da área de segurança pública em relação às exigências legais e às expectativas dos cidadãos: despersonalização (indivíduo versus profissional/ estereótipos) e atitudes profissionais éticas;

4. A conduta ética e legal na atividade do profissional da área de segurança pública;

5. A função do profissional da área de segurança pública e suas responsabilidades – a necessidade de um código de ética profissional - a relação com o arcabouço jurídico para o desempenho da atividade do profissional da área de segurança pública – código de conduta para funcionários encarregados de fazer cumprir a lei (ONU).

6. Código de Ética dos Militares Estaduais.

7. Código de ética da insarag – onu para operações de resposta humanitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BULGARELLI, Reinaldo. Diversos somos todos: valorização, promoção e gestão da diversidade nas organizações. (s.l.): Cultura, 2008.

CHOUKR, F. H.; AMBOS, K. Polícia e estado de direito na América Latina. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.

DIMENSTEIN, G. O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. 19. ed. São Paulo: Ática, 2000.

JARES, Xesús. Educação para a paz: sua teoria e sua prática. Porto Alegre: Artmed, 2002.

KIPPER, Délio José (Org.) Ética e pratica: uma visão multidisciplinar. Porto Alegre: EDIPUCRS,2006.

PERNAMBUCO. Código Disciplinar dos Militares do Estado de Pernambuco. Lei 11.817, de 24 e julho de 2000.

SAFIOTTI, H. Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. In: SPINK, Mary Jane (Org.). A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

Conteudista: CEL BM **Livson** Correia de Vasconcelos

DIVERSIDADE ÉTICO-SOCIOCULTURAL

Carga Horária: 12 horas

EMENTA: A disciplina de Diversidade Étnico-sociocultural surge como resultado das políticas públicas voltadas para segurança pública e a promoção da igualdade racial. Cabe destacar que esta disciplina é uma excelente oportunidade de se criar espaços de reflexão sobre o papel dos profissionais de segurança pública em relação à diversidade racial, religiosa e cultural brasileira, além da busca pela eliminação dos estigmas, dos preconceitos e das abordagens discriminatórias realizadas em pessoas vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. A formação da sociedade brasileira: aspectos sociológicos, antropológicos, filosóficos;

2. Conceito de racismo, injúria racial, preconceito, discriminação e segregação;

3. As teorias raciais;

4. Distinção de etnia, raça, racismo;

5. Contribuições do negro, do índio e do cigano para sociedade brasileira;

6. Diversidade cultural e racial na sociedade brasileira;

7. Cultura material e imaterial;

8. Juventude negra;

9. Mulheres negras;

10. Povos e Comunidades Tradicionais: Povo de Matriz Africana, Indígena e Cigana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília: 2010.

CARNEIRO DA CUNHA, M. Cultura com aspas. São Paulo: Cosac Naify. 2009.

IPEA. Desafios do desenvolvimento: culturas protegidas. Eliana Simonetti. São Paulo: Ipea, ano 4, nº 34, 2007.

LITTLE, Paul E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. Tellus, ano 2, n. 3, p. 33-52, out. 2002.

PANTOJA & ROCHA, Maria José [orgs.]. Rompendo Silêncios: história da África nos currículos da educação básica. Brasília: DP Comunicações, 2004.

PRIORE, Mary Del & VENÂNCIO, Renato Pinto. Ancestrais: Uma introdução à história da África Atlântica, Elsevier, Rio de Janeiro, 2004.

THEODORO, Mário, JACCOUD, Luciana, OSÓRIO, Rafael, SOARES, Sergei. As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

Conteudista: Maj QOC/BM Mat. 798007-8/ Eduardo **Araripe** Pacheco de Souza

IDENTIDADE E CULTURA DA ORGANIZAÇÃO POLICIAL

Carga Horária: 12 horas

EMENTA: Estudos organizacionais têm demonstrado que quanto mais o profissional conhecer a instituição à qual pertence, maior serão as chances de se adaptar à profissão, cumprindo, assim, sua missão constitucional, com maior empenho. Esta disciplina tem o propósito de auxiliar o alinhamento entre os valores e expectativas pessoais aos desafios organizacionais, de forma que haja harmonia entre os dois.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Histórico da instituição;

2. Missão organizacional e visão de futuro da corporação;

3. Competências constitucionais;

4. O sistema de segurança pública e defesa social estadual e organograma da corporação;

5. Princípios e valores da corporação militar:

6. Cultura organizacional;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONELLO, C.S; GODOY, A.S. Aprendizagem organizacional no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CARRIERI, A.P; CAVEDON, N.R; SILVA, A.R.L. Cultura nas organizações: uma abordagem contemporânea. Curitiba: Ed. Juruá, 2008.

MORGAN, G. Imagens das Organizações. São Paulo: Atlas, 1995.

ROBBINS, Stephen P. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2005.

BATEMAN, Thomas S. Administração: Novo Cenário Competitivo. São Paulo: Atlas, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos Novos Tempos. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

Conteudista: Maj QOA/BM **Sérgio** Ricardo Alves Monteiro

ORDEM UNIDA I

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Por força da Constituição Federal, em seu art. 144, § 6º, os Corpos de Bombeiros Militar figuram como força auxiliar e reserva do Exército. Neste contexto, o profissional da segurança pública adquire também a prerrogativas de militar, com seus direitos e deveres inerentes a esta condição, sendo, portanto imprescindível o desenvolvimento dessas competências, dentre as quais as relativas à Ordem Unida.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Generalidades;

2. Definições;

3. Instrução individual sem arma;

4. Instrução individual com arma, fuzil;

5. Instrução coletiva - formações, formaturas, deslocamentos com e sem arma;

6. Sinais de respeito e continência;

7. Apresentação individual;

8. Continência de tropa;

9. Movimentos através de Toques de Corneta, apitos e comandos de voz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria nº 079, de 13 de julho de 2000. Aprova o Manual de Campanha C 22-5 - Ordem Unida. Estado Maior do Exército. 3ª Ed. Brasília - DF, 13 de julho de 2000.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 660-MD, de 19 de maio de 2009. Aprova o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 849 -MD, de 04 de abril de 2013. Altera os arts. 45, 81, 83, 92, 100, 104, 110, 111, 124, 133, 136, 148 e 201 da Portaria Normativa nº 660-MD, de 19 de maio de 2009, que aprova o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Vade-Mécum nº 01 ao nº 10. Trata do Cerimonial Militar do Exército.

Conteudista: Cap QOA/BM Carlos César Lima de **Carvalho**

ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: A disciplina se propõe a contribuir para que o Bombeiro Militar em formação tenha uma visão sistêmica do uso do armamento, munição e aplicação do tiro policial, compreendendo e distinguindo os conceitos centrais da matéria. Além disso, faz-se necessário que o bombeiro militar tenha conhecimentos técnicos sobre as armas que o Estado coloca a sua disposição para defender a sociedade, bem como as técnicas de utilização, justificativas legais, procedimentos de segurança e equilíbrio psicológico que garantam o uso adequado da mesma.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. **Histórico e evolução das armas de fogo;**

2. **Especificidade do uso da arma de fogo na função bombeiro militar e sua responsabilidade;**
3. **Legislação interna aplicada ao uso da arma de fogo**
    3. Princípios básicos do uso da força;
    3. Diretrizes sobre o uso da força e armas de fogo pelos agentes de segurança pública.
    3. Legislação Nacional (Estatuto do desarmamento e Normas do Exército);
    3. Decreto estadual sobre o uso da arma de fogo pelos seus militares;
4. **Munições;**
5. **Balística.**
6. **Armamento utilizado pelo CBMPE**
    6. Pistola calibre .40;
        1. Conceito e classificação;
        2. Apresentação do armamento;
        3. Características;
        4. Munição utilizada;
        5. Funcionamento;
        6. Mecanismos de segurança;
        7. Manejo;
        8. Inspeção preliminar;
        9. Emprego operacional;
        10. Condução da arma;
        11. Princípios de manutenção e guarda do armamento.
7. **Regras de segurança aplicada ao uso do armamento;**
8. **Fundamentos do tiro prático.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

______. Decreto n.º 3.665, de 20.11.2000. Dá nova redação ao Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3665.htm > Acesso em: 5 setembro. 2016.

______. Decreto n.º 5.123, de 01.07.2004. Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5123.htm> Acesso em: 5 setembro. 2016.

______. Lei n.º 10.826, de 22.12.2003. Dispõe sobre o Estatuto do desarmamento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.826.htm> Acesso em: 5 setembro. 2016.

______. Lei n.º 13.060, de 22.12.2014. Dispõe sobre uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13060.htm> Acesso em: 5 setembro. 2016.

______. Ministério da Justiça. Secretaria de Direitos Humanos. Portaria Interministerial No- 4.226, de 31 de dezembro de 2010: estabelece diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. Disponível em: <http://www.juridicohightech.com.br/2011/03/portaria-4226-estabelece-diretrizes.html> acesso em: 5 setembro. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei: 1979.

______. Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (PBUFAF): 1990.

______. Princípios Orientadores para Aplicação Efetiva do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei: 1989.

CÂMARA JÚNIOR, Wellington Bezerra. Manual de Procedimentos Básicos com Armamento e Munição e Técnicas de Tiro Policial. 1. ed. – Recife: SDS/PE, 2002.

MACHADO, Maurício Corrêa Pimentel. Coleção Armamento: armas, munições e equipamentos policiais. Paraná, 2014.

BITTAR, Neusa Maria Esteves. Medicina Legal e Noções de Criminalística. 3 ed. São Paulo: editora Juspodivm, 2014.

Conteudista: Maj BM 920154-8 Carlos José de **Souza**

CIÊNCIAS APLICADAS À ATIVIDADE BOMBEIRO MILITAR

Carga Horária: 24 horas

EMENTA: Capacitação do oficial no entendimento dos conceitos físicos relacionados à atividade operacional bombeiro militar, proporcionando-lhe melhor compreensão de fenômenos presentes nas ocorrência de atendimento pré- hospitalar, incêndio e salvamento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Noções de Mecânica Geral aplicada
    a. Unidades físicas envolvidas na atividade bombeiro militar e suas conversões
    b. Velocidade
    c. Força e sistemas de multiplicação

d. Choque
    e. Energia e trabalho.
2. Noções de hidrodinâmica
    a. Pressão
    b. Vazão
    c. Perda de carga
3. Calorimetria e comportamento dos gases.
    a. Escalas termométricas
    b. Dilatação
    c. Calor e lei zero da termodinâmica
    d. Fluxo de calor
    e. Comportamento dos gases
    f.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. HALLIDAY, D., RESNICK,R., WALKER, J., **Fundamentos de física.** 8ª edição, vol. 1 e 2, editora LTC, 2008.
2. Distrito Federal (Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal) Manual básico de combate a incêndio: Comportamento do fogo,:CBMDF,2012.
3.

Conteudista: Maj BM Carlos Alexandre dos Santos **Sales**

ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR I

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: O fundamental é saber que, em situações de emergência, deve-se manter a calma e ter em mente que a prestação do atendimento pré-hospitalar não exclui a importância de uma posterior apresentação a um médico. Além disso, o atendente deve se certificar de que há condições seguras o bastante para a prestação do socorro sem riscos para o atendente. Não esquecer que um atendimento de emergência inadequado pode comprometer ainda mais a saúde da vítima.A responsabilidade torna-se maior quando o Agente de Segurança Pública se depara com situações em que os primeiros socorros terão que ser aplicados. Estes Agentes lidam diretamente e quase que diariamente com o público, os quais têm o dever de prestar socorro em quaisquer circunstâncias. Nota-se que estes Agentes de Segurança são, via de regra, os primeiros a chegarem ao local de acidentes, tendo que assumir uma postura de liderança, que passe confiança aos presentes, em nome do Estado que representam.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Avaliação geral da vítima: Método (CHARP) circulação, hemorragia, vias aéreas, respiração e pulsação;

2. Suporte básico de vida:

2.1 Parada respiratória;

2.2 Engasgamento;

2.3 Obstrução das vias aéreas por corpos estranhos.

3. Hemorragias e choques:

3.1 Conceito, Sinais e sintomas;

3.2 Tipos de hemorragias;

3.3 Tipos de choque;

3.4 Técnicas de contenção de hemorragias.

4. Traumas:

4.1 Traumatismo crânio-encefálico;

4.2 Traumatismo raquimedular;

4.3 Traumas de tórax;

4.4 Técnicas de transportes;

4.5 Razões para a movimentação de vítimas.

5. Parto de emergência:

5.1 Fases do trabalho de parto;

5.2 Possíveis complicações do parto;

5.3 Prevenção de doenças infecto-contagiosas;

5.4 Assepsia de viaturas e materiais;

5.5 Técnicas de transporte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFARO, D. ; MATTOS, H. Atendimento Pré-Hospitalar ao Traumatizado PHTLS. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

AMERICAN HEART ASSOCIATION. Suporte avançado de vida em cardiologia: livro do profissional de saúde. São Paulo: Prous Science, 2008.

BENHKE, Robert S. Anatomia do movimento. Tradução de Nilda Maria Farias de Albernaz. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CANETTI, Marcelo D.; ALVAREZ, Fernando S. Et al. Manual Básico de Socorro de Emergência. São Paulo: Atheneu, 2007.

CARVALHO FILHO, Eurico Thomas; PAPALÉU NETTO, Matheus. Geriatria: fundamentos, clínica e terapêutica. São Paulo: Atheneu, 2000.

COIMBRA, Raul S. M. et al. Emergências traumáticas e não traumáticas: manual do residente e do estudante. São Paulo: Atheneu, 2001.

OLIVEIRA, Beatriz Ferreira Monteiro; PAROLIN, Mônica Koncke Fiúza; TEIXEIRA JR., Edison do Vale. Trauma: atendimento pré-hospitalar. Curitiba: Atheneu, 2002.

TORLONI, Maurício; VIEIRA, Antônio Vladimir. Manual de proteção respiratória. São Paulo: ABHO, 2003.

Conteudista: MAJ BM **Wagner** Pereira da Silva

NATAÇÃO UTILITÁRIA

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Promover condições para a ambientação ao meio aquático, através do compartilhamento de técnicas de flutuação, natação e abordagem em meio líquido.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Entrada na água.

2. Adaptação ao meio líquido/aquacidade.

3. Flutuação, com e sem equipamentos.

4. Natação de sobrevivência

5. Nado quatro estilos

5.1. Crawl

5.2. Costas,

5.3. Peito

5.4. Borboleta

5.5. Over Crawl

5.6 Reboque

6. Nado submerso.

7. Apneia

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBANTI, V. J. Aptidão física: um convite à saúde. São Paulo: Manole, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação; Fundação Universidade Federal de Mato Grosso; Hospital Universitário Julio Muller. Comitê de Ética em Pesquisa do HUJM. Regimento Interno do Comitê de Ética em Desportos com Seres Humanos do HUJM. disponível em http://www.ufmt.br/cep_hujm.Acesso em 02 de março de 2010.

BOMPA, T. O. A periodização no treinamento esportivo. São Paulo: Manole, 2001.

BOMFIM, L. P. & DANTAS, E. H. M. Efeitos do método de treinamento físico para aeronautas (AEROFIT) sobre o condicionamento físico de aeronavegantes da Força Aérea Brasileira. Journal Fitness e Perfomance, vol. 1 n. 4, p. 51, 2002.

GHORAYEB, N. O exercício: prescrição fisiológica, avaliação médica, aspectos especiais e preventivos. São Paulo: Atheneu,1999.

MOREIRA, S. B. A Capacidade aeróbica como fator da aptidão físico-profissional na pilotagem de aeronaves de transporte: estudo sobre o custo energético da pilotagem e o VO2 máx. Dos comandantes da aviação civil brasileira. [s/ed]. Rio de Janeiro, 1991.

SÓTER JÚNIOR, P. C. O Potencial de adesão a um programa de intervenção de hábitos saudáveis como fator de controle dos fatores de risco coronariano em aeronautas brasileiros. [s/ed]. Rio de Janeiro, 1999.

WEINECK, J. Treinamento ideal. São Paulo: Manole, 1999.

Conteudista: MAJ BM Kleber **Dallas** do Nascimento

SALVAMENTO AQUÁTICO I

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Proporcionar ao aluno conhecimentos do sistema multidisciplinar do salvamento aquático, bem como, estimular a consciência da relevância da doutrina preventiva.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. História do Salvamento Aquático
2. Legislação
3. Necessidade do uso de Epi's (Filtro solar, óculos solar, nadadeira)
4. Conhecimento e influências de animais marinhos no salvamento.
5. Fisiologia Marinha.
6. Influência Meteorológica no Salvamento.
7. Prevenção aos acidentes em meio aquático
8. Fases do salvamento
9. Natação de Resgate
10. Salvamento aquático individual e em dupla
11. Afogamento
    11. Fisiopatologia
    11. Graus do afogamento
    11. Tipos e classificação
12. Orientações de sobrevivência no ma

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

______. Afogamento na infância: Epidemiologia, Tratamento e Prevenção. Disponível em: Acesso em: 18 abr. 2011.

______. Afogamento: ACLS. Disponível em: Acesso em: 19 abr. 2011.

______. Afogamento: BLS. Disponível em: Acesso em: 18 abr. 2011.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SALVAMENTO AQUÁTICO. Kim em Aventura na Praia. Disponível em: Acesso em: 4 maio 2011.

SZPILMAN, David. Afogamento: prevenção. Disponível em: Acesso em: 14 abr. 2011.

Conteudista: CAP QOA/BM 798236-4 Marcos Tadeu de Andrade **Ribeiro**

SALVAMENTO TERRESTRE I

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Apresentar ao Bombeiro Militar os conceitos e ações básicos para as atividades inerentes ao Salvamento Terrestre realizado pelo Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. **Normas de segurança nas atividades de Salvamento Terrestre**

2. Utilização de materiais e ferramentas

2.1 Tipos de materiais: Equipamento de Proteção individual, escavações, escoramentos, tripé, iluminação, de corte;

2.2 Tipos de equipamentos: Pneumáticas, elétricas, à combustão, manuais e combinadas

3. Uso de motosserras

3.1 Aspectos básicos do equipamento

3.2 Técnicas de corte

3.3 Manutenção de 1º escalão

4. Uso de motoabrassivo

4.1 Aspectos básicos do equipamento

4.2 Técnicas de corte

4.3 Manutenção de 1º escalão

5. Uso de almofada pneumática

5.1 Aspectos básicos do equipamento

5.2 Técnicas de emprego

5.3 Manutenção de 1º escalão

6. Uso do Tifor

6.1 Aspectos básicos do equipamento

6.2 Técnicas de emprego

6.3 Manutenção de 1º escalão

7. Uso do tripé de resgate

7.1 Aspectos básicos do equipamento

7.2 Técnicas de emprego.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dunbar, Ian. Técnicas de Desencarceramento de Veículos. Holmatro Mastering Power.

Manual Técnico de Bombeiros, Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de São Paulo;

Manual do uso de motossera e motoabrassivo.

Manual do uso do Tifor.

Conteudista: CAP BM Antônio **Barbalho** Tavares Júnior

SALVAMENTO EM ALTURA I

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Apresentar os conceitos e ações básicas para as atividades inerentes ao Salvamento em Alturas realizado pelo Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. **Identificação do Material**

1.1 Conceitos básicos de segurança;

1.2 Materiais e equipamentos Básicos de Salvamento em Altura

1.3 Fases do salvamento em altura

1.4 Constituição, classificação e características dos Cabos;

1.5 Carga de Trabalho (CT) e Carga de Ruptura (CR);

1.6 Procedimentos de inspeção, utilização e manutenção de cabos, uso de fichas de verificação de EPI.

1.7 Avaliação de estruturas para trabalho em altura.

2. **Nós e Amarrações**:

2.1 Definição e característica de nós e amarrações utilizados em salvamento em altura;

2.2 Confecções de nós e amarrações;

2.3 Tipos de nós; a) Pela extremidade de um cabo; b) Para emendar cabos; c) Para fixação de cabos; d) Para encurtar ou reforçar cabos; e) Para formação de alças e assentos.

3. Adaptação a Altura.

4. Procedimentos de conferência e utilização de Equipamentos.

5. Ancoragem para atividades no plano vertical.

6. Descida simples no plano vertical.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Francisco Bento de. Apostilas Didáticas. CBMDF/Centro de Treinamento Operacional.

REDONDO, Jon. Prevención y seguridad em trabajos verticales. 3Ed. Desnivel Ediciones.Madrid.2009.

Manual de Bombeiros do Corpo de Bombeiros Militar De São Paulo.

Conteudista: TC BM Moisés Tenório Lopes Júnior

INTERVENÇÃO EM EMERGÊNCIAS COM PRODUTOS PERIGOSOS

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Capacitação do bombeiro militar para operações que envolvam produtos perigosos, proporcionando-lhe conhecimento das legislações e procedimentos padrões, garantindo-lhe segurança, discernimento e capacidade de preservação do cenário, ambiente e da vida humana.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Teoria Básica sobre os Produtos Perigosos.
2. Emprego do manual da ABIQUIM
3. Equipamentos e materiais.
4. Áreas de descontaminação.
5. Operações de resgate e descontaminação.
6. Exercício simulado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Procedimentos Operacionais Padrão do CBMPE - Grupo Incêndio;Manual da ABIQUIM;

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Atendimento a Emergência no Transporte de Produtos Perigosos.** NBR 14064. 2003. 12 p.;

CENTRO DE ENSINO E INSTRUÇÃO DE BOMBEIROS “CEL PA PAULO MARQUES PEREIRA, **Manual de Fundamentos do Atendimento a Emergências com Produtos Perigosos** – Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo- 2002.

Conteudista: Maj BM Cleiton **David** Silva

PREVENÇÃO A INCÊNDIO

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Possibilitar ao futuro Bombeiro Militar, através do conhecimento básico de tecnologias em prevenção contra incêndio, identificar os sistemas e seus equipamentos preventivos previstos para as edificações nas legislações, notas técnicas e normas vigentes no Estado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. **Introdução à Prevenção em Incêndios**
    1. Finalidade, Abrangência e Competência;
        1. Classificação e Definição;

2. Da classificação dos Riscos;
3. Da classificação das Ocupações;

1.3 Dos Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio;

1.3.1 Dos Sistemas Portáteis e Transportáveis;

1.3.1.1 Da definição e composição;

1.3.2 Dos Sistemas Fixos Automáticos e Sob Comando;

1.3.2.1 Da definição;

1.3.2.2 Dos Sistemas de Hidrantes e de Carretel com mangotinho;

1.3.2.2.1 Da definição e composição;

1.3.2.3 Do Sistema de Chuveiros Automáticos;

1.3.2.3.1 Da definição e composição;

1.3.2.4 Do Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio;

1.3.2.4.1 Da definição e composição;

1.3.2.5 Dos Sistemas e Dispositivos para Evacuação de Edificações;

1.3.2.5.1 Da definição e composição;

1.3.2.6 Do Sistema de Iluminação de Emergência;

1.3.2.6.1 Da definição e composição;

1.3.2.7 Do Sistema de Sinalização de Saída de Emergência;

1. Da definição e composição;
2. Helipontos;

1.3.2.8.1 Da definição e exigências;

1. Dos Sistemas de Proteção de Estruturas;

1.4.1 Da Central de GLP e Da Instalação do Sistema;

1.4.1.1 Da definição;

1.4.1.2 Da exigência;

1.4.2 Do Armazenamento de GLP;

1.4.3 Do Sistema de Gás Natural;

1.4.4 Dos Dispositivos Contra Descarga Atmosférica

1.4.4.1 Da definição;

1.4.4.2 Da constituição;

1.4.4.3 Das exigências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. CB-24. Comitê Brasileiro de Segurança Contra Incêndio. Disponível em: http://www.abntcolecao.com.br.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 15514: Área de armazenamento de recipientes transportáveis de gás liquefeito de petróleo (GLP), destinados ou não à comercialização - Critérios de segurança. Rio de Janeiro, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 13523: Central de Gás Liquefeito de Petróleo(GLP), 3ª edição, válida a partir de 11.09.2008.

PERNAMBUCO. **Decreto-Lei nº 19.644**. Regulamenta o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico (COSCIP-PE), de 13 de março de 1997.

PERNAMBUCO. **Lei nº 11.186,** Estabelece e define critérios acerca de sistemas de segurança contra incêndio e pânico para edificações , e dá outras providências, de 22 de dezembro de 1994.

PERNAMBUCO. **Lei nº 15232**. Dispõe sobre normas de prevenção e proteção contra incêndio, e dá outras providências, de 27 de fevereiro de 2014.

SEITO, Alexandre Itiu; GILL, Afonso Antônio; PANNONI, Fabio Domingos (orgs) ET al. A segurança contra incêndio. São Paulo: Projeto, 2008. 496p. Disponível em: http://www.ccb.polmil.sp.gov.br/.

Conteudista: CAP BM CAP BM **Maria** Gabriela Barbosa

COMBATE A INCÊNDIO

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Capacitação do oficial no comandamento de operações que envolvam combate a incêndio proporcionando-lhe conhecimento das técnicas e procedimentos padrões usados na atividade bombeiro militar, garantindo-lhe melhor controle e gerenciamento dos sinistros do fogo com discernimento e capacidade de preservação do cenário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. **Equipamentos de proteção individual para o combate a incêndio**: Capacete, balaclava, luvas, botas, equipamento de proteção respiratória
2. **Equipamentos de combate a incêndio:** Mangueiras, mangotes, mangotinho, esguichos, ferramentas e acessórios hidráulicos
3. '**Maneabilidade com mangueiras**: Os diferentes tipos de aduchamento
4. **Armação de mangueiras para o combate** : terminologia, formas de comando, termos abreviados, formas de montagem,técnica base para armação de linhas e ligação, armação de linha direta, bomba armar 1x1,1x2, 2x1, 2x2, 3x1, 3x2, 4x1, 4x2
5. **Armação de mangueiras no plano vertical** : escada prolongável, técnica da mochila, içamento de linha, içamento de ligação, uso de plataforma mecânica
6. **Combate a incêndio com o uso de espuma** : linha direta com espuma, bomba armar utilizando espuma
7. **Abastecimento e Estabelecimento**
8. **Dimensionamento da quantidade de mangueiras**
9. **Vaporização de ambientes**
10. **Procedimentos de prevenção de flashover**
11. **Tipos de jatos:** compacto, neblinado e atomizado
12. **Abertura e entrada em incêndios** : avaliação, escolha da entrada,abertura de porta, entrada, proteção e rota de fuga,
13. **Progressão do bombeiro no incêndio**: técnica de dois, três e quatro apoios e técnica de proteção
14. **Combate a incêndio utilizando água** : posicionamento, ataque direto, ataque indireto, ataque tridimensional e ataque combinado
15. **Evacuação e busca em local de incêndio**: técnica de retirada de vítimas
16. **Ventilação tática:** efeitos da ventilação, ventilação natural e forçada, integração das técnicas de abertura, ventilação e ataques ao fogo
17. **Salvatagem**
18. **Combate a incêndio estrutural**
19. **Combate a incêndio em área verde**
20. **Combate a incêndio veicular.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASÍLIA. Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Manual Básico de Combate a Incêndio: Técnicas de combate a incêndio, Brasília: CBMDF, 2012.

Conteudista: CAP BM Anderson Souto de **Castro**

MATERIAL MOTO MECANIZADO

Carga Horária: 24 horas

EMENTA: Capacitação do oficial no comandamento de operações que envolvam produtos perigosos, proporcionando-lhe conhecimento das legislações e procedimentos padrões, garantindo-lhe segurança, discernimento e capacidade de preservação do cenário, ambiente e da vida humana.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Teoria Básica sobre motores e o ciclo de Otto;

2. Equipamentos e materiais utilizados no CBMPE.

3. Operações de Motores de dois tempos

4. Operações de Motores de equipamentos de combate a incêndio e retiradas de pequenas panes.

5. Avaliação teórica e pratica de todo o conteúdo programático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Procedimentos Operacionais Padrão do CBMPE - Grupo Incêndio;
2. PMESP/CCB – Apostila de teoria e prática de combate a incêndio – CIAD/CBO/77
3. PMESP/CCB – Apostila de manutenção – CIAD/CBO/77
4. PMESP – Apostila do CEMMA em geral
5. Motor à gasolina – Ministério da Defesa/1981
6. Conceitos Básicos de Motores – Mercedes Benz 1988
7. Catálogo e Especificações de técnica em geral.
8. Manual de uso e emprego de moto-serra da Sthil.

Conteudista: MAJ BM Osvaldo **Carneiro** de Sá Cavalcanti Neto

MANOBRAS BOMBEIRO MILITAR

Carga Horária: 24 horas

EMENTA: O emprego em situações reais durante a atividade bombeiro militar, em conformidade com as atribuições de Oficial a serem desempenhadas, desenvolvendo habilidades para atuação individual de comandamento no terreno de operações urbanas, compreendendo conceitos e aplicabilidades básicas, além da importância da orientação nas operações urbanas e as situações diversas da atividade específica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Operações de Resgate em estruturas colapsadas.
2. Operações de Resgate no mar.
3. Operações de Resgate em área florestal.
4. Operações de combate a incêndio.
5. Operações de Resgate Veicular.
6. Operações de Comando e Controle.
7. Operações de Resgate em Deslizamentos.
8. Operações de Resgate em ambiente confinado (poços e valas)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Instrução Individual para o Combate – C 21-74 – Aprovado pela Portaria nº 012-EME, de 07 de março de 1986.

Araújo M. Ofidismo. In: Pitta GBB, Castro AA, Burihan E, editores. Angiologia e cirurgia vascular: guia ilustrado.

Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Sobrevivência na Selva – IP 21-80 – Aprovado pela Portaria nº 078-EME, de 09 de setembro de 1999.

Manual de diagnóstico e tratamento de acidentes por animais peçonhentos. Fundação Nacional de Saúde. Ed.: COMED / ASPLAN / FNS. 1988. 131p.

Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Camuflagem – C 5-40 – Aprovado pela Portaria nº 135-EME, de 23 de dezembro de 2004

Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Marchas a Pé – C 21-18 – Aprovado pela Portaria nº 053-EME, de 28 de julho de 1980.

Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Leitura de Cartas e Fotografias Aéreas – C 21-26 – Aprovado pela Portaria nº 025-EME, de 17 de março de 1980.

Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Transposição de Obstáculos – C 21-78 – Aprovado pela Portaria nº 044-EME, de 17 de junho de 1980.

Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Patrulha – C 21-75 – Aprovado pela Portaria nº 033-EME, de 09 de julho de 1986.

Manual do Curso de Operações Especiais - BOPE, PMERJ. Rio de Janeiro, 2010.

Conteudistas: Maj BM Carlos **Cezar** Ferreira da Silva; CAP BM Bruno **Quintino** da Silva

PROCEDIMENTO administrativo disciplinar

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Proporcionar ao aluno os conhecimentos necessários à elaboração de processos administrativos disciplinares atinentes às funções e atribuição que lhe serão atribuídas durante o exercício de suas funções Bombeiros militares.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Noções básicas de Direito público e Direito Administrativo Disciplinar;
2. Instrumentalidade do Processo Administrativo Disciplinar Militar – Rito Sumário, advindo da Lei da Lei nº 11.817/2000 (CDMEPE);
3. Instrumentalidade do Processo Administrativo Disciplinar Militar – Sindicância;
4. Instrumentalidade do Processo Administrativo Disciplinar Militar – Licenciamento a Bem da Disciplina;

5. Instrumentalidade do Processo Administrativo Disciplinar Militar – Conselho de Disciplina;
6. competência e atribuições da Corregedoria Geral da SDS no processo administrativo disciplinar militar;
7. Noções básicas da Instrumentalidade do Inquérito Policial Militar, com ênfase nas funções do escrivão.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

1. ALVES, Léo da Silva. Prática de Processo Disciplinar. 2. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2004.
2. ASSIS, Jorge Cesar de. Curso de Direito Disciplinar Militar: da Simples Transgressão ao Processo Administrativo. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.
3. COSTA, Alexandre Henriques da, et al. Direito Administrativo Disciplinar Militar. 1. ed. São Paulo: Suprema Cultura, 2004.
4. COSTA, José Armando da. Teoria e Prática do Processo Administrativo Disciplinar. 3.ed. Brasília: Brasília Jurídica, 1999.
5. CRETELA JÚNIOR, José. Prática do Processo Administrativo. 3. ed. São Paulo: RT, 1999.
6. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
7. DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro – v. 1 - Teoria Geral do Direito Civil. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
8. DUARTE, Antonio Pereira. Direito Administrativo Militar. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
9. LOBÃO, Célio. Direito Penal Militar. 3. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2006.
10. LOUREIRO NETO, José da Silva. Direito Penal Militar. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1993.
11. MALTA, Frederico Sérgio Lacerda. POLÍGRAFO Nº 03 - IPM. Pernambuco, 2010;
12. MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 7. ed. São Paulo: RT, 2003;
13. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 1995. ______. Direito Administrativo Brasileiro. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2002;
14. MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de Direito Penal – Parte Geral. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2002;
15. MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005;
16. OLIVEIRA, Farlei Martins Riccio de. Sanção Disciplinar Militar e Controle Jurisdicional. 1. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005;
17. REIS, Palhares Moreira. Processo Disciplinar. 2. ed. Brasília: Consulex, 1999;
18. ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. Direito Administrativo Militar: Teoria e Prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2007;
19. SILVEIRA, Paulo Fernando. Devido Processo Legal. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

Em meio eletrônico:

FRISON, Mayra Figueiredo. Breves comentários sobre direito administrativo disciplinar. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, 71, 01/12/2009.

MARTINS, Eliezer Pereira. Segurança jurídica e certeza do direito em matéria disciplinar. Aspectos atuais. Jus Navigandi, Teresina, a. 7, n. 63, mar. 2003.

L. eis: BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988. Constituição Federal. Pinto, Antônio Luiz de Toledo; Windf, Márcia Cristina Vaz dos Santos; Céspedes, Lívia. - Col. Saraiva de Legislação – 42. ed. 2008.

BRASIL. LEI nº 8.906, de 04 de Julho de 1994. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 5 jul. 1994.

BRASIL. LEI nº 9.784, de 29 DE JANEIRO DE 1999. Regula o Processo Administrativo no Âmbito da Administração Pública Federal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1º fev. 1999.

PERNAMBUCO. LEI nº 6.783, de 16 de outubro de 1974. Dispõe Sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Pernambuco.

PERNAMBUCO. Decreto nº 3.639, de 19 de agosto de 1975. Dispõe Sobre a Aplicação do Conselho de Disciplina na Polícia Militar de Pernambuco. PERNAMBUCO. LEI nº 11.781, de 6 de Junho de 2000. Regula o Processo Administrativo no Âmbito da Administração Estadual. Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Recife, 06 de jun de 2000.

PERNAMBUCO. LEI nº 11.817, de 24 de julho de 2000. Dispõe Sobre o Código Disciplinar dos Militares do Estado de Pernambuco. Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Recife, 2000.

PERNAMBUCO. LEI nº 11.929, de 02 de janeiro de 2001. Dispõe Sobre a Competência e as Atribuições da Corregedoria Geral da Secretaria de Defesa Social. Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Recife, 02 de jan de 2001.

Conteudista: CEL BM/920441-5 **Livson** Correia de Vasconcelos

DIREITO PENAL APLICADO A ATIVIDADE BOMBEIRO MILITAR

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: A prestação bombeiro militar em face de evolução dinâmica da sociedade pernambucana requer uma permanente vigilância dos institutos técnicos policiais, em especial os procedimentos administrativos disciplinares militares, estreitando sua aplicabilidade com limites jurídicos vigentes, colocando em estrita consonância com a lei, jurisprudência e doutrina majoritária acerca do tema. Desta forma, a implementação da disciplina visa à atuação do profissional em Segurança Pública em um Estado Democrático de Direito e implicando no conhecimento do ordenamento jurídico brasileiro, seus princípios e normas, com destaque para a legislação pertinente as atividades bombeiro militar, de forma associada às demais perspectivas de compreensão da realidade, tanto no processo formativo quanto na pratica técnico-profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Da Aplicação da Lei Penal

2. Inquérito Policial

2.1. Anterioridade da Lei Penal

2.2. Lei Penal no tempo

2.3. Tempo do crime

2.4. Lugar do crime

3. Do Crime

3.1. Conceito de crime e seus elementos

3.2. Exclusão de ilicitude

4. Da Imputabilidade Penal

4.1 inimputabilidade

5. Das Penas

5.1. Circunstâncias agravantes e atenuantes

5.2. Reincidência

6. Breve estudo da Parte Especial do CPB (Código Penal Brasileiro)

6.1Crimes contra a vida

6. 2 Das lesões corporais

6. 3 Crimes contra a honra

6. 4 Crimes contra a liberdade pessoal

6. 5 Crimes contra o patrimônio

6. 6 Crimes contra os costumes

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Constituição Federal; Código Penal Brasileiro; Código Penal Militar; Código de Processo Penal; Código de Processo Penal Militar;

MEIRELLES, Hely Lopes, DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO, Malheiros Editores Ltda., São Paulo – SP: 22ª Ed. 1997.

NETO, José da Silva Loureiro, DIREITO PENAL MILITAR, Ed. Atlas S.A., São Paulo – SP: 4ª Ed. 2001.

Estatuto da Criança e do adolescente **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**;

Lei de execuções Penais **Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984**;

Estatuto do desarmamento **Lei Nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003**;

Estatuto do idoso **Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**;

Lei de drogas Lei Nº 11.343, de 23 de agosto de 2006;

Lei Maria da Penha Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Conteudista: Maj BM/798013-2 Marcelo José Afonso Ferreira **Barros Leite**

DIREITO PENAL MILITAR

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Conhecimento sobre os aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais sobre o Direito Penal Militar. Noções básicas sobre o funcionamento das Justiças militares, federal e estadual, assim como as circunstâncias que determinam a caracterização dos crimes militares.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Aplicação da lei penal militar: Princípio de legalidade; Crimes militares em tempo de paz; Equiparação a militar da ativa; Militar da reserva ou reformado; Pessoa considerada militar; Equiparação a comandante; Conceito de superior.

2. Do crime: Coação irresistível; Obediência hierárquica; Coação física ou material; Exclusão de crime.

3. Da ação penal militar.

4. Dos crimes contra a autoridade ou disciplina militar.

5. Dos crimes contra o serviço militar e o dever militar.

6. Dos crimes contra a administração militar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Jorge César de. Comentários ao Código Penal Militar. 6ª edição, 3ªreimpressão. Curitiba. Juruá: 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, que institui o Código Penal Militar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/del1001.htm>.

Acesso em 02/05/2013.

GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. Direito Penal Militar. 3ª edição. Porto Alegre. Verbo Jurídico 2011.

LOBÃO, Célio. Direito Penal Militar. 2ª ed. Rio de Janeiro. Editora Forense: 2010.

LOUREIRO NETO, José da Silva. Direito Penal Militar. 5ª edição. São Paulo. Atlas: 2010.

MIGUEL & CRUZ. Claudio Amin; Ione de Souza. Elementos de Direito Penal Militar -Parte Especial. São Paulo. Editora Método: 2013.

NEVES, Cícero Robson Coimbra; STREIFINGER, Marcello. Manual de Direito Penal Militar. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ROMEIRO, Jorge Alberto. Curso de Direito Penal Militar - Parte Geral. São Paulo. Saraiva. 1994.

SARAIVA, Alexandre José de Barros Leal. Código Penal Militar Comentado – Parte Geral. Rio de Janeiro. Forense: 2009.

SARAIVA, Alexandre José de Barros Leal. Crimes Militares. Volume 01. Fortaleza. Relevo: 2010.

Conteudista: TC BM/950668-3 **Evandro** Rocha de Souza

POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR

Carga Horária: 40 horas

EMENTA: Em um mundo de constantes mudanças e conflituoso, se faz necessário que haja entendimento por parte dos discentes de atuarem e coordenarem seu efetivo diante das investigações em inquérito policiais militares, aplicando o estudo histórico da investigação, além conhecer as obrigações do bombeiro militar de investigação, aplicar a metodologia da investigação, bem como valorizar e como coletar as provas. Além disso, a matéria levará o discente a identificar e aplicar as técnicas da investigação com o fito de alicerçar a polícia judiciária militar, fornecendo-lhe uma base sólida para formação de um juízo de valor. Dessa forma, o docente se torna um orientador para direcionamento comportamental do discente na busca da aprendizagem teórica dos valores relacionados à aplicação dos conceitos da investigação militar na atividade bombeiro militar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Da Polícia Judiciária Militar

1.1 Noções preliminares;

1.2 Conceito de crime militar: Art. 9º CPM.

1.3 Tipos de procedimento de Polícia Judiciária Militar (IPM, APFD, IPD)

1.4 Atribuição da Polícia Judiciária Militar

1.5 Autoridade Judiciária

2. Da instrumentalidade do Inquérito Policial Militar

2.1 Previsão legal, conceito e finalidade

2.2 Características do IPM

2.3 Atribuições do encarregado e do escrivão

2.4 Relatório, Solução, Remessa, Devolução e dispensa

2.5 Roteiro e diligências necessárias

3. Da instrumentalidade do Auto de Prisão em Flagrante Delito Militar (APFDM)

3.1 Conceito

3.2 Requisitos para a prisão em flagrante delito

3.3 Tipos de flagrante delito

3.4 Procedimento para lavratura do APFDM e atividades complementares

3.1.1 Principais direitos do preso

3.1.2 Designações do Escrivão

3.1.3 Oitivas a serem realizadas

3.1.3 Do recolhimento, das diligências e relaxamento da prisão em flagrante

1. Da Nota de Culpa

3.1.5 Do relatório

3.1.6 Da remessa do auto de prisão em flagrante

4. **Da instrumentalidade das Instruções Provisórias de Deserção (IPD)**

4.1 Previsão legal

4.2 A prescrição do crime de deserção

4.3 Modalidades de deserção

4.4 Do processo de Deserção

4. Do procedimento para lavratura de IPD

5. Da instrumentalidade da Sindicância Acusatória

5.1 Previsão legal

5,2 Do procedimento para a lavratura

6. **Investigação Preliminar**.

6.1 Previsão legal e jurisprudencial;

6.2 Do procedimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988.

ASSIS, Jorge César de. Código de Processo Penal Militar Anotado: vol. 1 (Artigos 1º a 169). 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá. 2006, 262 p.

Código Penal Militar, **DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969.**

MARTINS, Eliezer Pereira; CAPANO, Evandro Fabiana. Inquérito Policial Militar. 1ª Ed. São Paulo: Editora de Direito, 1996.

NETO, José da Silva Loureiro. Lições de processo penal militar. São Paulo: Saraiva, 1992.

TORRES, Luís Cláudio Alves. Prática do processo penal militar. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Destaque, 1996.

Conteudista: CEL BM/910575-1 Clóvis Fernandes Dias Ramalho.

COMANDO E LIDERANÇA

Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Tendo em vista as profundas e aceleradas mudanças no mundo atual, o sucesso dos gestores militares exigirá deles caráter, lealdade, valores éticos e moral, autodisciplina, vontade, inteligência, iniciativa, capacidade de julgamento e decisão sobre o que deve ser feito. Só através de um desenvolvimento profissional contínuo, os líderes militares do futuro garantirão uma crescente confiança em si mesmo, intrepidez, franqueza, competência, capacidade de previsão e dedicação, assim se tornando líderes inspiradores que, sabendo merecer o respeito e confiança dos seus subordinados, estimularão a obediência e o respeito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Diferenciação entre Chefia, Liderança e Comando;

Estilos de liderança;

Atributos do líder;

Princípios de liderança militar ou atributos do líder militar;

Habilidades importantes para o exercício da liderança militar;

Liderança motivacional

Estratégia de liderança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHIAVENATO, Edberto , Introdução à Teoria Geral da Administração. 4ª Edição, SP, MAKRON BOOKS.1993.

FARIA, Albino Nogueira de, Chefia e Liderança . RJ, LTC, 1982.ANTUNES, Celso. Manual de Técnicas de DG de Sensibilização de Ludo pedagogia. RJ,12ª edição, Vozes, 1997.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos na organização. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 415-427.

COSTA, Eliana Porangaba. Técnicas de Dinâmica facilitando o trabalho com grupos. RJ, Ed Wak,2002.

GONÇALVES, Ana Maria e PERPÉTUO, Susan Chiocle. Dinâmica de grupo na formação de Lideranças. RJ, 8ª edição, DP&A, 2002.

PRINCÍPIOS DE CHEFIA, Manual de campanha básico do Ministério do Exército. RJ, 1ª edição, 1953.

CARNEIRO, Jorge. **Sugestões para uma liderança eficaz**. Aula de Liderança Estratégica na

Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro: 09 jul. 2009.

GARDNER, John William. **Liderança: Sucesso e Influência a Caminho da Modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1990.

LEAL, José Alberto. **Liderança Estratégica Militar**. Revista PADECEME n. 4, p. 48-51. Rio de Janeiro, Quadrim. 2003.

PEREIRA, Sérgio José. **O exercício da liderança no nível estratégico**. Comando de Operações Terrestres. Brasília, 8 jan. 2009. Disponível em: <http://www.coter.eb.mil.br>. Acesso em: 17 mar.2009.

D. MICHAEL ABRASHOFF, ESTE BARCO TAMBÉM É SEU, práticas inovadoras de gestão, 2014.

GESTÃO COM PESSOAS – Caderno de Trabalho – Prof. Eustáquio Penido de Andrade, 2012.

ESCOLA DE GUERRA NAVAL - Coronel Fernando Gomes Ferreira - Perspectivas e Desafios para as Forças Armadas Brasileiras no Exercício da Liderança Militar no Nível Estratégico - Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas. Rio de Janeiro – 2009.

Conteudista: TC BM/940197-0 Francisco de Assis **Cantarelli** Alves

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: A tarefa da administração é interpretar os objetivos propostos pela organização e transformá-los em ação organizacional por meio de planejamento, organização, direção e controle de todos os esforços realizados em todas as áreas e em todos os níveis da organização, com seus colaboradores. Daí a importância do Sargento ter essas noções básicas conhecer as principais dimensões da Gestão de Logística, Gestão de Finança e Gestão de Pessoas, áreas tão importante dentro de uma instituição. Os futuros bombeiros militares devem estar preparados para dirigir na condição de elo entre gestores nos mais diversos tipos de serviços, onde desta forma, poderão colaborar, tendo em vista que serão elementos de direcionamento, gestão e de governança.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Gestão de Pessoas nas Organizações

1.1 Conceitos básicos da Gestão de Pessoas

1.2 Aspectos essenciais da chefia/liderança..

1.3 Aspectos Essenciais da Liderança.

1.4 Feedback : Dimensões Ética e Psicológica

1.5 Princípio de tipos de Liderança

1.6 Atributos de um líder

2. Gestão de Logística

2.1 Introdução ao estudo da Gestão de Logística;

2.2 Logística Contratual. Especificação, requisição, licitação, contratação, recebimento e pagamento

2.3 A Gestão de Logística Patrimonial.

3. Gestão de Finanças

3.1 Conceito de Administração Financeira, Orçamento Público e Regime Contábil

3.2 Noções de Planejamento Orçamentário e Financeiro.

3.3 Conhecimentos Básicos de Licitação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J. Logística Empresarial – o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.

CAVALCANTI, Vera Lucia et al. Liderança e motivação. Ed. FGV. Rio de Janeiro, 2005

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas. Ed. Elsevier - Campus. São Paulo, 2008, 3° Edição

DUTRA, Joel Souza. Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. Ed. Atlas. São Paulo, 2004

GONÇALVES, Paulo Sérgio; SCHWEMBER. Administração de Estoques. Rio de Janeiro: Interciência, s/d.

LEURY, Maria Tereza Leme (Coord.). As pessoas na organização. Ed. Gente. São Paulo, 2002

LEI nº 8.666 – Licitações e Contratos;

LEI nº 7.741 – Código de Administração Financeira do Estado de Pernambuco;

LEI nº 4.320 - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Manual da Despesa –Editado pela Secretaria da Fazenda-PE;

Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

RIBEIRO FILHO, J. F. Uma análise contábil da Lei de Responsabilidade Fiscal sob a ótica da Teoria de gestão Econômica. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, DF: ano 30, n. 132, p.57-71, nov/dez.2001;

ROSA, Clóvis. Gestão de Almoxarifados. São Paulo: Edicta, 2003.

Conteudista: CAP BM 707424-7 Melquezedeque de Souza **Calado**

INSTRUÇÃO GERAL

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: O profissional de Segurança Pública e o cotidiano da vida militar, suas particularidades, padronizações e cultura organizacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Regulamento de Continência. Finalidade e Sinais de Respeito e Continência.

1.1 Honras Militares: Bandeira Nacional; Compromissos dos militares; Passagem de Comando; Condecorações.

2. Regulamento Interno e dos Serviços Gerais.

2.1 Atribuições inerentes aos cargos.

2.2 Trabalho diário. Substituições.

2.3 Situações extraordinárias da tropa. Serviço Interno e formatura.

3. Regulamento de Uniforme do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EXÉRCITO BRASILEIRO. C-22 – Manual de Campanha: Inspeções, Revistas e Desfiles. Brasília-DF, 1986.

BRASÍLIA-DF. Decreto 2.243. Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. 1997.

Conteudista: TC BM 920117-3/ **Robson** Araújo **Costa**

ORDEM UNIDA II (COMANDAMENTO)

Carga Horária: 20 horas

EMENTA:A Ordem Unida se caracteriza por uma disposição individual e consciente altamente motivada, para a obtenção de determinados padrões coletivos de uniformidade, sincronização e garbo militar. Deve ser considerada, por todos os participantes - comandantes e executantes - como um significativo esforço para demonstrar a própria disciplina militar. Além da correta execução dos exercícios de Ordem Unida para Soldados, Cabos e Sargentos, tendo em vista os objetivos deste ramo da Instrução Militar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Comandamento;

2. Guardas fúnebres;

3. Guardas de honra;

4. Guarda bandeira e estandarte;

5. Instrução individual com arma (metralhadora).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Exército Brasileiro. Manual de Campanha – Ordem Unida (C22-5). Portaria nº079-EME, de 13JUL2000.

Conteudista: CAP BM 707459-0 Luis Otávio **Constantino** de Melo

ESTRATÉGIA DE COMBATE A INCÊNDIO

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Capacitação do bombeiro militar no comandamento de operações que envolvam combate a incêndio proporcionando-lhe conhecimento das técnicas e procedimentos padrões usados na atividade bombeiro militar, garantindo-lhe melhor controle e gerenciamento dos sinistros do fogo com discernimento e capacidade de preservação do cenário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Procedimentos gerais de combate a incêndio;
2. Estratégia para o combate a incêndios em edificações horizontalizadas;
3. Estratégia para o combate a incêndios em edificações verticalizadas;
4. Estratégia para o combate a incêndios em tancagens;
5. Estratégia para o combate a incêndios em veículos tanque;
6. Estratégia para o combate a incêndios em espaços confinados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASÍLIA. Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Manual Básico de Combate a Incêndio: Técnicas de combate a incêndio, Brasília: CBMDF,2012.

Conteudista: TC BM 930049-0/Cristiano **Viega** Ramos

LEGISLAÇÃO BM

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Abordagem da legislação federal aplicada ao Corpo de Bombeiros e seus integrantes**,** dos direitos e deveres individuais e coletivos, dos direitos sociais, constituição estadual no que concerne aos Militares Estaduais, o sistema de segurança pública a luz da constituição estadual e federal. Reforma do Estado e os principais documentos regulatórios do CBMPE, no contexto dos Direitos Humanos do Bombeiro Militar. Código Disciplinar dos Militares do Estado de Pernambuco. Legislação interna do CBMPE.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Legislação Federativa relativa à Corporação.

1.1. Dispositivos da CF referentes aos Corpos de Bombeiros Militares;

1.2 Legislação Federal Ordinária, referente ao CBMPE.

2. Legislação Estadual Pertinente ao CBMPE.

2.1 Dispositivos da Constituição Estadual relativos ao CBMPE;

2.2 Lei de Organização Básica do CBMPE;

2.3 Estatuto dos Militares do Estado de Pernambuco: Generalidades; Do ingresso; Da hierarquia e da disciplina; Do valor e da Ética BM; Do Conselho de Justificação; Do Conselho de Disciplina; Dos Direitos e prerrogativas dos Bombeiros Militares;

2.4 Lei de remuneração e suas alterações: a. Disposições preliminares; b. Remuneração do militar estadual na ativa e na inatividade; c. Das disposições finais e transitórias;

3. Diretrizes e Normas

3.1 Diretrizes e Normas regulamentares das atividades internas da Corporação;

3.2 Portarias e SUNOR recentes e em vigor;

4. Outras Legislações específicas referente à Corporação.

4.1 Lei de Promoção de Praças;

4.2 Movimentações de Oficiais e Praças.

5. Demais legislações aplicáveis ao Corpo de Bombeiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 440 p. (Coleção saraiva de legislação)

PERNAMBUCO. Constituição Estadual (1989).

Lei nº 6.783, De 16 De Outubro De 1974. Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Pernambuco

Lei nº 11.817, de 24 de julho de 2000. Código Disciplinar dos Militares do Estado de Pernambuco

Legislações internas do CBMPE.

Conteudista: TC BM 930051-1 **Jonas** Eufrasino da Silva

ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR II

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: A Disciplina proporcionará conhecimentos e habilidades técnicas, norteadas no suporte básico de vida, considerando-se as peculiaridades das operações bombeiro militares. O aprendizado teórico-prático proposto na disciplina abrangerá tanto ao atendimento das equipes, quanto à população, tendo em vista que a missão constitucional do CBMPE permitindo constantemente um contato direto com vítimas em potencial

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. **TÉCNICAS DE ROLAMENTO E ESTABILIZAÇÃO**
    1. Rolamentos;
    1. Uso do colar e prancha;
    1. Curativos;
    1. Imobilização de extremidades.
2. **AVALIAÇÃO SECUNDÁRIA**
    2. Conceito;
    2. Histórica da vítima (AMPLA);
    2. Aplicação da Avaliação céfalo-caudal;
    2. Avaliação dos sinais vitais;
    2. Escala de Coma de Glasgow.
3. **VIAS AÉREAS E RESPIRAÇÃO / OXIGENOTERAPIA**
    3. Abertura de vias aéreas;
    3. Permeabilidade e garantia das vias aéreas;
    3. Tipos de Obstrução;
    3. Técnicas de desobstrução;
    3. Apresentação do material e especificações;

3. Realização de prática de oxigenoterapia.

4. **PARADA CARDIORESPIRATÓRIA**
    4. Conceito e Identificação dos tipos de PCR;
    4. Apresentação do protocolo atualizado de RCP;
    4. Uso do Desfibrilador Automático Externo (DEA);
    4. Técnicas manuais de reanimação.
5. **EMERGÊNCIA CLÍNICA**
    5. Neurológicas (AVC, Epilepsia, Síncope ou desmaio);
    5. Cardiológicas (IAM, Hipertensão e Angina);
    5. Distúrbio metabólico: Diabetes;
    5. Intoxicação exógena (Álcool, Entorpecentes e outras substâncias).
6. **QUEIMADURAS**
    6. Conceito;
    6. Tipos e classificação;
    6. Tratamento no APH.
7. **TRAUMA NA CRIANÇA**
    7. Diferenças anatômicas e fisiológicas da criança;
    7. Cuidados especiais em crianças vitimas de traumas.
8. **SCI E MÉTODO START**
    8. Transporte de vítimas;
    8. Ocorrências com múltiplas vítimas;
    8. Sobrevivência na Mata em situações de busca;
    8. Técnicas de retirada de vítimas em meio líquido.
    8. SCI: estrutura, funcionamento e doutrina;
    8. Método START: natureza e triagem.
9. **OPERAÇÕES AEROMÉDICAS**
    9. Aeronaves da SDS: características básicas e peculiaridades;
    9. Procedimentos para Operações Aeromédicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN HEART ASSOCIATION, Guidelines CPR ECC, Destaque das Diretrizes da American Heart Association 2010 para RCP e ACE.2010.

MANUAL DE ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR – SIATE/CBPR

MANUAL TÉCNICO DE BOMBEIRO 12 – RESGATE E EMERGÊNCIAS MÉDICAS, Cap PM Walmir Correa Leite. Et AL. São Paulo:Polícia Militar de São Paulo – Corpo de Bombeiros, 1edição, 2006.

MANUAL DE ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO, 1 ed. Companhia Editora de Pernambuco - CEPE 2014.

PHTLS – Atendimento Pré Hospitalar ao Traumatizado Básico e Avançado- 6.ed. Elsevier Editora. 2007.

PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO, Recife 2004.

Conteudista: TC BM 930066-0 Edson **Marconni** Almeida da Silva

SALVAMENTO AQUÁTICO II

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Proporcionar ao aluno conhecimentos do sistema multidisciplinar do salvamento aquático, bem como, estimular a consciência da relevância da doutrina preventiva.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Salvamento aquático com rescue tub, rescue can, boia circular
2. Salvamento aquático com equipamento
3. Salvamento aquático com pranchão
4. Salvamento aquático com Bote Inflável de salvamento
5. Salvamento aquático com Moto Aquática de Salvamento
6. Salvamento aquático com Lancha
7. Salvamento aquático com aeronave
8. Orientações de Sobrevivência no Mar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

______. Afogamento na infância: Epidemiologia, Tratamento e Prevenção. Disponível em: Acesso em: 18 abr. 2011.

______. Afogamento: ACLS. Disponível em: Acesso em: 19 abr. 2011.

______. Afogamento: BLS. Disponível em: Acesso em: 18 abr. 2011.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SALVAMENTO AQUÁTICO. Kim em Aventura na Praia. Disponível em: Acesso em: 4 maio 2011.

SZPILMAN, David. Afogamento: prevenção. Disponível em: Acesso em: 14 abr. 2011.

Conteudista: TC BM 920430-0 André de Souza **Ferraz**

SALVAMENTO EM ALTURA II

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Capacitar o Bombeiro Militar na realização de técnicas avançadas inerentes ao Salvamento em Alturas realizado pelo Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. **Atividades no plano horizontal**

1.1 transposições de bombeiros (técnicas);

1.2 Tiroleza horizontal

2. **Atividades no plano vertical**

2.1 Ascensão de bombeiro;

2.2 Descida com vítimas (técnicas);

2.3 Uso de macas

3. Atividades no plano inclinado

3.1 transposições de vítimas (técnicas);

1.2 Circuitos mistos de salvamento para retirada de vítimas.

4. Uso de sistema de polias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Francisco Bento de. Apostilas Didáticas. CBMDF/Centro de Treinamento Operacional.

REDONDO, Jon. Prevención y seguridad em trabajos verticales. 3Ed. Desnivel Ediciones.Madrid.2009.

Manual de Bombeiros do Corpo de Bombeiros Militar De São Paulo.

Conteudista: CEL BM 920439-3 **Luiz Cláudio** Santana Pimentel

SALVAMENTO TERRESTRE II

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Capacitar o Bombeiro Militar para realizar as atividades inerentes ao Salvamento Terrestre realizados pelo Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Contenção e resgate de animais silvestres e domésticos

1.1 Legislação ambiental específica;

1.2 Técnicas de contenção e transporte

1.3 Procedimentos Operacional Padrão

1.4 Técnicas de resgate

2. Espaço confinado

2.1 Conceito e características do ambiente confinado

2.2 Riscos inerentes a este tipo de ambiente

2.3 Procedimentos Operacional Padrão

3. Busca e resgate em incêndio

3.1 Conceito e características de ambientes incendiados

3.2 Riscos inerentes a este tipo de ambiente

3.3 Procedimentos Operacional Padrão

4. Resgate veicular

4.1 Conceitos básicos

4.2 Procedimentos Operacional Padrão

4.3 Riscos

4.4 Ferramentas, equipamentos e acessórios

4.5 Características veicular

4.6 Técnicas de resgate veicular

5. Busca e resgate em estrutura colapsada

5.1 Conceitos básicos

5.2 Riscos

5.3 Procedimentos Operacional Padrão

5.4 Ferramentas, equipamentos e acessórios

5.5 Características do ambiente

5.6 Tipos de buscas e resgate de vítimas

6. Busca e resgate em área verde

6.1 Conceitos básicos

6.2 Riscos

6.3 Procedimentos Operacional Padrão

6.4 Ferramentas, equipamentos e acessórios

6.5 Uso de mapas, bússolas e GPS.

7. Resgate em valas

7.1 Conceitos básicos

7.2 Riscos

7.3 Procedimentos Operacional Padrão

7.4 Ferramentas, equipamentos e acessórios

7.5 Técnicas de escoramento e resgate de vítimas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Manual Técnico de Bombeiros do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de São Paulo;

Manual do Curso de Busca e Resgate em Estruturas Colapsada Nível Leve do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;

Manual do Curso de Busca e Resgate em Deslizamentos do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco.

Manual do Curso de Valas do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco.

Manual de uso de GPS para atividades de resgate.

Conteudista: CEL BM 1971-2 Almir da **Rocha** Silva

VISTORIA TÉCNICA

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Habilitar o futuro Bombeiro Militar, através de conhecimentos básicos de tecnologias em prevenção contra incêndio adquiridos na disciplina de Prevenção a Incêndio, a conhecer as fazes dos processos relativos aos serviços técnicos da Corporação, identificar os sistemas preventivos previstos para as edificações e suas condições de exigência, conforme previsto nas legislações, notas técnicas e normas vigentes no Estado, conhecer os tipos de vistorias, preencher os relatórios e identificar sistemas e equipamentos nos projetos de segurança.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1 Introdução à Vistoria Técnica

1. Conceitos básicos de segurança contra incêndio e pânico;

1.1.1 Histórico;

1.2 Condições de exigência:

1.2.1 Dos Sistemas de Hidrantes e de Carretel com mangotinho;

1.2.2 Do Sistema de Chuveiros Automáticos;

1.2.3 Do Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio;

1. Dos Sistemas e Dispositivos para Evacuação de Edificações;
2. Do Sistema de Iluminação de Emergência;

1.2.6 Do Sistema de Sinalização de Saída de Emergência;

1.3 Da Classificação dos processos de vistoria;

1.3.1 Prévia;

1.3.1.1 Da definição;

1.3.2 Regularização

1.3.2.1 Processo Simplificado;

1.3.2.2 De Sistemas Portáteis;

1.3.2.3 De Sistemas Fixos;

1.3.3 Fiscalização;

Da origem da fiscalização;

1. Do Processo de Regularização;
    1. Acesso ao Sistema de Atendimento ao Cidadão
        1. Documentação necessária para abertura do processo de Regularização;
        2. Dos privilégios dos operadores do SAC BM;

1.4.1.3 Do Passo a Passo da tramitação do processo de vistoria de Regularização;

1. Situações que serão exigidos projetos e/ou vistorias;
2. Formulários a serem preenchidos
3. Vistoria de Regularização;

1.4.4.1 Do Procedimento;

1. Da Vistoria de Fiscalização;
    1. Da definição;
    2. Do Procedimento.
        1. Preenchimento de um Relatório de Vistoria Técnica - RVT;
1. Da Vistoria Educativa;
    1. Da definição;

2. Procedimento.

1.7 Identificar a simbologia gráfica em projetos de segurança contra incêndio e pânico para realização de vistoria;

1.8. PRÁTICA DE VISTORIAS;

1.8.1 Realizar vistorias In loco, colocando em prática os conhecimentos teóricos adquiridos, observando as dificuldades e prováveis erros das estruturas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGR-ÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. CB-24. Comitê Brasileiro de Segurança Contra Incêndio. Disponível em: http://www.abntcolecao.com.br

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 15514: Área de armazenamento de recipientes transportáveis de gás liquefeito de petróleo (GLP), destinados ou não à comercialização - Critérios de segurança. Rio de Janeiro, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 13523: Central de Gás Liquefeito de Petróleo(GLP), 3ª edição, válida a partir de 11.09.2008.

PERNAMBUCO. **Decreto-Lei nº 19.644**. Regulamenta o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico (COSCIP-PE), de 13 de março de 1997.

PERNAMBUCO. **Lei nº 11.186,** Estabelece e define critérios acerca de sistemas de segurança contra incêndio e pânico para edificações , e dá outras providências, de 22 de dezembro de 1994.

PERNAMBUCO. **Lei nº 15232**. Dispõe sobre normas de prevenção e proteção contra incêndio, e dá outras providências, de 27 de fevereiro de 2014.

SEITO, Alexandre Itiu; GILL, Afonso Antônio; PANNONI, Fabio Domingos (orgs) ET al. A segurança contra incêndio. São Paulo: Projeto, 2008. 496p. Disponível em: http://www.ccb.polmil.sp.gov.br/.

Conteudista: CAP BM 704002-4 André Luiz **Coelho** Hahnemann

PLANEJAMENTO E OPERAÇÕES DE DEFESA CIVIL

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Capacitação específica do bombeiro militar para, quando Hipotecado e/ou Designado pelo Governo do Estado, desempenhar Atividades de Defesa Civil, com Melhor Qualidade dos Serviços Públicos à Sociedade, principalmente às Afetadas por Desastres, exercendo e desempenhando funções na SEDEC/CODECIPE, com melhor visibilidade, presteza e firmeza nos procedimentos adotados pelos Órgãos integrados ao SIMPDEC.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. **Implantação e operacionalização de uma Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil**
    1. Importância do órgão municipal de proteção e defesa civil;
    1. Requisitos para a formalização do órgão municipal de proteção e defesa civil;
    1. Passos para a estruturação do órgão municipal de proteção e defesa civil;
    1. Órgãos que constituem o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil em nível municipal;
    1. Principais atribuições do órgão municipal de proteção e defesa civil;
    1. Atuação Integrada (articulação intersetorial);
    1. Procedimentos para decretação de situação de anormalidade;
    1. Registro de ocorrências e fluxo de dados (como registrar ocorrências; solicitar recursos);
    1. NOPRED e FIDE.
2. **Conceituação em gestão de risco e desastre**
    2. Ameaça;
    2. Ameaças naturais;
    2. Ameaças antropogênicas;
    2. Vulnerabilidade;
    2. Risco;
    2. Percepção de risco
    2. Resiliência;
    2. Desastre;
    2. Redução do risco de desastre;
    2. Gestão de risco de desastre;
    2. Gestão integrada;
    2. Capacidade ;
    2. Medidas estruturais;
    2. Medidas não-estruturais;
    2. Dano;
    2. Prejuízo;
    2. Mudanças climáticas;
    2. Sistema de alerta e alarme;

2. Alerta;
    2. Marco de Ação de Hyogo;
    2. Plano de Contingência.
3. **Noções básicas de prevenção, preparação e resposta às vítimas de estruturas colapsadas e deslizamentos de barreiras, empregando pessoas, tecnologias diversas e cães farejadores**
    3. Importância da prevenção em áreas de riscos;
    3. Requisitos para a preparação às respostas às vítimas de estruturas colapsadas e deslizamentos de barreiras;
    3. Conhecimento do cenário de estrutura colapsada;
    3. Conhecimentos dos cenários de deslizamento de barreiras (escorregamento de encostas)
    3. Avaliação dos riscos em situações de estruturas colapsadas;
    3. Avaliação dos riscos em situações de deslizamento de barreiras (escorregamento de encostas);

3.7 Compreender a importância do procedimento operacional padrão em ocorrências de busca e resgate em estruturas colapsadas e deslizamentos de barreiras;

3. Conhecimento das equipes de resposta aos sinistros de estruturas colapsadas e deslizamentos de barreiras;
3. Recursos necessários às equipes de resposta aos sinistros de estruturas colapsadas e deslizamentos de barreiras;
3. Importância do emprego de cães farejadores em ocorrências de busca e resgate em estruturas colapsadas e deslizamentos de barreiras;
3. Resposta do CBMPE frente a situações de estruturas colapsadas e deslizamentos de barreiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo à outra modernidade. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação **Lei n. 12.608**, de 10, de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Glossário de Defesa Civil, estudos de riscos e medicina de desastres**. 3. ed. Brasília: MI, 2009

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Curso de formação em defesa civil**: construindo comunidades mais seguras. 2. ed. Brasília: MI, 2005. (Curso à distância-Guia do estudante)

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Apostila sobre implantação e operacionalização de COMDEC**. 5. ed. Brasília: MI, 2009

CASTRO, Antonio Luiz Coimbra de. **Glossário de Defesa Civil estudos de riscos e medicina de desastres**. 5. ed. Brasília – DF: Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), [19--]

CASTRO, Antonio Luiz Coimbra de. **Manual de planejamento em defesa civil**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Defesa Civil, 1999

CEPED. UFSC. **Capacitação básica em defesa civil**: livro texto para educação à distância. Florianópolis: CEPED UFSC, 2011

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, **DECRETO Nº 7.257,** de 04/08/10 **-** Regulamenta a Medida Provisória nº 494 de 02JUL10, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas p/ desastre e dá outras providências

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010

FERREIRA, Keila. Boas Práticas Municipais em Defesa Civil do Recife – **Ações de Preparação e Contingência.** In: VIII Fórum Nacional de Defesa Civil, Maceió, 2011. ..., Maceió, 2011

GOVERNO DO ESTADO, **DECRETO Nº 38.253**, de 04 de Junho de 2012, Institui o Manual Técnico de Defesa Civil para Resposta a Desastres no âmbito do Estado de Pernambuco, Recife, 4 DE JUNHO DE 2012

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 1, de 24 de agosto de 2012

MENDONÇA, F.; LEITÃO, S. **Riscos e vulnerabilidade socioambiental urbana: uma perspectiva a partir dos recursos hídricos.** , Bahia, v. 4, n. 1 e 2, p. 145-163, 2008

MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997

Portaria nº 607, de 18/058/11 **-** Regulamenta o uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil – CPDC

SEDEC/MI. **Portaria nº 117**, de 7 de março de 2012. Anexo VIII – DOU de 09/03/2012 – Seção I. p. 30, 2012.

Portaria nº 607, de 18/058/11 **-** Regulamenta o uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil – CPDC

SEDEC/MI. **Portaria nº 117**, de 7 de março de 2012. Anexo VIII – DOU de 09/03/2012 – Seção I. p. 30, 2012.

Conteudista: Maj BM **Cristiano** Correia

SDS - Gerência de Integração e Capacitação

EDITAL Nº 13/2019 - ACIDES/SDS

Disciplina o processo de seleção **do cadastro de reserva do corpo docente temporário** para o **Curso de Operações de Inteligência Policial Militar - COIPM**, sob a responsabilidade do Campus de Ensino Metropolitano I, da Academia Integrada de Defesa Social.

Faço saber aos interessados e inscritos no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, que nos termos do Decreto nº 43.993, de 29/12/2016 e da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e nos dispositivos constantes no presente Edital, encontram-se abertas inscrições para o Processo de Seleção do Cadastro de Reserva do Corpo Docente Temporário para o **Curso de Operações de Inteligência Policial Militar - COIPM,** sob a responsabilidade do Campus de Ensino Metropolitano I da Academia Integrada de Defesa Social.

1. DAS VAGAS PARA CADASTRO DE RESERVA DO CORPO DOCENTE TEMPORÁRIO

1.1 Das vagas para Coordenador de Turma.

Atividade	**C/H**	**Requisitos Básicos**	**Vagas**
Coordenação	233h/a	Ser Policial Militar, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM; Possuir, preferencialmente o curso de Coordenação Pedagógica realizado pela ACIDES. Fica condicionada a efetivação na Coordenação, se for de posto ou graduação superior ou igual ao discente mais antigo.	02

1.2 Das vagas de Instrutor Titular:

Disciplinas	**C/H**	**Requisitos Básicos**	**Vagas**
1. Observação, Memorização e Descrição (OMD)	08 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM	02
2. Estória - Cobertura (EC)	10 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM.	02
3. Produção e Edição de Imagens Operacionais	10 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM.	02
4. Recrutamento Operacional	05 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM.	02
5. Exploração de Local	10 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM.	02
6. Reconhecimento Operacional (RECON)	10 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM.	02
7. Técnicas de Vigilância Operacional	20 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM.	02
8. Conceitos e Fundamentos da Contrainteligência	05 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM.	02
9. Conceitos e Fundamentos das Operações de Inteligência	05 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM.	02
10. Entrevista	05 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM.	02
11. Operacionalização dos Meios Eletrônicos	20 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, com experiência na produção de conhecimento, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM.	02

12. Produção do Conhecimento	16 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM.	02
13. Imobilização e Condução	04 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM.	02
14. Defesa de agarrões, socos e chutes	04 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM.	02
15. Tomada de arma de fogo e instrumento perfuro contundente	04 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM.	02
16. Fundamentos de Tiro	03 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM, com Curso de Instrutor de Armamento, Munição e Tiro Policial.	02
17. Regras de Segurança	02 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM com Curso de Instrutor de Armamento, Munição e Tiro Policial.	02
18. Posições de Tiro	04 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM com Curso de Instrutor de Armamento, Munição e Tiro Policial.	02
19. Armamento e Munição	09 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM com Curso de Instrutor de Armamento, Munição e Tiro Policial.	02
20. Tiro Policial	18 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM com Curso de Instrutor de Armamento, Munição e Tiro Policial.	02
21. Tiro Tático	18 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM com Curso de Instrutor de Armamento, Munição e Tiro Policial.	02
22. Tiro Embarcado	09 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM com Curso de Instrutor de Armamento, Munição e Tiro Policial.	02
23. Tiro Prático	09 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM com Curso de Instrutor de Armamento, Munição e Tiro Policial.	02
24. Prática de Simulação	25 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM.	02

1.3 Das vagas de Instrutor Secundário:

Atividade	**C/H**	**Requisitos Básicos**	**Vagas**
1. Exploração de Local	10 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM.	06
2.Reconhecimento Operacional (RECON)	10 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM.	06
3. Técnicas de Vigilância Operacional	20 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM.	06
4. Armamento e Munição	09 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM com Curso de Instrutor de Armamento, Munição e Tiro Policial.	06
5. Tiro Policial	18 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM com Curso de Instrutor de Armamento, Munição e Tiro Policial.	06
6. Tiro Tático	18 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM com Curso de Instrutor de Armamento, Munição e Tiro Policial.	06
7. Tiro Embarcado	09 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM com Curso de Instrutor de Armamento, Munição e Tiro Policial.	06
8. Tiro Prático	09 h/a	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM com Curso de Instrutor de Armamento, Munição e Tiro Policial.	06
9. Prática de Simulação	25	Possuir curso na área de Inteligência, preferencialmente agente de inteligência pertencente ao SIPOM com	06

	h/a	Curso de Instrutor de Armamento, Munição e Tiro Policial.	

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DO PROCESSO DE SELEÇÃO

2.1. **Condições Gerais**

2.1.1. Estar inscrito no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, nos termos do Capítulo I (Do Cadastro) da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e conforme **Portaria SDS Nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento), estar recadastrado até a publicação deste Edital** no portal da ACIDES, www.acides.pe.gov.br, e/ou Diário Oficial do Estado;

2.1.2. Após a publicação do presente Edital, conforme item anterior, a pontuação dos profissionais já cadastrados na Acides, que se inscreverem para este processo seletivo, permanecerá inalterada para fins deste certame, não cabendo, portanto, atualizações neste momento;

2.1.3. Comprovar experiência profissional específica relativa à atividade pedagógica objeto de seleção (Coordenação ou Instrutoria), através da análise da documentação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social até a data de inscrição;

2.1.4. Para exercer as atividades de instrutor, os especialistas deverão comprovar:

I - a capacidade técnica; ou

II - o conhecimento específico na área da capacitação; ou

III - o conhecimento prático na matéria a ser ministrada; ou

IV - a experiência em instrutoria de, no mínimo, 120 (cento e vinte) horas-aula ministradas na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins.

2.1.5. A comprovação de conhecimento específico dar-se-á mediante:

I - diploma, certificado ou declaração, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, em qualquer área de conhecimento; e

II - certificado ou declaração, emitidos pelas Escolas de Formação e Aperfeiçoamento do Poder Executivo Estadual ou por instituições de formação, públicas ou privadas, na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins, com mínimo de 60 (sessenta) horas-aulas.

2.1.6. Ter concluído pelo menos um dos cursos, a saber: licenciatura em qualquer área do conhecimento; formação de multiplicadores ministrada pelo Instituto de Recursos Humanos (IRH); Pós-graduação na área de ensino; formação de formadores pela Rede EAD/SENASP;

2.1.7. Não se encontrar na inatividade, nem em processo de reforma, durante a realização de todo curso, até o lançamento das horas aulas aos vencimentos.

3. DAS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO

3.1. As inscrições serão realizadas exclusivamente pelo site da ACIDES, através do **Formulário 001/2019 – ACIDES/SDS**, disponível no site da ACIDES, www.acides.pe.gov.br **até o dia 01/12/2019**.

3.2. **Será excluído do processo seletivo o candidato que:**

3.2.1. Não estiver recadastrado, conforme a **Portaria SDS nº 4413 de 02 de setembro de 2015, até a data de publicação deste Edital.**

3.2.2 Não estiver com o seu currículo na Plataforma Lattes devidamente atualizado, nos últimos 12 meses, contendo o(s) curso(s) que o habilite(m) a ministrar a disciplina pretendida;

3.2.3. Não inserir o endereço do currículo Lattes, no ato da inscrição através do Formulário online disponibilizado pelo do portal da Acides;

3.2.4. Inscrever-se para o processo seletivo após o prazo constante no item 3.1;

3.2.5. Não comparecer ao Encontro Pedagógico.

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. Os trabalhos e instrumentos relativos ao processo de seleção do corpo Docente temporário do referido curso serão realizados pela **Comissão de Seleção**, composta pelos membros do quadro abaixo, tendo o primeiro como presidente.

POSTO	**MAT.**	**NOME**	**LOTAÇÃO**
CEL PM	2060-5	EVALDO **ROQUE** DOS SANTOS SOBRINHO	2ª EMG
MAJ PM	950657-8	**BENONI** CAVALCANTI PEREIRA	GICAP
MAJ PM	101088-3	VALDECLEYTON CAVALCANTE **MENDES**	CFAP/ CEMET I
MAJ PM	950664-0	MARCOS **HENRIQUE** DE ARAÚJO	2ª EMG

4.2. Serão utilizados os seguintes instrumentos no processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso, com atribuição exclusiva da 2ª EMG:

4.2.1. Comprovação de conclusão dos cursos do item 2.1.5.

4.2.2. Análise dos requisitos básicos constante deste Edital, da titularidade e da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.3. Os candidatos formarão uma lista de classificação, de acordo com a pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.4. Os dados do candidato inscrito, referentes aos instrumentos do processo de seleção, serão contabilizados numa **Planilha de Monitoramento do Processo de Seleção do Corpo Docente Temporário do Curso.** Será através da análise da referida planilha que os critérios serão verificados em cada caso, registrando-se o(s) motivo(s) que, eventualmente, inabilite(m) o(s) candidato(s).

4.5. **Todos os instrutores concorrerão, inicialmente, com a sua primeira opção, feita no ato da inscrição. No caso das vagas não serem preenchidas desta forma, passarão a concorrer com a segunda opção**, **em assim por diante.**

4.6. Caso, após o encerramento de todo o processo, ainda permaneçam vagas ociosas, estas poderão ser preenchidas através de rechamada no portal eletrônico da ACIDES ou de indicação por parte da Comissão de Seleção nomeada no item 4.1.

4.7. Os candidatos aptos e disponíveis ao preenchimento das vagas, mas não selecionados, poderão ser, posteriormente, convocados, obedecendo-se à ordem de classificação obtida através da pontuação do Cadastro Estadual de Especialistas, para serem submetidos aos referidos instrumentos do processo de seleção, caso um ou mais candidatos com maior pontuação não tenham preenchido as vagas disponíveis.

4.8. Relativamente à análise do cadastro de especialistas do candidato a instrutor serão considerados os seguintes **critérios de desempate**, nesta ordem: 1) maior tempo de docência na disciplina objeto da seleção; 2) maior número de cursos de formação e/ou especialização relacionados à área pretendida, 3) maior tempo de conhecimento prático na disciplina objeto da seleção 4) maior grau acadêmico na área.

4.9. Registrar, se houver, na ATA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO as contra-indicações, observando e justificando os motivos que contraindique o candidato à prática docente ao presente processo seletivo, com critérios objetivos, devidamente justificados em processo escrito, remetido para o Gerente Geral da GGAIIC.

4.10. **Dentre os Candidatos para a função de coordenador da turma** será preenchida exclusivamente pelos servidores lotados **na 2ª Seção do EMG** que possuírem o **Curso de Coordenação Pedagógica pela ACIDES e/ ou Curso Superior de Licenciatura Plena**. A função de coordenador de turma exige **dedicação integral**, atuando em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério da Direção do Campus ficando o coordenador de turma proibido de exercer qualquer outro tipo de atividade pedagógica (instrutoria) durante o período de execução do curso nesse Campus ou em outra Unidade da ACIDES.

*Obs: Fica condicionada a efetivação na Coordenação, se for de posto ou graduação superior ou igual ao discente mais antigo.

4.11. O preenchimento das vagas para a disciplina obedecerá à ordem de classificação obtida através do Processo de Seleção.

4.12. A função de instrutor (titular ou secundário) exige participação em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério do Supervisor de Ensino do Campus, **com caráter eliminatório.**

4.13. Não serão realizadas provas ou outras atividades de seleção diversas das que estão previstas neste Edital.

4.14**.** Os candidatos selecionados deverão apresentar os **planos de disciplina** da sua matéria, devidamente identificados, à Supervisão de Unidade de Ensino do Campus, no dia agendado para a reunião pedagógica, dentro do modelo estabelecido pela ACIDES, sob pena de eliminação e convocação do suplente.

4.15. Apresentar disponibilidade expressa para cumprir o cronograma de Atividade Escolar **estabelecido pelo Supervisor da Unidade de Ensino do Campus de Ensino.**

5. DO RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO

5.1. Concluídos os trabalhos, a Comissão de Seleção enviará à GICAP (através do e-mail **uafgicap@gmail.com** e também impresso, devidamente assinado pelo presidente da Comissão de Seleção) a Minuta de Portaria de Designação dos Docentes e a Planilha de Monitoramento do Processo de Seleção do Corpo Docente Temporário do Curso, que passarão por avaliação técnica, e conferência para que não ultrapassem a carga horária anual estabelecida pelo Decreto nº 32.540, de 24 de outubro de 2008 e pelas modificações realizadas pelo Decreto nº 33.254, de 3 de abril de 2009/2010. Satisfeitos os requisitos exigidos, o Gerente Geral da GGAIIC encaminhará a documentação relativa aos processos adotados, a fim de ser homologada através de Portaria do Secretário de Defesa Social.

5.2. **As horas-aulas ministradas em outras secretarias no âmbito estadual serão computadas e subtraídas do limite anual de 240 h/a, sendo de responsabilidade exclusiva do instrutor designado acompanhar sua quantidade de horas-aula, visto que as aulas excedentes não serão computadas para efeito de pagamento.**

5.3. Os candidatos-servidores estaduais que já tenham formalizado seu pedido de ida para a inatividade, ou que estejam a ponto de fazê-lo, quer seja através de processo de aposentadoria (reserva remunerada ou reforma), quer seja por quaisquer outros motivos, estarão **impedidos** de participar deste certame.

5.4. Os candidatos não selecionados, porém aprovados em todos os instrumentos do Processo de Seleção, e disponíveis ao eventual preenchimento das vagas, formarão uma reserva técnica, em que serão denominados **Suplentes**, sendo convocados para preencher as vagas sem submeterem-se a novo Processo de Seleção, obedecendo-se ordem de classificação para cada disciplina, e durante a validade do presente Edital.

5.5. Serão selecionados, se possível, 03(três) vezes o número de vagas oferecidas no certamente para compor o quadro de reservas.

6. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

6.1. O candidato que desejar interpor recurso contra o Processo de Seleção, que não terá efeito suspensivo, só devolutivo, o fará na forma de requerimento enviado para a Comissão de Seleção do presente edital, no prazo máximo de 48 horas após a divulgação dos resultados no site da ACIDES, a qual responderá aos recursos no prazo de 72 horas da interposição do recurso.

6.2. O provimento do recurso, por parte da Comissão de Seleção, gerará para o candidato direito ao preenchimento da(s) vaga(s), desde que atendidos todos os Instrumentos do Processo de Seleção.

6.3. Os recursos interpostos deverão apresentar, no mínimo, as seguintes informações: NOME COMPLETO DO CANDIDATO, DISCIPLINA, CURSO, Nº DO EDITAL E ARGUMENTAÇÃO LÓGICA E CONSISTENTE, amparada na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009 e nos dispositivos do presente Edital.

6.4. Os recursos que não atenderem as especificações contidas no presente Edital e na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, não serão conhecidos.

6.5**.** Não serão apreciados recursos interpostos em favor de outros candidatos.

7. DOS PROCEDIMENTOS PARA PAGAMENTO

7.1. Ficará a cargo da Gerência de Integração e Capacitação (GICAP/SDS) os encaminhamentos a Secretaria de Administração (SAD) necessários para o pagamento devido ao Corpo Docente Temporário do Curso (Coordenadores de turmas, instrutores titulares e secundários).

7.2. O Relatório com o Saque de Horas-aula deverá ser elaborada sob a coordenação do Supervisor da Unidade de Ensino do Campus, **com base nos registros das cadernetas escolares, portanto, esta não deve conter rasuras**, devendo ser encaminhada à GICAP/SDS. A Planilha para Saque de horas-aula será acompanhada do Cronograma de Aulas Ministradas (QTS) correspondente ao período de lançamento do saque, constante nos anexos do Relatório via SEI.

8. DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS

8.1. O presente Edital, cujo teor estará disponível no Portal da ACIDES, **www.acides.pe.gov.br**, será válido durante o período de execução do Curso, que se realizará ao longo do ano letivo de 2019. O Calendário das atividades inerentes ao presente Processo de Seleção está descrito no **Anexo I** deste Edital (**Cronograma de Atividades do Processo de Seleção**).

8.2. A Direção do Campus de Ensino solicitará ao Gerente Geral da GGAIIC o desligamento de qualquer coordenador ou instrutor selecionado, quando deixarem de comparecer injustificadamente a uma aula, ou não cumprirem os prazos previamente acordados inerentes à sua atividade, bem como por apresentarem, aos alunos, postura profissional inadequada ou motivos que os inabilitem para fazerem parte do Corpo Docente Temporário, sendo substituídos imediatamente pelo candidato subsequente na condição de **suplente**.

8.3. Ocorrendo o procedimento previsto no item 8.2, o docente substituído será considerado **em exigência**, sob controle da GICAP, ficando suspensa sua participação nos próximos processos de seleção da ACIDES por até 1 (um) ano.

8.4. Na situação de que trata o item 8.2, O docente substituído será indicado para realizar uma capacitação, curso na área de didática de ensino, o qual será realizado na ACIDES ou no CEFOSPE e após a conclusão do curso, o docente deverá entregar a mídia da cópia do certificado a GICAP/SDS.

8.5**.** Os casos omissos serão solucionados pelo Gerente Geral da GGAIIC.

Recife, PE, em 29 de novembro de 2019.

CLÁUDIO ANTÔNIO DELGADO DE **BORBA FILHO**

Gerente Geral de Articulação e Integração Instrucional e Comunitária

JOEL ALEXANDRE - MAJ PM

Resp. p/ Gerência de Integração e Capacitação

ANEXO I

Cronograma do Processo de Seleção

Etapas	Atividades	Período	Responsabilidade
01	Validação das atualizações dos currículos junto à GICAP	Até a data final deste Edital	Docente candidato
02	Construção e Elaboração da **Planilha de Monitoramento do Processo de Seleção**, com todos os inscritos e onde farão constar à pontuação dos candidatos e os Instrumentos do Processo de Seleção.	Até 02/12/2019	Comissão de Seleção com apoio da GICAP
03	Análise da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, **confirmação recadastramento** e da existência de currículo do candidato na **Plataforma Lattes** e verificação de habilitação do candidato para a disciplina pretendida.	Até 02/12/2019	Comissão de Seleção com apoio da GICAP
04	Divulgação dos instrutores/coordenadores selecionados para o cadastro de reservas no site da ACIDES que deverão entregar a Declaração de Conhecimento Prático	Até 03/12/2019	Comissão de Seleção com apoio da GICAP
05	Encontro pedagógico	A DEFINIR	DEIP; CFAP/ CEMET

06	Elaboração e publicação no site da ACIDES da portaria de designação dos docentes selecionados.	A DEFINIR	Comissão de Seleção com apoio da GICAP

ANEXO III

EMENTA E CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

OBSERVAÇÃO, MEMORIZAÇÃO E DESCRIÇÃO (OMD)

Carga Horária: 08 h/a

EMENTA: Técnica utilizada pelos profissionais de ISP em examinam, minuciosa e atentamente, pessoas, locais, fatos ou objetos, por meio da máxima utilização dos sentidos, de modo a transmitir dados que possibilitem a identificação e o reconhecimento. Consiste nas fases sequenciais e complementares de observar (examinar atentamente, por meio da máxima utilização dos cinco sentidos), memorizar (reter e recuperar as lembranças dos fatos com a maior precisão possível) e descrever (informar com fidelidade) o que foi observado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Memorização;

1.1 Conceito;

1.2 Aspectos Gerais;

1.3 Finalidades;

1.4 Falta de memória;

1.5 Hábitos para uma boa memorização;

2. Tipos de memória

2.1 Aspectos Gerais;

2.2 Recursos de memorização;

2.2 Sistemas de memorização;

3. Como descrever pessoas, objetos móveis e imóveis;

3.1 Aspectos Gerais;

3.2 Finalidades;

3.3 Identificar os caracteres distintivos;

3.4 Identificar os aspectos físicos específicos;

3.5 Identificar os aspectos físicos gerais;

4. Como memorizar números complexos;

4.1 Finalidades;

4.2 Técnicas utilizadas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRASIL. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP). Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ, 2016.

- CEPIK, Marco Antônio Chaves. Espionagem e Democracia. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

- *FERRO* JÚNIOR, *Celso Moreira*. A inteligência e a gestão da informação policial, *2008*.

ESTÓRIA-COBERTURA (EC)

Carga Horária: 10 h/a

EMENTA: Compreende o emprego de artifícios destinados à elaboração de uma estória para encobrir as identidades dos agentes, veículos e/ou instalações das Agências de Inteligência, com o objetivo de dissimular seus reais propósitos, preservar a segurança e o sigilo na busca do dado buscado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Estória de Cobertura (EC);
1.1 Conceito da EC;
1.2 Classificação da EC;
1.3 Finalidades da EC;

2. Montagem da EC;
2.1 Aspectos gerais;
2.2. Como prepara uma EC;
2.3 Como executar uma EC;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRASIL. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP). Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ, 2016.
- CEPIK, Marco Antônio Chaves. Espionagem e Democracia. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- *FERRO* JÚNIOR, *Celso Moreira*. A inteligência e a gestão da informação policial, *2008*.

PRODUÇÃO E EDIÇÃO DE IMAGENS OPERACIONAIS

Carga Horária: 10 h/a

EMENTA: Processo de obtenção de imagens, no qual se registra posição do objeto e o retrato de pessoas, de modo que no futuro, seja possível a identificação do alvo. Técnica bastante desenvolvida na última década (principalmente por conta dos celulares), os quais vem sendo cotidianamente empregados em ações de fotografia e de vídeos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Fotografia
1.1 Conceito de fotografia operacional como técnica operacional de inteligência;
1.2 Origem da fotografia;
1.3 Tipos de câmeras: analógica e digital;
1.4 Ramos da fotografia: a fotografia artística, jornalística e a operacional e suas características;
1.5 Câmeras digitais: câmeras de aparelhos tipo *smartphone*, ultracompacta, compacta, mirrorless, super zoom e DLSR;

2. Equipamentos utilizados para fotografia
2.1 Tipos de objetivas;
2.2 Meios de armazenamento;
2.3 Métodos utilizados na obtenção da imagem operacional;
2.4 Velocidade de obturador e sensibilidade ISO.

3. Edição de imagens
3.1 Conceito;
3.2 Conhece a técnica de edição de imagem aplicada aos relatórios de inteligência encetados nas atividades diárias.
3.3 Produção de imagens operacionais;
3.4 A importância do planejamento na produção de imagens operacionais;
3.5 Técnica de edição de imagens aplicada aos Relatórios de Inteligência: apresentação de trabalhos;
3.6 Apresentações das ações com os resultados alcançados pelas equipes;

3.7 Comentários e observações do exercício;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia, Práticas. São Paulo: Atlas, 31 ed., 2013.

- BRASIL, República Federativa do. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Brasília: SENASP, 2014.

- O Novo Manual de Fotografia - O Guia Completo Para Todos Os Formatos – 4 ed.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

http://wwwbr.kodak.com/BR/pt/consumer/fotografia_digital_classica/para_uma_boa_foto/curso_fotografia/fotografia_tradicional/flash_manuais.shtml?primeiro=1

http://ideiasemserie.net/fotografia/

https://camaraobscurablog.files.wordpress.com/2011/06/manualdefotografia.pdf.

RECRUTAMENTO OPERACIONAL

Carga Horária: 05h/a

EMENTA: Técnica operacional que consiste na ação de um policial especializado, o qual convence uma pessoa a trabalhar conscientemente ou não, sem vínculo empregatício para o órgão a que pertence.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Recrutamento Operacional;

1.1 Aspectos Gerais

1.2 Conceito;

2. Vertentes das operações de inteligência;

2.1 Operações técnicas;

2.2 Operações com fontes humanas;

2.3 Vantagens;

2.4 Desvantagens;

2.5 Fases do Recrutamento;

2.6 Tipos de redes utilizadas;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRASIL. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP). Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ, 2016.

- CEPIK, Marco Antônio Chaves. Espionagem e Democracia. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

- *FERRO* JÚNIOR, *Celso Moreira*. A inteligência e a gestão da informação policial, *20*

EXPLORAÇÃO DE LOCAL

Carga Horária: 10h/a

EMENTA: Conjunto de ações sigilosas e compartimentadas exercidas por organismos policiais, com o emprego de técnicas e recursos especiais de investigação, visando a obtenção legal de dados para a produção do conhecimento que confirmem as evidências, indícios ou provas da autoria e materialidade de um crime atendendo assim as necessidades do poder judiciário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceito de exploração de local;

1.1Aspectos Gerais;

1.2 Finalidades;

1.3 Diferença entre Busca Policial/Busca de Inteligência;

2. Metodologia

2.1 Técnica dos seis lados;

2.2 Composição das equipes de busca;

2.3 Funções dos membros da equipe de busca;

2.4 Tipos de registro (croqui, evidência e inventário);

2.5 A importância do registro das fotos;

3. Processo de busca

3.1 Considerações gerais

3.2 Busca em veículos, aviões e embarcações;

3.3 Busca em grandes áreas ou ao ar livre;

4. Tipos de busca;

4.1 Método tira;

4.2 Método linha dupla ou quadrante;

4.3 Método espiral;

4.4 Método zona;

4.5 Método roda;

4.6 Dicas gerais;

4.7 Plano operacional;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRASIL. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP). Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ, 2016.

- CEPIK, Marco Antônio Chaves. Espionagem e Democracia. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

- *FERRO* JÚNIOR, *Celso Moreira*. A inteligência e a gestão da informação policial, *2008*.

RECONHECIMENTO OPERACIONAL (RECON)

Carga Horária: 10h/a

EMENTA: Técnica operacional utilizada no levantamento de dados sobre áreas e instalações, com a finalidade de verificar pormenores que possam orientar o planejamento de uma operação de inteligência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Reconhecimento operacional;

1.1 Introdução;

1.2 Conceito;

1.3 Objetivos a serem alcançados;

1.4 Finalidades específicas do recon;

2. Tipos de recon

2.1. Observações importantes para a realização do recon;

2.2 Importância das EC’s

2.3 Dados específicos;

3.Técnicas que apoiam o recon;

3.1 Regras de conduta;

3.2 Relatório;

3.4 Conduta do agente ao realizar o recon;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRASIL. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP). Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ, 2016.
- CEPIK, Marco Antônio Chaves. Espionagem e Democracia. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- *FERRO* JÚNIOR, *Celso Moreira*. A inteligência e a gestão da informação policial, *2008*.

TÉCNICAS DE VIGILÂNCIA OPERACIONAL

Carga Horária: 20h/a

EMENTA: Conjunto de métodos empregados na observação de todos os movimentos praticados pelo alvo, devidamente registrados, sem ser percebido.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Vigilância operacional;
1.1 Conceito
1.2 Finalidades da vigilância;
1.3 Terminologia;

2. Classificação da vigilância;
2.1 Método "A-B-C";
2.2 Comunicação visual na vigilância;
2.3 Evasivas de detecção;
2.4 Decálogo do vigilante;

3. Vigilância móvel transportada.
3.1 Conceito
3.2 Peculiaridades;
3.3 Posições e funções;
3.4 Evasivas de detecção;

4. Vigilância técnica;
4.1 Conceito;
4.2 Vantagens;

5. Vigilância ambiental;
5.1 Conceito;

6. Contra vigilância;
6.1 Conceito;
6.2 Classificação;

7. Anti vigilância;
7.1 Conceito;
7.2 Procedimentos na realização da vigilância;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRASIL. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP). Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ, 2016.
- CEPIK, Marco Antônio Chaves. Espionagem e Democracia. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- *FERRO* JÚNIOR, *Celso Moreira*. A inteligência e a gestão da informação policial, *2008*.

CONCEITOS E FUNDAMENTOS DA CONTRAINTELIGÊNCIA

Carga Horária: 05h/a

EMENTA: Conjunto de normas, medidas e procedimentos voltados para os recursos humanos, no sentido de assegurar comportamentos adequados à salvaguarda de dados e conhecimentos sigilosos. Visa assegurar comportamentos adequados à salvaguarda de conhecimentos e dados sigilosos e tem por finalidade **PREVENIR** e **OBSTRUIR** as **AÇÕES ADVERSAS** de **INFILTRAÇÃO**, **RECRUTAMENTO** e **ENTREVISTA**, e os procedimentos inadequados que possam comprometer os conhecimentos e dados sigilosos que devam ser protegidos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Contra inteligência:

1.1 Contra inteligência, seus fundamentos, sua abrangência e seus conceitos;

1.2 Conhecer os procedimentos de Contra inteligência de segurança pública;

1.3 Conhecer os verbos da Contra Inteligência;

1.4 Identificar ameaças para a atividade de inteligência;

1.5 Identificar alvos da atividade de inteligência;

1.6 Conhecer as Medidas de Contra inteligência;

1.7 Conhecer os ramos da segurança orgânica;

1.8 Conhecer as Medidas Ativas de Contra inteligência.

1.9 Conhecer os preceitos fundamentais da segurança orgânica.

2. Ameaças à atividade de inteligência;

2.1 Espionagem, Sabotagem e Terrorismo;

2.1 Conceitos;

2.2 Identificar e aplicar as técnicas que visem salvaguardar conhecimentos e dados sigilosos;

2.3 Preocupar-se com os fenômenos naturais e acidentes;

2.4 Preocupar-se com atos de policiais e ex-policiais;

2.5 Analisar mídia;

2.6 Analisar movimentos sociais/manifestações;

2.7 Reconhecer as garantias à proteção do conhecimento;

2.8 Conhecer as medidas de Segurança Ativa;

2.9 Conhecer as medidas de Segurança de Assuntos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRASIL. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP). Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ, 2016.

- CEPIK, Marco Antônio Chaves. Espionagem e Democracia. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

- *FERRO* JÚNIOR, *Celso Moreira*. A inteligência e a gestão da informação policial, *2008*.

CONCEITOS E FUNDAMENTOS DAS OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA

Carga Horária: 05h/a

EMENTA: Atividade que tem por objetivo a busca de dados não disponíveis (DADO NEGADO) e neutralização de ações adversas. Durante as operações de inteligência são empregadas técnicas operacionais na busca do Dado Negado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Operações de Inteligência;

1.1 Conceito;

1.2 Tipos de Operações de Inteligência;

1.3 Finalidades;

2. Ações de Busca e Coleta;

2.1 Conhecer as ações de busca e coleta (fontes abertas) e compreender os princípios orientadores;

2.2 Princípios básicos que regem a Atividade de Inteligência;

2.3 Identificar os termos técnicos utilizados na linguagem de operações de inteligência;

3.Termos técnicos;

3.1 Conhecer os termos técnicos e as peculiaridades das operações de inteligência.

3.2 Conhecer as Técnicas operacionais de inteligência (TOI);

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRASIL. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP). Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ, 2016.
- CEPIK, Marco Antônio Chaves. Espionagem e Democracia. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- *FERRO* JÚNIOR, *Celso Moreira*. A inteligência e a gestão da informação policial, *2008*.

ENTREVISTA

Carga Horária: 05h/a

EMENTA: Procedimento utilizado para a obtenção de informação de uma fonte humana, mediante o intercâmbio de ideias e a correta formulação de perguntas por pessoal de inteligência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Entrevista;
1.1 Conceito;
1.2 Tipos de entrevista;
1.3 Finalidades da entrevista;
1.4 Fases da entrevista;

2. Comunicação;
2.1 Conceito de Rapport;
2.2. Aspectos básicos;
2.3 Formas de estabelecer o rapport;
2.4 Canais para obtenção do o rapport;
2.5 Princípios básicos;
2.6 Vantagens e desvantagens da entrevista;

3. Programação Neurolinguística (PLN);
3.1 Princípios básicos;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRASIL. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP). Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ, 2016.
- CEPIK, Marco Antônio Chaves. Espionagem e Democracia. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- *FERRO* JÚNIOR, *Celso Moreira*. A inteligência e a gestão da informação policial, *2008*.

OPERACIONALIZAÇÃO DOS MEIOS ELETRÔNICOS

Carga Horária: 20h/a

EMENTA: Conjunto de ações que visam assegurar a utilização eficiente de meios eletrônicos no apoio e nas busca do dado negado. Possui duas grandes divisões: interceptação de comunicações (telefonia móvel e fixa) e interceptação ambiental.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução à eletrônica;

1.1 Conceito da técnica operacional de inteligência com o emprego dos equipamentos eletrônicos para captação, gravação e reprodução de sons, imagens, sinais e dados;

1.2 Aspectos legais que regulamentam o emprego desta técnica;

1.3 Identificar as principais barreiras de transmissão de radiofrequência;

1.4 Características de uma viatura técnica seus conceitos, importância da sua utilização;

1.5 Conhecer as características de modelos de viaturas técnicas;

1.6 Comparar as variáveis na escolha da tecnologia correta a ser empregada;

2. Interceptação telefônica

2.1 Conceito de interceptação telefônica;

2.2 Conceito de interceptação ambiental;

2.3 Aspectos jurídicos da Lei nº 9.034/95;

2.4 Conhecer os equipamentos eletrônicos empregados na interceptação ambiental;

2.5 Saber quais os procedimentos básicos para operacionalização destes equipamentos;

2.6 Planejar e preparar as fases da operação;

2.7 Demonstração e usos destes equipamentos com emprego prático na sala de aula destas tecnologias;

3. Interceptação ambiental

3.1 Conceito de interceptação ambiental;

3.2 Técnica de Interceptação Ambiental: exercitar montagem, instalação e desinstalação com kits de equipamentos de inteligência;

3.3 Avaliar na prática o conhecimento adquirido quanto às fases da operação e montagem dos equipamentos empregados em operações de interceptação ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Apostilha do Curso de Inteligência de Segurança Pública - Curso de Inteligência de Segurança. Pública – CISP-PE/2012 MODULO II – OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA - Diversos Autores.

- Fotografia – Manual Completo de Arte e Técnica, TIME-LIFE Internacional. São Paulo: Editado na língua portuguesa pela editora Abril Cultural,1978.

- FREEMAN, Michel. Novo Manual de Fotografia. Lisboa: Editora Presença, 1993.

- PALACIN, Vitché, RAMALHO, José Antonio. Escola de Fotografia. São Paulo: 2ª edição, Editora Futura, 2004.

- BRAZ, Eduardo. Fotografia Aplicada: Caderno Didático. Brasília: Ed. ANP, 2004.

- FERRO, Celso – Revista Jurídica Consulex ano VIII nº 191 – 31/12/02.

- FERRO, Celso - A Inteligência e a Gestão da Informação Policial – 2008 – Fortium Editora.

- DVIR, Avi - Espionagem Industrial- 2003 – NOVATEC Editora.

- SECURITY – Revista do Setor de Segurança – nº 29 – Fevereiro e Março 2003 - Passo a Passo – páginas 44 a 46.

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Carga Horária: 16h/a

EMENTA: A disciplina de Produção do Conhecimento procura realizar o exercício prático do desenvolvimento da aplicação das técnicas de análise de frações significativas para integrar o documento de inteligência, seja ele de nível estratégico seja de nível tático, ambas aplicadas pelos Organismos de Inteligência de Segurança Pública. Procura valorizar a análise de processamento de dados obedecendo as fases do ciclo de produção do conhecimento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Metodologia da produção do conhecimento

1.1 Conhecer e relacionar a metodologia utilizada no ciclo da produção do conhecimento;

1.2 Aplicar a metodologia e suas fases

2. Aplicação de exercícios

2.1 Praticar exercícios simulados de extração de premissas e vazios;

2.2 Extração das premissas e vazios;

2.3 Apresentação crítica do exercício;

3. Praticar exercícios simulados de processo cíclico da produção do conhecimento

3.1 Análise da documentação repassada;

3.2 Estabelecer as premissas e vazios;

3.3 Realizar requerimentos solicitando dados em fontes abertas, fechadas, representar por dados sigilosos, ordens de missão;

3.4 Enviar as solicitações;

3.5 Receber os resultados das solicitações;

3.6 Analisar a documentação repassada;

4. Trabalho em equipe (Investigação e solução de Problemas)

4.1 Estabelecer as premissas e vazios;

4.2 Estabelecer a hipótese;

4.3 Construir a apresentação;

4.4 Apresentação e crítica do exercício;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRANDÃO, Priscila; Cepik, Marco. Inteligência de segurança pública: teoria e prática no controle da criminalidade - Niterói, RJ: Impetus, 2013.

- GONÇALVES, Joanisval Brito. Atividade de Inteligência e legislação correlata – Niterói, RJ: Impetus, 2009.

- CEPIK, Marco. Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização dos serviços de inteligência – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

- BRANDÃO, Priscila Carlos. Serviços secretos e democracia no Cone Sul: premissas para uma convivência legítima, eficiente e profissional - Niterói, RJ: Impetus, 2010.

- BRANDÃO, Priscila Carlos. SNI e ABIN – uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século 20. Rio de Janeiro: FGV, 2002

- GONÇALVES, Joanisval Brito. Políticos e espiões: controle da Atividade de Inteligência – Niterói, RJ: Impetus, 2010.

- BARRETO, Alesandro Gonçalves. Wendt, Emerson. Inteligência Digital: uma análise de fontes abertas na produção de conhecimento e de provas em investigações criminais e processos, Rio de Janeiro: Brasport, 2013.

- JÚNIOR, Celso Moreira Ferro. A inteligência e a Gestão da informação policial – Brasília: Fortium, 2008.

- KENT, Sherman. Informações estratégicas. Rio de Janeiro: Bibliex, 1967.

- ROCHA, Wilson. Inteligência e Contra-Inteligência no Ministério Público – Belo Horizonte, MG: Dictum, 2009.

- THOMAS, Friedman. O Mundo é Plano: Breve história do século XXI .RJ: Ed. Objetiva, 2005;

- DVIR, Avi. Espionagem Empresarial. SP: Ed. Novatec, 2004;

- LIMA JR, Jaime Benvennuto. Manual de Direitos Humanos Internacional. Ed. Loyola, 2002;

- TARAPANOFF, Kira. Inteligência Organizacional e Competitiva. Ed. UNB, 2001;

IMOBILIZAÇÃO E CONDUÇÃO

Carga Horária: 04h/a

EMENTA: Técnicas e fundamentos aplicados à execução da Defesa Pessoal Policial aprofundando nas suas modalidades, bem como, aplicação prática dos corretos exercícios de aplicação dos fundamentos da Defesa Pessoal Policial no trabalho de Inteligência policial em situações de estresse usando as imobilizações em pé e no solo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Imobilização e condução

1.1 Demonstração da técnica;

1.2 Análise de situações críticas;

1.3 Postura e desenvoltura corporal e mental em situações de estresse;

2. Técnicas de Defesa Pessoal usando imobilizações em pé e no solo;

2.1 Demonstração da técnica;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- UESHIBA, Morihei. Aikido Evolução Passo a Passo. Pensamento, 2008.

- UESHIBA, Morihei. Ensinamentos Secretos do Aikido. Cultrix, 2011.

- KANO, Jigoro. Judô Kodokan. Cultrix, 2009.

- KANO, Jigoro. Energia Mental e Física. Pensamento, 2008.

- FUNAKOSH, Gishin. Karatê-Dô Kuohan. Cultrix, 2014.

- FUNAKOSH, Gishin. Karatê-Do Nyumon. Cultrix, 20

DEFESA DE AGARRÕES, SOCOS E CHUTES

Carga Horária: 04h/a

EMENTA: Técnicas e fundamentos aplicados à execução da Defesa Pessoal Policial aprofundando nas suas modalidades, bem como, aplicação prática dos corretos exercícios de aplicação dos fundamentos da Defesa Pessoal Policial no trabalho de Inteligência policial quando na necessidade de defesa contra ataques de socos, chutes e agarramento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Defesa contra socos e chutes;

1.1 Técnicas de Defesa Pessoal contra ataques de socos chutes;

1.2 Demonstração da técnica;

2. Técnicas de Defesa Pessoal contra agarramento;

2.1 Demonstração da técnica;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- UESHIBA, Morihei. Aikido Evolução Passo a Passo. Pensamento, 2008.
- UESHIBA, Morihei. Ensinamentos Secretos do Aikido. Cultrix, 2011.
- KANO, Jigoro. Judô Kodokan. Cultrix, 2009.
- KANO, Jigoro. Energia Mental e Física. Pensamento, 2008.
- FUNAKOSH, Gishin. Karatê-Dô Kuohan. Cultrix, 2014.
- FUNAKOSH, Gishin. Karatê-Do Nyumon. Cultrix, 2000.

TOMADA DE ARMA DE FOGO E INSTRUMENTO PERFURO CONTUNDENTE

Carga Horária: 04h/a

EMENTA: Técnicas e fundamentos aplicados à execução da Defesa Pessoal Policial aprofundando nas suas modalidades, bem como, aplicação prática dos corretos exercícios de aplicação dos fundamentos da Defesa Pessoal Policial no trabalho de Inteligência policial quando na necessidade de defesa contra ataques de arma branca e arma de fogo bem como saída de locais confinados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Tomada de arma de fogo e de instrumento perfuro contundente;

1.1 Técnicas de defesa pessoal contra ataques com arma de fogo;

1.2 Técnicas de pefesa pessoal contra ataques de arma branca ;

1.3 Técnicas de defesa pessoal para saída de locais confinados;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- UESHIBA, Morihei. Aikido Evolução Passo a Passo. Pensamento, 2008.
- UESHIBA, Morihei. Ensinamentos Secretos do Aikido. Cultrix, 2011.
- KANO, Jigoro. Judô Kodokan. Cultrix, 2009.
- KANO, Jigoro. Energia Mental e Física. Pensamento, 2008.
- FUNAKOSH, Gishin. Karatê-Dô Kuohan. Cultrix, 2014.
- FUNAKOSH, Gishin. Karatê-Do Nyumon. Cultrix, 2000.

FUNDAMENTOS DE TIRO

Carga Horária: 03 h/a

EMENTA: Estudo dos fundamentos aplicados à execução do tiro policial, aprofundando nas suas modalidades, bem como, aplicação prática dos corretos exercícios de aplicação dos fundamentos do tiro policial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Análise do fundamento da posição durante o tiro policial;
2. Análise do fundamento da empunhadura durante o tiro policial;
3. Análise do fundamento da visada durante o tiro policial;
4. Análise do fundamento do controle da respiração durante o tiro policial;
5. Análise do fundamento da puxada do gatilho durante o tiro policial;
6. Análise do fundamento do condicionamento mental durante o tiro policial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. CÂMARA JÚNIOR, Wellington Bezerra. *Manual de Procedimentos Básicos com Armamento e Munição e Técnicas de Tiro Policial*. 1. ed. – Recife: SDS/PE, 2002;

2. OLIVEIRA, João Alexandre Voss d. *Tiro de Combate Policial: Uma abordagem técnica*. Erechim: São Cristovão, 2001;

3. MACHADO, Maurício Corrêa Pimentel. *Coleção Armamento: armas, munições e equipamentos policiais*. Paraná, 2014.

REGRAS DE SEGURANÇA

Carga Horária: 02 h/a

EMENTA: Estudo das regras de segurança que são aplicadas no uso da arma de fogo quando utilizadas no cotidiano policial, bem como, durante as instruções de tiro policial a serem realizadas em estande de tiro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conhecimento das regras de segurança aplicadas no cotidiano da vida policial quando do uso da arma de fogo;
2. Conhecimento das regras de segurança aplicadas no estande de tiro quando da realização de instruções de tiro policial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. CÂMARA JÚNIOR, Wellington Bezerra. *Manual de Procedimentos Básicos com Armamento e Munição e Técnicas de Tiro Policial*. 1. ed. – Recife: SDS/PE, 2002;

2. OLIVEIRA, João Alexandre Voss d. *Tiro de Combate Policial: Uma abordagem técnica*. Erechim: São Cristovão, 2001;

3. MACHADO, Maurício Corrêa Pimentel. *Coleção Armamento: armas, munições e equipamentos policiais*. Paraná, 2014.

POSIçÕES DE TIRO

Carga Horária: 04h/a

EMENTA: Estudo e treinamento das diversas posições de tiro que um policial pode assumir durante um confronto, sempre procurando preservar a vida de terceiro, sua vida e a vida do agressor.

OBJETIVO: Capacitar os discentes nas diversas posições de tiro, para o emprego de forma eficiente em situações reais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Posição em Pé

1.1 Posição Isóscele

1.2 Posição Weaver

1.3 Posição Isóscele modificada

1.4 Posição Weaver modificada

2. Posição em Pé com arma longa
3. Posição de joelhos
3.1. Posição de joelhos com arma curta
3.2 Posição de joelhos com arma longa
4. Posição Sentado
5. Posição Deitado
6. Tiro Barricado

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:

Técnica para Avaliação: Avaliação diagnóstica, verificando-se durante todo o processo aprendizagem o grau de assimilação e acomodação do conhecimento por parte do aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. CÂMARA JÚNIOR, Wellington Bezerra. *Manual de Tiro Policial*. PMPE, Recife, 2002;
2. ONU. *Princípios básicos sobre a utilização da força e de armas de fogo (PBUFAF)*;
3. ONU. *Código de conduta para os encarregados de aplicação da lei (CCEAL)*;
4. GIRALDI, Nilson. *Manual da pistola semiautomática .40 S&W*. São Paulo – "O tiro defensivo na preservação da vida

ARMAMENTO E MUNIÇÃO

Carga Horária: 09h/a

EMENTA: Aprender a conceituar armas e munições utilizadas pela PMPE. Manusear os armamentos para que possa utilizá-los nas instruções de tiro durante o curso. Aprender a montar e desmontar os armamentos. Conhecer as importantes noções de balística.

OBJETIVO: Capacitar os instruendos no conhecimento e na utilização dos armamentos atualmente disponíveis no âmbito da PMPE.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceitos básicos sobre armas de fogo
1.1. Regras de segurança com armas de fogo
1.2. Classificação das armas de fogo
1.3. Como definir o calibre de uma arma de fogo
1.4. Poder de parada ou stopping power
1.5. Utilização da bandoleira
2. Estudos da balística
2.1. Tipos de munições
2.2. Composição das munições
2.3. Principais tipos de projeteis das munições
2.4. Balística interna, externa e terminal
3. Manejo, desmontagem e montagem dos seguintes armamentos
3.1. Pistola Taurus calibre .40
3.2. Espingarda CBC calibre 12
3.3. Submetralhadora Taurus calibre .40
3.4. Fuzil IMBEL calibre 7,62 mm

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:

Técnica para Avaliação: Avaliação individual prática de manejo, montagem e desmontagem de todos os armamentos estudados na disciplina, sendo considerado apto o aluno que conseguir realizar todos os procedimentos dentro do tempo estipulado pelo instrutor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. CÂMARA JÚNIOR, Wellington Bezerra. *Manual de Tiro Policial*. PMPE, Recife, 2002;

2. ONU. *Princípios básicos sobre a utilização da força e de armas de fogo (PBUFAF)*;

3. ONU. *Código de conduta para os encarregados de aplicação da lei (CCEAL)*;

4. GIRALDI, Nilson. *Manual da pistola semiautomática .40 S&W*. São Paulo – "O tiro defensivo na preservação da

TIRO POLICIAL

Carga Horária: 18h/a

EMENTA: Capacitar os discentes à utilização da pistola e Metralhadora Cal. 40 e fuzil 7,62, principais armas de fogo de uso individual e coletivo em utilização na Polícia Militar de Pernambuco, através do treinamento em diversas posições de tiro, sempre ressaltando aos alunos que este é o último nível da força a ser utilizado pelos profissionais de segurança pública.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução ao tiro

1.1. Fundamentos do tiro

1.2. Tiro de precisão para adaptação à PT e Metralhadora calibre .40

1.3. Tiro policial em Double tap

1.4. Tiro para adaptação ao FUZIL

1.5. Tiro em alvos múltiplos com a FUZIL

2. Tiro Policial com a PT e Metralhadora calibre .40

2.1. Tiro na posição de joelhos e deitado

2.2. Tiro barricado à esquerda e à direita

2.3. Tiro com voltas estacionárias

2.4. Tiro em pontos pré-determinados do alvo

2.5. Tiro em progressão e regressão

2.6. Tiro com a mão fraca

2.7. Tiro em baixa luminosidade

2.8. Tiro de arma longa com transição para arma curta

2.9. Avaliação prática através da execução disparos de PT, Metralhadora e Fuzil

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. CÂMARA JÚNIOR, Wellington Bezerra. *Manual de Tiro Policial*. PMPE, Recife, 2002;

2. ONU. *Princípios básicos sobre a utilização da força e de armas de fogo (PBUFAF)*;

3. ONU. *Código de conduta para os encarregados de aplicação da lei (CCEAL)*;

4. GIRALDI, Nilson. *Manual da pistola semi-automática .40 S&W*. São Paulo – "O tiro defensivo na preservação da vida".

TIRO TÁTICO

Carga Horária: 18h/a

EMENTA: Aplicação do tiro com finalidade específica em situações típicas de operações rurais, como nos casos de ações táticas e em operações de alto risco que exigem maiores técnicas e conhecimentos de tiro.

OBJETIVO: Capacitar os instruendos em técnicas específicas de tiro em situações rurais de operações rurais, em missões de alto risco.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Prática de tiro de pistola .40

1.1 Métodos de tiro com lanternas

1.2 Tiro com voltas estacionárias

1.3 Tiro em pontos pré-determinados do alvo

1.4 Tiro em progressão e regressão

1.5 Tiro em baixa luminosidade

2. Prática de tiro de submetralhadora SMT .40

2.1 Tiro com voltas estacionárias

2.2 Tiro em pontos pré-determinados do alvo

2.3 Tiro em progressão e regressão

2.4 Tiro em baixa luminosidade

3. Prática de tiro de fuzil calibre 7,62mm

3.1 Tiro em pontos pré-determinados do alvo

3.2 Tiro em progressão e regressão

3.3 Tiro em baixa luminosidade

4. Tiro de arma longa com transição para arma curta

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:

Técnica para Avaliação: Prova de Tiro Tático com disparos a serem realizados em “double tap”, no total de 10(dez) de pistola .40, 10(dez) de submetralhadora .40 e 10(dez) de Fuzil .762. Contra uma folha de A4, em alvos colocados a distâncias variadas, sendo considerado apto o aluno que atingir no mínimo nota 7,0.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. CÂMARA JÚNIOR, Wellington Bezerra. *Manual de Tiro Policial*. PMPE, Recife, 2002;

2. ONU. *Princípios básicos sobre a utilização da força e de armas de fogo (PBUFAF)*;

3. ONU. *Código de conduta para os encarregados de aplicação da lei (CCEAL)*;

4. GIRALDI, Nilson. *Manual da pistola semiautomática .40 S&W*. São Paulo – “O tiro defensivo na preservação da vida”.

TIRO EMBARCADO

Carga Horária: 09h/a

EMENTA: Estudo das técnicas de disparo de arma de fogo embarcados em uma viatura policial com intuito de preservar a vida do policial.

OBJETIVO: Capacitar o discente para a realização de disparos de arma de fogo, ainda do interior de uma viatura policial, com intuito de reprimir uma ameaça real a vida do agente de Segurança Pública.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Posição na/da VTR

1.1. Posicionamento dos componentes na viatura policial

1.2. Conduta de controle de cano no interior da viatura

1.3. Disciplina de disparos

2. Estudo dos disparos Embarcados

2.1. Disparo pelo para-brisa

2.2. Abrigos fornecidos pela viatura

2.3. Disparos através da lataria

3. Ameaças

3.1. Ameaça frontal

3.2. Ameaça lateral

3.3. Ameaça a retaguarda

3.4. Disparos de arma de fogo com a viatura em deslocamento

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. CÂMARA JÚNIOR, Wellington Bezerra. *Manual de Tiro Policial*. PMPE, Recife, 2002;

2. ONU. *Princípios básicos sobre a utilização da força e de armas de fogo (PBUFAF)*;

3. ONU. *Código de conduta para os encarregados de aplicação da lei (CCEAL)*;

4. GIRALDI, Nilson. *Manual da pistola semi-automática .40 S&W*. São Paulo – "O tiro defensivo na preservação da vida";

5. CI 2-36: O Pel C Mec.

TIRO PRÁTICO

Carga Horária: 09h/a

EMENTA: Aplicação de uma avaliação com disparos em folha de papel A4, em distâncias variáveis.

OBJETIVO: Verificar o aprendizado do discente após ministrado todo o conteúdo programático.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Avaliação

1.1. Disparos em pé com a arma sacando do coldre, à 5 metros

1.2. Disparos em pé com a arma na posição "4", à 5 metros

1.3. Disparos em pé com a arma na posição "4", à 10 metros

1.4. Disparos em pé com a arma sacando do coldre, à 10 metros

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. CÂMARA JÚNIOR, Wellington Bezerra. *Manual de Tiro Policial*. PMPE, Recife, 2002;

2. ONU. *Princípios básicos sobre a utilização da força e de armas de fogo (PBUFAF)*;

3. ONU. *Código de conduta para os encarregados de aplicação da lei (CCEAL)*;

4. GIRALDI, Nilson. *Manual da pistola semi-automática .40 S&W*. São Paulo – "O tiro defensivo na preservação da vida";

5. CI 2-36: O Pel C Mec.

PRÁTICA DE SIMULAÇÃO

Carga Horária: 25h/a

EMENTA: Os alunos serão distribuídos em grupos para poderem aplicar todas as técnicas repassadas durante o curso.

OBJETIVO: Verificar o aprendizado do discente após ministrado todo o conteúdo programático.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Técnicas de OMD (Observação, Memorização e Descrição);
- Técnicas de EC (Estória Cobertura);
- Produção e edição de imagens operacionais;
- Recrutamento Operacional;
- Exploração de Local;
- Reconhecimento Operacional (RECON);
- Técnicas de Vigilância Operacional;
- Entrevista.
- Operacionalização dos Meios Eletrônicos ;
- Produção do Conhecimento

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRASIL. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP). Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ, 2016.
- CEPIK, Marco Antônio Chaves. Espionagem e Democracia. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- BRANDÃO, Priscila; Cepik, Marco. Inteligência de segurança pública: teoria e prática no controle da criminalidade - Niterói, RJ: Impetus, 2013.

V. PROPOSTA PARA DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO

	INSTRUÇÃO INDIVIDUAL BÁSICA	TEMPO ESTIMADO (SUGESTÃO)		
	MATÉRIA	DIURNO	NOTURNO	TOTAL
MATÉRIAS FUNDAMENTAIS	1. ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO	32	8	40
	2. BOAS MANEIRAS E CONDUTA MILITAR	4		4
	3. CAMUFLAGEM	4		4
	4. COMUNICAÇÕES	8		8
	5. CONDUTA EM COMBATE	13		13
	6. CONHECIMENTOS DIVERSOS	8	4	12
	7. DEFESA AAe e AC	4		4
	8. DEFESA DO AQUARTELAMENTO	4		4
	9. EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA		8	8
	10. FARDAMENTO	2		2
	11. FORTIFICAÇÃO	4		4
	12. HIERARQUIA E DISCIPLINA MILITAR		4	4
	13. HIGIENE E PRIMEIROS SOCORROS	8		8
	14. INTELIGÊNCIA E CONTRAINTELIGÊNCIA MILITAR	4		4
	15. INSTRUÇÃO DE APRONTO OPERACIONAL	2		2
	16. JUSTIÇA E DISCIPLINA	4		4
	17. LUTAS	6		6
	18. MARCHAS E ESTACIONAMENTOS	10		10
	19. ORDEM UNIDA	20		20
	20. OBSERVAÇÃO E ORIENTAÇÃO	14	8	22
	21. PREVENÇÃO DE ACIDENTES	4		4
	22. PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	4		4
	23. SERVIÇOS INTERNOS E EXTERNOS	8		8
	24. TÉCNICAS ESPECIAIS	24	4	28
	25. TREINAMENTO FÍSICO MILITAR	58		58
	26. UTILIZAÇÃO DO TERRENO	8	4	12
SOMA DOS TEMPOS DESTINADOS À INSTRUÇÃO MILITAR				297
SOMA DOS TEMPOS À DISPOSIÇÃO DO CMT, CHEFE OU DIRETOR.				19
SOMA DOS TEMPOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO				16
SOMA DOS TEMPOS DESTINADOS À ESCALA DE SERVIÇO				32
TOTAL DOS TEMPOS DISTRIBUÍDO NA 1ª SUBFASE				364

1) 1ª FASE – NIVELAMENTO TÉCNICO OPERACIONAL

a) Treinamento Físico Militar
b) Navegação e Orientação
   - Topografia
   - Orientação Terrestre
c) Comunicações
   - Equipamentos Rádio e Antenas
d) Explosivos e Destruições
e) Infiltração e Exfiltração
   - Técnicas de Infiltração e Exfiltração
f) Infiltração Terrestre
   - Técnicas de Infiltração na Selva
   - Técnicas de Infiltração em Região Montanhosa
g) Infiltração Aquática
   - Técnicas de Infiltração Aquática por Superfície
h) Infiltração Aérea
   - Técnicas de Infiltração Aérea
i) Operações de Patrulha

2) 2ª FASE – MESTRE DE SALTO

a) Técnicas de Preparação de Fardos, Pacotes e Mochilas
b) Deveres do Mestre de Salto
c) Inspeção de Pessoal
d) Inspeção de Aeronaves
e) Lançamentos de Mestre de Salto

3) 3ª FASE – LANÇAMENTO PRECURSOR

a) Lançamento Precursor
b) Comunicações
   - Emprego das comunicações e transmissão de dados
c) Meteorologia
d) Treinamento Físico Militar

4) 4ª FASE – OPERAÇÕES DE PRECURSORES

a) Organização e Emprego dos Precursores
   - Operações de GLO
   - Monitoramento de RIPI
   - Técnicas de caçador
b) Infiltração Aérea
   - Técnicas de Infiltração Aérea
c) Operação de Zona de Lançamento
d) Operação de Zona de Pouso de Aviões
e) Operação de Zona de Pouso de Helicópteros
f) Apoio de Fogo
   - Técnicas de Apoio de Fogo Aéreo (GAA)
g) Treinamento Físico Militar

Malha curricular do Curso de Operações Especiais – PMMT – 2009

EIXOS TEMÁTICOS	Nº	NOME DAS DISCIPLINAS	C / H
SISTEMAS, INSTITUIÇÕES E GESTÃO INTEGRADA EM SEGURANÇA PÚBLICA	1	Sistema de Comando e Controle de Incidentes	10
CULTURA E CONHECIMENTOS JURÍDICOS	2	Noções de Direito Aplicada a Atividade Policial	14
	3	Direitos Humanos	15
MODALIDADES DE GESTÃO DE CONFLITOS E EVENTOS CRÍTICOS	4	Gerenciamento de Crises	50
	5	Técnicas de Negociação	20
	6	Uso Progressivo da Força, Agentes Químicos e Tecnologia Menos Letal	30
VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E SAÚDE DO TRABALHADOR	7	Socorros de Urgência	14
	8	Treinamento Físico Específico	54
	9	Combate Corpo a Corpo	50
COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA PÚBLICA	10	Informática Aplicada a Atividade Policial	14
	11	Inteligência Policial	20
	12	Técnicas de Ensino e Aprendizagem	10
FUNÇÕES, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA	13	Teoria Geral dos Operações Especiais	10
	14	Instrução Tática Individual em Campanha	75
	15	Sobrevivência no Cerrado	40
	16	Adaptação no Pantanal	60
	17	Operações na Selva	60
	18	Orientação e Navegação	40
	19	Operações Helitransportadas	20
	20	Ações Antibombas e Contrabombas	40
	21	Operações Tático Móvel	25
	22	Patrulha Policial	50
	23	Mergulho Autônomo	40
	24	Operações em Alturas (montanhismo)	60
	25	Paraquedismo Operacional	30
	26	Salvamento Aquático	40
	27	Operações Ribeirinhas	20
	28	Perícia Criminal e Medicina Legal Aplicada	15
	29	Segurança de Dignitários	40
	30	Armamento, Munições e Balística	40
	31	Op. em Ambientes Urbanos de Alto Risco	50
	32	Tiro Tático	72
	33	Assalto Tático	112
	34	Noções de Tiro Policial de Precisão	28
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		À DISPOSIÇÃO DA COORDENAÇÃO	10
	TOTAL		1288

Fonte: MATO GROSSO, 2009, f. 24.

Lista de Disciplinas

Técnicas Operacionais

Operacional I

01-Ordem Unida
02-Doutrina
03-Treinamento Físico Militar
04-Defesa Pessoal
05-Transposição de Obstáculos
06-Instrução Tática Individual
07-Defesa QBN
08-Eletrônica
09-Comunicações
10-História Militar
11-Sistemas de Armas
12-Armamento,Munição e Tiro
13-Tiro de Combate

Sobrevivência

14-Apronto Operacional
15-Camuflagem
16-Topografia e Navegação
17-Meteorologia
18-Marchas e Estacionamentos
19-Sobrevivência em Biomas
20-Nós e Amarrações
21-Natação
22-Animais Selvagens
23-Ofidismo
24-APH
25-Rastreamento
26-Resistência e Fuga

Operacional II

27-Planejamento Operacional
28-Gerenciamento de Crises
29-Direito Operacional
30-Negociação
31-Patrulha
32-Esqui
33-Rapel
34-Fast Rope
35-Montanhismo
36-Mergulho
37-Paraquedismo
38-Hipismo
39-Sniping
40-Close Quarter Battle
41-Arrombamento
42-Combate em Área Edificada
43-Segurança de Dignatários
44-Direção Operacional
45-Adestramento de Cães

Operacional III

46-Extinção de Incêndio e Salvamento
47-Controle de Distúrbio Civil
48-Explosivismo
49-Operações Urbanas
50-Operações Rurais
51-Operações Aquáticas
52-Operações em Altura
53-Operações Helitransportadas
54-Operações de Inteligência
55-Operações Especiais com Submarinos
56-Retomada de Edificações
57-Retomada de Ônibus
58-Retomada de Aeronaves
59-Retomada de Navios
60-Retomada de Metrô
61-Retomada de Plataforma de Petróleo
62-Mecânica de Armas
63-Mecânica de Viaturas
64-Instrução de Acuidade Visual e Auditiva

3. DURAÇÃO

- 23 Semanas.

As 23 semanas do CFEsp compreendem as seguintes disciplinas, com as respectivas cargas horárias, perfazendo um total de 2.146 horas de instrução:

Emergências Pré-Hospitalares - 31;
Operações Psicológicas - 53;
Inteligência Militar -227;
Instruções Técnicas - 65;
História Militar - 30;
Organização e Emprego de Forças Especiais - 60;
Reconhecimento Profundo - 367;
Guerra Revolucionária e Insurreicionária - 870;
Guerra Irregular em Ambiente Urbano - 50;
Guerra de Resistência - 424.
Uma parte dessa carga-horária é levada a efeito em Estágios em instituições militares e civis diversificadas. Os sargentos alunos realizam Estágios cujo enfoque esteja orientado para suas especialidades: Armamento, Comunicações, Demolições e Saúde. Após receber os embasamentos teóricos, são submetidos às mais variadas situações e ambientes operacionais.

	INSTRUÇÃO INDIVIDUAL BÁSICA			
		TEMPO ESTIMADO (SUGESTÃO)		
	MATÉRIA	DIURNO	NOTURNO	TOTAL
MATÉRIAS FUNDAMENTAIS	1. ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO	32	8	40
	2. BOAS MANEIRAS E CONDUTA MILITAR	4		4
	3. CAMUFLAGEM	4		4
	4. COMUNICAÇÕES	8		8
	5. CONDUTA EM COMBATE	8		8
	6. CONHECIMENTOS DIVERSOS		4	4
	7. DEFESA AAe e AC	4		4
	8. DEFESA DO AQUARTELAMENTO	4		4
	9. EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA		8	8
	10. FARDAMENTO	2		2
	11. FORTIFICAÇÃO	4		4
	12. HIERARQUIA E DISCIPLINA MILITAR		4	4
	13. HIGIENE E PRIMEIROS SOCORROS	10		10
	14. INTELIGÊNCIA E CONTRA-INTELIGÊNCIA MILITAR	4		4
	15. INSTRUÇÃO DE APRONTO OPERACIONAL	2		2
	16. JUSTIÇA E DISCIPLINA	4		4
	17. LUTAS	6		6
	18. MARCHAS E ESTACIONAMENTOS	10		10
	19. ORDEM UNIDA	24		24
	20. OBSERVAÇÃO E ORIENTAÇÃO	16	8	24
	21. PREVENÇÃO DE ACIDENTES	4		4
	22. PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	4		4
	23. SERVIÇOS INTERNOS E EXTERNOS	8		8
	24. TÉCNICAS ESPECIAIS	28	4	32
	25. TREINAMENTO FÍSICO MILITAR	58		58
	26. UTILIZAÇÃO DO TERRENO	8	4	12
SOMA DOS TEMPOS DESTINADOS À INSTRUÇÃO MILITAR				296
SOMA DOS TEMPOS À DISPOSIÇÃO DO CMT, CHEFE OU DIRETOR				20
SOMA DOS TEMPOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO				16
SOMA DOS TEMPOS DESTINADOS À ESCALA DE SERVIÇO				32
TOTAL DOS TEMPOS DISTRIBUÍDO NA 1ª SUBFASE				364

Disciplina	Unidade Didática
(I) Técnica Básica de Tiro de Precisão	01. Manejo do Fuzil de Precisão
	02. Balística e munição
	03. Fundamentos de tiro
	04. Condução e correção do tiro
	05. Engajamento de alvos a distâncias conhecidas
(II) Técnica de Tiro do Caçador	01. Tiro a distâncias desconhecidas
	02. Tiro de ângulo
	03. Tiro Noturno
(III) Tiro de Caçador em Área Urbana	01. Tiro de oportunidade
	02. Tiro em movimento
	03. Tiro federal
	04. Tiros em condições especiais
	05. Tiro embarcado de helicóptero
	06. Tiro sob stress
	07. Tiro de Caçador em ambiente urbano
(IV) Técnicas do Caçador	01. Meteorologia
	02. Camuflagem e ocupação de Abrigos (Ambiente Rural e Urbano)
	03. Rastreamento e contra-rastreamento
	04. Caderneta de tiro
	05. Observação, Memorização e Descrição
	06. Avaliação de distâncias
	07. Caçada
	08. Busca e Seleção de Alvos
	09. Designação de Alvos
(V) Técnicas de Material	01. Armamento do caçador de Op Esp
	02. Optrônicos do caçador de Op Esp
	03. Equipamentos de comunicações
	04. Programas de computação gráfica
	05. Fotografia
(VI) Organização, Preparo e Emprego do Caçador de Operações Especiais	01. O Caçador de Operações Especiais
	02. O Emprego Tático da Equipe de Caçador de Operações Especiais
	03. O Controlador de Caçador de Operações Especiais
	04. Monitoramento de Alvos
	05. Contraterrorismo e Combate Urbano
	06. Operações de Monitoramento e Eliminação
(VII) Treinamento Físico Militar	01. Corrida Contínua
	02. Circuito Funcional
	03. Treinamento Intervalado Aeróbico

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Abordagem e Imobilização;
2	Adaptação à Altura;
3	Adaptação ao Meio Aquático;
4	Agentes de Menor Potencial Ofensivo;
5	Algemamento;
6	APH Policial;
7	Arrombamento Tático;
8	Artefatos Explosivos;
9	Balística;
10	CCC;
11	Condução Veicular Policial;
12	Direitos Humanos e Ética Policial;
13	Emboscada e Contra Emboscada;
14	Eventos Operacionais;
15	Gerenciamento de Crises;
16	Intervenção Carcerária;
17	Introdução a Análise Criminal;
18	Manutenção e Funcionalidade de Armamentos;
19	Medicina legal;
20	Mergulho Autônomo;
21	Mergulho Livre;
22	Noções de Comboio;
23	Nós e Amarras;
24	Novas tecnologias de Uso Operacional;
25	Operações em Área Rural;
26	Operações Helitransportadas;
27	Operações Ribeirinhas;
28	Operações Táticas com Blindados;
29	Operações Urbanas em Área de Risco;
30	Orientação e Navegação;
31	Planejamento e Operações de Inteligência policial;
32	Planejamento Operacional;
33	Primeiro Socorros;
34	Rapel Policial;
35	Relações Humanas;
36	Salto Enganchado;
37	Segurança de Dignitário – VIP;
38	Sobrevivência;
39	Técnicas Especiais de Abordagens;
40	TFP;
41	Tiro de Precisão;
42	Tiro Tático Policial;
43	Uso diferenciado/seletivo da força.

Disciplinas do Curso de Operações Táticas – Polícia Federal – 2011

N	DISCIPLINAS	N	DISCIPLINAS
1	Treinamento Físico Policial	23	Anti-Terrorismo
2	Teste de Habilidades Específicas	24	Adestramento em Polícia Ambiental
3	Operações do Corpo de Bombeiros Militar	25	Gerenciamento e Negociação em Crises
4	Instrução Tática Individual	26	Explosivos
5	Distribuição e preparo de Material	27	Baixa Luminosidade
6	Normas Gerais de Ação	28	Operações Aéreas
7	Orientação e Navegação Terrestre	29	Operações de Inteligência
8	Primeiros Socorros	30	Transposição de Obstáculos
9	Patrulha Rural	31	Estágio de Adaptação à Caatinga
10	Treinamentos Verticais	32	Mergulho
11	Agentes Químicos	33	Patrulha Urbana
12	Abordagem e Condução de Suspeitos	34	Retomada de Edificações
13	Armamento e Tiro	35	Retomada de Metrô
14	Controle de Distúrbio Civil	36	Retomada de Ônibus
15	Comboio e Escolta	37	Retomada de Presídio
16	Comunicações	38	Estágio de Aplicações Táticas
17	Direção Ofensiva	39	Planejamento Operacional
18	Sobrevivência na Água	40	Paraquedismo
19	Salvamento Aquático	41	Retomada de Aeronave
20	Teoria das Operações Especiais	42	Retomada de Navio
21	Combate Corpo a Corpo	43	Técnicas Verticais
22	Estágio Básico de Combatente de Montanha	..	..

Fonte: Informações fornecidas por discente do Curso de Operações Táticas, 2011.

DISCIPLINAS	
1	Adaptação à Altura
2	Agentes Menos Letais
3	Artefatos Explosivos (Entradas e rompimento de obstáculos)
4	Balística
5	Combate a incêndios
6	Combate em ambiente Confinado
7	Condicionamento Físico
8	Direção Defensiva, Ofensiva e Evasiva
9	Direitos Humanos e Ética Policial
10	Escalada
11	Estágio de Operações Aéreas (emprego, aspectos operacionais, uso de armamento, técnicas de infiltração e extração, embarque e desembarque)
12	Eventos Operacionais
13	Gerenciamento de Crises
14	Defesa Pessoal
15	Manutenção e funcionalidade de armamentos
15	Medicina Legal
17	Mergulho Autônomo
18	Negociação
19	Novas tecnologias de uso operacional
20	Operações Marítimas e Ribeirinhas
21	Operações Táticas com Blindados
22	Operações urbanas em área de risco
23	Orientação
24	Planejamento e Inteligência
25	Rapel Tático
26	Segurança de Dignitário
27	Sobrevivência e Combate na Mata
28	Suporte Básico de Vida
29	Técnicas Especiais de Abordagens
30	Tiro de Precisão
31	Tiro Tático Policial
TOTAL DE HORAS AULA: 650	

Malha curricular do Curso de Operações Policiais Especiais – PMPE – 2002

N	MATÉRIA	CARGA-HORÁRIA
1	Treinamento físico específico	62 h/a
2	Técnicas de patrulha	12 h/a
3	Instrução tática individual	15 h/a
4	Primeiros socorros	12 h/a
5	Natação utilitária	20 h/a
6	Ofidismo	04 h/a
7	Topografia	04 h/a
8	Orientação e navegação	12 h/a
9	Camuflagem	04 h/a
10	Nós e amarrações	08 h/a
11	Sobrevivência	20 h/a
12	Defesa pessoal	26 h/a
13	Armamento e munição	34 h/a
14	Tiro policial	58 h/a
15	Estágio médico-hospitalar	16 h/a
16	Policiamento com cães	08 h/a
17	Policiamento montado	18 h/a
18	Comunicações	08 h/a
19	Abordagem à pessoas	12 h/a
20	Abordagem à edificações	12 h/a
21	Abordagem à veículos	12 h/a
22	Combate corpo a corpo	30 h/a
23	Ações táticas	70 h/a
24	Ações antibomba	24 h/a
25	Proteção de autoridades	18 h/a
26	Informações de segurança pública	10 h/a
27	Agentes químicos	10 h/a
28	Palestras	06 h/a
29	Embarque e Desembarque de Pneumáticos	08 h/a
30	Mergulho	20 h/a
31	Salvamento em altura	08 h/a
32	Salvamento no mar	16 h/a
33	Combate à incêndio	06 h/a
34	Direção defensiva e ofensiva	08 h/a
35	Operações helitransportadas	06 h/a
36	Patrulha urbana	30 h/a
37	Montanhismo	28 h/a
38	Patrulha rural	40 h/a
39	Sobrevivência na caatinga	40 h/a
	TOTAL	**756 h/a**

Curso Especial de 9 meses de Comandos Anfíbios (C-ESP-COMANF)

-Infiltração

-Exfiltração

-Ações de comando

-Natação utilitária

-Patrulha

-Dispositivos explosivos

-Socorrismo avançado

-Combate em áreas urbanas

-Luta corpo a corpo

-Montanhismo avançado

-Rapel

-Técnicas de sobrevivência no mar e em terra

-Inteligência e contra-inteligência

-Reconhecimento avançado

-Manuseio de VANTS e aeronaves de asa rotativa da MB

-Treinamento localidades: costeiras, pantaneiras, montanhas,

semi-árido,selva e áreas urbanas.

-Mais estágios e cursos:

Estágio Básico de Pára-quedista Militar

Curso de Auxiliar de Precursor Paraquedista

Curso Expedito de Salto Livre

Curso Expedito de Mergulho Autônomo

Estágio Básico de Combatente de Montanha

Matérias do COEsp por Fases

Administrativa	Condicionamento Básico	Técnicas Operacionais	Operações
Reavaliação Física	Instrução Tática Individual	Operações em Montanha	Planejamento e operações em área de risco
Ofidismo	Básico de Patrulhas	Operações em Altura	Planejamento e operações em área de floresta
Técnicas de Acondicionamento de material	Técnica de Transposição de Obstáculos	Operações em Área de Floresta	Planejamento e operações com tomada de refém
Básico de Higiene e Socorros de Urgência	Camuflagem	Operações com Cães	
	Combate corpo a corpo	Operações com Cavalo	
	Orientação no Terreno	Socorro e Salvamento em Combate	
	Natação Utilitária	Tiro Tático	
	Nós e Voltas	Operações helitransportadas	
	Básico de Operações com Botes	Abordagem de edificações, veículos e pessoas	
		Técnicas de mergulho livre e autônomo	
		Armamento, munições e agentes não letais	
		Ação Anti-bombas	
		Operações em Área de Risco	
		Proteção de Autoridades	
		Direção defensiva e ofensiva	
		Combate a Incêndio	
		Gerenciamento de Crise	
		Negociação	
		Comando e Controle de Operações	
		Assalto Tático	
		Estágio de Inteligência	
		Palestras	

Fonte: SIEsp/BOPE

9. MATRIZ CURRICULAR

Áreas Temáticas	Nº de Ordem	Disciplinas	Carga Horária
Conhecimentos Jurídicos	01	Direitos Humanos - DH	20
Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	02	Gerenciamento de Crises e Negociação - GCN	12
	03	Ocorrências com Explosivos - OEP	12
Funções Operacionais e Técnicas Policiais Militares	04	Armamento, Munição e Balística - AMB	10
	05	Instrução Tática Individual - ITI	10
	06	Atendimento Pré – Hospitalar - APH	06
	07	Choque Ligeiro - CL	12
	08	Direção Veicular - DV	12
	09	Operações em Altura - OpAt	18
	10	Operações Helitransportadas - OpHe	12
	11	Operações Ribeirinhas - OpRib	20
	12	Patrulha Urbana - PtUrb	12
	13	Patrulha Rural - PtRr	30
	14	Patrulhamento Motorizado – PtMot	20
	15	Salvamento Aquático - SAq	20
	16	Segurança Pessoal de Testemunhas e Dignitários	12
	17	Sobrevivência em Áreas de Selva - SAS	60
	18	Técnicas de Contenção e Defesa Policial - CDP	20
	19	Ações Táticas Especiais - AT	60
	20	Tecnologia de Baixa Letalidade - TBL	20
	21	Tiro de Precisão - TP	12
	22	Tiro Tático Especial - TTE	40
Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	23	Treinamento Fisico Militar - TFM	30
Total de Horas Aulas			**480**

5.5 CURSO DE COMANDOS DA FORÇA AÉREA (CCFA)

<table>
<tr><td colspan="2">

OBJETIVO:

- O Curso de Comandos da Força Aérea tem por objetivo cumprir o disposto na IOC PRO-11, Qualificação Operacional das Equipes de Resgate e do EAS e ao Programa de Instrução e Manutenção Operacional (PIMO) do EAS capacitando militares a cumprir de missões de Operações Especiais.

</td></tr>
<tr><td>

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Treinamento Físico Militar;
- Comunicações;
- Direito Internacional dos Conflitos Armados;
- Topografia, Orientação e Navegação;
- Meteorologia;
- Infiltração Aquática;

</td><td>

- Operações de Guerra Irregular;
- Explosivos;
- Guia Aéreo Avançado;
- Armamentos e Tiro;
- Ações de Comandos em ambientes especiais de Selva, Caatinga, Cerrado, Pantanal e Montanha; e
- Operações de Reconhecimento Especializado.

</td></tr>
</table>

GRADE CURRICULAR

ATIVIDADES		CARGA HORÁRIA
DISCIPLINAS CURRICULARES	HIGIENE, PROFILAXIA E PRIMEIROS SOCORROS	21
	TOPOGRAFIA E ORIENTAÇÃO EM CAMPANHA	155
	TREINAMENTO FÍSICO MILITAR	24
	NATAÇÃO UTILITÁRIA	32
	LUTAS	27
	COMUNICAÇÕES	15
	INSTRUÇÕES ESPECIAIS	243
	ARMAMENTO MUNIÇÃO E TIRO	69
	ORGANIZAÇÃO E EMPREGO DOS COMANDOS	54
	AMBIENTES OPERACIONAIS	128
	AÇÕES DE COMANDOS	736
	SUBTOTAL	1504

Escola de Mergulho de Combate
Curso de Aperfeiçoamento de Mergulhador de Combate para Oficiais

SINOPSE DO CURSO

NOMENCLATURA CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE MERGULHADOR DE COMBATE PARA OFICIAIS		
SIGLA CAMECO	**MODALIDADE** Aperfeiçoamento	**NÍVEL** Técnico-Profissional
	DURAÇÃO EM SEMANAS: 45	
MÍNIMO DE ALUNOS POR TURMA:	**MÁXIMO DE ALUNOS POR TURMA:**	

REQUISITOS

- Ser Oficial do Corpo da Armada, ou do Quadro Complementar do Corpo da Armada; e
- Ser aprovado em: Exame Psicológico, Exame Médico, Teste de Câmara de Recompressão e Testes Físicos.

CLASSIFICAÇÃO QUANTO À SALVAGUARDA DE INFORMAÇÕES

RESERVADO

OBJETIVO

Habilitar os Oficiais do Corpo da Armada e do Quadro Complementar do Corpo da Armada para operar equipamentos de mergulho, armamentos, explosivos, utilizar técnicas e táticas para guerra não convencional e conflitos de baixa intensidade e realizar tarefas e atividades previstas no ComOpNav-544 (Manual de Operações Especiais).

CONTEÚDO

- Treinamento Físico Militar;
- Processo de Planejamento Militar;
- Noções Básicas de Gestoria;
- Liderança;
- Fisiologia do Trabalho;
- Física do Mergulho;
- Tabela de Descompressão;
- Equipamento Autônomo de Circuito Aberto;
- Higiene de Campanha e Primeiros Socorros;
- Defesa Pessoal;
- Armamento;
- Comunicações;
- Navegação Terrestre;
- Técnicas de Combate;
- Processo de Planejamento de Patrulha
- Operações com Aeronave;
- Prisioneiro de Guerra - Fuga e Evasão;
- Demolição;
- Equipamento Autônomo de Circuito Fechado;
- Operações Anfíbias;
- Operações Especiais com Submarinos;
- Montanhismo Básico; e
- Operações Ribeirinhas.

FACILIDADES

- Alimentação;
- Material de ensino;
- Assistência Médica e Odontológica de emergência; e
- Alojamento sem pernoite.

LOCAL DE REALIZAÇÃO

Centro de Instrução e Adestramento Almirante Áttila Monteiro Aché

Ilha de Mocanguê - Niterói/RJ - CEP: 24.040-300

Contato:
Telefone - (0xx21)2189-1385
e-mail - cursos@ciama.mar.mil.br
Horário - 09h30 às 16h de segunda a sexta-feira.

Escola de Mergulho de Combate
Curso Especial de Mergulhador de Combate

SINOPSE DO CURSO

NOMENCLATURA

CURSO ESPECIAL DE MERGULHADOR DE COMBATE

SIGLA	MODALIDADE	NÍVEL
C-ESP-MEC	Especial	Profissional

DURAÇÃO EM SEMANAS: 45

REQUISITOS

- Ser CB ou SG do CPA ou do CAP, do sexo masculino, em condições de reengajar;
- Não estar realizando estágio de aplicação referente à curso realizado;
- Ser indicado em exame psicológico, aplicado pelo SSPM, para atividades de mergulho;
- Estar apto em inspeção de saúde para atividade de mergulho;
- Estar com o controle anual psicofísico para atividade de mergulho atualizado;
- Ser aprovado em exame de suficiência física aplicado pelo CIAMA;
- Ser voluntário;
- Ter menos de 33 anos de idade em primeiro de janeiro do ano da inscrição; e
- Preencher os requisitos para matrícula em curso estabelecido no PCPM.

CLASSIFICAÇÃO QUANTO À SALVAGUARDA DE INFORMAÇÕES

RESERVADO

OBJETIVO

Preparar Praças da MB para operar equipamentos de mergulho, armamento, explosivos, utilizar técnicas e táticas para guerra não convencional e conflito de baixa intensidade e realizar tarefas e atividades previstas no ComOpNav-544 (Manual de Operações Especiais).

CONTEÚDO

- Treinamento físico militar;
- Noções Básicas de Gestoria e Gestão Contemporânea;
- Liderança;
- Fisiologia de Mergulho;
- Física do Mergulho;
- Tabela de Descompressão;
- Equipamento Autônomo de Circuito Aberto (MAUT);
- Higiene de campanha e primeiros socorros;
- Defesa Pessoal;
- Técnicas de combate;
- Armamento;
- Comunicações e Optrônicos;
- Orientação Terrestre e Náutica;
- Técnicas de Combate;
- Processo de Planejamento de Patrulha;
- Operações com aeronaves;
- Prisioneiros de guerra, fuga e evasão;
- Demolição;
- Equipamento Autônomo de Circuito Fechado;
- Operações Anfíbias;
- Operações Especiais com Submarinos;
- Montanhismo Básico; e
- Operações Ribeirinhas.

FACILIDADES

- Alimentação;
- Material de ensino;
- Assistência Médica e Odontológica de emergência; e
- Alojamento sem pernoite.

LOCAL DE REALIZAÇÃO

Centro de Instrução e Adestramento Almirante Áttila Monteiro Aché

Ilha de Mocanguê - Niterói/RJ - CEP: 24.040-300

Contato:
Telefone - (0xx21)2189-1385
e-mail - cursos@ciama.mar.mil.br
Horário - 09h30 às 16h de segunda a sexta-feira.

ANO DE FORMAÇÃO	DISCIPLINA	H/a
AMAN (Curso Básico)	Cibernética II	60
	Economia I	45
	Estatística	45
	Filosofia	60
	Língua Espanhola II	45
	Língua Inglesa II	75
	Língua Portuguesa II	75
	Química Aplicada II	60
	Formação Técnico-Profissional	678
	Complementação do Ensino	188
	Medidas Administrativas	168
	Total	1499
AMAN (2º Ano)	História Militar do Brasil	60
	História Militar Geral	60
	Introdução ao Estudo de Direito	60
	Língua Espanhola III	45
	Língua Inglesa III	75
	Psicologia	105
	Formação Técnico-Profissional	837
	Complementação do Ensino	184
	Medidas Administrativas	118
	Total	1544

AMAN (3º Ano)	Sociologia	60
	Direito Penal e Processual Penal Militar	60
	Ética Profissional Militar	60
	Iniciação à Pesquisa Científica	45
	Língua Espanhola IV	45
	Língua Inglesa IV	75
	Metodologia do Ensino Superior	60
	Relações Internacionais	45
	Formação Técnico-Profissional	863
	Complementação do Ensino	206
	Medidas Administrativas	114
	Total	1633
AMAN (4º Ano)	Administração	60
	Direito Administrativo	60
	Economia II	30
	Geopolítica	45
	Língua Espanhola V	45
	Língua Inglesa V	45
	Formação Técnico-Profissional	912
	Complementação do Ensino	218
	Medidas Administrativas	142
	Total	1557
TEMPO TOTAL DE FORMAÇÃO NA AMAN		6233